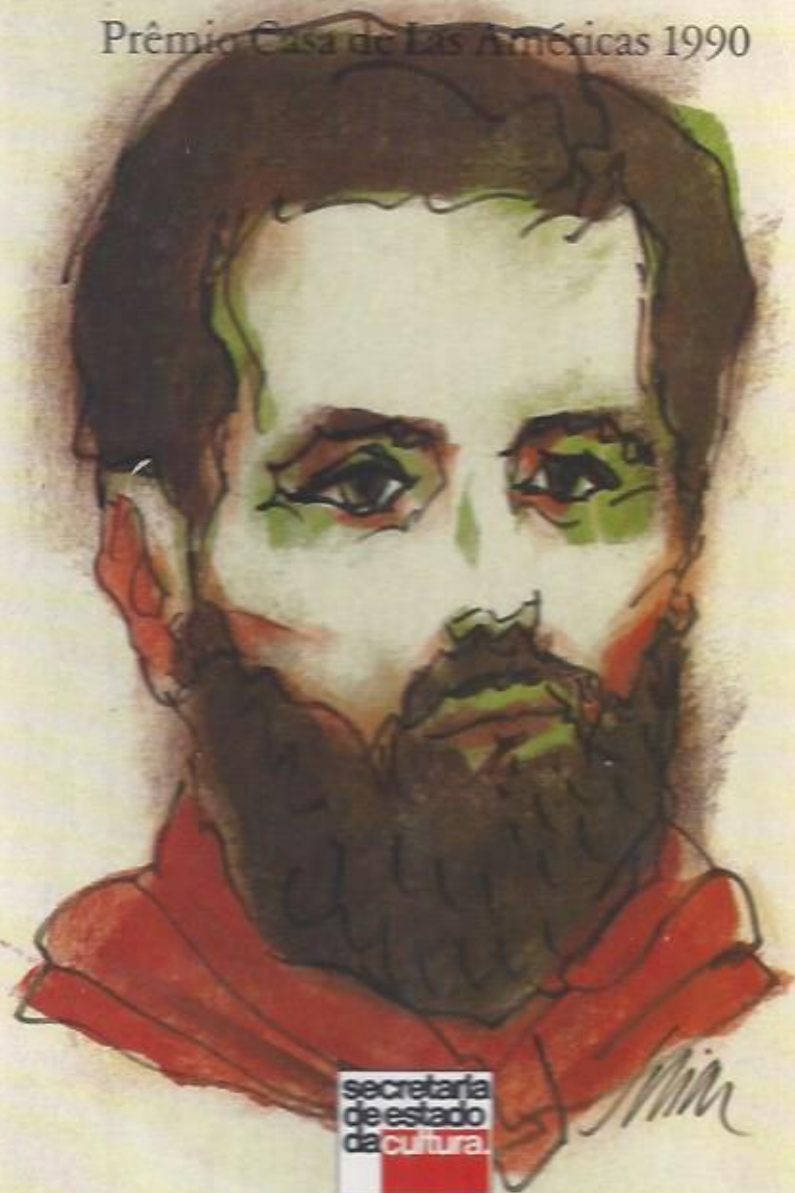


ANITA L. PRESTES

A COLUNA PRESTES

Prêmio Casa de Las Américas 1990



editora brasiliense

Refiz várias vezes este texto que prometi ao editor, sensibilizado pelo convite.

Na década de 20, menino, lembro das histórias que ouvia, do espanto, do clima de filme em série — comum naquele tempo —, que me fascinava e assustava, sobre aquele grupo de homens comandados pelo jovem capitão Luiz Carlos Prestes, abrindo caminho por vários estados, surpreendendo e driblando vários generais e suas tropas regulares, transformando-se numa lenda viva.

Jovem, acompanhei, espantado e respeitoso, a trajetória daquele homem corajoso que se entregou inteiro a uma causa, que seria a de conscientizar o povo de seus direitos, da necessidade de se organizar e de se fazer respeitar.

Em 1945, voltando com a FEB da Itália, fui conhecê-lo pessoalmente e privei de sua atenção, o que me tornou mais pleno, mais rico como homem, mais orgulhoso como brasileiro.

Me senti honrado quando sua filha Anita me convidou para fazer a capa deste livro, que ela nos traz, depois de longa e minuciosa pesquisa, creio que em obra definitiva, sobre o que representou a Coluna comandada por seu pai — que nos ajudou a melhor compreender a nossa realidade, ajudou a desmascarar esse monstruoso sistema que parasita nosso povo batalhador, criativo, sofrido, e que, apesar de tudo, constrói o que temos de melhor.

A COLUNA PRESTES

LEITURAS AFINS

Os Arautos do Liberalismo
Imprensa paulista 1920-1945

Cangaço
A força do coronel
Júlio José Chiavenatto

1930 — O Silêncio dos Vencidos
Edgar de Decca

Da Monarquia à República
Momentos decisivos
Emília Viotti da Costa

O Partido Republicano Paulista
(1889-1926)
José Enio Casalecchi

Pequena História da República
João Cruz Costa

A Questão Nacional na Primeira República
Lúcia Lippi Oliveira

A Revolução de 1930
Boris Fausto

Coleção Tudo é História

A Coluna Prestes
Rebeldes errantes
José Augusto Drummond

O Coronelismo
Uma política de compromissos
Maria de Lourdes Janotti

A Proclamação da República
José Enio Casalecchi

São Paulo na Primeira República
Sílvia Moreira

ANITA LEOCÁDIA PRESTES

A COLUNA PRESTES

2ª edição



editora brasiliense

*Copyright © by Anita Leocadia Prestes, 1990
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.*

*ISBN: 85-11-13104-3
Primeira edição, 1990*

2ª edição, 1991

*Preparação de originais: Sergio Rizzo
Revisão: Rosemary C. Machado, Eduardo Keppler,
Carmem Tereza Simões Costa, Gilberto D'Ángelo
Braz, Eliana Antonioli
Capa: Carlos Scliar*

*Rua da Consolação, 2697
01416 São Paulo SP
Fone (011) 280-1222 - Fax 881-9980
Telex: (11) 33271 DBLM BR*

IMPRESSO NO BRASIL

In memoriam

Olga Benario Prestes
Leocadia Felizardo Prestes

Dedico este trabalho

aos soldados da Coluna Prestes
a Luiz Carlos Prestes
a Lygia Prestes

Este trabalho foi apresentado inicialmente como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Social no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Nessa ocasião — mais precisamente, no dia 29 de novembro de 1989 —, a defesa de nossa tese contou com a presença inesquecível e o apoio entusiástico de Luiz Carlos Prestes, pai da autora, maior inspirador e colaborador desta obra e personagem principal dos acontecimentos que nela são narrados e analisados.



Agradecimentos

Esta obra resultou da colaboração de inúmeras pessoas. Sendo impossível citar todas, limitamo-nos a expressar-lhes a nossa profunda gratidão.

Desejamos apenas destacar os nomes de alguns desses colaboradores, cujo auxílio foi decisivo para o êxito do projeto de pesquisa inicialmente proposto. Reiteramos, assim, os nossos agradecimentos:

A Luiz Carlos Prestes, sem cuja inestimável e permanente ajuda este trabalho simplesmente não existiria. Foram as informações que ele nos forneceu, apelando para uma memória indiscutivelmente privilegiada, os seus constantes comentários e opiniões sobre o trabalho que estávamos realizando e, em particular, a visão da época estudada que soube nos transmitir, que nos permitiram chegar ao texto que ora apresentamos.

À professora Maria Yedda Leite Linhares, por sua valiosa e segura orientação, pelo interesse que sempre demonstrou pelo nosso trabalho e por seu constante incentivo à pesquisa que vínhamos realizando. Mais do que uma orientadora, tivemos uma grande amiga.

Ao professor Ciro Flamarion S. Cardoso, pelo muito que nos ajudou, respondendo atentamente às nossas indagações e formulando sugestões construtivas para o trabalho que íamos desenvolvendo.

A Marly de Almeida Gomes Vianna, amiga de muitos anos, leitora crítica das primeiras versões deste trabalho, cujas opiniões foram importantes na sua elaboração final.

À Dra. Josefina Demes, da cidade de Floriano (PI), e ao Dr. José Arimathéa Tito Filho, presidente da Academia Piauiense de

Letras, em Teresina, pela ajuda que nos prestaram para que melhor pudéssemos conhecer a história da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí.

Ao Padre Geraldo Oliveira Lima, da diocese de Crateús, cuja colaboração nos forneceu elementos valiosos sobre as repercussões da Marcha da Coluna Prestes junto às populações sertanejas do Ceará.

Aos casais Eunice Antônia e Antônio Carlos Belinazo, de Santo Ângelo, Noeli V. Weschenfelder e Paulo Afonso Zarth, de Ijuí, Maria e Flávio Bettanin, de São Luís Gonzaga, e Maria Célia e Antônio Leutchuk, de Três Passos, assim como ao Dr. Fernando O. M. O'Donnell, residente em Porto Alegre, cujo apoio desinteressado nos permitiu conhecer e entrevistar um número considerável de remanescentes da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul, assim como ter acesso a documentos valiosos referentes a esse episódio histórico.

Aos ex-combatentes da Coluna Prestes e às diversas pessoas que testemunharam os acontecimentos relacionados com a Marcha da Coluna pelo Brasil e tiveram a paciência e a boa vontade de nos concederem seus depoimentos.

A Cecília Cintra, residente em Campinas (SP), e à sua família, pelo auxílio que nos prestaram quando da nossa permanência nessa cidade, para realizar pesquisa no Arquivo Edgar Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Aos professores Marco Aurélio Garcia e Paulo Sérgio Pinheiro, que nos facilitaram o acesso ao Acervo Artur Bernardes, microfilmado e depositado sob sua guarda no Arquivo Edgar Leuenroth (Unicamp).

Aos professores Florestan Fernandes e Carlos Guilherme Mota, que nos possibilitaram o ingresso no curso de Doutorado em História da Universidade de São Paulo, quando este ainda não havia sido criado na Universidade Federal Fluminense.

Desejamos ainda agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), pelas bolsas e dotações que nos foram concedidas, permitindo-nos desenvolver o nosso projeto de pesquisa.

Apresentação

É com satisfação que vou falar do meu amigo Luiz Carlos Prestes, uma das figuras mais dignas do nosso tempo, tão autêntica, tão veraz e proba que se destaca como um iluminado neste mundo de conviências em que vivemos.

A história é conhecida e quase óbvio lembrá-la. Sua luta pelo Brasil afora — de norte a sul — a comandar sua coluna; sua conversão ao comunismo; seus nove anos de cárcere; sua mulher — grávida — levada aos campos de concentração nazistas. E, depois, a derrota de Hitler, sua libertação e grandeza diante da situação política existente; o partido em liberdade e ele aclamado nos grandes comícios de 1945 e 1946. Era o cavaleiro da esperança que o povo aguardava. Pouco durou tanta euforia. Em 1947, o PCB vai à ilegalidade e Prestes é obrigado a imigrar, para voltar anos depois com o mesmo entusiasmo e espírito de luta que sua juventude anunciava. Estamos em 1988 e Prestes, já com noventa anos de idade, continua a lutar contra esta miséria imensa que pesa sobre o mundo. Todos o estimam. Todos o acolhem e escutam com admiração. Todos o respeitam, emocionados com a sua inabalável convicção de revolucionário.

Oscar Niemeyer

(Do álbum de desenhos de Carlos Scliar, feito em homenagem aos noventa anos de Luiz Carlos Prestes. Impresso em janeiro de 1988 no Atelier do MAM em Porto Alegre, RS. Edição especial de trinta e quatro exemplares.)

Prefácio

Com um título singelo e despojado de pretensões, após sete longos anos de paciente pesquisa e reflexão intelectual sempre renovada, Anita Leocádia Prestes submeteu a julgamento de historiadores sua Tese de Doutorado, *A Coluna Prestes*. Produto de uma preocupação acadêmica e de uma paixão política, o trabalho resultou numa análise extensa e minuciosa de um dos feitos mais controvertidos da história brasileira, com características míticas e indelévels conseqüências para a República dos coronéis e oligarcas.

Engana-se, porém, quem pensar que a Coluna Prestes tecida por Anita Leocádia Prestes limita-se a relatar o episódio extraordinário da longa marcha através do território brasileiro, nos anos 20 da velha República, ou a enaltecer as qualidades de seu líder imbatível, Luiz Carlos Prestes. Na realidade, Anita conseguiu enveredar pelo difícil caminho da fonte oral — o herói invencível a relatar sua própria história — e saiu-se com rara felicidade dessa empreitada, demonstrando notável isenção como observadora do seu fato histórico e superando a ligação afetiva com aquele que era, ao mesmo tempo, o principal ator e a fonte fundamental de seu relato. Eis o primeiro e não menos importante mérito do trabalho, isto é, não cair na armadilha de seu próprio método. Como filha, colocava-se a doutoranda na situação privilegiada de dispor da mais autorizada — e cobiçada — fonte de informação para o trabalho que construía e, ao mesmo tempo, como historiadora era-lhe imprescindível despojar-se, na medida do possível, da carga emocional inerente ao seu tema. Os examinadores da tese foram unânimes em ressaltar a objetividade da autora e a sua preocupação com a seriedade do trabalho científico. Anita Leoca-

dia organizou o seu assunto, montou suas hipóteses, apoderou-se de um arsenal teórico e documental de larga envergadura e trabalhou com notável afincio para realizar, por fim, uma bela análise histórica de um dos momentos mais decisivos para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Outros méritos devem ser assinalados: a correção do texto, a erudição que demonstra no manuseio da bibliografia e da documentação de largo espectro, a ampla discussão sobre a crise da República Velha e o fenômeno do Tenentismo, bem como as repercussões da Coluna sobre as populações do campo e das cidades. Será difícil outra pesquisa vir, a médio prazo, superar o livro que em boa hora se publica. Os Anexos apensados no final do volume são extremamente úteis ao leitor e poderão abrir novas frentes de interesse para os estudiosos. Respalhada em sólida formação marxista, Anita expõe com clareza sua posição enquanto historiadora — e cidadã, por que não? — e coerente com sua própria vida. Fiel admiradora do historiador Pierre Vilar, afirma que a sua história não é mera narrativa, já que não a vê como um simples relato de acontecimentos pretéritos, embora reconheça que os fatos não devem ser banidos daquilo a que ela mesma chama de “verdadeira História”. Estamos, pois, diante de uma história política, econômica e social, no sentido que lhe é dado por historiadores marxistas, como, por exemplo, Ciro F. S. Cardoso, citado logo na Introdução: uma visão integrada do desenvolvimento histórico-social, através da união dos enfoques genético e estrutural, sendo mister, porém, precaver-se contra uma certa tentação — descabida e pervertida — de confundir o materialismo histórico, como já foi usual no passado, com a verdade pronta e acabada. Tal erro desembocaria, sem dúvida, no dogmatismo condenável e ingênuo, adverte-nos, com segurança, o referido autor.

Ao prefaciador não compete, no entanto, resumir o livro que apresenta ao leitor. Sua missão deveria ser a de apontar alguns caminhos para a leitura, mas sem intenções normativas, tarefa difícil sobretudo em face de um trabalho tão amplo. Dividido em três partes e abrangendo dez capítulos, ele trata, num primeiro momento, de duas questões básicas. Uma diz respeito à própria concepção da temática, seus enfoques, suas preocupações teóricas e metodológicas, incluindo uma competente análise da historiografia relativa à Coluna, até então incompleta e parcial. Outra concerne ao problema da história oral como técnica de pesquisa, inclusive no tocante aos depoimentos de Prestes. Sua leitura se recomenda por sua correta posição metodológica.

A Parte I retrata o problema do tenentismo e a crise do sistema político e social em mudança para uma sociedade plenamente capi-

talista e mal saída da escravidão. A autora passa em revista a extensa produção historiográfica — no sentido amplo — sobre o período e aponta para uma possibilidade de análise do tenentismo sob o ângulo dos movimentos sociais. Nesse sentido, a Coluna ganha uma nova dimensão de entendimento, ou seja, como momento culminante do tenentismo e parte da História dos movimentos populares no nosso país. Tal problemática, entretanto, esbarra na dificuldade — superada, em parte, pela autora — da localização dos “vencidos”. Quem, finalmente, participava desses feitos, além das personalidades já conhecidas?

A Parte II trata do apaixonante relato da marcha da Coluna, para o qual foram decisivos os depoimentos do comandante Prestes, além de novos relatos tomados pela autora e daqueles anteriormente divulgados. Afinal, como e por que a Coluna, “um exército com características populares”, jamais foi derrotado? Como exército guerrilheiro, comandado por militares profissionais, constituiu-se, sem dúvida, numa forma inédita, no Brasil, de organização de lutas populares.

Para finalizar, a Parte III enfoca, com originalidade, as populações rurais em face da Coluna, assim como o problema do impacto da crise sobre as populações urbanas e o sistema político. Nesse sentido, abrem-se em leque as novas possibilidades de pesquisa. A questão agrária na fase final da república oligárquica ainda está à espera dos historiadores brasileiros nas várias regiões do Brasil, e façamos votos para que algumas vocações venham a ser despertadas a partir das sugestões e indicações aqui reunidas.

Muitas são as indagações que poderão pairar na mente dos leitores, sobre o Brasil de ontem e o Brasil de hoje. A Coluna Prestes, movimento social de caráter popular, aglutinou esperanças, revelou aspectos fundamentais da crise da República no tocante à fragilidade do sistema político, à incapacidade da organização militar em dar combate aos soldados de Prestes, à pobreza do campo. Ela também canalizou descontentamentos em várias partes do País, mobilizou a opinião pública urbana, inspirou uma certa reorganização das forças políticas, tornando-se um dos fatores a explicar a eclosão da Revolução de 30. Até que ponto 1930 foi, de fato, uma revolução? O livro de Anita Leocádia Prestes, cuja elaboração eu tive a ventura de acompanhar desde os primeiros momentos, desperta muitas e variadas questões em nossas mentes inquietas. E é muito bom que o faça. Afinal, devemos questionar o passado, sempre, para melhor questionarmos o presente.

Rio de Janeiro, maio de 1990.
Maria Yedda Leite Linhares



Sumário

Abreviaturas utilizadas	19
Introdução	23

PARTE I

A CRISE DA REPÚBLICA VELHA E O ADVENTO DO TENENTISMO	51
---	-----------

CAPÍTULO I

A República Velha em crise	53
----------------------------------	----

CAPÍTULO II

O tenentismo — fruto da crise da República Velha	69
--	----

PARTE II

A COLUNA PRESTES: EPISÓDIO CULMINANTE DO TENENTISMO	111
--	------------

CAPÍTULO III

O levante do Rio Grande do Sul e a formação da Coluna ...	117
---	-----

CAPÍTULO IV

A travessia de Santa Catarina e Paraná. A incorporação dos rebeldes paulistas à Coluna Prestes	160
---	-----

CAPÍTULO V

A passagem por Mato Grosso, Minas e Goiás. A reorganização da Coluna	185
--	-----

CAPÍTULO VI

A Coluna no Norte e Nordeste	224
------------------------------------	-----

CAPÍTULO VII

A travessia da Bahia e a marcha para o exílio. O fracasso do combate governista à Coluna	259
--	-----

CAPÍTULO VIII

A Coluna Prestes — um exército com características populares	297
--	-----

PARTE III

A COLUNA PRESTES: SEU RELACIONAMENTO COM AS POPULAÇÕES RURAIS E URBANAS E AS FORÇAS POLÍTICAS DA ÉPOCA. SUA INFLUÊNCIA NA “REVOLUÇÃO DE 30”	317
--	------------

CAPÍTULO IX

A Coluna e as populações rurais	319
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO X

A Coluna, as populações urbanas e as forças políticas da época. A utilização do prestígio de Prestes e da Coluna pelas oligarquias dissidentes na campanha da Aliança Liberal e na preparação da “Revolução de 30”	351
Conclusão	393
Anexos	395
Referências Documentais	471
Referências Bibliográficas	480
Lista de Fotos	496
Lista de Mapas	499
Sobre a autora	501

ABREVIATURAS UTILIZADAS

- AAB — Acervo Artur Bernardes, microfilmado e depositado no Arquivo Edgar Leuenroth, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob guarda dos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Marco Aurélio Garcia.
- AN — Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).
- CPDoc/FGV — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro).
- FIDENE — Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Ijuí, RS) — Museu Antropológico “Diretor Pestana”.
- FUNDAMES — Fundação Missioneira de Ensino Superior — Centro de Cultura Missioneira (Santo Ângelo, RS).
- LCP — Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocadia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna (gravadas em fita magnética e transcritas para o papel). Rio de Janeiro, 1981-1983.
- PCB — Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922.
- PD — Partido Democrático, criado em São Paulo, em 1926.
- PDN — Partido Democrático Nacional, fundado em 1927.
- PRM — Partido Republicano Mineiro.
- PRP — Partido Republicano Paulista.
- PRR — Partido Republicano Rio-grandense.



"Coluna de mil guerrilhas
sempre vence e nunca apanha

.....
Que medida para medir
os teus feitos de andarilha
de vinte e seis mil quilômetros
teu roteiro e tua trilha?
Combates, cinquenta e três,
sem cair numa armadilha.
Vencidos foram dezoito
Generais. Só de guerrilhas,
mais de mil Brasil em fora.

.....
Que medida para medir
esse caminho de esperanças
e lutas que abriu tão fundas
sementeiras de lembranças
e lições para teu povo?
Coluna, tu és a herança
que os pais transmitem aos filhos
como *abc* de criança.
Cartilha de toda hora.

....."

Jacinta Passos *A Coluna*

Introdução

É impossível entender a década de 20 no Brasil e os acontecimentos que iriam desembocar na chamada “Revolução de 30” sem considerar o tenentismo e, em particular, a Coluna Prestes, episódio atualmente pouco conhecido pelas novas gerações.

Embora seja considerável a bibliografia referente ao tenentismo*, a mesma se mostra, a nosso ver, insatisfatória quando se quer uma explicação convincente tanto das causas que determinaram o surgimento desse movimento, quanto da sua importância, influência e repercussão no período em apreço.

No que diz respeito à Coluna Prestes, sua bibliografia não só é diminuta, como inexistem pesquisas sobre o tema apoiadas em documentação primária. Cabe assinalar também a ausência de qualquer trabalho dedicado a analisar e explicar esse acontecimento histórico, relegado ao esquecimento durante décadas no Brasil e no estrangeiro.

A principal obra sobre o assunto, o diário da Coluna, escrito pelo seu secretário, o bacharel Lourenço Moreira Lima¹, esteve esgotada durante anos a fio, tendo permanecido desconhecida de várias gerações. Publicado em 1931, o livro viu sua segunda edição em 1945, só tendo sido reeditado trinta e quatro anos mais tarde, em 1979. Da mesma forma, o trabalho de S. Dias Ferreira (com a colaboração de Sady Valle Machado), *A Marcha da Coluna Prestes*, publicado em 1928², e o terceiro volume de *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, de Juarez Távora, que veio à luz também em 1928³ — obras importantes na historiografia da Coluna Prestes —, estão esgotados desde a

* Ver página 27

época de suas publicações, sem nunca terem sido reeditados. Permaneceram, portanto, inéditos para o grande público.

Chama a atenção a ausência quase total de uma contribuição efetiva dos participantes da própria Coluna, principalmente dos seus comandantes, para o conhecimento e compreensão do episódio. À exceção do referido volume de Juarez Távora, sua obra posterior⁴ pouco se detém no assunto, o mesmo acontecendo com o depoimento de Osvaldo Cordeiro de Farias, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDoc/FGV), em 1981⁵. Quanto ao livro de João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*⁶, que ficou restrito ao primeiro volume, limita-se à narrativa bastante rápida e superficial de alguns episódios da Marcha da Coluna, sem que o autor revele, contudo, a preocupação com a análise desse acontecimento.

A pobreza da contribuição fornecida à nossa historiografia por alguns dos principais protagonistas da Coluna Prestes, contrasta, paradoxalmente, com as possibilidades de que eles dispuseram, a partir da vitória do movimento de 1930, para patrocinar e incentivar a pesquisa do episódio. Basta dizer que Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias e João Alberto Lins de Barros permaneceram durante anos no poder ou próximo dele, gozando de grande influência e prestígio por largos períodos de suas vidas. Se tivessem revelado interesse, poderiam ter concorrido para que a Coluna Prestes fosse estudada e contasse hoje com uma ampla historiografia.

A propósito, é oportuno lembrar que o arquivo da Coluna, recolhido durante a Marcha desde o Rio Grande do Sul até o Ceará, foi entregue à família Távora quando da passagem dos rebeldes por este Estado. A informação é registrada por Lourenço Moreira Lima e confirmada por Luiz Carlos Prestes. Entretanto, não se tem conhecimento de que algum pesquisador desse período da História do Brasil tenha tido acesso a esse acervo⁷.

A contribuição de historiadores e pesquisadores de diversas áreas das Ciências Sociais, para o conhecimento da Coluna Prestes, também é precária. Assim, o livro do *brasilianista* Neill Macaulay, *A Coluna Prestes*⁸, limita-se a reproduzir trechos da bibliografia conhecida, sem apresentar uma pesquisa original, nem pretender algum tipo de interpretação histórica, como o próprio autor reconhece.

É evidente que a ausência quase completa da Coluna Prestes da nossa historiografia — enquanto os levantes de 1922 no Rio e 1924 em São Paulo, assim como os acontecimentos de 1930, contam com uma bibliografia considerável — não pode ser aceita

como um fato casual e fortuito, principalmente quando algumas das principais figuras da Marcha da Coluna permaneceram durante longos períodos, em posições de destaque na vida nacional. Pensamos que houve inegavelmente o propósito deliberado de relegar a Coluna e seus feitos ao esquecimento e, ao mesmo tempo, permitir que o seu conteúdo real fosse esvaziado, deturpado e manipulado pelos donos do poder ao longo dos anos que se seguiram à vitória da "Revolução de 30".

A ruptura de Prestes com os "tenentes" e a sua adesão aos ideais comunistas, certamente podem explicar muita coisa. A partir daquele momento, quase todos os seus antigos companheiros — que já estavam comprometidos, em maior ou menor grau, com Getúlio Vargas — viraram-lhe as costas, tendo-se integrado de corpo e alma ao movimento de 30 e, posteriormente, servido ao poder estabelecido com a derrocada da República Velha.

Falar na Coluna e nos seus feitos era, contudo, impossível sem referir-se a Prestes e ao seu papel destacado. A Coluna estava identificada com Prestes. E Prestes, a partir de 30, estava identificado com o comunismo e a União Soviética. Por essa razão, para a classe dominante e seus mais novos colaboradores — os antigos "tenentes" —, era necessário destruir o mito do "Cavaleiro da Esperança", que eles próprios haviam ajudado a criar e difundir, enquanto isso correspondeu aos seus interesses políticos.

As idéias comunistas encontrariam, no Brasil, uma forma original de serem propagadas: por intermédio de Luiz Carlos Prestes — a figura de maior destaque e principal liderança do movimento tenentista — atingiam setores sociais que o débil Partido Comunista do Brasil (PCB) não tinha condições de influenciar. E esse fato assustava sobremaneira os donos do poder.

Para os vitoriosos de 30, tratava-se, pois, de travar um combate sem tréguas contra o comunismo e também contra Prestes. Para isso, era preciso silenciar a história da Coluna e, pouco a pouco, ir desfigurando o seu verdadeiro conteúdo. Com o correr dos anos, seria deturpado o sentido não só da Coluna Prestes, como também do próprio tenentismo em geral.

Tratava-se de esquecer a verdadeira história da Coluna: uma história de luta abnegada, de armas na mão, contra as oligarquias dominantes personificadas no presidente Artur Bernardes; uma história de rebeldia, da qual participaram não só os "tenentes", mas também contingentes numerosos de homens e mulheres oriundos do povo; uma história em que, diferentemente dos estereótipos propagados com insistência pela classe dominante, a nossa gente revelou que, em condições propícias, motivada por um objetivo em que acredita e dispendo de lideranças confiáveis, é capaz

de organizar-se e lutar, com grande heroísmo e infinito desprendimento, pela causa abraçada.

A Coluna Prestes passara a ser uma lembrança incômoda e perigosa não só porque o seu principal comandante e liderança de indiscutível prestígio nacional se tornara comunista, como também porque constituía um exemplo de luta armada que a classe dominante não conseguira esmagar, apesar da superioridade militar e logística das forças lançadas contra os rebeldes. Pela primeira vez na História do Brasil, um movimento de rebeldia contra o poder constituído conseguira não ser derrotado. A Coluna acabaria emigrando sem ter sido desbaratada, mantendo suas hostes organizadas e conscientes de que haviam cumprido o seu dever. A Coluna não se rendera, nem debandara, como pretendia o inimigo poderoso, que mobilizara todos os recursos de que dispunha, durante mais de dois anos, movendo-lhe uma perseguição atroz.

Dessa forma, a verdadeira história da Coluna Prestes passaria a ser deliberadamente “esquecida”, assim como o passado tenentista de Luiz Carlos Prestes — apresentado, a partir de então, como um renegado, porque aderira ao ideal comunista, em busca de uma efetiva emancipação econômica, social e política do povo brasileiro.

Quanto ao tenentismo, esvaziado do seu conteúdo de luta contra os donos do poder — as oligarquias então dominantes —, seria transformado em bandeira dos militares reacionários dos períodos históricos que se seguiram a 1930. O ponto culminante desse processo de adulteração da História foi atingido com o golpe de 1964, quando os golpistas se autoproclamaram os continuadores dos ideais tenentistas de 1922, 1924 e 1930, como o fez o general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castello Branco, poucos dias após sua posse, em discurso pronunciado a 26/5/1964⁹. Também o general Juracy Magalhães, ministro da Justiça desse mesmo governo, diria que “a Revolução de 1964 foi o coroamento do tenentismo, do pensamento tenentista”¹⁰, com a agravante de ter sido um dos “tenentes” que participaram ativamente da “Revolução de 30”.

Da mesma maneira, um autor como o jornalista Glauco Carneiro (assessor do ex-“tenente” Juracy Magalhães ao tempo em que este foi ministro do Exterior) publicou uma biografia do tenente Antônio de Siqueira Campos, na qual, falseando a História, tenta contrapor a figura do herói do Forte de Copacabana e famoso comandante da Coluna Prestes à figura de Luiz Carlos Prestes, procurando assim diminuir o papel do último nos acontecimentos da década de 1920 e, principalmente, deturpar o sentido do tenentismo e da Coluna. Glauco Carneiro encaminha toda a

sua exposição numa direção bem determinada: chegar à conclusão de que a “Revolução de 30” só pôde ser completada em 1964. Diz ainda:

“... a Revolução de 31/3/1964, que fez ascender homens e idéias tenentistas ao Poder, atrasou-se três décadas no tempo graças à morte de um único homem, justamente Siqueira Campos.”¹¹

Não se pode considerar como acidental o fato de Siqueira Campos ter sido escolhido como símbolo do tenentismo transfigurado, que passou a ser cultuado pelos militares golpistas. Morto tragicamente, ainda jovem, num desastre de aviação, em maio de 1930, o herói do Forte de Copacabana, embora tivesse sido um dos correligionários mais próximos de Prestes, poderia ser homenageado e reverenciado impunemente, enquanto Prestes era implacavelmente perseguido e combatido pelos donos do poder. Inventava-se, assim, uma suposta oposição entre os dois líderes rebeldes com o objetivo evidente de esvaziar o tenentismo do seu caráter progressista para a época, do seu conteúdo de luta contra as oligarquias dominantes. Enquanto Prestes era apresentado como renegado e traidor, Siqueira Campos tinha um monumento erguido em plena Copacabana, sob os auspícios da ditadura que se instalou com o golpe militar de 1964.

Criava-se, assim, a História oficial, transmitida às novas gerações através dos mais variados meios de comunicação.

Neste trabalho, temos o objetivo de resgatar a História da Coluna Prestes e, em alguns aspectos, do tenentismo, apresentando a versão dos acontecimentos que, a nosso ver, mais se aproxima da realidade. Pensamos que isto seja possível na medida em que se adote uma posição clara ao lado dos explorados e oprimidos, ao lado daqueles que, pela sua situação social, estão interessados em conhecer o passado para melhor transformar o presente, abrindo caminho para o progresso social que, segundo nossa convicção, será atingido com o avanço da luta de classes levada até o estágio da revolução social.

Algumas observações sobre a historiografia relacionada com o tema da Coluna Prestes

Como já foi assinalado, a principal obra dedicada à Coluna Prestes é o diário da Marcha de Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*¹². Trata-se do relato mais fidedigno do acontecimento, descrito pelo próprio secretário da Coluna, constituindo a mais importante fonte primária para a pes

quisa do tema em questão. Certamente, contém exageros e imprecisões, sendo necessário comparar a obra com outros documentos e, em especial, com os depoimentos concedidos à autora por Luiz Carlos Prestes.

Existem também uns poucos livros de relatos de participantes da Coluna e memórias publicadas por alguns de seus comandantes, como é o caso de *A Marcha da Coluna Prestes*, de S. Dias Ferreira (com a colaboração de Sady Valle Machado), *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, de Ítalo Landucci, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, de Juarez Távora, assim como as *Memórias* desse mesmo oficial, *Memórias de um Revolucionário*, de João Alberto Lins de Barros, e o livro-depoimento de Osvaldo Cordeiro de Farias, *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*¹³. Tais obras, não obstante o seu caráter eminentemente descritivo, constituem fontes primárias de inestimável valor para a pesquisa da Coluna Prestes.

Devem ser considerados ainda vários livros de memórias de chefes militares que combateram a Coluna Prestes, como os generais do Exército Bertoldo Klinger, Cândido Mariano Rondon e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e o Coronel da Polícia Militar mineira, Paulo René de Andrade¹⁴. Principalmente no que se refere à obra de Bertoldo Klinger, é importante sublinhar a competência profissional e a objetividade revelada no julgamento dos fatos, assim como suas opiniões críticas em relação ao comportamento do governo diante dos rebeldes, o que é reconhecido pelo próprio Luiz Carlos Prestes em seus depoimentos gravados concedidos à autora. A comparação desses relatos com a versão apresentada pelos rebeldes é de grande valia para o estudo dos acontecimentos relacionados com a Coluna Prestes.

Cabe destacar os livros em que a Coluna Prestes é descrita ou, em certa medida, analisada, como as obras de Abgvar Bastos, Nelson Tabajara de Oliveira, Virgínio Santa Rosa, Hélio Silva, Edgar Carone, Nelson Werneck Sodré e, mais recentemente, o livro já citado de Neill Macaulay, assim como o de José Augusto Drummond¹⁵. Esses trabalhos constituem o que se convencionou chamar de bibliografia secundária em relação ao tema da Coluna Prestes; do ponto de vista analítico, eles pouco contribuem para o esclarecimento das especificidades desse acontecimento histórico. Episódio menos conhecido, ele é, em geral, incluído sem mediações ou diferenciações no conjunto do tenentismo e, conseqüentemente, as conclusões que se tornaram voz corrente para o movimento lhe acabam sendo atribuídas, sem que exista um estudo específico da Coluna Prestes.

É particularmente importante examinar, ainda que resumidamente, a produção historiográfica sobre o *tenentismo*, em que se delineiam três correntes principais. A primeira, a mais tradicional e amplamente difundida explica o tenentismo como um movimento que, a partir de suas origens sociais nas classes (ou camadas) médias urbanas, por vezes denominadas de pequena burguesia urbana, representaria os anseios dessas camadas por uma maior participação na vida nacional e nas instituições políticas. Sem dúvida, há matizes e diferenças entre os numerosos defensores dessa tese principal, mas o que os unifica é a convicção de que o fator determinante do comportamento político dos “tenentes” residiria em sua origem social pequeno-burguesa. O tenentismo seria a expressão da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias. Como diz Virgínio Santa Rosa, provavelmente o pioneiro dessa interpretação, os “tenentes” e o tenentismo seriam a força que impulsionava “o movimento ascensional da pequena burguesia”¹⁶.

Em algumas análises, a pequena burguesia aparece como vanguarda dos interesses burgueses, sendo Néelson Werneck Sodré o expoente mais destacado dessa concepção que, a nosso ver, constitui uma das variantes da primeira corrente interpretativa do tenentismo. Afirma Werneck Sodré que o “reformismo tenentista é expressão política da pequena burguesia brasileira, vanguarda aguerrida da ascensão burguesa”¹⁷, visão que termina desembocando na conhecida tese sobre o movimento de 1930, segundo a qual os acontecimentos daquele ano teriam levado à revolução burguesa no país. Werneck Sodré é taxativo:

“A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária.”¹⁸

São representativos dessa corrente diversos autores, entre os quais Edgar Carone, Leôncio Basbaum, Abguar Bastos, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos¹⁹.

Essa visão, em que se privilegia a origem social pequeno-burguesa dos “tenentes” como fator definidor do caráter do movimento tenentista, encontra-se estreitamente ligada à concepção “dualista” da sociedade brasileira, que por tantos anos imperou em nossa historiografia. Segundo a análise precisa de Boris Fausto, os elementos centrais desse modelo “dualista” podem ser assim resumidos:

“Na formação social do país, existiria uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal, associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado

interno, representado pela 'burguesia'. As disputas da Primeira República explicar-se-iam, em última análise, por esta oposição, assumindo as classes médias, identificadas com os movimentos militares, o papel de vanguarda das reivindicações burguesas.²⁰

A partir dos anos 60 e início dos anos 70, é possível identificar uma segunda corrente interpretativa do tenentismo, que surgiu, em grande medida, como uma tentativa de contestar a absolutização da origem social na definição do conteúdo do tenentismo, uma vez que essa concepção vinha-se tornando cada vez mais insuficiente na explicação dos fenômenos observados.

Paula Beiguelman, em conhecido artigo dedicado à crítica das posições "dualistas" de Nelson Werneck Sodré, ao combater a tese do tenentismo como expressão dos anseios da classe média urbana, é levada a privilegiar um outro aspecto — os "tenentes" como parte de uma instituição do Estado:

"Podemos considerar que é principalmente enquanto órgão responsável pela manutenção da ordem institucional que o grupo militar é sensibilizado pela crise política, tornando-se seja o principal fator da transformação revolucionária, seja o agente da consolidação do regime."²¹

Essa é também, em linhas gerais, a posição assumida por Maria do Carmo Campello de Souza, Décio Azevedo Marques de Saes, Boris Fausto, Edmundo Campos Coelho, José Murilo de Carvalho, Eurico de Lima Figueiredo e José Augusto Drummond, não obstante as diferenças existentes entre eles²², cabendo assinalar que, em relação a Décio Azevedo Marques de Saes, suas posições evoluíram no sentido de uma aproximação com a terceira corrente interpretativa do tenentismo, que analisaremos adiante²³.

É nos escritos de Boris Fausto que, talvez, fique mais explicitada a interpretação do tenentismo representada pela segunda corrente citada. Para Boris Fausto, carece de qualquer sentido identificar os "tenentes" com as chamadas camadas médias urbanas²⁴. Afirma ele que "a análise do tenentismo não pode ser reduzida a explicações unilaterais, reduzindo o grupo funcional a uma classe social (tenentes e classe média), ou atribuindo ao grupo total autonomia no conjunto da sociedade"²⁵.

Na prática, contudo, Boris Fausto é levado a absolutizar o aspecto militar do movimento tenentista, destacando ser esse "um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião"²⁶. Assim, para o autor, as tendências elitistas e autoritárias dos "tenentes" invalidariam qualquer identificação sua com as camadas médias urbanas, cuja ideologia seria a liberal. Daí a conclusão a que chega:

"Na base da pequena vinculação com os meios civis está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os "tenentes" se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo e não organizador do povo."²⁷

Essa postura que privilegia os aspectos organizacionais do tenentismo, ou melhor, o entendimento desse movimento como produto da instituição militar, desconsiderando a inserção do Exército na sociedade, está presente não só na obra de Boris Fausto, como na dos demais autores citados. Edmundo Campos Coelho considera o tenentismo fruto de fatores tipicamente militares, afirmando que "os interesses envolvidos eram os da organização militar"²⁸, e José Augusto Drummond destaca que "a defesa da legitimidade de um papel especial para os militares foi o elemento mais forte e mais constante nas revoltas tenentistas"²⁹.

A crítica a essas duas principais correntes historiográficas — em que, na interpretação do tenentismo, são absolutizados, no primeiro caso, a origem social e as ligações dos "tenentes" com as camadas médias urbanas e, no segundo caso, o seu papel no aparelho de Estado enquanto fenômeno das Forças Armadas — levou, mais recentemente, ao surgimento de uma terceira corrente, mais próxima de uma análise global e não absolutizadora desse importante momento da História do Brasil. São representativos dessa corrente autores como Paulo Sérgio Pinheiro, Anna Maria Martinez Corrêa e Maria Cecília Spina Forjaz³⁰.

Paulo Sérgio Pinheiro destaca que a análise do papel dos "tenentes" deve ser feita através de duas dimensões: a primeira, "a situação atual ou recente, na época considerada, dos tenentes no aparelho militar do Estado"; a segunda, "a relação entre os tenentes e as classes médias". E assinala que "a conjugação dessas duas dimensões pode nos levar a uma explicação do fenômeno tenentista"³¹.

Anna Maria Martinez Corrêa, ao estudar a rebelião de 1924 em São Paulo, considera que o papel dos "tenentes" deve ser analisado tanto no que se refere à sua procedência social (camadas médias), como à sua organização militar, incluindo o fato de ocuparem uma posição intermediária na hierarquia das Forças Armadas³².

A posição de Maria Cecília Spina Forjaz também é de crítica às duas correntes historiográficas já examinadas³³. Para a autora, ambas as correntes têm caráter absolutizador. Propõe que, na análise do tenentismo, sejam levadas em conta tanto "sua situação institucional (dos tenentes)... como membros do aparelho militar

do Estado”, como “sua composição social como membros das camadas médias urbanas”³⁴. E acrescenta:

“Na conjuntura da década de 20 o tenentismo assumiu o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas. Esse grupo social, por sua dependência estrutural das oligarquias dominantes, foi incapaz de organizar um partido político que expressasse seus interesses e que efetivamente contestasse a dominação oligárquica. Esse papel foi preenchido por um setor da burocracia estatal, os militares, que embora integrantes das camadas médias urbanas, possuem uma autonomia própria advinda de suas funções no aparelho de Estado.”³⁵

Se, no fundamental, a historiografia sobre o tenentismo pode ser encarada sob o ponto de vista das três correntes citadas, muitos outros aspectos presentes nos estudos referentes ao tema poderiam ser examinados. Considerando os objetivos deste trabalho, é importante assinalar as tentativas de identificar tendências de caráter político-ideológico no seio do tenentismo. Assim, para Boris Fausto, era possível detectar, na década de 20, duas tendências no interior do tenentismo: a primeira, representada por Prestes, Siqueira Campos e Miguel Costa, estaria identificada com a derrubada das oligarquias, apresentando um “programa vagamente popular-nacionalista”; a segunda teria uma posição mais conservadora e seria representada por Juarez Távora³⁶. Para Edgar Carone, a divisão seria outra: o tenentismo político dos Juarez e o tenentismo social dos Luiz Carlos Prestes³⁷. E, para Décio Azevedo Marques de Saes, o tenentismo estaria dividido numa ala liberal, que representaria as classes médias tradicionais e uma “ala nacionalista”, que expressaria as reivindicações das baixas classes médias, sendo que a primeira teria permanecido subordinada às elites agrárias, e a segunda constituiria uma resposta militar às demandas nacionalistas e industrializantes das baixas classes médias na conjuntura da crise do capitalismo agrário-exportador³⁸.

O estudo que empreendemos do tenentismo e das suas principais características* nos fornece elementos para discordar dessas tentativas de identificação de tendências no seu interior, procedimento que, na verdade, contribuiu para a formação de uma visão simplificadora do fenômeno em questão. A nosso ver, esses intentos pecam por uma certa preocupação de encaixar a realidade em esquemas artificiais e excessivamente rígidos, levando os seus autores a atribuir aos “tenentes” posicionamentos que, na verdade, eles não tiveram.

*. Ver o Capítulo II.

Finalmente, há que considerar a diversificada produção historiográfica referente à chamada "Revolução de 30", na qual se destaca a tese tradicional que encara os acontecimentos de outubro de 1930 como a consecução da suposta revolução burguesa. Trata-se da já comentada visão "dualista" de toda uma corrente importante em nossa historiografia (Virgínio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone, Leôncio Basbaum, Wanderley Guilherme dos Santos etc.) cuja interpretação dos acontecimentos de 1930 se resume, em última instância, em afirmar a ascensão da burguesia industrial ao poder, seja através de seus representantes diretos, seja por intermédio das camadas médias urbanas, representadas pelos "tenentes".

Na crítica ao "dualismo" tiveram importância considerável os trabalhos de uma série de autores, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto, Paulo Sérgio Pinheiro, Wilson Cano, Sérgio Silva etc.³⁹, muitos dos quais revelaram a preocupação de estudar os caminhos da implantação do capitalismo no Brasil. Esses trabalhos — em particular os que tratam do surgimento da *burguesia cafeeira* paulista — foram um ponto de partida importante para a rediscussão dos acontecimentos de 1930 e, em especial, de uma suposta revolução burguesa no Brasil.

Boris Fausto, por exemplo, mostra como a burguesia cafeeira estaria no poder desde a proclamação da República, sendo que a burguesia industrial não teria interesse em substituí-la, pois "dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais". Para o autor, "o colapso da burguesia do café", em 1930, e a "incapacidade das demais facções de classe" para assumir o poder em caráter exclusivo teriam levado à única resposta possível: a formação do que ele chama de *Estado de compromisso*, no qual estariam representados "em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos", "o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais"⁴⁰.

Não obstante o indiscutível avanço representado por contribuições como a de Florestan Fernandes, que levaram a repensar a problemática da revolução burguesa no Brasil, passando a compreendê-la como um processo complexo e gradual de transição para o capitalismo⁴¹, a produção historiográfica sobre os acontecimentos de 1930 no Brasil ainda se ressentia, a nosso ver, de uma deficiência fundamental: suas análises continuam a ser feitas sem um embasamento teórico-científico sólido, segundo concepções superadas e que não dão mais conta das transformações ocorridas no país*.

* No Capítulo I apresentamos a nossa visão sobre o assunto.

Considerando ainda a historiografia sobre a "Revolução de 30", deve-se mencionar uma corrente interpretativa representada por autores que trabalham na Universidade de Campinas (Unicamp), como Edgar de Decca e Ítalo Tronca, para os quais o proletariado e o movimento popular teriam tido uma participação importante no movimento de 30⁴². Tais autores não chegam, entretanto, a apresentar elementos convincentes para comprovar suas teses, que, na realidade, entram em flagrante conflito com tudo que se conhece a respeito da real correlação de forças sociais no final dos anos 20 no Brasil e, particularmente, da participação limitada da classe operária no movimento de 30. A visão dos acontecimentos de 30 como um suposto golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, que constituiria uma séria ameaça à dominação burguesa, não se sustenta diante da evidência dos fatos. Os autores de Campinas têm o objetivo de criticar a estratégia do PCB e a sua política nos anos 20, mas o subjetivismo a que são levados em suas interpretações termina por invalidar seus intentos críticos.

O marxismo como método de análise histórica

Ao pretendermos resgatar a História da Coluna Prestes do esquecimento a que foi relegada, recorreremos a novas fontes de pesquisa, dentre as quais se destacam os depoimentos de Luiz Carlos Prestes por nós gravados, as entrevistas com alguns outros participantes da Coluna e do movimento tenentista, e os relatórios militares das forças que perseguiram os rebeldes durante o seu período pelo Brasil.

No trabalho com estas fontes surgiria a questão da metodologia a empregar. Um ponto de partida importante para nós reside na aceitação da compreensão da História postulada por Pierre Vilar: a História como "uma ciência em construção"⁴³, ou seja, entender que esse campo do conhecimento humano é regido por leis que podem ser desvendadas, tendo, portanto, condições de vir a ser ciência.

Concordamos com Pierre Vilar quando ele afirma que "a história deveria ser reconhecida como a única ciência ao mesmo tempo global e dinâmica das sociedades e, conseqüentemente, como a única síntese possível das outras ciências humanas"⁴⁴.

Segundo esse historiador marxista, a melhor maneira de dominar a História, obedecendo-a, é "ter dela plena consciência. Trata-se, portanto, de esforçar-se por *pensá-la teoricamente* (em vez de deixar-se arrastar empiricamente por ela)"⁴⁵. Para Vilar, é o

marxismo que corresponde à própria definição de ciência: tentar a experiência com base numa teoria, e modificar a teoria na medida em que a prática o exige"⁴⁶.

Ciro Flamarion S. Cardoso destaca:

"O raciocínio marxista na história exige a busca e o enunciado de leis do desenvolvimento histórico-social. O materialismo histórico, com efeito, se apresenta como uma série de enunciados de leis que integram uma teoria geral da dinâmica social, reunindo numa visão global os vínculos entre os diferentes níveis do social em movimento (e os do social com a natureza)."⁴⁷

A nosso ver, é importante considerar um aspecto sublinhado por esse autor: a união dos enfoques *genético* e *estrutural* no que ele denomina uma "visão realmente integrada do desenvolvimento histórico-social, segundo certos princípios que podem ser traduzidos em normas metodológicas para a pesquisa"⁴⁸. Esses princípios seriam os seguintes:

1. a realidade social em mutação em todos os níveis;
2. a mudança social está submetida a leis cognoscíveis;
3. a mudança social conduz a equilíbrios relativos (instáveis, contraditórios) que configuram um sistema de formas e relações recíprocas (estruturas) entre elementos do social, com vigência por períodos de tempo às vezes longos, e regido por leis específicas;
4. as leis da mudança explicam também as transições de uma ordem estrutural a outra.

Assim, o materialismo histórico reconhece tanto leis dinâmicas como leis estruturais."⁴⁹

Segundo Pierre Vilar, para um historiador marxista, "a pesquisa histórica é o estudo dos mecanismos que vinculam a dinâmica das estruturas — quer dizer, as modificações espontâneas dos fatos sociais de massas — à sucessão dos acontecimentos"⁵⁰. Não pretendemos realizar aqui uma análise aprofundada da problemática que envolve três conceitos fundamentais para um historiador marxista — *história*, *estrutura* e *conjuntura* —, sendo que também neste aspecto a contribuição de Pierre Vilar é lapidar⁵¹. Assim, ele propõe buscar, no espaço e no tempo, "o marco legítimo de modelo estrutural utilizável na história", e conclui que "até agora, o melhor marco parece ser o proposto por Marx: a noção de 'modo de produção'"⁵². Diz ainda:

"O modo de produção é, pois, quase por definição, uma estrutura, e se nesta estrutura há diferentes 'níveis' (econômico, sócio-político, espiritual), estes níveis são *interdependentes*, inclusive quando manifestam, em tal ou qual fase do seu desenvolvimento, uma certa tendência à autonomia."⁵³

É preciso, entretanto, e ainda de acordo com Pierre Villar, ter presente que “o estudo histórico é um estudo de *movimento*, de *mudança*. Por este motivo (e Marx o demonstrou com grande brilhantismo): 1. a *estrutura de um modo de produção* e de *relações de funcionamento* (e não uma simples questão de ‘relações’ e de ‘proporções’ estáticas); e 2. a *estrutura de funcionamento de um modo de produção comporta e gera* contradições, e o continuará fazendo enquanto não se tratar de um modo de produção *totalmente* consciente e científico”⁵⁴.

A seguir, Pierre Vilar acrescenta:

“No terreno econômico, estas contradições geram *crises* e, no terreno social, lutas de classes.

Pois bem, as *desestruturas* e as *reestruturas* em que consiste a história se desencadeiam através do jogo das crises e das lutas de classes combinadas.

Concluindo: o conhecimento de uma estrutura (sob a forma de um esquema fundamental) é *necessário*; mas não é *suficiente* para o historiador.”⁵⁵

Para o entendimento da *dinâmica* da História, sem a qual não se pode sequer falar em História, é fundamental o conceito de *conjuntura*. Pierre Vilar também o define da seguinte maneira:

“No sentido mais geral, a ‘conjuntura’ é o *conjunto das condições articuladas entre si* que caracterizam um *momento* no movimento global da matéria histórica. (...) No seio do que chamamos a ‘estrutura’ de uma sociedade, cujas relações fundamentais e cujo princípio de funcionamento são relativamente estáveis, têm lugar em contrapartida uns movimentos incessantes que resultam deste mesmo funcionamento e que modificam a todo momento o caráter destas relações, a intensidade dos conflitos, as relações de força.

Para o homem de ação, examinar a conjuntura equivale a definir o momento.”⁵⁶

Para o historiador marxista, portanto, a conjuntura é a expressão de um momento da estrutura. “Conjunturas e estruturas não são duas noções estranhas entre si; são dois aspectos de fenômenos comuns.”⁵⁷ Pierre Vilar destaca ainda:

“Com a condição de que seja pensado *dentro de um tipo de estrutura* (modo de produção feudal, capitalista, de transição etc.), o *movimento conjuntural* constitui parte das análises do historiador.”⁵⁸

A História como ciência em construção; a História, numa concepção marxista, que combina os enfoques genético e estrutural; a História como movimento, como mudança, para a compreensão de cuja dinâmica é necessário estudar as estruturas e conjunturas em sua interligação — eis alguns aspectos de uma concepção glo-

bal, que nos serviu de ponto de partida em nosso trabalho de pesquisa e de escrita da História da Coluna Prestes. Poderíamos acrescentar outros aspectos, como, por exemplo, o reconhecimento da *necessidade histórica* ou de um *determinismo amplo*⁵⁹, com a conseqüente aceitação de que a História é regida por leis que refletem a causalidade presente nas sociedades humanas. Aliás, quando falamos em História, temos em vista que, em geral, os acontecimentos históricos têm causas múltiplas, que devem ser analisadas conjuntamente e em sua interação. Como é apontado por E. H. Carr, "o historiador lida com uma multiplicidade de causas"⁶⁰.

No que se refere ao problema do *historicismo*, mais uma vez concordamos com Pierre Vilar, quando ele afirma que "a história não pode ser um simples *retábulo* das instituições, nem um simples *relato* dos acontecimentos, mas não pode desinteressar-se destes fatos que vinculam a vida cotidiana dos homens à dinâmica das sociedades das quais fazem parte"⁶¹. Em outras palavras, rejeitamos a história "narrativa", mas não desprezamos os fatos, que não devem ser banidos da verdadeira História. Para o marxismo, toda estrutura "é inseparável de sua gênese, evolução e superação"⁶². Entretanto, se a História for encarada como mera "sucessão linear de acontecimentos, separada da teoria, ou a partir de uma concepção idealista ou filosófica", será insuficiente para perceber a estrutura⁶³.

O papel do indivíduo na História e a nossa pesquisa

A circunstância de os depoimentos de um homem destacado, um líder de renome, como é o caso de Luiz Carlos Prestes, serem a principal fonte de nossa pesquisa sobre a Coluna Prestes, poderia levar à suspeita de que nossa pretensão seria fazer a história dos grandes vultos, dos grandes homens. Correríamos o risco de cair na armadilha do que Philippe Joutard chamou "a história 'fáctica' dos grandes homens"⁶⁴, um dos perigos que esse autor, especialista em História Oral, observou na prática da utilização dessa técnica de pesquisa.

Analisando a experiência norte-americana nesse campo, Philippe Joutard assinala que, com freqüência, "as entrevistas procuram antes estabelecer os 'fatos' ou as motivações conscientes do que detectar *as representações mentais ou o ambiente*, e os informantes são escolhidos porque desempenharam um papel, por menor que seja, nos acontecimentos e não como reflexo da vida cotidiana ou por serem representativos do norte-americano médio"⁶⁵.

Em nosso caso, tornou-se impossível, passados mais de sessenta anos dos acontecimentos estudados, realizar um grande número de entrevistas com os ex-combatentes da Coluna Prestes ou com os seus ex-comandantes, uma vez que, mesmo entre os soldados que realizaram a Marcha, restam vivos muito poucos e, na maioria dos casos, em condições de saúde precárias. A única opção viável era gravar os depoimentos de Luiz Carlos Prestes e de alguns poucos ex-combatentes ainda vivos, assim como tentar resgatar o que fosse possível da *tradição oral* sobre esse episódio do tenentismo⁶⁶.

Partindo dos depoimentos de Prestes e comparando-os cuidadosamente com outras fontes, adotamos a postura metodológica marxista em relação ao papel do indivíduo na História. Sem negar o papel dos grandes homens no curso dos acontecimentos históricos, procuramos entender sua ação individual "no contexto de determinações mais amplas: a família, a tribo ou a comunidade nas sociedades primitivas, as classes sociais e a luta de classes nas sociedades classistas. O indivíduo é a *criatura* das relações de classe, embora não tenha, necessariamente, consciência disto. Suas condições de vida, sua ideologia, são profundamente influenciadas e, até certo ponto, determinadas pelos interesses e relações de classe"⁶⁷.

Como destaca Pierre Vilar:

"Não é que o homem não intervenha: 'os homens fazem sua própria história'. Mas o resultado, estatístico e combinatório, de suas ações e decisões conjugadas lhes escapa e se converte num *fenômeno objetivo*."⁶⁸

O grande homem é a expressão de uma realidade, ele surge como uma necessidade histórica. Se não fosse ele, seria um outro que desempenharia papel análogo. Por isso mesmo, ele só pode ser analisado e entendido no contexto histórico em que foi criado e desenvolve sua ação. Frequentemente, os líderes, os grandes homens são "empurrados", "levados", pelos acontecimentos, sem chegarem a adquirir consciência do papel histórico que estão desempenhando.

Em nossa pesquisa, verificamos que Prestes e os demais comandantes da Coluna não tiveram, naquela época, a consciência do papel que desempenhavam, sendo efetivamente "empurrados" pelas contingências históricas. Seu papel destacado na História do país decorria de uma situação concreta, de uma necessidade histórica, que levou a que fosse depositada em seus ombros a missão de liderança do movimento social então em curso.

A História Oral como técnica de pesquisa

Ao abordar a *História Oral*, partimos do princípio de que se trata de uma técnica, de uma maneira especial de coletar informações, e jamais de uma especialização, como seria o caso, por exemplo, da *História Econômica*⁶⁹. Segundo Philippe Joutard, "a história oral é a utilização sistemática da entrevista oral pelo historiador"⁷⁰.

No Brasil, essa técnica já vem sendo introduzida há alguns anos. O CPDoc/FGV, que desde 1975 realiza um programa de entrevistas gravadas, dá a seguinte definição de História Oral:

"É a gravação e processamento de conjuntos de depoimentos de atores ou testemunhas de fenômenos sociais significativos, cujo registro se perderia pela carência ou insuficiência de fontes históricas alternativas."⁷¹

Segundo uma das pesquisadoras do CPDoc/FGV, a História Oral significa "a história viva, obtida do diálogo espontâneo entre o especialista e o ator ou testemunha dos acontecimentos que marcaram época. Em outros termos, é a *história* reconstituída pela comunicação falada, *oral*"⁷².

Como toda técnica, a História Oral deve ser empregada corretamente, com propriedade, o que é destacado por aqueles especialistas que escreveram sobre o assunto⁷³. E uma das mais importantes condições para a eficácia do método reside na *comparação* do depoimento oral com outras fontes e, nas sociedades contemporâneas, prioritariamente com os documentos escritos. Como diz Philippe Joutard, "um testemunho oral só adquire sua verdadeira significação se comparado com o documento escrito; ambos se inter-pelam mutuamente"⁷⁴.

O pesquisador francês Daniel Bertaux, seguindo a mesma linha de pensamento, chega a fazer uma distinção entre o que ele chama de "life story" — a narrativa oral, que deve ser complementada por outras fontes — e o que denomina de "life history", ou seja, a História resultante dessa interação. Na realidade, para esse autor, os depoimentos orais são importantes para que se possa escrever a História, mas jamais devem ser considerados por si mesmos, isolados do contexto. Evidencia-se, assim, a preocupação em não cair numa postura positivista, ou empiricista, de cultuar os "fatos", nem, no outro extremo, num teoricismo absoluto, marcado pelo desprezo da realidade objetiva, do que realmente aconteceu. Todo relato tem sua carga de subjetividade, a qual deve ser avaliada pelo historiador, que realiza a sua análise

interna e compara-o com outras fontes, principalmente com a documentação escrita disponível⁷⁵.

O depoimento oral é um documento histórico — uma fonte de pesquisa — como outro qualquer. Deve ser, portanto, encarado, analisado, comparado e criticado como se faz com todo documento histórico. O que não significa que se deva desprezar suas especificidades. E, dentre elas, cabe destacar as imensas possibilidades que se criam, a partir da entrevista oral com pessoas que viveram determinados episódios, de situar no centro dos acontecimentos aqueles que efetivamente deles participaram, aqueles que na verdade fizeram a História. Como destaca Paul Thompson, o emprego da História Oral permite que se possa comparar a História oficial, escrita pelos “de cima”, com a não oficial, vivida pelos “de baixo”, pelos que não tiveram condições de imprimir sua marca no curso do desenrolar histórico⁷⁶. O historiador adquire a oportunidade de misturar-se, de fundir-se com os verdadeiros protagonistas da História⁷⁷.

Ao mesmo tempo, a entrevista, o depoimento oral, é o resultado de uma relação, de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, em que a subjetividade de ambos não pode deixar de ter certa influência. Não existe a entrevista *bruta*, pois todo depoimento é produzido em determinadas condições, em função de um determinado objetivo explícito ou implícito⁷⁸. Por outro lado, nenhum entrevistador é neutro — mesmo quando pensa que o é —, e toda entrevista resulta de um projeto seu, que também pode ser explícito ou implícito. Quando não há um projeto *teórico* norteando a tomada do depoimento, estará presente uma concepção implícita, que não deixará de marcar a produção do documento oral.

Por essas razões, a História Oral como técnica só atinge resultados compensadores para a produção de uma “história da sociedade em movimento”⁷⁹ quando se tem como pressuposto, como ponto de partida para a realização das entrevistas programadas, um projeto teórico, ou seja, uma proposta, fruto de uma determinada concepção que permita compreender e explicar a realidade histórica em que os acontecimentos vividos pelo entrevistado ocorreram. Como diz Philippe Joutard, o historiador não deve pretender ser um “porta-voz da evidência”, uma vez que tal aspiração não só é inteiramente inexecutável, como entra em flagrante contradição com a própria prática da História Oral, com o “caráter radicalmente novo do documento oral, o qual introduz uma nova subjetividade, que as fontes anteriores não possuíam”⁸⁰.

Queremos destacar ainda que o nosso objetivo não se limita a tentar resgatar a *memória* da Coluna Prestes através dos depoi-

mentos dos seus participantes. Como assinala Emília Viotti da Costa, “o fundamental é não perder de vista o processo histórico e as estruturas significativas da sociedade”, sendo que “a tarefa do historiador (...) deve ser a reconstituição do processo pelo qual as várias falas se articulam fazendo a história” ou o estabelecimento de “uma visão totalizadora dos acontecimentos, que incorpore os vários discursos”⁸¹.

O nosso trabalho com Luiz Carlos Prestes e os seus depoimentos

Nas entrevistas feitas com Luiz Carlos Prestes — a principal fonte da nossa pesquisa sobre a Coluna Prestes —, procuramos levar em conta uma série de aspectos, que nos pareceram pertinentes no emprego da História Oral.

Em primeiro lugar, partimos da necessidade do preparo prévio do entrevistador, que não só deve conhecer bastante o assunto que vai ser tratado nas entrevistas, como também possuir um projeto teórico, que norteie o seu trabalho, direcionando suas perguntas*. No contato com o entrevistado, o entrevistador poderá mudar de opinião, o que não o dispensa de ter uma visão prévia dos problemas a serem examinados na entrevista. Foi dentro dessa perspectiva que nos preparamos para as primeiras abordagens de Prestes.

Em segundo lugar, procuramos garantir a espontaneidade do entrevistado no curso das entrevistas, dando-lhe oportunidade para falar livremente, externando suas opiniões ampla e detidamente.

Em terceiro lugar, iniciamos o nosso trabalho pela realização de entrevistas do tipo denominado pelo CPDoc/FGV *história de vida*⁸², cujo objetivo é cobrir as diferentes etapas de uma trajetória política. Com esse tipo de entrevista, obtivemos um depoimento global, que não só informa sobre a Coluna Prestes, mas fornece elementos sobre toda a vida de nosso entrevistado, incluindo aspectos da sua personalidade. Além disso, cria-se assim uma fonte histórica que poderá servir a outros pesquisadores. Levamos em consideração que a História Oral deve “recolher um material virgem que possa ser utilizado posteriormente”⁸³.

Em quarto lugar, ao entrevistar Prestes e, principalmente, ao tentar analisar e compreender suas entrevistas, procuramos levar em conta sua psicologia, suas características pessoais e biográficas

* A nossa visão teórica da problemática da República Velha e do tenentismo está exposta na Parte I.

e, ao mesmo tempo, evitar ao máximo o nosso envolvimento pessoal e emocional com ele. A esse respeito, podemos dizer que nos consideramos suficientemente capazes de manter uma postura crítica e independente em relação ao nosso entrevistado.

Em quinto lugar, como toda e qualquer fonte histórica, os depoimentos de Prestes foram por nós comparados com outras fontes e submetidos à crítica interna. Neste particular, é especialmente interessante a sua comparação com os livros de memórias de antigos comandantes da Coluna (ou do levante de São Paulo), da mesma maneira que com depoimentos concedidos por ex-combatentes da Coluna ao CPDoc/FGV. São dignos de destaque, por exemplo, os livros escritos por Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e João Cabanas e os depoimentos de Osvaldo Cordeiro de Farias, Aristides Correia Leal e Nelson de Mello⁸⁴. Entre os vários aspectos a ressaltar, é muito interessante notar como são inteiramente omitidos, por alguns dos seus protagonistas, episódios importantes, às vezes decisivos, da História da Coluna. O que vem confirmar o valor das omissões, dos silêncios, para o historiador, levando-o a considerar "o falso como significativo", nas palavras de Philippe Joutard⁸⁵.

Em sexto lugar, não nos limitamos a realizar com Prestes entrevistas do tipo *história de vida*. A possibilidade de acesso permanente ao nosso entrevistado foi uma das grandes vantagens do trabalho por nós empreendido. Assim, de tempos em tempos, fizemos novas entrevistas com Prestes sobre questões particulares, específicas ou sobre dúvidas surgidas no decorrer das pesquisas desenvolvidas. Com isso, tornou-se possível comparar depoimentos concedidos em momentos diferentes e, ao mesmo tempo, dar ao entrevistado a oportunidade de recordar questões ou episódios que haviam ficado esquecidos numa primeira tomada de entrevistas ou abordar novos ângulos de problemas que já haviam sido vistos.

Em sétimo lugar, dentro dessa perspectiva de realizar entrevistas de vários tipos, partimos para uma variante original de entrevista temática. Prestes gravou suas impressões atuais sobre dois livros fundamentais para o estudo da Coluna: o de Lourenço Moreira Lima e o de S. Dias Ferreira⁸⁶. Este trabalho foi feito a partir da releitura cuidadosa dessas duas obras por parte do nosso entrevistado, que nos concedeu uma série de entrevistas, analisando e opinando sobre cada um dos seus capítulos. Dessa forma, sua memória foi reavivada e pudemos obter novas informações, assim como apreciações extremamente interessantes sobre acontecimentos, pessoas e períodos históricos. Acreditamos que esta seja uma forma nova e original de efetuar o trabalho de comparação entre diferentes fontes históricas.

Em oitavo lugar, no caso específico do nosso entrevistado, é possível comparar suas entrevistas recentes com aquelas publicadas na imprensa brasileira a partir de 1927, quando a Coluna se exilou na Bolívia. E da comparação surge uma conclusão sumamente interessante: no fundamental, as informações e os comentários feitos por Prestes são os mesmos. Temos aí um elemento comprobatório da veracidade histórica de muitos dados extraídos dos depoimentos atuais do nosso principal protagonista.

Em nono lugar, foi importante comparar os depoimentos de Prestes com os de outros participantes da Coluna. Lamentavelmente, esse procedimento só é possível com poucas entrevistas, gravadas pela equipe do CPDoc/FGV, de pessoas em sua maioria já falecidas⁸⁷, da mesma forma que com alguns depoimentos por nós recolhidos junto a ex-combatentes da Marcha residentes no Rio Grande do Sul⁸⁸, cujas condições de saúde, entretanto, são, na maioria dos casos, muito precárias.

Em décimo lugar, os depoimentos de Prestes foram comparados com todos os tipos de fontes escritas a que pudemos ter acesso, incluindo debates parlamentares, relatórios do Ministério da Guerra e dos presidentes de Estados, a imprensa da época, livros de memórias e, em particular, os relatórios dos comandantes militares que perseguiram a Coluna em sua Marcha pelo Brasil. Cabe ressaltar que esses relatórios — embora pouco numerosos, pois continua vetado ao público o acesso, nos arquivos do Ministério da Guerra, à documentação referente à campanha militar movida pelo governo Artur Bernardes contra a Coluna Prestes — constituíram uma fonte inédita, inexplorada por outros pesquisadores e de inestimável valor no trabalho que realizamos ao elaborar a nossa versão da História da Coluna Prestes⁸⁹.

Defrontamo-nos também com a questão da *memória coletiva* sobre a Coluna Prestes. Partimos da concepção moderna de *memória coletiva*, definida por Pierre Nora da seguinte maneira:

“A memória coletiva é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma coletividade vivente, de cuja identidade o sentimento do passado faz parte integrante.”⁹⁰

Levando em conta os estudos sobre a chamada *tradição oral*⁹¹, problema estreitamente interligado ao da *memória coletiva*, verificamos que a História da Coluna também poderia ser estudada sob esse prisma. Seria interessante comparar os depoimentos de Prestes com entrevistas colhidas junto a remanescentes da época, que ainda se recordam da passagem da Coluna por diferentes pontos do país, ou ainda junto a pessoas que são apenas portadoras da

tradição oral que se formou e perdura em muitos lugares do Brasil a respeito da Coluna, dos seus feitos e dos seus comandantes.

Por uma questão de tempo e de falta de recursos materiais, não foi possível realizar esse tipo de trabalho de forma sistemática e abrangente, mas chegamos a introduzir alguns elementos de *memória coletiva e/ou tradição oral* em nossa pesquisa. Com esse intuito, realizamos algumas entrevistas com antigos moradores em cidades do interior do Rio Grande do Sul e do Piauí, lugares por onde a Coluna passou. Da mesma forma, recorremos a entrevistas colhidas por outros pesquisadores, ainda que com finalidades distintas das nossas. Além disso, consideramos as repercussões da Coluna na literatura de algumas regiões do País, como é o caso, principalmente, do Piauí, onde é evidente que a passagem da Coluna deixou marcas profundas e indelévels, que até hoje perduram com bastante força.

Por último, cabe assinalar que seria muito interessante investigar as repercussões internacionais da Coluna Prestes. A imprensa da época, principalmente dos países do continente americano e da Europa Ocidental, poderia fornecer-nos um panorama surpreendente, pois, segundo informações de que dispomos, os feitos da Coluna e o nome de Luiz Carlos Prestes eram conhecidos e admirados em alguns desses países ainda no final da década de 30⁹². A realização de semelhante pesquisa ultrapassaria, contudo, os marcos deste livro.

NOTAS

1 - MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

2 - FERREIRA, S. Dias (e Sady Valle Machado). *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas, Livraria Globo, 1928.

3 - TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, v. 3. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado & C., 1928.

4 - Cf. TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas — Memórias*, v. 1. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973; v. 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974; v. 3. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

5 - Cf. CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de (org.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

6 - LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um Revolucionário*, 1ª parte: A Marcha da Coluna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.

7 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 241.

PRESTES, L. C. Informação prestada à autora.

- 8 - Cf. MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*. Trad. de Flora Machman, São Paulo, Difel, 1977.
- 9 - Cf. COSTA E SILVA, Artur da. *Discurso*. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28/5/1964, pp. 7-8.
- 10 - *Cadernos de Debate*, nº 1 — História do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1976, p. 49.
- 11 - CARNEIRO, Glauco. *O Revolucionário Siqueira Campos*. 2 volumes. Rio de Janeiro, Record, 1966, pp. 30-31.
- 12 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit.
- 13 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit.
- LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1952.
- TÁVORA, Juares. Op. cit.
- LINS DE BARROS, João Alberto. Op. cit.
- CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (org.). Op. cit.
- 14 - Cf. KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 3: Tempo quente de major. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1948; v. 4: 380 léguas de campanha em 3 meses. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949; *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil*; na primeira metade do século. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1958.
- VIVEIROS, Ester de. *Rondon Conta sua Vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.
- COUTINHO, Lourival. *O General Gôes Depõe...* Rio de Janeiro, Livr. Ed. Coelho Branco, 1955.
- ANDRADE, Paulo René de. *Três Revoluções; a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais, a antiga Força Pública, nos movimentos revolucionários de 1924, 1930 e 1932*. v. 1. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1976; v. 2. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1978.
- 15 - Cf. BASTOS, Abgvar. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924 — a Revolução de Isidoro*. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1956.
- SILVA, Hélio. *1926: A Grande Marcha*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. (O ciclo de Vargas, 2).
- CARONE, Edgar. *O Tenentismo; acontecimentos — personagens — programas*. São Paulo, Difel, 1975; *A República Velha — I — (instituições e classes sociais) (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo, Difel, 1978; *A República Velha — II — (evolução política) (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes; análise e depoimentos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- MACAULAY, Neill. Op. cit.
- DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes; rebeldes errantes*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Tudo é história, 103).
- 16 - SANTA ROSA, Virgínio. Op. cit., p. 54.
- 17 - SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. Op. cit., p. 32.
- 18 - SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: SANTA ROSA, Virgínio. Op. cit., p. XVII.

19 - Cf. CARONE, Edgar. Op. cit.

BASBAUM, Iacôncio. *História Sincera da República*; de 1889 a 1930. 4ª ed. t. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.

BASTOS, Abguar. Op. cit.

JAGUARIBE, Hêlio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1962.

RAMOS, Guerreiro. *Crise do Poder no Brasil*; Problemas da Revolução Nacional Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1963.

20 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 9.

21 - BEIGUELMAN, Paula. "A propósito de uma interpretação da História da República". In: *Pequenos Estudos em Ciência Política*, 2ª ed. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 92.

22 - Cf. CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*, 4ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. SAES, Décio Azevedo Marques de. *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Campinas, Cadernos do IFCH da UNICAMP, 1973, nº 1.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. Op. cit.; *Pequenos Ensaos de História da República (1889-1945)*. São Paulo, CEBRAP, 1972; "Expansão do café e política cafeeira". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975, t. 3: O Brasil Republicano; v. 1: Estrutura de poder e economia.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade*; o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977, t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.

LIMA FIGUEIREDO, Eurico de (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Trad. de J. A. Drummond. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*; rebeldes errantes. Op. cit.; *O Movimento Tenentista*; intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986.

23 - Cf. SAES, Décio. *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil*. Paris, 1974. (Thèse de Doctorat de 3^e Cycle, École Pratique des Hautes Études). Apud FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1989, p. 181.

24 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. Op. cit., p. 62.

25 - FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaos de História da República (1889-1945)*. Op. cit., p. 30.

26 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. Op. cit., p. 57.

27 - Id., *ibid.*, pp. 57-58.

28 - COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., p. 87.

29 - DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*; rebeldes errantes. Op. cit., p. 18.

30 - Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*; dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da*

Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições, pp. 7-92.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Huictec, 1976.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; *Tenentismo e Aliança Liberal* (1927-1930). São Paulo, Polis, 1978; *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Op. cit.

31 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*; dos anos vinte a 1930. Op. cit., p. 53.

32 - CORRÊA, Anna Maria Martinez, Op. cit., p. 20.

33 - FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Op. cit., pp. 23-27.

34 - Id., ibid., p. 28.

35 - Id., ibid., p. 31.

36 - FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaios de História da República* (1889-1945). Op. cit., pp. 31-32.

37 - CARONE, Edgar. *O Tenentismo*; acontecimentos — personagens — programas. Op. cit., p. 10.

38 - Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Op. cit., p. 181.

39 - Cf. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. Op. cit.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. cit.

CANO, Wilson. *Razes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

40 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. Op. cit., pp. 112 e 113.

41 - Cf. FERNANDES, Florestan. Op. cit.

42 - Cf. DECCA, Edgar Salvador de. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981; *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 51).

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930*; a dominação oculta. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 42).

43 - VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. 2ª ed. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, pp. 146-178.

44 - VILAR, Pierre. Problèmes théoriques de l'histoire économique. In: BERQUE, J. et alii. *Aujourd'hui l'Histoire*. Paris, Éditions Sociales, 1974. Apud CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Introducción al Trabajo de la Investigación Histórica*; conhecimento, método e história. 2ª ed. Barcelona, Ed. Crítica, 1982, p. 99.

45 - VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Trad. de E. Nogueira e C. Jardim. Lisboa, Ed. Presença, 1982, p. 182.

46 - Id., ibid., p. 182.

- 47 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. cit., p. 121.
- 48 - Id., ibid., p. 122.
- 49 - Id., ibid., p. 122.
- 50 - VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. 4ª ed. Trad. de M. Dolores Folch. Barcelona, Ed. Crítica, 1982, p. 47.
- 51 - Id., ibid., ver os Capítulos 1, 2 e 3.
- 52 - Id., ibid., p. 67.
- 53 - Id., ibid., p. 68.
- 54 - Id., ibid., pp. 69-70.
- 55 - Id., ibid., p. 70.
- 56 - Id., ibid., p. 81.
- 57 - Id., ibid., p. 95.
- 58 - Id., ibid., p. 105.
- 59 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. cit., pp. 21-23.
- 60 - CARR, E. H. *Que é História?* 2ª ed. Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 77.
- 61 - VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Op. cit., p. 24.
- 62 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*; introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981, p. 442.
- 63 - Id., ibid., p. 442.
- 64 - JOUTARD, Philippe. *Essas Voces que nos Llegan del Pasado*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 112.
- 65 - Id., ibid., p. 113. Grifos nossos.
- 66 - Cf. VANSINA, Jan. *Oral Tradition*; a study in historical methodology. Harmondsworth, Penguin Books, 1973.
- BOUVIER, Jean-Claude (org.). *Tradition Orale et Identité Culturelle*; problèmes et méthodes. Paris, Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique, 1980.
- 67 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. Op. cit., p. 466.
- 68 - VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Op. cit., p. 40.
- 69 - Cf. THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford, Oxford University Press, 1978, cap. III.
- 70 - JOUTARD, Ph. *Orale (Histoire)*. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986, p. 495.
- 71 - PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL (Catálogo de Depoimentos). Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1981, p. 19.
- 72 - CAMARGO, Aspásia A. *História Oral e História*. (Conferência realizada no 1º seminário brasileiro de arquivos municipais, 2 a 6 de agosto de 1976, datilografada.). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, pp. 1 e 2.
- 73 - Há uma vasta bibliografia sobre História Oral. Cf. VANSINA, Jan. Op. cit. THOMPSON, Paul. Op. cit. CAMARGO, Aspásia A. Op. cit. e *Como Fazer uma Entrevista?* (datilografado). Programa de História Oral, FINEP/CPDoc.
- MEYER, Eugenia y BONFIL, Alicia Olivera de. La historia oral. Origen, metodología, desarrollo y perspectivas. In: *Sobretiro de Historia Mexicana*, v. XXI, nº 2, El Colegio de Mexico.
- JOUTARD, Philippe. Op. cit.

- BOUVIER, Jean-Claude (org.) Op. cit.
- BERTAUX, Daniel (org.). *Biography and Society; the life history approach with social sciences*. USA (California), SAGE Publications, 1981.
- Life Stories/Récits de vie*. Essex, Department of Sociology, University of Essex (England); Paris, Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, 1985, 1986, nº 1, 2.
- 74 - JOUTARD, Philippe. Op. cit., p. 375.
- 75 - Cf. BERTAUX, Daniel (org.). Op. cit.
- 76 - Cf. THOMPSON, Paul. Op. cit., cap. 1.
- 77 - Id., ibid.
- 78 - Cf. D'EPINAY, Christian Lalive et KEILFERHALS, Jean. Paroles de vieux: la place des récits de vie dans une recherche sur l'intégration et la mise à l'écart des personnes âgées. In: *Life Stories/Récits de vie*. Op. cit., nº 1, 1985, p. 38.
- 79 - VILAR, Pierre. La méthode historique. In: *Dialectique Marxiste e Pensée Structurale*; tables rondes à propos des travaux d'Althusser. Paris, Cahiers du Centre d'Études Socialistes, 1968., pp. 35-43.
- 80 - JOUTARD, Philippe. Op. cit., p. 298.
- 81 - VIOTTI DA COSTA, Emilia. Contra a história subjetiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/6/1989, Caderno B, p. 8.
- 82 - PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL (Catálogo de Depoimentos). Op. cit., p. 12.
- 83 - MEYER, Eugenia y BONFIL, Alicia Olivera de. Op. cit. p. 372.
- 84 - Cf. TÁVORA, Juez. Op. cit.
- LINS DE BARROS, João Alberto. Op. cit.
- CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. Rio de Janeiro, s. e., 1927.
- CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (org.). Op. cit.
- LEAL, Aristides Correia. *Depoimento*; 1975-7. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1979. 161 p. dat.
- MELLO, Nelson de. *Depoimento*; 1978-9. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1983. (Datilografado).
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Depoimento*; 1976-1980. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- 85 - JOUTARD, Philippe. Op. cit., p. 358.
- 86 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit.
- FERREIRA, S. Dias. Op. cit.
- 87 - Cf. MIRANDA, Emygdio da Costa. *Entrevista*; 18/1/1977. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- MACHADO, Sady Valle. *Texto* preparado para o CPIDoc; dezembro/1982. Rio de Janeiro; FGV/CPIDoc — História Oral. (Datilografado).
- FORTES, Rubens. *Entrevista*; 13/9/1983. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- 88 - Cf. os depoimentos recolhidos pela autora no Rio Grande do Sul. In: *Fontes Primárias*, no final deste livro.
- 89 - Cf. *Fontes Primárias*, no final deste livro.
- 90 - NORA, Pierre. Mémoire Collective. In: LE GOFF, Jacques (org.). *Les Encyclopedies du Savoir Moderne. La Nouvelle Histoire*. Paris, Les Encyclopedies du Savoir Moderne, 1978, p. 398. Ver também JOUTARD, Philippe. Mémoire Collective. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dictionnaire de Sciences Historiques*. Op. cit., pp. 447-449.
- 91 - Cf. VANSINA, Jan. Op. cit.
- BOUVIER, Jean-Claude (org.). Op. cit.
- 92 - Informações fornecidas à autora por Lygia Prestes, que viajou por alguns desses países, nesse período.



Parte I

A CRISE
DA REPÚBLICA VELHA
E O ADVENTO
DO TENENTISMO

Para entender a Coluna Prestes inserida em seu tempo, é indispensável abordar esse episódio da nossa História nos marcos do fenômeno mais amplo do tenentismo e da situação do Brasil nos anos 20. Ao mesmo tempo, tal propósito não seria realizável sem considerar globalmente a República Velha e a sua crise, que terminaria por levar à chamada “Revolução de 30”.

Capítulo I

A República Velha em crise

A transição ao capitalismo

Ao tentar interpretar os acontecimentos ligados ao advento da República e à sua posterior consolidação, assim como à crise que viria abalar com violência as suas instituições durante a década de 20, partimos do pressuposto de que se trata de fenômenos que só poderão ser efetivamente elucidados se examinados à luz do que há de mais avançado no campo da teoria sócio-econômica, sem, contudo, cair na absolutização das determinações econômicas. Partindo da visão marxista da correspondência dialética entre a base econômica e a superestrutura política e ideológica, em que a última é determinada e condicionada pela primeira, julgamos ser fundamental a compreensão das mudanças que ocorreram no modo de produção.

Nesse sentido, a teoria do escravismo colonial e da sua passagem ao capitalismo nas condições brasileiras é, ao nosso ver, o marco teórico adequado à análise. Antes de tentar compreender a transição ao capitalismo no Brasil, era necessário definir o modo de produção preexistente. Os estudos de Ciro Flamarion S. Cardoso e Jacob Gorender¹ foram extremamente importantes, ao sepultarem de forma definitiva a antiga polêmica entre os defensores da tese do feudalismo ou dos "restos feudais" e os de um "sistema 'escravista-capitalista' de produção"². Na realidade, não tivemos, no Brasil, nem feudalismo, nem "sistema escravista-capitalista", nem escravismo do tipo antigo. E isso é demonstrado pelos dois autores.

Ao mesmo tempo, foram Gorender e Cardoso que propuseram uma nova conceituação do problema ao definir um modo de pro-

dução específico — o escravismo colonial, cuja teoria seria desenvolvida principalmente por Jacob Gorender³.

A definição do modo de produção escravista colonial e o exame de sua especificidade no caso brasileiro foi, indiscutivelmente, uma reviravolta teórica no que diz respeito à interpretação da sociedade brasileira, em particular, e latino-americana, em geral. Apesar de essa problemática ainda estar pouco estudada, deu-se um importante e considerável passo adiante, principalmente se considerarmos as obras citadas. Entretanto, a questão da transição ao capitalismo, ou seja, da passagem do modo de produção escravista colonial ao modo de produção capitalista, continua sendo um problema controvertido e de grande complexidade.

Sem pretender chegar a uma análise mais aprofundada da questão, consideramos aceitável a seguinte definição do conceito de "transição":

"Com o termo 'transição' designa-se hoje uma fase muito particular da evolução de uma sociedade, a fase em que esta encontra dificuldades cada vez maiores, internas e/ou externas, em reproduzir o sistema econômico-social no qual se baseia e começa a reorganizar-se de uma forma um tanto rápida e violenta, na base de um outro sistema que, finalmente, por seu turno, se torna a forma geral das novas condições de existência."⁴

Tentando aplicar ao caso brasileiro essa concepção do processo de transição, verificamos que, no Brasil, a passagem de um modo de produção a outro foi longa, tortuosa e complexa, estendendo-se por várias décadas. No início do século XIX, começaram a surgir os primeiros elementos capitalistas, ainda que incipientes. A suspensão do tráfico negreiro, em 1850, representou um momento importante nesse processo de transição, com a liberação de vultosos capitais aplicados no comércio de escravos, os quais puderam ser deslocados para outros setores. Ao mesmo tempo, a escassez de mão-de-obra se iria tornando um problema cada vez mais grave, forçando o recurso ao trabalhador livre, com a adoção de novas formas de trabalho compulsório principalmente nas regiões menos favorecidas, onde não havia meios disponíveis para introduzir o assalariamento, mesmo que incompleto. Nas fazendas de café de São Paulo, em que o processo de expansão da produção era muito rápido e assumia grandes proporções, verificava-se a introdução do imigrante, cujas levadas se tornariam significativas no final do século.

A partir de meados do século XIX, a acumulação de capital adquire cada vez maior relevância, sendo que esse processo verifica-se principalmente, ainda que não de forma exclusiva⁵, na economia cafeeira, voltada fundamentalmente para a exportação. A

acumulação capitalista ocorria nos marcos do modo de produção escravista colonial. A fazenda escravista produtora de café era o seu principal *locus*. Pouco a pouco, os capitais acumulados como resultado dos grandes lucros obtidos na produção e comercialização do café eram aplicados não só na melhoria dos transportes — a construção de estradas de ferro seria fundamental para o avanço capitalista —, como no beneficiamento do café, na sua comercialização e também na diversificação da produção, incluindo a indústria. Paralelamente, a utilização da mão-de-obra livre adquiria cada vez maior importância, se bem que, em grande parte dos casos, não se tratasse ainda de formas de assalariamento puro. Paulatinamente, criavam-se as duas condições básicas para o surgimento do capitalismo: a acumulação de capitais nas mãos de uns poucos proprietários dos meios de produção e a formação de um vasto contingente de trabalhadores despossuídos de qualquer tipo de propriedade e disponíveis, portanto, para a exploração capitalista⁶.

Na última década do século, a industrialização passava a ser um fato indiscutível. Configurava-se o estabelecimento do capitalismo no país. O modo de produção capitalista tornara-se dominante na estrutura sócio-econômica, sendo que a Abolição da escravidão, em 1888, significaria o desaparecimento do modo de produção escravista colonial, que vinha definhando havia algum tempo. A transição, nas condições brasileiras, teria lugar quase “pacificamente”, sem que ocorresse uma revolução burguesa e sem que a burguesia precisasse apoderar-se do aparelho de Estado para alijar a classe dos senhores de escravos.

No Brasil, o processo de transição teve características peculiares, que não devem ser desprezadas, nem ignoradas. Assim, os senhores de escravos só se voltaram para a mão-de-obra livre quando não lhes restou outra alternativa, forçados pela escassez cada vez maior de trabalhadores cativos, a qual, por seu lado, era decorrência tanto da acelerada expansão da produção, em particular no setor cafeeiro, exigindo um crescente número de braços, quanto do próprio desenrolar da luta de classes no país.

Como é sabido, os escravos resistiram das mais diversas formas ao cativo e, nos últimos anos do sistema escravista, o abandono das fazendas e a fuga de cativos tornaram-se um fenômeno generalizado e que contava com o apoio e a colaboração do movimento abolicionista. A Abolição não foi, portanto, uma dádiva do poder imperial, mas, na realidade, resultou principalmente da impossibilidade de manter-se por mais tempo um sistema que deixava de funcionar na prática, solapado pelas leis do capitalismo, que se desenvolvia no país em ritmo crescente.

Paralelamente, o capitalismo no Brasil surgia e se afirmava, tendo como uma de suas principais peculiaridades a *dependência* dos centros imperialistas, para onde se dirigiam as exportações brasileiras de produtos primários, e de onde vinham os artigos manufaturados e de consumo destinados àquela parte da população que tinha acesso ao mercado interno. A flagrante desigualdade desse intercâmbio com as potências imperialistas, com a conseqüente insuficiência crônica de capitais disponíveis — pois a nação era submetida a uma verdadeira sangria —, contribuía de maneira decisiva para que, por um longo período, a subsunção formal do trabalho ao capital permanecesse como uma das características de nosso capitalismo. Somente muito mais tarde poder-se-ia falar em subsunção real do trabalho ao capital⁷.

Essa realidade materializava-se no surgimento de formas incompletas de assalariamento. As relações capitalistas de produção dificilmente eram adotadas em seu estado puro, apresentando-se combinadas, ou conjugadas, com relações de tipo não-capitalista. Como destaca José de Souza Martins, repetia-se, no Brasil, um fenômeno que já havia sido descoberto por Marx: a geração, pelo próprio capitalismo, de relações não-capitalistas de produção⁸.

Dessa forma, na última década do século passado, com a aceleração do processo de industrialização, resultante da acumulação de capitais ocorrida principalmente na produção do café, mas também em outros setores da economia, o modo de produção capitalista não só se tornaria dominante em termos nacionais, como subordinaria os mais diversos tipos de relações não-capitalistas preexistentes e — o mais importante — manteria intocável o *latifúndio*, ou seja, o monopólio da propriedade privada da terra. Em outras palavras, o capitalismo avançava sem precisar realizar uma reforma agrária. O desenvolvimento capitalista dependente, nas condições de escassez de capitais e de mão-de-obra, conservava e subordinava as relações não-capitalistas preexistentes, por um lado, e gerava novas formas de relações não-capitalistas, por outro⁹.

As mudanças na base econômica significavam, certamente, que, ao mesmo tempo, se davam transformações na estrutura de classes da sociedade brasileira. Nesse sentido, ao corroborar a supremacia do modo de produção capitalista, a Abolição da escravidão contribuiu para acelerar o processo de formação das duas classes fundamentais do capitalismo — o proletariado e a burguesia. Entretanto, a permanência de outros modos de produção, embora subordinados ao capitalista, levaria a que esse processo nem sempre se apresentasse de forma clara e definida. No Brasil, essas duas novas classes¹⁰ ingressavam no cenário social envoltas

por uma espessa teia de ligações e relações com o anterior sistema social escravista, dificultando a própria configuração de suas identidades e, conseqüentemente, o avanço da luta de classes.

Ainda que, a partir dos anos 90 do século XIX, a industrialização se tornasse um fenômeno de grande importância, o proletariado industrial era de formação recente, proveniente, na maior parte das vezes, de setores da economia nos quais o assalariamento puro mostrava-se incipiente, representando uma parte ínfima da população do país. Quanto ao proletariado não-industrial, estava constituído por uma massa heterogênea, sujeita, em grande parte, tanto a relações capitalistas de produção, quanto a relações de tipo não-capitalista as mais diversas¹¹.

Em síntese, pode-se dizer que a classe operária, no período que correspondeu à República Velha, não obstante ter crescido numericamente e em grau de concentração, chegando a participar de lutas importantes, principalmente no primeiro pós-guerra, trazia em si as marcas do processo de sua formação num país atrasado e dependente dos centros imperialistas, onde o capitalismo ia surgindo sem liquidar as estruturas sócio-econômicas preexistentes. Era um proletariado disperso e desorganizado e, como não poderia deixar de ser, extremamente sensível às influências das ideologias dominantes. A classe operária brasileira estava longe de poder transformar-se numa "classe para si", na célebre expressão de Marx¹², o que marcaria profundamente toda sua atuação no período estudado.

A nascente burguesia industrial também surgia marcada pelas condições específicas em que se dava o processo de transição ao capitalismo no Brasil, revelando-se, dessa forma, dependente e estreitamente ligada aos setores oligárquicos¹³, dos quais, em grande medida, provinha. Da mesma forma como o colono do café nas fazendas do Oeste de São Paulo não era um proletário no sentido pleno da palavra, seria difícil encontrar uma burguesia industrial, ou até mesmo uma burguesia agrária, claramente definida e independente dos latifundiários — ou grandes fazendeiros —, em cujas terras as relações de exploração ainda não se haviam tornado de assalariamento puro. A oligarquia paulista era uma mistura desses personagens¹⁴.

Os fazendeiros de café de São Paulo, na medida em que obtinham grandes lucros e acumulavam vultosos capitais, tratavam de transferi-los para outros setores econômicos, como as ferrovias, o comércio, os bancos e, inclusive, a indústria. Dessa forma, surgia um complexo econômico centrado na produção e exportação do café, que se situava basicamente no Estado de São Paulo; alguns autores chegaram a denominá-lo "complexo cafeeiro"¹⁵,

dando origem à definição de uma “burguesia cafeeira”¹⁶ — que, ao nosso ver, nada mais era do que o conjunto dos setores da oligarquia paulista ligados ao café e aos investimentos oriundos da aplicação de capitais gerados nesse próspero ramo da economia. A burguesia cafeeira surgira dos antigos senhores de escravos, que se iam transformando em capitalistas, muitos dos quais investiam em diversos ramos industriais, sendo que as ferrovias e algumas outras empresas de serviços públicos desempenhariam um papel-chave no processo de diversificação da economia cafeeira¹⁷.

Se a própria burguesia cafeeira de São Paulo era a expressão de relações de exploração capitalistas combinadas com relações de tipo não-capitalista, as demais oligarquias locais — a gaúcha, por exemplo — tinham como base do seu poderio econômico e político a propriedade da terra e o controle da produção agropecuária para o mercado interno, ainda que alguns de seus setores também passassem a investir na indústria e em outros ramos da economia.

Um caso à parte foi o da oligarquia mineira, tradicional aliada da de São Paulo na defesa dos interesses cafeeiros da última. O estudo — recentemente desenvolvido — de suas principais características veio desmentir a tese clássica, na historiografia brasileira, de uma suposta identidade de interesses econômicos entre essas duas oligarquias, o que explicaria a célebre política do “café com leite”. Como revela Amílcar Vianna Martins Filho, a outrora poderosa oligarquia mineira, com a decadência econômica do seu Estado, desde o início do século, passara a dominar, na vida nacional, pelas suas ligações com o Governo Federal, sendo de grande importância o fato de Minas Gerais contar com a maior população do país e a bancada mais numerosa na Câmara dos Deputados¹⁸, o que a tornava um parceiro influente no jogo do poder com a oligarquia paulista.

O autor conseguiu mostrar como, “diante de um quadro de estagnação ou decadência econômica, e/ou diante de um quadro de baixo grau de participação direta no sistema produtivo”, “o poder político deixaria de representar um conduto de implementação de interesses econômicos gerados no sistema produtivo, para se transformar em um bem em si mesmo. A conquista e controle do poder político se apresentariam como uma alternativa à inserção direta no sistema produtivo, pela qual a oligarquia teria acesso à apropriação do excedente econômico”¹⁹.

Constata-se, portanto, que, enquanto a oligarquia paulista, “visceralmente vinculada ao sistema produtivo, perseguia o poder político federal como instrumento de implementação de seus interesses econômicos (particularmente cafeeiros), a oligarquia mineira,

virtualmente desligada da debilitadíssima economia estadual, procurava transformar sua participação no Governo Federal em instrumento 'clientelista' ou 'cartorial' de sobrevivência e autopreservação no poder²⁰. E, na medida em que a aliança dessas duas oligarquias — ou seja, a política do "café com leite" — visava não só a "garantir o controle do Governo Federal, mas, através dele, restabelecer o equilíbrio político do sistema"²¹, adquiria um caráter eminentemente político.

Se a transição ao capitalismo, nas condições brasileiras, se dava sem mudanças bruscas de classe no poder, mas através do aburguesamento de grupos oligárquicos ligados principalmente à produção e exportação do café, que iriam se tornar dominantes durante a República Velha, o próprio processo de industrialização e urbanização levaria ao crescimento não só do proletariado, como dos setores intermediários das populações urbanas. Os últimos englobavam uma grande diversidade de situações sociais, não constituindo, contudo, uma classe, segundo o conceito marxista. Julgamos que, para uma melhor definição do conjunto desses setores — que tendem a crescer com o desenvolvimento capitalista —, é válido o conceito de *camada social* proposto por Oskar Lange:

"Entendemos por *camada social*, diferentemente de classe social, um grupo de membros da sociedade, cuja posição econômica e social não é derivada das relações de propriedade, senão da forma que tem a superestrutura correspondente."²²

Como assinala Ciro Flamarion Cardoso, o conceito de camada social é "particularmente útil ao permitir que se incluam na análise os intelectuais e ideólogos em geral, a burocracia do Estado, os militares e os funcionários religiosos. Quer dizer, todos os que exercem atividades institucionais, cuja definição depende de uma superestrutura dada"²³.

Efetivamente, o estudo dos setores médios das populações urbanas do país durante a República Velha²⁴ mostra que constituíam um universo extremamente diversificado, englobando desde funcionários em empresas públicas e privadas no comércio, indústria, bancos e transportes — os quais não podem ser considerados trabalhadores produtivos, por não criarem mais-valia —, até os intelectuais, os militares e religiosos, os funcionários do Estado etc. Pelas condições de vida muito próximas dos elementos citados, poderiam ser incluídos nesse conjunto heterogêneo os setores artesanais e da pequena burguesia urbana, que, no período em questão, eram numericamente expressivos. Pensamos que, na situação brasileira, *grasso modo*, pode-se definir esse conjunto de setores

médios urbanos como *camadas médias urbanas*, evitando-se o conceito de *classes médias*²⁵, inaceitável do ponto de vista da teoria marxista de classes sociais.

No que diz respeito à atuação política desses setores intermediários, durante a República Velha, todas as evidências existentes mostram que, pela sua própria formação, no bojo de uma economia marcada pela dominação das oligarquias agroexportadoras, as camadas médias urbanas não poderiam deixar de ser caudatárias dessas oligarquias ou, em momentos de crise, das dissidências oligárquicas que vieram a formar-se, como foi o caso da “Campanha Civilista”, em 1910, ou da “Reação Republicana”, em 1921. Conforme destaca Paulo Sérgio Pinheiro, o significado das manifestações das camadas médias urbanas “só teve consequências quando foram contemporâneas de crises no interior da dominação oligárquica tradicional”²⁶, ou seja, esses setores populacionais mostraram-se incapazes de elaborar um projeto político autônomo e desenvolver uma atividade política independente dos grupos oligárquicos dominantes ou dissidentes aos quais serviam de massa de manobra em diferentes momentos²⁷.

As camadas médias urbanas, no Brasil, estavam a reboque das oligarquias e, não obstante a grande insatisfação que grassava em seu meio, não conseguiram jamais superar os marcos das ideologias dominantes²⁸.

A República oligárquica e a sua crise

Com a decadência da cafeicultura fluminense — principal esteio da Monarquia centralizadora erigida durante o período imperial — e crescente prosperidade e ascensão econômica da chamada burguesia cafeeira de São Paulo, tornara-se uma necessidade histórica a realização de mudanças na superestrutura política da Nação. O regime monárquico deixara de corresponder aos imperativos das transformações econômicas e sociais que vinham ocorrendo no país, com a transição do escravismo ao capitalismo. O centralismo monárquico representava um entrave à consecução dos interesses econômicos da oligarquia paulista, que se tornara republicana na medida em que passara a ver na República — e em especial no federalismo — a melhor forma de garantir a sua autonomia diante das demais facções da classe dominante.

A Abolição teria o efeito de um verdadeiro golpe de morte desfechado contra a Monarquia. Estava aberto o caminho para que, com a proclamação da República, a oligarquia paulista passasse a deter a hegemonia no poder, embora inicialmente os militares

tivessem um papel importante na derrubada das instituições monárquicas e no estabelecimento do regime republicano.

O federalismo, entendido como maior autonomia para as províncias — o que viria a beneficiar principalmente a burguesia cafeeira paulista —, seria, na verdade, o aspecto mais importante do novo regime e da nova Constituição, promulgada em 1891. A sua adoção permitiria que o desenvolvimento capitalista da província de São Paulo adquirisse um novo e importante impulso, rompendo com as amarras impostas pelo centralismo monárquico.

Havia, entretanto, que compatibilizar os interesses hegemônicos da oligarquia paulista com as conveniências locais das diversas oligarquias regionais. Como assinala com propriedade um historiador atual, "havia necessidade de se estabelecer um pacto que aglutinasse as várias oligarquias. Esse acordo começa a nascer no Congresso Nacional, à época de Deodoro, se fortalece no efêmero Partido Republicano Federal, por ocasião da eleição de Prudente de Moraes, e se consolida na 'política dos governadores', ao tempo da presidência de Campos Sales. Era uma composição que se baseava na aceitação da hegemonia paulista em nível nacional e, em troca, no reconhecimento da autonomia das oligarquias em nível local. Fato sintomático dessa hegemonia foi a sucessão de presidentes paulistas: Prudente, Campos Sales e Rodrigues Alves"²⁹.

Forjava-se, assim, nas condições peculiares do Brasil, a combinação original de uma Constituição liberal, cuja pedra de toque era o federalismo, com uma prática política baseada no *coronelismo*³⁰ e no atendimento das exigências dos grupos oligárquicos locais. O peso desses interesses locais, no contexto geral da política do País, seria fator determinante do fracasso do Partido Republicano Federal — tentativa fugaz de criação de uma agremiação de âmbito nacional — e, em contrapartida, da consolidação dos partidos regionais, como foram os Partidos Republicanos de São Paulo (PRP), de Minas Gerais (PRM), do Rio Grande do Sul (PRR) etc., para citar apenas os mais importantes.

O poder, no Brasil, estava dividido entre as oligarquias locais, representadas politicamente através dos Partidos Republicanos estaduais; a luta política era travada, no fundamental, entre essas diferentes facções da classe dominante, constituídas, em sua maioria, pelos donos de terras ou seus elementos de confiança. O povo continuaria ausente da vida política da Nação.

Se, nos primeiros anos do regime republicano, o domínio paulista fora praticamente absoluto, com o tempo essa hegemonia passaria a ser contestada por setores oligárquicos menos favorecidos e que se sentiam prejudicados com a forma como o pacto em vigor funcionava. Com a eleição, em 1906, do mineiro Afonso

Pena para a Presidência da República, verificava-se uma primeira rachadura no sistema, aprofundada com a "Campanha Civilista" de 1910 e, afinal, materializada num novo pacto — que recebeu o nome de "acordo de Ouro Fino" —, firmado, em 1914, entre as oligarquias mineira e paulista. Era o estabelecimento de um sistema de auxílio mútuo entre as duas oligarquias, que viria a dar substância à política do "café com leite" e continuaria a vigorar até o colapso da República Velha, no final da década de 20, embora as disputas interoligárquicas tendessem a crescer e aprofundar-se, dando origem a diversas dissidências oligárquicas nos diferentes Estados da Federação.

A "Reação Republicana", liderada por Nilo Peçanha, influente político fluminense que expressava os interesses de setores oligárquicos do Estado do Rio de Janeiro, foi um dos exemplos mais evidentes da gravidade dos conflitos que abalaram a classe dominante durante o último decênio da República Velha³¹. Ainda que a campanha movida pela coligação oligárquica agrupada na "Reação Republicana" não conseguisse ser vitoriosa nas eleições presidenciais de março de 1922, sua repercussão seria enorme, contribuindo para criar o clima que levaria ao surgimento dos levantes tenentistas e, finalmente, à vitória do movimento de 1930³². Era evidente que o edifício republicano estava cheio de fissuras, abalado por graves contradições no seio das suas próprias forças de sustentação — os diversos grupos oligárquicos regionais.

Na verdade, a base econômica da hegemonia paulista durante a República Velha — constituída principalmente pelas atividades de produção e exportação do café — mostrava-se frágil e vulnerável às variações da economia mundial e do mercado internacional. Ao mesmo tempo, a própria política do Governo Federal, voltada para o favorecimento preferencial dos interesses da burguesia cafeeira paulista, contribuiria de maneira decisiva para agravar os problemas da cafeicultura nacional e da superprodução do café. A partir de 1906, com a assinatura do Convênio de Taubaté, ficaria patente que uma profunda crise estrutural afetava a economia nacional, cujo eixo passara a ser a monocultura do café, produto destinado à satisfação da sua demanda pelo mercado internacional das grandes potências do mundo desenvolvido. Os sucessivos abalos por que passaria a cafeicultura eram, ao mesmo tempo, causa e efeito da crise estrutural que abalava os alicerces da economia nacional.

Além disso, o próprio desenvolvimento capitalista em curso no país ia gerando uma sociedade mais complexa e diversificada, em que novas forças sociais e políticas começariam a exigir que seus interesses e reivindicações fossem ouvidos e atendidos. Não

só os grupos oligárquicos marginalizados pela hegemonia paulista buscavam formas de articulação e pressão, visando à conquista de maiores espaços institucionais que lhes permitissem participar das decisões políticas e econômicas, como também o proletariado e as camadas médias urbanas passavam a tentar influir nos acontecimentos políticos, ensaiando novas formas de mobilização e organização, ainda que incipientes. Abria-se um período de importantes lutas grevistas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A I Guerra Mundial seria um fator de agravamento da crise estrutural da economia brasileira e da situação das massas urbanas, obrigadas a enfrentar os efeitos de uma carestia desenfreada³³. Terminada a guerra, após o Armistício de 1918, a economia mundial passaria por um período de flutuações, cujos reflexos sobre as nações latino-americanas teriam o efeito de um grande impacto. Um estudioso do assunto chegaria a caracterizar a situação econômica daquele período como "uma trilha de devastação"³⁴.

No Brasil, o primeiro pós-guerra seria marcado por oscilações conjunturais bruscas, decorrentes das altas e baixas dos preços de nossos produtos de exportação nos mercados internacionais. Após uma curta recessão logo depois do Armistício, verificava-se uma subida espetacular das cotações de produtos primários nos países centrais, principalmente nos EUA, que, no período 1919-1920, absorvia cerca de 40% das exportações brasileiras³⁵. Entretanto, logo a seguir, teria lugar uma queda brusca dos níveis de atividades e de demanda de consumo nos EUA e Inglaterra, dando início a um novo período de recessão. A queda dos preços do café seria vertiginosa, agravada por uma grande safra no Brasil. Novamente o país atravessava uma conjuntura de grave crise econômica³⁶.

Esta situação conjuntural, com o cortejo de conseqüências naturais que dela advinham, como carestia acentuada, desemprego e dificuldades crescentes para amplos setores da população, contribuía para o agravamento da crise estrutural que solapava os alicerces da República Velha. Tornara-se evidente que os mecanismos de poder baseados na combinação do federalismo da Constituição de 1891 com a "política dos governadores" — que atendia aos interesses das oligarquias regionais — haviam deixado de funcionar a contento, revelando que não mais correspondiam às exigências do próprio desenvolvimento capitalista. Passara a ser uma necessidade histórica a realização de mudanças superestruturais no sistema de dominação republicano, que entrara em contradição com as transformações havidas na estrutura sócio-econômica do país.

Os conflitos sociais eram flagrantes e assumiam proporções inusitadas no Brasil, mostrando que a luta de classes havia atingido um novo patamar — e as grandes lutas operárias daquele período são a maior prova disso — e, ao mesmo tempo, revelando uma sociedade já estruturada em bases capitalistas. Ao lado disso, as disputas no seio da classe dominante também assumiam características novas, que as tornavam extremamente explosivas, levando com maior frequência à ruptura, como viria a ocorrer no episódio da eleição presidencial de Epitácio Pessoa e, de forma ainda mais violenta, na sucessão dele próprio.

Para os setores oligárquicos dissidentes, a situação nacional tornara-se preocupante e aflitiva, o que encontraria reflexo em sintomático documento público de agosto de 1924, redigido por Monteiro Lobato e assinado por intelectuais oposicionistas de São Paulo, que, um mês após a revolta tenentista de São Paulo, se dirigiam diretamente ao presidente Artur Bernardes:

“O estado de espírito do povo brasileiro é de franca revolta. Tomei médias e creio não errar orçando em 90% o índice das criaturas que, quando se abrem na intimidade denunciam este estado de revolta. Do espírito de revolta ao espírito revolucionário a transição é mínima. Basta que deflagre um movimento militar para que a passagem se opere e o revoltado se transforme em revoltoso. Revoltoso platônico, é verdade, mas perigosíssimo, pois dará à explosão a força moral das suas simpatias e a material, sendo-lhe possível.”³⁷

A classe dominante estava irremediavelmente cindida, o que facilitava a emergência de outros setores da população no cenário político nacional. Para as massas populares, tradicionalmente alijadas de qualquer participação na definição dos destinos do país, a atmosfera tornara-se irrespirável. Ninguém agüentava mais a camisa-de-força do regime político vigente na República Velha. Poucos anos antes, no final da década anterior, haviam ocorrido grandes greves e manifestações operárias, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, violentamente esmagadas pela classe dominante, criando sérias dificuldades para o soerguimento do movimento operário nos anos 20. Agora, eram as camadas médias urbanas que ingressavam de forma significativa na cena política, tornando patente o crescente descontentamento com o sistema dominante.

O Brasil vivia uma grave crise não só econômica, como também social, política, ideológica e cultural, que colocava em xeque todo o arcabouço político da República Velha. O sistema de dominação oligárquico, implantado com o advento da República, começava a desmoronar. Durante os anos 20, a situação política do país iria agravar-se, passando por várias etapas de um processo

de crescente aguçamento das contradições sociais e políticas, que terminaria por levar ao colapso final das instituições oligárquicas, quando da crise mundial de 1929-1930³⁸.

Naquele momento, sob a direção dos setores oligárquicos de oposição — que passaram a incluir até mesmo o Partido Republicano Mineiro (PRM), inconformado com a escolha de um candidato paulista à sucessão presidencial de Washington Luís —, uma ampla coligação de forças políticas descontentes com a hegemonia da burguesia cafeeira desfecharia o golpe final contra a moribunda República Velha. E, com a chamada “Revolução de 30”, seria posto em prática, pelas oligarquias dissidentes, um dos preceitos mais notáveis da “sabedoria” da classe dominante brasileira sempre que se sente ameaçada, preceito enunciado com brilhantismo por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então presidente do Estado de Minas Gerais, em locução que se tornaria célebre: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

NOTAS

1 - Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Houve feudalismo no Brasil? In: PINSKY, Jaime (org.). *Modo de Produção Feudal*. 2ª ed. São Paulo, Global, 1982; *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979; El modo de producción esclavista colonial em América. In: ASSADOURIAN, C. S. et alii. *Modos de Producción em América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973. (Cuadernos de Pasado y Presente, 40). CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

2 - Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 202-203.

3 - Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. Op. cit., p. 96.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Houve Feudalismo no Brasil? In: PINSKY, Jaime (org.). Op. cit., pp. 196-198.

GORENDER, Jacob. Op. cit., pp. 54-55.

4 - ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Verbetes Transição*. Lisboa, Casa da Moeda, 1985, v. 7, p. 181.

5 - Deve-se assinalar que diversos trabalhos, mais ou menos recentes, têm revelado a importância de outras fontes de acumulação de capitais — além da produção e exportação de café —, que seriam transferidos para investimentos industriais a partir da segunda metade do século XIX.

Cf. STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil — 1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus 1979.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

SUZIGAN, Wilson. *A Indústria Brasileira; origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, XIII, nº 1, 1983, pp. 181-209.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. 1850-1930*. São Paulo, Hucitec, 1986.

LEVY, Maria Bárbara. As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais na cidade do Rio de Janeiro no início do século. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo, Departamento de História do Patrimônio Histórico, 19 a 23/10/1986, pp. 27-40.

GUARITA, Marco Antônio Reis. A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. *XIV Encontro da ANPEC*, 1986, pp. 188-196.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895; uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil*. Niterói, 1985. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)

6 - Cf. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.

SPINDEI., Cheywa R. *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Op. cit.

SALLIUM JÚNIOR, Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura; Oeste Paulista, 1888-1930*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande: 1840-1905*. Campina Grande, 1985. (Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II.)

7 - Cf. MARX, Karl. *O Capital*. v. I. (Edição em russo.)

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Verbete Transição*. Op. cit.

8 - Cf. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2ª ed. São Paulo, LECG — Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Verbete Transição*. Op. cit.

9 - Para um exame mais detalhado dessa questão, ver o Capítulo IX deste livro.

10 - Consideramos que a melhor definição de classe social ainda é a que foi dada por V. I. Lenin:

"Denominam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado da produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada pelas leis) perante os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apoderar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam em um determinado sistema da economia social". (LENIN, V. I. "Uma grande iniciativa". In: *Obras Escogidas*. Moscou, Ed. em Línguas Extranjeras, 1948. t. II, pp. 612-613.)

Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *El Concepto de Clases Sociales; bases para una discusión*. Madrid, Ed. Ayuso, 1976.

11 - Para um exame do *colonato* e de outros tipos de relações de produção no campo, assim como das classes e setores de classes na área rural brasileira, ver o Capítulo IX deste livro.

12 - Cf. MARX, Karl. *Miseria de la Filosofía*. Buenos Aires, Ed. Signos, 1970, pp. 158-159.

13 - Adotamos o conceito de *oligarquia* conforme é sugerido por Hamilton M. Monteiro: *oligarquia* serve para "designar os grupos dominantes locais (estaduais) que fazem uso do seu predomínio econômico para controlar o nível político". [MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. São Paulo, Ática, 1986, p. 74. (Princípios, 66)]

Isso não invalida o conceito de classe social acima referido, apenas contribuindo para uma melhor compreensão do processo de formação de classes no Brasil, quando estas ainda não estavam claramente definidas. O conceito de *oligarquia* engloba diversos setores da classe dominante, cujos interesses eram coincidentes em determinados períodos.

14 - A respeito, ver o Capítulo IX deste livro.

15 - Cf. CANO, Wilson. Op. cit.

16 - Cf. SILVA, Sérgio. Op. cit.

FAUSTO, Boris. "Expansão do café e política cafeeira". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975, t. 3: O Brasil Republicano; v. 1: Estrutura de poder e economia, pp. 193-248.

17 - Cf. SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op. cit.

18 - Cf. MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A Economia Política do Café com Leite: 1900-1930*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

19 - Id., *ibid.*, pp. 99 e 100.

20 - Id., *ibid.*, p. 105.

21 - Id., *ibid.*, p. 138.

22 - LANGE, Oskar. *Economía Política*. México, F.C.E., 1966, t. 1, p. 47. Apud CARDOSO, Ciro Flamarión S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *El Concepto de Clases Sociales*; bases para una discusión, Op. cit., p. 44.

23 - CARDOSO, Ciro Flamarión S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Id.*, *ibid.*, p. 44.

24 - Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977, t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições, pp. 7-92.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. São Paulo, Cadernos do IFCH da UNICAMP, 1973, nº 1.

25 - Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit.

26 - Id., *ibid.*, p. 35.

27 - Essa questão voltará a ser tratada no Capítulo II.

28 - A respeito, ver o item 3 do Capítulo II.

29 - MONTEIRO, Hamilton M. Op. cit., pp. 69-70.

30 - Sobre o "coronelismo", ver a obra de LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

Consultar também o Capítulo IX deste livro.

31 - Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito Regional e Crise Política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

- 32 - Sobre o tenentismo, ver o Capítulo II deste trabalho e, sobre o movimento de 1930, o Capítulo X.
- 33 - Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha — I —* (instituições e classes sociais) (1889-1930). 4ª ed. São Paulo, Difel, 1978, pp. 45-47.
- LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília, BINAGRI, 1979, pp. 25-57.
- 34 - JOSLIN, D. *A Century of Banking in Latin America*. London, Oxford Univ. Press, 1963, p. 217. Apud FRITSCH, Winston. *Aspects of Brazilian Economic Policy under the First Republic (1889-1930)*. Cambridge, Darwin College, 1983, p. 86. (Dissertation submitted to the University of Cambridge in partial fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy).
- 35 - Id., *ibid.*, p. 86.
- 36 - Id., *ibid.*, p. 92.
- 37 - Cf. CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista; política e poder (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 278.
- 38 - A respeito, ver o Capítulo X deste livro.

Capítulo II

O tenentismo — fruto da crise da República Velha

Introdução

Muito se tem escrito sobre o tenentismo¹. Nosso objetivo limita-se a tentar explicar as causas do seu surgimento e do papel decisivo que viria a desempenhar, durante os anos 20, no solapamento dos alicerces da República Velha, contribuindo assim para a vitória da chamada “Revolução de 30”. A nosso ver, uma justa avaliação do tenentismo é o ponto de partida para compreender a Coluna Prestes — seu episódio culminante, que constitui o objeto da nossa pesquisa.

Ao iniciar-se a década de 20, a situação social e política tornara-se explosiva. Os governos ditatoriais de Epitácio Pessoa e, posteriormente, de Artur Bernardes — expressão dos interesses oligárquicos dominantes, representados pelo PRP e o PRM — não estavam dispostos a transigir com qualquer tipo de “agitação revolucionária” ou de movimento de contestação à ordem vigente. Mas, apesar do estado de sítio quase permanente e da violenta repressão praticada contra todo tipo de atividade oposicionista, os anos 20 seriam marcados por incontáveis pronunciamentos e levantes militares que, mais tarde, passariam à História sob a denominação de *tenentismo*, uma vez que os seus participantes eram, em sua maioria, tenentes ou capitães do Exército.

Dentro desse quadro, o ano de 1922 é significativo: marca o início de uma série de transformações que viriam a ocorrer durante aquela década. Pelo menos quatro acontecimentos importantes teriam lugar nesse ano, prenunciando as mudanças que estavam por vir: a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a

Semana de Arte Moderna, a criação do Centro Dom Vital, ligado à revista católica *A Ordem*, e, em particular, a eclosão dos primeiros levantes tenentistas no Rio de Janeiro e em Mato Grosso.

A fundação do PCB significava o esgotamento das propostas anarco-sindicalistas que haviam empolgado o nascente movimento operário no Brasil, a busca de novos caminhos para a sua organização e, ao mesmo tempo, a indiscutível influência internacional da Revolução Russa de 1917 sobre os elementos mais conscientes da intelectualidade progressista e do operariado.

Com a Semana de Arte Moderna, desencadeava-se um processo de questionamento dos padrões culturais e artísticos consagrados pelos setores sociais dominantes — que, entretanto, ultrapassava, pelo seu significado, os limites dos problemas estritamente culturais. Wilson Martins diria:

“A *Semana de Arte Moderna* foi a primeira manifestação revolucionária, coletiva e programática, de uma década evidentemente empenhada no processo revolucionário. (...) Se houve uma *Semana de Arte Moderna* é porque existia um clima revolucionário, que explodiu pelo ponto de menor resistência — tomando com isso consciência de si mesmo.”²

A criação do Centro Dom Vital refletia a rearticulação que se iniciava por parte da Igreja Católica, tendo em vista deter a agitação social e manter o controle da situação nacional nas mãos da classe dominante. Era uma reação aos perigos de possíveis convulsões sociais, em que a apologia da *ordem* desempenhava um papel central. A reação católica levantava a cabeça.

Finalmente, a eclosão dos primeiros levantes tenentistas, 5/7/1922, marcava a estréia dos “tenentes” no cenário nacional, sendo que o episódio dos “18 do Forte”, em Copacabana, alcançaria enorme repercussão comovendo profundamente amplos setores das populações urbanas³. Os nomes dos heróis sobreviventes dessa epopéia — Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes — ecoariam junto à opinião pública nacional, passando a simbolizar os anseios de liberdade e justiça das camadas médias urbanas, que se sentiam sufocadas pelos governos despóticos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes.

O clima revolucionário* estava instalado no país. Cabe questionar quais seriam as forças sociais e políticas capazes de dirigir a

* Usaremos os termos *revolução* e *revolucionário* para designar os movimentos de contestação aos governos da época, em que *revolução* era sinônimo de luta armada, conforme o entendimento dos seus protagonistas. Para nós, *revolução* tem o sentido de transformações profundas das estruturas sócio-econômicas e políticas, de acordo com a teoria marxista.

revolução brasileira, voltada contra o domínio absoluto das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Quem seria capaz de capitalizar esse clima revolucionário e derrubar o sistema político vigente na República Velha?

O movimento operário, embora houvesse crescido e revelado um alto grau de combatividade no final dos anos 10, sob a direção dos grupos anarco-sindicalistas, englobava um setor numericamente restrito da população e existia como tal apenas em alguns centros urbanos mais importantes. Ao iniciar-se a década de 20, enfrentava graves problemas, que advinham tanto dos sérios golpes sofridos com a violenta repressão governamental quanto do seu próprio crescimento — com a crise do anarquismo e da sua orientação —, o que dificultava a organização e a consolidação do operariado como força política independente. Já os comunistas eram politicamente débeis, muito perseguidos e sem condições de encabeçar um movimento efetivamente poderoso que pudesse abalar as instituições da República Velha — embora, a partir de 1922, estivessem organizados num partido político que pretendia a tomada do poder. Na realidade, o movimento operário não possuía condições que lhe permitissem assumir um papel de liderança na luta política que dilacerava a Nação.

As oligarquias dissidentes — cujos interesses eram preteridos, em maior ou menor grau, pelos setores dominantes comprometidos com a política do “café com leite” — haviam sido derrotadas no pleito presidencial de março de 1922, quando as forças aglutinadas na “Reação Republicana”, em torno da candidatura de Nilo Peçanha, chegaram a entusiasmar as populações das grandes cidades com seu discurso oposicionista. Não estavam, entretanto, dispostas a recorrer às armas contra os governos de Epitácio Pessoa ou de Artur Bernardes. Suas atitudes pautaram-se sempre pela prudência e moderação, o que se tornou evidente no episódio do primeiro “5 de julho”, pois mesmo tendo participado, em alguns casos, das conspirações tenentistas ou mantido contatos com os conspiradores, tratariam de descompromissar-se com aqueles acontecimentos. No máximo, no caso de Nilo Peçanha, seria expressada uma solidariedade verbal aos revolucionários de julho⁴. Os políticos pertencentes aos setores oligárquicos dissidentes não se dispunham a conduzir o processo revolucionário. Preferiam o caminho dos entendimentos e das manobras políticas, métodos tradicionalmente empregados pelas classes dominantes no Brasil, cujo temor de qualquer participação popular é bem conhecido.

A esmagadora maioria da Nação era composta pelas populações rurais, submetidas ao domínio dos “coronéis”, cujo poder fora mantido graças ao funcionamento dos mecanismos estabeleci-

dos pela "política dos governadores", instaurada no quadriênio Campos Sales. Viviam num mundo à parte, sem nenhuma participação na vida política nacional, a não ser a do voto de cabresto depositado nas urnas a mando do chefe político local, do qual eram totalmente dependentes. Não havia como esperar que viesse a surgir dos setores rurais um movimento que pudesse questionar o poder das oligarquias dominantes. As massas rurais continuavam a engrossar a clientela dos donos de terras, sem a menor condição de influir nos acontecimentos nacionais.

A burguesia industrial vinha crescendo e adquirindo feição própria, com interesses próprios a defender, mas continuava, pela sua formação, profundamente entrelaçada com os setores oligárquicos, o que lhe impedia de assumir uma postura independente e, menos ainda, de contestação frente aos grupos dominantes. Suas posições políticas, no fundamental, confundiam-se com as dos setores oligárquicos, aos quais, em geral, pertenciam seus representantes.

As camadas médias urbanas tornavam-se mais numerosas e diversificadas, englobando amplos setores populacionais, principalmente nas grandes cidades, tanto na área dos serviços públicos e privados, como na burocracia estatal, no meio da intelectualidade e dos profissionais liberais. Pela sua posição intermediária no sistema produtivo social, assim como pelas suas ligações com a classe dominante, esses setores tendiam a ter um comportamento caudatário em relação às oligarquias. Ideologicamente, as camadas médias urbanas dependiam da classe dominante e mostravam-se incapazes de formular um projeto próprio, independente. Estavam, pois, sujeitas às pressões conjunturais; e, num momento de grave crise, como a que abalava o país no início dos anos 20, o descontentamento generalizado com a carestia e o agravamento das condições de vida, com a falta de liberdade e as limitadas possibilidades de influir nas decisões políticas contribuía decisivamente para levá-las à revolta e à disposição de apoiar ações radicais contra a ordem estabelecida.

Nenhum setor social era mais sensível às influências do clima revolucionário que se criava do que as camadas médias urbanas. Faltavam-lhes, contudo, organização e capacidade de arregimentação para assumir a direção do processo revolucionário. Não contavam sequer com partidos políticos que as pudessem conduzir à luta pela conquista de maiores espaços no sistema político, permitindo-lhes influir nos acontecimentos e na vida política nacional.

É nesse contexto de ausência de forças sociais ou políticas capazes de capitalizar o clima revolucionário existente, transformando o descontentamento generalizado em ação política contra os grupos dominantes, que assumiriam papel de destaque os jovens ofi-

ciais do Exército e, em alguns casos, da Marinha. Como observou Caio Prado Júnior:

“Se são militares que formam na vanguarda dos movimentos de regeneração política do Brasil, é que suas armas lhes davam a possibilidade de agir; e não estava ainda em condições de substituí-los a ação das massas populares, desorganizadas e politicamente inativas. Os ‘tenentes’ assumirão por isso a liderança da revolução brasileira.”⁵

O tenentismo vinha preencher o vazio deixado pela falta de lideranças civis aptas a conduzirem o processo revolucionário brasileiro que começava a sacudir as já caducas instituições políticas da República Velha. Os “tenentes” substituiriam os inexistentes partidos políticos de oposição aos governos oligárquicos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Semelhante constatação leva-nos a novas indagações: quais seriam as causas determinantes da ação dos “tenentes”? O que os movia? Por que uma parte da juventude militar partia para a rebelião, apesar de pertencer a uma instituição estatal como o Exército, cuja função sempre fora a defesa dos interesses das classes detentoras do poder político? Se, pelas suas origens sociais, os “tenentes” provinham das camadas médias urbanas, por que motivo não se formaram lideranças civis que pudessem cumprir o papel desempenhado pelo tenentismo?

A resposta a essas questões — se partirmos de uma visão que, para compreender os fenômenos sociais, se baseie na existência de classes e da luta de classes — terá que advir de uma análise do tenentismo que considere tanto os seus condicionantes *sociais* quanto *militares*. Em outras palavras, ainda que os “tenentes” devam ser analisados enquanto militares, é necessário investigar os problemas e conflitos presentes nas Forças Armadas daquele período não de maneira isolada, mas em ligação com a sociedade brasileira da época, inseridos no contexto geral da crise que o país atravessava. Os “tenentes” eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas por uma muralha chinesa; ao contrário, os militares não só provinham, em sua maioria, dos setores médios dessa sociedade, como mantinham estreito contato com as populações civis, com a vida nacional. É nesse complexo emaranhado de relações sociais que devem ser compreendidas as suas posições e atitudes, o seu comportamento político.

O tenentismo, as Forças Armadas e o Brasil da época

No Brasil, havia uma tradição de intervenções militares na política: a República nascera de um golpe militar, sendo que os pri-

meiros governos republicanos foram encabeçados por militares. O Exército era uma espécie de caixa de ressonância dos anseios federalistas e republicanos de amplos setores da vida nacional.

Durante os últimos anos do século XIX e os primeiros deste século, os militares — principalmente os elementos mais jovens — continuariam a ter participação ativa na vida política. É a época dos movimentos “jacobinos” e da Revolta da Vacina Obrigatória, na cidade do Rio de Janeiro, quando o levante dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha viria a ser um marco importante naqueles acontecimentos. Com a sua derrota, a oligarquia paulista no poder, aliada à de Minas Gerais — e representando os interesses globais da classe dominante —, desferia um golpe de envergadura, dirigido contra os setores populares amotinados, assim como contra a jovem oficialidade progressista. A Escola Militar foi fechada por vários anos, só vindo a ser reaberta em 1911, no Realengo⁶.

O movimento popular entraria em refluxo e, para isso, em muito contribuíram as medidas “modernizadoras” da burguesia cafeeira em ascensão, postas em prática principalmente na capital da República, sob a direção do prefeito Pereira Passos. O Rio de Janeiro seria reformado, afastando-se as massas proletárias do seu centro e confinando-as nas favelas e nos lugares mais distantes das vistas burguesas. Tratava-se de transformar o Rio na capital da nação burguesa em ascensão, na qual a classe operária e os setores populares deveriam ser postos sob vigilância estrita e controle rigoroso⁷.

Quanto aos militares, com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, eliminava-se o mais importante foco de agitação da jovem oficialidade. Ao mesmo tempo, a burguesia tratava também de modernizar as Forças Armadas, transformando-as em fiéis executoras de seus desígnios. Para uma nação moderna, era necessário construir Forças Armadas modernas.

Ainda no quadriênio Rodrigues Alves, inicia-se a tentativa de reorganização do Exército e da Marinha, com a adoção de um programa de construções materiais, dentre as quais destacavam-se a reforma do ensino militar, a instalação de uma fábrica moderna de pólvora, a construção de linhas estratégicas militares etc. Eram promovidas também grandes manobras de divisão em região próxima à capital. Procurava-se ainda restaurar a Marinha de Guerra, que estava praticamente liquidada desde a revolta de 1893⁸.

Na verdade, a situação das Forças Armadas era calamitosa. As referências são numerosas e não deixam lugar a dúvidas. Edmundo Campos Coelho ressalta que, durante os primeiros decênios da República, as condições de funcionamento do Exército eram muito precárias, com “equipamento deficiente, armamento

obsoleto, falta de munição até mesmo para os exercícios de tiro, instalações inadequadas e péssimas condições materiais de vida do pessoal nos corpos de tropa”⁹. Apoiado nas reminiscências de generais como Estevão Leitão de Carvalho e F. de Paula Cidade, Campos Coelho refere-se ao ambiente de ócio que imperava entre a oficialidade nos quartéis, ao descaso que reinava pela preparação militar e ao despreparo do Exército para cumprir sua função constitucional de “defesa da ordem interna”, o que ficaria patente durante as campanhas de Canudos. Dessa forma, os “sucessivos fracassos na luta contra os sertanejos de Antônio Conselheiro atingiram fundo a já abalada credibilidade na competência profissional do Exército”¹⁰.

No final da I Guerra Mundial, o despreparo militar do Brasil tornava-se mais evidente ainda, quando comparado com os exércitos das nações desenvolvidas. Nelson Werneck Sodré, assinala:

“A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis: a norma fora liquidar a instituição: ela estava praticamente liquidada.”¹¹

Alguns anos depois, já na década de 20, a situação do Exército não seria melhor. João Pandiá Calógeras, o único civil que chegou a ser nomeado ministro da Guerra, ficaria abismado com as condições que encontrou ao assumir a sua pasta: soldados desprovidos de cobertores, capotes, fardamento, assim como sem quartéis e viaturas e, pior ainda, com o pagamento atrasado. O próprio ministro resumiria a situação da seguinte maneira:

“Instrução nula. Campos de exercícios inexistentes. Pás e picaretas, em número ridículo. Adestramento, nenhum.”¹²

Luiz Carlos Prestes recordaria o ambiente da época em plena Vila Militar, situada na capital da República:

“Eu conheci bem aquilo ali, porque eu construí uma linha de bondes de Deodoro até o fim da Vila Militar. E via o que é que aqueles oficiais faziam. Chegavam de manhã, às seis da manhã, vinham para o quartel, davam uns gritos lá com o cabo ou sargento, depois vinham para o cassino e ali ficavam jogando, falando mal da vida alheia, até a hora do almoço. Almoçavam... com a etapa* de soldado, porque o oficial não tem etapa — a etapa é para comprar comida. A ‘bóia’ era para os oficiais, os soldados comiam uma porcaria. Depois que almoçavam, iam para a Companhia, assinavam o expediente e voltavam para o cassino e ficavam olhando para o relógio e xingando o comandante porque não saía. E quando o comandante saía, saía tudo atrás. (...) Botavam um cabo ou um sargento para dar instrução. Era isso só. E o resto era falar mal da vida alheia. Era um intrigalhada tremenda.”¹³

* *Etapa*: dinheiro destinado à alimentação dos soldados.

Prestes recordaria também a corrupção desenfreada, que já naquela época existia dentro do Exército, levando-o a pedir demissão, uma vez que não desejava compactuar com as irregularidades que presenciara ao inspecionar a construção de quartéis no Noroeste do Rio Grande do Sul¹⁴.

Além disso, as condições de vida dos soldados eram as piores possíveis, tendo prevalecido, durante muitos anos, nas fileiras tanto da Marinha como do Exército, a prática dos castigos corporais aplicada como método disciplinador. Em geral, o soldado do Exército nacional não passava de um pária da sociedade, frequentemente analfabeto e oriundo das camadas mais desfavorecidas da população; se sentava praça, era porque não tinha outra opção ou porque a polícia o capturara. E essa situação ia mudando com grande lentidão, mesmo após o estabelecimento do serviço militar obrigatório e do recrutamento por sorteio, a partir de 1916¹⁵.

Embora, desde o início do século, existisse a preocupação com a modernização das Forças Armadas, os resultados obtidos mostravam-se insatisfatórios, gerando descontentamento entre a jovem oficialidade do Exército. Foram os chamados "jovens turcos", reunidos em torno da revista *A Defesa Nacional*, por eles fundada em 1913, que passaram a mover uma intensa campanha a favor do serviço militar obrigatório — visto como "remédio para os males da nação e do Exército"¹⁶ — e da adoção de uma política que levasse à efetiva modernização e profissionalização das Forças Armadas.

Tratava-se de um grupo de jovens oficiais brasileiros que, a partir de 1906, haviam sido enviados a estagiar no exército alemão, o mais bem preparado da época. A última turma viajara em 1910; ao todo, cerca de trinta militares serviram arregimentados, durante dois anos, como se fossem oficiais alemães¹⁷. Alguns deles se destacariam mais tarde, como Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Parga Rodrigues, Euclides de Oliveira Figueiredo.

Esses militares orgulhavam-se de serem comparados com seus congêneres turcos liderados por Mustafá Kemal, que, desde 1865, se batiam, na Turquia, por um regime constitucional e parlamentar e por reformas profundas que pudessem transformar o país numa nação moderna¹⁸. Como os "jovens turcos" originais, os seus colegas brasileiros também haviam estudado na Alemanha e tinham no exército prussiano o modelo a ser seguido pelas "sociedades nascentes", sendo que à corporação militar cabia a tarefa de construir a *nação*¹⁹.

Os "jovens turcos" viriam a ter grande influência em todos os movimentos de renovação do Exército. Eram muito atuantes, trazendo obras militares de autores alemães, apoiando abertamente

a campanha pelo serviço militar obrigatório e participando com entusiasmo do esforço pela modernização do ensino militar na Escola Militar do Realengo, onde vários deles fizeram parte da “Missão Indígena” — que começou a atuar em 1919 —, voltada principalmente para o aperfeiçoamento da instrução do Exército. Ao denunciarem abertamente o atraso técnico-militar do Exército brasileiro e se empenharem com afinco na luta pela sua renovação e profissionalização, os “jovens turcos” estavam contribuindo para a execução prática do projeto burguês de construção de forças armadas modernas, preparadas para a defesa de uma “nação moderna”, o que significava uma nação de acordo com os interesses da burguesia cafeeira que assumira o poder com a República, ou seja, dos setores oligárquicos ligados à produção e comercialização do café, que já eram capitalistas²⁰.

Na prática, os “jovens turcos” viriam a transformar-se em paladinos dos interesses burgueses em ascensão. Não havia sido em vão que o Estado brasileiro investira na formação profissional e ideológica desse grupo de oficiais, ao enviá-los a estudar na Alemanha, a pátria do exército prussiano.

Na historiografia brasileira, os “jovens turcos” têm sido vistos como uma corrente que se batia dentro do Exército pelo afastamento dos militares da política, como condição de sua profissionalização²¹. José Murilo de Carvalho é o autor em cuja obra essa tese se encontra mais desenvolvida. Segundo ele, a ideologia do soldado-cidadão ou da intervenção reformista corresponderia ao pensamento dos militares que proclamaram a República e, posteriormente, dos “tenentes”, enquanto a ideologia do soldado profissional ou a não-intervenção seria a proposta dos “jovens turcos”. Haveria ainda uma terceira corrente — a ideologia do soldado-corporação ou a intervenção “moderadora”, que corresponderia aos militares getulistas no pós-30²².

A análise do discurso veiculado pelos “jovens turcos” na revista *A Defesa Nacional*²³, efetivamente, revela que esses militares declaravam ser indesejável o envolvimento político da oficialidade nas “querelas políticas, que só provocavam o desgaste da corporação”. O combate ao que chamavam de “bacharelismo” e de “politicagem”, ou seja, à política com “p” minúsculo, era uma das tônicas desse discurso²⁴. Provavelmente, reside aí a causa de certos analistas terem chegado à conclusão de que os “jovens turcos” seriam supostamente apolíticos.

Na realidade, esse grupo de oficiais estava preocupado em “encaminhar o Exército para a grande política, de dimensões nacionais, na qual a corporação atuaria de forma coesa, sem quebra de hierarquia. Esse direito que se atribuem de atuar nas ‘grandes

transformações porque tem passado a Pátria brasileira' abre, claramente, para a intervenção militar na vida política"²⁵.

Polemizando com José Murilo de Carvalho, a professora Leila Maria Corrêa Capella argumenta que os "turcos" aceitavam a intervenção militar na política desde que fosse feita em prol dos mais "alevantados ideais" nacionais. E acrescenta:

"Sua luta pela profissionalização não parece impedi-los de se pensarem atuando nas grandes questões nacionais. Talvez possamos, por aí, entender melhor por que Bertoldo Klinger, o cérebro do grupo, surge como o expoente da terceira concepção, a do soldado-corporação. Klinger, no momento em que participava da derrubada de Washington Luís, não estava rompendo com idéias de 20 anos atrás. Tratava-se, naquele momento, de uma ação que pertencia ao domínio da política nacional, e não da politicagem."²⁶

Por isso mesmo, segundo Leila Capella, os "turcos", ideologicamente, se ajustariam melhor à idéia de uma "intervenção corporativa". A trajetória de Bertoldo Klinger seria exemplar: perseguiu a Coluna Prestes, "que ameaçava a hierarquia militar, e ajudou a depor o presidente Washington Luís, no momento em que uma parcela significativa do Exército se colocara contra ele"²⁷.

Com a eclosão da I Guerra Mundial, aumentava o perigo de o Brasil vir a envolver-se nessa conflagração ou em alguma disputa continental e ficava mais evidente ainda o contraste entre o despreparo técnico-militar do Exército brasileiro e o progresso das forças armadas européias e norte-americanas. A situação levava os "jovens turcos" a se pronunciarem a favor da industrialização do país, batendo-se pela construção de estradas de ferro e, em particular, pela criação da indústria siderúrgica nacional — embora, na sua opinião, a última devesse destinar-se à iniciativa privada. Consideravam também que, para assegurar a sua defesa na guerra, os países sul-americanos deveriam, no tempo de paz, construir fábricas civis capazes de se converterem rapidamente em fábricas de munições, armas e material de guerra. Além disso, durante a paz, os governos deveriam manter, a 1/4 de atividade, diversos setores produtivos voltados para a fabricação de armamentos²⁸.

Mas a preocupação principal do grupo de oficiais congregados em torno de *A Defesa Nacional* era com os movimentos de contestação, com o crescente descontentamento popular e das massas operárias diante da grave situação que o país atravessava, consequência direta do aprofundamento da crise econômica e da deflagração da I Guerra. Leila Capella assinala:

"A Guerra funciona, no Brasil, como um agente catalisador das diferentes propostas elaboradas para a sociedade brasileira e que

encontram, naquele momento, sua platéia e seu campo de combate. De um lado, estão as camadas privilegiadas, unidas a um grupo de militares; de outro, os operários sob a liderança anarco-sindicalista.”²⁹

A proposta dos “jovens turcos”, exprimindo os interesses de classe burgueses e de amplos setores das camadas médias, na segunda metade dos anos 10, voltava-se para a construção de uma nação capaz de eliminar qualquer propósito contestatório dos “de baixo”, empregando para isso tanto os meios violentos como a capacidade integradora dessa nova nação. Tratava-se de uma resposta política e burguesa ao perigo que o movimento operário começava a representar para a classe dominante.

A idéia de que a nação brasileira ainda estava por fazer era, aliás, comum a uma parte considerável das elites intelectuais da época, em que se destacavam nomes como os de Alberto Torres, Silvio Romero e Vicente Licínio Cardoso.

Como acontecera no exército prussiano, também no Brasil o serviço militar obrigatório deveria constituir a fórmula que restauraria não só as forças do Exército, mas também as de toda a sociedade. O Exército — recuperado pela introdução do serviço militar obrigatório — recuperaria também a sociedade. Para os “turcos”, o serviço militar obrigatório resolveria dois graves problemas que os preocupavam: “a inexistência da nação e de um exército nacional”³⁰.

No editorial do nº 2 da revista *A Defesa Nacional*, afirmava-se:

“Nós, soldados, precisamos construir um exército que seja como um tecido de finas malhas de aço dentro da estrutura física, intelectual, moral e artística duma grande nacionalidade como a nossa — para dar-lhe, ao mesmo tempo que flexibilidade, resistência.”³¹

Ao mesmo tempo, Bertoldo Klinger escrevia:

“Na nossa desorganizada Pátria, é ao Exército que tem que caber, além de sua função universal, comum a todos os exércitos, o papel fundamental de *volante da máquina nacional*.”³²

Já nessa época aparece a concepção de segurança nacional entendida como segurança externa e também *interna*, voltada para garantir a construção de nação burguesa, moderna e na qual não houvesse lugar para movimentos de contestação — como foram considerados Canudos e Contestado — e, principalmente, para greves e agitações operárias. Num dos artigos da revista *A Defesa Nacional* dizia-se taxativamente:

“O Exército precisa (...) estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha — e prepa-

rado para corrigir as perturbações internas, tão comum na vida tumultuária das sociedades que se formam.”³³

Como destaca Leila Capella, a atuação do Exército “seria eminentemente conservadora, corretiva e estabilizante, não estando previstas interferências transformadoras em termos sociais”³⁴. Tratava-se de erigir a “nação armada”, o que significava, na prática, transformar o Exército no grande formulador da política nacional, no condutor da vida nacional e na organização capaz de agir com eficiência contra o “inimigo interno”, tanto através da repressão feroz — como se deu com o total apoio dos “turcos” no esmagamento dos “fanáticos” do Contestado — como através da integração dos despossuídos e marginalizados na vida nacional. Quem não quisesse se integrar à nova nação burguesa deveria ser eliminado, afirmava explicitamente *A Defesa Nacional*.

É necessário, contudo, ter presente um aspecto importante no que se refere aos “jovens turcos”: apesar de sua inegável influência entre alguns setores militares, suas propostas não eram bem aceitas pela alta oficialidade do Exército, composta majoritariamente por elementos acostumados à rotina e com um preparo técnico-profissional deficiente — os chamados “tarimbeiros” —, para quem as idéias “modernizadoras” dos “turcos” não podiam ser vistas com simpatia, pois constituíam uma ameaça às suas posições dentro do Exército³⁵.

Mas essas idéias e propostas estavam em consonância com os interesses das elites burguesas e, num momento de aguçamento das contradições sociais, passariam a contar com o seu apoio entusiástico. Criava-se, assim, a Liga de Defesa Nacional, cujo programa coincidia com o dos “jovens turcos”, ao ver no Exército o construtor de uma nação de acordo com o modelo alemão, capaz de disciplinar os cidadãos através do serviço militar obrigatório e de deter as “enxurradas sociais”, como haviam sido Canudos e Contestado.

A Liga de Defesa Nacional e o seu principal propagandista — o poeta Olavo Bilac — viriam a desempenhar um papel importante na mobilização das elites burguesas e de parcelas consideráveis das camadas médias urbanas para o lema da construção de uma nação em que não houvesse lugar para a luta de classes, para os movimentos de contestação, para todos aqueles que não aceitassem a imposição dos interesses dominantes. Enquanto o movimento operário, revelando grande combatividade naqueles anos, levantava a bandeira da luta contra a guerra imperialista, contra o militarismo e, em particular, contra o serviço militar obrigatório, as elites pensantes do país, através da Liga de Defesa Nacional, se batiam a favor do “militarismo” e do “patriotismo”, associados

à defesa do serviço militar obrigatório — que, não por acaso, se tornaria, nos anos de 1915-1916, o grande lema da burguesia brasileira.

Nas palavras de Leila Capella, estudiosa do assunto, o serviço militar obrigatório, nas condições brasileiras da época, foi implantado como remédio para dois grandes males: “a ausência de um exército nacional e da própria nação brasileira. É esse duplo alcance que lhe permite tornar-se desejável não só entre as autoridades militares, mas também entre as elites que governavam o país. Sua adoção surge como *arma no combate às teses defendidas pelo movimento operário*”³⁶.

Dessa forma, os “jovens turcos” expressaram, na terceira década republicana, não tanto — e nem apenas — a insatisfação da jovem oficialidade militar com o descalabro técnico-profissional das Forças Armadas da época, mas principalmente o temor e a preocupação crescentes da burguesia e dos setores médios da população, sob a sua influência, com o movimento operário e os conflitos de classes que se tornavam cada vez mais violentos e ameaçadores, sendo que a I Guerra Mundial contribuía para agravá-los ainda mais. Para fazer frente a essas ameaças, urgia construir a “Nação armada” e, ao mesmo tempo, o Exército, capazes de deter a “desordem” e a “subversão” sociais. Essa era a proposta dos jovens militares, em sua maioria oriundos das baixas camadas médias³⁷, mas ideologicamente caudatários dos interesses burgueses então dominantes. Tratava-se de uma proposta política *burguesa, elitista e reacionária*, que refletia a situação social do País e, em primeiro lugar, o ascenso das lutas operárias sob a direção do anarco-sindicalismo³⁸.

A introdução do serviço militar obrigatório e a adoção de algumas outras medidas “modernizadoras” não se mostrariam, entretanto, suficientes para superar o atraso das Forças Armadas brasileiras³⁹. A I Guerra Mundial chegava ao fim e a maioria das propostas dos “turcos” não era aplicada na prática. A situação de descalabro do Exército provocava manifestações generalizadas, inclusive no Congresso Nacional, a favor da urgência de medidas efetivamente modernizadoras, levando o governo a contratar a vinda da Missão Militar Francesa, que permaneceria no país de 1920 a 1940⁴⁰. Assim, trinta oficiais franceses, sob a chefia do general Gamelin, passaram a controlar todos os níveis da instrução militar: o curso de aperfeiçoamento de oficiais, o curso de Estado-Maior e o curso de revisão do Estado-Maior. A única exceção era a Escola Militar do Realengo, cuja orientação permanecia nas mãos dos oficiais da “Missão Indígena”⁴¹.

Inicialmente, os "turcos" vêem a vinda dos militares franceses com certa desconfiança, uma vez que seu modelo era o exército alemão, mas terminam por aceitá-los, saudando a chegada da Missão Francesa em nosso país nas páginas de *A Defesa Nacional*. Em pouco tempo tornar-se-ia claro que não havia divergências de fundo entre os "jovens turcos" e a Missão Francesa. Ao contrário, muitos dos "turcos" viriam a fazer cursos de aperfeiçoamento com os militares franceses, tornando-se seus fiéis discípulos⁴².

No decorrer da década de 20, as concepções que haviam sido divulgadas pela revista *A Defesa Nacional* passariam a ser as predominantes na instituição militar, contando com o respaldo da Missão Francesa, que, por sua vez, trataria de inculcá-las em seus alunos, dentre os quais o mais brilhante seria, reconhecidamente, o capitão e, ainda naquela mesma década, major Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Que fatores teriam determinado a decisão de trazer ao Brasil a Missão Francesa e qual viria a ser seu papel neste país? Certamente, para os grupos oligárquicos dominantes, ficara evidente que apenas com os recursos nacionais não seria possível construir um Exército moderno e profissionalmente capaz de cumprir a missão de defesa da nação burguesa. Como o Brasil havia se alinhado, durante a I Guerra, com as nações aliadas, naturalmente seriam convidados oficiais do Exército da França para introduzir em nossas Forças Armadas as inovações adotadas pelos países europeus durante a conflagração que abalara aquele continente.

Maria Cecília Spina Forjaz destaca:

"Sob a influência da Missão Francesa intensificou-se, na década de 20, o processo de modernização do Exército brasileiro, principalmente através do desenvolvimento do Estado-Maior como órgão formulador e centralizador da política de defesa nacional em sua acepção moderna, ou seja, incluindo a noção de que defesa nacional implica o controle de recursos técnicos e econômicos."⁴³

E Nelson Werneck Sodré, referindo-se às inovações introduzidas com a chegada da Missão Francesa, assinala:

"Constroem-se quartéis, distribui-se melhor a oficialidade pelos corpos e, particularmente, refunde-se o ensino militar de formação e aperfeiçoamento, no sentido de conferir eficiência profissional aos novos quadros."⁴⁴

Nenhuma das medidas adotadas, contudo, seria suficiente para efetivamente transformar as Forças Armadas nacionais num organismo moderno e eficaz. Persistiam o despreparo e a incompetência militar, o que ficaria evidente quando das revoltas tenentistas no decorrer da década de 20. O fato seria reconhecido pelos pró-

prios oficiais defensores da "legalidade", em suas memórias e reminiscências daquela época. Assim, o então capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro — participante ativo do comando das forças legalistas no combate aos revoltosos de São Paulo e, depois, da Coluna Prestes — escrevia, ainda em 1925:

"O Exército republicano se acha no mesmo pé de ineficácia e fragilidade, ou talvez pior, que o Exército imperial."⁴⁵

Ao tentar compreender as rebeliões da época, esse destacado oficial do Exército brasileiro dizia que elas se explicavam pela "falta de preparação militar, mesmo para fazer face a situações que não apresentam gravidade extrema. Tanto importa em reconhecer a inexistência, no Brasil, do instrumento eficiente para a sua defesa"⁴⁶. E, não obstante fazer parte do grupo de jovens oficiais que se batia pela profissionalização e renovação do Exército e, por isso, ser favorável à Missão Francesa, Góis Monteiro era forçado a reconhecer que o trabalho da Missão havia dado resultados escassos⁴⁷. E acrescentava:

"As nossas forças de terra e mar são inaptas para entrar em campanha e pouco significam como valor militar."⁴⁸

Nesse sentido, os livros e depoimentos de outros oficiais legalistas da época — como Bertoldo Klinger, que comandou os combates à Coluna Prestes nos Estados de Mato Grosso e Goiás⁴⁹; Cândido Mariano Rondon, que chefiou as tropas que combateram os revolucionários de 1924 no Paraná⁵⁰; Paulo René de Andrade, que escreveu sobre a polícia mineira e sua perseguição aos revoltosos tanto em São Paulo como, depois, em Mato Grosso e Goiás⁵¹; o general Abílio de Noronha, que comandava a guarnição de São Paulo quando da revolta de 5/7/1924⁵²; e ainda a biografia do general Tasso Fragoso, de autoria de Alencar Araripe⁵³ — revelam aspectos importantes que vêm confirmar a opinião do capitão Góis Monteiro. Ficam evidentes a flagrante incompetência governista e o total despreparo das Forças Armadas para dar combate aos revolucionários tanto no levante de São Paulo como, principalmente, frente à "guerra de movimento" desenvolvida pela Coluna Prestes. Da mesma forma, verifica-se que o Exército estava bastante minado pelos ideais tenentistas, que contavam com grande simpatia em suas fileiras; e, em decorrência, torna-se claro o papel destacado desempenhado pelas Polícias Militares estaduais e pelos cangaceiros e capangas a serviço dos "coronéis" do interior na repressão e perseguição movidas pelo governo aos rebeldes⁵⁴.

Seria, aliás, no combate à Coluna Prestes que mais se evidenciariam o despreparo técnico-profissional do Exército brasileiro e a incompetência dos instrutores da Missão Francesa, que há vários

anos vinham ministrando cursos e treinando os oficiais das Forças Armadas brasileiras. Na verdade, a tática militar empregada pelo nosso Exército, naquele período, baseava-se fundamentalmente nos ensinamentos trazidos pela Missão, tendo como modelo os combates travados durante a I Guerra Mundial. Tratava-se de ocupar posições, abrindo trincheiras e permanecendo na defensiva, à espera do inimigo. Ou, então, quando as posições inimigas estavam localizadas, definia-se o “objetivo geográfico” para onde se deveria marchar, com a meta de cercar o adversário, tendo como paradigma o famoso sítio de Verdun, que durara meses, no ano de 1916, quando se defrontaram os exércitos da Alemanha e da França.

A experiência da I Guerra era, assim, empregada de forma dogmática e nada criativa pelos militares brasileiros, instruídos pelo general Gamelin e seus colaboradores. Enquanto os revolucionários de São Paulo — que se haviam levantado, a 5/7/1924, na capital paulista e, impossibilitados de nela permanecer, se tinham retirado para o Oeste do Paraná — seguiram os preceitos da chamada “guerra de posição”, ministrados pelos franceses, foi relativamente fácil aos generais da “legalidade” derrotá-los, apesar de toda a sua incompetência e, muitas vezes, falta de vontade de combater e de empenhar-se na luta⁵⁵. Em Catanduvas, por exemplo, os rebeldes não só ficaram na defensiva, como acabaram deixando-se sitiados, não lhes restando, então, outra alternativa senão a rendição diante do poderio bélico do inimigo. Ambas as partes se comportaram de acordo com as lições aprendidas com os instrutores da Missão Francesa⁵⁶.

Quando Luiz Carlos Prestes, à frente da Coluna que mais tarde tomou seu nome, inaugurou uma nova tática — a “guerra de movimento”⁵⁷ —, até então desconhecida dos militares brasileiros, os generais a serviço do governo ficaram perplexos, desorientados e sem saber como agir. Seus conhecimentos de arte militar não lhes permitiam defrontar com êxito as novas formas das investidas rebeldes, de suas manobras e emboscadas. Apesar da sua superioridade em armamento, efetivos militares e apoio logístico, as forças da “legalidade” não conseguiriam derrotar a Coluna Prestes, que partiria invicta para o exílio.

Se nos anos 10 a insatisfação da jovem oficialidade do Exército era grande, na década seguinte, apesar do empenho dos “jovens turcos” na modernização das Forças Armadas e da vinda da Missão Militar Francesa, o descontentamento não seria menor, uma vez que o nosso despreparo se tornara ainda mais flagrante diante do poderio bélico das nações desenvolvidas. Como assinala em

suas reminiscências um jovem “tenente” daquele período, os oficiais se sentiam humilhados com o despreparo do Exército⁵⁸.

Ao mesmo tempo, havia uma série de fatores particulares que contribuíam para a crescente rebeldia da juventude militar, formada principalmente por tenentes e capitães. José Murilo de Carvalho chama a atenção para o grande peso numérico dos tenentes na estrutura do Exército e as conseqüências que daí advinham. Mais de 60% dos efetivos da oficialidade eram compostos pelos tenentes, o que, aliado “ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a esse grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuíam gerando insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento desses oficiais introduziam motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório”⁵⁹.

Edmundo Campos Coelho, outro estudioso do assunto, também assinala que “a preponderância dos tenentes era marcante” e considera que seria uma das causas da “característica oposição, que culminaria no movimento tenentista, entre o quadro de oficiais superiores, por um lado, e o dos oficiais subalternos, por outro”⁶⁰. O referido autor destaca também a importância da política de gratificações ao quadro de oficiais superiores como fator de “crescente hostilidade e oposição da oficialidade subalterna”⁶¹.

Há que reconhecer, entretanto, que esses fatores específicos, internos, das Forças Armadas — que, de alguma forma, contribuíam para a rebeldia da oficialidade jovem — existiram ao longo de todo o período da República Velha, embora tendessem a agravar-se e tornar-se críticos nos anos 20. Tanto os “tenentes”, na década de 20, quanto os “jovens turcos”, na década anterior, enfrentaram problemas semelhantes dentro do Exército, enquanto jovens oficiais que aspiravam atingir melhores condições profissionais e contribuir para que o Brasil viesse a contar com Forças Armadas modernas e aptas a cumprir a sua missão constitucional.

Da mesma forma que os “jovens turcos”, os “tenentes” provinham das baixas camadas médias⁶² e, em sua maioria, se destacavam por serem jovens, contando, em geral, com menos de 30 anos de idade. Como explicar, então, que a participação de uns e de outros viesse a ter um caráter inteiramente distinto e até mesmo de sinais opostos: a dos “turcos” reacionária e a dos “tenentes” progressista, dentro do contexto da época?

A nosso ver, para tentar responder essa questão — que em essência representa um desdobramento das indagações iniciais feitas a respeito do tenentismo* —, é necessário partir do pressuposto de

* Ver a Introdução a este Capítulo.

que os condicionantes militares são insuficientes para explicar a atuação política da jovem oficialidade. Como procuramos mostrar, os "jovens turcos" fizeram parte de uma corrente política reacionária, que expressava os interesses da burguesia cafeeira e das camadas médias urbanas sob sua influência, e que estava empenhada em deter o avanço do movimento operário e de suas lutas; os aspectos militares de suas propostas revelaram-se subordinados a esses objetivos políticos. Os "jovens turcos" eram, portanto, um fruto legítimo da situação política do país nos anos 10 e, em particular, do temor das camadas médias urbanas diante das lutas operárias.

Já os "tenentes" surgem no cenário nacional numa situação política bastante distinta, quando, no início dos anos 20, não só se configurava a crise da República Velha⁶³, como também o movimento operário encontrava-se numa fase de descenso, após ter sido violentamente golpeado pela classe dominante. Diante da crise, que afetava todos os setores da vida nacional, as camadas médias urbanas tendiam à radicalização e à adoção de posições contestatórias, embora não deixassem de ser ideologicamente caudatárias dos interesses burgueses. Seu comportamento passava a ser de franca rebeldia contra os governos que se mostravam incapazes de tirar o país da crise. Se, na década anterior, tais setores intermediários das populações urbanas tremiam de medo diante das lutas operárias, principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, agora não só o movimento operário já não representava uma ameaça iminente, como a situação econômica, social e política tornara-se de tal ordem que, a seus olhos, chegara a hora da rebeldia.

As camadas médias urbanas não contavam, entretanto, com um mínimo de condições que lhes permitissem intervir nos acontecimentos de forma independente: estavam desorganizadas, desmobilizadas, sem líderes e sem programa. E, principalmente, desprovidas de qualquer tradição de atuação autônoma, uma vez que sempre haviam servido de massa de manobra para os designios das classes dominantes, dificultando a formação de lideranças próprias.

A sua radicalização era um fato novo no Brasil dos anos 20. Refletia não só o estado de crise que o país vivia, como também o crescimento e o empobrecimento dessas camadas intermediárias, a sua disposição de luta, o seu desejo de libertar-se da tutela da classe dominante. Da mesma forma, a opinião pública da época, que refletia principalmente os anseios dos setores médios das populações das grandes cidades e se evidenciava através da imprensa e dos debates no Congresso Nacional, expressava a insatisfação gene-

realizada existente no país com os governos oligárquicos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes.

Esse clima revolucionário — para a formação do qual também tiveram importância a situação internacional e, em particular, a repercussão da I Guerra e da Revolução Socialista de Outubro de 1917 na Rússia⁶⁴ — causaria um forte impacto na juventude militar, que, tanto pelas suas raízes sociais como, principalmente, pela sua inserção na sociedade brasileira da época, estava umbilicalmente ligada às camadas médias urbanas, sofria sua influência e participava do processo geral de radicalização de tais setores populacionais.

Os “tenentes” reuniram uma série de condições específicas, que lhes permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e dos seus aliados. Além de disporem de armas, estavam *organizados* numa instituição de caráter nacional — o Exército —, o que lhes facilitava estabelecer contatos em todo o país, fator de grande importância, quando se leva em conta que os demais setores populacionais estavam desarticulados; mesmo o movimento operário passava por sérios problemas, com suas organizações profundamente golpeadas pela reação.

Ademais, os “tenentes” não só eram numericamente majoritários dentro do Exército como tinham um nível cultural acima da média existente no país, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas, ansiosas por encontrar quem as pudesse conduzir em seu processo de radicalização política. É importante destacar ainda que a juventude dos “tenentes”, num momento de grande efervescência política, contribuía também para que eles se dispusessem a participar de uma aventura, de uma revolta, enfim, de uma revolução que, aos seus olhos, aparecia como a única solução para resolver os graves problemas que o país vivia naquele momento.

Os jovens revolucionários expressavam, ainda que de forma inconsciente⁶⁵, a imensa insatisfação que germinava na opinião pública nacional com o domínio oligárquico representado pela política do “café com leite”. Levantavam-se de armas na mão, visando implantar o “legítimo poder civil”⁶⁶, que realizaria o programa liberal⁶⁷ pelo qual se batiam. Não era pretensão sua o estabelecimento de um governo militar, nem queriam, como os “jovens turcos”, unificar toda a corporação em torno de uma política *do* Exército que levasse à construção da “nação armada”. Como observaria Caio Prado Júnior, “apesar do conteúdo militar aparente em todos ou quase todos esses movimentos, nada existe neles contudo que os caracterize como ‘militaristas’, no sentido próprio do termo”⁶⁸.

Não obstante suas profundas contradições, o tenentismo foi, para seu tempo, o que houve de mais prestigioso no campo das forças de oposição no Brasil, principalmente se considerarmos que o movimento operário e o Partido Comunista se mostravam muito débeis, podendo influir pouco nos acontecimentos nacionais.

O tenentismo era, portanto, fruto da crise da República Velha. Representava a revolta possível, nas condições da década de 20, contra o domínio oligárquico. Como assinalaria com perspicácia Afonso Arinos de Mello Franco, "o Exército — ou a parte revolucionária dele — constituiu-se numa espécie de partido político renovador que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes para agir pelas armas"⁶⁹.

Efetivamente, na ausência de partidos políticos capazes de liderar o movimento oposicionista, foi uma facção do Exército que assumiu esse papel eminentemente político. Tratava-se da facção *revolucionária*, nas palavras de Afonso Arinos de Mello Franco, ou melhor, da facção rebelde, contestatória. E não de todo o Exército, que na verdade estava dividido, e, não obstante o tenentismo contar com a simpatia da maioria dos militares⁷⁰, apenas uma parte deles participou diretamente das revoltas tenentistas.

Enquanto os "turcos" e os oficiais instruídos pela Missão Francesa assumiam posições legalistas, os "tenentes" mostravam-se partidários do direito à rebelião militar contra o poder constituído sempre que ele se afastasse do cumprimento da lei. Juarez Távora dizia:

"A força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído. Jura, sim, obediência à Constituição. O seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei. E é só dentro dos limites desta que a sua obediência — indispensável à própria disciplina — deve exercer-se, sem controvérsia."⁷¹

Dessa forma, os "tenentes" assumiam uma postura que entrava em conflito aberto com a posição dos "jovens turcos" e dos discípulos da Missão Francesa. O Exército e, em parte, a Marinha estavam divididos entre os "tenentes" e seus simpatizantes, que pregavam a revolução, e os legalistas, que apoiavam o governo. Os "jovens turcos" e os "tenentes" encontravam-se em trincheiras opostas na luta que então dilacerava a Nação. Enquanto os primeiros defendiam o poder oligárquico burguês, ainda que empenhados em modernizá-lo e torná-lo mais de acordo com as transformações capitalistas por que passava o país, os segundos atacavam esse mesmo poder, ainda que de forma inconsciente, o que decorria, em grande parte, como já foi destacado, da sua própria posição de classe na sociedade capitalista que se ia constituindo no Brasil.

É interessante ver como a revista *A Defesa Nacional* — que refletia em suas páginas as posições dos “jovens turcos” — encareceu os movimentos de rebeldia dos “tenentes”. Enquanto os “turcos” combatiam os rebeldes de armas na mão, ocupando posições de destaque no campo da “legalidade”⁷², a revista evitava falar no assunto⁷³, revelando, numa única referência, que estava claramente do lado do governo. Dizia-se, em editorial do seu número de janeiro-fevereiro de 1926, que o Exército Nacional era a única organização em condições de livrar a nação “da *anarquia, resultante da subversão da ordem pública* e do não reconhecimento por parte de elementos desconexos e descontentes do governo legalmente constituído”⁷⁴. Era a apologia da “legalidade”, feita de forma clara e explícita. Para os “turcos”, os “tenentes” representavam os “subversivos” da época, sendo necessário, pois, liquidá-los.

Se os “turcos” não conseguiram eliminar os “tenentes” durante a década de 20, quando desempenharam um papel decisivo na preparação das condições necessárias para a vitória das oligarquias dissidentes na “Revolução de 30”, chegaram, entretanto, a pôr em prática suas idéias de uma “intervenção controladora ou ‘moderadora’, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior”⁷⁵. José Murilo de Carvalho assinala que, após a vitória do movimento de 30, Bertoldo Klingler volta a pregar, em *A Defesa Nacional*, “o direito dos militares de intervir na política e chega ao extremo de afirmar que ‘o posto supremo de direção (do país) é problema do Estado-Maior’”⁷⁶.

Como destaca José Murilo de Carvalho, “essa posição teve desenvolvimento posterior no pensamento de Góis Monteiro, um dos mentores do Exército durante o período getulista”. E acrescenta:

“Em seu livro *A Finalidade Política do Exército*, escrito após a Revolução, Góis, ex-aluno da Missão e brilhante oficial de Estado-Maior, vê o Exército como uma organização nacional que deve desenvolver política própria: ‘Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade’.”⁷⁷

Em 1930, efetivamente, tornam-se vitoriosas as concepções que haviam sido propagadas de início pelos “jovens turcos”, contando então com a adesão dos pupilos da Missão Militar Francesa e do Estado-Maior do Exército, tendo à frente Góis Monteiro. Tratava-se, nas palavras do último, de estabelecer novos parâmetros para o papel a ser desempenhado pelo Exército:

“Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército (...) A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quando possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.”⁷⁸

O projeto de uma “nação armada” estava assim vitorioso. Como diz ainda José Murilo de Carvalho:

“Era o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização como um todo e não apenas de setores subalternos. Esta concepção só se tornou possível pela nacionalização do Exército através do alistamento universal e do crescimento do contingente e, principalmente, pelo desenvolvimento do Estado-Maior e pela formação de oficiais com esta especialidade (...) Klinger e Góis Monteiro eram típicos representantes desta nova geração de profissionais.”⁷⁹

A colaboração da Missão Militar Francesa, ao contribuir para a modernização do Estado-Maior do Exército, terminara por levar à implantação na prática do projeto defendido pelos “jovens turcos” desde a década de 10.

A partir de 1930, sob a direção de Góis Monteiro, as Forças Armadas passariam por um processo de radical transformação, que culminaria em 1937 com o golpe do Estado Novo. E os “tenentes”, que haviam participado do movimento de 30⁸⁰ e tentado influir nos acontecimentos do início da década, seriam pouco a pouco absorvidos e integrados pelo novo sistema edificado com a estreita colaboração da Missão Francesa. Não seriam mais, portanto, os revolucionários da década de 20; acabariam abandonando seus antigos ideais e transformando-se em dóceis servidores do novo poder constituído sob a liderança de Getúlio Vargas e Góis Monteiro.

O liberalismo radical dos “tenentes”

O tenentismo, ao expressar principalmente os anseios de liberdade e de maior participação política das camadas médias urbanas, revelava-se, na verdade, um movimento que nem era militarista — no sentido de defender os interesses estritamente corporativos dos militares —, nem poderia estar isolado da sociedade,

ou melhor, das populações urbanas do país, as únicas que, naquela época, influíam de alguma maneira na formação da opinião pública e nos acontecimentos nacionais.

É necessário assinalar que, embora os "tenentes" fizessem parte de uma organização de caráter nacional como o Exército — mantendo-os de alguma forma mobilizados e organizados —, o tenentismo como tal nunca chegou a ser um movimento organizado, em que fosse possível encontrar algum tipo de estrutura, de hierarquia, de funcionamento orgânico. O tenentismo enquanto fenômeno social claramente estruturado jamais existiu. A própria denominação que lhe foi atribuída surgiria mais tarde, com o intuito evidente de melhor caracterizá-lo.

Naqueles longínquos anos 20, havia uma constante movimentação da jovem oficialidade do Exército, que conspirava, preparava levantes — em sua maioria fracassados — e, finalmente, teria alguns de seus elementos mais destacados à frente da Coluna Prestes. Tratava-se muito mais de um *estado de espírito* revolucionário, do que de um movimento nitidamente estruturado; estado de espírito este que atingia não só os jovens oficiais, como amplos setores da população e, principalmente, a chamada opinião pública nacional. Pode-se afirmar que as grandes cidades do país estavam sujeitas a ondas de entusiasmo revolucionário, que iam e vinham, ora englobando setores mais amplos, ora mais restritos, mas sempre atingindo aqueles grupamentos políticos e sociais que de uma forma ou de outra se opunham ao domínio da política do "café com leite".

Ainda que a liderança da movimentação revolucionária pertencesse aos militares, a participação civil foi sempre considerável, tendo se tornado fundamental nos acontecimentos que culminariam com a chamada "Revolução de 30". Mas tratava-se de uma atuação extremamente dispersa e desorganizada, em que é impossível encontrar elementos efetivos de estruturação ou articulação estável entre os diferentes participantes. Se os próprios militares que conspiravam agiam de forma espontânea, descoordenada e desorganizada, no que se refere à participação civil e às suas ligações com os "tenentes", a situação seria ainda mais precária, contribuindo para que, em geral, a polícia estivesse sempre a par dos passos e dos planos dos revolucionários. Assim, inúmeras conspirações seriam descobertas antes de acontecer.

Já no período de formação da "Reação Republicana", os militares haviam estabelecido contatos com os políticos de oposição⁸¹ e, inclusive, com setores operários, no Rio de Janeiro⁸². A conspiração militar, que viria desembocar no levante de 5/7/1922, tinha conexões com a movimentação dos políticos e de elementos liga-

dos ao operariado. Na verdade, a conspiração era generalizada, principalmente na capital da República. Tratava-se de conspiratas de cafés e confeitarias, desorganizadas, inconseqüentes e vulneráveis diante da vigilância policial, mas eram um fato que não pode ser negado. Os civis estavam envolvidos pelo clima de rebeldia instalado no país e aspiravam por mudanças que, segundo pensavam, haveriam de vir com a intervenção da jovem oficialidade do Exército — que liderava os acontecimentos, mas não estava sozinha. Existia um clima de efervescência geral; a imprensa oposicionista contribuía para criar uma opinião pública favorável à “Reação Republicana” e a toda a movimentação contrária à candidatura de Artur Bernardes à Presidência da República, o que ficaria refletido e registrado nas páginas de jornais como o *Correio da Manhã* e *O Imparcial*, ambos editados no Rio de Janeiro, e em livros de memórias como os de Maurício de Lacerda, Pedro Rocha etc.⁸³.

José Maria dos Santos, o ensaísta de *A Política Geral do Brasil*, escrevia sobre aqueles tempos:

“Pregava-se a revolução em toda parte: nos lares, nas fábricas, nas repartições públicas, nas casas de comércio generalizado, com frases incompreensíveis de patriotismo confuso. A culpa era dos governos. O mal era dos governos. E ninguém se lembrava da queda apavorante do algodão e do açúcar, na deblateração demagógica em favor do voto secreto, tido como remédio salvador da República.”⁸⁴

Os níveis de adesão e participação na movimentação oposicionista eram, certamente, variados e mudavam com o próprio desenrolar dos acontecimentos. Enquanto as dissidências oligárquicas, via de regra, revelavam maiores simpatias pelo caminho do entendimento e da conciliação política, no meio da juventude militar cresciam as tendências ao apelo às armas, visando depor inicialmente Epitácio Pessoa e depois Artur Bernardes. O discurso liberal, entretanto, era comum a todas as forças de oposição à política do “café com leite”.

Cabe assinalar que as idéias liberais sempre estiveram presentes no discurso político das elites brasileiras⁸⁵. Tratava-se, certamente, de um “liberalismo de fachada”⁸⁶, adaptado à realidade do país; um liberalismo incorporado ao pensamento dominante desde as lutas pela independência, revelando-se excludente, conciliador com a permanência da escravidão, antidemocrático e discricionário. As nossas elites, dependendo dos interesses que defendiam a cada momento histórico, introduziam em seu discurso aqueles postulados liberais que lhes pareciam mais adequados para a concretização de seus objetivos político-ideológicos e sociais. Na verdade, esses postulados provinham de realidades distintas da nossa e a

sua utilização visava cumprir a função inerente a toda ideologia — a legitimação da dominação de classes, ou seja, a legitimação de determinados interesses sociais particulares perante o conjunto da sociedade⁸⁷.

No Brasil, o liberalismo era, portanto, a ideologia das oligarquias, que, com a República, haviam chegado a elaborar uma original combinação dos princípios liberais da federação, da representação e do presidencialismo com a “política dos governadores”, garantindo assim o funcionamento do presidencialismo, mas com o poder das oligarquias locais preservado e, em alguns casos, ampliado. Nas palavras de José Ênio Casalecchi, “ao pretender ser liberal a República era, ao mesmo tempo, oligárquica”⁸⁸.

Se as idéias da classe dominante são as que predominam na sociedade⁸⁹, as camadas médias urbanas no Brasil não poderiam deixar de incorporar o liberalismo à sua visão de mundo, ainda mais quando se sabe que os setores intermediários da população, pela sua própria posição na sociedade, tendem a oscilar entre a classe dominante e o proletariado. Nas condições brasileiras da época estudada, a debilidade da classe operária contribuía para que as camadas médias urbanas se tornassem massa de manobra dos interesses oligárquicos em jogo. E, num momento de crise generalizada e conseqüente radicalização política de tais setores, onde poderiam eles buscar as idéias que inspirassem sua ação contra o despotismo dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes senão no ideário liberal, sob os auspícios do qual haviam sido educados e em cujos postulados acreditavam sinceramente?

No Brasil, as camadas médias urbanas — devido ao próprio processo de sua formação — eram caudatárias da classe dominante, dela dependendo ideologicamente, e não possuíam elementos para assumirem uma posição autônoma e, muito menos, para elaborar uma proposta política própria, independente. Rebelavam-se contra os seus opressores fazendo uso da ideologia desses mesmos opressores. E nisso consistia um dos motivos essenciais de sua ambigüidade e inconseqüência.

Como já foi destacado, os “tenentes” — pela sua origem, formação e ligações — estavam muito próximos das camadas médias urbanas. Por isso mesmo, o tenentismo, ideologicamente, viria a ser a expressão dos seus anseios, inspirados nos preceitos do liberalismo brasileiro. Os “tenentes” também não conseguiriam superar os limites do “liberalismo de fachada”⁹⁰ que germinou no solo de um país como o Brasil, atrasado e dependente das nações imperialistas.

A indigência teórica dos líderes tenentistas refletia o seu despreparo para assumir uma posição política independente. Sua forma-

ção militar caracterizava-se pela tônica profissionalizante, em que grande atenção era concedida ao estudo das ciências naturais e matemáticas, diferentemente da geração que participara da proclamação da República, quando a influência do positivismo tivera importância. A cultura humanística da oficialidade jovem dos anos 20 seria muito limitada. Nenhum dos líderes do movimento tenentista possuía uma formação sólida no terreno das ciências sociais. Nenhuma corrente do pensamento social da época havia deitado raízes no meio dos "tenentes" ou exercido influência decisiva em sua formação. Pode-se dizer que os "tenentes" não tinham uma teoria, nem estavam preocupados em tê-la. Todo seu comportamento, marcado pela espontaneidade, confirma tal afirmação.

No início, quando da eclosão do primeiro "5 de julho", em 1922, os revolucionários não chegaram sequer a lançar algum manifesto ou declaração programática. Sabia-se apenas que se haviam rebelado em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Artur Bernardes, candidato eleito em março daquele ano à Presidência da República, e que deveria ser empossado em novembro. Queriam que sua posse não se efetivasse. Embora seu gesto alcançasse grande repercussão e contribuisse para abalar o poder das oligarquias dominantes, os jovens militares não tinham consciência do seu próprio papel⁹¹.

Com a deflagração dos levantes de 1924, ou seja, com o segundo "5 de julho", viriam à luz os primeiros manifestos tenentistas⁹². Os revolucionários, que chegaram a assumir o poder no Estado de São Paulo, assim como em Manaus e Aracaju, embora por pouco tempo, sentiam-se compelidos a apresentar um programa, a definir uma proposta de mudanças. Não bastava declarar que pretendiam a derrubada de Artur Bernardes e a sua substituição por um civil honesto e comprometido com o cumprimento das leis do país.

Os "tenentes" tornariam suas as bandeiras de conteúdo liberal, que já vinham sendo agitadas pelos setores oligárquicos dissidentes. Assim, por exemplo, desde a "Campanha Civilista" de 1910, Rui Barbosa levantara a palavra-de-ordem do *voto secreto*⁹³, que viria a se tornar o principal ponto programático de todas as forças de oposição aos setores dominantes na República Velha, expressando o anseio geral de liquidação da fraude eleitoral e dos mecanismos de dominação oligárquica estabelecidos com a "política dos governadores". A conquista do voto secreto seria — como veio a acontecer com a vitória da "Revolução de 30" — o fim do sistema de dominação oligárquico que resultara da combinação, inaugurada no governo Campos Sales, entre os dispositivos da Constituição liberal de 1891 e a "política dos governadores"

Com a conquista do voto secreto e da representação popular, os "tenentes" imaginavam que seria possível o cumprimento efetivo da Constituição republicana e dos seus princípios liberais, calçados no modelo da Constituição americana. Segundo eles, o que impedia o seu funcionamento seria a perversão dos costumes políticos levada a efeito pelos políticos profissionais corrompidos. Tratava-se, portanto, de moralizar os costumes políticos para que os princípios liberais pudessem funcionar de fato ou, como estava inscrito no cabeçalho do jornal editado pelos revolucionários de São Paulo, "é necessário republicanizar a República", lema cunhado por Joaquim Murinho⁹⁴.

Para os "tenentes", cabia aos militares desempenhar esse papel: salvar o país e as instituições dos maus políticos, recorrendo, se preciso fosse, à força das armas para estabelecer o "legítimo poder civil"⁹⁵, que cumpriria a missão de regenerar a Nação através da efetiva obediência às leis e à Constituição. Era uma postura elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive das camadas médias urbanas, na medida em que a revolução seria feita pelos militares, imbuidos do seu papel salvador, sendo que por revolução entendia-se o recurso às armas para cumprir o programa regenerador resumido por Joaquim Francisco de Assis Brasil na fórmula "representação e justiça"⁹⁶. Em outras palavras, era a luta pela garantia da representatividade do voto universal e secreto e de uma justiça unificada e livre de quaisquer compromissos com os interesses oligárquicos dominantes, o que deveria assegurar na prática a liquidação do sistema eleitoral em vigor.

Os setores oligárquicos dominantes compreendiam perfeitamente o perigo que essas propostas representavam para os seus interesses e, por isso, lutaram com determinação pela sua manutenção, opondo-se com unhas e dentes aos desígnios das oposições. O programa oposicionista, afinal, teria que ser imposto através das armas, com a derrocada da República Velha, em outubro de 1930.

Embora defendessem a volta à Constituição de 1891, os "tenentes" chegaram a revelar preocupação com a excessiva descentralização decorrente do federalismo brasileiro, propugnando a adoção de uma certa limitação à autonomia local⁹⁷. Nada indica, contudo, que, durante os anos 20, os revolucionários demonstrassem tendências autoritárias claramente definidas. Isso viria a ocorrer a partir de 1930, quando, numa situação nova, criada a partir da derrota do candidato das oposições nas eleições de março daquele ano e agravada pela crise nacional e internacional e, em particular, com o lançamento do Manifesto de Maio de Luiz Carlos Prestes⁹⁸, o tenentismo mostrava-se sem perspectivas e agonizante.

Juarez Távora, em carta-resposta ao Manifesto de Prestes, tentaria esboçar um programa para os "tenentes", no qual, em contraposição à opção comunista do seu ex-chefe, apontava como solução as diretrizes de Alberto Torres em seu livro *A Organização Nacional*⁹⁹. Na realidade, o próprio esgotamento do tenentismo levaria seus remanescentes, já nos anos 30, a se afastarem dos antigos ideais liberais e se aproximarem das concepções autoritárias de ideólogos como Alberto Torres e Oliveira Vianna, que viriam a adquirir grande prestígio num período de ascensão mundial das ideologias fascistas e autoritárias.

Na medida em que o tenentismo se manteve nos limites da defesa da lei, ficou também restrito a um reformismo liberal. Sua crítica limitar-se-ia ao nível jurídico-político, como assinala Anna Maria Martinez Corrêa, autora que estudou a documentação referente à rebelião de 1924 em São Paulo¹⁰⁰. Os "tenentes" estavam distantes de qualquer preocupação com reformas sociais, com o problema agrário ou mesmo com a dominação imperialista do país. Seu pretenso nacionalismo era vago, impreciso e, provavelmente, refletia as idéias de Alberto Torres, que começavam a ser difundidas. Num dos manifestos divulgados pelos revolucionários de São Paulo, denunciava-se a ingerência da missão inglesa que visitara o Brasil naquele ano e, no manifesto de Santo Ângelo, assinado por Prestes, protestava-se contra a possibilidade de o governo inglês "tomar conta das nossas alfândegas e das nossas ricas colônias" para cobrar a dívida do Brasil¹⁰¹.

Apenas em Manaus, no Amazonas, os rebeldes que assumiram o poder em julho de 1924, nele permanecendo por mais de um mês, chegaram a proclamar e pôr em prática algumas medidas de caráter social e nacionalista, como a criação de um "tributo da redenção", visando tributar os ricos para remunerar os pobres, e o confisco de dois próprios municipais, que há anos estavam nas mãos de uma companhia inglesa, que os explorava com evidente prejuízo para o município¹⁰². Medidas que, entretanto, não tiveram repercussão no país e foram rapidamente neutralizadas com o esmagamento da revolta amazonense pelas tropas governistas.

No fundamental, o tenentismo manteve-se fiel à defesa da ordem e das instituições. Num dos manifestos dos rebeldes de São Paulo, dizia-se que "a classe militar não pode ficar alheia à vida da Nação, à sua *ordem interna* e prestígio externo"; e, no manifesto revolucionário distribuído durante o levante de São Borja (RS), afirmava-se enfaticamente que "a revolução não quis

* *Colônias* têm aqui o sentido de comunidades de colonos — imigrantes alemães, italianos, poloneses etc., que viviam e trabalhavam no Rio Grande do Sul.

e não quer *subverter* as Instituições, mas sim, simplificá-las, unificá-las e moralizá-las”¹⁰³.

Para os “tenentes”, era importante atingir a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do fisco, medidas que, segundo eles, contribuiriam para moralizar os costumes políticos e, certamente, golpeariam o localismo oligárquico. Defendiam também o equilíbrio entre os três poderes, insurgindo-se contra o arbítrio do Executivo¹⁰⁴. Enfim, todo seu ideário tinha um caráter liberal e o seu movimento apresentava-se como representativo dos interesses da Nação, voltado contra os particularismos das oligarquias locais ou, mais precisamente, contra o domínio da política do “café com leite”, embora isso não fosse afirmado explicitamente.

O que efetivamente distinguia os “tenentes” das oligarquias dissidentes, que se encontravam em oposição aos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, e dava ao seu liberalismo um caráter *radical*, era a sua postura revolucionária, entendida como o recurso às armas. Enquanto os políticos profissionais vacilavam e buscavam os caminhos da conciliação¹⁰⁵, os “tenentes” lutavam de armas na mão pelos seus ideais, entendendo que estavam fazendo a revolução. Certamente, era a revolução do jeito que eles a imaginavam, com todas as suas indefinições e incongruências.

O liberalismo radical dos “tenentes” decorria da própria radicalização a que estavam sujeitos, numa situação de crise geral da República Velha e de aguçamento das contradições sociais e políticas, quando as camadas médias urbanas e outros setores das populações das grandes cidades eram tomados por um estado de espírito revolucionário. Diante do clima revolucionário que se formara no país, a jovem oficialidade do Exército não se limitava a empunhar as bandeiras liberais defendidas pelas oligarquias dissidentes, mas se dispunha a lutar por elas de armas na mão, com o sacrifício da própria vida. O liberalismo radical dos “tenentes” também era fruto da crise da República Velha.

Em certo sentido, os “tenentes” tornavam-se herdeiros do liberalismo radical de homens como Frei Caneca, Pedro Ivo e Nunes Machado, que durante a primeira metade do século passado também lutaram de armas na mão na defesa dos ideais liberais da época, dentre os quais sobressaía a conquista da autonomia local, contra a excessiva centralização monárquica. Nos anos 20 deste século, as aspirações já eram outras, mas o recurso às armas na luta por um ideário liberal irmanava os “tenentes” com os revolucionários da “Confederação do Equador” ou da “Praia”.

Se os liberais radicais do século XIX foram violentamente esmagados pelas classes dominantes da época, o destino dos “tenentes”

seria um tanto diferente: em sua maioria terminariam aderindo à política das oligarquias dissidentes, tornando-se fiéis cumpridores dos seus designios, ainda que o tenentismo tivesse contribuído decisivamente para abalar as instituições da República Velha. Em 1930, o radicalismo tenentista soçobrava, vítima de suas próprias limitações e inconseqüências, da sua incapacidade de formular um programa autônomo, de traçar um caminho próprio.

O exame da trajetória do tenentismo revela que esse movimento teria que chegar a um beco sem saída, pois seu programa liberal não era uma solução real para a crise que o país atravessava, mostrando-se, na prática, irrealizáveis alguns dos seus objetivos mais importantes. Era impossível moralizar a República oligárquica, forçá-la a funcionar de acordo com os preceitos do liberalismo. Ao mesmo tempo, não surgira no Brasil uma alternativa revolucionária capaz de atrair e empolgar a parte mais honesta e combativa dos elementos tenentistas¹⁰⁶. Criara-se uma situação sem saída. O movimento se havia esgotado. Em fevereiro de 1927, a Coluna Prestes emigrava para a Bolívia sem ter sofrido nenhuma derrota, mas também sem saber como dar prosseguimento à luta que desenvolvera durante mais de dois anos e que, por sua vez, representara o desdobramento dos movimentos de 1922 e 1924.

Enquanto Prestes enveredava pelo caminho de uma aproximação com o comunismo, os "tenentes" permaneciam atrelados às oligarquias e à sua ideologia, o que acabaria determinando o colapso do tenentismo nos anos que se seguiram à "Revolução de 30"¹⁰⁷.

O tenentismo enquanto movimento político e social

Ao tentar compreender o tenentismo inserido em seu tempo, como um movimento que não foi militarista, nem esteve isolado da sociedade brasileira da época, vimos que os "tenentes", desde a formação da "Reação Republicana", mantiveram, em maior ou menor grau, contato com os diferentes setores sociais e políticos em oposição aos grupos dominantes da burguesia cafeeira — as oligarquias dissidentes, as camadas médias urbanas e elementos do operariado.

Ao mesmo tempo, consideramos que, para melhor entender o caráter do tenentismo, torna-se necessário abordar um aspecto que, até hoje, não foi tratado na historiografia referente ao assunto e que não pode deixar de preocupar o historiador que vê nas massas populares os verdadeiros artífices da História: qual foi a participação dos "de baixo" nos levantes tenentistas e, em particular, na Coluna Prestes?

A formulação dessa questão, em certa medida, nos é sugerida pela leitura dos trabalhos de alguns autores — como E. J. Hobsbawm, George Rudé, E. P. Thompson, Christopher Hill, Georges Lefèbvre, Albert Soboul, Pierre Vilar¹⁰⁸ — que, durante as últimas décadas, dirigiram suas atenções para a pesquisa da participação das massas populares nos processos históricos, privilegiando o papel dos despossuídos, ou melhor, dos atores anônimos nos acontecimentos históricos.

Como é sabido, a História do Brasil tem sido, de uma maneira geral, a história dos grandes vultos e, até pouco tempo atrás, o espaço reservado aos movimentos de cunho social e popular, ou de contestação à ordem estabelecida, era insignificante. Pode-se dizer que a problemática dos *movimentos sociais* é algo novo em nossa historiografia. E essa nova visão da História deve muito à influência renovadora daqueles autores, cujos trabalhos contribuíram consideravelmente para o conhecimento de diversos tipos de movimentos sociais, principalmente no âmbito da Europa Ocidental, a partir de uma concepção marxista do processo histórico, ainda quando tais autores se incluem em diferentes correntes do marxismo contemporâneo.

Quando aludimos à influência renovadora de certos autores, temos em vista principalmente sua concepção multifacetada do processo histórico, seu esforço real em estudar *historicamente* os movimentos sociais do passado e, às vezes, do presente, assim como a metodologia empregada no árduo trabalho de pesquisa histórica, em que a *quantificação* assume um papel de relevo.

Em contrapartida, rejeitamos qualquer tentativa de aplicação mecânica ou dogmática dos ensinamentos contidos nas obras desses autores, mesmo quando certas sugestões partem de alguns deles. É o caso de E. J. Hobsbawm que, ao classificar os movimentos sociais em *políticos* e *pré-políticos*, incluiu nessa classificação não só aqueles que ocorreram na Europa, mas também nas chamadas “áreas periféricas”¹⁰⁹.

Acreditamos serem mais fecundas algumas tentativas, que já vêm sendo feitas no Brasil, de estudar os movimentos sociais a partir de uma análise global da sociedade em questão, em que se atribui grande importância aos condicionantes históricos, evitando qualquer postura mecanicista de cópia simplificadoras de esquemas preestabelecidos. Essa é, a nosso ver, a única maneira correta de aplicar na prática os principais ensinamentos encontrados nas obras dos autores a que nos referimos. Poderíamos apontar os trabalhos de Janaina Amado e Duglas Teixeira Monteiro¹¹⁰ como tentativas importantes de compreender os movimentos sociais no Brasil dentro de uma perspectiva global, histórica e classista, em que

os movimentos estudados são analisados em seu contexto concreto, levando em conta, ao mesmo tempo, a mentalidade dos seus participantes, as suas principais características, os seus objetivos e as formas concretas do seu comportamento social.

Ao buscar resposta para a indagação inicialmente levantada, assim como ao formulá-la, parece-nos importante, do ponto de vista metodológico, atermo-nos a alguns ensinamentos veiculados nas obras dos autores por nós citados. Em primeiro lugar, queremos referir-nos à própria preocupação com a participação dos “de baixo”: interrogar quem eram, o que os movia, por que eram levados a suportar sacrifícios por um ideal que, talvez, não estivesse muito claro para a maioria deles e algumas outras questões, que levem a esclarecer a identidade dos soldados que participaram dos levantes tenentistas e, em particular, da Coluna Prestes.

Em segundo lugar, temos em vista um preceito fundamental para todo historiador, muito destacado por Georges Lefèbvre: “Primeiramente, deve-se observar os fatos; depois deve-se tentar explicá-los”¹¹¹. Comentando essa norma, George Rudé diria que, apesar de parecer algo banal, ele sempre teve uma preocupação especial com a questão de *quem* participou dos movimentos, pois “como se pode saber o significado das revoluções ou movimentos populares sem preocupar-se de averiguar quem desempenhou o papel principal neles?”¹¹².

Em terceiro lugar, para quem está preocupado em escrever o que Georges Lefèbvre chamava a “história a partir de baixo”, não basta definir a identidade dos participantes de um determinado movimento, mas torna-se necessário “descobrir os motivos e os impulsos que os impeliram a tomar partido nesses acontecimentos e outros similares”, como é assinalado por George Rudé, autor que procurou realizar esse preceito na prática¹¹³.

Em quarto lugar, ao pretender-se efetuar uma análise inserida nos marcos da concepção marxista de classe e luta de classes, não deixa de ser estimulante a preocupação de E. P. Thompson de ver as classes em seu *processo* de formação e, portanto, inseridas no desenvolvimento da luta de classes. Em outras palavras, a classe não é uma coisa imóvel e imutável e só existe em interação com outra classe — ou outras classes —, ou seja, no contexto da própria luta de classes¹¹⁴. Na nossa opinião, semelhante visão permite que se possa compreender melhor a formação das classes sociais em sociedades coloniais e dependentes da dominação imperialista, onde o desenvolvimento capitalista ocorre em situações de permanência de relações de produção de tipo não-capitalista e, conseqüentemente, a constituição da classe operária e da burgue-

sia é um processo complexo e demorado, em que essas classes têm dificuldade de assumir sua própria identidade.

Por último, cabe ressaltar a preocupação dos historiadores citados com a inserção dos movimentos sociais ou populares estudados no seu contexto histórico concreto, evitando todo tipo de estereótipo que passe a ser adotado indistintamente para qualquer espécie de sociedade¹¹⁵. Assim, para cada sociedade, é necessário compreender as peculiaridades específicas dos movimentos em estudo, levando em conta o maior número possível de fatores que os determinam e condicionam.

Ao tentar esclarecer a participação dos “de baixo” nos levantes tenentistas, esbarramos num sério obstáculo: os trabalhos conhecidos sobre o tenentismo referem-se apenas às características, aos objetivos e à atuação da oficialidade militar que deles participaram, não existindo nenhuma pesquisa voltada para o exame de quem eram os soldados que, sob o comando dos “tenentes”, lutaram de armas na mão contra os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. A professora Anna Maria Martinez Corrêa, ao estudar a documentação relativa ao processo movido pela Justiça Federal contra os elementos envolvidos na Revolução de 1924 em São Paulo, realizou uma valiosa análise do comportamento e das idéias dos “tenentes”. Segundo a autora, foram consultados duas mil, duzentas e dezessete declarações e mil, seiscentos e noventa e três depoimentos¹¹⁶; entretanto, não se cogitou de pesquisar o comportamento e a mentalidade dos soldados que lutaram sob o comando dos oficiais rebeldes nas trincheiras de São Paulo.

Apesar de não existir nenhum estudo conhecido sobre a participação dos soldados e dos voluntários civis nos levantes tenentistas*, dispõe-se de algumas informações esparsas sobre o assunto. Lourenço Moreira Lima, que era civil e se havia deslocado especialmente para a capital paulista a fim de tomar parte na Revolução de 5/7/1924, cita a cifra de dois mil civis entre os seis mil homens que se bateram, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, na cidade de São Paulo, contra os dezoito mil soldados mobilizados pelo governo¹¹⁷. E acrescenta que “os civis apresentavam-se entusiasmados, pedindo armas para combater, sendo logo alistados e seguindo para as linhas de fogo”¹¹⁸. Ao mesmo tempo, “o número de voluntários crescia”¹¹⁹. Mais adiante, Moreira Lima assinalaria que a “população de Botucatu, como aconteceu em todas as cidades paulistas, manifestou-se francamente revolucionária, apoiando a pequena força que tomara conta da cidade” e fornecendo-lhe também grande número de voluntários¹²⁰.

* De nossa parte, tentaremos esclarecer quem eram os soldados da Coluna Prestes, objeto da nossa pesquisa (Ver parte II).

Anna Maria Martinez Corrêa, em seu já citado livro, confirma a participação de numerosos civis no levante de São Paulo, assinando a presença tanto de elementos das camadas médias urbanas como, inclusive, de operários¹²¹, sendo que "muitos dos operários que se alistaram ao lado dos rebeldes eram estrangeiros que chegaram a formar batalhões conhecidos pela designação de 'batalhões estrangeiros'"¹²².

O líder operário Everardo Dias recorda que os trabalhadores não só tinham simpatia pelos "tenentes", como procuraram participar do movimento, destacando que, no interior de São Paulo, chegaram a formar-se grupos de civis armados dispostos a integrar-se à luta; a retirada dos rebeldes da capital paulista teria sido facilitada pelos ferroviários¹²³. Everardo Dias assinala também um certo receio por parte dos militares em relação às adesões de operários, mas afirma que "talvez 50% dos que acompanharam as forças até Bauru ou até as barrancas do Paraná eram constituídas de trabalhadores e civis simpatizantes"¹²⁴.

Parece evidente, portanto, que, ao menos na revolta de São Paulo, houve participação de trabalhadores e voluntários civis, que se incorporaram às tropas revolucionárias. Caberia, contudo, investigar suas reais proporções, assim como os motivos e impulsos que teriam levado esses homens a aderirem à luta. Ao lado disso, seria importante pesquisar quem foram e o que pretendiam os soldados das unidades militares que se levantaram sob o comando dos oficiais tenentistas. Teriam sido meros cumpridores de ordens superiores ou haveriam participado do movimento por vontade própria, conscientes de que a revolução visava à derrubada do presidente da República?

Cabe assinalar que, na década de 20, quando já estava em vigor, havia alguns anos, o serviço militar obrigatório, os soldados do Exército eram sorteados e serviam durante um ano, fator que determinava uma de suas características mais importantes — eram jovens recrutados em geral na própria região onde serviam e com ligações estreitas com a população da localidade. Já no que se refere aos soldados da Força Pública de São Paulo, cujo papel na revolta de julho de 1924 foi decisivo, o sistema de recrutamento era outro: como assinala Aristides Correia Leal, um dos "tenentes" da época, "A Força Pública era permanente e bem armada"; os seus soldados, freqüentemente, contavam com uma tarimba de dez anos de prática¹²⁵. O soldado da Força Pública era voluntário e fazia carreira nas fileiras da corporação¹²⁶.

Embora sua formação militar fosse diferente, tanto os soldados da Força Pública como os de diversas unidades do Exército participaram do levante tenentista em São Paulo. Posteriormente,

com a decisão do general Isidoro Dias Lopes de abandonar a capital paulista, esses soldados acompanhariam seus comandantes na marcha das forças rebeldes em direção ao Paraná, onde muitos seriam incorporados à Coluna Prestes, que chegou a esse Estado, proveniente do Rio Grande do Sul, em abril de 1925¹²⁷.

Esses fatos parecem indicar que as atitudes de rebeldia dos soldados que combateram sob a chefia dos "tenentes" foram determinadas muito mais pelos condicionantes sociais e políticos do que pelos fatores de ordem profissional ou exclusivamente militar. Se, conforme já foi visto, os "tenentes" eram fruto de uma situação social e política de crise, os soldados que os seguiam não teriam seu comportamento determinado pela mesma situação?

Ainda que, nos marcos desta obra, nos faltem elementos para examinar em profundidade a participação popular nas revoltas tenentistas e tirar conclusões sobre as características dos soldados que se levantaram sob a chefia dos "tenentes"¹²⁸, a partir das informações disponíveis, consideramos possível definir o tenentismo como um movimento de caráter político e social.

O caráter *político* do tenentismo decorre, fundamentalmente, do fato de ter sido um movimento que não só questionou o *poder*, como estava empenhado em remover o presidente da República através de um golpe militar, que deveria contar com o apoio de diferentes setores da população e da opinião pública do país. Era um movimento de proporções nacionais, que mobilizou, durante vários anos, na luta contra Epitácio Pessoa, primeiro, e contra Artur Bernardes, depois, não só os setores militares como também civis. Se bem que isso não estivesse claramente definido, a luta dos "tenentes" era dirigida contra o domínio das oligarquias paulista e mineira e suas propostas, ainda que não fossem revolucionárias — no sentido de profundas transformações sócio-econômicas e políticas —, mantendo-se nos marcos do liberalismo, visavam alcançar mudanças na superestrutura política; mudanças que abalariam seriamente os alicerces da República Velha quando postas em prática, ainda que parcialmente, com a vitória do movimento de 30¹²⁹.

Ao pretender caracterizar o tenentismo como um movimento não só político, mas também *social*, partimos da definição de *movimento social* formulada pelo historiador polonês Witold Kula, para quem dois aspectos são fundamentais nesse conceito: a existência de um movimento de *massas* e que ele se apresente sob a forma de uma *luta de classes*¹³⁰.

O tenentismo, como já foi visto, abrangiu, ainda que de maneira difusa e desordenada, amplos setores de oposição ao domínio dos grupos oligárquicos comprometidos com a política

do "café com leite", ou seja, na burguesia cafeeira — a força econômica e política que praticamente governava o país. Era um movimento que empolgava amplas massas principalmente das camadas médias urbanas, às quais os "tenentes" estavam ligados pela suas origens, pelos laços profissionais e familiares, pela sua posição na sociedade e pela sua ideologia. Os "tenentes" expressavam os interesses de tais setores médios das populações urbanas.

Seria difícil, entretanto, precisar as bases sociais, de classe, das forças que, de uma maneira ou de outra, foram atraídas para a luta pelos ideais tenentistas. A própria complexidade do processo de transição do escravismo ao capitalismo no Brasil levaria a luta de classes, no período em questão, a desenvolver-se sem que as classes sociais estivessem inteiramente configuradas, nem tivessem adquirido uma consciência clara dos seus interesses¹¹. Assim, a debilidade da classe operária — em parte decorrência das derrotas sofridas no final da década anterior — impedia-a de transformar-se no elemento decisivo de contestação do poder da burguesia cafeeira. Naquele momento histórico, caberia às camadas médias urbanas desempenhar esse papel, ainda que de forma indireta, através do movimento tenentista, que se transformaria em sua vanguarda devido às condições privilegiadas em que se encontrava a jovem oficialidade do Exército para cumprir essa missão.

Nas condições específicas da década de 20, a luta de classes no Brasil se apresentava prioritariamente sob a forma do embate travado entre o movimento tenentista e os setores oligárquicos no poder. O tenentismo foi um *movimento social* não só porque abrangeu amplas massas, como também porque representou os interesses das camadas médias urbanas — o setor social a quem coube impulsionar a luta de classes no Brasil da época.

O tenentismo — enquanto movimento político e social — sintetizou, melhor do que qualquer outro fenômeno daquela década conturbada, a complexidade da luta de classes que se desenvolvia no Brasil, numa situação de crise, que afetava a vida econômica, social, política e cultural da República Velha.

NOTAS

- 1 - Sobre a historiografia do tenentismo, ver as observações feitas na Introdução.
- 2 - MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-78, v. 6, p. 266.

3 - Cf. SILVA, Hélio. *1922 : Sangue na Areia de Copacabana*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. (O ciclo Vargas, 1.)

CARONE, Edgar. *A República Velha — II — (evolução política) (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1977.

4 - Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito Regional e Crise Política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988, p. 67.

CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 369-370.

5 - PRADO JÚNIOR, Caio. Prefácio. In: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 14.

6 - Cf. PERES COSTA, Wilma. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. *Cadernos IFCH/UNICAMP*. Campinas, UNICAMP, n.º 16, janeiro/1985.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República; jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina; mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Tudo é história, 89); e *Literatura como Missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

7 - Cf. SEVCENKO, Nicolau. Op. cit.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

8 - Cf. BEILLO, José Maria. *História da República (1889-1954); síntese de 65 anos da vida brasileira*. 7ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 190-191.

McCANN, Frank D. *A Nação Armada; ensaios sobre a história do exército brasileiro*. Trad. de Sílvio Rolim. Recife, Guararapes, 1982. Capítulo 1.

9 - COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade; o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976, p. 72.

10 - Id., *ibid.*, pp. 74-75.

11 - SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 195.

12 - SILVA, Egidio Moreira de Castro e. *À Margem do Ministério Calógeras: Memórias*. Rio de Janeiro, s. d., (1961), p. 58. Apud McCANN, Frank D. Op. cit., p. 51.

13 - I.CP, fita 2(A), p. 8.

14 - I.CP, fita 2(A), pp. 26-28; fita 2(B), pp. 29-32.

15 - Cf. McCANN, Frank D. Op. cit. Capítulo I.

COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., p. 44.

CARONE, Edgar. *A República Velha — I — (instituições e classes sociais) (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo, Difel, 1978, p. 360.

NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil; (1924-1925)*. Apon-tamentos para a história. 3ª ed., s. 1., s. e., 1931, p. 191.

16 - CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista "A Defesa Nacional" e o Serviço Militar Obrigatório*. Niterói, 1985. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense), p. 16.

17 - Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina de. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1989, p. 188.

18 - Cf. *Encyclopédie Larousse Méthodique*. Paris, Libr. Larousse, 1966. t. 1, pp. 522-523.

- 19 - Cf. CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit., p. 11.
- 20 - A respeito, ver o Capítulo I deste trabalho.
- 21 - Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro, SMG Impr. do Exército, 1961 e 1962. 2 volumes.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.
- CARONE, Edgar. *A República Velha — I —* (instituições e classes sociais) (1889-1930). Op. cit.
- COELHO, Edmundo Campos. Op. cit.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit.
- 22 - CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., pp. 209-215.
- 23 - Cf. CAPELLA, Leila Maria Corrêa, Op. cit.
- 24 - Id., *ibid.*, pp. 84, 76 e 77.
- 25 - Id., *ibid.*, p. 84.
- 26 - Id., *ibid.*, p. 85.
- 27 - Id., *ibid.*, pp. 85-86.
- 28 - Id., *ibid.*, pp. 14, 89-90, 91-94.
- 29 - Id., *ibid.*, p. 21.
- 30 - Id., *ibid.*, p. 187.
- 31 - Id., *ibid.*, p. 194.
- 32 - *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 35, 10/8/1916. Apud CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit., p. 185. Grifos de Capella, L.M.C.
- 33 - CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit., p. 192.
- 34 - Id., *ibid.*, p. 192.
- 35 - Cf. CARVALHO, Estevão Leitão de. Op. cit., v. 1, p. 221.
- 36 - CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit., p. 249. Grifos nossos.
- 37 - Cf. CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Op. cit., p. 10.
- 38 - Cf. MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro* (1890-1920). Trad. de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 39 - Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 198.
- 40 - Cf. BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Brasília, 1983. (Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Política do Brasil apresentada no IH-Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília.) Trata-se de trabalho que reproduz vários documentos inéditos relativos à Missão Francesa no Brasil; entretanto, não contém nenhuma análise dos documentos apresentados.
- 41 - Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina de. Op. cit., pp. 189-190.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. Op. cit.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. Op. cit., v. 1, p. 210.
- 42 - CARVALHO, Estevão Leitão de. Op. cit., v. 2, pp. 42-43.
- 43 - FORJAZ, Maria Cecília Spina de. Op. cit., pp. 190-191.
- 44 - SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 200.
- 45 - GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. (Capitão de Estado-Maior). "O Detachamento 'Mariante' no Paraná Ocidental (reminiscências)". Rio de Janeiro, junho de 1925. (Documento datilografado, 96 folhas). Arquivo Góis Monteiro, A. N., C x 51/4, p. 7.

- 46 - Id., *ibid.*, pp. 3-4.
- 47 - Id., *ibid.*, p. 9.
- 48 - Id., *ibid.*, p. 11.
- 49 - Cf. KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 3: Tempo quente de major. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1948; v. 4: 380 léguas de campanha em 3 meses. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949; *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil*; na primeira metade do século. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1958.
- 50 - VIVÍROS, Ester de. *Rondon Conta sua Vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.
- 51 - ANDRADE, Paulo René de. *Três Revoluções*; a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais, a antiga Força Pública, nos movimentos revolucionários de 1924, 1930 e 1932. v. 1. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1976; v. 2. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1978.
- 52 - NORONHA, Abílio. *Narrando a Verdade*; contribuição para a história da revolta em São Paulo. São Paulo. s. e., 1924; *O Resto da Verdade*; contribuição para a história da revolta em São Paulo. São Paulo, Ed. Rochéa, 1925.
- 53 - ALENCAR ARARIPE, Tristão de. *Tasso Fragoso*; um pouco de história do nosso exército. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1960.
- 54 - A respeito da Coluna Prestes e de sua tática da "guerra de movimento" trataremos na Parte II deste trabalho.
- 55 - Cf. TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e C., 1928. Capítulo 5.
- 56 - A respeito da derrota de Catanduvas, ver o Capítulo IV.
- 57 - Ver Capítulo III e outros da Parte II.
- 58 - LEAL, Aristides Correia. *Depoimento*; 1975-7. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1979, 161 p. dat., pp. 7-8.
- 59 - CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 208.
- 60 - COELHO, Edmundo Campos. *Op. cit.*, pp. 72 e 73.
- 61 - Id., *ibid.*, p. 72.
- 62 - Cf. SANTIAGO DANTAS. *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Ed. Casa de Rui Barbosa, 1951, pp. 18-19. Apud SILVA, Hêlio. *1889: A República não Esperou Amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 70-71.
- 63 - Ver o Capítulo I.
- 64 - Cf. CAMARGO, Aspásia e GÖES, Walder de (org.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 81.
- 65 - Adotamos a categoria de "inconsciência de classe" proposta por Pierre Vilar. Cf. VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulário del Análisis Histórico*. 4ª ed. Trad. de M. Dolores Folch. Barcelona, Editorial Crítica, 1982, p. 133.
- 66 - Cf. NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 38.
- 67 - A respeito do programa liberal dos "tenentes" ver o próximo item deste Capítulo.
- 68 - PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, p. 14.
- 69 - Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 213.
- 70 - Cf. Carta de Raul Soares a Artur Bernardes. Rio de Janeiro, 2/5/1922. Apud FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro de 1930*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 39.
- 71 - TÁVORA, Juarez. *Op. cit.*, v. 1. São Paulo, "O Combate", 1927, pp. 89-90.
- 72 - Este era o caso dos majores Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, por exemplo.

- 73 - Cf. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, números de 1922, 23, 24, 25 e 26.
- 74 - *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 145-146, jan./fev. de 1926. Grifos nossos.
- 75 - CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., pp. 213-214.
- 76 - Id., *ibid.*, p. 214.
- 77 - Id., *ibid.*, p. 214.
- 78 - GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. (General). *A Revolução de 30 e a Finitude Política do Exército*. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s. d., p. 163.
- 79 - CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 214.
- 80 - A respeito da participação dos "tenentes" no movimento de 30, ver o Capítulo X.
- 81 - Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. cit., pp. 60-68.
LACERDA, Maurício de. *Entre Duas Revoluções*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1927, pp. 140-141.
LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Trad. de Adalberto Marson. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, pp. 207-208, 211.
CARONE, Edgar. *A República Velha — II — (evolução política) (1889-1930)*. Op. cit., pp. 355, 364.
MELLO, Nelson de. *Depoimento*; 1978-9. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1983. (Datilografado), pp. 67-68.
AAB Correspondência de Aurelino Leal com Artur Bernardes; outras correspondências; microfímes 28/B25, 29/B26 e 03.
O Imparcial, Rio de Janeiro, anos de 1921-22.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, anos de 1921-22.
- 82 - Cf. LACERDA, Maurício de. Op. cit., pp. 89-91, 95, 180.
- 83 - Cf. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, anos de 1921-22.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, anos de 1921-22.
LACERDA, Maurício de. *Entre Duas Revoluções*. Op. cit.; *História de uma Covardia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- ROCHA, Pedro. (Capitão). *Revoluções Estéreis (1922-1952)*. São Paulo, s. e., 1952.
- 84 - SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*, s. e., s. d., p. 457. Apud BASTOS, Abgvar. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946, p. 181.
- 85 - Cf. VIOTTI DA COSTA, Emília. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: *Du Monarquia à República*; momentos decisivos, 2ª ed. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda., 1979, p. 28; Liberalismo brasileiro, uma ideologia de tantas caras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/2/1985, FOLHETIM, pp. 6-7.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969, pp. 49-50.
- 86 - Cf. LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília, BINAGRI, 1979, p. 25.
- 87 - Conforme destaca Ciro Flamarion S. Cardoso, "a função principal das ideologias é a legitimação. Seja da ordem estabelecida, seja da mudança revolucionária e a formulação de uma nova ordem. Esta função de legitimação, incrustada na visão do mundo de cada indivíduo, de cada grupo, de cada classe social, é a que permite o funcionamento de toda a sociedade. As classes dominantes e o Estado devem criar ou apropriar-se de uma ideologia que legitime as relações de produção imperantes, não só diante de seus próprios olhos, como também diante dos olhos das classes subalternas. Esta é a dupla legitimação que foi assinalada por Gramsci

com seu conceito de hegemonia, enfatizando os aspectos de consenso e integração." (CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Capítulo sobre Poder e Ideologias*. Inédito. Cópia do original datilografado, p. 16.)

88 - CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista; política e poder (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 13.

89 - Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã; e outros escritos*. (Primeira Parte). Trad. por Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965, p. 45.

90 - Cf. nota 86.

91 - Cf. nota 65.

92 - Ver os manifestos tenentistas nos *Anexos*, nºs 1 a 14.

93 - Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha — I — (instituições e classes sociais) (1889-1930)*. Op. cit., p. 260.

LOVE, Joseph L. Op. cit., p. 156.

94 - Cf. *O Libertador*, Assis (SP), nº 1 a 7, agosto de 1924.

95 - Cf. NUNES DE CARVALHO, Joaquim. Op. cit., p. 38.

96 - A respeito do programa de Joaquim Francisco de Assis Brasil e da Aliança Libertadora por ele criada, consultar o Capítulo X.

97 - Cf. TÁVORA, Juarez. Op. cit., v. 3, pp. 167, 156.

98 - Ver o Capítulo X.

99 - Cf. SILVA, Hélio. *1930: a Revolução Traída*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, pp. 425-426. (O ciclo de Vargas, 3.)

100 - Cf. CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1976, p. 49.

101 - Ver, nos *Anexos* nºs 1 e 10, o manifesto dos rebeldes de São Paulo, de 10/7/1924, e o manifesto de Santo Ângelo (RS), assinado por Luiz Carlos Prestes.

102 - Cf. CUNHA, Temístocles. *No País das Amazonas; a revolta de 23 de julho*. Bahia, Livraria Catalina, 1925.

MONTEIRO DOS SANTOS, Eloina. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. São Paulo, 1982. (Monografia de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo.)

103 - Ver, nos *Anexos* nºs 1 e 11, o manifesto dos rebeldes de São Paulo, de 10/7/1924, e o manifesto de São Borja (RS). Grifos nossos.

104 - Ver, por exemplo, no *Anexo* nº 2, o manifesto dos rebeldes de São Paulo, de 17/7/1924.

105 - Ver a respeito o Capítulo X.

106 - Como já foi destacado, a influência do PCB era muito limitada.

107 - Sobre a atuação dos "tenentes" nos anos 1927-30, ver o Capítulo X.

108 - Cf. HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*, 2ª ed. Trad. de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976; *Rebeldes Primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, 2ª ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.

HOBBSAWM, E. J. e RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Trad. de Marco Antônio Villela Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982; *Protesto Popular y Revolución en el Siglo XVIII*. Barcelona, Ariel, 1978.

THOMPSON, E. P. *Tradição, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Crítica, 1984; *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 volumes.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-cabeça; idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

LEFEVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789*. Trad. de Carlos Eduardo de Castro I cal. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SOBOUL, Albert. *Histoire de la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1976. 2 volumes.

VILAR, Pierre. *Cataluña en la España Moderna*. Barcelona. Ed. Crítica, 1978. (No caso de Pierre Vilar, tomamos em vista, principalmente, a concepção marxista, que ele aplica e desenvolve, a respeito do papel das massas nos processos históricos.)

109 - Cf. HOBBSBAM, E. J. Movimentos pré-políticos em áreas periféricas. In: O'DONNELL, Guilherme et alii. *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 239-304.

110 - AMADO, Janaina. *Conflito Social no Brasil; a revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974.

111 - Cf. Apud RUDÉ, George. *Protesto Popular y Revolución en el Siglo XVIII*. Op. cit., p. 9.

112 - Id., *ibid.*, p. 9.

113 - Id., *ibid.*, p. 11.

114 - Cf. THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Op. cit., v. I, pp. 9-12; *Tradição, Revuelta y Consciencia de Clase*. Op. cit., p. 37.

115 - Cf. RUDÉ, George. *Protesto Popular y Revolución en el Siglo XVIII*. Op. cit., p. 17.

116 - Cf. CORRÊA, Anna Maria Martinez. Op. cit., p. 5.

117 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 41.

118 - Id., *ibid.*, p. 36.

119 - Id., *ibid.*, p. 39.

120 - Id., *ibid.*, p. 54.

121 - CORRÊA, Anna Maria Martinez. Op. cit., pp. 158-165.

122 - Id., *ibid.*, p. 161.

123 - DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*, 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977, pp. 139-140.

124 - Id., *ibid.*, p. 140.

125 - LEAL, Aristides Correia. Op. cit., p. 66.

126 - FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973, pp. 169-182.

127 - Ver Capítulo IV.

128 - Na Parte II deste trabalho, analisaremos quem foram os soldados da Coluna Prestes.

129 - Os principais pontos programáticos do tenentismo foram vistos no item anterior deste Capítulo.

130 - Cf. KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*, 3ª ed. trad. de Melitón Bustamante. Barcelona, Ed. Peninsula, 1977, pp. 69-70.

131 - Neste sentido, adotamos a visão de E. P. Thompson a respeito do processo de formação das classes sociais. Ver a nota 114.

Parte II

A COLUNA PRESTES:
EPISÓDIO CULMINANTE
DO TENENTISMO



Introdução

Se o tenentismo foi o fruto mais evidente da crise da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 20 como o momento culminante das revoltas tenentistas, o episódio mais importante da saga dos “tenentes”.

Se os demais levantes tenentistas foram efêmeros e, não tendo conseguido se consolidar, facilmente liquidados pelas forças governistas, a Coluna Prestes — à qual se somaram os rebeldes paulistas de julho de 1924 — manteve-se, durante dois anos e três meses, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros através de 13 Estados do Brasil¹.

A Coluna jamais foi derrotada, tendo combatido com forças muitas vezes superiores em homens, armamento e apoio logístico. Os principais comandantes do Exército nacional, como os generais Fernando Setembrino de Carvalho, Cândido Mariano Rondon, Tasso Fragoso, Pantaleão Teles Ferreira, João Gomes Ribeiro Filho e Álvaro Guilherme Mariante, o major Bertoldo Klinger e o capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro, não só não puderam liquidar a Coluna Prestes, como sofreram sérios reveses e pesadas perdas infligidos pelos rebeldes durante sua marcha. A Coluna, em seu périplo pelo Brasil, acabaria derrotando 18 generais².

Os 1500 homens, que percorreram o país rebeldes contra o governo oligárquico e despótico de Artur Bernardes, não só não foram esmagados, como realizaram uma marcha de proporções inéditas na história mundial, introduzindo uma nova forma de guerra — até então desconhecida na prática dos exércitos das nações americanas —, a guerra de guerrilhas, em que o movimento é a garantia da vitória e o imobilismo o caminho para a derrota.

A Coluna partiu para o exílio boliviano vitoriosa, uma vez que não fora desbaratada e conseguira manter-se organizada, travando combates e derrotando inimigos até o último momento antes de atravessar a fronteira nacional. O exílio seria apenas uma opção consciente para os homens da Coluna.

A Coluna Prestes foi uma marcha militar, mas adquiriu algumas características de movimento popular: a maioria esmagadora de seus soldados eram homens simples do povo — e entre eles, umas 50 mulheres —, principalmente trabalhadores do campo, analfabetos ou semi-analfabetos, que combatiam com grande heroísmo e abnegação, confiando em seus comandantes e acompanhando-os com enorme entusiasmo. E a própria convivência prolongada nas fileiras da Coluna levaria a que surgisse em seu seio um novo moral — o moral do combatente da Coluna, que lutava pela liberdade e pela justiça para o povo brasileiro, ainda que esses conceitos fossem vagos e imprecisos na mente de homens humildes e rudes.

Mas a Marcha não só forjou um novo tipo de combatente, de soldado da liberdade, que se batia por um ideal, como também formou líderes de envergadura — o mais destacado foi, indiscutivelmente, Luiz Carlos Prestes —, que, com o prestígio adquirido na Coluna, viriam a influir decisivamente nos acontecimentos de 1930 e na vitória do movimento de outubro daquele ano. As forças oposicionistas aglutinadas em torno de Getúlio Vargas dificilmente teriam sido vitoriosas sem a colaboração dos “tenentes” e, em especial, sem o fascínio exercido pelos feitos da Coluna Prestes sobre as populações urbanas. Os soldados da Coluna foram os verdadeiros desbravadores do caminho que levou ao solapamento dos alicerces da República Velha. A Coluna Prestes e a “Revolução de 30” constituem dois momentos de um mesmo processo histórico, que conduziu a profundas transformações na vida nacional, contribuindo para que, na década de 30, o desenvolvimento capitalista no país adquirisse um novo e importante impulso.

Ao estudar a Coluna Prestes, cabe assinalar que pretendemos abordar apenas alguns aspectos mais importantes, que a distinguiram dos demais levantes militares da época, tornando-a, na nossa opinião, o momento culminante do tenentismo. Ao mesmo tempo, vamos privilegiar a contribuição trazida pelos depoimentos de Luiz Carlos Prestes para a elucidação da História da Coluna que se celebrou com o seu nome, o que não significa ignorar ou desprezar as demais fontes historiográficas existentes sobre o assunto. Pelo contrário, a comparação entre as diversas fontes — dentre

as quais sobressaem os relatórios militares das forças governistas que combateram os revolucionários, até hoje não utilizados por nenhum pesquisador do tema — é o caminho escolhido para a formação da nossa versão da História da Coluna Prestes.

NOTAS

- 1 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 498 e 518. LCP, fita F(B), pp. 4-5.
- 2 - Os nomes dos 18 generais derrotados pela Coluna Prestes são os seguintes:
 - 1) Fernando Setembrino de Carvalho
 - 2) Tasso Fragoso
 - 3) Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu
 - 4) Eurico de Andrade Neves
 - 5) Monteiro de Barros
 - 6) Firmino Antônio Borba
 - 7) Cândido Mariano da Silva Rondon
 - 8) Azeredo Coutinho
 - 9) Nestor Sezefredo Passos
 - 10) João Nepomuceno da Costa
 - 11) Alfredo Malan d'Angrogne
 - 12) Pantaleão Teles Ferreira
 - 13) Eduardo Artur Sócrates
 - 14) João Gomes Ribeiro Filho
 - 15) Álvaro Guilherme Mariante
 - 16) Diógenes Monteiro Tourinho
 - 17) Marçal Nonato de Faria
 - 18) Nicolau Silva

Fontes consultadas:

Relatório apresentado ao presidente da República dos EEUU do Brasil pelo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro de Estado da Guerra, em novembro de 1925. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1925.

Relatório apresentado ao presidente da República dos EEUU do Brasil pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro de Estado da Guerra, em outubro de 1926. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1926.

Relatórios dos presidentes do Rio Grande do Sul. Relatório de 22/9/1925.

Mensagem do presidente do Estado do Paraná, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, apresentada ao Congresso Legislativo, a 19/2/1925.

Mensagem do presidente do Estado do Sergipe, Dr. Maurício Graccho Cardoso, apresentada à Assembléia Legislativa, a 7/7/1925. Aracaju, Imprensa Oficial.

Mensagem do presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Mário Correia, à Assembléia Legislativa, lida na abertura de sua primeira sessão ordinária da 14ª legislatura. Cuiabá, 13/5/1927.

OLÍMPIO, Matias. *A Incursoão dos Rebeldes no Piauí*; (subsídios e documentos para a História). Teresina, Tipografia de O Piauí, 1926.

FERREIRA, S. Dias (e Sady Valle Machado). *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas, Livraria Gilbo, 1928.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Rio de Janeiro, Livr. Ed. Coelho Branco, 1955.

MELLO, Nelson de. *Depoimento*; 1978-9. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1985. (Datilografado).

I.C.P - Depoimentos concedidos à autora.

A.A.B - Relatórios e telegramas oficiais.

Capítulo III

O levante no Rio Grande do Sul e a formação da Coluna

“Ó céus e terras tremei
que a Coluna já partiu
nesto ano de Vinte e Quatro
todo o Brasil sacudiu
será Coluna de fogo
que o viajante já viu
Coluna de vento e arcaia
dos desertos desafio?
Ó céus e terras tremei
que a Coluna já partiu.”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

O início do levante

A conspiração tenentista prosseguia durante todo o ano de 1924 e, após o levante de julho na capital de São Paulo, atingira um ritmo mais acelerado no Estado do Rio Grande do Sul, onde os revolucionários só vieram a saber da revolta paulista pelos jornais. Não obstante os contatos mantidos com emissários que viajavam com certa frequência pelos estados do Sul — entre eles os irmãos Joaquim e Juarez Távora —, a falta de coordenação do movimento era uma realidade, que levava a sucessivos adiamentos do levante no Rio Grande do Sul.

Nesse Estado limítrofe do Brasil, havia causas particulares que dificultavam as articulações da conspiração tenentista. Durante todo o ano de 1923, as forças políticas locais estiveram absorvidas pelas lutas entre os partidários de Borges de Medeiros, no governo, e os opositoristas chefiados por Assis Brasil — ou, como se dizia no Rio Grande, entre os “chimangos” e “maragatos”¹. Os “tenentes” sediados na região seriam envolvidos por esses conflitos

sangrentos, o que dificultava a organização do levante militar, de caráter nacional, contra Artur Bernardes. As disputas locais os ocupavam por inteiro; ambas as partes aspiravam a conquistar o apoio do presidente Bernardes².

A conspiração tenentista recebera, entretanto, um novo alento com a notícia da revolta paulista. Ao mesmo tempo, crescia com o apoio dos caudilhos ligados a Assis Brasil, que começavam a ver nos "tenentes" um possível aliado contra as arbitrariedades cometidas contra os "maragatos" pelo governo de Borges de Medeiros³.

Tudo isso tornava explosiva a situação política no Rio Grande do Sul, em outubro de 1924. Além disso, as condições precárias dos rebeldes paulistas, imobilizados, àquela altura, pelas tropas do general Rondon, no Oeste do Paraná, estavam a exigir solidariedade, provocando o espírito de rebeldia da jovem oficialidade comprometida com a revolução.

A alma da conspiração militar no Rio Grande, o seu principal coordenador e organizador, viria a ser o tenente Anibal Benévolo, jovem oficial do Quartel-General da Brigada de Cavalaria de São Borja⁴. Também desempenharia um papel importante na deflagração do levante gaúcho o capitão Luiz Carlos Prestes, que servira no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo e, ainda em setembro daquele ano, pedira demissão do Exército, lançando mão do expediente para criar a impressão de que abandonara definitivamente a carreira militar. Eis o seu relato:

"Em outubro, dia 20, eu resolvi levantar o Batalhão Ferroviário sozinho. Mas queria combinar, pelo menos, com o Anibal Benévolo, que era um homem que eu respeitava, porque era um rapaz de muito valor, valente e de talento. Já o conhecia anteriormente. Tenente de cavalaria, participava do Estado-Maior da Brigada de Cavalaria de São Borja. Então, eu resolvi formular um código com os dias até 31 de outubro."

Prestes escreveu um bilhete dirigido a Benévolo, em que dizia:

"Se, até o dia 31, eu não recebesse nenhum telegrama marcando a data para levantar, ia me levantar de qualquer maneira, sozinho mesmo, só o Batalhão Ferroviário. Diante disso, ele se ligou com outros companheiros e resolveram, então, marcar para a madrugada de 29 de outubro o levante das tropas no Rio Grande do Sul. Eu recebi o telegrama com antecedência de dois dias, dia 27, e realmente levantamos o Batalhão na noite de 28 para 29 de outubro. Eu e o Portela."⁵*

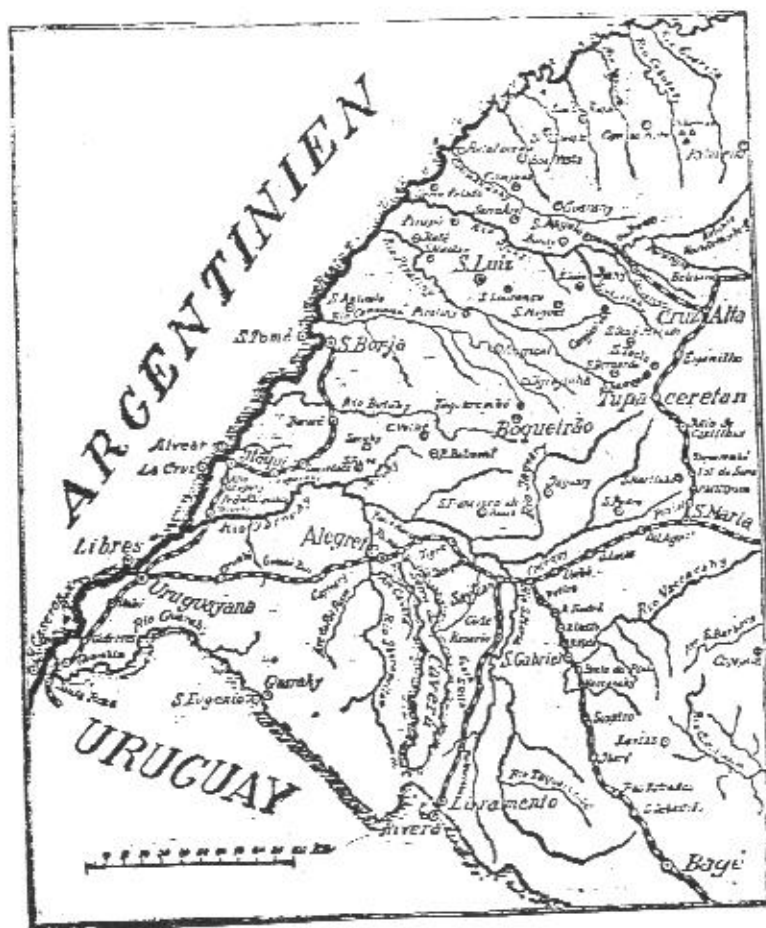
* Trata-se do tenente Mário Portela Fagundes, que também servira no 1º Batalhão Ferroviário.

Prestes recorda também que, naquele momento, a chegada ao Rio Grande do capitão Juarez Távora e do tenente Siqueira Campos ajudaria a impulsionar a preparação do levante, vencendo as vacilações e as resistências da maioria das unidades militares que conspiravam no Estado⁶.

Mas, como já havia acontecido nas revoltas tenentistas anteriores, grande parte das forças comprometidas com a revolução não se sublevariam na data estipulada. Era a mesma desorganização e inconseqüência de sempre, típica dos "elementos pequeno-burgueses", nas palavras de Prestes, pronunciadas muitos anos depois⁷.

Levantaram-se apenas, ainda na noite de 28/10, o 1º Batalhão Ferroviário (1º BF) de Santo Ângelo, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes e do tenente Mário Portela Fagundes; e, na madrugada do dia 29, o 3º Regimento de Cavalaria Independente (3º RCI) de São Luís Gonzaga, sob o comando do tenente João Pedro Gay; o 2º Regimento de Cavalaria Independente (2º RCI) de São Borja, sob o comando dos tenentes Aníbal Benévolo e Sandoval Cavalcante de Albuquerque, contando com a ajuda do tenente Antônio de Siqueira Campos, que viera especialmente da Argentina, onde estava exilado; e o 5º Regimento de Cavalaria Independente (5º RCI) de Uruguaiana, cujos oficiais rebeldes obedeciam às instruções do capitão Juarez Távora, que chegara de Foz do Iguaçu para ajudar os companheiros do Rio Grande do Sul, mas entregara logo o comando dos rebeldes ao caudilho "maragato" Honório Leme. Dois dias depois rebelava-se uma bateria do 2º Regimento de Artilharia a Cavalos de Alegrete, sob o comando do tenente João Alberto Lins de Barros, que contou com a colaboração do tenente Renato da Cunha Melo. Mais tarde, teria lugar o levante do 3º Batalhão de Engenharia aquartelado em Cachoeira, sob o comando do capitão Fernando Távora, irmão de Juarez e Joaquim Távora, o qual seria logo debelado⁸ (ver a seguir o mapa da região conflagrada).

Ao mesmo tempo, aderiam e passavam a participar do movimento revolucionário vários caudilhos ligados a Assis Brasil, como o já citado Honório Leme, além de Felipe Portinho, Leonel Rocha, Pedro Aarão, Zeca Neto, Inocêncio e João Silva, João Portinho, Juca Raimundo, Júlio Barrios, Mário Garcia, Sezefredo Aquino, Nestor Veríssimo e alguns outros, que, descontentes com a situação reinante no Estado e com a suposta neutralidade do Governo Federal diante da carnificina praticada por Borges de Medeiros, viam nos rebeldes militares os aliados possíveis para lutar contra o poderoso "chimango". Dessa forma, as tropas de gaúchos libertadores — os "maragatos" de lenço vermelho no pescoço — incorporavam-se às diversas unidades rebeldes na madru-



A região conflagrada pelos levantes tenentistas no Rio Grande do Sul.

Fonte: Correio Serrano, Ijuí (RS), 10/12/1924.

gada de 29/10/1924. Constituíam um reforço para a revolução tenentista. Traziam consigo não só seus cavalos como a longa experiência de lutas, que vinha desde a Revolução Federalista de 1893, em que a velocidade e a destreza se tornariam qualidades insubstituíveis no confronto com o inimigo em campo aberto, pelas coxilhas do seu Estado natal. Estavam acostumados à guerra de movimento. Além disso, muitos soldados que serviam nas unidades militares rebeladas também haviam participado dessas lutas, também tinham um passado de “maragatos”.

Sucederia, contudo, que a falta de coordenação entre as unidades rebeldes e a flagrante espontaneidade de suas ações, somadas à rápida mobilização das forças governistas — que, sob a direção do comandante militar da região, general Eurico de Andrade Neves, foram lançadas com violência contra os rebeldes que partiram de São Borja para tomar Itaqui —, haviam levado a que, em poucos dias, os revolucionários do Sul do Estado estivessem desbaratados⁹. A derrota mais importante teria lugar durante o combate de Guaçu-boi, quando os “provisórios”^{*} de Flores da Cunha desmantelaram as tropas comandadas por Honório Leme, que se tornara conhecido como o “Leão de Caverá”, pela sua atuação nessa região do Estado, durante as lutas de 1923. O inimigo lograra, assim, desarticular e dispersar as forças revolucionárias que se haviam levantado em São Borja, Uruguaiana e Alegrete.

Apenas na região de São Luís Gonzaga a revolução conseguira sobreviver, havendo para isso duas razões principais. A primeira consistia no fato de a cidade encontrar-se distante de qualquer linha férrea, o que, naquela época, dificultaria consideravelmente o acesso das tropas governistas, retardando, portanto, sua investida contra os rebeldes. A segunda razão prendia-se ao papel decisivo do capitão Luiz Carlos Prestes na reorganização das forças rebeldes que viriam a se reunir em torno de São Luís Gonzaga. Na prática, Prestes passou a comandar não só o 1º BF, que viera com ele de Santo Ângelo, mas também o 3º RCI, com sede nessa cidade, e os elementos civis e militares remanescentes dos diversos levantes; estes iam se concentrando nessa região, que, pela sua própria localização, oferecia maior segurança aos revolucionários.

Para tentar explicar o papel decisivo de Prestes, torna-se necessário examinar retrospectivamente a sua atividade como militar no 1º BF de Santo Ângelo, onde servira durante quase dois anos, pois essa unidade militar, rebelada sob o comando de Prestes e Portela, viria a ser a força decisiva de aglutinação dos revolucionários que iam chegando a São Luís. Os soldados do 1º BF revelaram disciplina, dedicação e abnegação diferentes das de qualquer outra unidade rebelde, o que não seria obra do acaso, mas resultado da instrução e do preparo que lhes haviam sido ministrados pelo capitão Prestes e o seu auxiliar mais próximo, o tenente Portela, quando ainda serviam nesse Batalhão e Prestes trabalhava na construção da estrada de ferro Santo Ângelo—Giruá.

É importante registrar o relato inédito do próprio Prestes a respeito da preparação dos soldados do 1º BF, que viriam a ser a

* “Provisórios”: tropas de voluntários organizadas sob o comando dos caudilhos e postas à disposição do governo.

espinha dorsal, o núcleo mais disciplinado, coeso e combativo, da futura Coluna Prestes:

“Assumi o cargo de chefe da Seção de Construção e fui para um local a 20 quilômetros da cidade de Santo Ângelo, onde estava uma companhia do Batalhão. Eu era o único oficial; tinha uma companhia de 200 homens, que estavam construindo uma ponte sobre um rio, afluente do Ijuí. Aí estávamos acampados. Os soldados estavam num alojamento, um barracão de palha, de chão de barro, cama de vara; terrivelmente mal alojados. Os sargentos eram uns burocratas terríveis, não se preocupavam... nunca houve instrução militar no batalhão. *Eu, estando conspirando, resolvi dar instrução aos soldados.* De maneira que organizei e tive êxito no comando dessa companhia, principalmente porque tinha a liberdade administrativa. Eu recebia diretamente o dinheiro e administrava a etapa desses 200 soldados. Então, a primeira medida que tomei — ao contrário do que se faz em geral nos quartéis —, em vez de escalar um soldado para cozinheiro, eu, com a etapa, aluguei um cozinheiro, um verdadeiro cozinheiro por 400 mil-réis ao mês, naquela época, e um padreiro. Mandei fazer um forno, desses fornos de campanha. Então, tinha um padreiro e um cozinheiro.

“E estabeleci uma divisão do trabalho. Com os soldados mesmos, eu fiz um campo de esporte. Preparamos um campo para poder dar instrução física e instrução militar também. Dividi os soldados em duas turmas de 100 e, um dia sim um dia não, uma dessas turmas ia para o campo para receber instrução física. Eu dava ginástica e fazia instrução física para esses soldados e, depois, dava ordem-unida para os transformar realmente em soldados. E a outra turma de 100 eu dividia em pequenos grupos de 15 a 20 homens, e cada um deles com um responsável, para os quais eu dava ordens escritas. E eles iam, então, para a construção de bueiros, ou nivelamento de linha, ou extensão de trilhos, colocação de dormentes. Enfim, cada um deles tinha uma tarefa definida. E, ao mesmo tempo, criei três escolas. Fiz escola de alfabetização, e eu tinha somente uns 20 analfabetos. Era um pessoal saudável, filhos de colonos; em geral, eram filhos de alemães, de italianos, e um pessoal que se alimentava mais ou menos bem. Alguns tinham o primeiro grau, e eu mesmo dava aula.

“Acordávamos pela manhã, com a alvorada, tomava-se um café muito diferente desse café que se dá nos quartéis, porque, além de um café com leite, com pão e manteiga, ainda tinha, pelo menos, um pedaço de carne com batata e o pão fresco que saía do forno. Depois que voltavam da instrução ou do trabalho, mais ou menos ao meio-dia, tinham um almoço e, depois do almoço, uma meia hora depois, se iniciava a escola regimental, que ia até as três horas da tarde. Às três horas davam um mate, e todos iam para o trabalho, inclusive eu, que também ia para o trabalho na construção da linha. Quando voltávamos, à tarde, estávamos todos esgotados do trabalho. Eu evigia trabalho. Tomavam banho, jantavam, e o pessoal ia era tratar de dormir.”¹⁰

Dessa forma, ao mesmo tempo que conspirava e se preparava para a revolução, o capitão Prestes ia formando os combatentes da futura Coluna. Dando prosseguimento ao seu relato, ele destaca:

“Na alfabetização, eu empreguei o seguinte: cada soldado analfabeto entreguei a um soldado que sabia ler e escrever. E ensinava a ele como é que ele devia ensinar o analfabeto. Com grande êxito, não é? Em três meses, estavam todos já assinando o nome. Fizemos até uma festa para entrega de diploma aos que ficaram alfabetizados. Fizemos uma bandeira brasileira com as assinaturas, com uma dedicatória para mim, que ele me davam. E os outros graus... eu fiz um primeiro e um segundo grau, preparando os soldados para poderem fazer exame para cabo, *com o objetivo de elevar o nível de instrução desse grupo que eu pretendia levar à revolução, queria levar para a luta armada.*”¹¹

Concluindo, o próprio Prestes assinala que, como resultado desse novo tipo de instrução militar por ele adotado no comando da sua companhia, “a disciplina e o entusiasmo dos soldados era imensa”¹². Da mesma forma, o prestígio de Prestes se tornaria enorme, garantindo-lhe a fidelidade do 1º BF na hora do levante e, posteriormente, na organização da Coluna. Nascia, assim, um novo tipo de relacionamento, desconhecido até então nas fileiras do Exército brasileiro, entre os soldados e o seu comandante. Prestes conseguia estimular a iniciativa dos soldados, sem desprezar a disciplina — que, entretanto, era alcançada através do exemplo do seu próprio comportamento, excluindo-se a prática da violência e dos castigos corporais.

Enquanto o capitão Prestes trabalhava com sua companhia fora de Santo Ângelo, vindo à cidade apenas nos fins de semana, quando participava ativamente das articulações conspiratórias da oficialidade militar, o tenente Mário Portela Fagundes dava instrução física e de ordem-unida para todo o Batalhão Ferroviário, na própria cidade de Santo Ângelo. E também conspirava ativamente. Sua coragem e sua audácia não tinham limites. Prestes recorda sempre o episódio em que Portela, ao dar instrução aos seus soldados, em 14/7/1924, referiu-se à queda da Bastilha, dizendo que nós também haveríamos de tomar a nossa Bastilha. Episódio que lhe valeu perseguições e o obrigou a se esconder e passar à condição de desertor do Exército¹³.

Prestes dirigiria a conspiração em Santo Ângelo, com a estreita colaboração de Portela, em quem depositava total confiança. Anos mais tarde, reconheceria que Portela fora seu melhor auxiliar, um homem de caráter e talento, que tinha um grande coração e era um verdadeiro patriota¹⁴. Portela dissera uma vez: “Todas as grandes causas tiveram seus mártires antes de seus heróis; seja-

mos os mártires que os heróis hão de vir”¹⁵. Sua curta vida seria um exemplo de fidelidade a esse lema. Ao deflagrar-se a revolução em Santo Ângelo, o Manifesto lançado na noite do levante, assinado por Luiz Carlos Prestes, fora redigido por Portela, após discutir o seu teor com o próprio Prestes, como registra o último em seu depoimento¹⁶ (ver fotos adiante).

Contando com a obediência e a fidelidade do 1º BF, Prestes e Portela não encontrariam maiores dificuldades para iniciar a revolução. No quartel de Santo Ângelo, praticamente não sobraria ninguém, tendo sido total a adesão ao levante. O “Ferrinho”, como se tornaria conhecido o pessoal do 1º BF durante a Marcha da Coluna, acompanhava seus comandantes com entusiasmo e ilimitada disposição de luta¹⁷. Embora as reivindicações contidas no Manifesto de Santo Ângelo fossem basicamente as mesmas dos demais levantes tenentistas¹⁸, a determinação revolucionária de Prestes e Portela era diferente: estavam imbuídos da missão de não deixar a luta morrer, de não permitir a derrota de modo algum.

Na própria noite do levante em Santo Ângelo, quando todos os recursos haviam sido mobilizados para garantir a manutenção dos rebeldes, assegurando, ao mesmo tempo, a tranquilidade da população local, foi organizado um destacamento de cerca de 40 homens, sob o comando do sargento Teodósio Boelner e do civil Pedro Bins, homem de toda a confiança de Prestes, para atacar a cidade de Ijuí. “Tratava-se de constituir um posto avançado a 50 quilômetros para melhor defesa de Santo Ângelo e uma maior ameaça a Cruz Alta”, nas palavras de Prestes¹⁹.

Santo Ângelo era o ponto final da estrada de ferro por onde chegariam as tropas do governo que, certamente, viriam de Cruz Alta. A tomada de Ijuí tornara-se estrategicamente decisiva para a sobrevivência dos rebeldes em Santo Ângelo. As autoridades de Ijuí estavam, entretanto, de sobreaviso, tendo conseguido rechamar o ataque rebelde em que Teodósio Boelner perderia a vida. Os revoltosos ver-se-iam obrigados a regressar a seu ponto de partida em Santo Ângelo. Diante do fracasso da tentativa de apossar-se da cidade de Ijuí, ficara claro para Prestes que seria impossível às tropas revolucionárias permanecer por mais tempo em Santo Ângelo. Chegara a hora de organizar a retirada da cidade.

Enquanto isso, no próprio dia 29, Portela partira para São Luis Gonzaga, onde os rebeldes do 3º RCI, comandados pelo tenente João Pedro Gay, dominavam a situação²⁰. Prestes mandara para a cidade os víveres que o comércio de Santo Ângelo doara aos revolucionários, a fim de manter os estoques em lugar mais seguro e resguardado de possíveis investidas do inimigo. Aliás, em Santo Ângelo, não fora necessário realizar requisições de man-



Capitão Luiz Carlos Prestes
levanta o 1º Batalhão Ferro-
viário de Santo Ângelo.

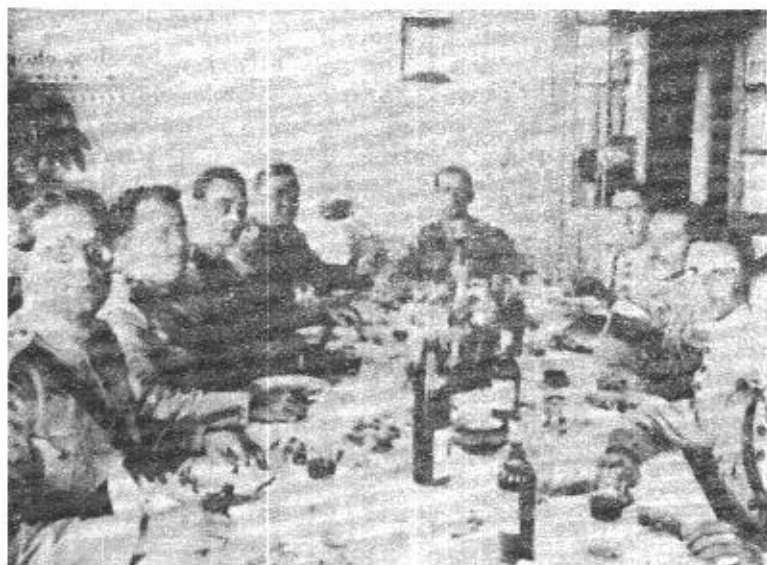
Tenente Mário Portela
Fagundes, junto com
Prestes, levantou o 1º
B.F. de Santo Ângelo.



en

timentos — como seria depois prática corrente dos rebeldes, uma vez que deviam assegurar a manutenção de suas tropas —; a própria população, junto à qual Prestes e Portela gozavam de grande prestígio, se solidarizara com a revolução e fizera doações generosas²¹. Entretanto, esses mantimentos estavam sendo saqueados em São Luís pelos subalternos do tenente Pedro Gay, inclusive por muitos dos seus sargentos. Portela intentara adotar medidas disciplinadoras, mas, sozinho, encontrava dificuldade para controlar a situação, o que o levaria a enviar uma carta a Prestes relatando os fatos e denunciando a anarquia reinante na cidade²².

Prestes permaneceria apenas três dias em Santo Ângelo, à frente dos rebeldes do 1º BF, retirando em seguida para São Luís Gonzaga, onde era aguardado por Portela. Os revolucionários de Santo Ângelo deixavam a cidade, valendo-se de todos os veículos motorizados que puderam encontrar, uma vez que não dispunham ainda de cavalos (ver foto da retirada de Santo Ângelo). Prestes cuidara, contudo, de providenciar a nomeação de "autoridades revolucionárias" investidas de poder e designar tropas rebeldes para guarnecer os pontos estratégicos mais importantes, sob o comando dos civis Juca Raimundo, Pedro Bins e Pedro Aarão²³.



A oficialidade do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, abril ou maio de 1924. Da esquerda para a direita: José Jorge, Manoel d'Almeida Sruck, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Gentil Basílio Alves, Henrique de Azevedo Futuro, Hélio Costa Gonzaga (imediatamente do comandante), Luiz Carlos Prestes, Ercílio Bittig de Campos e Mário Portela Fagundes.



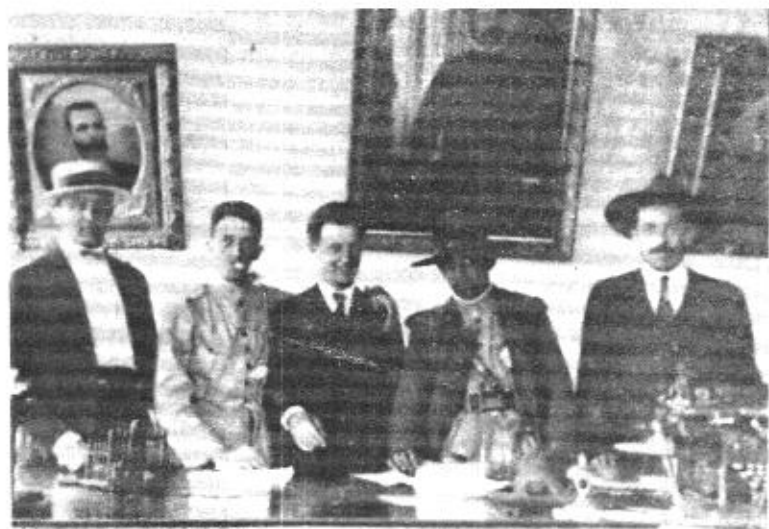
As tropas rebeldes do 1.^o Batalhão Ferroviário, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes, retiram de Santo Ângelo.

Ao chegar a São Luís Gonzaga, as primeiras medidas de Prestes seriam no sentido de garantir a ordem e acabar com a anarquia generalizada, fruto da indisciplina reinante entre os subordinados do tenente Pedro Gay. Prestes consegue afirmar sua autoridade e impor-se como chefe ao editar uma comunicação pública, de acordo com a qual as requisições junto à população local só poderiam ser feitas mediante documento assinado por ele pessoalmente²⁴. Com isso, cessariam os distúrbios e as arbitrariedades que vinham sendo cometidas; grande parte dos artigos saqueados seriam tomados de volta pelo comando rebelde. A adoção das medidas faria com que Prestes conquistasse logo a simpatia e o respeito da população local, o que ainda hoje é possível verificar junto às pessoas mais idosas da região²⁵. Crescia o prestígio e a autoridade dos revolucionários.

Nos primeiros dias de novembro, Aníbal Benévolo e Siqueira Campos, contando apenas com dois esquadrões do 2.^o RCI de São Borja, partiam em direção a Itaqui, com o intento de tomar a cidade, importante ponto estratégico às margens do Rio Uruguai. Mas a resistência inimiga seria muito séria, vendo-se os revolucionários obrigados a enfrentar não só as tropas acantonadas em Itaqui e os grupos de civis bem armados e municionados dirigi-

dos por Osvaldo Aranha, como os “provisórios” enviados pelo governo e que haviam partido de Santiago do Boqueirão. Benévolo pediria reforço aos camaradas de São Luis Gonzaga e São Borja, mas tanto os rebeldes do 3º RCI, dirigidos por Pedro Gay, como os do 2º RCI, sob o comando de Sandoval Cavalcante de Albuquerque, ficariam insensíveis aos apelos²⁶.

Apenas o 1º BF deslocaria imediatamente duas companhias — sob o comando direto de Prestes e Portela — para socorrer os companheiros que combatiam nos arredores de Itaqui. Mas o esforço seria em vão. A superioridade das forças inimigas obrigaria os rebeldes a recuarem. O tenente Benévolo tombava heroicamente, abatido por um tiro na cabeça, perto de Itaqui, num lugar conhecido como estação Recreio (ver fotos adiante). Siqueira Campos atravessaria a nado o Rio Uruguai para arrebancar, no lado argentino, embarcações que conduziriam os remanescentes rebeldes para o país vizinho²⁷. Entrementes, as tropas governistas avançavam em direção a São Borja, onde o que restara das forças revolucionárias sublevadas na cidade se encontrava em franco processo de dispersão.



O tenente Anibal Benévolo (o 2º da esquerda para a direita), junto com o Dr. Dinarte Dornelles (3º), o tenente Oscar Valdetaro (4º) e Octávio Miranda (5º), na Intendência Municipal de São Borja, após o levante na cidade. Outubro de 1924.

Fonte: CPDoc/FGV



Oswaldo Aranha e seu estado-maior à frente das forças legalistas — os “provisórios” —, durante a defesa de Itaqui, quando do seu ataque pelas forças revolucionárias gaúchas. Itaqui (RS), entre 4 e 12/11/1924.

Estando em São Borja, onde tentara mobilizar forças para socorrer Benévolo e Siqueira Campos, Prestes receberia um aviso de que o general João Francisco Pereira de Souza, caudilho “maragato” que participara da revolta de São Paulo e se deslocara para o Paraná junto com Isidoro Dias Lopes, chegara a São Tomé, no lado argentino da fronteira natural formada pelo Rio Uruguai, e pretendia vir ao seu encontro. Prestes tentaria, sem êxito, demovê-lo desse intento, preocupado com a possibilidade de um ataque iminente à cidade de São Borja. Naquele momento, quando a revolução gaúcha corria o risco de ser esmagada, o general João Francisco vinha a São Borja trazer a solidariedade dos rebeldes paulistas aos seus irmãos do Rio Grande. Em seu encontro com Prestes, o caudilho João Francisco lhe informaria da situação das tropas revolucionárias paulistas no Oeste do Paraná e das providências tomadas para o envio de armas e munições aos rebeldes gaúchos. Os guardas argentinos da fronteira com o Brasil haviam sido comprados, para que facilitassem a passagem do armamento, que deveria chegar logo às mãos de Prestes e de seus companheiros. Nesse mesmo dia, João Francisco, em nome do general Isidoro, proclamado chefe militar da revolução, anunciava

a promoção de Prestes a coronel comissionado, nomeando-o comandante da Coluna do Centro da Divisão Revolucionária do Noroeste do Rio Grande do Sul²⁸. Era o reconhecimento do papel destacado desempenhado por Prestes e a sua consagração como chefe dos revolucionários gaúchos.

O governo Borges de Medeiros, contando com o apoio de Artur Bernardes, havia concentrado esforços no sentido de esmagar os rebeldes do Sul do Estado, lançando contra eles as tropas disponíveis do Exército e da Brigada Militar Gaúcha, os corpos auxiliares ou antigos “provisórios”, e os destacamentos de polícias militares vindos de vários Estados do país.

Em meados de novembro, as atenções governistas voltavam-se para o único bastião revolucionário que ainda permanecia de pé naquele Estado — as tropas acampadas em torno de São Luís Gonzaga, sob o comando do coronel comissionado Luiz Carlos Prestes.

A organização inicial da Coluna

De regresso a São Luís, após sua ida a São Borja, Prestes enfrentava a necessidade de organizar a resistência ao ataque inimigo em preparação. Para isso, contaria com a colaboração tanto de Mário Portela como de alguns outros tenentes rebeldes, que viriam a ele se reunir: Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias, Aristides Correa Leal, Ary Salgado Freire e os ex-alunos da Escola Militar do Realengo, dela expulsos após o primeiro “5 de julho”, Emygdio da Costa Miranda e André Trifino Correia.

Apoiado nesse grupo de homens de grande audácia, coragem e desprendimento, dotados de excepcional competência militar, Prestes dava início à organização do que viria a ser, mais tarde, a Coluna Invicta. Naquele momento, a maior parte dos oficiais do Exército que, em 29/10, se havia levantado em diferentes unidades militares sediadas no Rio Grande do Sul, já desistira da luta, emigrando para a Argentina. Na verdade, a inconseqüência e a falta de persistência foram traços característicos de grande parte dos “tenentes”, para os quais os primeiros reveses constituíram motivo suficiente para abandonar os compromissos assumidos com a revolução²⁹.

Em São Luís Gonzaga restara o 1º BF, ainda que desfalcado. O famoso “Ferrinho” viria a desempenhar um papel decisivo na organização da Coluna, pois os seus soldados haviam recebido uma instrução especial de parte de seus comandantes Prestes e Portela. Também chegara a essa cidade o 2º RCI de São Borja,

reduzido mais ou menos à metade dos seus componentes. Permanecera na sede do seu quartel o 3º RCI, dirigido pelo tenente João Pedro Gay, a única unidade militar rebelada que ainda contava com seus efetivos completos, uns 400 ou 500 soldados, estando também melhor armada, pois quase todos os soldados dispunham de um fuzil.

Além disso, encontravam-se espalhados pela região de São Luís uns dez grupos de 40, 50 ou 60 homens, formados por civis, sob o comando de diversos "maragatos". O que sobrara da revolução rio-grandense estava ali. Ao todo, dispunha-se de uns 1500 homens, sendo que somente a metade deles armada — uma parte com fuzis "Mauser" e a outra com simples pistolas. Só havia, portanto, armas curtas à disposição dos revolucionários. Não faltariam, contudo, cavalos: dois para cada soldado³⁰.

Chegara o momento de estruturar as tropas revolucionárias. O coronel Prestes assinaria uma ordem do dia constituindo 13 regimentos de cavalaria: o primeiro, formado pelo pessoal do 1º BF, sob o comando do tenente Portela; o segundo, com os remanescentes do 2º RCI, sob o comando de João Alberto; o terceiro, formado pelo 3º RCI, continuava sob o comando de Pedro Gay; os demais regimentos ficavam entregues ao comando dos diversos caudilhos "maragatos", que se consideravam "coronéis"³¹. Surgia a organização inicial da Coluna. No começo, tratava-se de uma tropa heterogênea e indisciplinada, cujo comando carecia de unidade, o que prejudicaria qualquer ação a ser empreendida.

Além disso, a Coluna estava mal armada, não dispoñdo de fábrica de armamentos ou munições, nem de alguma retaguarda que lhe assegurasse o abastecimento da tropa. Seu apoio logístico era praticamente nulo. Prestes ocuparia uma vasta região em torno de São Luís Gonzaga, montando guardas nas diversas direções por onde poderia vir o inimigo, à espera do armamento prometido pelo general João Francisco, o qual jamais chegaria ao seu destino, pois os guardas argentinos não permitiriam sua passagem pela fronteira³². A intensa atividade diplomática dos representantes brasileiros junto aos governos da bacia do Prata, orientada no sentido de sabotar e perseguir a ação dos revolucionários no sul do país, seria responsável pelo fracasso de todas as tentativas empreendidas pelo general Isidoro Dias Lopes de enviar armas aos rebeldes gaúchos, o que fica hoje comprovado pela volumosa documentação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil referente ao assunto³³.

Baseado na experiência do 1º BF, Prestes tentava transformar a tropa que se encontrava sob o seu comando num exército, no qual vigorasse a disciplina militar e, ao mesmo tempo, pudesse

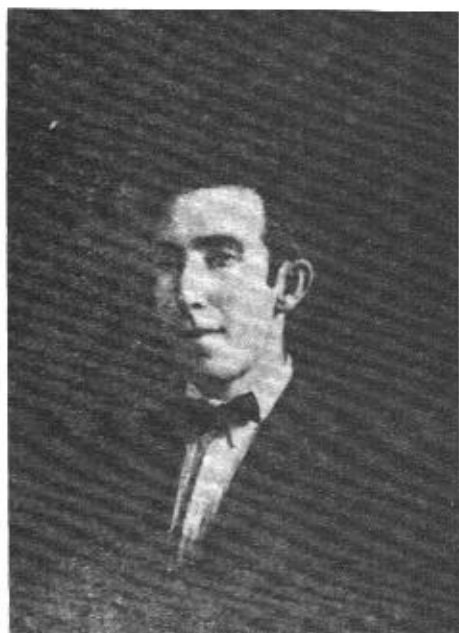
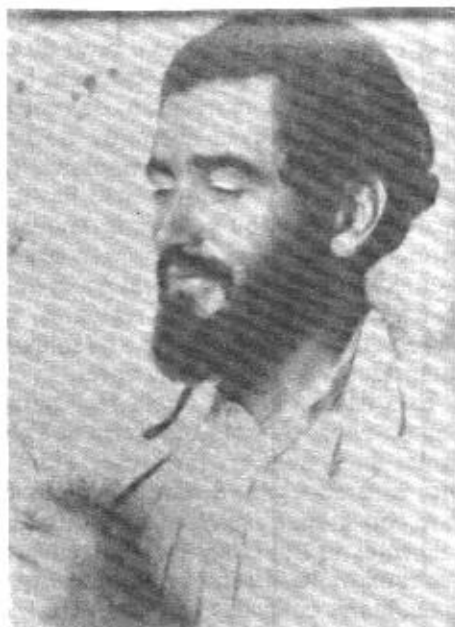
desenvolver-se a iniciativa dos soldados. Sem uma disciplina rigorosa e um comando único e centralizado, as forças revolucionárias seriam desbaratadas. Mas, sem a participação ativa de cada soldado, sem a compreensão, de parte de cada um deles, de que estavam lutando pela libertação do Brasil do governo despótico de Artur Bernardes, seria impossível garantir a sobrevivência de uma força armada, em que não havia soldo, nem pagamento de qualquer espécie, ou vantagens de qualquer tipo, e se exigia, para permanecer em suas fileiras, um grande espírito de sacrifício e muita disposição de luta. Tratava-se de construir um exército diferente das forças armadas regulares, nas quais a disciplina era imposta através da violência e os soldados não passavam de meros cumpridores de ordens superiores.

Essa não seria uma tarefa fácil para Prestes, Portela, Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias — os principais comandantes da Coluna em formação. Eram todos muito jovens e, por isso, encarados com desconfiança pelos “coronéis”, velhos caudilhos, com grande experiência acumulada nas lutas travadas tradicionalmente, no Rio Grande do Sul, entre grupos civis em litígio, mas que revelavam dificuldade em entender que, para enfrentar as forças militares coligadas lançadas pelos governos Federal e Estadual contra os rebeldes, tornara-se necessário estruturar a Coluna de acordo com a concepção desenvolvida por Prestes (ver fotos adiante).

Ao mesmo tempo, a experiência dos “maragatos” seria valiosa na organização das forças revolucionárias acampadas em torno de São Luis Gonzaga. Os rebeldes viriam a adotar o sistema gaúcho de “fogões”: eram formados grupos de cinco a oito combatentes, completamente independentes no preparo de sua própria alimentação; o comando apenas se preocupava com a distribuição da carne³⁴. Dessa forma, simplificava-se muito o problema do abastecimento, sabidamente complexo, oneroso e pesado num exército regular. Além disso, o “fogão” passaria a designar, conforme foi registrado mais tarde por Ítalo Landucci, um dos participantes da Coluna Prestes, “um grupo de combatentes da mesma unidade, ligados entre si por vínculos afetivos e até de parentesco, núcleo coeso, dirigido pelo mais graduado, sobre o qual repousava a estrutura orgânica do destacamento. O seu chefe recebia ordens diretas do comandante do esquadrão, ao qual estava subordinado e as cumpria ao pé da letra”³⁵ (ver foto de um “fogão”).

Adotava-se também a forma gaúcha de arrebANHAR animais — as célebres “potreadas” —, em que pequenos grupos de soldados se destacavam do grosso da tropa em busca não só de cavalos para a montaria e do gado para a alimentação, como de informações, que eram transmitidas ao comando, servindo de elemento

Tenente Antônio de Siqueira Campos, herói dos "18 do Forte" do 5/7/1922 e comandante do 3º destacamento da Coluna Prestes.



Tenente João Alberto Lins de Barros, comandante do 2º destacamento da Coluna Prestes.



Tenente Osvaldo Cordeiro de Farias, comandante do 1º destacamento da Coluna Prestes.



O "fogão" do "coronel" Favorino Pinto em plena sesteada. O primeiro à direita é o capitão Mendes de Moraes.

valioso para que ele pudesse elaborar mapas detalhados de cada região por onde passavam os rebeldes, traçando com precisão e profundo conhecimento do terreno a tática da Coluna. Dessa forma, dificilmente os revolucionários seriam pegos de surpresa pelo inimigo. Ao contrário: em geral, era a Coluna Prestes que, com seus lances inesperados, surpreendia as forças governistas. Assim, as "potreadas" foram um fator fundamental para desenvolver a iniciativa e o espírito de responsabilidade dos soldados da Coluna. Prestes valorizou as "potreadas", dizendo a seu respeito o seguinte:

"Chamavam 'potreada' a pequenos destacamentos de cinco, seis homens, muitas vezes comandados até por um analfabeto, que saíam da Coluna em busca de cavalos e, ao mesmo tempo, de informações. Passaram a ser *os verdadeiros olhos da Coluna*. Pela manhã, os comandantes dos destacamentos destacavam dois ou três piquetes. E o comandante do piquete vinha falar com o Estado-Maior, comigo, para saber qual era a direção de marcha e para onde eles deviam seguir. De maneira que lançávamos esses piquetes pelos dois flancos. Eu dizia: — Estamos aqui, pretendemos marchar nessa direção; dentro de dois dias estamos em tal lugar, três dias estamos em tal lugar. Você se desloca, vai até... toma cem quilômetros para a direita, ou para a esquerda, e... pegue cavalos, procure moradores que conheçam a região, para que eu possa fazer um mapa. — Porque eu ia fazendo um mapa da região. Os mapas que tínhamos eram precaríssimos, mas com as informações dos moradores, conseguimos fazer um mapa mais detalhado... não apenas com as estradas principais, mas com as vicinais..., as estradas ligando um povoado a outro, uma fazenda a outra fazenda. E isso nos salvou muitas vezes, porque conhecíamos caminhos que as forças que nos perseguiam não conheciam."³⁶

Lourenço Moreira Lima, o cronista da Coluna, imortalizaria os feitos heróicos dos "potreadores" nas páginas do seu diário da Marcha:

"Os potreadores se distanciavam, muitas vezes, 30 a 50 léguas do grosso da Coluna, devassando grandes áreas, descobrindo o inimigo onde ele se achava, incomodando-o e trazendo-o sempre de sobressalto, na incerteza da nossa direção.

"A audácia dos potreadores não encontra nada que se lhe compare.

"Entravam em vilas e cidades, das quais se apossavam, regressando passados muitos dias, levando-nos cavalhadas que arrebanhavam combatendo e perdendo companheiros, mas sem nunca desanimar.

"Foram incalculáveis os atos de heroísmo praticados no anonimato por eles na vastidão das nossas selvas.

"A notícia das suas correrias audaciosas povoava a mente supersticiosa dos nossos sertanejos, envolta numa nuvem de lendas e de sonhos....)

"Houve potreadas que não mais regressaram, aniquiladas pelo inimigo.

"Outras percorreram centenas de léguas, até nos encontrar."³⁷

A Coluna não se poderia transformar num exército revolucionário, movido por um ideal libertário, se não inculcasse em seus combatentes uma atitude de respeito e solidariedade em relação ao povo com que mantinha contato. Desde o início, ainda no Rio Grande do Sul, o comando da Coluna daria grande importância ao tratamento que os seus soldados deveriam dispensar à população civil das localidades por onde passavam. Qualquer arbitrariedade seria punida com grande rigor, tendo ocorrido alguns casos de maior gravidade, em que se chegou ao fuzilamento dos culpados, principalmente quando houve desrespeito a famílias e, em particular, a mulheres.

Da mesma forma, não eram admitidos os saques ou atentados gratuitos à propriedade privada. Por essa razão, foi estabelecida a prática das *requisições* de artigos indispensáveis à manutenção da tropa, feitas junto a comerciantes e fazendeiros, ou mesmo a particulares, mediante a apresentação de um recibo assinado pelo próprio Prestes ou por outro comandante devidamente credenciado. No recibo, os rebeldes assumiam o compromisso de, com a vitória da revolução, indenizar ao interessado o valor dos bens requisitados. Com semelhante prática, inteiramente inusitada, a Coluna conquistaria a simpatia das populações com que entrou em contato. Embora muitas pessoas, que se viam despojadas dos seus haveres, ficassem indignadas com os rebeldes e tentassem fugir ou esconder o gado, os cavalos ou as mercadorias de que dispunham, houve outras que se esforçaram em colaborar com eles, fornecendo-lhes todo tipo de ajuda.

Ainda hoje, no Rio Grande do Sul ou no Piauí — e, provavelmente, em outros pontos do Brasil percorridos pela Coluna —, é possível encontrar antigos moradores que, embora tivessem ouvido dizer que os rebeldes cometiam tropelias contra o povo, jamais chegaram a presenciar um caso semelhante. Ao contrário: as testemunhas existentes são unânimes em reconhecer o comportamento irrepreensível dos soldados de Prestes durante a sua Marcha pelo Brasil. Na verdade, a propaganda governista esteve orientada sempre no sentido de difundir uma falsa imagem dos revolucionários, apresentando-os como um bando de facinoras e malfeitores, iguais ou piores aos cangaceiros do Nordeste, conhecidos por deixarem um quadro de terra arrasada por onde passavam³⁸.

Diante de tal propaganda, é natural que as populações interiores tivessem medo da Coluna e procurassem fugir ou esconder-se, quando tomavam conhecimento de sua aproximação. Mas, em geral, sua atitude mudava inteiramente após o contato direto com os rebeldes. Lourenço Moreira Lima registra que, ao passar pela segunda vez na cidade piauiense de Floriano, a Coluna recebeu

“as melhores demonstrações de simpatia por parte de toda a sua população que, dessa vez, não abandonou a cidade”³⁹.

A tropa que ia sendo organizada na Coluna era formada por dois grupos principais: os soldados, que se haviam levantado nas unidades militares rebeladas, e os civis, chefiados pelos caudilhos “maragatos”, acostumados à luta guerrilheira, que deitara raízes profundas no Rio Grande do Sul. Os soldados eram, em sua maioria, jovens moradores da região do planalto gaúcho, sorteados para servir no Exército, havendo também voluntários. Tratava-se, pela sua origem social, de peões de fazendas de criação de gado, de trabalhadores assalariados ou sujeitos a algum tipo de prestação de serviços na atividade de extração da crva-mate ou na pequena agricultura de subsistência. Havia também, como assinala o depoimento citado de Prestes, jovens colonos, agricultores das colônias alemãs ou italianas da região. A maior parte dessa juventude militar era, entretanto, composta de brasileiros, os chamados “pêlos-duros” — caboclos da região, provenientes de famílias pobres, sem terra ou com pouca terra, onde desenvolviam lavouras de subsistência, sujeitando-se também ao regime de assalariamento temporário nas grandes fazendas ou em pequenas e médias propriedades⁴⁰.

Quanto aos civis, se os chefes eram, em sua maioria, fazendeiros de certas posses, criadores de gado — a grande riqueza daquela região —, havendo contudo, exceções, como foi o caso de Leonel Rocha, pequeno agricultor pobre, que trabalhava de enxada em terras que não lhe pertenciam⁴¹, os combatentes “maragatos” provinham da mesma massa de trabalhadores “pêlos-duros”, de onde saíam os recrutas que iam servir nos quartéis do Exército da região. Esses homens estavam acostumados a integrar as tropas dos “coronéis”, em cujas terras trabalhavam ou aos quais estavam ligados por relações de tipo clientelista, participando das guerras que historicamente eram travadas entre esses caudilhos. Estavam habituados a seguir seus chefes, guerreando a cavalo e fazendo uso de armas brancas, sabendo-se que, no Rio Grande, o degolamento do inimigo constituiu uma prática muito comum.

É interessante observar que Prestes e os demais oficiais do Exército que exerciam o comando da Coluna em formação jamais revelaram preocupação em diferenciar os fazendeiros, proprietários de terras, dos peões, trabalhadores despossuídos e explorados pelos primeiros. A luta de classes era algo que não fazia parte de suas cogitações. Estavam interessados em arregimentar forças e organizá-las, ainda que de forma original e criativa, para lutar contra os males da República Velha, personificados na figura do presidente Artur Bernardes. Já os caudilhos “maragatos” viam na revo-

lução tenentista uma oportunidade de somar esforços para derrotar o seu grande inimigo — o “chimango” Borges de Medeiros⁴².

Os acampamentos da tropa revolucionária — distribuída em torno de São Luís Gonzaga, num raio que chegava a 90 quilômetros⁴³ — eram uma atração para muitas mulheres, moradoras da região, todas de origem humilde, que em muitos casos se tornariam companheiras dos soldados e viriam a segui-los, quando da sua retirada da região. Ao todo, no Rio Grande, incorporaram-se à Coluna umas 20 mulheres — que, por vezes, chegaram a combater como soldados, revelando grande desprendimento, heroísmo e dedicação⁴⁴.

Desde os primeiros dias da revolução, quando a Coluna ainda se encontrava no nascedouro, Prestes — apoiado na experiência adquirida durante os meses que dirigira sua companhia do 1º BF — tratara de criar um novo tipo de relacionamento entre os comandantes e os soldados, em que o exemplo dos chefes desempenharia um papel fundamental, de grande relevo. Prestes, Portela, Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias levavam a mesma vida que os soldados, dormindo no chão, comendo a comida preparada nos “fogões”, sem admitir nenhum privilégio. Pelo contrário, durante toda a Marcha, os soldados — e, em primeiro lugar, os feridos — teriam prioridade na distribuição de alimentos, de roupas, de montaria e de medicamentos, quando eventualmente eram requisitados ou adquiridos de alguma forma. Formava-se, assim, um novo moral — o moral do combatente da Coluna, que lutava por um ideal sem medir sacrifícios, acompanhando seus chefes porque neles confiava e acreditava, porque via no seu comportamento um exemplo a seguir. A Coluna, pouco a pouco, viria a transformar-se numa grande família, em que cada soldado nela permanecia sabendo que lutava por um ideal de liberdade e justiça para o povo brasileiro, ainda que não fosse capaz de definir com clareza o que isso significava.

Luis Vicira Fagundes, jovem trabalhador rural, que se incorporou à revolução ainda em São Luís Gonzaga, fazendo toda a Marcha da Coluna até o exílio na Bolívia, diria 63 anos mais tarde que a Coluna era uma irmandade, em que os soldados tinham confiança total nos chefes, acrescentando que “sentiu um vazio” quando a Marcha terminou e teve que se despedir dos seus companheiros. Outros depoimentos recentemente colhidos no Rio Grande do Sul confirmam essa opinião, deixando claro que, para o soldado da Coluna, aquela foi a melhor experiência de vida, pois cada combatente se sentia tratado como gente, respeitado e considerado, coisa rara na sociedade brasileira — ainda mais naquela época — em relação aos homens simples do povo⁴⁵.

Se, no início da revolução no Rio Grande, ainda houve casos de aplicação de castigos corporais aos soldados — e isso Prestes e um dos antigos combatentes da Coluna recentemente entrevistado reconhecem⁴⁶ —, em pouco tempo a prática seria abandonada, embora a disciplina rigorosa fosse sempre uma das metas a serem atingidas, ainda que por outros métodos, que não excluam até o fuzilamento, quando necessário. Tais métodos baseavam-se, antes de tudo, no exemplo dos chefes, no respeito ao soldado, na responsabilidade que lhe era conferida.

Pouco a pouco, a Coluna ia sendo organizada, embora não existisse um plano previamente traçado para a sua formação. A Coluna Prestes não nasceu pronta, tendo sido fruto de uma série de circunstâncias concretas, quando os rebeldes se viram na contingência de enfrentar um inimigo numeroso, bem armado e municiado, com fontes de abastecimento garantidas, enquanto a sua própria situação era, como já foi visto, de total carência de armamentos e víveres, com um contingente humano também reduzido. Tratava-se, portanto, de buscar formas de sobreviver e garantir a continuidade da revolução.

Por tudo isso, quando, nos últimos dias de novembro de 1924, os rebeldes ficaram sabendo que o governo havia deslocado um batalhão do Exército para a cidade de Tupaceretã, situada a sudeste de São Luis Gonzaga, Prestes decide realizar um ataque de surpresa a essa unidade militar, com o objetivo de tomar o armamento e a munição que fossem possíveis e que se haviam tornado tão necessários para os revolucionários. Naquela época, muito se especulou a respeito de quais teriam sido as razões que determinaram o ataque rebelde, cujo verdadeiro objetivo é hoje esclarecido pelo próprio Prestes, o seu idealizador⁴⁷.

O plano da investida contra Tupaceretã previa todos os movimentos a serem realizados pelas tropas rebeldes, comandadas diretamente pelo coronel Prestes. O governo, entretanto, havia concentrado nessa região efetivos militares bem maiores do que o comando rebelde tivera conhecimento. Na madrugada de 2/12, foi deflagrada a ofensiva revolucionária, mas o poder de fogo do inimigo era muito superior; as tropas rebeldes, não obstante lutarem com valor, agiram de maneira caótica e descoordenada, revelando que seu nível de organização ainda deixava muito a desejar. Principalmente, mostraram despreparo para obedecer a um comando único e centralizado, condição indispensável para enfrentar um adversário poderoso e bem armado. Nas palavras de Prestes:

“As forças que deviam iniciar o ataque, em boa parte, não o fizeram e tomaram a iniciativa justamente as que só mais tarde é que deveriam atacar.”⁴⁸

Em pouco tempo, ficaria claro para Prestes que não havia condições de cumprir os objetivos traçados e se tornara necessário recuar antes que fosse demasiado tarde. Imediatamente seria ordenada a retirada, feita com a preocupação de poupar tiros, dirigindo-se os rebeldes de volta ao seu ponto de partida — a região de São Luís Gonzaga. Assim, no combate de Tupacceretã não houve vencidos nem vencedores, não tendo sido significativas as baixas de ambas as partes. Mas o governo não perderia a oportunidade de tentar explorar a situação, procurando apresentar, perante a opinião pública, um quadro de derrota dos revolucionários. O jornal oficial do governo de Borges de Medeiros, *A Federação*, noticiava uma “estrondosa derrota dos rebeldes em Tupacceretã”, informando que teriam sido mortos 30 rebeldes, havendo também inúmeros feridos. A mesma notícia era publicada no Boletim do Ministério da Guerra transcrito pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro⁴⁹.

O que realmente aconteceu ficou registrado em carta enviada por Prestes ao major assistente da 1ª Brigada Carlos Abreu dos Santos Paiva — o único oficial que ainda permanecia na revolução entre todos que se haviam levantado em São Borja — e datada de 3/12/1924, da localidade de São Bernardo, próxima a Tupacceretã, no caminho que levava a São Luís. Dizia-se nessa carta:

“...Conquanto não tenhamos entrado em Tupacceretã, retiramos em perfeita ordem e fizemos uma bela demonstração do valor da 1ª Brigada. Absolutamente não fomos derrotados (...), avançamos de peito descoberto contra as posições do inimigo apesar das metralhadoras e seu formidável poder de fogo. (...)”

“Mantivemos o inimigo em suas trincheiras durante sete horas de fogo e retiramos em completa ordem sem que o inimigo tivesse o ânimo necessário para perseguir-nos. (...)”

“Ficou provado que em campo raso ninguém nos derrotará e que a nossa vitória é, portanto, certa.”⁵⁰

O combate de Tupacceretã revelara as debilidades da Coluna naquele momento e mostrara que era necessário melhorar a sua organização, garantindo a obediência das tropas a um comando único. Por outro lado, evidenciara-se a disposição de luta dos rebeldes.

Durante os meses de novembro-dezembro, enquanto as forças rebeldes, acampadas na região de São Luís, iam se preparando para o confronto que, mais cedo ou mais tarde, teria que se dar com as tropas inimigas, era editado, na cidade, um pequeno jornal, que entraria para a História como o órgão da revolução. Chamava-se *O Libertador* e era dirigido pelo advogado José D. Pinheiro Machado, que viria a participar de toda a Marcha da

Coluna. Sua impressão era feita nas oficinas do jornal local denominado *Missões*, ocupadas militarmente pelos rebeldes. Tinha um formato pequeno e era impresso em tinta vermelha, tendo saído em São Luís os seus seis primeiros números, de 5/11 a 15/12. Mais tarde, *O Libertador* seria editado em tinta preta em alguns outros pontos do país, por onde a Coluna passou e houve condições de publicá-lo: em Porto Nacional (Goiás), o número sete; em Carolina (Maranhão), o número oito; e em Floriano (Piauí), os números nove e dez. Colaboraram na publicação desses números o bacharel Lourenço Moreira Lima e o padre Manoel de Maccdo⁵¹ (ver foto a seguir).

O combativo órgão impresso da Coluna tornar-se-ia um símbolo de suas lutas e de seus heróicos feitos pelo Brasil afora. Publicava os boletins do comando revolucionário, os manifestos e mensagens lançados e noticiava os principais movimentos das tropas rebeldes contra o governo de Artur Bernardes. Seu lema era "Liberdade ou Morte", expressando o sentimento que movia os revolucionários.

O rompimento do cerco de São Luís e a marcha para o Norte

De volta a São Luís, Prestes redistribuiu as tropas revolucionárias na região e, juntamente com Portela, Siqueira e João Alberto — as únicas pessoas em que depositava total confiança⁵² —, prepara-se para romper o cerco inimigo que se fechava sobre os rebeldes.

Os episódios, que a seguir teriam lugar, seriam profundamente deturpados pelo adversário, permanecendo, em grande parte, inéditos para as gerações posteriores. Embora Sady Valle Machado — ex-ajudante-de-ordens de Prestes — tivesse registrado em livro, feito com a colaboração do jornalista S. Dias Ferreira, uma versão aproximada dos acontecimentos, sua condição de civil e de elemento que não se encontrava a par dos meandros dos planos e das manobras do comando rebelde faria com que o relato — ainda que o único existente e de inegável valor — incidisse numa série de erros e imprecisões⁵³.

Passados mais de 60 anos, os depoimentos concedidos por Prestes viriam, afinal, esclarecer a história do cerco de São Luís e do seu rompimento pelos revolucionários — a primeira vitória importante da Coluna Invicta, que iniciava sua Marcha pelo Brasil⁵⁴.

Naquele mês de dezembro de 1924, 14 mil homens, sob o comando do Estado-Maior governista, marchavam sobre São Luís

O LIBERTADOR

DIRECTOR
JOSE D. P. MARCADO

Orgão da Revolução

São Luiz Gonzaga, 5 de Novembro de 1924

A REVOLUÇÃO NA SERRA

Nesta cidade o

3. R. C. I.

dá o grito de liberdade

O Batalhão Ferroviário depois de dominar Santo Angelo chega a esta cidade

E VALERIO CAP. LUIS PRESTES ASSUME O COMANDO

deuro Arão e outros integrantes do Exército

As notícias que chegaram a esta cidade...

Assim o movimento revolucionário...

Para a organização do Exército...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Ultimas noticias

Comunicações

recebidas

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Logo se organizou o Batalhão Ferroviário...

Foto da primeira página do nº 1 de *O Libertador*, publicado em São Luiz Gonzaga durante os meses de novembro/dezembro de 1924.

Gonzaga, divididas em sete colunas de aproximadamente dois mil soldados cada, formando o chamado "anel de ferro" com o qual se pretendia estrangular os rebeldes acampados em torno da cidade. Era a aplicação dogmática, pelos militares legalistas, dos ensinamentos da Missão Militar Francesa chefiada pelo general Game-lin. Visava-se, com o cerco de São Luiz, perseguir o "objetivo geo-

gráfico”, com a pretensão de encurralar o inimigo e destruí-lo, da mesma forma como o general Rondon mantinha os rebeldes paulistas sitiados no Oeste paranaense. Era a obsessão pelo sítio, inspirada no paradigma do “sítio de Verdun”. Tratava-se da tática da “guerra de posição” — a única que os militares brasileiros conheciam naquela época⁵⁵.

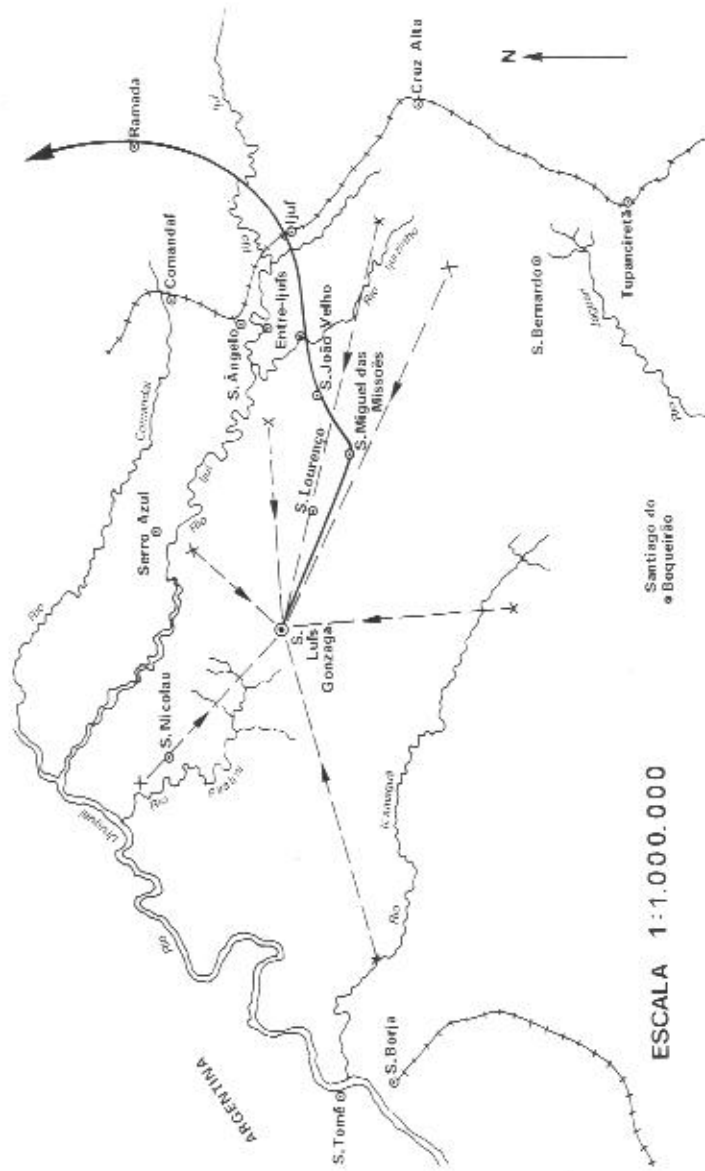
Os planos governistas não eram, certamente, proclamados. A imprensa oficial noticiava que os rebeldes já tinham sido desbaratados, sendo que a qualquer momento haveriam de ser definitivamente liquidados. Prestes conseguia, entretanto, obter informações fidedignas por intermédio de elementos que, de uma forma ou de outra, mantinham contato com o adversário e, através da própria leitura dos jornais, chegava a formar uma visão realista do que efetivamente acontecia. Pôde, assim, verificar que as sete colunas legalistas marchavam simultaneamente sobre São Luís, tentando fechar o cerco em torno desse “objetivo geográfico”.

O inimigo pensava que os soldados da Coluna estivessem reunidos na cidade. Seus espíões nela circulavam à busca do grosso da Coluna. Mas, na verdade, o “grosso da Coluna” não existia, pois Prestes, tendo compreendido qual era a tática governista, distribuíra os seus soldados em torno da cidade, localizando-os a distâncias consideráveis, em sete posições diferentes, segundo as sete direções por onde vinham as tropas inimigas.

As colunas legalistas moviam-se sincronicamente, partindo de *São Borja*, a sudoeste de São Luís Gonzaga, de *Santiago do Boqueirão*, ao sul, de *Tupaceretã*, a sudeste, de *Cruz Alta*, a leste, de *Santo Ângelo*, a nordeste, de *Serro Azul*, ao norte, e de *São Nicolau*, a noroeste. Formavam, assim, o famoso “anel de ferro”, que se fechava pouco a pouco sobre os revolucionários concentrados na região (ver na página seguinte o mapa do rompimento do cerco de São Luís pela Coluna Prestes).

Dentre todas, a mais importante dessas colunas era a que vinha de Tupaceretã, pelo divisor de águas, com uns 2300 homens, dirigidos pelo comandante da Brigada Militar Gaúcha, o coronel Claudino Nunes Pereira, que marchava em direção a São Miguel, situada a uns 50 quilômetros de São Luís. Essa coluna determinava a velocidade de marcha, que deveria ser acompanhada pelas demais⁵⁶.

Para a maioria dos chefes rebeldes — com exceção dos mais próximos a Prestes —, a situação se mostrava desesperadora e era tida como perdida, dada a flagrante disparidade entre as forças governistas e a dos revolucionários, reduzidos a 1500 homens, contando com armamento precário e quase desprovidos de munição. Por essa razão, aumentavam as deserções de muitos chefes, que abandonavam a Coluna, levando consigo, muitas vezes, parte considerável dos seus soldados⁵⁷.



ESCALA 1:1.000.000

O rompimento do "cercos de S. Luís" pela Coluna Prestes, dezembro de 1924.

--- As direções de marcha das sete colunas governistas

— O caminho percorrido pela coluna Prestes ao romper o cerco governista.

Tendo compreendido qual era o objetivo do governo, Prestes trataria de encontrar uma saída, que permitisse à Coluna romper o cerco legalista, com vistas a marchar para o Norte, atravessando o Rio Uruguai e os Estados de Santa Catarina e Paraná em direção às tropas do general Isidoro, que permaneciam na região do Oeste paranaense. Juntar as forças rebeldes do Rio Grande às de São Paulo era, naquele momento, a única maneira de tentar salvar a revolução tenentista.

Prestes faria uma avaliação crítica da tática militar aplicada pelos generais legalistas, cuja essência seria por ele resumida, mais tarde, da seguinte maneira:

“O maior erro de um comando militar é tomar como objetivo um objetivo geográfico, quando o militar deve procurar é manter contato com o inimigo e persegui-lo para onde ele for.”⁵⁸

Prestes compreendera que, frente à “guerra de posição” desenvolvida pelos militares do governo, era necessário inovar, adotando um novo tipo de tática, de acordo com a qual os rebeldes se deslocassem com grande rapidez, mantendo contato com o inimigo, para assim poder conhecer seus movimentos e persegui-lo com eficácia. Para isso, era fundamental montar um bom sistema de informações, o que seria feito através da ação das “potreadas”. Mobilidade e surpresa seriam dois aspectos importantíssimos da “guerra de movimento” imaginada por Prestes, tendo como base a sua própria experiência durante aquele mês e meio de luta no Rio Grande do Sul, assim como a experiência das guerras passadas entre os caudilhos gaúchos⁵⁹. Na verdade, tratava-se de uma espécie de luta de guerrilhas, naquela época uma novidade para o Exército brasileiro. Pela primeira vez na História do Brasil, uma força militar dirigida por oficiais do Exército adotava a guerra de guerrilhas em nosso país.

Inicialmente, o comando rebelde tentaria romper o cerco inimigo pelo Norte, através de Serro Azul, onde a passagem rumo a Santa Catarina seria mais direta e mais fácil, mas os contatos feitos com os colonos alemães da região revelaram que os revolucionários seriam recebidos a bala⁶⁰. Com efeito, os colonos estrangeiros estabelecidos no planalto gaúcho sempre temeram qualquer envolvimento nas guerras entre caudilhos locais, que seguidamente assolavam o Rio Grande do Sul, defendendo sua neutralidade até mesmo com armas na mão. Por essa razão, em tais ocasiões eram criadas as chamadas *ligas de defesa colonial*, o que viria a se repetir quando do levante de outubro de 1924. Os colonos de toda aquela região conflagrada mantiveram-se neutros perante a revolução e dispostos a reagir com violência a qualquer aproximação dos rebeldes⁶¹.

Diante disso, Prestes decide romper o cerco pela zona de São Miguel. Aos comandantes das guardas — distribuídas segundo as sete direções por onde vinham as tropas governistas — seriam dadas instruções de manter contato com o adversário e ir recuando sem aceitar combate, mantendo, ao mesmo tempo, o Estado-Maior informado do que acontecia. O comando rebelde decidira deixar que o inimigo chegasse até uns 50 quilômetros de São Luís, distanciando-se bastante de suas bases de abastecimento, uma vez que a cidade, como já foi visto, ficava afastada de todas as linhas férreas existentes no Estado. Ai, então, seria o momento de furar o cerco⁶².

É o próprio Prestes quem recorda esses momentos decisivos para os revolucionários:

“50 quilômetros de São Luís, é São Miguel. Quando eles (... o inimigo...) chegaram perto de São Miguel, tiveram contato com o João Alberto. Eu mandei que ele resistisse um pouco e retirasse na direção de São Luís. Na noite de 27 (de dezembro) ele ficou aí parado. No dia 27, tiveram contato e ele foi retirando para São Luís. Enquanto que, na tarde de 27, às seis-sete horas da noite, eu retirei todas as guardas e reuni em São Miguel. (...) Reuni todas as guardas em São Miguel. Tínhamos um monte de automóveis lá em São Miguel, pois muita gente veio de automóvel, automovelzinho pequeno, e a maioria a cavalo. Tínhamos cerca de três mil cavalos. Mil e quinhentos homens e três mil cavalos, cada soldado tinha dois cavalos. A Coluna era formidável, era um aspecto interessante: cada cidadão a cavalo e puxando um outro cavalo. E retiramos: fizemos uma marcha noturna, porque eu pensava que, pelo menos, com uma guarda de flanco de uma dessas colunas nós iam nos chocar. Mas eles estavam tão... como se diz... atraídos pelo objetivo de São Luís, que não tinham nem guarda nos flancos. Estavam lutando somente na direção de São Luís.”⁶³

Pelo relato de Prestes, fica evidente que a obsessão pelo “objetivo geográfico” fizera com que as tropas governistas se deslocassem para São Luís sem manter guardas de flanco e sem observar, portanto, o que acontecia ao seu lado, entre cada uma das sete colunas que avançavam preparadas para sufocar os rebeldes na cidade. Enquanto isso, os soldados de Prestes passavam, durante a noite, entre duas colunas inimigas, sem serem percebidos. O próprio coronel Claudino Nunes Pereira, que se defrontava com os combatentes de João Alberto e Nestor Veríssimo, avançava, diante do recuo rebelde, sem notar que o grosso da Coluna já havia retirado de São Miguel⁶⁴.

A Coluna Prestes marchava agora, na noite de 27 para 28/12, na direção de Ijuí, visando o Norte do Estado. Para isso, era necessário atravessar o rio Ijuizinho, em cujo vão profundo Prestes

consegue ocultar a Coluna durante a noite, organizando a travessia pelo Passo do Camilo, rumando em seguida em direção a Palmeira. Seria uma travessia difícil, demorada e acidentada, durante a qual Prestes assistiria, sem que sua tropa fosse avistada pelo adversário, à passagem do coronel Claudino e de seus homens rumo a São Miguel e São Luís. Na manhã de 30/12, a Coluna reiniciava sua marcha para o Norte⁶⁵. Mais uma vez, é interessante registrar o depoimento de Prestes:

“Aquele dia 27 foi todo de contato. Eu vi lá do vão do Ijuizinho quando a coluna do Claudino passou lá pelas alturas, porque era um espigão. Então, passou, na altura... e o combate se dando, porque o João Alberto vinha tiroteando e mostrava que tinha um efetivo grande, retirando para São Miguel. Mas eles (... o inimigo...), nessa noite de 27, não chegaram a São Miguel. Só no dia seguinte, já 28, é que eles foram marchando para São Miguel. No dia 28, nós já tínhamos atravessado o Ijuizinho; no dia 29, eles chegavam a São Miguel; e nós atacávamos Conceição.* Então, estávamos a distância. Eles iam para São Luís e nós estávamos já completamente fora do sítio deles. Eles ficaram completamente desorientados.”⁶⁶

Enquanto a Coluna Prestes, sem ter sido notada, deixava para trás o inimigo, que fechava o cerco sobre São Luís, o jornal governista *A Federação*, que saía em Porto Alegre, escrevia em 29/12 que, dentro de no máximo uma semana, o último foco revoltoso estaria extinto. Dizia também que, entre Carajá e São Luís, as tropas de Claudino Nunes Pereira teriam derrotado os rebeldes chefiados por Nestor Veríssimo. E anunciava: “São Luís cercada pelas forças legais”, acrescentando que “o cerco de São Luís é completo. Os melhores elementos dos rebeldes foram enviados a Tupacretã, onde foram rechaçados pelo tenente-coronel Travassos”. No dia seguinte, o mesmo jornal anunciava que os rebeldes em fuga abandonavam São Luís⁶⁷.

Nesse mesmo dia, entretanto, o tenente-coronel Júlio Rafael Aragão Bozano, intendente em Santa Maria, que se encontrava em Ijuí comandando tropa governista de reserva, era morto num lance espetacular, ao chocar-se com uma patrulha rebelde nas proximidades do Arroio Conceição, confirmando a total desinformação do comando legalista sobre os movimentos da Coluna revolucionária. Efetivamente, Aragão Bozano fora surpreendido pela notícia de movimentação de tropa inimiga nas redondezas e resolveu deslocar-se de automóvel de Ijuí até as proximidades do Arroio Conceição para ver o que acontecia, quando foi atingido

* Posteriormente Prestes corrigiu essa data para o dia 30. [Ver LCP, fita I(A), pp. 23-24.] A informação é confirmada por outras fontes, como FERREIRA, S. Dias. Op. cit.; *A Federação*, op. cit.; *Correio Serrano*, op. cit.

por uma rajada de fuzil-metralhadora disparada pelo intrépido e sempre audacioso tenente Portela, que à frente de um pelotão explorava a região, abrindo caminho para a Coluna⁶⁸.

Na época, o fato causaria escândalo, repercutindo na imprensa, pois no mesmo dia em que o governo cantava vitória nas páginas de seus jornais, tombava, numa emboscada a 180 quilômetros de São Luís — onde as autoridades pensavam estarem os rebeldes sitiados —, um de seus comandantes mais destacados e de grande renome.

Ficava evidente que Prestes e a sua Coluna haviam rompido o cerco inimigo e, sem serem percebidos, marchavam vitoriosos para o Norte. Quando os 14 mil soldados legalistas — incluindo tropas do Exército, da Brigada Militar Gaúcha, dos corpos auxiliares e de polícias militares de outros Estados — chegaram a São Luís, não havia mais nenhum rebelde pelas cercanias... Era a primeira vitória importante de Prestes e da sua tática da "guerra de movimento". Uma vitória estrondosa, que lhe daria grande prestígio e contribuiria para consolidar a sua liderança à frente da Coluna que tomaria seu nome.

Pouco tempo depois, em fevereiro de 1925, Prestes exporia por escrito, em carta ao general Isidoro, a sua concepção da "guerra de movimento", que deixaria os generais do governo desorientados e perplexos, sem saber como agir:

"A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós revolucionários o movimento é a vitória.

"A guerra de reserva é a que mais convém ao governo que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras."⁶⁹

Após o revés sofrido com a morte de Aragão Bozano, o comando governista trataria de reunir às pressas alguma tropa de reserva, de que dispunha naquela região, para formar um destacamento, cuja chefia seria entregue ao tenente-coronel Emílio Lúcio Esteves, visando barrar a passagem da Coluna Prestes rumo a Palmeira⁷⁰. No lugar chamado Rincão da Ramada, o governo concentrou 1600 homens, incluindo uma bateria de artilharia sob o comando do capitão Carlos de Oliveira Duro, à espera dos rebeldes⁷¹.

Em 3/1/1925, às 8h, teve início o combate que passaria à História com o nome de combate da Ramada. As tropas governistas atacaram a vanguarda da Coluna, na qual marchava, naquele momento, o 1º Batalhão Ferroviário, comandado por Mário Portela.

A melhor descrição desse combate pertence à pena de Juarez Távora que, embora não tenha dele participado, pois naquele

momento já se integrara novamente às tropas paulistas que combatiam no Paraná, tinha facilidade para escrever, sendo em geral responsável pela redação dos manifestos e documentos produzidos pela Coluna⁷². Távora, que ouvira dos camaradas que participaram do combate da Ramada o relato do acontecimento, alguns anos mais tarde o reproduziria com brilhantismo nas páginas de um jornal carioca. Segundo essa descrição, num primeiro momento Portela teve que enfrentar uma

“situação desesperadora, de que só lograria libertar-se mediante um daqueles rasgos de audácia inteligente, que tanto o exaltavam, no conceito unânime de seus camaradas.(...) Aceitar combate, em semelhante conjuntura tática, seria marchar fatalmente para o suicídio. Impunha-se, portanto, evitá-lo, mediante uma manobra. Mas só lhe restava livre, para desenvolvê-la, o flanco esquerdo, coberto por densa mataria. E, como não houvesse outro remédio, tentou-a, naquela contingência. Infiltrou, rapidamente, a sua tropa na orla da mata e, aproveitando as sendas trilhadas pelo gado, logrou sair, depois de duas horas de marcha fatigante justamente na picada da Colônia Militar do Alto Uruguai, cuja boca fora incumbido de explorar. Trilhou-a daí por diante, indo sair no campo, entre o inimigo e o grosso revolucionário. Enviou imediatamente uma ligação a Luiz Carlos Prestes e, antes que o adversário pudesse refazer-se da surpresa, acometeu-o de flanco e retaguarda, forçando-o a atravessar a ‘sanga’ e refugiar-se em Capão, que lhe ficava próximo. Iniciara-se, assim, o combate.”⁷³

Portela, ao evitar combate em situação que lhe seria desfavorável, aplicava na prática um dos preceitos da “guerra de movimento”, em que o importante era durar para acumular forças e continuar a luta, jamais aceitando combate em conjunturas táticas que favorecessem o adversário. Com a manobra desenvolvida por Portela, Prestes teria oportunidade de atirar o 2º Regimento de Cavalaria Independente, sob o comando de João Alberto, homem de grande audácia, “ao longo da estrada de rodagem, a fim de conter qualquer progressão frontal do adversário”, que seria obrigado a retrair-se, abandonando o Capão⁷⁴. Nas palavras de Juares Távora:

“Começou então uma nova fase do combate. A artilharia governista, apoiada por uma concentração de metralhadoras, abriu rigoroso fogo, a pequena distância, sobre a tropa de João Alberto. Era impossível insistir na ação frontal, porque a força revolucionária, possuindo cerca de mil homens armados, apenas dispunha de munição escassa para 500. A manobra — esse elemento formidável de combate, que, manejado magistralmente por Luiz Carlos Prestes, tantas vezes deveria suprir a insuficiência dos recursos materiais de sua pequena tropa — foi, aí, o fato decisivo da vitória. O regi-

mento de cavaleiros civis do coronel Dario, atirado sob o flanco esquerdo do adversário, ameaçou atacá-lo de revés, com um amplo movimento deslocante — ao mesmo tempo que o 3º RCI, até então conservado em serviço de retaguarda, sob o comando de João Pedro Gay, recebeu ordem de avançar para o P.C. revolucionário, localizado ao sul do 'Capão'. Essa manobra de flanco teve, como consequência imediata, o emudecimento da artilharia governista, que se retirou, a galope, rumo de Palmeira." 75

Se a Coluna dispusesse de armamento suficiente, teria sido possível aniquilar o inimigo, que batia em retirada. Os soldados rebeldes lutaram com uma valentia e um ardor incomparáveis, combatendo durante oito horas consecutivas. Quando o capitão Duro resolveu retirar, às 16h, os rebeldes já ameaçavam tomar seus canhões, como seria lembrado por Prestes 76. Dessa forma, ficava aberto o caminho para que a Coluna prosseguisse sua Marcha para o Norte.

O combate da Ramada foi um dos mais sangrentos de toda a Marcha da Coluna Prestes: os revolucionários tiveram 50 mortos e 100 feridos 77. Apesar disso, os rebeldes saíram vitoriosos, pois repeliram o ataque inimigo, obrigando-o a bater em retirada. Juares Távora, no artigo citado, diria que "essa vitória tática que aureolava de novos louros o gênio militar de Prestes revelou, ainda, em Mário Portela Fagundes o soldado intrépido e inteligente (...) E abriu, à coluna revolucionária, estrada livre para as fronteiras de Santa Catarina" 78.

Se, no combate de Tupaceretã, as tropas rebeldes ainda se mostraram despreparadas para aceitar e seguir um comando único, a Coluna revelou na Ramada um nível melhor de disciplina e organização. Ao mesmo tempo, estava consolidado o seu núcleo dirigente composto por Prestes, Portela, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias, jovens oficiais que haviam demonstrado serem os mais capazes para exercer o comando das forças revolucionárias. A partir da Ramada, os caudilhos civis passariam a reconhecer e aceitar a chefia dos jovens militares da Coluna, ainda que, por vezes, a contragosto, o que levaria muitos desses civis a abandonarem as hostes revolucionárias 79.

Após o combate da Ramada, a Coluna, em sua marcha para o Norte, ainda atacaria o inimigo em Campos Novos, em 5/1, tomando a picada que levava à Colônia Militar do Alto Uruguai no dia 7. Somente uma semana depois os rebeldes conseguiriam chegar a essa localidade, situada às margens do Rio Uruguai. Foram apenas nove léguas* de marcha, mas, como tiveram que enfrentar uma mata muito densa e fechada, a caminhada seria

* 1 légua = 6666 metros.

extremamente penosa. A cavalhada ia ficando para trás, e os gaúchos, que não estavam acostumados a andar a pé, relutariam em desfazer-se da carga que levavam consigo. É o próprio Prestes quem recorda:

“Depois da Ramada, logo alguns quilômetros adiante, nós entramos na mata do Rio Uruguai. Ai não tem pasto para a cavalhada. E o cavalo, habituado a um pasto bom, fica imediatamente inutilizado, não dá um passo mais! Tem-se que largar o cavalo. E os soldados, que tinham muito bons arreios, porque tinham passado aqueles dois meses parados ali naquela região, que é relativamente rica — aquelas fazendas todas tinham muito bons arreios, bons cavalos —, não queriam largar o arreio, porque tinham a ilusão de conseguir cavalo mais adiante. Então, eles levavam a arma, levavam munição, levavam alguma coisa de comida e ainda botavam o arreio nas costas. Esses homens, para fazerem quatro, cinco, seis quilômetros por dia, era uma coisa terrível. Eles só estavam habituados a andar a cavalo. Esses homens, mais tarde, quando chegamos lá no Nordeste, faziam sessenta quilômetros por dia.”⁸⁰

E a marcha prosseguia, “atravessando sempre terríveis picadas, com grande falta de recursos e perdendo quase toda a cavalhada”⁸¹, tendo que vadear vários afluentes do Rio Uruguai — o Turvo, o Guarita, o Pardo —, onde, na foz do Rio das Antas, seria empreendida a passagem para a localidade de Porto Feliz, em Santa Catarina, já nos últimos dias de janeiro.

Marchava na retaguarda da Coluna o 1º BF, que seria descoberto pelos legalistas — uma tropa do 6º Corpo Auxiliar da Brigada Militar Gaúcha — ao transpor um passo muito perigoso do Rio Pardo. O ataque inimigo seria violento, embora os rebeldes oferecessem uma resistência feroz. Nessa ocasião, tombariam tragicamente os tenentes Mário Portela Fagundes e Carlos Abreu dos Santos Paiva, e os oficiais civis em comissão Pedro Bins e Ernesto Pinto, assim como alguns outros combatentes; muitos rebeldes que não morreram a bala, pereceram afogados. Esses acontecimentos se deram em 27/1/1925, data em que, com a morte do tenente Portela, a revolução perdia uma de suas lideranças de maior valor. Prestes perdia um grande amigo e seu principal auxiliar na campanha militar do Rio Grande e na formação da Coluna Invicta⁸².

Durante a difícil travessia do norte do Rio Grande do Sul, mais da metade dos soldados da Coluna abandonariam suas fileiras, vencidos pelas dificuldades enfrentadas e, principalmente, insatisfeitos com a única opção que lhes restara naquele momento — deixar o seu Estado natal. Prestes diria, anos mais tarde:

“Para o gaúcho, passar para Santa Catarina era emigrar. Eles consideravam que isso era emigrar. (...) E alguns chefes também me abandonaram. Outros continuaram. E nós ficamos com efetivos reduzidos... Mais ou menos 500 ou 600 homens.”⁸³

Nessa ocasião, o tenente João Pedro Gay — que desde o levante em São Luís Gonzaga relutava em aceitar a disciplina que Prestes e Portela exigiam das tropas rebeldes e, na verdade, deixara de colaborar com Anibal Benévolo durante o assalto a Itaqui e dificultara a ação do comando revolucionário nos combates de Tupacretã e Ramada — passaria a desertor, abandonando a Coluna assim que ela ingressou no território catarinense. Prestes recorda aqueles acontecimentos:

“Quando atravessei o Rio Uruguai, o Siqueira me informou que o tenente Gay estava conspirando com os sargentos dele, do 3º Regimento, para desertar para a Argentina com todo o armamento. Fiz uma reunião de oficiais e colocamos o problema para ele; eu disse que se quisesse ir embora, podia ir, mas não podíamos permitir que fosse com o armamento. Todos que quisessem ir embora que fossem, mas o armamento nós não admitimos, porque isso seria o suicídio de nossa parte. Ele aí chegou a chorar e disse que isso era uma calúnia, que ele não estava tentando nada disso. Então, eu deixei o Siqueira Campos, que ainda não tinha comando, junto dele. Passaram-se uns dois dias, e o Siqueira Campos mandou me informar que a conspiração continuava e que, ali, era mais fácil ainda atravessar a fronteira, na cabeceira do Piperi-Guaçu.

“Aí, eu não vacilci. Quem estava na vanguarda era a tropa do João Alberto. Eu mandei uma outra tropa, que ficou numa emboscada, e, quando o 3º Regimento do Gay passou, foi desarmando todos os soldados, e ele foi preso. Mandei-o preso para o Regimento do João Alberto, porque eu ia submetê-lo a Conselho de Guerra para fuzilar. Os gaúchos foram todos desarmados e ficaram formando ali. Para o gaúcho, a maior ofensa que há é desarmá-lo; é a pior coisa. Quando eu cheguei lá, já estavam todos desarmados e formados. Expliquei o motivo, e eles confessaram que o Gay estava realmente conspirando com eles para passar, mas que eles não queriam, que estavam dispostos a continuar e queriam continuar a luta.

“Perguntei se aceitavam o comando de Siqueira Campos; todos concordaram. Então, mandei dar as armas de novo a eles. E o João Alberto, com um grande coração que ele tinha, deu fuga para o Gay, para ele ir para a Argentina, porque sabia que eu ia fuzilar mesmo. (...) De maneira que é um crime de menos que eu tenho nas costas...”⁸⁴

O relato de Prestes é muito interessante não só porque esclarece um fato pouco conhecido da história da Marcha da Coluna, mas também porque revela uma das facetas do caráter de João

Alberto — seu grande coração, qualidade que, numa situação de guerra, poderia causar prejuízos sérios aos revolucionários. Se, em condições muito difíceis, a Coluna conseguiu sobreviver, isso deveu-se, em grande parte, à rigorosa disciplina que Prestes impôs em suas fileiras. E o próprio João Alberto acabaria por aceitá-la compreendendo a sua necessidade.

Diante da morte de Portela e da deserção de Gay, o comando dos destacamentos teria que ser reformulado: Cordeiro de Farias passava a dirigir o 1º BF e Siqueira Campos assumia a chefia do 3º RCI. Ambos permaneceriam à frente dessas unidades até o final da Marcha, enquanto João Alberto comandava os remanescentes do antigo 2º RCI.

A Coluna havia sofrido fortes abalos, mas o inimigo não conseguira derrotá-la. Os revolucionários gaúchos deixavam o Rio Grande vitoriosos, tendo superado tanto os ataques dos adversários quanto “a fraqueza e desânimo de certos companheiros”, nas palavras de Prestes⁸⁵.

O governo, contudo, cantava vitória e procurava ludibriar a opinião pública nacional, tirando partido do estado de sítio e da censura à imprensa então em vigor. Durante toda a Marcha da Coluna Prestes, o noticiário oficial, publicado nos jornais governistas, “fabricou” uma imagem de permanente fuga e derrota iminente dos rebeldes⁸⁶.

O telegrama enviado por Borges de Medeiros a Artur Bernardes, quando os rebeldes deixaram o Rio Grande, é ilustrativo da conduta governista:

“Revolucionários região missioneira sob comando capitão Luiz Carlos Prestes a aproximação forças legais abandonaram São Luis com objetivo alcançar Estado Santa Catarina e acoçados nossas forças foram dispersando em pequenos grupos, alguns dos quais passaram imediatamente território argentino. (...) Capitão Prestes com 180 homens, quando descia em canoas Rio Uruguai, foi descoberto destacamentos legais e obrigado internar-se também na Argentina com alguns oficiais o acompanharam. Qualquer tentativa nova invasão rebeldes será frustrada, visto estar bem guarnecida e vigiada fronteira com Argentina. Pode-se, assim, considerar extinta revolução neste Estado, razão por que efusivamente me congratulo com V. Exc.”⁸⁷

Ao apresentar à opinião pública uma imagem deturpada da situação real dos rebeldes, o governo pretendia desencorajar qualquer nova tentativa de levante por parte dos revolucionários — que, como é sabido, continuavam a conspirar e a preparar novas revoltas em vários pontos do país. Embora os métodos empregados pelos conspiradores fossem pouco eficazes, as notícias de que

a Coluna Prestes prosseguia a sua Marcha pelo Brasil constituíam um incentivo importante à deflagração de novos movimentos⁸⁸.

Esse noticiário falsificado veiculado pela imprensa governista revelava, contudo, um outro lado da questão: o total despreparo dos generais legalistas para compreender a tática da “guerra de movimento” adotada pela Coluna Prestes. Assim, toda vez que os rebeldes desapareciam da alça de mira do adversário, o comando governista era levado a acreditar que eles tinham sido desbaratados ou liquidados. Entrementes, os soldados da Coluna ressurgiam em algum outro lugar, de maneira inesperada e desconcertante para os defensores da “legalidade”

NOTAS

- 1 - A respeito, ver o Capítulo X deste trabalho.
- 2 - LCP, fita H(A), pp. 10 e seguintes; fita 2(A), p. 28.
- 3 - Sobre a situação no Rio Grande do Sul, naquela época, ver o Capítulo X.
- 4 - I CP, fita H(A), pp. 11-12, 31; fita G(A), pp. 20-21; fita 2(A), p. 49.
- 5 - O'DONNEL, Fernando O. M. *Notícias dos Combates de Capão do Mandiçu e Estância dos Figueiredos*. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985, p. 98.
- 5 - LCP, fita 2(A), pp. 49-50.
- 6 - LCP, fita H(A), p. 12.
- 7 - I CP, fita F(A), pp. 18-22.
- 8 - Para informações mais detalhadas sobre os levantes no Rio Grande do Sul, cf. FERREIRA, S. Dias (e Sady Valle Machado). *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas, Livraria Globo, 1928.
- 9 - LCP - depoimentos sobre o livro de S. Dias Ferreira: fitas H, I, J.
- 9 - LCP, fita H(B), p. 11.
- 10 - LCP, fita 2(A), p. 35. Grifos nossos.
- 11 - LCP, fita 2(A), p. 36. Grifos nossos.
- 12 - I CP, fita 2(A), p. 37.
- 13 - LCP, fita 2(A), p. 48.
- 14 - LCP, fita 3, pp. 53-54; fita 6, p. 31.
- 15 - BEUREN, Jacó. *O tenente Portela na Marcha da Coluna Revolucionária*. Porto Alegre, Gráfica Ed. A Nação S.A., 1969, p. 25.
- 16 - LCP, fita H(A), p. 22. Ver, no Anexo nº 10, o Manifesto de Santo Ângelo.
- 17 - Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
- 18 - BEUREN, Jacó. Op. cit. p. 12.
- 18 - Ver, nos Anexos nºs 1 a 14, os diversos manifestos tenentistas.
- 19 - I CP, fita H(A), p. 24.
- 20 - Ver, no Anexo nº 12, o Manifesto lançado em São Luis Gonzaga pelo tenente João Pedro Gay, em 29/10/1924.

- 21 - LCP, fita H(A), p. 24.
- 22 - LCP, fita H(A), pp. 25-26.
- 23 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit., p. 27.
- 24 - LCP, fita 3, pp. 9-10; fita H(A), pp. 26-27 e 30.
- 25 - Entrevistas realizadas pela autora no Rio Grande do Sul.
- 26 - LCP, fita H(A), pp. 27-36; fita H(B), p. 12.
FERREIRA, S. Dias. Op. cit., p. 45.
- 27 - LCP, fita H(A), p. 34.
- 28 - LCP, fita H(B), pp. 15-17.
FERREIRA, S. Dias. Op. cit., pp. 54-55.
- 29 - LCP, fita H(A), p. 29.
- 30 - LCP, fita 3(A), pp. 15-16.
PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 31 - Esses "coronéis" não aceitaram que seus grupos de 40 a 60 homens fossem transformados em esquadrões, como seria normal do ponto de vista da prática militar, sendo Prestes forçado a reconhecê-los como regimentos.
Cf. LCP, fita 3(A), p. 16.
- 32 - LCP, fita 3(A), pp. 18 e 19; fita H(B), p. 20.
- 33 - Cf. AAB Documentação do Ministério das Relações Exteriores; microfimes 14/B11, 15/B12, 16/B13, 17/B14, 17/B15, 19/B16, 21/B18, 04(B-2), 07/B5, 08/B6, 09/B7.
- 34 - LCP, fita 4(A), p. 2.
- 35 - LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1952, p. 159.
- 36 - LCP, fita 4(A), p. 28. Grifos nossos.
- 37 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 136.
- 38 - Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul e no Piauí.
LIMA, Geraldo Oliveira (padre). *Cordéis*, nºs 1 a 15, Cratêus (Ceará), 1975-1978; datilografados, cópia "xerox".
- REGO, Raimundo de Moura. *As Mamoranas Estão Florindo*; romance. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985, pp. 88-93.
- PARANAGUÁ, Correntino. *Terra de um Paladino*. Teresina, s. e., 1980, pp. 126-127.
- PASSOS, Artur. *Nas Ribas do Gurgueia*. Teresina, COMEP1, 1973, pp. 93-96.
- QUEIROZ, Possidônio. Lembrando a "Coluna Prestes" no Piauí. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras*, 1985, nº 07, pp. 61-66.
- AUDRIN, José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro, Agir, 1946, pp. 247-261.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Depoimento*; 1976-80. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc - História Oral. Datilografado, transcrição original, pp. 62-63, 253, 614.
LCP, fita 6, pp. 16, 33-34; fita 4, pp. 38 e 41.
- MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 138, 211, 372.
- 39 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 378.
- 40 - LCP, fita 2(A), p. 35.
Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920*. Niterói, 1988. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)

- 41 - Cf. FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e Caudilhos*. 3ª ed. Porto Alegre, Martins Livr. Ed., 1986, pp. 117-119.
- 42 - A respeito, ver o Capítulo X.
Deve-se assinalar que os "provisórios" também eram "pêlos-duros"
- 43 - PRESTES, L. C. Informação prestada à autora.
- 44 - Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul, que são confirmadas por L. C. Prestes e Lourenço Moreira Lima, em seu livro citado.
- 45 - Entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
- 46 - PRESTES, L. C. Informação prestada à autora.
MESSA, Hermogêneo Dias. Entrevista prestada à autora em Santo Ângelo (RS), em outubro de 1987.
- 47 - LCP, fita H(B), pp. 24-31; fita 3(A), pp. 18-19. Essa versão apresentada por Prestes é confirmada por CABRAL, Aparício Brasil. *Reminiscências de Minha Vida*. Porto Alegre, Aejota, 1986, p. 62 e FERREIRA, S. Dias. Op. cit., pp. 57-58.
- 48 - LCP, fita H(B), p. 31.
- 49 - Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 2 e 3/12/1924, p. 1.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 3/12/1924, p. 3.
- 50 - Carta de Luiz Carlos Prestes ao major da 1ª Brigada Carlos Paiva, São Bernardo, 3/12/1924. *O Libertador*, São Luís Gonzaga, nº 5, 7/12/1924.
- 51 - Os números 1 a 6, e 8 de *O Libertador* foram encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o nº 9 é bastante difundido; o nº 7 existe no Acervo Artur Bernardes; o nº 10 não foi localizado. (Não confundir com *O Libertador* que foi publicado nas cidades de Assis e Porto Epitácio, no Estado de São Paulo, pelas tropas rebeldes que retiraram da capital paulista. Seu diretor foi o jornalista Reis Perdígão.)
- 52 - LCP, fita I(A), pp. 3-4.
- 53 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit., pp. 64-78.
- 54 - LCP - depoimentos concedidos à autora, gravados e transcritos.
- 55 - LCP, fita 3(A), p. 24; fita H(A), p. 34.
- 56 - LCP, fita 3(A), p. 25; fita H(B), pp. 40 e 47.
- 57 - LCP, fita I(A), p. 3.
- 58 - LCP, fita 3(B), p. 37.
- 59 - Há algum tempo, Prestes pensava na "guerra de movimento", preocupado com a possibilidade de uma guerra com a Argentina, assunto então muito comentado. Certamente, tendo sofrido a influência das lutas guerrilheiras no Rio Grande do Sul, Prestes imaginava que, em caso de um ataque argentino ao Brasil, o nosso Exército poderia fazer "raids de cavalaria", invadindo o país vizinho para destruir a retaguarda inimiga e regressando imediatamente ao território nacional. Seria uma forma de "guerra de movimento". (PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.)
- 60 - LCP, fita I(A), p. 17. Esta informação é confirmada pelo noticiário publicado no jornal de Ijuí *Correio Serrano*, 12/11/1924, 19/11/1924, 26/11/1924, 7/01/1925, 21/01/1925.
- 61 - Cf. ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 173.
Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
LAZZAROTTO, Danilo. *Alto da União e sua História*. Ijuí, Livraria Unijuí Editora; Museu Antropológico "Diretor Pestana", 1986, pp. 49-50. (Cadernos do Museu, 14).

- 62 - LCP, fita 3 (B), pp. 40-41.
- 63 - LCP, fita 3(B), p. 41.
- 64 - LCP, fita A(1), pp. 3-5.
- 65 - LCP, fita 3(B), pp. 41-43; fita I(A), pp. 14-15 e 24.
- 66 - LCP, fita I(A), pp. 14-15.
- 67 - *A Federação*, Porto Alegre, 29 e 30/12/1924.
- 68 - LCP, fita 3(B), pp. 44-46; fita I(A), pp. 24-26; fita A(1), pp. 5-6.
- 69 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
- 70 - Cf. FONTOURA, Orestes Carneiro da (Coronel). O combate da Ramada. In: RETAMOZO, José Hilário (coord.). *Seis Combates e uma Invasão*. Porto Alegre, Presença, 1987, pp. 44-59.
- 71 - LCP, fita I(A), pp. 30-35; fita 3(B), pp. 46-47.
PEREIRA SOARES, Mozart. *Santo Antônio da Palmeira*; apontamentos para a História de Palmeira das Missões, comemorativos do Primeiro Centenário de sua emancipação política. Bels, 1974, p. 225.
- FONTOURA, Orestes Carneiro da. Op. cit., pp. 46-47.
- 72 - LCP, fita 7, p. 4.
- 73 - TÁVORA, Juarez. O combate da Ramada. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 3/1/1928. Apud AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes; o Cavaleiro da Esperança*. São Paulo, Livraria Martins Ed., 1945, pp. 109, 356-359.
- 74 - Id., *ibid*.
- 75 - Id., *ibid*.
- 76 - LCP, fita 3(B), p. 48; fita I(A), p. 35.
- 77 - Cf. LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um Revolucionário*. 1ª parte: A Marcha da Coluna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 66.
Esses números são confirmados na ordem-do-dia do tenente-coronel Emilio Lúcio Esteves sobre o combate da Ramada, onde se informa que os rebeldes tiveram 49 mortos. (Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 19/1/1925.
- 78 - TÁVORA, Juarez. O combate da Ramada. Op. cit.
- 79 - Cf. Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
LINS DE BARROS, João Alberto, Op. cit., p. 61.
Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
- 80 - LCP, fita 3(B), p. 51.
- 81 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
- 82 - FERREIRA, S. Dias. Op. cit., pp. 90 e 92.
MESQUITA, Pedro Sales de Oliveira (capitão). *Diário*. Cópia datilografada do original.
LCP, fita 3(B), pp. 53-54.
- 83 - LCP, fita 3(B), p. 51.
Em sua carta ao general Isidoro Dias Lopes (*Anexo* nº 15), Prestes fala em 800 homens.
- 84 - LCP, fita 4(A), pp. 6-8.
- 85 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.

86 - Cf. *A Federação*, Porto Alegre, anos de 1924, 1925.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, anos de 1924, 1925, 1926, 1927.

A Noite, Rio de Janeiro, anos de 1924, 1925,
1926, 1927.

O Jornal, Rio de Janeiro, anos de 1924, 1925, 1926, 1927.

87 - Telegrama de Borges de Medeiros a Artur Bernardes, de 20/1/1925. AAB
microfilme 14/B11.

Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25/1/1925.

88 - A única brecha, através da qual a opinião pública obtinha informações confiáveis sobre a movimentação dos rebeldes eram os discursos do deputado gaúcho João Batista Lusardo na Câmara Federal. Apesar da censura e da perseguição policial, seus discursos eram reproduzidos pela imprensa oposicionista. A respeito, ver o Capítulo X.

Capítulo IV

A travessia de Santa Catarina e Paraná. A incorporação dos rebeldes paulistas à Coluna Prestes

“.....
Dois inimigos. Quem são?
Luta de morte. Escuridão.
Silvos, balas. Não responde?
Matou. Morreu. Quem?
Aonde?
Foi-se a noite e de manhã
ó cegueira humana vã!
Quando em Santa Catarina
a luz primeira ilumina
jazem restos e destroços
carne, sangue, armas, ossos,
de legalistas.
Legalistas se encontraram
e enganados se mataram.
Ó Maria-Preta ó sorte
ó curva de engano e morte.
Longe, voz a comandar
— Coluna ao Norte!
Marchar!”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

A travessia de Santa Catarina e a chegada ao Paraná

Enquanto Borges de Medeiros se regozijava por ter liquidado os rebeldes, a Coluna Prestes atravessava o Rio Uruguai, penetrando em Santa Catarina. Junto com os rebeldes iam as mulheres que haviam aderido à Coluna ainda em São Luís Gonzaga. Temendo que pudessem perturbar o bom funcionamento das tropas revolucionárias, Prestes determinara que elas ficassem no Rio Grande do Sul. Ele fora o último a empreender a travessia do

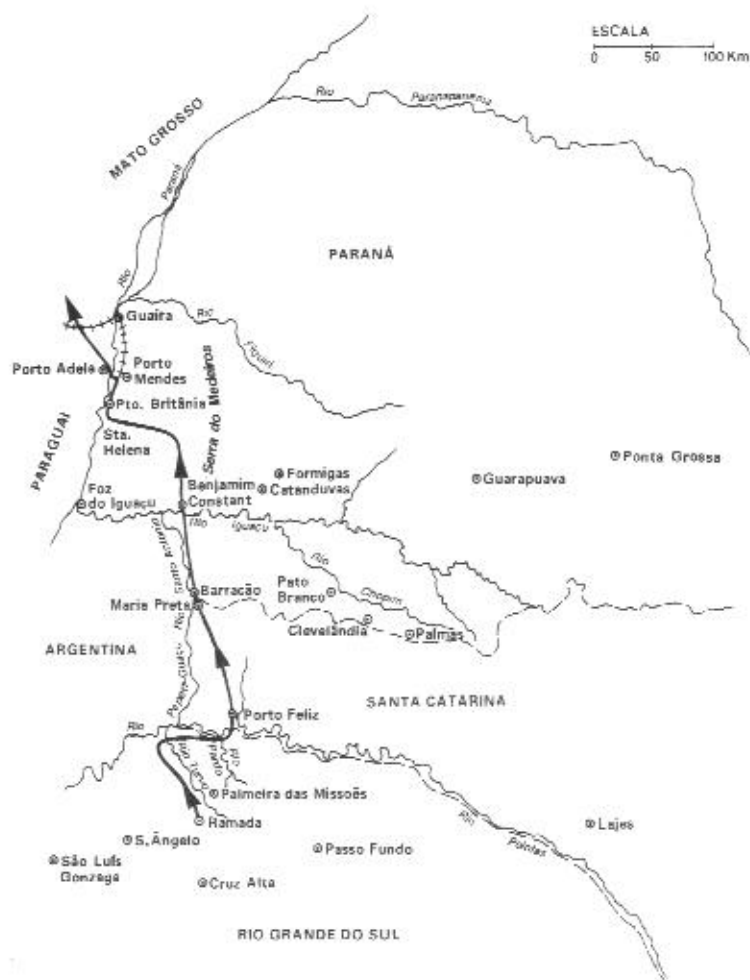
Rio Uruguai. Para surpresa sua, quando chegou à localidade de Porto Feliz, no lado catarinense do rio, as mulheres já estavam todas lá, prontas para prosseguir a marcha pelos sertões de Santa Catarina. Prestes acabaria aceitando sua presença na Coluna e, mais tarde, reconheceria que foram muito úteis na campanha revolucionária, durante a qual revelaram uma grande dedicação e coragem. Siqueira Campos, que tinha fama de brabo, seria o único comandante a não admitir mulheres em seu destacamento, perseguindo-as de várias formas e deixando-as, inclusive, no meio das estradas. Por essa razão, era por elas temido e odiado, tendo sido apelidado de "Olho de gato" e "Barba de arame"¹.

Em perseguição à Coluna, que se deslocava para o Norte, o governo Borges de Medeiros enviara tropas legalistas: de um lado, as forças do coronel Claudino Nunes Pereira, que marchavam seguindo o rasto dos rebeldes; de outro, as de Firmino Paim Filho, constituídas pelos corpos auxiliares rio-grandenses — os "provisórios" —, que seguiam pela estrada de ferro com destino a Catanduvas, onde havia uma concentração dos rebeldes paulistas localizados no Paraná. Firmino Paim Filho desviara-se do seu caminho inicial para enfrentar a Coluna Prestes².

Os rebeldes moviam-se com dificuldade por Santa Catarina, deslocando-se a pé — pois haviam perdido quase todos os cavalos ainda na região do Rio Uruguai —, a uma velocidade de marcha que não superava os 20-30 quilômetros diários³. Finalmente, em 7/2/1925, a Coluna atingia a cidadezinha de Barracão (Paraná), na fronteira oeste de Santa Catarina⁴ (ver o mapa na página seguinte).

De Barracão, Prestes escreveria sua famosa carta ao general Isidoro Dias Lopes, em que não só fazia um balanço da Marcha até aquele momento, como propunha uma manobra audaciosa: realizar uma ofensiva em direção à Colônia Mallet, visando atacar pela retaguarda o general Rondon, que vinha combatendo os revolucionários paulistas no Paraná. Para o êxito da proposta era necessário que o general Isidoro enviasse armas e munição à Coluna gaúcha — o que seria exposto com clareza na referida missiva —, uma vez que Prestes imaginava que os paulistas ainda dispusessem de bastante armamento trazido quando da retirada da capital de São Paulo⁵.

Na espera de armas e munição, os revolucionários gaúchos permaneceriam durante um mês e meio na região fronteira do Paraná com Santa Catarina, desenvolvendo uma típica guerra de guerrilhas. O general Isidoro — que prometera enviar o armamento solicitado por Prestes —, premido pelas grandes dificuldades provenientes do cerco imposto pelo inimigo, não lograria,



Mapa das regiões de Santa Catarina e Paraná que a Coluna Prestes atravessou.

entretanto, fazê-lo chegar aos rebeldes do Rio Grande. A emboscada seria a salvação para os revolucionários, que não dispunham quase de armas. Numa das manobras idealizadas pelo comando rebelde, João Alberto fora lançado com seu destacamento rumo a Clevelândia e Palmas, mas, antes de atingir a primeira dessas localidades, seria atacado pelos "provisórios" de Firmino Paim Filho, ocasião em que tiveram lugar dois combates: um no Arroio São Francisco e outro em Pato Branco. João Alberto ver-se-ia obrigado a retirar, após sucessivas emboscadas, até Barracão⁶.

Prestes relata o que foi aquele período de combates de emboscada, na região do antigo Contestado:

“Usamos a tática de ir por emboscada, porque o terreno é muito acidentado e, ao mesmo tempo, de mata fechada. E como nós tínhamos muito pouca munição, a ordem que se dava era a seguinte: esperar a tropa do inimigo, escondido ali, entrincheirado, e só atirar por ordem. Então, dava-se dois tiros; cada soldado só tinha ordem de dar ‘fogo’ e ‘fogo’. Só atirava quando se desse ordem, para poupar munição. E matar os da frente; os que vinham mais perto da frente tinham que morrer, de qualquer maneira. Com isso, alarmava a tropa. Uma semana, uns quinze dias depois, eu tive contato com uma dessas forças, e os oficiais gritavam: ‘Avança, covarde!’ Porque os oficiais tinham que ir na frente, senão os soldados não queriam avançar. Todo mundo tinha medo da emboscada. (...) Eles arrasavam a mata com metralhadora, mas não atingiam nenhum soldado nosso. Nós não tivemos nenhum ferido nessa retirada. Depois que eles começavam, paravam a metralhadora; e não havia fogo de nossa parte também; eles começavam a avançar e nós nos retirávamos para uma segunda posição. Às vezes, era 500 metros atrás; outras vezes, era um quilômetro. E eles nunca sabiam onde era que nós estávamos, porque a mata nos ocultava completamente.”⁷

Nesse momento de grandes dificuldades para os revolucionários, Prestes recebe a visita do “coronel” Fidêncio de Melo, fazendeiro da região do Contestado, que prometera ao general Isidoro, em Foz do Iguaçu, prestar ajuda aos rebeldes. Fidêncio de Melo comprometia-se a colaborar com a Coluna gaúcha. Mas, diante do avanço inimigo, os soldados desse “coronel”, que se dizia revolucionário, acabariam debandando junto com o seu chefe rumo à Argentina, deixando o flanco esquerdo da Coluna a descoberto. Prestes seria forçado a manobrar com rapidez e, apelando para o destacamento de Siqueira Campos, organizar uma rápida retirada novamente em direção a Barracão, de onde as tropas da Coluna haviam partido, na tentativa de golpear o general Rondon pela retaguarda⁸.

Enquanto o grosso da Coluna recuava, desenvolvendo a guerra de emboscadas com as forças de Firmino Paim Filho, o 1º BF, comandado por Cordeiro de Farias, montava guarda ao sul de Barracão, na vereda que levava para a localidade. Entrementes, a coluna do coronel Claudino Nunes Pereira, que vinha com grande atraso pela picada trilhada pelos rebeldes em sua marcha de Porto Feliz ao Barracão, começava a ter contato, em 22/3, com uma pequena parte da tropa de Cordeiro de Farias. Dois dias depois, teria lugar um violento combate, durante o qual o inimigo sofreria numerosas baixas. Prestes ordenaria, então, a retirada

geral da Coluna para Barracão, rumo ao Norte, visando a travessia do Rio Iguaçu. O objetivo era reunir-se aos rebeldes de São Paulo, pois tornara-se inviável a manobra por ele idealizada de atacar Rondon pela retaguarda. Na noite de 24/3, quando os rebeldes já haviam iniciado a retirada, as duas colunas inimigas que pretendiam esmagá-los, comandadas respectivamente por Claudino Nunes Pereira e Firmino Paim Filho, acabariam por chocar-se inadvertidamente num lugarejo denominado Maria Preta (Santa Catarina), situado ao sul de Barracão⁹.

As duas colunas de tropas legalistas combateriam entre si durante umas quatro horas, na escuridão da noite, só se apercebendo do que ocorrera ao amanhecer do dia seguinte, quando a Coluna Prestes já estava longe. Lourenço Moreira Lima refere-se à “fulgurante defesa de Maria Preta”¹⁰, episódio que se tornaria célebre, contribuindo para que os feitos da Coluna começassem a virar lenda. Nesse combate, as perdas governistas atingiram a cifra de 200 homens; após o incidente de Maria Preta, os dois desventurados chefes legalistas viriam a desistir de qualquer perseguição aos rebeldes¹¹. Enquanto isso, a imprensa do governo noticiava que os revolucionários haviam sido desbaratados em Maria Preta, fugindo em direção a Barracão¹².

A lenda sobre os sucessos de Maria Preta correria o País, apesar da censura à imprensa. Para isso, em muito contribuiria a palavra vibrante do deputado João Batista Lusardo, em cujos discursos os feitos da Coluna Prestes eram exaltados e glorificados. Com o correr do tempo, seria difícil distinguir a lenda da realidade. Já então pairava a dúvida sobre aqueles acontecimentos: teriam sido mera casualidade ou fariam parte de um plano previamente traçado por Prestes¹³? Seus depoimentos recentes vêm dirimir a dúvida, deixando claro que o choque entre as duas colunas governistas não passara de uma casualidade, reveladora, entretanto, da incompetência das forças da “legalidade”¹⁴.

O período durante o qual os rebeldes gaúchos permaneceram na região do Contestado viria a ser de grande importância para melhorar a organização e a disciplina dos aproximadamente 800 combatentes com que contava a Coluna Prestes naquele momento¹⁵. Após a defecção de numerosos elementos, permaneciam nas fileiras rebeldes aqueles que efetivamente estavam dispostos a enfrentar quaisquer percalços que viessem a surgir na luta contra um adversário sabidamente mais numeroso e melhor armado e municiado.

Com o abandono da Coluna por grande parte dos caudilhos “maragatos”, Prestes e seus colaboradores mais próximos — Siqueira Campos, João Alberto e Cordeiro de Farias — conseguem,

finalmente, atingir a *unidade de comando*, pela qual se vinham batendo desde o início, quando ainda se encontravam no Rio Grande do Sul. A importância atribuída por Prestes à *unidade de comando* na Coluna evidenciava-se com muita força no rascunho da sua carta ao general Isidoro escrita de Barracão, quando se refere a uma possível colaboração com o já mencionado “coronel” Fidêncio de Melo. Nesse documento inédito, Prestes dizia o seguinte:

“... Havendo *unidade de comando*, muito será aqui possível fazer. Ocupada esta região e bem defendida poderá o Cel. Fidêncio reunir os elementos civis de que dispõe e organizar a sua Brigada. Não tenho pretensões de comando nem mesmo desejo ter o Cel. Fidêncio sob as minhas ordens, mas não tenho a necessária confiança para entregar-me com 800 homens à sua direção. Enfim o que é imprescindível é a *unidade de comando* para os elementos que desde já podem combater.”¹⁶

Após a retirada de Barracão, a Coluna marchava com grande dificuldade — alimentando-se apenas de palmito com mel — através da mata muito densa, espessa e quase impenetrável. Levava consigo os seus feridos, que vinham desde o Rio Grande, tendo que abrir picada para poder passar o mais depressa possível em direção ao Rio Iguaçu. Era preciso atravessá-lo para alcançar os companheiros de São Paulo, sitiados ao longo do Rio Paraná, na extensão que ia de Foz do Iguaçu ao Porto de Guaira¹⁷.

Na Coluna, desde o início, tinha-se como norma não abandonar doentes e feridos, dispensando-lhes a assistência possível — na maioria dos casos precária, pois não havia medicamentos nem médicos nas fileiras rebeldes, a não ser o Dr. José Athayde da Silva, que participou apenas de um pequeno trecho da Marcha. Quem fazia as vezes de médico era o tenente-veterinário Aristides Correa Leal, mais preocupado, entretanto, em participar dos combates — homem que era de grande coragem — do que de cuidar dos enfermos. De qualquer forma, sua colaboração seria valiosa nos momentos mais duros, quando foi necessário recorrer, até mesmo, a amputações de membros feitas a sangue frio, sem anestesia. O heroísmo dos soldados da Coluna seria impar, principalmente quando se leva em conta a total ausência de recursos para socorrê-los. Muitos feridos foram transportados, durante semanas ou meses, em padiolas, no lombo de cavalos e burros ou nos braços dos próprios camaradas. Muitos morreriam pelo caminho, outros viriam a recuperar-se, voltando a participar de emboscadas e combates. Como assinala Prestes:

“Nunca deixamos um ferido para trás. Isso mantinha o moral da Coluna, porque os soldados já sabiam que não seriam abandonados. Ninguém ficou nunca para trás, em todos os combates.”¹⁸

Nessas condições, a travessia do Iguaçú adquiria as características de uma verdadeira epopéia. É o próprio Prestes quem relembra a passagem:

“Tivemos que abrir picada para o Norte, porque a picada que diziam que existia praticamente não existia. E a mata... é um terreno muito acidentado. Sem poder fazer uma exploração primeiro, era subir e descer morro, era uma coisa terrível. E depois ainda tínhamos o Rio Iguaçú para atravessar. Porque ele ficava no meio da mata: era a mata do Uruguai que emendava com a do Iguaçú, matas bastante densas. O Rio Iguaçú é impressionante, porque tem 700 metros de largura. Eu me lembro de um episódio com o ‘coronel’ Aquino. Era um velho, um homem de 60 e poucos anos, que tinha participado do movimento de 93. E eu mandei o ‘coronel’ esse, com 60 homens, que fosse atravessando o rio... (numa canoa que os próprios rebeldes fabricaram após derrubar uma árvore)... Dois dias depois, eu apareci lá (...) E ele disse: — não se pode atravessar esse rio! (...) — Eu fiz a conta com ele: mesmo atravessando só dois homens... (de cada vez)... levando uma meia hora para ir, uma meia hora para voltar, já teria atravessado os 60 homens, se ele tivesse trabalhado dia e noite. Dava para atravessar. Mas ele achou que era um rio que não se podia atravessar. Eu disse: — Mas vai ter que atravessar! Não tem outro remédio! O inimigo vem aí! O inimigo vem atrás. — Era um fato consumado, não tinha outra solução. E atravessamos. Todo mundo passou aí o rio. E eu toquei para a frente, fui-me embora.”¹⁹

Finalmente, em 11/4/1925²⁰, os soldados da Coluna confraternizavam com as tropas rebeldes paulistas em Benjamin Constant, lugarejo situado na encruzilhada das estradas Catanduvas-Foz do Iguaçú e Benjamin Constant-Santa Helena (ver fotos adiante). A Coluna Prestes conseguira superar obstáculos que, por vezes, pareciam intransponíveis e, após uma marcha extremamente penosa, que durara três meses e meio, atingia o objetivo traçado pelo comando revolucionário — o encontro com os rebeldes de São Paulo, que estavam à sua espera no Oeste do Paraná, cercados pelas tropas do general Rondon.

A incorporação dos paulistas

Nos últimos dias de março, enquanto a Coluna Prestes empreendia a travessia do Iguaçú e iniciava a difícil marcha em direção a Benjamim, os rebeldes paulistas, que resistiam na frente de Ca-



Luiz Carlos Prestes, seguido do sargento Tomaz, chega à localidade de Benjamim Constant (Paraná), em 11/4/1925.



Encontro das colunas gaúcha e paulista. Benjamim Constant (Paraná), 11/4/1925.



O general Isidoro Dias Lopes, chefe militar da revolução e comandante das tropas paulistas no Oeste do Paraná.



Major Miguel Costa, responsável pelo levante da Força Pública de S. P. e comandante da Coluna Prestes.



Capitão Juarez Távora, comandante da brigada 'São Paulo' e depois subchefe do Estado-Maior da Coluna Prestes.



Oficiais da Divisão São Paulo, em Foz do Iguaçu (PR). Da esquerda para a direita: major Tales Marcondes, coronel Juarez Távora, major Paulo Kruger da Cunha Cruz, tenente Cherubino Álvares Morales, tenente Edgar Dutra, capitão João Rodrigues Jesus, tenente Adolfo Bettiol Guido. Final de 1924/início de 1925.

tanduvás, capitulavam, após um sítio de mais de quatro meses²¹. As tropas dos revolucionários que haviam retirado de São Paulo, comandadas pelo tenente Nelson de Mello, entregavam-se extenuadas às forças da legalidade chefiadas pelo general Rondon, que providenciaria o envio dos soldados aprisionados para Clevelândia — um verdadeiro campo de concentração criado na Amazônia pelo governo Bernardes²². Entrementes, Nelson de Mello e alguns outros oficiais rebeldes eram conduzidos para os presídios do Rio de Janeiro e da Ilha da Trindade²³. O restante das tropas — uns 1300 homens —, que obedecia ao comando do general Isidoro Dias Lopes, era forçado a retirar da linha defensiva da Serra do Medeiros em direção ao Rio Paraná²⁴.

Se, na retirada da capital de São Paulo, os rebeldes conseguiram driblar a superioridade do adversário e chegar ao Oeste paranaense, acabariam por aceitar, mais tarde, o sítio que lhes seria imposto pelo general Rondon, mantendo-se numa posição defensiva, a gastar munição, sem poder renová-la. Era o acatamento, por parte dos rebeldes, dos cânones da “guerra de posição”, como reconheceria o general Nelson de Mello, mais de 50 anos depois, ao afirmar:

“... Ficamos parados, e a guerra acabou ali. Ficamos lá oito ou dez meses, combatendo na *defensiva*, sem quaisquer condições. Fiz um ataque à Serra do Medeiros, mas não consegui tomá-la. Não era possível. Eu tinha um batalhão de infantaria, um regimento de cavalaria muito bom e tinha artilharia. Fiquei, então, em Belarmino, onde lutei durante quase dois meses. Em outubro, eu estava em Formigas, mas pouco antes de novembro já ocuparam Belarmino, em frente da Serra do Medeiros. Ali lutamos durante uns dois meses, na *defensiva*, gastando munição. Vi que não era mais possível ficar em Belarmino. (...) Organizei uma retirada muito bem feita e fiquei em Catanduvas, preparando *defensivamente* nossa posição, e lá esperei...”²⁵

Nelson de Mello relata que a posição defensiva assumida em Catanduvas levaria inevitavelmente ao cerco, organizado pelo inimigo, e à conseqüente derrota dos rebeldes. E acrescenta que, pessoalmente, fora contra a decisão, segundo ele, adotada por Isidoro Dias Lopes:

“Agüentei contra a minha opinião. Eu achava que devíamos recuar. Não recuar tudo, mas até Boi Preto, que ainda daria para eles... (a Coluna Prestes)... chegarem. Mas eles não aceitaram.”²⁶

A seguir, Nelson de Mello reconhece que “nos amarraram... Ficamos na trincheira”, enquanto “a Coluna Prestes fez a revolução, pensando não gastar muita munição, porque eles iam a cavalo,

combatiam quando queriam. Nós, não”²⁷. E, prosseguindo em seu depoimento, o “tenente” de 1924 afirma:

“... Não poderíamos fazer uma *guerra de posição* durante muito tempo, pois seria o esgotamento total. A Coluna Prestes, não; ela fez uma guerra de movimento. Foi até o Piauí e voltou.”²⁸

As declarações feitas pelo general Nelson de Mello, meio século após aqueles acontecimentos palpitantes, vêm confirmar a opinião de Prestes e Portela que, ainda no Rio Grande do Sul, se mostravam indignados e irritados com o imobilismo dos rebeldes paulistas no Oeste paranaense, enquanto eles tratavam de inovar e buscar formas de não serem sitiados e cercados, pois isso os conduziria, certamente, à derrota, como viria a acontecer em Catanduvas²⁹.

Em abril de 1925, a situação dos revolucionários era crítica. A imprensa do governo proclamava aos quatro ventos a vitória em Catanduvas, explorando-a ao máximo³⁰. Enquanto isso, as tropas legalistas avançavam em direção à Foz do Iguaçu, onde o general Rondon pensava obrigar os rebeldes à capitulação final, uma vez que o Rio Paraná era considerado uma barreira intransponível e os revolucionários, segundo ele, estariam “engarrafados” entre três rios caudalosos — o Paraná, o Iguaçu e o Piquiri — e as tropas governistas que os empurravam em direção àquela localidade. Além disso, o armamento trazido pelos rebeldes quando da sua retirada de São Paulo estava praticamente esgotado; todas as promessas de remessa de dinheiro, armas e munição haviam falhado.

Em tais circunstâncias, Prestes — um dos primeiros elementos da Coluna gaúcha a chegar a Benjamim Constant — partiria imediatamente para Foz do Iguaçu, onde estava reunido o comando das tropas vindas de São Paulo, sob a direção do general Isidoro. Dois meses antes, em sua já mencionada carta do Barracão, o chefe da Coluna esboçara para Isidoro Dias Lopes quais eram os seus planos, desde que houvesse armas e munição disponíveis:

“Com a minha coluna armada e municuada, sem exagero julgo não ser otimismo afirmar a V. Ex.³ que conseguirei marchar para o Norte e dentro de pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais.

“Se a Divisão São Paulo igualmente movimentar-se e marcharmos em ligação estratégica e, talvez, em algumas circunstâncias, mesmo tática, impossível será ao governo obstar a nossa marcha. Marchando engrossaremos a Coluna e absolutamente não lutaremos com a falta de recursos de um revolucionário sitiado, mesmo quando em zona de fronteira.

“Nas linhas acima digo com a franqueza do gaúcho o que sentimos, não eu, mas nós os oficiais do exército que juntos dirigimos este punhado de rio-grandenses.”³¹

Mas a realidade com que a Coluna Prestes se deparava ao transpor o Iguçu era bem outra: após a derrota de Catanduvas, a presença inimiga crescia a cada dia e os rebeldes paulistas estavam sitiados, na iminência de terem que aceitar a rendição total. Tornar-se, portanto, impraticável empreender a marcha ao Rio de Janeiro proposta por Prestes.

Para manter viva a revolução tenentista, era necessário buscar outros caminhos. Prestes chegava a Foz do Iguçu na qualidade de porta-voz da Coluna gaúcha, cujo comando não admitia a capitulação ou o exílio voluntário, revelando a disposição de continuar a luta a qualquer preço. A Coluna Prestes julgava-se vitoriosa por ter conseguido romper o cerco de São Luís e, após mais de três meses de uma marcha difícil, chegar ao Paraná sem ter sofrido nenhuma derrota. Os gaúchos não admitiam ensarilhar armas, fossem quais fossem os obstáculos a enfrentar dali por diante.

Em contrapartida, grassava o desânimo no seio da tropa paulista acantonada no Oeste paranaense. Com a rendição de Catanduvas, só havia duas alternativas para a maior parte da oficialidade paulista: emigrar ou entregar-se ao adversário. Esse era o estado de espírito que predominava na mencionada reunião de Foz do Iguçu, onde estavam presentes uns 40 oficiais vindos de São Paulo e apenas Prestes, representando a sua Coluna. O derrotismo atingira tais proporções que, alguns dias antes, o comando dos rebeldes paulistas ordenara a retirada de Guaira, o único porto por onde eles poderiam passar diretamente ao Estado de Mato Grosso e que, apesar do sítio legalista de vários meses, não havia sido tomado pelo inimigo³².

A história do que efetivamente se passou naquela reunião de 12/4, na cidade de Foz do Iguçu, permaneceria ignorada durante décadas. Mesmo os antigos líderes tenentistas, que escreveram sobre os acontecimentos no Paraná, evitaram o assunto — que, certamente, se tornara delicado, na medida em que envolvia o comportamento da maioria da oficialidade rebelde paulista, num momento crucial para os destinos da revolução³³.

Os depoimentos recentes de Prestes — o único representante da Coluna gaúcha naquela reunião — são uma contribuição valiosa para o esclarecimento dos fatos ocorridos no histórico 22/4/1925. Vejamos o seu relato:

“Quando cheguei lá, estavam reunidos... (os oficiais paulistas)... A atmosfera, nas duas colunas, era oposta. A minha coluna chegava ali com a convicção da vitória, (...) porque conseguira se ligar com os paulistas. Isso já era um grande triunfo. E tínhamos um moral muito alto. O pessoal estava muito alegre, muito satisfeito, por ter vencido todos esses obstáculos e ter chegado ao objetivo

nosso, que era nos unirmos com as tropas de São Paulo. E a tropa de São Paulo... num abatimento total, e só pensando em ir embora para a Argentina. (...)

"Quando eu fui para Foz do Iguaçu, lá já estavam reunidos com o Isidoro 40 homens. Aqui tem a cidade de Guaira (...) Eles estavam tão assustados e afobados que deram ordem para que a guarda de Guaira retirasse, cedesse Guaira. Quando eu cheguei em Foz do Iguaçu, já tinham dado essa ordem. E aí era o único porto que nós tínhamos para passar para Mato Grosso. (...)

"A ordem era retirar, todo mundo retirar. Quando eu cheguei em Foz do Iguaçu, todo mundo só falava em ir embora para a Argentina. Eu estava com uma raiva fantástica, porque vitorioso, chegar e encontrar esse ambiente! Eu intervim, então, para dizer, com certa energia... Fiz um discurso, com muita energia, dizendo que eu não podia convencer os meus soldados, que se consideravam vitoriosos, agora, a emigrar nesse momento. Que isso era um absurdo, que nós, antes de chegar à emigração, tínhamos, pelo menos, duas outras hipóteses. Primeiro: vamos procurar sair daqui, dessa região. Vamos nos mobilizar e sair daqui. Se não conseguirmos sair, vamos resistir. E só na terceira hipótese é que vem a passagem à Argentina. Ah, meu Deus! Quando eu disse isso, aqueles oficiais foram se levantando e cada qual foi tratando de entrar, de passar para a Argentina. Todos eles foram passando para a Argentina. Só não passou o Isidoro. Estava lá o Paulo Kruger*, que também não passou." 34

Prestes esclarece também que alguns oficiais paulistas não haviam comparecido àquela reunião, pois vinham retirando à frente de suas tropas. Entre eles estava o major Miguel Costa, o capitão Newton Estillac Leal e os tenentes Filinto Müller e João Cabanas. Imediatamente após o término da reunião, Prestes iria ao encontro desses oficiais:

"Agora, aí, o Miguel Costa estava disposto a seguir a luta, a resistir. O Filinto Müller e o Cabanas... eu tive que fazer um esforço tremendo para convencê-los de que a luta não terminara com a queda de Catanduvas. Eu não sabia quais eram os motivos disso, mas não queriam... Então, fiz um grande esforço para ganhá-los, ao Filinto e ao Cabanas. Então, eles ficaram." 35

Não obstante a resistência oferecida pela maior parte da oficialidade vinda de São Paulo, a posição de Prestes acabaria sendo a vencedora, a que viria a ser seguida pelos que resolveram permanecer. Ficava estabelecido que a luta continuava. O objetivo princi-

* Trata-se do capitão Paulo Kruger da Cunha Cruz, que servira no 1º BF de Santo Ângelo; perseguido pelo comandante por estar conspirando, havia desertado ainda antes do levante de 28/10/1924, indo incorporar-se às tropas rebeldes paulistas no Paraná.

pal era manter acesa a chama da revolução, visando a atrair as forças inimigas para o interior do país — o que, naquele momento, segundo pensavam os rebeldes, contribuiria para que os “tenentes” (que conspiravam no Rio de Janeiro e em outras capitais) pudessem obter êxito nos levantes que estavam sendo preparados³⁶.

Efetivamente, durante a Marcha dos rebeldes pelo Brasil, chegaram a eclodir diversos levantes militares em vários pontos do país; a própria sobrevivência da Coluna Prestes viria a constituir um incentivo de grande importância para a deflagração desses movimentos. Embora mal organizados e fadados ao fracasso pela sua própria espontaneidade, esses atos de rebeldia expressavam o sentimento revolucionário que empolgava setores ponderáveis das populações urbanas naquela época³⁷.

Deve-se, contudo, assinalar que, se a Coluna conseguiu sobreviver — graças, sobretudo, à sua extrema mobilidade, num território imenso e de difícil acesso para as forças repressoras que a perseguiram —, o mesmo não aconteceu com os levantes tenentistas ocorridos em várias cidades do país, que não contaram com nenhum apoio logístico, nem chegaram a propiciar a formação de colunas móveis, que se deslocassem pelo interior do Brasil, como foi feito pelos rebeldes gaúchos dirigidos por Prestes. Com isso, seriam rapidamente debelados pelo governo.

Em abril de 1925, diante da situação criada, só restava uma saída para os rebeldes determinados a fazer a revolução durar: rumar para Mato Grosso, atravessando o “intransponível” Rio Paraná. Se possível, a passagem seria feita pelo Porto de Guaira, que já havia sido entregue ao inimigo. Senão, tratar-se-ia de atravessar o Paraná mais ao sul, marchando alguns quilômetros pelo Paraguai, até atingir a fronteira do país vizinho com o Estado de Mato Grosso.

A situação não admitia delongas, pois o adversário se aproximava. Prestes tomaria a iniciativa e, com a concordância de Miguel Costa e Isidoro, confiaria a Siqueira Campos a difícil missão de tentar retomar Guaira. Ao mesmo tempo organizava a retirada das tropas gaúchas e paulistas para o Porto de Santa Helena, ao norte de Foz do Iguaçu. Visava-se, assim, defender as posições rebeldes de possíveis investidas inimigas que, na certa, viriam do interior do Estado, pelas estradas então existentes, que levavam a Porto Mendes e Santa Helena³⁸ (ver mapa no início deste capítulo).

Eis o relato de Prestes sobre os acontecimentos que se seguiram:

“Eu fui logo para Porto Mendes, para organizar. O Siqueira não conseguiu retomar Guaira, porque a resistência, a potência de fogo do inimigo era muito séria.(...)”

“Deixei uma guarda na direção de Guaíra, para impedir que o inimigo viesse e, ao mesmo tempo, joguei o Siquira aqui, numa dessas estradas que vão para o interior, para tomar conta dessa estrada, porque eu tinha medo de um ataque de flanco. E fiquei em Porto Mendes. E numa outra estrada, mais importante, tinha ainda uma guarda dos paulistas. Eu estava aí somente com uns quatro ou cinco soldados. Não tinha mais ninguém comigo em Porto Mendes. Quando recebo a informação dessa guarda, que estava nessa estrada, de que ela tinha sido atacada e batido em retirada. Ela vinha vindo, vinha marchando. Isso foi, mais ou menos, dia 21 ou 22 de abril, por aí assim. A situação era terrível. Nós tínhamos aí um canhão 75, em Porto Mendes. Então eu, com esses soldados, resolvemos botar esse canhão na direção da borda da picada, para esperar o inimigo. O inimigo deveria vir, deveria avançar. Mandeí pedir socorro imediatamente a Santa Helena: que viessem, que marchassem urgente e mandassem uma força para cá. Quando já eram umas quatro, cinco da tarde — e começava a anoitecer na mata — o inimigo apareceu na orla da mata. Aí, nós demos um tiro de canhão em cima dele. E ele parou aí.(...)”

“Umás cinco ou seis pessoas... Ali era tirar a sorte. Só à noite é que chegou a tropa. Quando ela chegou, eu percebi que a tropa do inimigo era muito pequena, porque senão eles teriam avançado. Eu resolvi, então, fazer um plano... Eles, depois que chegaram na orla da mata, não ficaram ali não, recuaram e abriram uma trincheira na picada, mais uns quilômetros para trás. Então, no dia seguinte de manhã, com a tropa que chegou — era a tropa do Cabanas* que chegara — (...) Então, falei com o Cabanas que a solução que nós tínhamos era abrir uma picada — porque a tropa era pequena — e que, se nós atacássemos pela retaguarda essa tropa, poderíamos ficar com essa estrada aberta e, assim, nos colocarmos na retaguarda de Rondon. Porque o Rondon jogou todo o grosso dele para Foz do Iguaçu.”³⁹

O general Rondon persistia no seu intuito de atingir o “objetivo geográfico”, sem perceber que os rebeldes já haviam retirado de Foz do Iguaçu.

Prosseguindo com seu relato, inédito para o grande público, Prestes revela os momentos emocionantes e decisivos vividos naquele dia:

“O Cabanas resistiu de toda forma e disse não, que não era viável, que estava tudo perdido, que isso era uma loucura! Mas o substituto imediato de Cabanas, o major Manoel Lira, que era um parense que comandava um navio, um barco, no Rio Paraná (...) Eu, então, falei com o Lira e ele se entusiasmou com o meu plano. E,

*. O tenente João Cabanas tornara-se famoso durante o levante de São Paulo, assim como pela sua atuação quando da retirada das tropas paulistas da capital, e, mais tarde, no Oeste do Paraná, onde revelara grande bravura à frente da sua “Coluna da Morte”.

como tinha prestígio na tropa, resolveu pegar a tropa e tocar, indo abrir a picada. Era abrir uma picada ao lado da estrada, pelo mato, em silêncio, mantendo o maior cuidado possível, até chegar na retaguarda da tropa que estava entrincheirada, da trincheira do inimigo. "Isso começou de manhã cedo. Às duas da tarde, o Lira mandou me comunicar que já tinha chegado na altura da trincheira. E precisava avançar mais um pouco, para atacar pela retaguarda. Era o que o Estigarribia, na guerra do Paraguai com a Bolívia, chamava a tática do 'curralito'. (...) Curralito, porque ia pelo mato, atraía e atacava por trás. Botei uma tropa aqui na frente, para enfrentar, se o inimigo avançasse. O azar é que, quando chegou o emissário de Lira, o Cabanas estava junto de mim. Quando ele viu que o Lira tinha avançado e já tinha chegado até a altura da trincheira, ele resolveu ir lá. Mas resolveu ir para lá, com qual objetivo? De sabotar a coisa, como sabotador. Esse episódio... eu nunca disse isso publicamente. Nunca contei publicamente, por que o Cabanas era o herói da 'Coluna da Morte', essa coisa toda. Mas fez isso: foi para lá com o corneteiro — porque tinha um corneteiro da 'Coluna da Morte' — e resolveu assumir lá o comando. E os soldados obedeciam mais a ele do que ao Lira, porque ele é que era o chefe. E resolveu alertar, inclusive dando toque de 'Coluna da Morte, avançar!'. Atacou a tropa do inimigo pelo flanco e esta retirou imediatamente; e abriu outra trincheira mais atrás. A minha manobra estava desmascarada. Eu não podia mais fazer outra tentativa."⁴⁰

Essas revelações de Prestes são, até certo ponto, surpreendentes, pois até hoje a única versão conhecida era a do próprio João Cabanas, em seu livro intitulado *A Coluna da Morte*⁴¹. O tenente não tinha interesse em contar o que realmente acontecera naquele momento. Prestes nos dá também sua opinião a respeito do comportamento de Cabanas:

"Ele queria ir embora. O Cabanas era um vaidoso, ele não podia compreender que a luta continuasse sem ele. Ele não queria continuar, estava desanimado. Era um elemento que estava mentalmente derrotado. Não queria ir embora e que a Coluna continuasse sem ele. Isso vai se ver depois, mais adiante: ele ainda foi mais adiante e depois é que desertou."⁴²

A manobra idealizada por Prestes, que pretendia envolver as tropas do general Rondon pela retaguarda, fracassara. A situação dos rebeldes tornara-se periclitante:

"Aí ficamos numa situação das piores. Na retaguarda, o Rio Paraná, que aí tem duzentos metros de profundidade. É um rio que você só pode atravessar com um barco relativamente grande, porque uma canoa não passa, tais os redemoinhos que tem aí."⁴³

*. João Cabanas escreveu mais tarde um livro intitulado *A Coluna da Morte*, onde narra esses acontecimentos à sua moda, tentando justificar-se.

E, pela frente, a tropa inimiga que avançava. Tinha chegado a hora de atravessar o Rio Paraná a qualquer custo, ali mesmo na altura de Porto Mendes. Não havia outra saída. Isso significava também marchar uns 125 quilômetros⁴⁴ através do território paraguaio, para atingir a fronteira de Mato Grosso.

Não obstante as terríveis dificuldades, os rebeldes quebrariam o “fundo da garrafa” em que, segundo o general Rondon, estavam presos, alcançando mais uma vitória — a travessia do “intransponível” Rio Paraná. Nas palavras do cronista da Coluna, “havíamos quebrado o fundo da tal garrafa em que Rondon, segundo mandou dizer para o Rio, nos tinha metido e esperava fechar, sem se lembrar que, sendo de vidro, podia ser despedaçada com um simples pontapé, como de fato aconteceu”. Lourenço Moreira Lima, referindo-se ao general Rondon, diria que “o famoso catequista de índios mansos, desapontado, gemeria, pouco depois, sua justificação, naquele telegrama, em que afirmava ao seu comparsa Azeredo que a hidra tinha sete cabeças...”⁴⁵.

Durante três dias, 27 a 29/4/1925, os rebeldes atravessaram o Rio Paraná de Porto Mendes, no Brasil, para Porto Adela, no Paraguai, vencendo os 400 a 500 metros de largura do caudaloso rio⁴⁶. Para isso, dispunham apenas de uma canoa e do pequeno vapor “Assis Brasil”. Prestes incumbira João Alberto — cujo espírito de aventura e grande audácia eram valiosos em momentos como aquele — de apresar o vapor paraguaio “Bell”, o que viria a facilitar enormemente o transporte da força revolucionária para o país vizinho. Além disso, João Alberto fora encarregado de entregar ao comandante da guarnição paraguaia em Porto Adela a carta que lhe era dirigida pela oficialidade rebelde⁴⁷. Prestes rememora esses acontecimentos, reveladores do comportamento desassombrado do já então tenente-coronel comissionado João Alberto Lins de Barros:

“O que é que nós dizíamos na carta? Dizíamos que o governo estava nos atacando, que já havia precedentes das tropas do governo entrarem num país vizinho para degolar os revolucionários, que foi o que houve no Uruguai, na fronteira do Brasil com o Uruguai. E ele... (o comandante paraguaio)... não tinha forças suficientes para defender as nossas vidas. Então, nós pedíamos licença a ele para entrar armados, mas nos comprometíamos a respeitar a propriedade, as famílias etc. Só para atravessar o Paraguai, uns 130-150 quilômetros, para entrar no Sul de Mato Grosso. Ele resistiu muito e, então, o João Alberto disse: — O tenente vai compreender que nós somos militares; nós não iríamos lhe fazer esta proposta, se já não tivéssemos desembarcado tropa ao norte e ao sul, aí no Paraguai. De maneira que, de que vale o senhor, agora, resistir? Vai ser uma matança inútil, porque nós já temos tropa que desembarcou

no norte e no sul. — Não tinha nada! Era tudo mentira. E aí ele... (o comandante)... resolveu ceder e recuar uma meia légua. E nós passamos. (...) Inclusive atravessamos toda a artilharia, os canhões; tudo isso passou.”⁴⁸

Os generais da “legalidade” eram, mais uma vez, surpreendidos pela manobra dos revolucionários. Poucos dias antes, a 23/4, Rondon expedira um telegrama de Guarapuava (Paraná), em que revelava o seu total desconhecimento das reais possibilidades dos rebeldes, afirmando:

“Espero dentro de poucos dias resolver a situação definitivamente, convencido de que poderá, no dia 3, o Senhor Presidente da República declarar restabelecida a ordem no Paraná e em Santa Catarina, e, quiçá, em todo o Brasil, pois não creio nas novas tentativas que os chefes rebeldes, batidos e vencidos, apregoam, o que não tem outro intuito senão produzir efeito para fins de anistia.”⁴⁹

Frente à realidade dos fatos, o general Rondon seria obrigado a enviar outro telegrama de Guarapuava, datado de 4/5 — um dia após o ingresso dos rebeldes no Sul de Mato Grosso —, lamentando não ter podido impedir a sua passagem para o Paraguai. Alegava que lhe haviam faltado vapores para impedir a fuga dos rebeldes, comunicando, ao mesmo tempo, que se recolheria à vida privada⁵⁰. Era o reconhecimento de mais um fracasso governista diante da tática dos rebeldes, cuja vitória, apesar da censura, repercutiria junto à opinião pública, pois a Coluna ingressava em Mato Grosso no mesmo dia em que Artur Bernardes remetia ao Congresso Nacional sua mensagem presidencial anunciando o desbaratamento final do “movimento sedicioso”⁵¹.

Logo após a junção das colunas paulista e gaúcha — quando da chegada da última à região de Foz do Iguaçu —, o comando das tropas revolucionárias fora reorganizado, tendo sido criada a 1ª Divisão Revolucionária, constituída pelas brigadas “São Paulo” e “Rio Grande”. Estabelecia-se, nas fileiras rebeldes, o critério de promoções que vigorava no Exército; o major Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, seria promovido por Isidoro Dias Lopes a general de brigada, assumindo o comando geral da 1ª Divisão Revolucionária. A brigada “São Paulo” ficava entregue ao comando do tenente-coronel Juarez Távora e a “Rio Grande” ao do coronel Luiz Carlos Prestes (ver fotos acima). Cada uma dessas brigadas era constituída por batalhões, regimentos e esquadrões dirigidos pelos oficiais que permaneceram nas fileiras rebeldes e por alguns civis comissionados ao oficialato de acordo com o sistema de promoções adotado. Ao todo, a Divisão contava com menos de 1500 combatentes, sendo 800 da brigada “Rio Grande” e o restante da brigada “São Paulo”⁵².

A brigada paulista era formada pelos soldados da Força Pública que se haviam levantado em São Paulo sob a chefia do seu comandante, o major de cavalaria Miguel Costa, e de várias unidades do Exército sublevadas naquele Estado, na mesma ocasião⁵³. Da mesma forma que na brigada gaúcha, acompanhavam a tropa dos paulistas umas 30 mulheres. Ao todo, havia, portanto, umas 50 mulheres, entre gaúchas e paulistas, na 1ª Divisão Revolucionária. Na maioria dos casos, acompanhavam seus “maridos ou amásios”, nas palavras de Ítalo Landucci — que, ao comentar o fato de Moreira Lima referir-se a elas usando o termo suave de “vivandeiras”, dizia que talvez quisesse “compará-las às que, em tempos idos, acompanhavam os exércitos em operações de guerra”⁵⁴. Algumas eram enfermeiras, como Hermínia e Elza, e ajudaram a salvar muitas vidas. Ambas revelaram-se valentes e devotadas; Hermínia, muitas vezes, foi às linhas de fogo retirar os feridos, e Elza tratava deles em pleno combate, com a maior calma⁵⁵. Outras, que não eram enfermeiras, fizeram ligações em momentos sérios e cumpriram pequenas tarefas, revelando grande coragem e desprendimento. Moreira Lima conta que havia uma gaúcha, apelidada “A Onça”, “dançarina de maxixe, que fez uma ligação, salvando uma pequena tropa, atacada por forças muito superiores”⁵⁶.

Nos dias que antecederam a travessia do Rio Paraná, a maior parte da oficialidade rebelde vinda de São Paulo emigrava, vencida pelo cansaço e a desesperança em qualquer possibilidade de êxito para a causa revolucionária que havia abraçado. Os generais Isidoro Dias Lopes e Bernardo Araújo Padilha foram dispensados, por já serem idosos para enfrentarem uma campanha militar que se anunciava cheia de agruras, e o tenente-coronel Newton Estillac Leal, cujo estado de saúde inspirava cuidados, também era aconselhado a partir. Alguns outros oficiais obtiveram licença para emigrar, mas a maioria desertava.

Entre esses incluía-se o tenente Filinto Müller, que levantara o regimento de artilharia em Osasco (São Paulo), onde servia até a eclosão da revolta paulista. Durante sua permanência nas fileiras rebeldes, esse oficial fora promovido primeiramente a capitão e, depois, a major, sendo-lhe confiado o comando da artilharia, pois a 1ª Divisão Revolucionária dispunha de dois canhões de 75 milímetros, assim como de alguns canhões de montanha. Entrementes, o comando rebelde viria a saber que Filinto Müller escrevera duas cartas: uma endereçada aos sargentos e soldados a ele subordinados, propondo-lhes a deserção coletiva, pois considerava que a revolução estava perdida; e outra ao general Miguel Costa, comunicando que iria ao Paraguai visitar familiares e assu-

mindando o compromisso de juntar-se aos rebeldes em Mato Grosso. Quando o comando da 1^a Divisão Revolucionária tomou conhecimento dessas cartas, Filinto Müller já fugira para a Argentina, carregando 100 contos de réis pertencentes às forças rebeldes, o que acarretaria a sua expulsão das fileiras revolucionárias⁵⁷. Onze anos mais tarde, Filinto Müller mostraria continuar sendo o mesmo covarde que traira seus companheiros da Coluna: na qualidade de chefe de polícia do governo de Getúlio Vargas, tornar-se-ia célebre pelas torturas e barbaridades que, sob sua responsabilidade direta, foram perpetradas contra os prisioneiros políticos e, em particular, contra Luiz Carlos Prestes, de quem pretendia vingar-se pela sua expulsão da 1^a Divisão Revolucionária, em abril de 1925⁵⁸.

Também abandonaria as forças rebeldes o tenente João Cabanas, que havia sido promovido a tenente-coronel, mas vinha desenvolvendo uma atividade permanente de dissolução das fileiras revolucionárias, como já o fizera ao sabotar a manobra planejada por Prestes, em Porto Mendes, visando a cercar a tropa inimiga. Na travessia do Rio Paraná, Cabanas ainda viria a assinar a carta que os rebeldes entregaram ao comandante da guarnição militar paraguaia, desertando logo depois, quando era feito o escoamento das forças rebeldes para Porto Adela. Da mesma forma que Filinto Müller, o comando da 1^a Divisão Revolucionária — em seu Boletim n.º 8, expedido em Porto Adela, a 27/4/1925 — expulsou de suas fileiras o tenente-coronel João Cabanas por deserção. Esse fato permaneceria, contudo, desconhecido para a opinião pública⁵⁹.

Após tantas defecções, continuavam à frente da 1^a Divisão Revolucionária menos de 20 oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo⁶⁰. Esses homens, salvo poucas exceções, passavam a constituir o comando da Coluna revolucionária, que faria a Marcha de 25 mil quilômetros pelo Brasil, entrando para a História com o nome de Prestes.

A formação da 1^a Divisão Revolucionária não significara, contudo, uma simples junção das colunas gaúcha e paulista. Não obstante os grandes méritos do general Miguel Costa, por todos respeitado pela sua coragem, abnegação e dedicação à causa da revolução, assim como pelo fato de ser o mais velho entre os oficiais que permaneceram na Coluna — o que determinara a sua nomeação para a chefia suprema da Divisão —, o ex-comandante da Força Pública de São Paulo não deixava de estar comprometido com a derrota sofrida pelas tropas paulistas no Oeste paranaense. Na verdade, os rebeldes paulistas vinham de um sério revés, que, em grande medida, resultara da sua aceitação passiva da tática governista da “guerra de posição”. Embora tivessem resistido

heroicamente ao sítio que lhes havia sido imposto pelo general Rondon, os paulistas não souberam inovar, nem buscar outros caminhos para garantir a continuidade da luta em que se haviam engajado.

O comportamento dos rebeldes paulistas contrastava com o da Coluna Prestes, que vinha do Rio Grande do Sul coberta de glórias, conquistadas no rompimento do cerco de São Luís Gonzaga, no combate do Arroio Conceição, onde perdera a vida o tenente-coronel Aragão Bozano, na vitória da Ramada, na travessia penosa do Contestado e no fiasco governista de Maria Preta. Prestes e a sua Coluna abriram uma nova perspectiva para a revolução, ao propor a reorganização das forças rebeldes e a marcha para Mato Grosso.

Em tais circunstâncias, fica clara a razão por que, desde o início, o coronel Prestes teria um papel destacado à frente da 1ª Divisão Revolucionária, formada em abril de 1925. O general Miguel Costa ficava sendo o comandante-geral, mas, reconhecendo o brilhantismo e a competência de Prestes, entregava-lhe, na prática, o comando da Coluna. Ainda que isso não fosse declarado explicitamente em qualquer documento ou proclamação pública, ocorrera a incorporação dos rebeldes paulistas à Coluna Prestes, que chegara ao Paraná possuindo uma organização estável e sólida, alcançada após mais de cinco meses de importantes vitórias, conquistadas sob a direção de um núcleo coeso de revolucionários, formado por Prestes, Siqueira Campos, João Alberto e Cordeiro de Farias.

A Coluna Prestes, que nascera no Rio Grande do Sul, partia do Paraná revigorada pela junção com os revolucionários que se haviam levantado em São Paulo, a 5/7/1924.

NOTAS

- 1 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 130.
LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 167-168.
LCP, fita 3, p. 5.
- 2 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit., p. 95.
LCP, fita I(B), pp. 3-13.
- 3 - LCP, fita I(A), pp. 54-55.
- 4 - LCP, fita I(A), pp. 53-54.
Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no Anexo nº 15.
- 5 - Cf. LCP, fita 3(B), pp. 57-59.
Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no Anexo nº 15.

- 6 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit., pp. 94 e 95.
LCP, fita I(B), pp. 2-3.
- 7 - LCP, fita 3(B), pp. 60-61.
- 8 - LCP, fita 3(B), pp. 61-62; fita I(B), pp. 7-12; fita B(1), pp. 10-11.
- 9 - Cf. Marcha da Coluna Prestes de S. Luís, no Rio Grande do Sul, até Porto Mendes, na margem do Rio Paraná, de 27/12/1924 a abril de 1925, percorrendo 250 léguas ou 1650 quilômetros, segundo dados fornecidos pelo tenente-coronel Osvaldo Cordeiro de Farias.
In: MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 598.
LCP, fita B(1), p. 12.
- 10 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 106.
- 11 - LCP, fita 3(B), p. 63; fita I(B), pp. 12-19.
Estas informações são confirmadas pelo jornal governista *O Combate*, São Paulo, 29/4/1925. p. 1.
- 12 - Cf. *A Federação*, Porto Alegre, 14/4/1925, p. 1.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 5/4, 15/4 e 18/4 de 1925.
- 13 - Cf. FERREIRA, S. Dias. Op. cit., p. 97.
- 14 - LCP, fita I(B), pp. 17-19.
- 15 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
- 16 - Rascunho da carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Original manuscrito. Coleção Sady Valle Machado, CPDoc/FGV. Os últimos grifos são nossos.
- 17 - LCP, fita 4(A), pp. 1-2.
- 18 - LCP, fita 4(A), p. 36.
- 19 - LCP, fita B(1), pp. 12-14; também fita 4(A), pp. 5-6.
- 20 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 112.
TÁVORA, Juarez. *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3. Op. cit., p. 12.
- 21 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 104.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 11-12.
LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 52-53.
- 22 - Ver reportagens em o *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8/1/1927;
A Noite, Rio de Janeiro, 8/1/1927, p. 1;
O Jornal, Rio de Janeiro, 8/1 e 4/2/1927, p. 3.
- 23 - Cf. MELLO, Nelson de. *Depoimento*; 1978-9. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1983. (Datilografado).
Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Santa Helena, 14/4/1925. Boletim nº 1. Ver no *Anexo* nº 16.
- 24 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 113.
- 25 - MELLO, Nelson de. Op. cit., pp. 89-90. Grifos nossos.
- 26 - Id., *ibid.*, p. 95.
- 27 - Id., *ibid.*, p. 95.
- 28 - Id., *ibid.*, p. 100. Grifos nossos.
Ver também CORDEIRO AFILHADO (tenente). A queda de Catanduvas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7/1/1927, pp. 1 e 3.
- 29 - PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 30 - Cf. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, março-abril de 1925.

- 31 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
- 32 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 120.
LCP, fita 4(A), p. 9.
- 33 - Cf. LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um Revolucionário*. 1ª parte: A Marcha da Coluna. Op. cit.
TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3. op. cit.
- CAMARGO, Aspásia e GÖES, Walder de (org.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Op. cit.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 114-117.
- 34 - LCP, fita 4(A), pp. 8-11; também fita 1(B), pp. 23-24, 28-32, 36-39.
- 35 - LCP, fita 4(A), pp. 8-11.
- 36 - LCP, fita 1(B), p. 32.
- 37 - A respeito desse sentimento revolucionário, ver o Capítulo II.
- 38 - LCP, fita 4(A), p. 12.
- 39 - LCP, fita 4(A), pp. 13-17; também fita 1(B), pp. 40-44.
- 40 - LCP, fita 4(A), pp. 17-18.
- 41 - CABANAS, João. *A Coluna da Morte sob o Comando do Tenente Cabanas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, s. e., s. d.
- 42 - LCP, fita 4(A), pp. 18-19.
- 43 - LCP, fita 4(A), p. 19; também fita 1(B), pp. 45-47.
- 44 - Cf. TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 17.
- 45 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 127.
- 46 - Id., *ibid.*, pp. 122 e 127.
- 47 - Id., *ibid.*, pp. 125-126.
Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Porto Mendes, 26/4/1925. Boletim nº 7. Ver no *Anexo* nº 18.
LCP, fita 4(A), p. 20.
- 48 - LCP, fita 4(A), p. 20.
- 49 - Telegrama do general Rondon a Artur Bernardes, de Guarapuava (Paraná), de 23/4/1925, AAB, microfilme 16/B13.
Cf. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24/4/1925.
Cf. Outros telegramas do general Rondon. AAB, microfilme 16/B13, 21/B18.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, abril-maio de 1925.
A Noite, Rio de Janeiro, abril-maio de 1925.
- 50 - Telegrama do general Rondon a Artur Bernardes, de Guarapuava (Paraná), de 4/5/1925. AAB, microfilme 21/B18.
- 51 - DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Mensagens Presidenciais. Presidência Artur Bernardes, 1923-1926. 5º volume. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1926, pp. 337-339.
- 52 - Para maiores detalhes, cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 114 e 124-125.
Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Santa Helena, 14/4/1925. Boletim nº 1. Ver no *Anexo* nº 16.
- 53 - A respeito dos soldados que participaram dos levantes tenentistas, ver Capítulo II, item 4.
- 54 - LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., p. 167.

55 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 132 e 411.

56 - Id., *ibid.*, p. 131.

57 - LCP, fita 4(A), p. 11.

PRESTES L. C. Informações prestadas à autora.

Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Santa Helena, Estado do Paraná, 19/4/1925. Boletim nº 5. Ver no *Anexo* nº 17.

58 - Cf. MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985, pp. 144-146.

59 - Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Porto Mendes, 26/4/1925. Boletim nº 7. Ver no *Anexo* nº 18.

Comando da 1ª Divisão Revolucionária, Acantonamento em Porto Adela, Paraguai, 27/4/1925. Boletim nº 8. Ver no *Anexo* nº 19.

60 - Para um quadro detalhado do comando da Coluna, ver o Capítulo VIII.

Capítulo V

A passagem por Mato Grosso, Minas e Goiás. A reorganização da Coluna

“.....

Vou com quinze, senhores,
tirem o facão da bainha,
arrebanhar os cavalos
na redondeza vizinha
eh! potreada relâmpado
tirem o facão da bainha!

Hoje eu vou correr cem léguas
eh!
cem léguas de arrear.

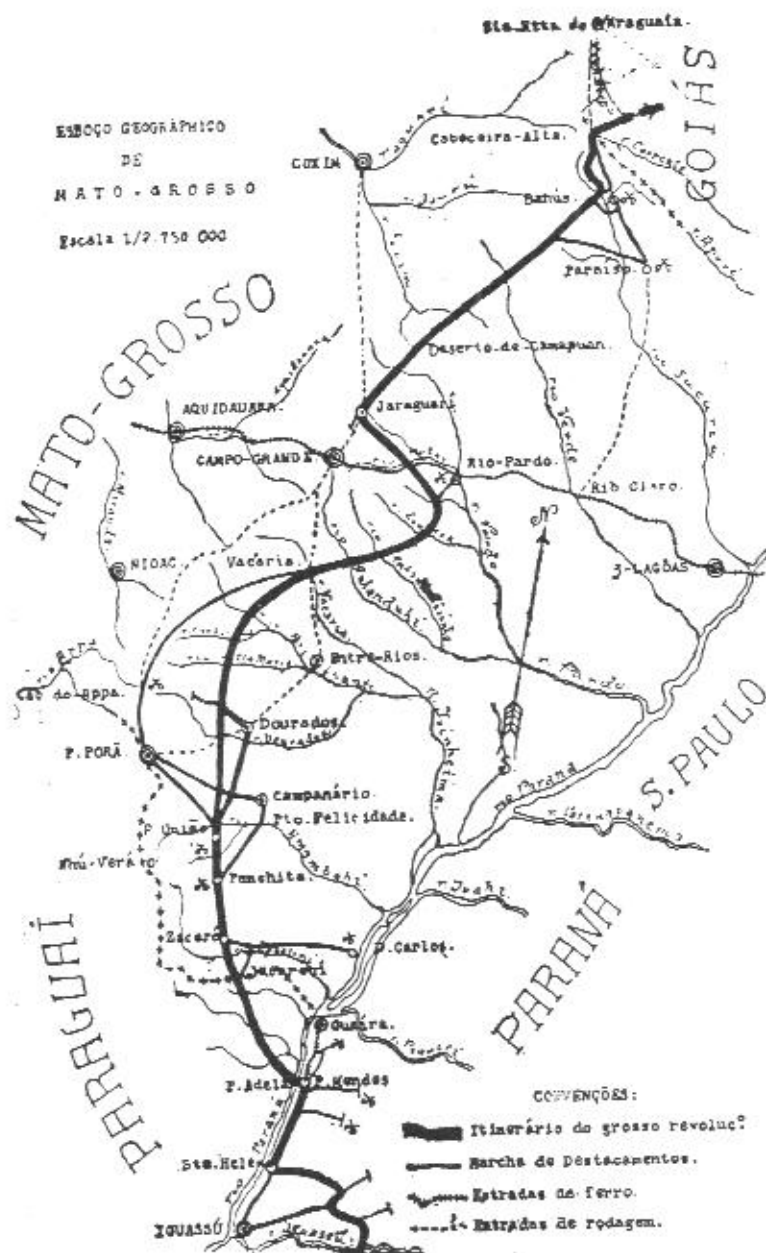
Gritar ch! eh! catingueiros
ch! polícia. E debandar.”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

A campanha de Mato Grosso e a reorganização da Coluna

Para surpresa do comando militar legalista, que não acreditava na capacidade de os rebeldes realizarem tamanha façanha, a Coluna ingressava no Sul de Mato Grosso. Enquanto a vanguarda — feita naquele momento pelo destacamento de João Alberto — avançava em direção a Patrimônio da União e Ponta Porã, combatendo com êxito as tropas governistas acantonadas na região, pertencentes ao 17^o BC, e um regimento de “patriotas”* sob a direção do “coronel” Mário Gonçalves¹, o grosso da Coluna via-se forçado a aguardar os elementos da artilharia, que se deslocavam através da Serra de Maracaju com grande atraso, devido às dificuldades apresentadas pelo caminho montanhoso e irregular (ver o mapa na página seguinte).

*. “Patriotas”: tropas de voluntários dirigidas por um chefe civil.



A travessia de Mato Grosso pela Coluna Prestes.

Fonte: TAVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, v. 3.

Os chefes rebeldes haviam ordenado que a artilharia fosse abandonada em território paraguaio, pois se tornara impraticável o seu emprego na "guerra de movimento", na qual a rapidez de deslocamento seria uma das condições fundamentais para o êxito de qualquer campanha. Mas essa Bateria, comandada pelo capitão Henrique Ricardo Hall, que substituíra Filinto Müller após a sua deserção, insistia em conduzir os canhões até o território nacional. Finalmente, os canhões seriam escondidos em terras da fazenda Jacarei, no Sul de Mato Grosso, tendo parte da guarnição de artilharia desertado para o Paraguai e o capitão Hall emigrado por motivo de saúde².

No início da campanha de Mato Grosso, a Coluna lançava seus destacamentos em diferentes direções, visando assegurar o terreno para o seu futuro deslocamento para o Norte. Enquanto João Alberto se movia em direção a Ponta Porã — que havia sido abandonada pelas forças governistas chefiadas pelo coronel do Exército Péricles de Albuquerque —, ocupando-a sem encontrar nenhuma resistência, era enviada uma flanco-guarda móvel, sob o comando de Cordeiro de Farias, até o Porto de Dom Carlos, na margem direita do Rio Paraná, a fim de garantir o grosso da Coluna contra possíveis investidas das tropas inimigas. Entrementes, o restante dos rebeldes marchava na direção de Zacaró e Patrimônio da União, sendo que o batalhão Virgílio dos Santos ocupava Porto Felicidade, no Rio Amambá, e, em seguida, a vila de Campanário, sede da empresa "Mate Laranjeira". O destacamento de Siqueira Campos também se dirigia para Ponta Porã, com o objetivo de reforçar a tropa de João Alberto. Alguns dias depois, chegaria à cidade o general Miguel Costa, que havia deixado o Quartel-General acantonado em Patrimônio da União³.

Enquanto o grosso da Coluna, tendo passado entre a ponte do Amambá e a vila de Campanário, se deslocava para Dourados, visando atravessar a estrada de ferro "Noroceste do Brasil" entre Campo Grande e Rio Pardo, os destacamentos João Alberto e Siqueira Campos — que, naquele momento, cumpriam o papel de flanco-guarda-esquerda e aos quais eram em geral confiadas as missões mais difíceis e perigosas — se empenhavam em sérias escaramuças com tropas governistas, nas cabeceiras do Rio Apa, para onde haviam recuado as forças do coronel Péricles de Albuquerque.

Os legalistas, que combatiam naquela região, haviam sido reforçados com uma tropa procedente de Campo Grande, sob o comando do major do Exército Bertoldo Klinger. Ele passara a dirigir os mais de mil homens que constituíam o efetivo governista, contando com muitas metralhadoras e abundante munição. João Alberto, dispondo de menos de 300 homens, duas metralhadoras

e escassa munição, não vacilaria, contudo, em investir contra o adversário, revelando audácia, iniciativa e combatividade. Como assinala Prestes, era um homem de muita coragem, atirado e até mesmo um tanto aventureiro, não poupando seus soldados nos momentos que julgava decisivos⁴.

Diferentemente de João Alberto, Siqueira Campos — cujo destacamento não chegara a tempo de participar do combate do Rio Apa — mostrava-se mais prudente, cuidando de poupar seus soldados sempre que possível. Segundo Prestes, Siqueira também era muito valente e sério; e revelaria uma grande capacidade de mobilizar os jovens, que o seguiam com entusiasmo. Durante a Marcha da Coluna, lhe seriam confiadas diversas retaguardas difíceis, e Siqueira cumpriria com brilhantismo todas as missões que lhe foram entregues⁵.

O combate do Rio Apa prosseguiria durante dois dias, de 13 a 15/5, quando os destacamentos de João Alberto e Siqueira Campos, desviando-se do inimigo, marcharam para a Serra do Amambá, formando novamente a flanco-guarda esquerda da Coluna. Nessa ocasião, desertava o esquadrão do "coronel" gaúcho João Silva, indo refugiar-se no Paraguai. Da mesma forma, abandonavam a 1ª Divisão Revolucionária o major Coriolano de Almeida Júnior e os tenentes Cunha e Raff, que se haviam levantado em São Paulo⁶.

Finalmente, na segunda quinzena de maio de 1925, a Coluna estava de novo toda reunida, marchando vitoriosa em direção ao Norte, após vários combates e escaramuças com o adversário. O mais importante desses combates se havia dado nas cabeceiras do Rio Apa, onde o major Klinger não conseguira esmagar os rebeldes. Nessa oportunidade, ficaria evidente a divergência existente entre as concepções estratégicas de Miguel Costa e Prestes. Enquanto o primeiro era partidário de um combate decisivo, que levasse o inimigo à derrota, Prestes considerava necessário saber recuar no momento certo, evitando, assim, maiores perdas para os rebeldes, que se encontravam em situação de grande inferioridade militar. Eis o relato feito pelo próprio Prestes:

"O primeiro contato com a vanguarda do Bertoldo Klinger foi na cabeceira do Apa. Tivemos um choque, principalmente com o destacamento do João Alberto. E a ameaça era de um ataque mais forte do que o primeiro. E deu-se, então, uma primeira discussão na direção... (da Coluna)... O Miguel era de opinião que devíamos travar um combate decisivo com o Bertoldo Klinger. E eu fui contra, me manifestei contra, porque aquilo não estava dentro do nosso objetivo estratégico, que era manter a luta, manter as bandeiras da luta armada e, particularmente, ver se podíamos, com a nossa ação,

atrair forças do inimigo, para que os nossos companheiros, no Rio, tivessem mais facilidade para pôr o Bernardes abaixo. (...)

"Não tínhamos nenhum programa diferente. (...) O objetivo era manter a luta e, portanto, evitar combates decisivos. A minha argumentação foi a seguinte: — Se travarmos um combate decisivo, se ganharmos, amanhã seremos obrigados a outro combate decisivo; e, se perdermos, está tudo perdido. Principalmente, na fronteira de um país estrangeiro. — Estávamos na fronteira do Paraguai e já muita gente voluntariamente estava fugindo, estava desertando."⁷

A opinião de Prestes seria a vencedora. E, dali por diante, o general Miguel Costa, com a modéstia que o caracterizava, passaria a aceitar a concepção estratégica de Prestes, ouvindo-o sempre, antes de tomar qualquer decisão. Alguns anos depois, em declarações feitas à imprensa, Prestes definiria com clareza a estratégia adotada pela Coluna, à qual Miguel Costa, no início, opusera alguma resistência:

"O nosso intuito (...) era o de manter a revolução, esperando que, nas capitais, alguma eventualidade nos proporcionasse o ensejo para o golpe decisivo sobre a tirania opressora. Por isso, evitamos choques. Não nos interessava o combate decisivo."⁸

Os destacamentos de João Alberto e Siqueira Campos haviam evitado o combate decisivo com Klinger e recuado a tempo de garantir a sobrevivência da Coluna, que prosseguia em sua Marcha. Perto de Dourados, o comando rebelde seria abordado por um emissário do major Klinger, que lhe enviava uma carta. Prestes rememora aqueles acontecimentos:

"Klinger mandou, de automóvel, um sargento com uma carta, com uma oferta, que nós consideramos indigna, porque ele oferecia o seguinte: nós depúnhamos armas, ele permitiria que os oficiais saíssem para o Paraguai, e os soldados ficariam presos, entregues a ele. De maneira que nem demos resposta. Tomamos conta do automóvel dele, prendemos o sargento e não demos nenhuma resposta. E continuamos a marcha, visando o Norte."⁹

A Coluna Prestes chegara a Mato Grosso em estado deplorável, tendo perdido novamente a maior parte da cavalaria, desprovida de armas e munição e praticamente em farrapos, após a difícil travessia do Rio Paraná. Tornara-se necessário voltar a montar os rebeldes — e, para isso, as condições eram muito favoráveis no Sul mato-grossense —, vesti-los e abastecê-los. O comando da Coluna faria as *requisições* indispensáveis junto à empresa "Mate Laranjeira", que, mais tarde, após a vitória da "Revolução de 30", apresentaria a conta ao governo de Getúlio Vargas. Eis o relato de Prestes:

“A capital da ‘Mate Laranjeira’ era a cidade de Campanário. Havia um grande armazém nessa cidade. Tão grande, que nós requisitamos mercadorias no valor de 200 contos, mais ou menos. Naquela época, era muita coisa, 200 contos de mercadorias. Tivemos que dar recibo de que recebemos aquele material: calçado, botas, arreios... Estava chovendo muito e fazendo frio, no Sul de Mato Grosso(...) Compramos umas peças de uma lã vermelha, uma lã chamada baeta e dávamos um metro e pouco, um metro e meio, um metro e vinte, para cada soldado fazer um poncho. Quer dizer, cortava assim, para passar a cabeça e botava aquele poncho. A Coluna ficou toda de vermelho. A Coluna ficou toda de poncho. Poncho vermelho!”¹⁰

Ali, naquela região sul de Mato Grosso, a experiência gaúcha das “potreadas” encontraria terreno fértil para desenvolver-se, pois não faltavam cavalos para a montaria, nem gado para a alimentação da tropa. Em pouco tempo, os soldados da brigada “Rio Grande” estavam todos montados, desenvolvendo grandes velocidades e tratando de fazer o reconhecimento das regiões por onde iam passando. Contrastando com os gaúchos, o pessoal da brigada “São Paulo” não sabia pegar cavalo e, por isso, marchava a pé. Os paulistas iam se arrastando, com grande dificuldade, numa situação de desvantagem em relação aos gaúchos, afeitos àquele tipo de vida¹¹.

A Marcha da Coluna estava sendo prejudicada pela morosidade da brigada comandada por Juarez Távora. Prestes relata, com detalhes interessantes, o que vinha acontecendo, inclusive a impaciência de Siqueira em relação a Juarez e, ao mesmo tempo, a inabilidade do último, a sua pouca flexibilidade no trato com os camaradas:

“O Siqueira Campos, que era um homem muito impaciente, queria uma solução prática dos problemas. Como a marcha estava sendo retardada devido à situação da brigada do Juarez, que ainda estava a pé, em parte considerável vinha a pé, pois ele ainda adotava muitos métodos militares... A Coluna que vinha do Rio Grande já tinha uma experiência muito maior na luta de guerrilha, na questão da alimentação, etc., já era muito melhor do que a do Juarez. Então, o Siqueira dizia: — Vamos deixar o Juarez, vamos embora! — Era essa a opinião dele. Eu disse: — Não, não é possível fazer uma coisa destas. Vamos propor uma modificação, vamos ver se fundimos as duas brigadas, a do Rio Grande e a de São Paulo, porque uma ajuda a outra, não é? — Os soldados da coluna do Rio Grande ajudariam os de São Paulo a pegar cavalos, a conseguir arreios, essa coisa... Falei, então, com o Juarez, e o Juarez negou-se, absolutamente. Ele ia manter a coluna paulista sob o comando dele e não admitia a fusão. Porque eu proponha a fusão e a organização de quatro destacamentos, com tropa das duas brigadas — do Rio Grande e de São Paulo.”¹²

Enquanto isso, a Coluna conseguia atravessar a estrada de ferro "Noroeste do Brasil" e, nos primeiros dias de junho, chegava à vila de Jaraguari, distante oito léguas da cidade de Campo Grande, onde, segundo Prestes, as forças revolucionárias seriam afinal reorganizadas — informação confirmada por alguns autores, como Aduauto Castelo Branco, embora Lourenço Morcira Lima e Juarez Távora registrassem que essa reestruturação teria tido lugar um pouco mais adiante, no Deserto de Camapuã¹³. Prestes prossegue o seu relato sobre esses acontecimentos:

"Diante dessa situação, diante dessa negativa do Juarez, eu comecei a conversar com os oficiais dele, que, na maioria, eram da Polícia Militar de São Paulo. (...) e todos acharam que era uma idéia magnífica. Somente o Juarez é que estava contra. De maneira que, ao atravessarmos a estrada-de-ferro "Noroeste do Brasil", perto de Campo Grande, acampamos aí nesse lugar... (Em Jaraguari)... Eu propus ao Dutra*, que era o chefe do Estado-Maior, fazer uma reunião de oficiais, para fazer uma proposta de modificação. E foi feita a reunião dos oficiais das duas colunas. E o Dutra, como chefe do Estado-Maior, propôs a organização do comando e dos quatro destacamentos, formando o 1º destacamento, sob o comando de Cordeiro de Farias, com gente do Rio Grande e gente de São Paulo; o 2º destacamento, sob o comando do João Alberto; o 3º destacamento, do Siqueira; e o 4º, do Djalma Dutra. Eu passava a chefe do Estado-Maior, porque eu já tinha assumido praticamente o comando, pois o Miguel tinha uma posição, que não estava de acordo com a nossa própria estratégia. E eu tinha medo que ele cometesse um erro. E o Juarez ficou como subchefe do Estado-Maior. Todos concordaram. Foi um aplauso e todos disseram: — De acordo! — Menos o Juarez, que votou contra e ainda passou recibo. Disse: — A coluna do Rio Grande engoliu a de São Paulo. — Porque a do Rio Grande tinha realmente absorvido a coluna de São Paulo!"¹⁴

Juarez Távora — que era capitão do Exército e um dos revolucionários mais dedicados à causa tenentista, tendo participado tanto do primeiro como do segundo "5 de julho", e retirado com as tropas do general Isidoro para o Paraná, emprestando a sua colaboração ao levante do Rio Grande do Sul — mostrava-se um desastrado no dia-a-dia, um homem com dificuldades para relacionar-se com os companheiros e subordinados. Embora soubesse redigir bem, os soldados, em geral, não conseguiam entender os seus bilhetes, com as instruções que expedia**. Ainda que muito

*. Trata-se do capitão do Exército Djalma Soares Dutra, que se havia levantado em São Paulo.

** Os comandantes da Coluna se comunicavam entre si e com os seus subordinados através de pequenos bilhetes escritos à mão, onde eram feitos, inclusive, croquis dos mapas das regiões percorridas ou a percorrer. (Ver adiante as fotos de alguns bilhetes.)

Lagoa de São Paulo
 João Alberto

Recebi hoje mais um bilhete
 de B. e tu fizeste um
 convite, em nome do T. de Almeida
 para ir ao teatro a noite
 que te pedi tu não foste
 porque estás em viagem
 e não podes ir ao teatro
 de S. Francisco.

Não sabes como se
 dá aqui de que houve um
 movimento de S. Francisco
 para ir ao teatro a noite
 de S. Francisco.

Os outros bilhetes
 não são mais assim,
 manda o bilhete de S. Francisco
 na direção de S. Francisco
 e aguarda os bilhetes
 maiores e outras considerações
 da "travessia", a sua
 felicidade ou não.

Como não podemos estar
 todos a ir ao teatro
 por o momento de S. Francisco
 com as cabeleiras de
 "Corimbanta"

Licença para ir ao
 teatro de S. Francisco para S.
 Francisco.

Alberto
 Prestes

14

Prestes.

Estou completamente em terra.
 A noite aqui ainda não chegou nenhuma de
 pessoas. O que me dá de pensar que
 tanto em minha faz completamente
 seguir a mão de 2000 homens de Piffle
 de um marão.

Estou em terra e já não posso
 mais. Tanto quanto que se quiser
 do.

Estou aqui, com a minha, até encontrar
 a cabana ou pobres.

Está aqui em algumas, de um
 fício no caso de delgado. Estou com
 plamente as mãos sobre as distâncias.
 Pelo que se guarda em terra, não dá
 ainda.

João Alberto

Foto de bilhete de João Alberto a Prestes.

valente, montava mal e, mais de uma vez, chegou a cair do cavalo; no cerco de Teresina (Piauí), acabaria preso por ter-se atrapalhado com a montaria. Enquanto Prestes, Siquira Campos e João Alberto eram muito queridos pela tropa, Juarez mantinha-se distante e alheio ao cotidiano dos soldados¹⁵.

Belhain 3 km
 Preste

O filho do p. da policia me deu
 um tralho de
 Getonim avistado a seu numero de reg
 40 km.

Fugiram sem parte punitiva mas
 com aguentaram, ou F.N.

O lly pntum me pnto total de de
 pelo pnto de auto e outro estovado.

Mandei avancar at' minha lya
 e ainda tralho de tralho.

Abi me um croquis dos av
 dous. Foi quando ordenei
 P. L.

Foto de bilhete de Siquira Campos a Prestes.

Com a reorganização da Coluna, promovida por iniciativa de Prestes, o general Miguel Costa continuava a ser o comandante da 1ª Divisão Revolucionária, por todos acatado e respeitado, inclusive pelo próprio coronel Prestes, a quem na prática já pertencia o comando das forças rebeldes. A absorção dos rebeldes paulistas pela Coluna Prestes, que se iniciara nas vésperas da travessia do Rio Paraná, ficava concluída em Mato Grosso, um pouco antes de os revolucionários chegarem à fronteira de Goiás, com a nomeação de Prestes para a chefia do Estado-Maior da 1ª Divisão Revolucionária. Lourenço Moreira Lima escreveria a respeito:

“Dando nova organização às nossas forças e criando o E. M., do qual ele era chefe, ... (Prestes)... enfeixou nas suas mãos a direção da guerra, controlando por completo o comando em chefe.

“A sua ascendência sobre a tropa crescia dia a dia, até tornar-se absoluta. (...)

“Os comandantes dos destacamentos, inclusive o chefe e subchefe do E. M., reuniam-se sob a presidência de Miguel Costa, a fim de serem resolvidas as questões graves. A opinião de Prestes era sempre predominante nesses conselhos. Ninguém o igualava em inteligência e capacidade militar. Todos lhe reconheciam a superioridade intelectual e gravitavam em torno da sua pessoa como satélites girando ao redor de um grande sol.”¹⁶

Faziam parte do novo Estado-Maior, comandado por Prestes e tendo Juarez Távora como subchefe, os majores Paulo Kruger da Cunha Cruz e Mário Geri, os capitães Alberto Costa e Ítalo Landucci, os tenentes Sady Valle Machado, Nicácio Costa e Morgado¹⁷. Lourenço Moreira Lima era o secretário da Coluna, encarregado de escrever o diário da Marcha — homem de grande coragem e abnegação, antibernardista convicto, que iria até a Bolívia junto com a Coluna, embora não fosse militar e sofresse de uma hérnia, que lhe causou grande sofrimento durante a maior parte da campanha revolucionária (ver fotos adiante).

Era criado ainda um pelotão de disciplina, comandado pelo tenente Hermínio Fernandes Amado, que dispunha da 1ª seção de Metralhadoras Pesadas, subordinado diretamente ao Estado-Maior. O tenente Hermínio, ex-soldado da Força Pública de São Paulo, onde se levantou em julho de 1924, era brabo e corajoso, tendo “conquistado todas as suas divisas e galões, desde anspeçada, por atos de bravura”¹⁸. Nascido na Bahia, ficaria conhecido como o “hércules baiano”, por ter participado do ataque ao 3º Batalhão da Polícia Paulista, que fora enviado para combater os rebeldes em Uauá (Bahia)¹⁹. No pelotão de disciplina eram recebidos os soldados que haviam cometido faltas de alguma gravidade e sua punição consistia basicamente na reeducação através



Tte. Col. Djalma Soares Dutra, comandante do
1. Destacamento.

Capitão Djalma Soares
Dutra, comandante do 4.^o
destacamento da Coluna
Prestes.



Bacharel Lourenço Moreira
Lima, secretário da Coluna
Prestes.



O major Paulo Kruger da Cunha Cruz e o capitão Ítalo Landucci, comandante da Coluna Prestes.

Tenente Herminio Fernandes Amado, comandante do pelotão de disciplina da Coluna Prestes.



do trabalho redobrado. As tarefas mais difíceis e penosas cabiam ao pelotão do tenente Herminio, cujo rigor se tornaria proverbial²⁰. Dessa forma, contribuía-se para elevar o nível de disciplina dos combatentes da Coluna.

Havia ainda a 2ª seção de Metralhadoras Pesadas, comandada pelo tenente João Souza, e o corpo de saúde, dirigido, no início, pelo tenente médico Dr. José Athayde da Silva e, com a sua partida em cumprimento de missão do Estado-Maior, pelo tenente-veterinário Aristides Corrêa Leal. Com a reestruturação das brigadas, foram formados os quatro destacamentos, que seriam mantidos até o final da marcha, compostos por gaúchos e paulistas. O comando dos destacamentos era o seguinte:

1º destacamento: comandante tenente-coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, tendo como fiscal (denominação atribuída ao subchefe) o major Virgílio Ribeiro dos Santos;

2º destacamento: comandante tenente-coronel João Alberto Lins de Barros, tendo como fiscal o major Manuel Alves Lira;

3º destacamento: comandante tenente-coronel Antônio de Siqueira Campos, tendo como fiscal o capitão André Trifino Correia;

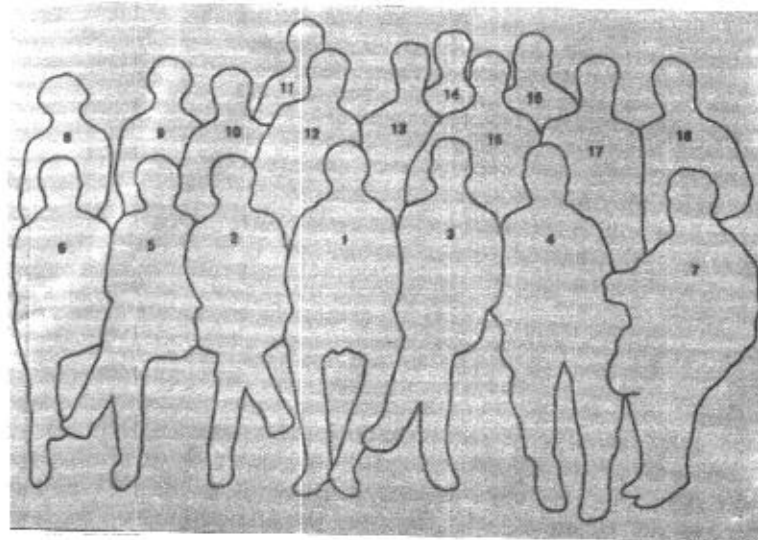
4º destacamento: comandante major Djalma Soares Dutra, tendo como fiscal o capitão Ary Salgado Freire²¹ (ver foto adiante).

Cada destacamento possuía, em média, 300 a 400 combatentes²², que se estruturavam em esquadrões, cujos chefes recebiam instruções dos comandantes dos destacamentos. Além disso, cada destacamento dispunha de duas metralhadoras pesadas e fuzis metralhadoras²³.

Fazendo um balanço da reestruturação da Coluna, feita em Jaraguari, Prestes ressalta:

“Organizamos os quatro destacamentos, e isso foi muito útil. E nós, na Marcha, alternávamos os destacamentos. O destacamento que fazia a vanguarda, depois de três dias de marcha, passava para a retaguarda e, assim, o outro destacamento começava na vanguarda e passava. Porque o que estava na vanguarda, em geral, tinha maior facilidade para pegar cavalos, pois encontrava o terreno livre e encontrava cavalos. Porque a principal arma nossa era o cavalo, era ter cavalo. E aí, nessa região, havia bastantes cavalos.”²⁴

Com a reorganização da Coluna, os paulistas acabariam por adaptar-se ao sistema dos gaúchos, à maneira de funcionamento e de organização da Coluna Prestes, formada ainda no Rio Grande do Sul, em cujas fileiras vigorava uma disciplina rigorosa, aliada a uma ampla iniciativa dos soldados. Em pouco tempo, as diferenças entre paulistas e gaúchos praticamente desapareceriam. O estilo da Coluna gaúcha viria a impor-se aos paulistas, que, assim, aderiam à guerra de guerrilhas idealizada por Prestes.



O comando da Coluna Prestes, em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925. 1) Miguel Costa, 2) Luiz Carlos Prestes, 3) Juarez Távora, 4) João Alberto Lins de Barros, 5) Antônio de Siqueira Campos, 6) Djalma Soares Dutra, 7) Osvaldo Cordeiro de Farias, 8) José Pinheiro Machado, 9) Atanagildo França, 10) Emygdio da Costa Miranda, 11) João Pedro Gonçalves, 12) Paulo Kruger da Cunha Cruz, 13) Ary Salgado Freire, 14) Nélson Machado de Souza, 15) Manuel Alves Lira, 16) Sady Valle Machado, 17) André Trifino Correia, 18) Ítalo Landucci.

Ítalo Landucci, que participou do comando da Coluna, soube transmitir com felicidade o quadro da Coluna em movimento:

"Cabia à vanguarda o reconhecimento do terreno e o levantamento topográfico da frente e dos flancos, sendo as suas informações pontos básicos para a direção da marcha. Os "croquis" que remetia para o Q.G. continham todas as localidades, estradas e rios, com as respectivas distâncias em léguas, compreendidas numa faixa profunda e larga, considerada zona de temporária influência, através da qual a Coluna transitava em perfeita segurança.

"Tais elementos informativos eram obtidos dos moradores do lugar, interrogados hábil e pacientemente.

"Abrir caminho era missão da responsabilidade de um destacamento. O grosso ficava a duas ou três léguas da vanguarda e à mesma distância da retaguarda, ocupando a Coluna, de uma extremidade a outra, cerca de quarenta quilômetros.

"O serviço de vanguarda durava 24 horas e era rendido pela manhã. O destacamento terminava-o permanecendo acampado até a passagem da retaguarda, cujo controle assumia; descansava assim um dia inteiro antes de entrar no novo serviço e se havia inimigo no nosso rasto, azar dele que devia combater por mais 24 horas. Esse revezamento proporcionava a cada unidade três dias de folga, em períodos normais.

"Uma corrente contínua de ligações assegurava contato permanente do Q.G. com todas as unidades em movimento, enquanto que os flancos iam sendo explorados pelos piquetes de potreadores."²⁵

Dependendo das condições concretas enfrentadas a cada momento, os rebeldes marchavam com maior ou menor rapidez. Conforme registra Moreira Lima, as maiores marchas atingiram 13 a 15 léguas; houve ocasiões em que não se andou mais de uma légua por dia. Acontecia também de surgirem "falhas", quando a Coluna, por qualquer motivo, demorava em algum lugar, ou, ao contrário, ocorria de os rebeldes marcharem até oito dias seguidos sem descanso. Em geral, as grandes etapas de marchas variavam de 7 a 15 léguas, sendo de 5 léguas a média para cada etapa²⁶.

A forma de organização adotada pelo comando da Coluna e a maneira como era assegurado o seu funcionamento permitiam que os soldados se sentissem inteiramente engajados na luta e, com isso, revelassem uma dedicação sem limites à revolução e aos seus chefes, o que se expressava na sua extraordinária bravura, inúmeras vezes registrada pelo cronista da Coluna. Indiscutivelmente, a *bravura* foi a característica principal do combatente da Coluna Prestes, o que, em grande medida, se explica pelo surgimento de um novo moral em suas fileiras — o orgulho de pertencer à Coluna Invicta e estar dando a sua contribuição para a revolução e a libertação do Brasil da tirania de Artur Bernardes²⁷.

Prestes relembra sempre um episódio revelador da dedicação dos soldados da Coluna aos seus chefes e à causa por que lutavam:

“Isso foi em Mato Grosso, (...) A Coluna estava muito concentrada(...), de maneira que era um perigo uma surpresa. (...) Eu mandei botar guarda e sentinela dupla na direção em que vinha o inimigo. Já tínhamos tido um contato com o inimigo. E eu mesmo estive lá vendo os sentinelas e chamci a atenção deles: — Olha, cuidado! Porque esses cangaceiros, esses mercenários dos fazendeiros têm uma habilidade fantástica de rastejar. Você não ouve uma palha! Eles rastejam e vocês podem ser pegos de surpresa!

“E ali pela uma hora da manhã, eu ouvi um tiro. Eu estava na minha barraca, mas um tiro é o suficiente para o indivíduo saltar da cama, não é? Para ver o que era, o que havia. Foi só um tiro. Esperei, então, que o comandante da guarda, que estava a alguma distância, me mandasse uma informação, o que é que tinha havido. Depois chegou a informação: os soldados estavam de sentinela — dois soldados —, e um deles estava sentado, com a arma apoiada no chão, o fuzil, e o outro estava em pé. Quando o que estava sentado percebeu, o outro tinha sido “abraçado” pelas costas. Então, esse, que estava sentado, quando viu que era o inimigo, sem poder se defender, sem nada, pelo menos deu um tiro para avisar. Quer dizer, na posição em que estava, deu um tiro para cima. E foi morto por uma punhalada. O outro foi levado preso.

“De maneira que nós nos preparamos, previmos que haveria combate no dia seguinte, de manhã eles iriam atacar. Quer dizer, foi muito importante esse sinal. (...) No dia seguinte houve combate e esse prisioneiro fugiu e nos contou o que tinha havido. (...) Atos, assim, de abnegação, de o indivíduo morrer, mas cumprir o seu dever. Essa fidelidade dos soldados da Coluna. A única coisa que havia — porque eles não tinham nada na cabeça e nós não tínhamos um programa — era tirar o Bernardes, só, e a fidelidade aos chefes e o orgulho de pertencer à Coluna. Isso eu senti já quando entramos em Mato Grosso; havia alguns que diziam: — Ah! Vou dar de beber ao meu cavalo lá no Amazonas! — O espírito de aventura, não é? Esse sentido de ser uma aventura...”²⁸

As mulheres, ainda que pouco numerosas, também compartilhavam desse espírito de aventura, desse entusiasmo por uma causa que, provavelmente, não saberiam definir qual era. Além disso, uma vez na Marcha, embrenhados pelos sertões, era difícil e perigoso desistir dessa aventura, pois o inimigo vinha atrás, cometendo as maiores barbaridades. Um dos ex-combatentes da Coluna diria, com um certo exagero, que a unidade das fileiras rebeldes foi mantida graças ao “espírito de conservação” — pois, uma vez na Marcha pelo interior do País, não havia alternativa, a não ser prosseguir em frente.²⁹

Ainda em Mato Grosso, um pouco antes de entrar no Estado de Goiás, Santa Rosa, "vivandeira" do destacamento Cordeiro de Farias e que, segundo Moreira Lima, "servia de polícia secreta do comandante contra as outras mulheres", teve um menino, o primeiro a nascer durante a Marcha. Mas o inimigo vinha atrás, em perseguição aos rebeldes. Santa Rosa parou em pleno campo, teve o filho e 20 minutos depois montou a cavalo, marchando com a tropa³⁰. Certamente, nesse comportamento havia muito de heroísmo e abnegação, mas também estava presente o instinto de conservação, uma vez que continuar marchando era a única salvação para essa mulher.

Uma vez reorganizada a Coluna, tornara-se mais fácil avançar com rapidez em direção a Goiás e dali para o Norte e Nordeste, na esperança de vir a receber armas, adesões ou algum outro tipo de reforço para a revolução.

O combate de Zeca Lopes e a marcha através de Goiás e Minas Gerais

Após o combate nas cabeceiras do Rio Apa, a tropa sob o comando do major Klinger — o chamado "Destacamento Sul de Mato Grosso"³¹ — se recolhera à cidade de Campo Grande, onde fora dissolvida (ver mapa adiante). Logo a seguir, Bertoldo Klinger voltaria, contudo, a receber uma nova missão do comandante da circunscrição militar de Mato Grosso, o general Alfredo Malan d'Angrogne. Tratava-se de formar o "Destacamento do Centro", com forças policiais dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tendo em vista dar prosseguimento à perseguição movida aos rebeldes, que, naquele momento, já haviam atravessado a estrada de ferro "Noroeste do Brasil", ameaçando Goiás³².

Cabe destacar que, além de minuciosos, os relatórios apresentados pelo major Bertoldo Klinger a seus superiores — transcritos nos livros que o oficial veio depois a publicar³³ — são valiosos pelo fato de refletirem com grande fidelidade os acontecimentos ocorridos naquele momento, durante a campanha que o militar moveu contra os rebeldes nos Estados de Mato Grosso e Goiás. Aliás, essa fidelidade seria reconhecida pelo próprio Prestes, em seus depoimentos recentes³⁴.

Klinger, que se destacara entre os "jovens turcos" pela indiscutível competência³⁵, estava inicialmente empenhado em perseguir os rebeldes e obrigá-los a depor as armas, o que se deprende claramente da leitura das duas cartas que a eles dirigiu; a primeira ainda em Mato Grosso, e a segunda já em Goiás³⁶. Esse chefe legalista

compreendera de imediato que os seus adversários estavam em flagrante desvantagem militar em relação às tropas do governo, mas contavam, por outro lado, com um grande trunfo — a extrema mobilidade com que se deslocavam, embrenhando-se por picadas inacessíveis aos caminhões em que eram transportadas as forças legais. Por isso, para Klinger, era necessário obrigar o inimigo a capitular logo, oferecendo-lhe, em troca, alguma vantagem, mesmo que ela fosse ofensiva à sua honra militar, como fez nas duas cartas que encaminhou ao comando da Coluna Prestes. Com semelhante intuito, esse oficial perseguiu os rebeldes com grande persistência.

As dificuldades eram, contudo, enormes, uma vez que ele dispunha apenas de forças de infantaria e artilharia, cuja locomoção só era viável por rodovias. Assim, tanto a manutenção dos caminhões do Exército como o seu abastecimento com gasolina se tornaram logo problemas de difícil solução em regiões tão distantes dos grandes centros e inteiramente despreparadas para semelhante tipo de guerra³⁷. É o próprio Klinger quem relata como, ao chegar à estação de Ribeirão Claro, na “Noroeste do Brasil”, procedente de Campo Grande, viu-se na impossibilidade de transportar os efetivos de cerca de dois mil homens que lhe haviam sido postos à disposição pelo governo:

“Os meios de transporte mal bastavam para um décimo de tal efetivo! De sorte que tive que fazer toda a campanha com cerca de 150 homens do Batalhão Mineiro, o qual, só ele contava com cerca de mil homens: quatro companhias de infantaria, a 200 homens, uma companhia de metralhadoras pesadas (de seis Hotkiss e um Maxim) e um pelotão de cavalaria. Os dois batalhões gaúchos cedo os dispensei, por excessivos e por falta de meios de transporte.”³⁸

Durante toda a perseguição que moveu aos rebeldes, o major Klinger enviava relatórios aos seus superiores, em que reclamava da falta de gasolina e de condições topográficas que lhe permitissem deslocar seus caminhões, chegando à conclusão de que o governo deveria mudar sua estratégia, buscando um entendimento *político* com o inimigo, enquanto ainda era possível, enquanto ele ainda estivesse ao alcance das forças legalistas, próximo às rodovias por onde podiam movimentar-se. Eis o que pensava o major Klinger:

“Dois fatos caracterizavam aquela invasão dos revolucionários: 1º) eles não dispunham de efetivo para atacar as forças legalistas, desde que defrontassem a estas em número de algumas centenas de homens, bem armados e bem comandados; 2º) a legalidade não dispunha de tais pontos fortes, numa rede capaz de impedir o prosseguimento dos invasores. Estes se limitavam a fingir, fazer escara-

muças contra elementos legalistas superiores que topassem em seu itinerário, enquanto escoavam o seu grosso pelas regiões sem resistência — às quais sempre teriam à escolha no imenso oceano de nossa hinterlândia.”³⁹

A partir de tal raciocínio, o referido oficial concluía:

“Para deter a invasão, dada a impotência da força, desprovida de meios de transporte rápido, só mesmo o caminho das negociações podia prometer solução. E como, presumivelmente, os revolucionários quanto mais se internassem menos se sentiriam dispostos a negociar a pacificação, era urgente abordá-los com esta idéia.”⁴⁰

Fica claro, portanto, que, ao mesmo tempo em que se empenhava na perseguição incansável aos rebeldes e no esforço para obrigá-los à rendição, Bertoldo Klinger tentava convencer o governo da necessidade de chegar a uma saída política, que deveria ser negociada com o comando da Coluna.

No percurso de Jaraguari à região de Mineiros (Goiás), os rebeldes seriam forçados a travar vários combates com as tropas motorizadas de Klinger, tendo sempre conseguido livrar-se com êxito da perseguição que lhes era movida por esse oficial (ver mapa abaixo). Continuava a guerra de emboscadas, para a qual



Esquema da campanha movida contra a Coluna Prestes pelo Destacamento do Centro sob o comando do major Klinger.

Fonte: KLINGER, Bertoldo. *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil*; na primeira metade do século.

as tropas legalistas não estavam preparadas⁴¹. Fracassavam os intentos governistas de não permitir o ingresso da Coluna Prestes em Goiás.

Prestes descreve o que foi o início da marcha da Coluna em Goiás:

“Aquele região do Sul de Goiás é muito acessível ao automóvel; todas as estradas são carroçáveis, os automóveis e os caminhões do Klinger podiam passar. De maneira que ele começou a nos fustigar à retaguarda. Quer dizer, quase que diariamente, tínhamos contatos à retaguarda com o Klinger, mesmo quando já entramos no Sul de Goiás. Nessa região há uma estrada que vem de Uberlândia e atravessa o estado de leste a oeste, indo sair em Santa Rita do Araguaia. São quatro cidades principais... (nessa estrada)... Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia. Antes de chegarmos a essa estrada, nós já éramos molestados, sendo que ainda éramos muito mais oficiais de carreira do que propriamente guerrilheiros. E aí recebemos a primeira lição de guerrilha. Para mim, pessoalmente, foi nesse local, numa fazenda, que se chamava ‘Zeca Lopes’, que era o nome do dono da fazenda.”⁴²

Efetivamente, ao acampar na Invernada Zeca Lopes, em 29/6/1925, o comando da Coluna recebia a segunda carta que o major Klinger lhe dirigira, intimando os rebeldes à rendição e lhes oferecendo garantias de vida, o que seria considerado por eles um insulto. Logo depois, o adversário atacava a retaguarda, que estava sendo feita pelo destacamento Dutra⁴³.

Prestes recorda que, como da primeira vez, quando Klinger lhes enviara um emissário, ainda em Dourados, também em Zeca Lopes os rebeldes prenderam o sargento que levava a carta do major e queimaram o seu automóvel, pois não pretendiam utilizá-lo. E, indignados, resolveram tentar bater o inimigo⁴⁴. Eis o relato do próprio Prestes sobre aqueles acontecimentos:

“O Klinger tinha uma potência de fogo muito superior à nossa. Tínhamos apenas duas metralhadoras pesadas, com muito pouca munição. Mas nós resolvemos bater aí... (o Klinger)... Encontramos uma região, perto da fazenda... (Zeca Lopes)... um pouco ao sul da fazenda, onde não havia água, absolutamente, entre morros, de um lado e de outro. Então, aí, resolvemos parar e conter a marcha dos caminhões do Klinger. E fizemos isso. Barramos... O Klinger foi realmente obrigado a parar e, nessa noite, nessa madrugada, o Siqueira Campos foi atacar o acampamento dele pela retaguarda. E se travou um combate sério. Mas a potência de fogo do Klinger... em cada caminhão, ele tinha duas, três metralhadoras pesadas. De maneira que o desastre foi total. Perdemos aí uns 30 homens, que morreram. Um deles, o capitão Modesto.”⁴⁵

O combate de Zeca Lopes ocorreu em 30/6 e entrou para a História da Coluna Prestes como um dos mais sangrentos de toda a Marcha. Lourenço Moreira Lima registrava em seu diário:

“À grande superioridade de fogo do inimigo, opúnhamos o ardor e o entusiasmo dos nossos combatentes, que não se pouparam nesse encontro. (...)”

“Dentre os inúmeros atos de bravura praticados nesse combate, salienta-se aquele em que perdeu a vida o 1º tenente Modesto Lafaiete Cruz, valente gaúcho que se incorporara à Revolução em São Paulo e fizera toda a campanha do Paraná.

“Em dado momento, Modesto resolveu tomar de assalto os caminhos do inimigo que, armados de metralhadoras, nos faziam grande mal.

“Reunindo os seus homens, Modesto avançou contra o adversário num arranco admirável de heroísmo, afrontando impávido o fogo terrível que lhe era dirigido e caindo morto gloriosamente à frente dos seus comandados.

“O pelotão, porém, não parou.

“Continuou a avançar, conseguindo apoderar-se de dois carros que procurou levar para nossas linhas.

“Os outros caminhões concentraram então o fogo das suas metralhadoras contra aqueles, varrendo-os ferozmente, ferindo e matando quantos se haviam apoderado deles e obrigando os restantes a bater em retirada.”⁴⁶

Nesse mesmo dia, o comando da Coluna resolvía retirar, para evitar maiores perdas, levando em conta também que Klinger poderia receber reforços pelas estradas que passavam na região. Antes de partir, os rebeldes deixavam, na fazenda Zeca Lopes, uma carta do general Miguel Costa em resposta à enviada por Klinger. Nela eram repelidas, com energia, as propostas injuriosas do major legalista⁴⁷.

Prestes recorda os difíceis momentos vividos pela Coluna:

“Eu estava numa situação difícilíssima, porque a região é acessível a automóvel, de maneira que o Klinger poderia receber reforço tanto do lado de Goiás, como do lado de Mato Grosso. E os sitiados passaríamos a ser nós. Em vez de sitiarmos o Klinger, nós é que passaríamos a ser sitiados. Então, resolvemos que a única solução era cortar esse contato com o Klinger e entramos em estrada carroçável, mas que automóvel não pudesse passar. (...) Entramos numa estrada visando a cidade de Rio Bonito, que fica a oeste de Anápolis. (...) O Klinger, não podendo nos acompanhar, tomou pela estrada de automóvel, essa a que eu já me referi, e dali tomou para o norte, para Anápolis. E nós estávamos a oeste.”⁴⁸

O combate de Zeca Lopes viria a ser um marco importante na História da Coluna Prestes. Se, nas cabeceiras do Rio Apa, a posi-

ção de Prestes fora vitoriosa, evitando-se um combate decisivo com o major Klinger, em Zeca Lopes, os revolucionários — indignados e revoltados com as propostas insolentes do inimigo — acabaram por empolgar-se com a idéia de obrigá-lo a capitular, partindo, então, para o ataque frontal às tropas governistas.

Ao analisar aqueles acontecimentos, Prestes foi o único dos comandantes da Coluna que chegou a externar uma posição crítica a respeito do comportamento dos rebeldes:

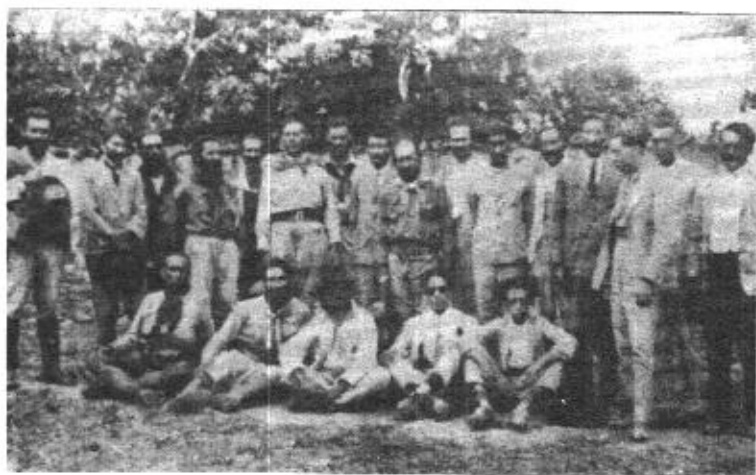
“Foi um erro, porque não adotamos uma tática justa para guerrilhas. Ai é que aprendemos que teríamos que ser prudentes e só atacar quando tivéssemos a certeza da vitória. E quando não tínhamos a certeza, então a velocidade de marcha nos garantiria a vitória.”⁴⁹

O chefe do Estado-Maior da Coluna destaca ainda que, a partir de Zeca Lopes, os revolucionários receberam uma lição prática de como se deveria conduzir a “guerra de movimento”:

“Essa foi a grande lição, que nos ensinou que só deveríamos aceitar combate quando fôssemos mais fortes que o inimigo. E não aceitar combate numa situação de inferioridade. Isso é, porque a potência de fogo do Klinger era muito maior do que a nossa. De maneira que foi um erro, que nos ensinou a obtermos êxitos mais adiante.”⁵⁰

Os ensinamentos obtidos no combate de Zeca Lopes viriam confirmar as opiniões externadas por Prestes ainda por ocasião do confronto ocorrido nas cabeceiras do Rio Apa, contribuindo de maneira decisiva para que o comando da Coluna viesse a adotar definitivamente a tática guerrilheira de evitar, a todo custo, combates decisivos, fustigando o inimigo e recuando, recorrendo a emboscadas e abandonando as forças adversárias em suas trincheiras, sem serem os rebeldes incomodados, garantindo, enfim, a própria sobrevivência e mantendo viva a chama da revolução tenentista.

A Coluna deixava o major Klinger para trás, imobilizado pela ausência de estradas que lhe permitissem passar com seus caminhões, e seguia para o Norte, em direção à cidade de Goiás, a antiga capital do Estado. Em 5/7, aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, os rebeldes entravam em Rio Bonito (hoje Caiapônia), onde a data seria comemorada com uma missa campal, oficiada pelo vigário da freguesia⁵¹ (ver fotos adiante). Nessa marcha, os rebeldes simulavam ameaçar a cidade de Goiás, provocando pânico no inimigo e nas populações locais, sem, na realidade, poder ou pretender fazê-lo, uma vez que não dispunham de força para tanto.



A Coluna Prestes em Rio Bonito (hoje Caiapônia), Goiás, 5/7/1925. Figuram de pé, da esquerda para a direita, Siqueira Campos (1º), Djalma Dutra (3º), Luiz Carlos Prestes (4º), Miguel Costa (6º) e Juarez Távora (7º); sentados, Lourenço Moreira Lima (1º) e Ítalo Landucci (2º).



Passagem do destacamento Cordeiro de Farias por Rio Bonito (hoje Caiapônia), Goiás, 5/7/1925.

Ao aproximar-se de Anápolis, o comando da Coluna seria abordado por uma delegação de comerciantes locais, que vinha lhe solicitar que os rebeldes não entrassem na cidade, onde já se encontravam as tropas do major Klinger. Como os revolucionários estavam interessados em evitar confrontos desnecessários, que lhes poderiam custar caro, não se cogitaria atacar Anápolis⁵².

Naquele momento, o que os rebeldes visavam era chegar à Bahia, pois imaginavam que, no Nordeste, haveria condições mais propícias para obter adesões e conseguir armas e munição, com o objetivo de tentar pôr em prática o plano inicial de marchar sobre o Rio de Janeiro.

Lourenço Moreira Lima conta que o comando da Coluna mandara de Goiás um emissário com uma carta dirigida ao general Isidoro, exilado no Paraguai, solicitando-lhe que tomasse providências para o envio de armas e munição aos revolucionários, “lembrando que elas deveriam ser colocadas em qualquer ponto do Nordeste ou da Bahia, confiadas aos nossos amigos, ali a fim de nos serem entregues”⁵³. Mais tarde, vir-se-ia a saber que o general Isidoro tomara as providências necessárias para atender ao pedido dos rebeldes, mas o amigo que prometera fornecer as armas na prática nada fizera⁵⁴.

Entrementes, cresciam as divergências entre o major Bertoldo Klinger e o Estado-Maior bernardista. Enquanto Klinger, desde o início da campanha militar contra a Coluna Prestes, compreendia que seria impossível destroçar os rebeldes com os meios de que dispunha — infantaria e artilharia motorizadas —, devido à ausência de estradas por onde os caminhões do Exército pudessem trafegar livremente e às dificuldades com o abastecimento de combustível, os seus superiores — e, em particular, o comandante da circunscrição militar de Goiás, o general Pantaleão Teles Ferreira — insistiam na necessidade de perseguir a Coluna. Os generais governistas não aceitavam, em hipótese alguma, as ponderações de Klinger no sentido de buscar um entendimento político com o inimigo. A documentação referente à perseguição movida aos rebeldes pelas forças militares sob o comando do major Klinger está reunida em seus livros autobiográficos e revela claramente a divergência de pontos de vista entre o oficial e o Estado-Maior governista, sendo particularmente interessante a troca de telegramas com o ministro da Guerra, o general Fernando Setembrino de Carvalho⁵⁵.

O exame desses documentos é muito proveitoso, pois fica evidente que o major Klinger foi o único oficial do Exército brasileiro que chegou a compreender, com toda a lucidez, em que consistia a “guerra de movimento” dos rebeldes, concluindo que seria

impossível derrotá-los tendo como base a adoção dos métodos da guerra convencional usados pelo governo. Entretanto, os seus superiores não lhe dariam ouvidos e, como Klinger viria a desobedecer as suas ordens, terminaria sendo preso e condenado.

Em carta dirigida ao general Teles Ferreira, datada de 10/7/1925, Bertoldo Klinger desenvolvia a sua argumentação:

"Asseguro que, no estado atual, *qualquer força de cem homens, bem armados e bem comandados, faz frente aos revolucionários*. Não há, portanto, nenhuma conveniência em constituir e centralizar destacamentos pesados; efetivos de 200 homens, com uma ou duas seções de metralhadoras, são mais que bastantes.

"São, entretanto, necessários diversos desses pequenos destacamentos, convenientemente localizados, para atender à liberdade de escolha das direções pelos revolucionários e a que ficamos adstritos aos caminhos para automóveis, pois não temos cavalaria ao pé da obra, nem podemos persegui-los a pé.

"*Penso que a luta armada está finda*. Com os reveses sofridos, o grosso dos revolucionários, já mal montado, quase desarmado, e pobre de munição, vai diluir-se aos poucos."⁵⁶

Enquanto mantinha uma intensa troca de correspondência com os generais governistas, Klinger era obrigado a cumprir as ordens superiores e deslocar-se, com seus caminhões, para Anápolis, onde recebera a missão de destruir os rebeldes. Nessa região, entre as cidades de Anápolis e Formosa, suas tropas — pertencentes às polícias mineira e gaúcha — teriam que enfrentar várias escaramuças com o inimigo. É o próprio Prestes quem relembra:

"...emboscadas na estrada que vai de Anápolis para o Norte, que ainda tem um trecho de automóvel. Neste trecho de automóvel, o Klinger fazia um patrulhamento de caminhões. Dois caminhões vinham até onde podiam. Era, mais ou menos, na direção de Formosa. (...) O Klinger fazia esse patrulhamento e nós o identificamos logo. Preparamos uma emboscada e pegamos os dois caminhões do Klinger. Quer dizer, formamos uma emboscada, pegamos os dois caminhões e os soldados fugiram. Pegamos armamentos, pegamos munição e fizemos uma fogueira dos caminhões. E entramos ali no Sudoeste do quadrilátero de Brasília. (...)

"Passando ali, a Coluna entrou naquela zona do planalto, é uma zona de agreste. Tínhamos os piquetes bem montados, havia cavalos bastantes. O Klinger recebeu ordem do comando dele — o comandante era o general Pantaleão Teles —, que estava em Uberlândia, que nos perseguisse. Mas, para nos perseguir, ele teve que botar a coluna dele a pé, tirar dos caminhões. A impressão que eu tenho é que a tropa dele começou a se sentir desmoralizada, porque os nossos piquetes fustigavam de flanco, de frente, e ele com a coluna a pé... Os soldados estavam habituados a andar só de

caminhão... (A coluna dele)... era motorizada. Todos de caminhão, eram seis ou oito caminhões.

"Nessas circunstâncias, o Klinger foi bastante inteligente para compreender que ia ser derrotado. O moral da tropa dele baixava, e nós estávamos fustigando, podíamos fazer um ataque em cima dele, emboscadas etc. Nessas condições, ele preferiu desobedecer ao general. Retirou a tropa e voltou para Anápolis, onde fez uma ordem-dia dissolvendo a coluna e recolhendo as tropas aos quartéis. Foi processado pelo general Pantaleão. (...) Foi condenado pelo tribunal, um Conselho de Guerra o condenou etc., e, mais tarde, foi absolvido. O Supremo Tribunal acabou absolvendo."⁵⁷

Nessa região, ao norte de Anápolis, a Coluna Prestes infligia, pois, mais uma derrota às tropas da "legalidade", que se mostravam despreparadas para fazer frente à "guerra de movimento" dos rebeldes, como reconhecida pelo major Klinger:

"Como os adversários fogem da luta e escapam para lugares invios, é impossível alcançá-los, dada a vastidão do terreno e falta de meios ao pé da obra. *O esmagamento é pura teoria*. A questão não tem solução pela força: Importa corajosamente resolvê-la por via política com um ato radical de ampla volta à paz."⁵⁸

Nem as ponderações de Klinger, nem os reveses do governo em seu intento de esmagar os rebeldes fariam, entretanto, com que os generais da "legalidade" mudassem de tática. Predominariam o conservadorismo e o dogmatismo de uma oficialidade que, assessorada pela Missão Militar Francesa, se mostrava totalmente incompetente e perplexa diante das manobras desenvolvidas pela Coluna Prestes. A respeito do comportamento do comando legalista frente à Coluna e da posição assumida por Bertoldo Klinger, é importante o depoimento de Juarez Távora:

"Nenhuma perseguição séria foi desenvolvida, pelas forças do governo, contra a Divisão Revolucionária.

"Na realidade, enquanto esta se deslocava, no rumo geral do nordeste — ao invés de lhe saírem ao encontro, procurando forçá-la a combater — preferiam imobilizar-se, comodamente, nas cidades, contentando-se com a defesa direta destes núcleos populosos. Esta falta de iniciativa, ou de ardor combativo, dos chefes governistas proporcionou, sempre, a máxima liberdade de ação ao comando revolucionário. Este pôde, constantemente, saber onde estava localizado o inimigo, resolvendo, com alguma antecedência, se deveria acometê-lo, ou evitá-lo. (...)

"Todavia, em meio dessa tibieza e incompetência generalizadas, que caracterizavam o esforço dos comandos governistas, para esmagar os revolucionários — houve um curto período de ação contínua e bem orientada. Foi o lapso de tempo que decorreu, entre a última quinzena de junho e fins de julho de 1925. Nesse pequeno interregno,

de pouco mais de um mês, a Divisão sofreu uma perseguição tenaz — balizada pelos recontros de Paraíso, Baús, Rio-Verdinho, Zeca-Lopes e Anápolis — que a forçou, algumas vezes, a defender-se com sacrifícios, para desviar os repetidos golpes, que lhe eram desfechados.

“Foi alma desses embates o major Bertoldo Klinger (...) Não mais encontraram os chefes revolucionários, em sua longa peregrinação, pelo centro do país, oportunidade de medir-se com um antagonista disposto a combatê-los, com pertinácia e com valentia.”⁵⁹

Da mesma forma, Prestes viria a destacar a competência de Klinger, comparando-a com a orientação tática do comando governista:

“... (Klinger)... foi o único militar que compreendeu que nós não tínhamos fábrica de munições. Justiça se faça a ele, porque os outros todos exageraram a nossa força. (...) Ele era competente. Foi o único que compreendeu que o fundamental era combater e não — para seguir a Missão Francesa — fazer trincheira para resistir, que era o que eles faziam, a maioria fazia.(...) A orientação tática era essa. Todos aqueles oficiais fizeram a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, com a Missão Francesa, introduziram essa tática.

“Um grupinho, um pelotão nosso ... um grupo de seis-sete homens fazia parar um regimento, porque tiroteava um flanco, tiroteava outro... e eles já pensavam que era a vanguarda da Coluna. Então, era entrincheirar, explorar o terreno e, depois, é claro, tanto perdiam tempo, que acampavam naquele lugar. E, enquanto isso, a Coluna estava passando no nariz deles. E eles não podiam fazer nada, porque era a tática defensiva que adotavam.”⁶⁰

A pressão exercida por Bertoldo Klinger junto às altas esferas governistas não deixaria, contudo, de render seus dividendos. Assim, o general Pantalcão Teles Ferreira — ao mesmo tempo que exigia daquele militar que barrasse a passagem dos rebeldes com a força motorizada de que dispunha — tentaria adotar medidas no sentido de organizar um destacamento de tropas montadas, “forte de cerca de 600 a 700 homens (de preferência de tropa sulriograndense) comandado por um chefe enérgico possuidor de grande espírito de sacrifício”, com o objetivo de dar combate efetivo à Coluna em sua marcha por Goiás. O general Teles chegaria, inclusive, a elaborar uma proposta orçamentária para as despesas com o “Destacamento Montado de Goiás”⁶¹.

Atendendo à solicitação do general, o governo organizou, sob o comando do tenente-coronel Emilio Lúcio Esteves, que havia combatido a Coluna no Rio Grande do Sul, o chamado “Destacamento Volante de Goiás”, formado por cavaleiros, para perseguir os rebeldes no Estado. Não se tem notícias, contudo, de que

esse destacamento tenha efetivamente dado combate à Coluna Prestes em sua travessia por Goiás. Segundo consta do relatório apresentado pelo próprio Lúcio Esteves ao seu superior hierárquico, o coronel Claudino Nunes Pereira, comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o ingresso dos rebeldes no Maranhão, aquele oficial considerou impraticável continuar a persegui-los, propondo o encerramento das atividades do seu destacamento, o que foi aceito pelo ministro da Guerra⁶².

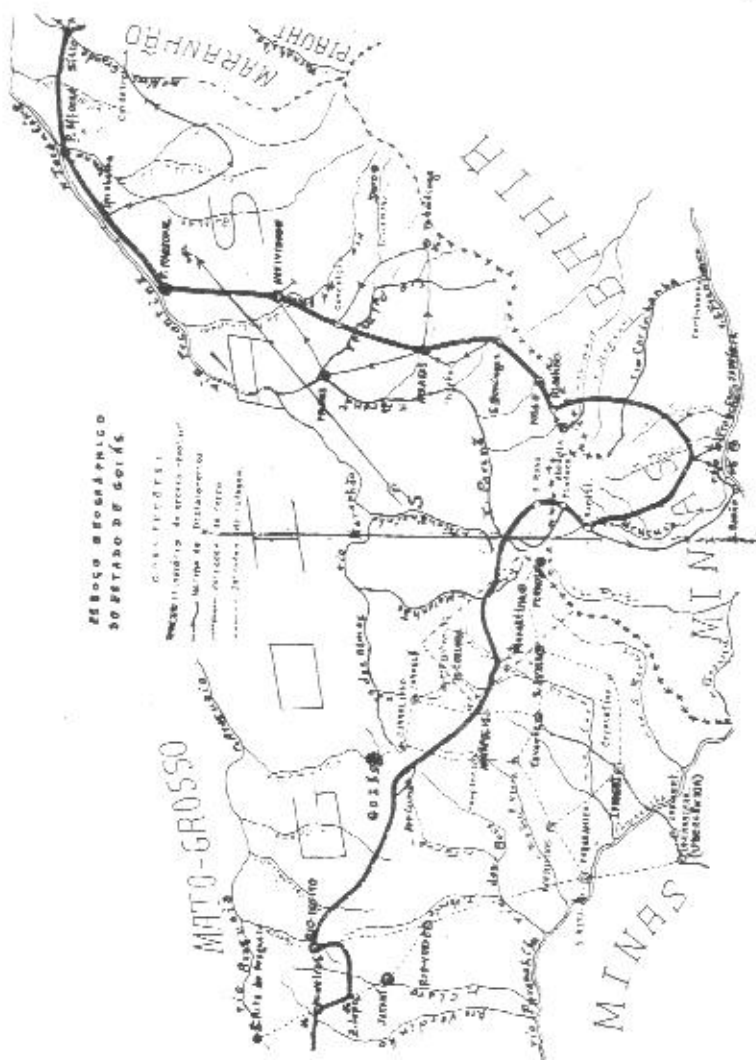
Na verdade, após a retirada de Klinger da campanha militar contra os rebeldes, eles conseguiriam marchar com relativa tranquilidade rumo ao Norte-Nordeste, o que seria registrado em carta por eles enviada da vila goiana de Posse ao deputado João Batista Lusardo:

“Apesar das asperezas da campanha, força é confessar que ela se tem abrandado nos últimos tempos, graças à completa liberdade de ação que nos permitem as forças governistas. Estas, constituídas por pequenos destacamentos de várias polícias estaduais — sem coesão que as unifique num plano único — ou se imobilizam em torno das grandes cidades ou se dispersam em movimentos incertos, rumando para pontos que a mentalidade governista erige — por palpites — em objetivos certos dos revolucionários. O certo, porém, é que a eficiência dos nossos adversários se torna cada vez menos sensível. Dir-se-ia que suas forças adivinham sempre onde não estamos e para aí marcham...”⁶³

A Coluna desviara-se para Leste, tendo atravessado o vão profundo do Paranã e seguido pela margem do Urucuia, já em Minas Gerais, visando chegar ao São Francisco e, quem sabe, atravessá-lo, na tentativa de ameaçar Belo Horizonte e, se houvesse condições, marchar sobre o Rio de Janeiro (ver o mapa na página seguinte). Logo ficaria evidente, entretanto, que esse objetivo não era viável, pois havia polícia baiana navegando por aquele trecho do São Francisco e os rebeldes não dispunham de armamento suficiente para enfrentá-la⁶⁴. Lourenço Moreira Lima assinala que Prestes se mostrava muito prudente nessa investida, “receando colocar-se entre o São Francisco e o mar”, o que é confirmado pelo último⁶⁵.

Diante disso, a Coluna recuava e, após atravessar o Rio Carinhanha e marchar por uma pequena faixa do território baiano, voltava a penetrar em Goiás, dirigindo-se para o Norte, na esperança de, chegando ao Nordeste, encontrar algum tipo de apoio — particularmente armas e munição. Ao mesmo tempo, aguardava novos levantes tenentistas nas capitais.

Como registra Moreira Lima e confirma Prestes, a travessia do Norte de Goiás, margeando o Rio Tocantins, seria bastante



A travessia de Goiás pela Coluna Prestes.

Fonte: TÁVORA, Juares. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, v. 3.

tranquila, pois o inimigo desistira de perseguir os rebeldes, vindo a ocorrer apenas algumas rápidas escaramuças com a polícia goiana. A Coluna marchava, agora, lentamente, a uma velocidade de três-quatro léguas por dia, porque não havia adversário no seu encalço e o comando rebelde queria dar um descanso à tropa, para que ela se refizesse dos embates anteriores. Ao passar pela vila de

Arraias, os rebeldes foram recebidos festivamente pela população local, que "ao-som de músicas e foguetes ovacionou as tropas revolucionárias ao entrarem na cidade". O pároco da Freguesia celebrou uma missa campal e discursos entusiásticos foram pronunciados⁶⁶.

Nessa região, que a Coluna atravessava com mais vagar, já corriam soltas as lendas mais incríveis e fantásticas a respeito dos rebeldes. Assim, em Chuva de Manga, dois pretos velhos ficaram escandalizados quando Cordeiro de Farias lhes perguntou por canoas, pois haviam ouvido falar que os revolucionários atravessavam os rios sem embarcações: tinham um "aparelho de mangaba" que estendiam sobre as águas, passando por "ribas deles", assim como uma "rede" de apanhar homens e cavalos, à qual ninguém escapava. Dizia-se ainda que os rebeldes só comiam as partes dianteiras do gado para andar depressa; era a explicação que os matutos encontravam para o fato de os gaúchos desprezarem os quartos das reses, que não se prestam para churrasco⁶⁷.

O cronista da Coluna relata também que o nome de Prestes já se tornara conhecido dos matutos, que em torno dele iam criando suas lendas. Diziam que Prestes "adivinava" e, por isso, os rebeldes não poderiam ser batidos⁶⁸.

Porto Nacional foi a cidade mais importante, no Norte de Goiás, por onde a Coluna passou, lá tendo chegado a 16/10/1925. Alguns dias antes, de uma outra cidade goiana, chamada Natividade, o comando rebelde enviara uma carta às autoridades de Porto Nacional, solicitando-lhes a sua publicação. Os habitantes da cidade eram aconselhados, na mensagem, a não abandonarem as suas casas, nem temerem os soldados da Coluna. O documento — hoje praticamente desconhecido — é um testemunho das intenções pacíficas dos rebeldes em relação às populações locais. Através dessa carta, o comando revolucionário procurava combater a propaganda governista, que espalhava mentiras e calúnias a respeito da Coluna, com o intuito de induzir as populações do interior a se esconderem, fugindo das vilas e cidades⁶⁹.

Dizia-se, na carta do comando da Coluna, endereçada a Frei José Audrin, Superior do Convento Dominicano em Porto Nacional:

"...O lar é a melhor garantia para as pessoas e a propriedade. O chefe de família, em sua casa, é um defensor valiosíssimo. É portanto indispensável que ele nos ajude a evitar algum abuso que contra a sua propriedade algum mau soldado tente cometer.

"Fazei, Sr., a caridade de aconselhar ao povo não abandonar seus lares ou esconder fora deles objetos da sua propriedade."⁷⁰

O apelo dos rebeldes surtiria efeito junto à população e às autoridades de Porto Nacional, que os receberam com grande hospitalidade; o comando da Coluna hospedou-se no próprio convento dominicano. Prestes relata a sua estada, à frente da Coluna, na cidade:

“Em Porto Nacional, havia um convento de frades dominicanos, sendo que, nessa época, lá só havia dois frades; e um colégio de freiras para meninas. Ficamos uma semana aí, em Porto Nacional. Não havia inimigo, de maneira que pudemos descansar. Como íamos ficar muito tempo, mandei destruir toda a cachaça que houvesse na cidade, porque era o pior inimigo que encontrávamos no interior. Você não encontra nada, no interior, mas cachaça..., em qualquer povoado tem um alambique que fabrica cachaça. De maneira que mandei destruir toda a cachaça, para poder ficar com tranqüilidade, não haver desordem, porque se uns bebem e vão dormir, com a experiência nossa, há muitos que se exaltam, começam a dar tiros, estão armados etc. (...)

“Fomos muito bem recebidos pelos frades. Frei José Audrin... Nos convidaram e o Quartel-General ficou no convento dos dominicanos. Tivemos aí uma boa comida, conservas francesas, vinhos franceses. Eram dominicanos franceses. E as freiras do colégio... o que mais interesse tinham era conhecer uma metralhadora. Mostrei a elas o que era uma metralhadora.”⁷¹

Dessa forma, estabeleceu-se um bom relacionamento entre os rebeldes e a população de Porto Nacional. Anos mais tarde, o próprio Frei Audrin escreveria:

“Uma rigorosa disciplina reinava na cidade e muitos dos fugitivos voltavam dos seus esconderijos(...) Nas rezas do mês do Rosário, à noite, a igreja via numerosos soldados unidos às nossas orações. No domingo, os gaúchos pediram licença para cantarem os ‘benditos’ da sua terra longínqua, e toda a oficialidade assistiu incorporada à santa missa. Houve mesmo batizados de algumas crianças de mulheres, casadas ou não, que acompanhavam a Coluna.”⁷²
(Ver foto adiante.)

Diante da boa receptividade, o comando da Coluna, aproveitando a circunstância de existir um jornal local chamado *Norte de Goiás*, editava em sua tipografia o n.º 7 de *O Libertador*, cuja publicação havia sido interrompida com a retirada de São Luís Gonzaga⁷³.

Durante a estada da Coluna em Porto Nacional, teria lugar um episódio divertido, envolvendo o padre Manuel de Macedo, que havia se incorporado aos rebeldes um pouco antes, na cidade goiana de Rio Bonito. Prestes relata com prazer esse caso:



O comando da Coluna Prestes com Frei José Audrin (ao centro), em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925.



O Dr. Pinheiro Machado, do comando da Coluna, ao libertar um condenado durante a permanência dos rebeldes em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925.

“Era um padre que estava fora de ordem, já não podia rezar missa, porque era um farrista tremendo... um padre estranho... Apresentou-se com um violão, era cantador de violão e beberrão de cachaça. Foi um divertimento para a Coluna, esse padre Macedo.(...) Era de uma família conhecida de Goiás. E esse cidadão apareceu bêbado, em Porto Nacional, apesar de toda a destruição que tinha sido feita da cachaça. E quando eu perguntei: — Onde é que se conseguiu isto? — Elixir de Nogueira, tomado na farmácia. É desses elixires com muito álcool. Maluquice, não é? Tomou não sei quantos litros e ficou bêbado. É um episódio alegre... Esse padre foi conosco até a Bahia, onde brigou com um cozinheiro lá e foi embora, desapareceu.”⁷⁴

Em Porto Nacional, o povo acorria curioso para ver a princesa Isabel — que, segundo diziam, ia junto com a Coluna. Na verdade, havia uma “vivandeira” com esse nome, apelidada Pisca-Pisca; segundo Moreira Lima era uma “incorrígível alcoólatra que não perdia oportunidade de emborrachar-se e dar escândalos com as suas companheiras, esmurrando-se com elas para gáudio da soldadesca”⁷⁵. Tratava-se de mais uma lenda entre as muitas que iam surgindo em torno da Coluna Prestes e seus personagens.

Como em tantos outros lugares do Brasil, a tortura fazia parte do cotidiano dos humildes nessa cidade do Norte goiano. Na cadeia pública, os rebeldes encontraram preso numa corrente um preto velho e esquelético, acusado da prática de homicídio. Absolvido pelo Júri, fora condenado a 30 anos de prisão celular porque o juiz se encontrava inteiramente embriagado quando lavrou a sentença. Como seu advogado não havia apelado da sentença absurda, o pobre homem estava encarcerado há 11 anos, tendo passado os sete primeiros num tronco e os quatro últimos na corrente. A Coluna tratou de fazer justiça, pondo em liberdade esse prisioneiro, o que voltaria a fazer muitas vezes pelos lugares por onde ia passando, em sua Marcha pelo Brasil⁷⁶ (ver foto na página anterior). Moreira Lima escreveria a respeito:

“Goiás é a terra dos troncos, gargalheiras e palmatórias. Esses instrumentos de torturas povoam as suas cadeias. Destruímos quantos deparamos, bem como as palmatórias existentes nas escolas públicas.”⁷⁷

Ainda em Porto Nacional, o comando da Coluna receberia uma carta do Frei José Audrin, “homem inteligente e ilustrado”, nas palavras de Moreira Lima⁷⁸, em que era feito um apelo à pacificação do país, pois, segundo o missivista, a marcha dos rebeldes estava causando muitos prejuízos e grandes sofrimentos às populações do interior. O comando rebelde respondeu prontamente ao Frei, aceitando a sua intermediação junto ao governo, a fim de

ser tentada a paz entre as partes beligerantes. Mais tarde, quando já se encontravam na cidade de Floriano (Piauí), os revolucionários publicaram a carta do Frei Audrin em *O Libertador*. Entretanto, as tentativas empreendidas, junto ao governo de Artur Bernardes, pelos dominicanos de Porto Nacional — voltadas para um possível entendimento com os rebeldes —, seriam infrutíferas, como, anos depois, registrava Frei Audrin nas páginas de um dos seus livros⁷⁹.

Após uma semana em Porto Nacional, a Coluna prosseguia sua Marcha em direção ao Maranhão.

NOTAS

- 1 - Cf. TÁVORA, Juarez. *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3. Op. cit., p. 18.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 134-135.
- 2 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 135.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 22.
- 3 - Para maiores detalhes, ver: MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 134-145.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 17-30.
- 4 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 142-143.
LCP, fita 6, p. 5.
PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 5 - LCP, fita 7, p. 23.
PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 6 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 142-143.
KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 4: 380 léguas de campanha em três meses. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949, pp. 15-81. (Estão incluídos os relatórios detalhados dessa campanha.)
- 7 - LCP, fita 4(B), p. 25.
- 8 - PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista concedida a *O Globo* (RJ). Transcrita em *o Diário Nacional*, São Paulo, 1º/2/1930, p. 2.
- 9 - LCP, fita 4(B), p. 26; também fita B(1), p. 25; fita J(A), pp. 5-6.
Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 149, 134-135, 141-145.
Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mato Grosso, de 21/5/1925. Ver no *Anexo* nº 22.
KLINGER, Bertoldo. Op. cit., pp. 15-83. (São fornecidos mais detalhes e confirmada a versão de Lourenço Moreira Lima e Luiz Carlos Prestes.)
- TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 17-29. (Mais informações sobre os acontecimentos no Sul de Mato Grosso.)
- 10 - LCP, fita 4(A), pp. 23-24.
- 11 - LCP, fita 4(A), p. 24.
- 12 - LCP, fita 4(B), pp. 26-27; também J(A), p. 2.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 149.

- 13 - LCP, fita B(1), pp. 38-39; fita B(2), pp. 8-9.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 146 e 149.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 26.
CASTELO BRANCO, Aduauto (tenente). *Prestes e Lampião*. São Paulo, Ferraz, 1926, pp. 41-42.
- 14 - LCP, fita 4(B), p. 27.
- 15 - LCP, fita 5, pp. 7-8.
PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
CORRÊA LEAL, Aristides. Informações prestadas à autora, 7/11/1983.
- 16 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 149-150.
- 17 - Id., ibid., p. 150.
- 18 - Id., ibid., p. 46.
- 19 - Id., ibid., p. 282.
- 20 - LCP, fita 6, p. 16.
- 21 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 150-151.
Comando da 1ª Divisão Revolucionária, acampada na Fazenda Cilada, Estado de Mato Grosso, 10/6/1925. Boletim nº 14. Ver no Anexo nº 20.
- 22 - PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 23 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 151.
- 24 - LCP, fita 4(B), p. 28.
- 25 - LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 160-161.
- 26 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 294.
- 27 - LCP, fita 6, p. 1.
- 28 - LCP, fita 6, pp. 9-11.
- 29 - FAGUNDES, Luis Vieira. Entrevista prestada à autora, em Erechim (RS), novembro de 1987.
- 30 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 131.
LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., p. 168.
- 31 - KLINGER, Bertoldo. Op. cit., pp. 30 e seguintes.
- 32 - Id., ibid., pp. 86 e seguintes.
- 33 - Cf. KLINGER, Bertoldo. *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil*; na primeira metade do século. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1958, pp. 217-278; *Narrativas Autobiográficas*. v. 3 : Tempo quente de major. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1948, pp. 163-302; v. 4 : 380 léguas de campanha em 3 meses. Op. cit., p. 15 até o final. (Neste volume encontra-se um relato completo das operações militares em Mato Grosso e Goiás.)
- 34 - LCP, fita B(2), p. 30.
- 35 - Ver a respeito o Capítulo II, item 2.
- 36 - Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mato Grosso, de 21/5/1925. Ver no Anexo nº 22.
Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mineiros (Goiás), de 29/6/1925. Ver no Anexo nº 23.
- 37 - KLINGER, Bertoldo. Ver as suas obras citadas, nas quais há inúmeras referências ao problema.
- 38 - KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 3. Op. cit., p. 187.
- 39 - KLINGER, Bertoldo. *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil*; na primeira metade do século. Op. cit., p. 226.
- 40 - Id., ibid., p. 226.

- 41 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 154-155.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 31-33.
- 42 - LCP, fita 4(B), p. 29.
- 43 - Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mineiros (Goiás), de 29/6/1925. Ver no *Anexo* nº 23.
Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 166.
LCP, fita 4(B), p. 29.
- 44 - LCP, fita 4(B), p. 29.
- 45 - LCP, fita 4(B), p. 30.
- 46 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 167.
- 47 - Carta de Miguel Costa a Klinger, Invernada Zeca Lopes, 30/6/1925. Ver no *Anexo*, nº 24.
- 48 - LCP, fita 4(B), p. 30.
- 49 - LCP, fita C(1), p. 15.
- 50 - LCP, fita 4(B), p. 31.
- 51 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 168-169.
- 52 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 177.
LCP, fita 4(B), pp. 31-32.
- 53 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 169.
- 54 - Id., *ibid.*, pp. 169-170.
- 55 - Cf. KLINGER, Bertoldo. Obras citadas.
Telegrama do Marechal Setembrino de Carvalho ao major Klinger, 13/7/1925. Ver no *Anexo* nº 25.
Telegrama do major Klinger ao Marechal Setembrino de Carvalho, de 14/7/1925. Ver no *Anexo* nº 26.
- 56 - KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 4. Op. cit., p. 171.
- 57 - LCP, fita 4(B), pp. 32-34.
Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 177-179.
- 58 - KLINGER, Bertoldo. *Narrativas Autobiográficas*. v. 4. Op. cit., p. 246.
- 59 - TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 122-125.
- 60 - LCP, fita C(1), pp. 26-27.
- 61 - Telegrama do general Pantaleão Teles Ferreira ao general Sócrates, de Tavares (Goiás), 3/8/1925. A.A.B., microfilme 21/B18.
- 62 - Relatório apresentado ao Sr. Coronel Claudino Nunes Pereira, Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-coronel Emilio Lúcio Esteves, 1925. 114 p. datilografadas. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.)
- 63 - Carta do comando da Coluna Prestes ao Deputado João Batista Lusardo, de Posse (Goiás), setembro de 1925. Ver no *Anexo* nº 27.
- 64 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 179-184.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 50-55.
LCP, fita C(1), pp. 27-38.
- 65 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 181.
LCP, fita C(1), pp. 29-30.
- 66 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 187, 188.
LCP, fita C (2), p. 16.
Carta do comando da Coluna ao Deputado J. B. Lusardo, de Porto Nacional (Goiás), 22/10/1925. Ver no *Anexo* nº 28.

- 67 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 193-194.
- 68 - Id., *ibid.*, p. 194.
- 69 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 197.
Carta do comando da Coluna Prestes a Frei José Audrin, Natividade (Goiás), outubro de 1925. Ver no *Anexo* nº 29.
- 70 - Id., *ibid.*
- 71 - LCP, fita 4(B), pp. 38-40.
- 72 - AUDRIN, José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro, Agir, 1946. p. 253.
- 73 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 198.
- 74 - LCP, fita 4(B), pp. 40-41.
- 75 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 199.
- 76 - Id., *ibid.*, p. 199.
- 77 - Id., *ibid.*
- 78 - Id., *ibid.*, p. 197.
- 79 - AUDRIN, José M. Op. cit., pp. 247-261.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 197-198.
Carta do padre José Audrin dirigida ao general Miguel Costa, Porto Nacional (Goiás), 21/10/1925. Ver no *Anexo* nº 31.
Carta do comando da Coluna Prestes a Frei Audrin, Porto Nacional (Goiás), 22/10/1925. Ver no *Anexo* nº 32.
Proclamação em Porto Nacional. Porto Nacional (Goiás), 19/10/1925. Ver no *Anexo* nº 30.

Capítulo VI

A Coluna no Norte e Nordeste

“Ó São Francisco barreira
entre o Oeste e o mar
tu vais servir ao Governo
para a Coluna cercar?!
Eu nunca! Responde o rio
sou até capaz de secar
como outrora o Mar Vermelho
para a Coluna passar.
.....”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

A recepção calorosa no Maranhão e Piauí e o “cerco” de Teresina

Pelas informações de que dispunham, os comandantes da Coluna depositavam grandes esperanças no Nordeste. Como assinala Prestes, tendo conhecimento do que era a miséria na região, os revolucionários alimentaram a ilusão de que iriam ter apoio popular¹. Mais tarde, ficaria claro que o apoio não seria o esperado; na realidade, a recepção popular à Coluna mostrava-se calorosa, havendo muita simpatia e inúmeras demonstrações de solidariedade, mas nenhum engajamento efetivo, que viesse a constituir um reforço considerável para as fileiras rebeldes.

Lourenço Moreira Lima relata que o tenente-coronel Paulo Kruger da Cunha Cruz fora enviado ao Maranhão, na frente da Coluna, com o objetivo de entender-se com alguns chefes políticos da oposição, bastante forte no Estado, contando com lideranças expressivas como o Dr. Tarquínio Lopes Filho e o Desembargador Dioclides Mourão². Lamentavelmente, com a prisão de Paulo Kruger, a missão falhara, mas as esperanças persistiam.

Havia fundados motivos para isso, pois, no Maranhão, existia um movimento oposicionista de certa envergadura, que atingia até mesmo as fileiras do Partido Republicano Maranhense³ e chegava a preocupar seriamente o Governo Federal, pois se falava, inclusive, na deposição do presidente do Estado, o Sr. Godofredo Vianna⁴.

Ao mesmo tempo, a simpatia pelos rebeldes da Coluna Prestes era muito grande. O jornal *Folha do Povo*, que saía na capital do Estado, de propriedade, direção e gerência do jornalista e advogado Tarquinio Lopes Filho, chegava a abrir manchete para saudar os "pioneiros da liberdade", que marchavam para o Maranhão⁵. Da mesma forma, o semanário *A Mocidade*, editado em Carolina, dedicava alguns de seus números à chegada e permanência dos revolucionários na cidade, dando-lhes cobertura completa e oferecendo-lhes suas oficinas para a impressão do n.º 8 de *O Libertador*⁶ (ver fotos adiante).

Carolina foi a primeira cidade maranhense por onde a Coluna passou. Os rebeldes seriam recebidos com grande entusiasmo tanto pela população como pelas autoridades locais, como registra Morcira Lima com muita ênfase⁷. Prestes procura explicar as razões da receptividade:

"Ao entrar no Maranhão, fomos recebidos como heróis. Por quê? Por ter vindo do Rio Grande e chegar até o Maranhão... Era um grande feito. O povo todo era simpatizante, porque havia no Maranhão uma grande oposição política ao governo."⁸

Prosseguindo, Prestes destaca:

"O povo nos recebeu com simpatia, com grande simpatia, maior do que em Goiás, em Mato Grosso. Gozamos dessa simpatia no Maranhão e depois no Piauí também. A sensação de vitória que o povo tinha — pensavam que íamos ganhar, íamos dominar — era de tal natureza, que vinham nos pedir emprego. Queriam emprego público e vinham pedir à direção da Coluna."⁹

Diante disso, era natural que o comando dos rebeldes alimentasse esperanças de obter adesões importantes no Estado. O cronista da Coluna chegava a escrever:

"A posse efetiva e duradoura do Estado nos colocaria numa situação vantajosíssima em face do governo federal, não só por nos facilitar a arrematamento de avultado número de homens, como pelos recursos de toda natureza que a região nos forneceria, bem assim pela sua posição estratégica e pelo efeito moral que a sua ocupação produziria em todo o país."¹⁰

Principalmente em Carolina, as manifestações de simpatia aos rebeldes seriam numerosas e expressivas, partindo até mesmo dos

*Majors Jonas Felaby Bracado
para o Exército Brasileiro
Burtly Bracod*

A MOÇIDADE

— DIRECTOR: ELFINO PEREIRA —
— COLLABORADORES: DIVERSOS —

FRONTE: AGENOR MONTUZZI — COLLABORADORES: DIVERSOS

Anno IV — Carolina, 28 de Novembro de 1925 — Num 160

A entrada das Forças Revolucionárias nesta cidade

No dia 14 do corrente chegou à esta cidade o 1.º Detachamento das Forças Revolucionárias, sob o commando do Tenente Coronel Geraldo Colares de Farias, tendo como fiscal o major Virgílio Rodrigues dos Santos.

Accompanhavam essa filez lacamente o Coronel João Faria Távora, Sub-Chefe do Estado-Maior de 1.º Divisão, Capitão Dr. Lourenço Moreira Lima, Secretário de Divisão, o Itoê Landucci e Tenentes Horminão e Adalberto Graça, off. Buca de dito Estado-Maior.

A 1.ª Divisão (commandada pelo General Miguel Costa) sendo chefe do Estado-Maior o Coronel Felício Carlos Prestes, e está dividida em quatro Detachamentos, commandados pelos Tenentes Carneiro, 1.º Coadjuv. do Farias; o Tenente Alberto Lima e Bezerra; o Antonio Siqueira Campos, o herdeiro de Copacabana, e o Djalma Soares Dutra.

Essa divisão foi do Rio Grande do Sul, em esta cidade, 1230 leguas, a cavallo, em 8760 kilometros, tendo atravessado innumas das serras e mais de 100 rios.

Tem combatido em S. Paulo, Paraná, S. Cathari,

na, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Minas Geraes, repetindo sempre o mesmo trabalho e sempre o mesmo quando estes tem perseguido embargado e passagem.

Aquella distancia não se refere a colônia paulista. Seta da capital de S. Paulo a São Jago das Matas e de lá do Matões percorreu uma tomo kilometros de sorte que já deve ter feito um milhão kilometros!

Entre os officiaes daquelle Detachamento notamos os Srs. Capitães Moreira de Moraes, Bizarra, Uiliano, Eurylio Miranda, Dr. Aquino, e Tenentes Agner Dias, Leopoldo, Rocha, João Pedro e outros.

Fomos informados de que o Marechal Izidoro Lopes, commandante e Chefe do Exercito Libertador, está na Argentina, dirigido a campanha revolucionaria no Sul do País.

O 1.º Detachamento tem recebido grande numero de voluntarios em todos os logros onde tem passado e, especialmente nesta cidade.

A 19 foi resada esta missão por elleo do bravo Capitão Joaquim Távora, morto heroicamente em combate na capital Paulista, em julho de anno pas-

ado.

O Capitão Joaquim Távora foi o organisador extraordinario da Revolução.

No mesmo dia, 4-12 horas, foi hasteada a bandeira nacional no edificio da Câmara Municipal, servindo quermesses em seguida as respectivas forças para libertação dos impostos estaduais e municipaes.

Após ser hasteada a bandeira, o 1.º Detachamento voltou ao logro de Olivença. E lá, acompanhada pelo Estado as municipalidades livres.

Compreendo a essa festa quasi toda a população da cidade.

Faltaram, nesse momento os Srs. Coronel Joaze Távora e Capitão Dr. Lourenço Moreira Lima.

Porém lição o Boletim de commando do 1.º Detachamento e no CONSÍLIO RANDOS para a destruição dos reventos executivos, em quasi transcrevimos elleto:

Boletim das Forças Revolucionarias

FESTA DA BANDEIRA

Hoje é esta hora, em toda a capital douz paz grandiosa, coberto de bandes se operou o lauto sacramento do Brasil.

É que se continencia a lenda da Bandeira.

Não queremos, nós, os Revolucionarios, já que nos é de de accordo propria para ser



ELIXIR DE INJAMÉ
SERRA FORTALEZ
E ENXOFRE

malá, ditas que dependem de praxer esta dia. E que reventos praxerem terevo o mesmo caso a essa Bandeira, que gloriosa a nacional esculpa por Inamé aguento em bandes, caprichos, mostrando ate combataes brasileiros, que a Noite d'elles ouço o acatamento brasileiro — a capital vintora de vencia ao cetero pelo Brasil.

Comprehendo a Bandeira — imagem de Paria — 1230-1230 e figura de um Mariche-Duas, marcharem bandes, de que, corio a praxer, por li dia a vida, lançando heroicamente em Riovich, para que não calamos em rios dos paraxerem.

Comprehendo a Bandeira, vintora a imagem a figura do commandante do 4.º Batalhão de Artilheria Mará, que 79

Foto do jornal *A Mocidade*, de Carolina (Maranhão), de 28/11/1925, noticiando a estada da Coluna Prestes na cidade.

frades capuchinhos do convento existente na cidade¹¹ (ver fotos adiante). Enquanto o grosso da Coluna marchava em direção ao Rio Parnaíba, chegava a Carolina apenas o 1º destacamento, comandado por Cordeiro de Farias, acompanhado por Juarez Távora, subchefe do Estado-Maior (ver mapa adiante). Os rebeldes cumpririam uma intensa programação nessa importante cidade, situada às margens do Tocantins. Em reportagem publicada em *A Mocidade*, dava-se conta de algumas das atividades cívicas que contaram com a participação dos revolucionários durante a sua permanência em Carolina:

“A 19 foi rezada uma missa por alma do bravo Capitão Joaquim Távora, morto heroicamente em combate na capital paulista, em julho do ano passado.(...) No mesmo dia, às 12 horas, foi hasteada a bandeira nacional no edifício da Câmara Municipal, sendo queimados em seguida os executivos fiscais para cobrança dos impostos estaduais e municipais. Ao ser hasteada a bandeira, o 1º Destacamento cantou o hino de Olavo Bilac, acompanhado pela banda de música carolinense. Compareceu a essa festa quase toda a população desta cidade. Falaram nesse momento os Srs. Coronel Juarez Távora e o Capitão Dr. Lourenço Moreira Lima.”¹²

No mesmo número de *A Mocidade*, era publicado o “Auto de apreensão dos talões de impostos estaduais e municipais na cidade de Carolina, Estado do Maranhão”, assinado por Juarez Távora e Lourenço Moreira Lima¹³, em que se ordenava:

“Queimar na praça pública os referidos talões e listas de cobrança de impostos, o que deverá ser feito amanhã, ao meio-dia, em frente ao edifício da Intendência Municipal desta cidade, logo depois de ser hasteado o pavilhão nacional no dito edifício, em comemoração ao dia da bandeira.”

Moreira Lima relata em seu livro que a “população assistiu a essa queima com a maior alegria”¹⁴. E não era para menos; aquela população sofrida jamais assistira a coisa igual. A Coluna, em sua Marcha pelo Brasil, tentava fazer justiça, queimando os livros e listas de cobrança de impostos, soltando os prisioneiros e destruindo os instrumentos de tortura que encontrava. Semelhante comportamento por parte dos revolucionários atraía a simpatia dos humildes e injustiçados, mas não era suficiente para mobilizá-los para uma participação ativa na luta.

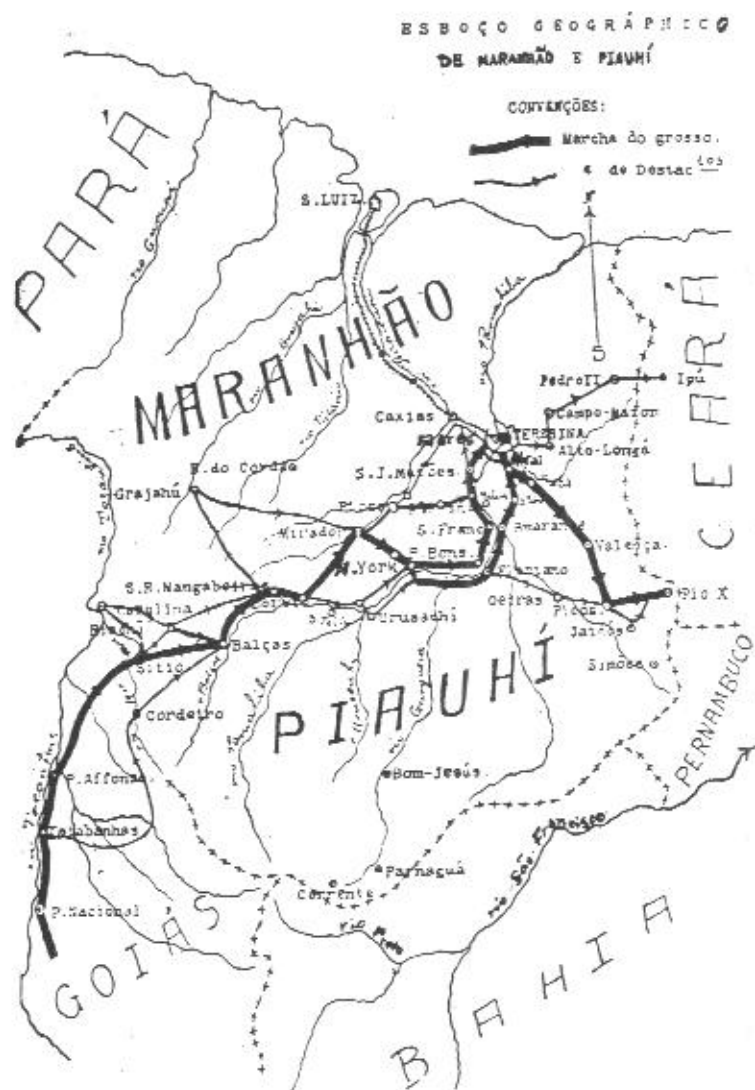
O discurso liberal dos “tenentes” também não seria capaz de levar essas populações espoliadas a se incorporarem à Coluna. O homem do interior nutria grande simpatia pelos rebeldes, admirando o seu heroísmo, mas não estava motivado para um engajamento maior, em que precisasse abandonar os seus afazeres habi-



Oficiais da Coluna Prestes com os frades capuchinhos de Carolina (Maranhão), novembro de 1925.



Juarez Távora discursando em Carolina (Maranhão), 19/11/1925.



A Coluna Prestes no Maranhão e Piauí.

Fonte: TÁVORA, Juarez. *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3.

tuais, arriscando a vida por um objetivo que lhe parecia distante dos seus problemas mais sentidos — que, na realidade, decorriam diretamente da violenta opressão oligárquica, ou seja, da prepotência dos senhores de terras.

A respeito da atitude dos sertanejos perante a Coluna, são interessantes as observações feitas por Prestes:

“A adesão foi muito pequena. Havia muita simpatia; o sertanejo compreendia que, contra nós, lutavam todos os seus inimigos, que eram o governo federal, o governo estadual, o governo municipal e os fazendeiros e ‘coronéis’. Todos eles vinham lutando contra nós. Então, eles viam que estávamos lutando contra o inimigo deles, mas não tinham perspectiva. Achavam que éramos uns loucos, uns aventureiros (...), que estávamos sonhando. Derrotar essa força, para eles, parecia impossível. (...) Não compreendiam. Então, não aderiam. Aderir era muito difícil. Aderiam jovens, crianças de dez, 12 anos, 14 anos... 15 anos, assim, jovens que queriam fugir de casa. (...) (Os sertanejos)... nos ajudavam na medida de não se comprometer.”¹⁵

Conforme destaca Prestes, para os jovens nordestinos a Coluna, muitas vezes, não passava de uma aventura, de uma forma de fugir de casa e da triste realidade em que eram obrigados a viver¹⁶.

Quanto ao povo, em geral tinha ódio ao governo, porque governo para eles significava impostos escorchantes, serviço militar obrigatório e repressão policial. Mas o homem simples do povo não acreditava que fosse possível derrubar o governo e, por essa razão, não se dispunha a acompanhar um movimento como a Coluna, que dizia lutar contra o governo de Artur Bernardes. Prestes reconhece ter tido a ilusão de que, chegando ao Nordeste, os rebeldes iriam receber adesões em massa, mas “não tivemos adesão nenhuma”¹⁷.

Na verdade, a única incorporação à Coluna, de certa importância, foi a de Manuel Bernardino, um pequeno fazendeiro da Zona da Mata, que ali chegou a levantar 200 homens, aderindo ao destacamento de João Alberto, na companhia de Euclides Neiva, um jovem maranhense, que liderava mais outros 50 homens¹⁸. Tratava-se de elementos que queriam lutar, mas desejavam que a Coluna se estabelecesse no Maranhão e ali resistisse. A proposta contrariava os planos dos rebeldes, que jamais se propuseram a criar uma base fixa de resistência, pois compreendiam que isso os levaria à derrota, pois ficariam em situação desvantajosa em relação ao inimigo, tanto do ponto de vista dos seus efetivos humanos como de armas e munição. Ademais, a oficialidade da Coluna não tinha a menor idéia do problema da terra, da sua importância para o trabalhador rural e, por isso, não poderia pro-

por ao homem do campo um programa que o atraísse. Para os "tenentes", a reforma agrária era um assunto desconhecido, do qual não tinham noção, aí residindo, provavelmente, a causa principal da passividade revelada pelo sertanejo diante da Marcha dos rebeldes. Nesse sentido, é sintomático que a Coluna tratasse o fazendeiro e o trabalhador rural do mesmo jeito. Prestes é muito explícito:

"Essa noção de classe nós não tínhamos ainda. Tratávamos, às vezes, o fazendeiro melhor do que o camponês."¹⁹

Manuel Bernardino — conhecido como o "Lênin da Mata", porque defendia os direitos dos fracos e oprimidos — ainda acompanharia a Coluna até o Ceará, sua terra natal, onde viria a desertar, sendo expulso das hostes rebeldes. Quanto a Euclides Neiva, seria preso no Piauí²⁰.

As demais adesões às fileiras da Coluna revolucionária jamais passariam de casos de incorporações individuais e esparsas, principalmente no Maranhão e Piauí²¹. Em pouco tempo, as ilusões de apoio efetivo a ser alcançado no Nordeste estariam dissipadas²². Mesmo assim, Moreira Lima afirma que ainda perduravam as esperanças de que no Ceará poderia haver algum tipo de apoio ou adesão à Coluna²³.

Desfeitas as ilusões, os rebeldes não desanimavam, nem desistiam dos seus propósitos, "procurando aproveitar as oportunidades que se oferecessem favoráveis ao fim imediato que tinham em vista — manter a Revolução em armas e propagá-la, a ferro e fogo, por todo o território nacional"²⁴. Ao mesmo tempo, era importante manter-se por um certo tempo no Maranhão e no Piauí, atraindo as tropas governistas para esses Estados, o que poderia facilitar a passagem dos revoltosos para o Ceará²⁵.

Ao ingressar no Maranhão, a Coluna dividiu-se em três corpos, para melhor distrair a atenção do inimigo²⁶. Prestes recorda:

"Foi uma verdadeira divisão estratégica. Uma parte da Coluna ficou comigo e tomamos a direção do Rio das Balsas, que corre no sul do Maranhão, é um afluente do Parnaíba, que é o rio que separa o Maranhão do Piauí. Uma segunda coluna, comandada pelo Siqueira Campos, para marchar mais ao Norte, para chegar também naquele rio, um pouco abaixo de Floriano, que é a cidade principal do Piauí. E uma terceira coluna, que era comandada pelo João Alberto, para marchar mais pelo centro. Mas todas orientadas no sentido do Rio Parnaíba."²⁷

A seguir, Prestes rememora os acontecimentos ocorridos no Rio Parnaíba, que se tornaram célebres pelo fato de os governistas terem entrado em pânico com a aproximação dos rebeldes, debandando em fuga desabalada rio abaixo:

“Avançamos em direção a Benedito Leite, que é a cidade maranhense em frente a Uruçuí. Fica bem na convergência do Rio das Balsas com o Parnaíba. Já tínhamos informação de que, em Benedito Leite, estavam 2300 homens²⁸. O governador do Estado, que era o Matias Olímpio, tinha mandado a polícia lá do Piauí, comandada pelo chefe de polícia, que era um tal Gaioso e Almendra, para lá, para Benedito Leite. (...) O nosso piquete de vanguarda teve um contato com um piquete de exploração deles à tarde, às quatro da tarde. Houve tiroteio etc., nós recebemos informação, e o piquete deles recuou. Nós não pretendíamos atacar. Sabíamos que eles tinham lá 2300 homens. Então, aproximamos o mais possível de Benedito Leite e tomamos a direção Norte, em direção ao Rio Parnaíba. (...)”

“No dia seguinte, pela manhã, os moradores das margens desse rio nos informaram — porque nós não tínhamos ouvido, nós estávamos mais no interior — que, durante a noite, tinha havido um tiroteio tremendo. Porque, logo que anoiteceu, com a informação que eles receberam, fizeram uma trincheira, ligando o Rio das Balsas ao Parnaíba. Depois foi o tiroteio. Gastaram toda a munição... Atiraram nas sombras. É significativo; atiraram nas sombras. E à meia-noite, a munição deles acabava. Só tinha um barco... O tal do Gaioso..., ele tomou esse barco com a tropa que pôde; e o resto da tropa atravessou o rio e passou para o Piauí. Morreu gente afogada, foi um verdadeiro desastre. E o Gaioso desceu com o vapor, era um desses vapores que subiam o Parnaíba... O Siqueira Campos, que estava mais ao Norte, ainda viu o vapor passar. (...)”

“Aí nós dividimos a Coluna em duas. Uma, acompanhando a margem do rio, no Maranhão, e a outra, sob o comando do Miguel, do João Alberto e do Juarez, lá no Piauí. E fomos à cidade de Floriano. Eu fui na primeira tropa que entrou em Floriano — a principal cidade do Piauí depois de Teresina. (...) Em Floriano, encontramos uma gráfica e, no telégrafo, um telegrama do Gaioso ao governador do Estado, contando, narrando o combate que houve. Dizia que o combate tinha sido uma coisa formidável, que os revolucionários vinham morrer nas trincheiras e que, à meia-noite, ele ficou lá sem munição. Então, ele retirou. Nós aproveitamos isso — porque editamos um número do nosso jornal *O Libertador* — e botamos na primeira página o telegrama do Gaioso e a nossa grande vitória em Uruçuí...”²⁹ (Ver foto adiante.)

O combate de Uruçuí entrou para a História do mesmo jeito que a batalha de Itararé, quando da “Revolução de 30” — um combate que não houve, ou melhor, que aconteceu somente na imaginação do tenente Jacob Manoel Gaioso e Almendra, comandante da Polícia Militar do Piauí. Os tiros de uma patrulha rebelde assustaram de tal forma os legalistas, que o ímpeto de sua fuga os levou diretamente à capital do Estado, sem que sequer se detivessem pelo caminho, nas cidades de Floriano ou Amarante. Em

conseqüência, o pânico tomou conta de toda aquela região, abrindo-se passagem livre para os revoltosos* chegarem às portas de Teresina, sem que nenhum empecilho lhes viesse a barrar o caminho. Mais tarde, em seu relatório ao presidente do Estado, o tenente Gaioso procuraria justificar-se, afirmando que fora abandonado e traído pelos seus camaradas³⁰.

Enquanto os representantes da "legalidade" afirmavam em proclamação pública, de 4/12/1925, que das cabeceiras do Parnaíba até a sua foz "estende-se uma intransponível linha de defesa"³¹, os revoltosos, já no dia 10 do mesmo mês, chegavam à vila de Nova Iorque, na margem esquerda do grande rio, por onde o 2º e o 4º destacamentos da Coluna davam início à sua travessia. Daí por diante, os revolucionários, divididos em duas alas, desceriam o Parnaíba pelas suas duas margens, em direção à Teresina e à cidade de Flores (hoje Timon), situada defronte à capital do Estado, do lado maranhense do rio. A Coluna Prestes havia superado mais uma "barreira intransponível", segundo a concepção dos legalistas.

Prestes comandava as tropas que incluíam o 1º e o 3º destacamentos, marchando pela margem maranhense do Parnaíba. Ao chegar a Flores, essa força atacou a cidade, mas os rebeldes quase não dispunham de munição. Havia apenas três tiros por soldado. Siqueira Campos, que era muito brincalhão e andava sempre a fazer troça, a ponto de ser difícil saber quando estava falando sério ou brincando, não perderia a oportunidade de lançar uma de suas ironias, dizendo, com uma caixa de charutos embaixo do braço: — "É a minha reserva de munição!"³².

Prestes relata com riqueza de detalhes o que foram os acontecimentos daqueles dias:

"A verdade é que saímos de Flores com mais munição do que entramos, porque tomamos alguma munição do inimigo aí, em Flores, em frente a Teresina. Em Teresina estavam quatro mil homens comandados pelo coronel Bentemüller; e o comandante geral das tropas era o general João Gomes, que estava em São Luís, com o Quartel General dele, e mandou o Bentemüller, com quatro mil homens, para Teresina. Eles fizeram uma trincheira — porque Teresina fica na convergência do Rio Poti com o Parnaíba — ligando os dois rios. E, nessa trincheira, à noite — nós estávamos a cem quilômetros de distância —, todas as noites, era um tiroteio tremendo.

"Para ver o estado moral da tropa qual era, nós dizíamos, assim, de brincadeira: — 'Estão gastando nossa munição!' — Porque era a munição que nós pensávamos tomar. Mas não tínhamos nenhuma

* "Revoltosos": denominação dada aos rebeldes da Coluna Prestes no Norte e Nordeste.

pretensão de atacar Teresina. Quando eles se retiraram até Teresina, nós saímos atrás deles. Foi a maior perseguição que já houve: são 300 quilômetros de corrida do Gaioso, descendo o rio, e nós acompanhando por terra, até bater em Teresina."³³

Fica claro, portanto, que os revoltosos chegaram à capital do Piauí devido à fuga desabalada das tropas legalistas rio abaixo. Não tinham, contudo, o propósito de tomar Teresina, pois sabiam perfeitamente não disporem de recursos humanos e militares que lhes permitissem um confronto com as forças governistas que lá se encontravam. Mas o governo e os seus generais temiam o ataque rebelde, mostrando total desinformação e incompetência diante das investidas da Coluna.

Prestes refere-se também à estratégia adotada pelo general João Gomes:

"A tropa de Bentemüller deveria retirar de Teresina, para que nós entrássemos nesta cidade, para, então, ele retomar. Ai, o Matias Olimpio ficou horrorizado e, como governador do Estado, telegrafou para o Bernardes apelando... que não era possível entregar a capital do Estado. Então, veio ordem para defender Teresina. Mas o plano de João Gomes era esse — era de entregar para depois retomar. A cabeça dos nossos generais..."³⁴

O episódio do "cerco" de Teresina pelos revoltosos é um dos mais notáveis de toda a Marcha da Coluna; nele se revelaram, por um lado, a incompetência do comando governista e, por outro, a audácia e a perspicácia dos revoltosos. Com a sua aproximação do Piauí, o presidente do Estado, Matias Olimpio de Melo, convocou a tropa que pôde — da polícia estadual e de "patriotas" —, sob o comando do tenente Gaioso, e os fez partir para Uruçuí, aonde os rebeldes deveriam chegar, após atravessar o Parnaíba em Benedito Leite. Toda a defesa do Estado repousava, assim, na resistência das tropas acantonadas em Uruçuí — que, entretanto, logo debandariam rumo a Teresina.

Ao mesmo tempo, Matias Olimpio apelava para o presidente Bernardes, solicitando o envio de forças federais para a defesa do Estado e, principalmente, da sua capital. Os apelos seriam, aliás, secundados pelas intensas gestões desenvolvidas pelo ministro do Exterior, o piauiense Félix Pacheco, assessorado pela bancada de deputados do Estado na Câmara Federal.

Entrementes, o general João Gomes Ribeiro Filho, que havia sido nomeado comandante-em-chefe das forças federais enviadas para a defesa do Norte e Nordeste, resolvera instalar-se na capital do Maranhão e de lá dirigir as operações militares no Piauí, limitando-se a mandar para Teresina o coronel Gustavo Bentemüller,

que assumiu o comando de cerca de quatro mil homens, entrencheados em Flores e Teresina, à espera de um inimigo que não pretendia atacá-los, nem tomar suas fortificações.

Enquanto o presidente do Estado do Piauí achava indispensável defender Teresina a todo custo, não permitindo que fosse tomada pelos revoltosos, o general João Gomes traçava um plano militar inusitado — a capital deveria ser entregue ao inimigo, para depois ser recuperada; ao mesmo tempo, cabia defender a cidade de Flores, pois, segundo o general, diferentemente de Teresina, ela teria importância tática³⁵.

Em torno dessas questões, Matias Olimpio e seus colaboradores mais próximos entabularam com o general João Gomes uma longa discussão, pontilhada de ataques mútuos e que se prolongaria por vários meses após a retirada dos rebeldes de Teresina, iniciada nos últimos dias de dezembro de 1925. Enquanto o presidente do Estado acusava o general de total cegueira no emprego dos princípios da Grande Guerra frente à luta de guerrilhas dos rebeldes, João Gomes o culpava de semear o pânico e exagerar proposadamente a força do inimigo e as proporções do desastre de Uruçuí, com o objetivo de ocultar a incompetência da polícia estadual e dos "patriotas", que abandonaram suas posições, e exigir o envio de tropas do Exército para o Piauí³⁶.

Na verdade, a incompetência foi tanto de um como de outro. Não tendo conseguido mobilizar as forças estaduais capazes de enfrentarem o inimigo que se aproximava, Matias Olimpio exigia das autoridades federais as providências que lhe pareciam indispensáveis para a defesa do Estado. Quanto a João Gomes, seguia a mesma linha de conduta da maioria dos generais que combateram a Coluna Prestes: a aplicação dos ensinamentos da "guerra de posição", sem levar em conta a tática do adversário e as condições em que este se movia e lutava. Por isso mesmo, ambos fracassaram em seus intentos de liquidar os revoltosos. Após levar os legalistas ao pânico, tendo ameaçado a própria capital do Piauí, a Coluna retirava de Teresina sem que, num primeiro momento, as autoridades se apercebessem.

Prestes rememora o episódio da retirada dos rebeldes das cercanias de Teresina, esclarecendo a conduta de Juarez Távora, quando da sua prisão, e o papel desempenhado pelo bispo do Piauí, D. Severino Vieira de Melo:

"De maneira que retiramos de Teresina. (...) Quando eu cheguei no Piauí, depois de atravessar o rio... (Parnaíba)..., a tropa ... (os rebeldes)... já estava reunida na cidade de Natal*, 20 quilômetros

* Natal : hoje Monsenhor Gil.

ao sul de Teresina.(...) Ai foi preso o Juarez Távora. Há muitos boatos de que ele se entregou etc., mas tudo isso é falso. Ele não era um covarde; absolutamente. Ele foi até a guarda, quer dizer, a vanguarda, que tinha entrado nas trincheiras, para retirar, para dar ordem de retirada. E aí o inimigo cercou e atacou. A guarda toda conseguiu escapar, mas o Juarez teve dificuldade de montar a cavalo e foi preso.

"Mas, em Teresina, ele ainda tentou negociar.(...) A população pediu que não atacássemos Teresina. Então o bispo de Teresina, que era um homem muito conhecido, foi bispo muitos anos... Quando eu cheguei em Natal — eu cheguei pela madrugada —, soube que o bispo já tinha chegado antes, já estava lá. Ele queria falar comigo e eu fui conversar com o bispo. O pedido era esse: um pedido para não atacarmos Teresina. Ele não tinha percebido que nós já estávamos em retirada. Já estávamos retirando, e ele pediu para não atacar.

"Então conversamos e exigimos a libertação do Juarez. Eu disse: — Faremos o possível para não atacar, mas já temos tropas ao Norte, do outro lado do Rio Poti, e para dar ordens a essa tropa para não atacar — essa tropa poderia atacar Teresina pelo Norte —, é preciso que a ordem chegue em tempo. — Isso para assustar o bispo... Ele ficou assustadíssimo com essa minha informação. (...) Daí resolvemos, então, marchar para o Ceará."³⁷

Cabe dizer ainda que, em sua missão junto ao comando da Coluna, D. Severino fora portador de uma carta de Juarez Távora, dirigida a Prestes, na qual era formulado, em nome da população de Teresina, o pedido aos rebeldes para que desistissem do ataque à capital do Piauí. O subchefe do Estado-Maior da Coluna, tenente-coronel Juarez Távora, dissimulava os verdadeiros planos dos seus camaradas — a retirada, que já vinha sendo realizada —, contribuindo para assustar o inimigo ainda mais. De volta à capital, D. Severino levaria consigo a carta-resposta de Prestes a Juarez, em que o comando da Coluna condicionava a suspensão do ataque à Teresina à libertação de Távora e à retomada dos entendimentos que ele iniciara com o coronel Bentemüller³⁸. Garantia-se, assim, uma certa trégua para os rebeldes, que podiam retirar tranquilamente.

A Coluna Prestes deixava o Piauí, sem ter sido derrotada, embora os informes oficiais continuassem a apresentar os rebeldes em permanente fuga. Em relatório datado de 28/2/1926, o general João Gomes dava conta da situação, afirmando que os rebeldes estavam em fuga desordenada a partir de Flores-Teresina, onde teriam perdido o "seu poder combativo". Para o general, o fato de os revoltosos não terem atacado Teresina significava que haviam sido desbaratados pelo seu "plano tático"³⁹.

Ainda em território piauiense, teria lugar o primeiro e único contato da Coluna Prestes com elementos do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. O capitão Waldemar de Paula Lima e o jornalista Josias Carneiro Leão, que vinham na qualidade de emissários do dirigente comunista de Pernambuco, Cristiano Cordeiro, e do tenente Cleto Campello, chegavam à vila de Natal, ao sul de Teresina, nos primeiros dias de 1926, um pouco antes de os rebeldes deixarem a localidade. Nesse contato, os dois referidos emissários informaram ao comando da Coluna sobre a conspiração que se desenvolvia no Recife. Prestes relata que a informação era a seguinte:

“O tenente Cleto Campello, do Batalhão de Caçadores de Recife, ia se levantar e a classe operária do Recife o apoiava na base de um programa de reivindicações. Eles nos mandavam esse programa de reivindicações. Nós concordamos com o programa e nos comprometemos de que estaríamos nas proximidades de Recife o mais próximo possível, em meados de fevereiro.”⁴⁰

Moreira Lima escreve que Cleto Campello tencionava tomar Recife, tendo enviado instruções aos tenentes Lourival Seroa da Mota e Aristóteles de Souza Dantas e ao ex-aluno da Escola Militar Plínio de Araújo Coriolano, que conspiravam na Paraíba, para que se apossassem da capital desse Estado⁴¹.

A resposta do comando da Coluna a Cristiano Cordeiro e Cleto Campello seria levada pelos mesmos emissários, Waldemar e Josias, acompanhados pelo capitão da Coluna conhecido como Filó, os quais também deveriam entrar em contato com os companheiros que conspiravam no Ceará. O Quartel-General adotara o plano de realizar o levante em Recife, ou qualquer outro ponto onde as circunstâncias permitissem; em caso de insucesso, os revolucionários deveriam marchar para o interior, à procura do município de Triunfo, onde a Coluna chegaria até 15/2⁴².

Os elementos citados também eram portadores de uma “Mensagem aos Revolucionários de Pernambuco”, assinada por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes, em que se evidencia o propósito dos rebeldes de derrubar o governo de Pernambuco, substituindo-o por um Governo Provisório, cujo chefe deveria ser “pessoa de reconhecido critério e honestidade”. Nessa mensagem, reafirmava-se o programa dos “tenentes” e revelava-se a preocupação com a preparação de outros levantes nos Estados vizinhos⁴³.

Da mesma forma que os demais levantes ocorridos em outros pontos do país, as revoltas programadas para Pernambuco, Paraíba, Ceará e Sergipe fracassariam em seu nascedouro ou seriam descobertas pela polícia antes de acontecer. Em Pernambuco,

Cleto Campello levantar-se-ia com um pequeno grupo de civis na cidade de Jaboatão, partindo para Gravatá, onde tombaria heroicamente; seu lugar, no comando dessa pequena força, seria ocupado por Waldemar de Paula Lima, que terminaria barbaramente degolado um pouco mais adiante, quando tentava, junto com seus companheiros, alcançar a Coluna Prestes no sertão do Estado⁴⁴ (ver fotos adiante).

Em janeiro de 1926, a Coluna marchava com pressa rumo a Pernambuco, com a intenção de vir a colaborar com o levante de Cleto Campello. Deixara para trás as forças governistas entrincheiradas em Teresina — que, temerosas, aguardavam um ataque dos revoltosos. Somente bem mais ao sul do Piauí, nas proximidades da cidade de Valença, o destacamento de Siqueira Campos teria de travar combate com tropa da polícia pernambucana, comandada pelo coronel João Nunes — “um tipo repelente de cangaceiro”, nas palavras de Moreira Lima⁴⁵ —, retirando-se, contudo, sem sofrer perdas. O coronel aproveitaria para saquear e incendiar parte da cidade de Valença, prática muito comum dos “bernardescos”, como apelidara os legalistas o bacharel Lourenço Moreira Lima⁴⁶.



Foto do tenente Cleto Campello, morto quando liderava um levante perto de Recife, no início de 1926.

AO POVO PARAIBANO

Por ordem do Marechal Izidoro Dias-Lopes, generalissimo do exercito revolucionario da Republica, e de accordo com o manifesto da Junta de S. Paulo, publicado em 5 de Julho de 1924, desfraldamos a bandeira revolucionaria nas terras paraibanas, berço de Almeida Barretto e Maciel Pinheiro, conselhos de que o nosso gesto será heroicamente correspondido.

Não nos move a ambição de mando nem nos seduzem as posições lucrativas; temos em mira, somente, a libertação de nossa cara patria, o prestígio da lei e do direito suprimidos pela tyrannia bernardesca; o acatamento á Constituição eclipsada pelas nuvens densas dessa noite tenebrosa que envolve o Brasil; o esmagamento completo da politica profissional, que reduziu o povo brasileiro á condição de escravo.

Argumentamos com factos. De ha muito que pesa sobre a nossa nacionalidade a desgraça de uma politica baixa e cruel de mãos dadas com a laudreira mais ignobil de que ha memoria nos annos administrativos do paiz. O roubo de duzentos mil contos mascarado com a «Revista do Supremo Tribunal», é uma prova evidente da desmoralisação do regime e da decomposição moral dos homens que nos governam.

Tentou-se abater as classes armadas para se afastar a ultima resistencia á politica de lama e sangue seguida pelo ministro Bernardes, mas o exercito e a armada, pelos seus mais licitos representantes, preferem morrer no campo da honra, a baixar a cerviz, a cahir aos pés dos seus algozes, a entoar o «Ave Cezar» aos liberticidas, aos assassinos da patria.

Povo Paraibano! Aqui estamos em obediencia ás ordens do general Miguel Costa e Cel. Carlos Prestes, chefes do grande exercito do Norte, cujo heroismo e esplendidas victorias não vos são desconhecidos. Tranquillisai-vos: Só queremos a vossa paz e a vossa felicidade.

Não somos haudoleiros, somos combatentes leaes e desinteressados de uma causa santa, de uma causa que resume as mais ardentes esperanças da nossa nacionalidade.

Povo Paraibano! Contamos com o vosso decidido apoio ao movimento libertador que iniciamos neste estado, e esperamos que as nossas determinações militares impostas pela guerra, sejam acceitas com sympathia.

Os vossos lares, as vossas familias, os vossos haveres, serão respeitades religiosamente pelos soldados da Revolução.

O invencivel Exercito Libertador aproxima-se das fronteiras da gloriosa terra paraibana. Preparemo-nos para abrir caminho á sua marcha triumphal:

Viva o povo paraibano!

Viva o marechal Izidoro Lopes!

Viva o dr. Assis Brasil!

Viva a Revolução Brasileira!

Paraíba, 5 de Fevereiro de 1926.

GENERAL MIGUEL COSTA
 CORNEL CARLOS PRESTES
 I. TENENTE ARISTOTILES SOUZA
 DANFAS, Instructor da Escola Militar
 I. TENENTE L. SERA DA MOTTA,
 Escola de Aviação do Exercito.

Enquanto os soldados da Coluna, durante a sua Marcha pelo Brasil, respeitavam as populações locais, o que é unanimemente reconhecido⁴⁷, as tropas governistas — que lhes seguiam o rasto, em perseguição aos rebeldes — iam cometendo todo tipo de desatinos, causando graves prejuízos aos moradores dessas regiões e infundindo pânico aos habitantes do interior. Lourenço Moreira Lima registrava em seu diário:

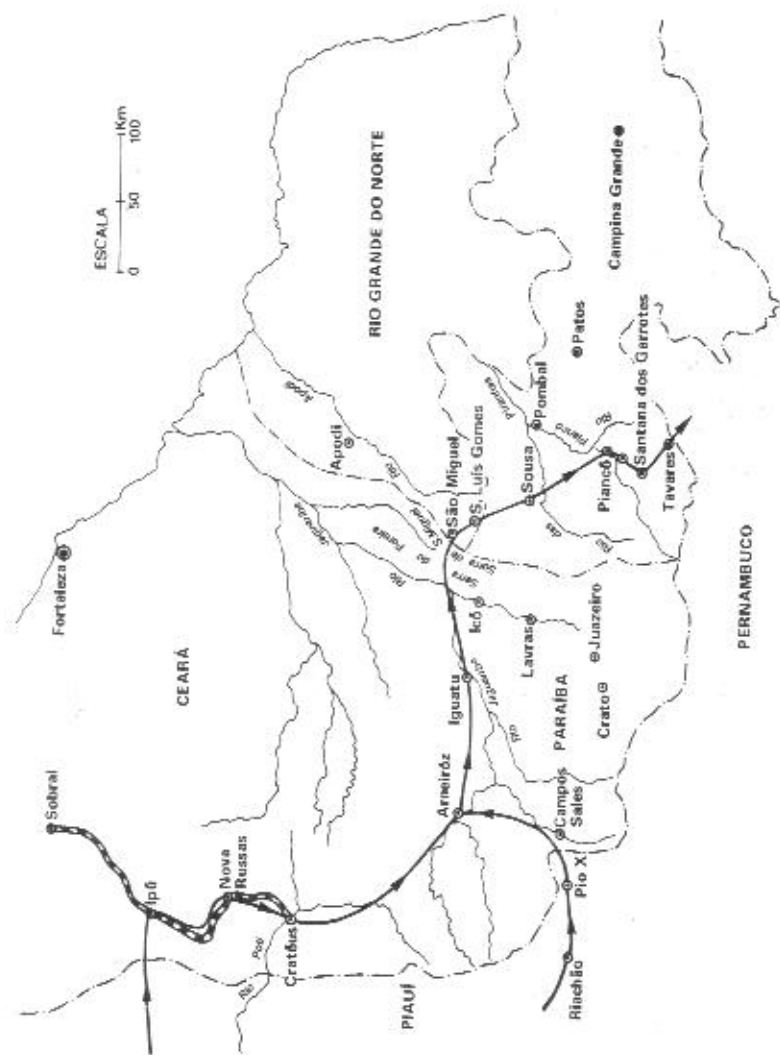
“No Piauí, como aconteceu nos outros lugares por onde passamos, formaram-se à nossa retaguarda, bandos de ladrões que saqueavam os povoados abandonados, praticando toda a sorte de tropelias. “As tropas bernardescas, por sua vez, também arrasavam as propriedades e cometiam as maiores violências contra os habitantes, furtando, roubando, incendiando, estuprando mulheres e matando os homens com uma ferocidade inaudita.”⁴⁸

Em Valença, teria lugar um dos casos pitorescos ocorridos durante a Marcha da Coluna. A “vivandeira” Alzira, gaúcha, que aderira aos rebeldes ainda em Santo Ângelo, armou uma terrível confusão no meio da rua. Ela só tinha 18 anos, mas, sendo meio maluca, costumava dar escândalos, e os soldados, conhecendo o seu jeito, se divertiam provocando-a para deixá-la enraivecida. Na ocasião, Alzira, furiosa, começou a passar horríveis descomposturas, desrespeitando as famílias do local. O fato foi levado ao conhecimento de Prestes, que mandou prendê-la por uma patrulha. Passado algum tempo, um dos soldados dessa patrulha apresentava-se a Prestes e todo perfilado informava: — “Precisamos de reforço, porque Alzira mandou dizer que só vem nua!” Diante disso, todos caíram na gargalhada, e Alzira teve que ser dispensada⁴⁹.

Um pouco antes de chegar à fronteira com o Ceará, num lugar chamado Riachão (hoje Monsenhor Hipólito), Prestes foi promovido a general e Siqueira e João Alberto a coronéis. No Boletim nº 21 da 1ª Divisão Revolucionária, datado de 20/1/1926 e assinado pelo General Comandante Miguel Costa, justificava-se a promoção a Prestes:

“... Considerando mais que a sua bravura, inteligência, dedicação, abnegação, capacidade de comando, estoicismo e desinteresse pessoal, provocaram tão justamente a admiração deste Comando, da tropa, de seus companheiros e, sobretudo, da quase totalidade dos 35 milhões de almas que povoam o Brasil, o qual o considera com o posto de general e assim o trata.”⁵⁰

Era, assim, reconhecida pelo Comandante Miguel Costa uma situação de fato — o papel destacado de Prestes à frente da Coluna.



A Coluna Prestes através dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O papel de padre Cícero, o combate de Piancó e a travessia do São Francisco pelos revoltosos

Enquanto o grosso da Coluna invadia o sul do Ceará, o 2º Detachamento, sob o comando de João Alberto, atravessava o norte do Piauí, ingressando no Estado pela vila de Ipu, na estrada de ferro que levava a Sobral, e ocupando, além de Ipu, as cidades de Nova Russas, Nova Olinda e Crateús. Moreira Lima relata que João Alberto interrompeu o tráfego dessa via férrea, tendo ameaçado Sobral e Fortaleza⁵¹ (ver mapa adiante).

O objetivo da manobra era ameaçar o norte do Ceará, inclusive a sua capital, visando a atrair as forças governistas para lá e, assim, permitir ao grosso revolucionário atravessar tranquilamente o sul do Estado. Prestes relembra, 60 anos depois, aqueles fatos:

“Como no sul do Ceará tinha muita tropa — falavam em 10, 20 mil homens, que estavam na cidade de Campos Sales, em Crato, Juazeiro... ali naquela região —, mandamos o João Alberto pelo norte, para ameaçar a cidade de Sobral. De maneira que, quando eles ... (o inimigo) ... souberam que havia revolucionários marchando na direção de Sobral, essa tropa toda que estava aqui começou a retirar para defender Fortaleza. Ficamos com o caminho livre... Passamos pelo sul do Ceará... O João Alberto passou em Crateús e depois reuniu-se com a Coluna.”⁵²

Em 26/1, a Coluna estava toda novamente reunida na cidade de Arneiroz, em pleno sertão cearense, de onde rumaria para a Serra do Pereiro, na fronteira com o Rio Grande do Norte. Os revoltosos passavam incólumes pelo Ceará, conseguindo driblar o inimigo, que se concentrara no norte, atraído pelas tropas de João Alberto, e no sul, na região de Campos Sales — Crato — Juazeiro, onde o deputado Floro Bartolomeu — político que se tornara muito influente junto ao padre Cícero — reunira forças consideráveis formadas pelos “batalhões patrióticos”, integrados por cangaceiros e criminosos — que, afinal, não se arriscariam a atacar os rebeldes⁵³.

O próprio Floro Bartolomeu viria a confessar de público que havia sido convidado pelo ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, para dirigir a defesa do Ceará; com esse objetivo, arregimentou mil homens em Juazeiro, “fornecendo-lhes alparcatas, blusas, cinturões para facão, colchas, pratos e colheres”. Ao ministro coubera fornecer os fuzis e as munições. O deputado pelo Ceará informava ainda que, após a retirada dos rebeldes do Estado, esses contingentes “patrióticos” haviam sido mandados

para Pernambuco e Paraíba a fim de persegui-los, mas o inimigo evitava qualquer confronto⁵⁴.

O governo Artur Bernardes apelava para os serviços do cangaço no combate à Coluna Prestes. No que se refere ao episódio de arregimentação de "patriotas" no sul do Ceará por Floro Bartolomeu, tem sido apresentado de maneira controvertida o papel do padre Cícero. Enquanto Lourenço Moreira Lima procura desculpar o padre, fazendo crer que ele era apenas uma vítima de gente inescrupulosa do tipo Floro e do fazendeiro Pedro Silvino⁵⁵, existe documentação suficiente revelando que o referido sacerdote se mostrou solidário com o governo Bernardes e disposto a com ele colaborar, durante todo o período em que a Coluna marchou pelo Nordeste.

É evidente que, enquanto Floro Bartolomeu esteve vivo⁵⁶, o padre Cícero — consciente ou inconscientemente — emprestou o seu apoio aos "batalhões patrióticos". E, quando os rebeldes já se encontravam em território pernambucano, o sacerdote concordou em receber Lampião em Juazeiro e participar da cerimônia de concessão da patente de capitão ao chefe cangaceiro, abençoando-o, assim como os seus comandados — que, nessa ocasião, receberam a missão de combater a Coluna nos sertões nordestinos, dispondo de armas e munições fornecidas pelo ministro da Guerra. Esses fatos foram reconhecidos pelo próprio padre Cícero em diversas de suas cartas, muitas das quais lidas da tribuna da Câmara Federal pelo deputado João Batista Lusardo⁵⁷.

Moreira Lima faz menção à carta que o sacerdote dirigiu à Coluna, sem, contudo, perceber que, na verdade, pelo seu teor, a missiva não passava de um convite à rendição, pouco diferindo do que havia sido feito aos rebeldes pelo major Klinger, quando eles ainda se encontravam em Mato Grosso e Goiás⁵⁸.

Já idoso e tomado por forte misticismo, o padre, certamente, debatia-se em sérias contradições, tendo, inclusive, segundo ele mesmo relatava numa das cartas lidas por Batista Lusardo na Câmara, feito um apelo a Lampião para que ele se retirasse do Nordeste e abandonasse as suas práticas criminosas. Dizia o sacerdote que Lampião teria assumido o compromisso formal de deixar o Nordeste e estaria cumprindo a sua promessa⁵⁹.

A atitude de solidariedade e apoio ao governo Bernardes por parte do padre Cícero se evidencia claramente nos vários telegramas por ele enviados ao presidente da República, quando a Coluna Prestes, vindo da Bahia, se dirigia para o Piauí, em julho de 1926. Informava, então, o sacerdote que, diante da ameaça de uma nova invasão rebelde, aconselhara o povo a armar-se e dizia que "eles aqui não penetrarão sem vencer séria resistência lhes oporá

bravos patriotas cearenses, vanguardeiros mais brilhante exemplo abnegação registra História Pátria”⁶⁰. Ao mesmo tempo, o padre solicitava prontas providências do “benemérito Governo Nação, enviando auxílio bravo povo cearense” e sugeria novamente a organização de “batalhões patrióticos” para a defesa do Estado⁶¹.

É conveniente lembrar ainda que o padre Cícero serviria de intermediário entre os “patriotas” e o Governo Federal na condução das gestões para que esse viesse a pagar as somas prometidas aos “coronéis” e cangaceiros convocados para combater os rebeldes. E o próprio ministro da Guerra telegrafaria ao sacerdote dando conta das verbas que estavam sendo liberadas para pagamento dos “batalhões patrióticos”⁶².

Tais fatos vêm apenas confirmar que o célebre sacerdote assumira uma posição de colaboração com as forças da ordem, embora fosse sujeito a vacilações e chegasse a tentar algum tipo de entendimento com os rebeldes — o que, entretanto, ficaria restrito ao terreno das intenções e do palavreado inconsequente⁶³. Na realidade, a preocupação do padre foi sempre ficar bem com todos.

A 3/2, a Coluna iniciava a travessia da Serra do Pereiro, divisa com o Rio Grande do Norte. Seria uma passagem difícil, por uma serra muito abrupta, onde a vanguarda de João Alberto teve de enfrentar o inimigo em seu topo. É emocionante a descrição dessa epopéia, feita por Lourenço Morcira Lima:

“A subida era terrível, mas a Coluna não retrocedia, nem se abalava. Avançava sempre em ordem, os pelotões alertas para enfrentar qualquer eventualidade. De repente, na vanguarda, que era feita pelo destacamento João Alberto, rebentou formidável tiroteio. O inimigo já estava no alto da serra. Houve ordem de apressarmos a marcha. Tocamos para a frente com rapidez, apesar da escuridão e da angústia do caminho.(...) O tiroteio durou cerca de meia hora. O inimigo, que se localizara no alto da ladeira, com cerca de 60 homens, fora batido e fugira, deixando oito mortos e vários prisioneiros.”⁶⁴

No dia seguinte, a Coluna atravessava o Rio Grande do Norte, tendo desbaratado os “patrióticos” que encontrara pelo caminho. E, a 5/2, os revoltosos invadiam a Paraíba. Por coincidência, nesse mesmo dia era descoberto pela polícia o grupo de “tenentes” que se deveria levantar na capital do Estado, de acordo com o plano combinado com Cleto Campello⁶⁵. Fracassara, portanto, qualquer possibilidade de contato dos rebeldes da Coluna com os conspiradores da Paraíba. Restava tentar ainda aproximar-se do Recife, visando apoiar o projetado levante do tenente Cleto Campello.

Em sua Marcha pelo sertão paraibano, a Coluna passava, em 9/2, pela vila de Piancó, onde seria recebida com hostilidade pela força que a guardava, formada por cerca de 60 soldados da polícia e perto de 100 cangaceiros e pessoas de responsabilidade, sob o comando do padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político local e deputado estadual⁶⁶.

Piancó viria a ser palco de acontecimentos sangrentos, quando o padre Aristides e seus capangas acabaram sendo justicados pelos revoltosos. Esse foi, aliás, um dos poucos episódios da Marcha da Coluna em que os revolucionários fizeram justiça pelas próprias mãos. Em geral, como é sabido, os confrontos eram por eles evitados, consistindo sua tática em manobrar para driblar o adversário.

Como seria de esperar, os governistas trataram de tirar proveito desses acontecimentos, deturpando os fatos, para acusar os rebeldes de sanguinários e transformar o padre Aristides em mártir da "legalidade". José Joffily, conhecido escritor paraibano, chegou a fazer um inventário de 18 autores que trataram do episódio de Piancó, concluindo que sete, entre eles, absolvem a Coluna e 11 o padre Aristides⁶⁷. Certamente, há outros depoimentos sobre os fatos ocorridos em Piancó, mas o critério da verdade não deve ser o do maior ou menor número de testemunhos a favor ou contra, nem tampouco o da neutralidade, inexistente em questões que envolvem a luta de classes e o embate no terreno ideológico. Somente uma análise global do ocorrido, inserida no contexto da época e tendo como ponto de partida uma visão de engajamento junto aos oprimidos e àqueles que lutam pelo progresso social — ainda que de maneira inconsciente —, pode determinar a adoção de uma versão como mais próxima da verdade.

A partir desse ponto de vista, decidimos aceitar a versão de Prestes, confirmada no fundamental por Lourenço Moreira Lima, Ítalo Landucci, João Alberto Linz de Barros e Osvaldo Cordeiro de Farias, sendo que o último teve participação direta nos acontecimentos⁶⁸. Vejamos o relato de Prestes:

"A Coluna entrou em Piancó com uma certa tranquilidade. Havia uma rua muito larga, uma dessas ruas do Nordeste, dos povoados do Nordeste — as ruas são largas, com uma fileira de casas do lado, tanto que, em vez de chamar de cidade, povoado, chama-se rua, porque só tem essa rua; essa rua é o principal. E logo o primeiro que apontou nessa rua — o sargento Laudelino, que vinha do Rio Grande do Sul e era muito querido pela tropa — sofreu um fogo cruzado dos dois lados. (...)

"Quem teve a iniciativa? Foi o padre, chamado padre Aristides, que era proprietário de terras, cangaceiro e deputado. Pediu, então, que a polícia viesse para defender Piancó. E realmente a poli-

cia veio. Mas o que a polícia sabia é que a tropa não era uma tropa regular. Seria um grupo de bandoleiros. De maneira que a polícia tomou conta do lado esquerdo, e o padre ficou numa casa, com os capangas dele. (...)

“Fizeram fogo cruzado e o sargento caiu⁶⁹; os soldados ficaram indignados e entraram feito feras. Botaram logo uma metralhadora pesada, e a polícia percebeu que não era uma tropa de bandoleiros. E, quando os policiais verificaram isso, deram o fora, bateram o pé. E fugiram.(...)

“Aí o padre ficou isolado. O Cordeiro de Farias é que comandava o destacamento de vanguarda, mas ele estava atrás. Então, a vanguarda veio, atacou a casa lá do padre e acabou com o padre. Isso até hoje se fala como foi. Porque o padre içou bandeira branca e começou a dizer que era parente do Siqueira Campos, porque a família do Siqueira era do sertão de Pernambuco. (...) Disseram ao padre que se entregasse, mas ele resistia. Num posto de gasolina, perto, pegaram uma lata de querosene e jogaram lá, botaram fogo e, aí, o padre se entregou com os homens dele. Em frente à casa do padre tinha uma grande escavação, dessas de tirar terra para fazer reboco de barro, para construção. Aí formaram o padre com os cangaceiros dele e fuzilaram. Quando o Cordeiro soube, já o fato estava consumado. Isso até hoje, na Paraíba, se fala. O ‘mártir’ da reação. Na beira desse buraco, foi fuzilado. Mas havia soldados — depois eu ainda vi — que, quando entravam na cidade e viam o corpo do sargento, iam meter a espada lá na cara do cadáver, lá no olho do padre, de tão indignados que estavam. Sabe o que é a indignação, assim, quando morre um companheiro querido?”⁷⁰

Dessa maneira, Prestes explica o fato de o padre Aristides e seus capangas terem sido justicados pelo ódio que se apoderou dos companheiros do sargento Laudelino Pereira da Silva, quando o viram cair “mortalmente ferido na entrada da vila de Piancó”⁷¹, vítima de uma cilada armada pela polícia. Junto com Laudelino, morreram na ocasião mais cinco soldados da Coluna, que haviam avançado, acreditando no desejo de paz do inimigo, pois os policiais chegaram a hastear a bandeira branca antes de debandar. Prestes recorda:

“Pensando que era realmente bandeira branca, foram tiroteados e morreram alguns outros companheiros... (Os sobreviventes)... ficaram com um ódio tremendo devido à falsidade de levantar uma bandeira branca.”⁷²

A opinião de Cordeiro de Farias, gravada mais de 50 anos após aqueles acontecimentos, não difere da externada por Prestes:

“As primeiras balas mataram à queima-roupa seis homens que vinham comigo desde o Rio Grande... Isso me provocou um ódio incontrollável. L. não resistiu a qualquer preço. (...)

“Ninguém evita o ódio numa situação daquelas. Perdi entre 30 e 40 soldados em Piancó, homens que nos acompanhavam desde o Rio Grande e São Paulo.”⁷³

Vê-se, portanto, que em Piancó houve uma explosão espontânea de ódio, provocado por uma vil traição — o hasteamento da bandeira branca e, ao mesmo tempo, o ataque aos rebeldes —, que levava à morte de um companheiro querido e estimado por todos. Não fora um simples ato de vandalismo, igual àqueles cometidos pelas tropas da “legalidade” contra homens e mulheres indefesos, em diversos pontos do país, como o bárbaro assassinato da velha Tia Maria, que acompanhava a Coluna desde São Paulo, servindo de cozinheira, e acabaria sendo cruelmente sangrada pela polícia da Paraíba⁷⁴.

Deve-se registrar também que, a partir do episódio de Piancó, o prestígio da Coluna viria a crescer no Nordeste. Cordeiro de Farias comenta as razões existentes para isso:

“O padre Aristides, cujas ordens religiosas estavam suspensas, era um chefe político que, embora tivesse seus aliados, tinha também inimigos em toda aquela região da Paraíba. Então, começamos a receber manifestações de regozijo por termos acabado com ele.”⁷⁵

O território pernambucano fora atingido pela vanguarda da Coluna a 11/2; o ingresso no Estado seria feito pela região situada entre as vilas de Flores e Ingazeira dos Afogados (ver mapa adiante). No dia seguinte, o grosso da Coluna acompanhava a vanguarda no mesmo trajeto. E, já no dia 14, dava-se o primeiro combate, no lugar chamado Carneiro (ou Umburanas), situado na estrada de automóveis que ligava Custódia e Flores, com tropas da polícia pernambucana, sob o comando do já citado coronel João Nunes. O combate de Carneiro entraria para a História, pois fora muito violento, embora rápido, sendo o inimigo completamente destroçado. Moreira Lima relata que a polícia pernambucana perdeu 15 homens mortos e 15 prisioneiros, salvando-se os demais “por se haverem refugiado na caatinga, onde a nossa cavalaria não os podia perseguir”. E acrescenta:

“À frente dos fugitivos corria o coronel João Nunes que abandonou os seus comandados em pleno combate, como um misero poltrão, e gastou dois dias para alcançar Custódia, a três léguas de distância, onde chegou ‘arrasado’ (...), a pé e com a roupa estraçalhada pelos espinhos da caatinga.”⁷⁶

Nessa ocasião, os revoltosos apoderaram-se dos caminhões do inimigo e os incendiaram, como já haviam feito com os do major Klinger, em Goiás. A Coluna também teve alguns feridos no com-



A travessia de Pernambuco pela Coluna Prestes.

bate de Carneiro, um dos quais viria a falecer dias depois. Era o famoso capitão Preto, "bravo e capaz como poucos", cuja sepultura seria violada pelo inimigo, atirando o corpo aos urubus⁷⁷.

Nos dias que se seguiram, os rebeldes não tiveram descanso, sendo permanentemente apossados por tropas inimigas do Exército, de diversas polícias estaduais e de cangaceiros a serviço do governo. A locomoção das tropas era facilitada pelo fato de, já naquela época, o sertão pernambucano estar cortado por diversas estradas de automóveis. A Coluna seria obrigada a permanecer por alguns dias na região, apesar da intensa perseguição que lhe era movida pelo inimigo, pois o Rio Pajeú estava cheio, o que tornava muito difícil a sua travessia⁷⁸.

Combatiam contra a Coluna, nessa zona do vale do Pajeú e do Riacho do Navio, de 15 a 20 mil homens, que o governo havia ali concentrado. Entrementes, o major Ary Galgado Freire partira a cavalo, acompanhado por elementos do 4º destacamento, em direção a Recife, na tentativa de obter informações sobre o programado levante do tenente Cleto Campello, tendo regressado logo, pois ao chegar à cidade de Buique soubera do fim trágico dos companheiros que se rebelaram em Jaboatão⁷⁹.

Haviam fracassado, portanto, os planos do comando da Coluna de colaborar com os revolucionários pernambucanos. Nada mais

restava a fazer no Estado. A única saída para os rebeldes, que vinham enfrentando combates diários com um inimigo que contava com esmagadora superioridade numérica e militar, era tentar chegar até o Rio São Francisco e atravessá-lo, passando à Bahia, onde ainda havia esperanças de conseguir armas e algum tipo de apoio que permitissem à Coluna sobreviver e, quiçá, realizar o velho sonho de marchar sobre o Rio de Janeiro.

Ao chegar à fazenda Cipó, a Coluna seria violentamente atacada, enfrentando um dos mais sérios combates da Marcha, com grande número de mortos e feridos, sendo que o inimigo também sofreria grandes perdas. Mais uma vez, os rebeldes conseguiram escapar, indo reunir-se adiante na fazenda Buenos Aires, onde acamparam em 22/2. Estavam num contraforte da Serra Negra. Aproximavam-se três poderosas colunas inimigas, pretendendo envolver a Coluna num círculo de ferro. É o cronista da Coluna que relata os acontecimentos:

“Prestes fez, então, uma manobra audaciosa. Marchando da fazenda Buenos Aires para o lugar Caraíba no dia seguinte, 23, passou novamente, a 24, na fazenda Cipó, atingindo no dia imediato, 25, a fazenda Brejinho, a três léguas do São Francisco. Descreveu, assim, um arco de 23 léguas, através das caatingas, veredas terríveis, com atoleiros quase intransponíveis, acossado por uma chuva torrencial e fazendo marchas noturnas, com etapas diárias de 13 léguas.”⁸⁰

Para o êxito da manobra, teria grande importância o conhecimento detalhado do terreno pelo comando da Coluna, o que era inteiramente desprezado pelos “bernardescos”. Recordando o combate de Cipó, Prestes conta:

“Foi um combate em quatro frentes com forças inimigas, e conseguimos escapar. Essa é a lição da importância de conhecer o terreno. A única pessoa, sem nenhuma vanglória minha, que tinha paciência de falar com os moradores era eu. O Siqueira Campos irritava-se, porque os pobres falam uma língua diferente da nossa. Então, primeiro, precisava fazer com que eles nos entendessem; e, segundo, entender a língua deles. E também os costumes, por exemplo, a légua. O camponês, o sertanejo tem a légua de a pé e a légua de cavalo. Porque a légua para ele é uma hora de marcha. De maneira que a légua... uma hora de marcha a cavalo é uma coisa, e uma hora de marcha a pé é outra coisa. Se você não presta atenção...

“(...) O Siqueira desesperava, e o indivíduo, que já estava 'areado', como eles dizem, ficava mais 'areado' ainda, ficava mais tonto. Eu tinha a paciência de ouvir. Por isso, eu obtinha muitas informações. E, com essas informações, então, eu fazia os mapas, locali-

* “Arcado”: perdido, tonto, desorientado.

zando fazendas, povoados... E alguns ficavam localizados a distâncias grandes, até 100 quilômetros. Os piquetes saíam e sabiam onde iam e onde se encontrar com a Coluna. Em geral, os piquetes saíam a cavalo. E um piquete desses, comandado, às vezes, por um analfabeto, tinha o tino suficiente para fazer parar um regimento do Exército. Por quê? ... (O piquete)... tiroteava de flanco — a cavalo, quatro, cinco, seis homens —, a vanguarda ... (do inimigo)..., e eles pensavam que era a vanguarda da Coluna. Então, de acordo com as instruções da Missão Militar Francesa, a solução era abrir trincheira. Abriam trincheira e começavam a explorar. E como não encontravam nada... mas perdiam tanto tempo, que acabavam acampando ali mesmo. Enquanto isso, a Coluna estava passando no nariz deles. Isso aconteceu diversas vezes.”⁸¹

Ao passar pela fazenda Cipó, na região do Riacho do Navio — um dos sertões mais bravos de Pernambuco —, os rebeldes tiveram contato com uma tropa que, ao que parece, seria dos homens de Lampião, pois dirigiram-se de longe aos soldados da Coluna chamando-os de “macacos”, apelido que sabidamente davam à polícia. Tendo os rebeldes gritado que não eram da polícia, foram deixados em paz. Tudo indica, portanto, que Lampião não quis combater a Coluna, mesmo tendo recebido armas e dinheiro do governo para esse fim, conforme já foi visto⁸².

Em 24/2, a Coluna marchava em direção à fazenda Brejinho, situada a três léguas do São Francisco, o grande rio que os rebeldes pretendiam atravessar. Ao mesmo tempo, Prestes fazia chegar ao general Miguel Costa a “Ordem de Operações para a passagem do São Francisco”, redigida na fazenda Soares e que, segundo Moreira Lima, “pela sua concisão, lembra uma ordem napoleônica”⁸³. O documento não só previa com detalhes todos os movimentos a serem realizados pelas forças rebeldes, como revelava o respeito com que Prestes tratava o general Miguel Costa, mantendo-o permanentemente a par de todas as decisões que ia adotando, embora as tomasse sem consultar previamente o Comandante da 1ª Divisão Revolucionária. Na prática, Prestes comandava a Coluna, mas tinha o cuidado de parecer subordinado ao general Miguel Costa, apresentando-lhe como sugestões as medidas que ia tomando e tratando de pô-las em execução de imediato. Miguel Costa sempre aceitava as decisões do seu chefe do Estado-Maior, reconhecendo-lhe a sabedoria e competência⁸⁴.

As disposições contidas na “Ordem de Operações para a passagem do São Francisco” seriam rigorosamente cumpridas por todos os destacamentos da Coluna, não obstante as terríveis dificuldades que os revoltosos tiveram de enfrentar durante o caminho que levava à fazenda Brejinho. A descrição dessa epopéia, feita por Moreira Lima, é uma das páginas mais impressionantes de seu diário:

"Atravessamos o atoleiro durante a noite. Penetrei nesse tremendo às sete horas da tarde, somente conseguindo sair dele às duas da madrugada. Marchávamos a pé, enterrando-nos na lama, muitas vezes, até quase a barriga.

"Os animais, puxados pelas rédeas, atolavam-se, a cada passo, dando um trabalho indescritível para serem salvos.

"As padiolas eram levadas à mão e as cargas conduzidas nos ombros dos soldados.

"Descansávamos, de quando em vez, para conseguir romper aquele grande lamaçal e ao chegarmos à fazenda Brejinho estávamos quase exaustos pelos esforços dispendidos naquela penosa travessia, de cuja brutalidade é difícil dar uma idéia perfeita."⁸⁵

Os rebeldes empreenderam a travessia do São Francisco entre o lugar Várzea Redonda e a cidade de Jatobá (hoje Petrolândia), durante o dia 25 e a madrugada de 26/2. O inimigo levava todas as embarcações disponíveis para o lado baiano do rio, mas um soldado da Coluna descobriu uma pequena canoa escondida no mato e, tendo com ela atravessado o rio, trouxe uma outra maior, com a qual se iniciou a passagem da Coluna para a Bahia. Barcas maiores foram arranjadas no lado direito do São Francisco e, rapidamente, os revolucionários transporiam esse rio, vencendo assim mais uma "barreira intransponível", segundo a opinião dos generais bernardistas⁸⁶.

A cavallada seria abandonada em Pernambuco, por estar muito enfraquecida e ser difícil o seu transporte através do rio. A Coluna passara para a Bahia sem encontrar resistência inimiga, pois os governistas não esperavam semelhante façanha de parte dos rebeldes e, conseqüentemente, permaneceram concentrados mais ao Norte, na região do Riacho do Navio e da Serra Negra. Mais uma vez, 1200 homens quase desarmados, pertencentes à Coluna Prestes, alcançavam uma importante vitória, ao deixar para trás cerca de 20 mil soldados bem armados e municiados, dispondo de veículos motorizados, que o governo deslocara para a região⁸⁷. Novamente, os generais da "legalidade" acabaram permitindo que os rebeldes escapassem incólumes.

NOTAS

1 - LCP, fita 5, pp. 35-36.

2 - "Ao Comando Geral das Forças Revolucionárias", ofício entregue pelos representantes do Partido Republicano Maranhense, Carolina, 8/11/1925. Ver no Anexo nº 33.

Carta de Juarez Távora ao Desembargador Dioclides Mourão, Carolina, 21/11/1925. Ver no *Anexo* nº 34.

Carta de Juarez Távora ao Dr. Tarquínio Lopes Filho, Carolina, 21/11/1925. Ver no *Anexo* nº 35.

3 - Cf. "Ao Comando Geral das Forças Revolucionárias", ofício entregue pelos representantes do Partido Republicano Maranhense, Carolina, 8/11/1925. Ver no *Anexo* nº 33.

4 - GOMES, João. Entrevista. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/7/1926.

CUNHA, Hygino. *Os Revolucionários do Sul Através dos Sertões Nordestinos do Brasil*. Teresina, Oficinas de "O Piauí", 1926. p. 138.

5 - Cf. *Folha do Povo*, Maranhão, 26/10/1926, p. 1.

6 - Cf. *A Mocidade*, Carolina, nº 157, 7/11/1925; nº 160, 28/11/1925. *O Libertador*, Carolina, nº 8, 19/11/1925.

7 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 204-205.

8 - LCP, fita 4(B), p. 42.

9 - LCP, fita 5, p. 1.

10 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 212.

11 - Cf. *A Mocidade*, Carolina, nº 157, 7/11/1925.

12 - *A Mocidade*, Carolina, nº 160, 28/11/1925.

13 - Id., *ibid.*

14 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 207.

15 - LCP, fita 5, pp. 25-27.

16 - LCP, fita 5, pp. 28-30.

17 - LCP, fita 5, p. 30.

18 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 203.

LCP, fita 5, pp. 11 e 30.

19 - LCP, fita 5, p. 31.

20 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 203.

Comando da 1ª Divisão Revolucionária, acampada na Baixa do Coxo, Estado da Bahia, 29/2/1926. Boletim nº 22. (Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgard Leuenroth -- Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.)

21 - LCP, fita D(1), pp. 4-5.

22 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 221-222.

23 - Id., *ibid.*, p. 213.

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Difel, 1977, p. 172.

24 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 213.

25 - Id., *ibid.*

26 - LCP, fita C(2), p. 34.

27 - LCP, fita 5, p. 1.

28 - Lourenço Moreira Lima e Juarez Távora falam em 1500 homens. Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 217.

TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 3. Op. cit., p. 65. Ver também LCP, fita C(2), p. 41.

29 - LCP, fita 5, pp. 2-4.

- 30 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 215-218.
 CUNHA, Hygino. Op. cit.
 TÁVORA, Juarez, Op. cit., pp. 64-85.
 OLÍMPIO, Matias. *A Incurso dos Rebeldes no Piauí* (subsídios e documentos para a História). Teresina, Tipografia de "O Piauí", 1926.
 CASTRO, F. Pires de (desembargador) e NAPOLEÃO, Martins (professor). *Os Rebeldes no Piauí* (subsídios e documentos para a História). Teresina, Tipografia de "O Piauí", 1926.
 PINHEIRO FILHO, Celso e PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*, história da Polícia Militar do Piauí. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975, cap. 32.
 Comando da 1ª Divisão Revolucionária, acantonamento em Riachão, Estado do Piauí, 20/1/1926. Boletim nº 21. Ver no Anexo nº 21.
 31 - "Proclamação da bancada piauiense na Câmara Federal". In: CUNHA, Hygino. Op. cit., p. 27.
 32 - LCP, fita 5, p. 5; fita 7, p. 23.
 33 - LCP, fita 5, pp. 5-6.
 34 - LCP, fita 5, p. 6.
 35 - Cf. OLÍMPIO, Matias. Op. cit.
 GOMES, João. Entrevista. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/7/1926.
 36 - Cf. as obras e documentos acima citados.
 37 - LCP, fita 5, pp. 7-8.
 Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 225-235.
 Carta de Juarez Távora a Luiz Carlos Prestes, Teresina (Piauí), 1º/1/1926. Ver no Anexo nº 36.
 Carta de Luiz Carlos Prestes a Juarez Távora, acantonamento na vila Natal, 4/1/1926. Ver no Anexo nº 37.
 Ver as obras e documentos acima citados.
 38 - Cf. Carta de Juarez Távora a Luiz Carlos Prestes, Teresina (Piauí), 1º/1/1926. Ver no Anexo nº 36.
 Carta de Luiz Carlos Prestes a Juarez Távora, acantonamento na vila Natal, 4/1/1926. Ver no Anexo nº 37.
 39 - Relatório do general João Gomes, 28/2/1926. A.A.B., microfilme 20/B17.
 40 - LCP, fita 5, pp. 9-10.
 Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 220 e 235.
 41 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 235.
 42 - Id., *ibid.*, pp. 235-236.
 TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 88.
 43 - "Mensagem aos Revolucionários de Pernambuco". *O 5 de Julho*, nº 54. Ver no Anexo nº 13.
 44 - Sobre o levante em Pernambuco, ver TÁVORA, Juarez. Uma Página da Revolução Brasileira. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 7/7/1928; e MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 260.
 Sobre a conspiração na Paraíba, ver JOFFILY, José. *Revolta e Revolução: 50 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. pp. 47-49; MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 250-251; e FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *A Coluna Prestes e a Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1980, pp. 13-17.
 Sobre o levante em Sergipe, ver DAN'AS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe*. Petrópolis, Vozes, 1974.
 No Ceará, o levante estava sendo organizado por Manuel do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez Távora. Ver MACAULAY, Neill. Op. cit., p. 180.

- 45 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 238.
- 46 - Id., ibid.
TÁVORA, Juarez. *A Gusa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924* v. 3. Op. cit., p. 88.
- 47 - Cf. a nota nº 38 do Capítulo III deste trabalho.
- 48 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 221.
- 49 - Id., ibid., p. 237.
LCP, fita 7, p. 17-18.
- 50 - Comando da 1ª Divisão Revolucionária, acantonamento em Riachão, Estado do Piauí, 20/1/1926. Boletim nº 21. Ver no *Anexo* nº 21.
Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 238.
- 51 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 241.
TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 89.
- 52 - LCP, fita 5, pp. 10-11.
- 53 - Sobre o padre Cicero e a influência sobre ele exercida por Floro Bartolomeu, ver DEILA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Trad. de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; MOREL, Edmar. *Padre Cicero -- o Santo de Juazeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 104; MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 245.
LCP, fita D(1), p. 31; fita 5, p. 22.
- 54 - BARTOLOMEU, Floro. Entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* de Recife, transcrita no *Diário do Ceará*, Fortaleza, 3/3/1926, p. 1.
- 55 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 243-245.
- 56 - Floro Bartolomeu estava doente e faleceu nos primeiros dias de março de 1926. Cf. *Diário do Ceará*, Fortaleza, 10/3/1926; e MOREL, Edmar. Op. cit., p. 104.
- 57 - Discurso do deputado Batista Lusardo na Câmara dos Deputados, sessão de 16/7/1926. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1926, v. IV. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, pp. 122-125.
MOREL, Edmar. Op. cit., pp. 108-111.
CHANDLER, Billy Jaynes, *Lampião, o Rei dos Cangaceiros*. Trad. de Sarita Linhares de Barsted. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. pp. 74-86.
- 58 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 244.
Carta do padre Cicero Romão Batista a Luiz Carlos Prestes e seus companheiros de luta, 20/2/1926. Ver no *Anexo* nº 38.
- 59 - Carta do padre Cicero Romão Batista, publicada no *Jornal do Comércio*, Fortaleza, 7/5/1926. Apud Discurso do deputado Batista Lusardo na Câmara dos Deputados, sessão de 16/7/1926. Op. cit., p. 124.
- 60 - Telegrama do padre Cicero Romão Batista ao Presidente Artur Bernardes, Juazeiro, 12/7/1926. A.A.B., microfilme 17/B14.
Também ver: Telegrama do padre Cicero Romão Batista ao Presidente Artur Bernardes, Juazeiro, 13/7/1926. A.A.B., microfilme 17/B14.
- 61 - Telegrama do padre Cicero Romão Batista ao Presidente Artur Bernardes, Juazeiro, 13/7/1926. A.A.B., microfilme, 17/B14.
- 62 - Cf. Discurso do deputado Batista Lusardo na Câmara dos Deputados, sessão de 16/7/1926. Op. cit., p. 125.
- 63 - Cf. Carta do padre Cicero Romão Batista a Luiz Carlos Prestes e seus companheiros de luta, 20/2/1926. Ver no *Anexo* nº 38.
- 64 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 248.

- 65 - Id., *ibid.*, p. 251.
- 66 - Id., *ibid.*, p. 255.
- 67 - Cf. JOFFILY, José. Op. cit., pp. 59 e 77.
- 68 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 255-258.
 LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 114-116.
 LINS DE BARROS, João Alberto. Op. cit., pp. 137-138.
 CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (org.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Op. cit., pp. 142-146.
- 69 - FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Depoimento; 1976-1980*. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc -- História Oral. (Datilografado), pp. 288-290.
- 69 - Segundo Lourenço Moreira Lima, o sargento Laudelino Pereira da Silva teria sido morto ao penetrar na casa do padre, o que é desmentido por Luiz Carlos Prestes. Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 258;
 LCP, fita D(1), pp. 38-40.
- 70 - LCP, fita 5, pp. 12-14.
- 71 - LCP, fita D(1), p. 40.
- 72 - LCP, fita D(1), p. 39.
- 73 - CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (org.). Op. cit., p. 145.
- 74 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 185, 259 e 375.
- 75 - CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (org.). Op. cit., p. 145.
- 76 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 261.
- 77 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p.º 262.
 O combate de Carneiro é descrito não só por L. Moreira Lima (Op. cit., pp. 260-263), como também nas seguintes obras e documentos:
 TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. Op. cit., pp. 91-92.
 LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 117-119.
 LINS DE BARROS, João Alberto. Op. cit., p. 139.
 COSTA, Miguel e LINS DE BARROS, João Alberto. Entrevista. *Diário Nacional*, São Paulo, 30/3/1928.
 Mensagem do Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Sérgio Loreto, apresentada ao Congresso Legislativo, em 7/9/1926, pp. 33-36.
 Telegrafamas diversos do Governador de Pernambuco, Dr. Sérgio Loreto. AAB, microfilme 20/B17.
- L. C. Prestes, em seus depoimentos à autora, confunde as datas, ao situar o combate de Carneiro após o de Cipó. [LCP, fita D(1), pp. 44-52; fita D(2), p. 1-26; fita 5, pp. 18-19].
- 78 - LCP, fita 5, pp. 15-16.
 PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 79 - LCP, fita 5, p. 15-16.
- 80 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 270.
- 81 - LCP, fita 5, pp. 23-25.
- 82 - LCP, fita 5, pp. 21-22.
 MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 271.
- 83 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 272.
 "Ordem das Operações para a passagem do São Francisco", Soares, 24/2/1926. Ver no *Anexo nº 39*.
- 84 - LCP, fita 6, pp. 34-36.
- 85 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 272.

86 - Telegramas diversos do general João Gomes ao general Mariante. Apud Grupo de Destacamentos Mariante. Extrato dos principais documentos relativos às operações do "GRUPO" no Estado da "Bahia", nos meses de fevereiro e março (de 1926). Original, datilografado, 24 p., pp. 2 e 5. AAB, microfilme 20/B17.

Telegrama do Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, ao general João Gomes, de 20/2/1926. A.A.B., microfilme 05/B-3. (Nesse telegrama, o general Setembrino dizia que os rebeldes não se atreveriam a atravessar o São Francisco "não só pela sua largura", como para não perder os cavalos, "o seu principal elemento de mobilidade".)

MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 273-274.

87 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 275.

Informes oficiais disseram, na época, que o prefeito de Jatobá teria facilitado a travessia do São Francisco pelos rebeldes, o que não corresponde à realidade. Cf. Mensagem do Governador do Estado da Bahia, Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, à Assembléia Geral Legislativa, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 7/4/1927, pp. 233-235.

Existem os autos da justificação em juízo desse prefeito, os quais estariam em posse do Dr. Paulo Cavalcanti. Cf. Reportagem no *Diário de Pernambuco*, Recife, 18/3/1986, Seção B.

L. C. Prestes, em entrevista à autora, também desmentiu essa informação.

Capítulo VII

A travessia da Bahia e a marcha para o exílio. O fracasso do combate governista à Coluna

“Dentro da noite, uma vela
de cera de carnaúba
com sua luz amarela
um fio de luzes subindo
que procissão é aquela?
na Serra do Sincurá
soldados caminham nela
subindo a pé vão puxando
os animais vão naquela
marcha lenta, padiolas
da chama à luz amarela
os homens de sete fôlgos
ofegam, que marcha aquela!
dentro da noite, Coluna,
dentro da noite, uma vela.”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

A campanha da Bahia e Minas Gerais

Os rebeldes marchavam a pé pelos sertões da Bahia, pois os poucos animais que os acompanharam na travessia do São Francisco eram destinados aos doentes e às cargas. Só vários dias depois seriam encontrados cavalos e, numa determinada região, de Salgado Melão em diante, grande quantidade de jumentos, que também eram empregados na montaria dos soldados da Coluna¹.

O próprio Prestes marchava a pé, conforme ele mesmo recorda:

“Quando havia falta de cavalo, quando começavam os cavalos a faltar, eu era o primeiro a dar o meu cavalo para o doente, para o estropiado, etc. e marchava a pé. E era útil para mim, porque eu, marchando a pé, eu tinha contato com toda a fileira de homens.

Às vezes, eu organizava a retaguarda, depois ia marchando, passando pela Coluna inteira até alcançar a vanguarda. Com isso, eu falava com todos os soldados. Conhecia todos eles, de nome e apelido também. Cada um tinha o seu apelido. Todos eles tinham nome e apelido.”²

Esse contato permanente de Prestes com os soldados da Coluna criava entre eles laços de grande amizade e confiança, levando os combatentes da Marcha a terem verdadeira veneração pelo “seu general”, o que, mesmo hoje, é percebido quando se entrevistam os ex-combatentes da Coluna³.

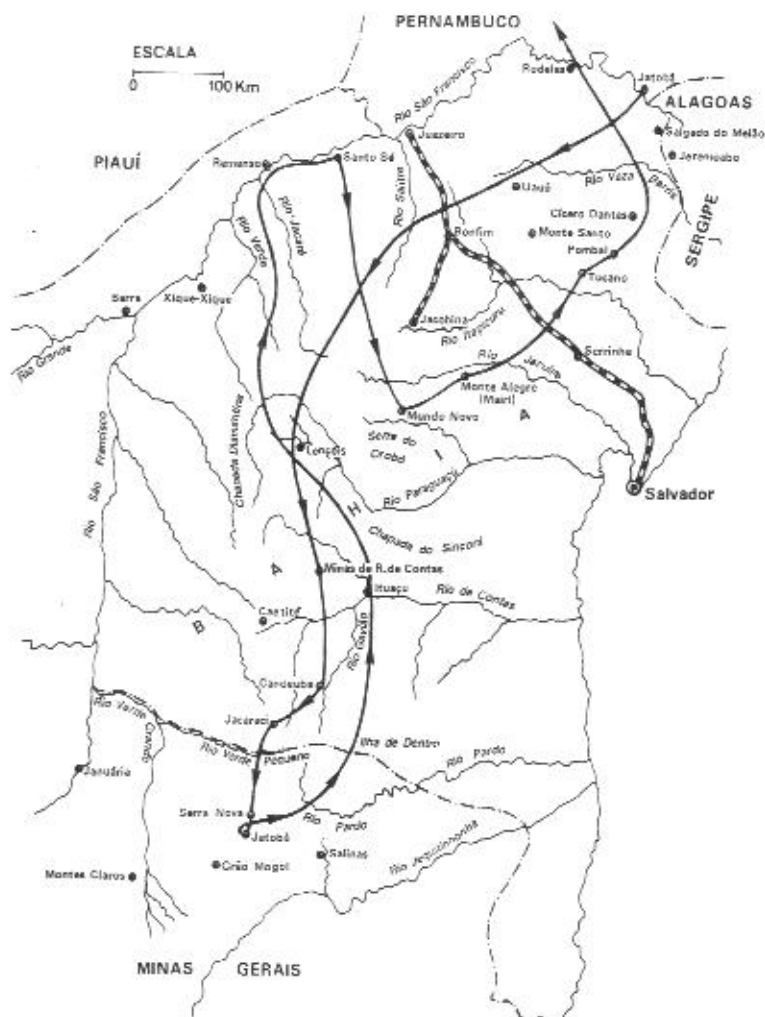
Os revoltosos passariam pelos célebres sertões de Canudos, atravessando as caatingas brabas da região. O cronista da Marcha assinala que foram percorridos 558 quilômetros do “Desertus Austral” de Martius, “perlustrando-os das suas lindas setentrionais às meridionais, assinaladas pelo Rio do Inferno, a pouca distância da Chapada Diamantina”⁴ (ver mapa adiante).

Devido à propaganda feita pelos “bernardescos” contra os rebeldes, as populações, em pânico, abandonavam as vilas, povoados e cidades, temerosas do que lhes poderia acontecer com a chegada dos revoltosos. Quem, entretanto, cometia toda sorte de tropelias contra o povo indefeso eram as tropas a serviço do governo⁵.

Os revolucionários marchavam em direção ao Sul, através da Chapada Diamantina, pelo divisor de águas, entre os rios que correm para o Atlântico e os que escoam para o São Francisco. Essa fora uma escolha deliberada de Prestes — o que fica claro a partir de seus depoimentos — para evitar as águas desses rios cheios, num período de intensas chuvas. É o próprio Prestes quem esclarece:

“Dessa maneira, a marcha não foi interrompida por nenhum rio. Nós atravessamos numerosos riachos, mas eram nascentes.(...) A força do governo, que foi por baixo, pelo lado dos rios que correm para o Atlântico, essa teve até gente afogada; morreram muitos afogados da polícia do Rio Grande, de outras polícias, que estavam lá, que tinham sido mandadas para a Bahia.”⁶

Ao atravessar a Chapada Diamantina, a Coluna escapava das enchentes dos rios, mas passava a ser fustigada pelos jagunços do “coronel” Horácio de Mattos, o verdadeiro dono dessa região⁷. Esse grande fazendeiro e poderoso chefe — legítima expressão do “coronelismo”⁸, que pouco antes havia assumido compromissos de lealdade ao presidente da República⁹ — criara o “batalhão patriótico” de Lavras Diamantinas, atendendo à convocação feita pelo Governo Federal, com o objetivo de combater os revoltosos. A missão recebida por Horácio de Mattos era noticiada nas páginas de *O Sertão*, jornal pertencente à sua família:



A travessia da Bahia e norte de Minas Gerais pela Coluna Prestes (ida e volta). A manobra do "laço húngaro".

“O deputado federal dr. Francisco Rocha, em Joazeiro, onde estava com o cel. Mariante, em vista dos rebeldes marcharem para estes lados telegrafou ao cel. Horácio de Mattos, autorizando a criação de um batalhão patriótico, requisição de animais e arreios.”¹⁰

Tanto o “batalhão patriótico” comandado por Horácio de Mattos, como outros, formados por cangaceiros chefiados por diversos “coronéis” do Nordeste — Franklin de Albuquerque, Abílio Wolney, José Honório Granja, Deocleciano Teixeira e, em especial, Geraldo Rocha, amigo particular de Bernardes e dono do jornal carioca *A Noite* — regimento pagos pelo Governo Federal e armados pelo Ministério da Guerra, empenhar-se-iam em mover, a partir dos sertões baianos, uma perseguição atroz e permanente aos rebeldes¹¹. Diante dos repetidos insucessos sofridos pelas forças militares governistas no combate à Coluna Prestes, os jagunços dos “coronéis” nordestinos passavam a ser o principal instrumento do governo Artur Bernardes na luta contra os revoltosos.

Com o objetivo de destruí-los, todos os meios seriam válidos. Para isso, o dinheiro correria a rodo, sendo fartamente distribuído entre os “coronéis” a serviço da “legalidade”. Assim, Geraldo Rocha telegrafava a Deocleciano Teixeira, de Caitité, em 7/4/1926:

“Estou autorizado pelo dr. presidente da República a assegurar aos chefes civis que quem liquidar esse movimento terá o prêmio de 500 contos de réis e autorizo a oferecer esse prêmio aos seus amigos.”¹²

Geraldo Rocha, cujo primo Francisco Rocha era deputado federal, servia de intermediário entre Bernardes e os demais “coronéis” na distribuição do dinheiro público e das ordens para perseguir os revoltosos. Dessa forma, chegar-se-ia a oferecer a quantia de 100 contos de réis pela cabeça de cada um dos comandantes da Coluna¹³. Para os chefes cangaceiros, o combate à Coluna Prestes iria transformar-se numa “indústria” rendosa, financiada pelo erário público. Em compensação, o Governo Federal garantia o apoio desses “coronéis” em suas disputas com os governos estaduais¹⁴.

Segundo informações recolhidas pelo pesquisador Eul-Soo Pang, no início de 1926, foram organizados na Bahia cerca de dez “batalhões patrióticos”, sendo os mais importantes o comandado por Horácio de Mattos, de Lavras Diamantinas (cerca de 1500 homens), o de Franklin Lins de Albuquerque, do vale médio do São Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por jagunços de Barreiras e Goiás (cerca de 1000 homens)¹⁵.

Esses “batalhões” de jagunços, juntamente com as tropas do Exército e de polícias estaduais, como as do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Alagoas e Piauí, chegaram a formar um contingente de cerca de 20 mil homens — que, nas palavras de Moreira Lima, “nos agrediam, quase diariamente, de dentro das caatingas, nos desfiladeiros, por detrás das penedias, numa fúria satânica”¹⁶.

Para comandar as operações das tropas legalistas em Goiás, Minas Gerais e oeste da Bahia, o ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, nomeara o general Álvaro Guilherme Mariante, que, nos últimos dias de fevereiro de 1926, chegava a Joazeiro, acompanhado do seu chefe do Estado-Maior, o capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Ambos haviam combatido os rebeldes no Paraná e eram tidos como oficiais extremamente competentes nas altas esferas governamentais¹⁷. Ao mesmo tempo, para comandar as forças da “legalidade” no interior da Bahia, a leste do São Francisco, era enviado o general Diógenes Monteiro Tourinho. Tanto esse oficial como Alvaro Mariante ficavam subordinados ao comando supremo do general João Gomes Ribeiro Filho, que dirigia as operações contra os rebeldes desde São Luis do Maranhão¹⁸.

Entretanto, o “coronel” Geraldo Rocha — que, além de fazendeiro, era proprietário da empresa de navegação do São Francisco — alugava 30 embarcações, a um conto de réis por dia, incluindo navios, todo tipo de barcos e até canoas, para que as tropas governistas pudessem perseguir a Coluna¹⁹. Ficavam, assim, asseguradas as embarcações necessárias para o transporte dos legalistas pelo Rio São Francisco. Enquanto Geraldo Rocha prosperava às custas do Tesouro Nacional, o general Mariante se deslocava pelo grande rio, sem conseguir, entretanto, liquidar a Coluna Prestes, que viria a atravessar todo o Estado da Bahia, de norte a sul, penetrando em Minas Gerais, na região situada entre o Rio Verde Grande e o Jequitinhonha.

Cabe destacar que, desde a chegada do general Mariante à Bahia, surgiram sérias divergências entre esse oficial e o general João Gomes sobre a melhor maneira de conduzir a guerra contra os revoltosos. De início, Mariante criticava João Gomes por ter subestimado a capacidade do inimigo para atravessar o São Francisco, negando-se, inclusive, a aceitar que o tivessem feito, quando os rebeldes já se encontravam em território baiano. Além disso, ao chegar a Joazeiro, Mariante não encontrara o efetivo de mais de quatro mil homens que lhe havia sido prometido pelas autoridades militares, pois o general João Gomes tinha desfalcado seriamente esse contingente, deslocando tropas para a região ao

norte do São Francisco; pensava que os rebeldes lá permanecessem, quando eles já se encontravam há dias em território baiano. Como seria de esperar, novas críticas seriam formuladas por Mariante ao seu superior imediato²⁰.

Pesadas críticas a João Gomes também foram feitas pelo então presidente do Estado da Bahia, dr. Góis Calmon, que protestava pelo fato do general — que havia posto toda a polícia baiana sob o seu comando — não ter sabido organizar convenientemente a defesa do Rio São Francisco, permitindo que os rebeldes invadissem a Bahia sem encontrarem, praticamente, resistência alguma²¹.

Mas a principal causa das desavenças entre os generais João Gomes e Mariante — que acabariam levando o primeiro a pedir demissão do comando geral das forças em operações no Norte e Nordeste, obrigando o ministro da Guerra a substituí-lo imediatamente pelo próprio general Álvaro Mariante²² — residia no plano proposto por João Gomes para destroçar os revoltosos. Em carta dirigida ao general Setembrino de Carvalho, Mariante fazia um resumo do plano e das razões por que o desaprovava:

“O general João Gomes havia concebido uma complicada e belíssima manobra, de grande envergadura, que daria por terra com os últimos rebeldes (já considerados no seu E. M. bastante desmoralizados e sem valor combativo) no setentrião baiano.

“Consistia a referida manobra em empregar sobre a extensa linha Cobrobó-Joazeiro-Bonfim-Alagoinhas, as minhas forças e as do general Tourinho, a fim de *barrar a passagem* à minúscula e volante coluna rebelde, que seria acoçada de perto por enxame de pequenos destacamentos ligeiros, às ordens diretas do gen. João Gomes. Os rebeldes seriam, assim, atirados nos pontos precisos onde assentassem os moirões da linha de barragem ou seriam impedidos de atravessar as largas malhas da rede por ela formada, até que os velozes destacamentos os apanhassem e destruíssem.”²³

Concluindo, Mariante explicitava sua posição crítica:

“Como idéia, é admissível que, em se tratando de Exércitos colossais, se possa estabelecê-los em frente continua, que exceda 400 quilômetros de extensão, a fim de interceptá-la; mas, em face do nosso aparelhamento militar defeituoso e das condições da campanha atual, é apenas Munckausiano e ridículo se pensar nisso.”²⁴

João Gomes insistia, entretanto, que seu plano fosse posto em prática pelos generais Mariante e Tourinho, o que se mostrava inteiramente irrealizável, pois os rebeldes conseguiam escapar e passavam tranqüilamente ao largo da suposta barreira idealizada pelo general, comandante das tropas legalistas na região.

Levando em conta a tática de Prestes, que consistia em *durar*, mantendo-se, para isso, em permanente movimento, o general

Mariante compreendia que se tornara necessário adotar um plano totalmente distinto daquele proposto por João Gomes, se efetivamente se pretendia dar combate à Coluna Prestes²⁵. Dizia Mariante ao general Setembrino:

“Não possuímos unidades em condições materiais e morais de eficiência para executar o gênero de operações que aprendemos nos regulamentos.”²⁶

Dessa forma, Mariante — contando com a assessoria do capitão Góis Monteiro — ousava criticar alguns aspectos da “guerra de posição” adotada pelo Estado-Maior do Exército, entendendo que era necessário inovar. Sua proposta, que acabaria sendo aceita pelo ministro da Guerra, era a seguinte:

“Apanhar os rebeldes e não mais os largar (fracionados ou não), até reduzi-los por completo em sua atividade, isto é, torná-los impotentes de qualquer maneira.

“Como, praticamente, realizar esse objetivo, com meios pouco eficientes e atendendo às demais circunstâncias que os têm tornado invulneráveis pelo dinamismo que imprimem às suas operações? De um modo simples: caçá-los.”²⁷

Prosseguindo em sua exposição ao ministro, o general Mariante argumentava ser necessário criar “grupos de caça” de grande mobilidade, capazes de marchar tanto quanto os rebeldes e preparados para ir arrebanhando cavalos pelo caminho, como era feito pelo inimigo. Dizia ainda o general Mariante:

“Esperar que cheguem cavalos de outros pontos é perder tempo e ficar desmontado, porque os animais transportados por via férrea chegam tardiamente e em estado de não dar rendimento.”²⁸

Torna-se claro, portanto, que esse general da “legalidade” compreendia que, para combater com êxito os rebeldes, era indispensável adotar contra eles os mesmos meios empregados pelo comando da Coluna Prestes, deixando de lado os ensinamentos adquiridos nos quartéis e que constavam dos regulamentos militares. Mariante entendera também que os jagunços e cangaiceiros dos sertões nordestinos estavam muito melhor preparados para enfrentar a “guerra de movimento” do que as tropas regulares do Exército e das polícias militares estaduais, do que discordava radicalmente João Gomes. Esse general, por várias vezes, viria a manifestar seu desagrado com a idéia de exercer o papel de comandante de batalhões formados por jagunços.

Ao explicar ao ministro da Guerra as razões por que havia decidido empregar “grupos de caça” no combate aos rebeldes, o general Álvaro Mariante escrevia:

“Empreguei na constituição dos grupos de caça os sertanejos baianos, sob a direção dos chefes locais, por serem esses homens mais afeitos a essa espécie de luta do que as tropas regulares. A princípio, habituada somente às emboscadas e *tocais* — essa gente semi-feudal — ficou desconcertada com a rapidez dos movimentos dos rebeldes e seus processos de ação, receosa mesmo de enfrentá-los em inferioridade numérica. Mas, depois, ela passou a caminhar tanto quanto eles, perdeu o medo de enfrentá-los, sabendo que estão desprovidos de munições e, por toda parte onde eles apareceram em Minas, sentiram a presença dos grupos de caça que os fustigavam com frequência desusada.”²⁹

Efetivamente, seria a partir da Bahia que a Coluna Prestes viria a sofrer uma perseguição atroz, pontilhada de inúmeras ciladas, por parte dos jagunços e cangaceiros a soldo do governo Artur Bernardes³⁰. Anos mais tarde, João Alberto, que continuava à frente do 2º destacamento da Coluna, recordaria aqueles momentos difíceis:

“A reação na zona montanhosa dominada pelo cangaceiro Horácio de Mattos aumentava. Nossos soldados iam caindo em emboscadas preparadas por inimigos invisíveis. As cargas de cavalaria comandadas pelo coronel Ary Salgado Freire não encontravam resistência. Nenhum obstáculo frontal capaz de deter a marcha dos Destacamentos era verificado, mas não podíamos atravessar uma pequena aldeia, uma fazenda importante, ou mesmo acampar numa boa aguada, sem pagar tributo de sangue.”³¹

Enquanto os “batalhões patrióticos” formados por jagunços, juntamente com as tropas do Exército e das polícias estaduais, se moviam por terra, no encalço dos rebeldes, o general Mariante e seu Estado-Maior subiam o São Francisco a bordo dos navios alugados a Geraldo Rocha. É interessante a descrição dos fatos feita pelo ex-capitão Góis Monteiro:

“Os navios em que viajávamos — quartel-general de tropas — iam subindo vagarosamente o grande curso d’água que corre pelo interior do país e íamos tocando nos vários portos fluviais entre a Bahia e Minas Gerais (Joazeiro, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Barra, Torrinha, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Manga, Januária, Pirapora etc.). (...) No fim da excursão fluvial, depois de apreciarmos aquele panorama agreste e primitivo, desembarcamos em Pirapora, onde o general Mariante estabeleceu o seu quartel-general. A Coluna Prestes havia atingido a zona norte de Minas, em vários pontos, e se aproximava de Grão Mogol, Montes Claros e Diamantina.”³²

O general Mariante — que naquela altura já havia substituído o general João Gomes à frente das tropas legalistas, acumulando

o comando do seu grupo de destacamento — passava a operar ao longo do vale do São Francisco, enquanto o grupo do destacamento do general Tourinho cuidava do interior da Bahia³³.

Estava, assim, mobilizado um grande dispositivo militar, sob o comando de dois generais do Exército; uma nova tática ia sendo adotada, de acordo com as propostas feitas por Mariante de criar “grupos de caça”; todos os recursos financeiros disponíveis haviam sido acionados pelo governo visando a destroçar a Coluna Prestes.

Não obstante tudo isso, a Coluna conseguira sobreviver e atravessar a Chapada Diamantina. Segundo o cronista da Marcha, haviam sido 21 dias, cobrindo uma distância de 114 léguas, ocupando 16 povoados e vilas e acampando em 15 fazendas. Os rebeldes tinham marchado a uma velocidade média de cinco léguas e pouco por dia, excluído um, quando descansaram³⁴. Lourenço Moreira Lima registrava em seu diário:

“As forças que Horácio de Mattos organizara ali para se opor à nossa passagem, juntamente com os elementos do exército e das polícias concentrados nessa região, não conseguiram deter a nossa marcha, tendo sido batidas todas as vezes em que nos enfrentaram, passando, de então em diante, a formar a grande cauda de acampamento que nos seguiu até o norte de Minas.”³⁵

Ao chegar ao sul da Bahia, a Coluna passara pela cidade de Minas do Rio das Contas, em cuja estação telegráfica o tenente Leopoldo Ribeiro Júnior — que pertencia às hostes rebeldes e antes servira como telegrafista na estação de Cachoeira, nesse mesmo Estado — conseguiria interceptar vários telegramas de autoridades, através dos quais Prestes e os demais comandantes da Coluna tomaram conhecimento da movimentação das tropas legalistas, assim como de muitas medidas que por elas vinham sendo tomadas. Dentre outros, havia telegramas de Geraldo Rocha dirigidos ao “coronel” Diocleciano Teixeira, reclamando do fato de os homens sob o comando do último não estarem agindo a fim de impedir a passagem dos rebeldes³⁶. Eis um testemunho de que, muitas vezes, os “coronéis” ficaram com o dinheiro que o governo lhes fornecia, sem, contudo, cumprir os compromissos assumidos de perseguir a Coluna Prestes.

Antes de ingressar em Minas, a Coluna passava por Condeúba, “a melhor cidade que ocupamos nos sertões baianos”, segundo Moreira Lima, onde a população toda, como em outros lugares, fugira com a aproximação dos revoltosos. Nessa cidade, da mesma maneira que em Minas do Rio das Contas e outras vilas e povoados, os rebeldes soltaram todos os presos que encontraram na cadeia³⁷.

A 19/4/1926, a Coluna Prestes entrava em Minas Gerais, tomando a direção de Montes Claros. Nessa região, os rebeldes deparavam-se com rios muito largos e de difícil travessia, onde muitos soldados morreriam afogados³⁸.

No encaço dos revolucionários, vinham os jagunços de Horácio de Mattos, Franklin de Albuquerque e Abílio Wolney³⁹. Juntamente com eles avançavam os homens do general Tourinho. A região localizada entre os rios São Francisco e Jequitinhonha estava toda tomada pelas tropas do general Mariante. Temendo que os rebeldes viessem a marchar sobre Belo Horizonte ou mesmo o Rio de Janeiro, o governo montara um enorme dispositivo militar, visando a impedir a sua passagem para o Sul. Tudo parecia indicar que a Coluna Prestes, finalmente, estaria encurralada, sem nenhuma saída viável.

Se os rebeldes haviam marchado para Minas, era, entretanto, por absoluta ausência de qualquer outra alternativa. Na Bahia, por um lado, haviam se dissipado as esperanças de receber armas e munições, conforme fora prometido pelo general Isidoro; e, por outro lado, tornara-se impossível sobreviver no território baiano, onde os "coronéis" estavam mobilizados e não davam trégua aos revoltosos. Naquele momento, a marcha para Minas fora uma imposição geográfica. Mas a grande concentração de tropas governistas no Estado tornava impraticável, para a Coluna, prosseguir no caminho rumo ao Sul.

Nessas circunstâncias, extremamente graves para os destinos dos revolucionários, seria idealizada e posta em prática por Prestes, com a colaboração do Estado-Maior da Coluna, uma manobra audaciosa e inesperada, que se tornaria conhecida pelo nome de o "laço húngaro", uma vez que a marcha realizada pelos rebeldes adquiriu a forma de um grande laço húngaro⁴⁰ (ver o mapa da travessia da Bahia e do norte de Minas Gerais pela Coluna Prestes).

É o próprio Prestes quem nos fornece a versão mais exata da célebre manobra, cujos detalhes, até hoje, permaneceram inéditos:

"Nós estávamos a pé, e o inimigo fustigando. Os combates de retaguarda vinham se sucedendo diariamente. E eu estava receoso, porque não tínhamos informações, senão muito vagas. Tivemos uma primeira informação de que havia uma tropa muito grande lá para Montes Claros, com milhares de homens. Nada mais se sabia.

"Num desses choques de retaguarda, foi preso um soldado que vinha comigo desde o Rio Grande do Sul. Ele era motorista de caminhão da empresa de eletricidade em que trabalhei lá no Rio Grande do Sul; quase analfabeto. Foi preso e ficou preso no Quartel-General, lá junto com o comando. É interessante como um

homem analfabeto, às vezes, tem uma memória fantástica, guarda os nomes. Ele guardou uma porção de nomes. No dia seguinte, houve outro contato de retaguarda, e ele fugiu. E voltou para a Coluna e conseguiu se apresentar. Eu passei uma noite inteira ouvindo esse companheiro. Ele sabia o nome de uma porção de oficiais, número de batalhões, de unidades, nomes de cidades... Mas tudo aquilo confuso na cabeça dele. Uma confusão tremenda! Eu tinha informações também pelos moradores.”⁴¹

Dessa maneira, a partir das informações recolhidas, Prestes — num verdadeiro exercício de intuição, porque não contava com provas objetivas — tirava algumas conclusões sobre os movimentos do inimigo. Eis o seu relato:

“Percebi que a coisa era a seguinte: vinham duas colunas atrás de nós, com uma diferença de marcha de meio dia. Qualquer uma delas tinha mais de mil homens. Eram duas colunas, com uma diferença de meio dia de marcha, não chegava a um dia de marcha de diferença. Uma outra coluna subia o Rio São Francisco... Lá, em Montes Claros, o governo tinha organizado uma cortina de 20 mil homens, tinha trazido até polícia do Piauí por mar, para defender o Rio de Janeiro. Como se nós pudéssemos atacar o Rio de Janeiro...

“Então, estávamos numa situação difícil: marchando para o Sul, íamos nos chocar com essa coluna, que já estava em Montes Claros. Atravessar o São Francisco era perigoso, porque, por menos largo que ele fosse ali, ainda tinha um quilômetro de largura, e iríamos colidir com a coluna que ia pela margem do São Francisco. “E vinham duas colunas atrás de nós. Propus, então, uma manobra. Reuni a oficialidade e propus a manobra, mas tive que me chocar com o João Alberto, que era aventureiro, tinha muito de aventura e achava que o fundamental era atravessar o rio. Eu disse: — Não. O governo lançou essa tropa toda, agora, aqui em Minas. Na Bahia não deve haver tropa nenhuma. Vamos voltar para a Bahia. — Aí foi que fizemos uma manobra que eles chamaram, deram o nome de “laço húngaro”. Não é bem um oito, é um laço assim... (e faz o gesto com a mão)...

“Então, propus o seguinte: havia umas elevações, não muito altas, uns 60-100 metros, na estrada por onde fomos. Nós nos dirigíamos para Riachão*, uma cidade de Minas Gerais, no norte de Minas. Eu contava com uma vanguarda mantendo contato com o inimigo e puxando-o para Riachão. Mas escondi a Coluna atrás desses montes. No dia seguinte, da altura desses morros, eu vi passar a primeira coluna. Eles vinham atrás de nós, marchando para o Sul. Quando ela acabou de passar, eu despenquei lá de cima com a Coluna toda e cruzei o caminho entre as duas colunas. Cruzei e

* O nome certo dessa cidade é Riachão dos Machados, conforme corrigiu o próprio Prestes. [LCP, fita E(A), pp. 24-27.]

me dirigi para a cidade de Rio Pardo. Quando a retaguarda estava passando, é que vinha a segunda. Pensou que era um piquete qualquer, não compreendeu e seguiu caminho. Foram bater em Riachão, e não havia ninguém em Riachão. A Coluna não tinha passado lá.

“Em Rio Pardo, encontramos um telegrama do Góis Monteiro para o prefeito da cidade, alertando-o e dizendo que nós estávamos fazendo 100 quilômetros por dia... Uma loucura mesmo! Estávamos voando! Porque ele calculava que nós estivéssemos em Riachão, tivéssemos chegado a Riachão e de lá tivéssemos marchado na direção de Rio Pardo.”⁴²

Concluindo, Prestes afirma a respeito da famosa manobra do “laço húngaro”:

“Foi uma manobra interessante, porque fizemos a manobra, nos ocultamos, e eles não tinham, nem ao menos, explorações pelos flancos. A coluna... (deles)... ia visando o objetivo, que era a tropa que estava na frente. Pelo contato — botamos uma força mantendo contato —, quando passou o meio dia de marcha, essa força cortou o contato e foi fazer a nossa retaguarda, a retaguarda da Coluna. E entramos lá. Daí voltamos para a Bahia. (...) E aí vestimos a Coluna, requisitamos muita coisa na Bahia, no comércio baiano. Nas cidades, entrávamos, requisitávamos calçado, roupa, chapéus, enfim, arreios e outras coisas mais. E passávamos recibo, dávamos ‘uma requisição’.”⁴³

Com a realização dessa manobra militar — que, mais tarde, viria a ter grande repercussão no país, trazendo mais glórias para Prestes e a sua Coluna —, a vanguarda rebelde, comandada por João Alberto, havia atraído a primeira coluna inimiga para o lugar-rejo Riachão dos Machados, logo depois cortando o contato com ela e indo juntar-se novamente ao grosso da Coluna, que já se dirigia para a cidade de Rio Pardo. Enquanto isso, a segunda coluna inimiga também seguia para Riachão dos Machados, onde já não encontraria nem sombra dos rebeldes. Assim, a Coluna Prestes livrara-se da perseguição governnista e voltava tranquilamente à Bahia, que havia sido abandonada pelos legalistas — concentrados, naquele momento, no norte de Minas, sendo que o general Mariante estabelecera seu Quartel-General na cidade de Pirapora.

Em 30/4, a Coluna reingressava na Bahia⁴⁴. Se, num primeiro momento, estabelecera-se uma certa calma, logo depois a situação se tornaria extremamente perigosa, pois o adversário voltava a deslocar suas tropas para o Estado, numa tentativa de impedir que os revoltosos viessem novamente a atravessar o São Francisco. Com esse objetivo, o general Mariante transferira seu Quartel-General para Aracaju (Sergipe), de onde pensava que seria mais

fácil comandar as operações contra os rebeldes que marchavam para o Norte⁴⁵.

Ao mesmo tempo, os revolucionários tinham seus movimentos tolhidos por duas barreiras naturais — o São Francisco e o oceano Atlântico. Diante da situação criada, o comando da Coluna compreendia que só havia uma saída — tentar atravessar o São Francisco, marchando de volta para Goiás e Mato Grosso, de onde seria possível tentar um contato com o general Isidoro. Com o fracasso dos diversos levantes preparados pelos “tenentes” em vários pontos do país, tornara-se claro para Prestes e seus colaboradores mais próximos que, naquele momento, inexistiam condições para a vitória da tão almejada revolução tenentista.

Marchando pela região das Lavras Diamantinas, o 4º destacamento, comandado por Djalma Dutra e Ary Salgado Freire, fora atraído por uma emboscada armada pelo “coronel” Doca Medrado, cunhado de Horácio de Mattos. Teria lugar um violento combate, em que Dutra revelaria suas extraordinárias qualidades — inteligência, calma e grande bravura. Apesar da superioridade das forças inimigas, os soldados do 4º destacamento as expulsaram de uma serra onde se haviam alojado, sofrendo, contudo, várias baixas. O tenente Leopoldo Ribeiro Júnior fora gravemente ferido, ficando em campo de combate. Ao saber disso, Dutra voltou ao local e o salvou “debaixo de um fogo formidável”. Em seguida, ordenou que fossem construídas padiolas para conduzir os feridos, enquanto seus soldados repeliam as investidas inimigas⁴⁶. Como sempre, os comandantes da Coluna não abandonavam seus feridos e batiam-se com denodo para salvá-los.

Em sua caminhada rumo ao São Francisco, a Coluna, para conseguir driblar novamente as tropas legalistas concentradas na Bahia, teria de enfrentar uma travessia difícil e muito penosa de 12 léguas de uma terrível caatinga, situada no divisor de águas entre as bacias do Verde e Jacaré. Tratava-se de uma caatinga tão assustadora, que o caminho a ser percorrido pelos rebeldes se tornara conhecido na região como a “estrada cruel”. Tanto Lourenço Moreira Lima como Ítalo Landucci descreveriam, mais tarde, a dramaticidade dessa travessia, em que, nas palavras do último, “os homens aptos causavam dó de tão estropiados e, soldados e oficiais, descalços e cobertos de andrajos, com longas barbas e cabeleiras, apresentavam um aspecto de miséria”⁴⁷.

Vencer a travessia da “estrada cruel” fora difícil, mas compensador, pois, mais uma vez, a Coluna escapara da perseguição movida pelo adversário, que ficara do outro lado da tenebrosa caatinga. Prestes recorda aqueles momentos difíceis vividos pelas forças revolucionárias:

“Havia informações de que o Rio São Francisco estava numa cheia excepcional; que, em 90 anos, não havia uma cheia tão grande. Mas eram informações contraditórias; outros diziam que não, que as águas do São Francisco já tinham baixado. Nessa incerteza, resolvemos, então, tomar o rumo do São Francisco, na altura entre as veredas Verde e Jacaré. Esse divisor de águas do São Francisco é uma caatinga quase impenetrável. Fica um pouco mais alto — uns 100 metros de altura — e, de um lado, fica o rio, e do outro lado, tem a margem do rio e, depois, sobe-se uns 100 metros.(...) “Resolvemos, então, marchar nessa direção, entre os dois riachos. Marchamos entre as duas veredas. Entre elas, tínhamos que passar por uma região de caatinga; mais ou menos, umas dez léguas de uma região sem nenhuma gota d’água. O povo chama essa estrada de ‘estrada crucl’, porque realmente não tem água.(...) Iniciamos uma marcha às quatro horas da tarde, para marcharmos durante a noite. Marchamos, então, das quatro da tarde até o dia seguinte, de manhã, e muita gente reclamando água e com dificuldade já para marchar, por falta d’água. Atravessamos esses 72 quilômetros, atravessamos essa vereda do Jacaré e fomos bater no São Francisco, num povoado.”⁴⁸

O São Francisco, efetivamente, passava por uma de suas maiores cheias. Ao chegar, às suas margens, o comando da Coluna constataria que o lado esquerdo desse grande curso d’água também estava inundado; essa região era mais desprovida de recursos do que a margem direita, onde os rebeldes se encontravam. Além disso, havia uma esquadrilha de vapores armados em guerra patrulhando o rio. Nessas circunstâncias, tornava-se impraticável tentar atravessá-lo. Prestes decide, então, deslocar-se até a altura de Sento Sé, onde seria possível tomar novamente o caminho do sertão, deixando os planos de travessia do São Francisco para mais adiante, num ponto mais favorável, após a baixa das águas. Mas o caminho que os rebeldes tinham pela frente também era terrível: se antes a Coluna se defrontara com a seca da caatinga, agora tinha que resistir à enchente. Os rebeldes teriam que marchar, muitas vezes, com água até a cintura, sendo obrigados a transportar atoleiros imensos⁴⁹.

Prestes recorda que, após a travessia da caatinga, ao chegar à margem direita do São Francisco, tomara conhecimento de que ali estivera a tropa do governo, que desembarcara em diversos pontos do rio, mas, naquele momento, já tinha se retirado. Prosseguindo com seu relato, Prestes descreve a marcha da Coluna até Sento Sé:

“O São Francisco estava com 30 quilômetros de largura. As margens tinham sido todas inundadas. Só restava a caatinga, aquela na raiz da serra. A margem estava ainda muito enlameada. E aí

não havia nada para comer, a não ser o bode, o cabrito e o jerimum. Tínhamos que marchar por essa margem, por esse desfiladeiro, porque caímos num verdadeiro desfiladeiro: a margem, do lado esquerdo, era o rio com o inimigo, os "macacos", desembarcando na nossa frente; e, à direita, era a caatinga, onde não se podia penetrar. Fizemos esta marcha — mais ou menos 1200 quilômetros, até encontrar um caminho para o interior, quer dizer, até contornar a caatinga e encontrar o caminho para a cidade de Mundo Novo. Eu fiz essa marcha toda a pé.

"São 1200 quilômetros, que nós fizemos em 22 dias de marcha. Foram 22 dias de marcha! Os soldados e os animais, principalmente as mulas e os asnos, atolavam na lama e alguns deles não se podia mais nem tirar de tanta lama. E os homens com lama que vinha até o joelho. Isso foi, realmente, um episódio muito pesado para nós, mas foi a solução que tivemos."⁵⁰

As mulheres da Coluna também participavam, em igualdade de condições com os homens, dessa terrível travessia rumo ao Norte. Lourenço Moreira Lima registrava em seu diário:

"As nossas vivandeiros marchavam 'lindo', como dizem os gaúchos. Passavam Hermínia com a sua cadela dentro duma estopa, a tiracolo; Santa Rosa, com o 'José, filho da Revolução', escarranchado num quarto e muitas vezes cavalgando o pescoço de algum soldado; a velha Joana, pequenina e gorducha, atolando-se lamentavelmente até os seios; A Onça, maxixando na lama; Cara de Macaca, carregando o fuzil do companheiro; Chininha, obesa como certo senador por Sergipe, andarilha sem igual, apesar das suas avantajadas banhas de mulata; Ai! Jesus!, esgrouviada como conhecido ministro do Supremo que tem o prazer de insultar os acusados quando lhe sobem à cabeça senil os vapores do álcool, porém, moralmente, muito mais limpa do que esse juiz, galfarro de potentados de todos os matizes."⁵¹

Enquanto os rebeldes enfrentavam com inaudita coragem os tremendos percalços que iam surgindo em seu caminho, dispostos sempre a sobreviver e marchar adiante, o mesmo não acontecia com as tropas da "legalidade". Prestes assinala:

"As forças do governo não tinham coragem de entrar na lama. De maneira que ocupavam um ponto, desembarcavam..., nós contornávamos porque não queríamos combater nessa região —, e quando eles percebiam que nós já estávamos abaixo deles, ao norte deles, embarcavam de novo, para ir desembarcar outra vez, na nossa frente. E assim fizemos umas três ou quatro vezes, até que encontramos a estrada para o interior, essa estrada que ia para Mundo Novo."⁵²

Dessa maneira, as tropas inimigas — sob o comando do general Mariante, que pretendiam esmagar a Coluna Prestes, primeiro

no seio da caatinga e, depois, nas margens pantanosas do São Francisco transbordante — seriam surpreendidas pela capacidade infinita dos rebeldes de desaparecer de um lugar para reaparecer invictos em outro, mais adiante. Nem mesmo os jagunços a serviço dos “coronéis” haviam conseguido aniquilar os soldados de Prestes.

A Coluna prosseguia em sua Marcha, desviando-se das margens do São Francisco, além de Sento Sé, para o interior da Bahia. Os rebeldes traçaram um grande arco até a cidade de Monte Alegre (hoje Mairi), na zona de Orobó, de onde se dirigiram para o Nordeste, atravessando a estrada de ferro “Central da Bahia” e infletindo para o Norte, até as proximidades de Jeremoabo. Dessa região a Coluna marchou para a vila de Rodelas, na margem do São Francisco, lugar em que, finalmente, conseguiria atravessá-lo, ingressando em Pernambuco, em 2/7/1926⁵³.

A Coluna Prestes permanecera na Bahia durante quatro meses, tendo chegado ao norte de Minas e voltado, enfrentando constantes combates com um inimigo numericamente superior e bem armado, que não conseguira desbaratar as hostes revolucionárias, conforme pretendia. Lourenço Moreira Lima faz um balanço da campanha da Bahia e Minas Gerais:

“A extraordinária desproporção entre os nossos recursos em armas, munições e homens não nos permitiu esmagá-los.

“Não fomos, porém, batidos, e o plano da campanha adotado pelo nosso E. M. foi executado com a mais rigorosa exatidão.

“Faltando-nos os recursos que mandáramos pedir ao marechal Isidoro e o apoio do povo baiano, retrocedemos e repassamos o São Francisco, colocando-nos num terreno onde os bernardescos não nos poderiam aniquilar.

“A campanha da Bahia e Minas foi mais uma vitória da inteligência sobre a superioridade do número e dos elementos.”⁵⁴

A marcha para o exílio e o fracasso governista no combate à Coluna

A Coluna marchava agora pelos sertões de Pernambuco, rumo ao sul do Piauí. Os jagunços de Horácio de Mattos, Franklin de Albuquerque, Honório Granja e Abílio Wolney continuavam no seu encaço, financiados e armados pelo governo⁵⁵. Os rebeldes passariam por Ociras, a antiga capital do Piauí, dirigindo-se para Floriano — onde seria impresso o nº 10 de *O Libertador* — e Amarante, cidades em que a população, que agora já conhecia os revoltosos que ali tinham estado no final do ano, os receberia com grandes demonstrações de simpatia e, inclusive, de entusiasmo.

Rumando sempre para o Sul, a Coluna atravessou a Serra da Tabatinga, que serve de limite entre o Piauí e a Bahia, ingressando novamente no Estado, pelo lado esquerdo do São Francisco*. Nessa região, cortada pelo Rio Preto e o seu afluente Sapão, encontrava-se uma força inimiga comandada por Horácio de Mattos em pessoa, que, apesar de não ter entrado em combate com os rebeldes, enviou um telegrama às autoridades competentes como se o tivesse feito. O chefe cangaceiro afirmava nessa mensagem que havia travado dois terríveis combates de oito horas cada um, tentando assim justificar o furto de munições, pois um combate de tantas horas, mantido por uma tropa de cerca de mil homens, deveria consumir uma grande quantidade de tiros.⁵⁶

A 20/8, a Coluna estava novamente em Goiás, prosseguindo em sua Marcha para o Sul, tendo em vista chegar a Mato Grosso e dali buscar contato com o general Isidoro. De início os rebeldes passariam pela zona de São José do Duro (hoje Dianópolis), onde o clã dos Wolney se celebrizara pela prática de todo tipo de violências⁵⁷, seguidos de perto pelas tropas de jagunços, sem que, entretanto, as forças do Exército ou das polícias estaduais os incomodassem⁵⁸. Nessa região teria lugar um único combate, em 27/8, com uma força inimiga de uns 60 homens — entre os quais se infiltrara um desertor da Coluna —, que obedeciam ao comando do “coronel” Honório Granja. O general Miguel Costa recebeu um ferimento grave, mas os jagunços a soldo do governo foram inteiramente batidos e desbaratados pelos rebeldes, após um violento e rápido enterevero. Depois disso, Honório Granja desistiria da perseguição à Coluna Prestes⁵⁹.

Ao atravessar o Rio Palmas, entre as vilas de Conceição e Arraias, já nos primeiros dias de setembro, os revoltosos viriam a encontrar cargueiros que levavam correspondência do sul do Estado. Havia muitas cartas, nessa correspondência apreendida pelo comando da Coluna, em que famílias moradoras da região informavam a seus parentes da chegada do comandante da Polícia de São Paulo, o coronel Pedro Dias de Campos⁶⁰. Efetivamente, diante do fracasso do combate governista aos rebeldes, o presidente Bernardes decidira aceitar os serviços da Polícia de São Paulo, sabidamente bem treinada e municuada, tendo sido instruída por uma Missão Militar Francesa bem antes do Exército nacional.

O próprio coronel Pedro Dias de Campos havia se oferecido para combater a Coluna Prestes, impondo, contudo, uma condição: sua tropa, de quatro mil homens, deveria atuar de maneira

* Ver no Anexo nº 42 o mapa geral da Marcha da Coluna, traçado por Miguel Costa, onde se vê o percurso feito pelos rebeldes até o seu internamento na Bolívia.

independente do general Mariante, que, à essa altura, transferira seu Estado-Maior para Ipameri (Goiás). O ex-capitão Góis Monteiro, que assessorava Mariante na qualidade de chefe do seu Estado-Maior, anos mais tarde, registraria sua indignação com a petulância do comandante da polícia paulista:

“O general Mariante repeliu altivamente a impertinência. Aquilo era uma demonstração de repulsa ao Exército e de desprestígio das Forças Armadas, vítimas dos nossos costumes políticos. Afinal, o governador de São Paulo concordou, a contragosto, com a exigência do general Mariante, que prescreveu à tropa paulista estabelecer-se no planalto central, em posição de espera, a fim de barrar a passagem da Coluna Prestes.”⁶¹

Dessa forma, o general Mariante — que havia introduzido os “grupos de caça” para dar combate aos rebeldes, ao mesmo tempo em que criticava a tática empregada por João Gomes na Bahia — passaria a adotar essa mesma tática de criar “barreiras” para impedir a passagem da Coluna. O coronel Pedro Dias de Campos receberia, assim, a missão de criar uma “barreira intransponível” no planalto central, capaz de deter a Marcha dos revoltosos. Para isso, nada lhe faltaria: além dos quatro mil homens já mencionados, bem armados e municiados, contando com avultado número de metralhadoras pesadas e fuzis-metralhadoras, o coronel disporia também de uma flotilha de aviões⁶².

Embora Lourenço Moreira Lima faça um relato do plano posto em prática por Pedro Dias de Campos em Goiás⁶³, os depoimentos recentes de Prestes vêm esclarecer aqueles acontecimentos, sanando as imprecisões existentes no livro do cronista da Coluna — que, por não ser militar, nem sempre compreendia o que efetivamente estava se passando nesse terreno. Recordando a tática empregada pelo comandante da Polícia Paulista, com a concordância do general Mariante e das altas autoridades militares do País, Prestes relata:

“O Bernardes não queria que nós saíssemos do norte de Goiás e viéssemos para o Sul. Então, esse coronel, com quatro mil homens da Polícia de São Paulo, foi lá para o planalto central. Eu ainda estava no norte de Goiás e já sabia que essa tropa estava chegando na zona de Anápolis, Formosa etc. (...), por aí assim. Porque as famílias do Norte recebiam correspondência que vinha dos seus parentes do Sul. Essa correspondência vinha em cargueiro, em burro cargueiro. E nós pegávamos essa correspondência, em que já se falava dessa tropa da Polícia de São Paulo, que estava chegando. Eram quatro mil homens. Um regimento de cavalaria, dois batalhões de infantaria e uma companhia de metralhadoras. Agora... a burrice desse coronel... Havia três estradas principais, que saíam

do sul de Goiás, indo para o Norte. Então, na estrada central, a 300 quilômetros do Quartel-General dele, colocou o regimento de cavalaria. Na outra estrada, à direita, colocou um batalhão; na outra estrada, outro batalhão. O regimento de cavalaria foi colocado justamente na cidade de Arraias, que eu conhecia.(...)

“Eu sabia que a entrada dessa cidade, a entrada norte, era um desfiladeiro. Agora, aí tem rios muito grandes para atravessar. Tem o Rio Tocantinzinho, que é formador do Tocantins.(...) Mas ele não colocou nenhuma guarda nas passagens dos rios, porque são rios que não se passa em qualquer lugar, não. Devido às margens escarpadas ou lamaçais etc., há lugares próprios, que são os passos, lugares chamados passos. Ele não colocou nenhuma guarda. Ele colocou esse batalhão numa estrada, o outro na outra estrada e o regimento de cavalaria.”⁶⁴

A seguir, Prestes faz um interessante relato da tática adotada pelo comando da Coluna para enfrentar o coronel Pedro Dias de Campos:

“Antes de chegar à cidade de Arraias, eu concentrei a Coluna e mandei uma vanguarda para ficar a seis quilômetros e fazer uma emboscada, para pegar a primeira pessoa que saísse da cidade. E, realmente, pouco tempo depois me traziam um camponês, um matuto. Mas o matuto era bem sabido. Ele errou numa coisa, não é? Eu me lembro que estava sentado, junto com o Miguel Costa, e eu é que fui interrogá-lo... a esse cidadão: — O que é que havia de novo por lá etc.? — A ascira dele foi dizer que não havia nada. — Não sabe de nada? Não sabe de tropa alguma por aí? — Não, não sabia nada, lá não havia nada, a cidade estava limpa... Não podia ser, não é, porque nós já tínhamos a informação de que havia... Pelo menos boato ele devia saber. O Miguel, que era de muita boa-fé e terrivelmente ingênuo, disse-me assim! — Ele não sabe nada... — Eu disse: — Ele sabe, vai ter que dizer. — Mandei chamar o comandante do meu pelotão de disciplina, porque tinha um pelotão de disciplina junto ao Quartel-General, à minha disposição. Era o tenente Herminio, um tipo valente, tinha sido sargento da Polícia de São Paulo. Tudo quanto era indisciplinado dos destacamentos era mandado para lá, para o Hermínio. Tinham que trabalhar tanto..., era o castigo deles, pela atividade. Eu disse: — Olha, esse cidadão disse que não sabe nada. Você vai ver se ele sabe alguma coisa ou não. — Bastou botar uma corda no pescoço dele, e ele logo disse: — Tem um regimento de cavalaria lá. — A violência aí é necessária, não é?

“Então, contornei... (a cidade de Arraias) ... Não ia atacar o regimento de cavalaria. E atravessei a estrada que ligava o regimento de cavalaria com o batalhão de infantaria. Eles estavam fazendo patrulhamento de caminhão. De maneira que pegamos logo um caminhão desses. E com esse caminhão, com os soldados que pegamos aí, nós localizamos a tropa toda do Pedro Dias de Campos!”⁶⁵

Mais uma vez dispondo de um eficiente sistema de informações, garantido pela ação das "potreadas" e pela perspicácia do comando da Coluna, Prestes desvendara a tática do adversário, podendo assim evitá-lo. Prestes recorda:

"Ai, saímos em marcha relativamente acelerada, atravessamos esses rios e não encontramos nenhuma objeção nos passos, e fomos cair em cima do Quartel-General do Pedro Dias de Campos. Não atacamos, porque estava lá a companhia de metralhadoras pesadas. Mas ainda pegamos dois caminhões dele, que levavam ordens para o regimento de cavalaria. Eu me lembro de uma das ordens que nós pegamos, dessas coisas formais de militar, velocidade de marcha, de orientação, para onde seguia, etc. A velocidade de marcha ele deixava em branco e dizia que, de qualquer maneira, estava fora de combate. Quer dizer, o regimento de cavalaria estava tão longe — estava a 300 quilômetros do Quartel-General dele — que ficara fora de combate. Ele mesmo dizia que estava fora de combate. Quer dizer, tinha que recuar e não podia mais participar...
"E nós continuamos marchando."⁶⁶

Dessa forma, a Coluna deixava para trás o coronel Pedro Dias de Campos, como tinha deixado antes vários generais do Exército. Esse coronel havia guardado as três estradas principais de Goiás, esquecendo-se de guardar o fundamental — os passos dos rios, que constituíam caminho obrigatório para quem marchasse em direção ao sul do Estado. O seu plano grandioso de impedir a passagem dos rebeldes havia fracassado vergonhosamente⁶⁷. A Coluna conquistara mais uma vitória.

O coronel Pedro Dias de Campos, da mesma forma que os generais do Exército que o haviam antecedido no combate aos rebeldes, não fora capaz de compreender a "guerra de movimento" adotada pela Coluna Prestes e mostrava-se desesperado perante as manobras diversionistas empreendidas pelo seu comando. Na ordem do dia, de 22/8/1926, publicada no *Boletim* nº 195 da Força Pública do Estado de São Paulo, o coronel informava:

"Os rebeldes desviam-se de todos os pontos onde há tropas nossas e se forem informados da existência de tropas importantes em Goiás, eles mudarão o itinerário. Assim cairá no vazio mais um golpe preparado contra eles. Por seus agentes, ou por pessoas interessadas em informá-los, eles estão constantemente ao corrente da situação das forças que mais lhes possam ameaçar, desviando-se com facilidade, aproveitando de todas as circunstâncias e de vários ardis."⁶⁸

Essa ordem do dia não só é um reconhecimento público da sua própria incompetência no cumprimento da missão militar que lhe havia sido confiada, como da habilidade e do prestígio dos rebel-

des. O deputado opositor João Batista Lusardo, com esse boletim na mão, aproveitaria para proclamar, da tribuna da Câmara Federal, que a Coluna Prestes contava com o apoio das populações do interior do Brasil, afirmando que “são essas populações que ministram dados seguros a Prestes e velam pela sorte e triunfo da revolução”⁶⁹. Na verdade, a realidade não era bem essa, mas as palavras de Lusardo seriam importantes como forma de propaganda da causa revolucionária tenentista e ajudavam a criar uma opinião pública favorável à Coluna Prestes.

Em sua missão contra os rebeldes, o comandante da polícia paulista partira munido do armamento mais moderno de que então se dispunha no país; solicitou, inclusive, o envio de uma aparatosa flotilha de aviação militar, comandada por um oficial norte-americano, o capitão Hoover, que desempenhava a tarefa de instrutor da Aviação da Polícia de São Paulo, fazendo parte de uma missão americana que assistia essa força. Logo no início, ainda em Uberaba, a primeira esquadrilha de aviões seria desfalcada por um desastre, em que se espatifaria um dos aviões, morrendo na ocasião o tenente Chantre, oficial da Força Pública de São Paulo. Alguns dias depois, outro desastre, em Urutai, levaria o piloto americano a também perder a vida, revelando que a flotilha de aviação tinha a tarefa não só de observar as posições ocupadas pelos revoltosos, como levava bombas para atacá-los. Tais fatos acabaram sendo denunciados da tribuna da Câmara pelos deputados Azevedo Lima e Batista Lusardo⁷⁰; o último, em discurso pronunciado em 28/10/1926, dizia:

“O desastre de Urutai demonstrou que o avião pilotado pelo capitão americano carregava 15 bombas que seriam naturalmente atiradas contra os revolucionários! Contra os legionários de Prestes! Um estrangeiro, senhores, incumbido de bombardear os nossos patriotas! Que dirão disto os srs. deputados que arguem de patriota a Prestes, por ter um ou outro estrangeiro na coluna? (...) Por que, pergunto, quinze bombas, se o sr. Hoover ia simplesmente fazer observações? Por que razão este oficial levaria consigo essas máquinas infernais, se a sua missão era simplesmente observar? (...) A esquadrilha comandada pelo capitão Hoover, chefe da missão instrutora da Força Pública de São Paulo, era de bombardeio.”⁷¹

Após esses dois desastres, o governo viria a desistir do uso da aviação na perseguição aos rebeldes. Mas ficara patente que Artur Bernardes e seus generais estavam dispostos a lançar mão de todos os recursos possíveis, incluindo a cooperação estrangeira, no intento de liquidar a Coluna Prestes.

Diante do total fiasco das operações militares comandadas por Pedro Dias de Campos, o general Mariante lhe dirigiria pesadas

críticas, chegando a ameaçar o governo com o seu pedido de demissão, caso o comandante da Força Pública de São Paulo não fosse removido e licenciado da missão que lhe havia sido confiada em Goiás⁷². Em comunicado oficial, expedido de Ipameri, a 13/10/1926, o general Mariante repetiria suas críticas ao referido coronel, chamando-o de “inepto, presunçoso e parlapatão” e registrando os seus repetidos insucessos: os aviões inutilizados, o próprio coronel quase aprisionado, entrechoques entre tropas amigas e o suicídio de um major da polícia de São Paulo⁷³.

Efetivamente, os desastres sucediam-se. Teria repercussão na imprensa de São Paulo e no Congresso Nacional o suicídio do major Artur Almeida, que fora preso e intimado a responder processo diante da justiça, pois comandava o 6º Batalhão da Polícia de São Paulo, quando teve lugar um violento choque entre essa unidade militar e os jagunços de Horácio de Mattos, nas proximidades de Anápolis. Nessa ocasião, as tropas da “legalidade” sofreram pesadas perdas — 400 feridos e muitos mortos, tendo a Coluna Prestes escapado incólume, enquanto aquelas forças combatiam entre si, como já acontecera no episódio de Maria Preta, em Santa Catarina⁷⁴.

Uma semana após o desastre de Anápolis, ocorrido na madrugada de 2/10, um “novo engano funesto”, nas palavras do general Mariante, teria lugar, nas imediações do Rio dos Bois, ainda em Goiás: as tropas paulistas chocavam-se durante duas horas com o 6º Batalhão de Caçadores do Exército, aquartelado em Ipameri, sede do Quartel-General de Mariante, enquanto a Coluna Prestes marchava para Rio Verde, conseguindo, mais uma vez, escapar da perseguição inimiga⁷⁵.

Tendo atravessado o planalto central, os rebeldes dirigiam-se para a planície goiana. Tentando dar-lhes combate, o coronel Pedro Dias de Campos transferira os remanescentes de suas tropas para a cidade de Jataí, embora elas se encontrassem em evidente estado de desagregação. Concentravam-se também, nessa região, os jagunços de Franklin de Albuquerque e uma companhia do 6º Batalhão de Caçadores do Exército⁷⁶. Levando em conta que o comandante da polícia paulista estava profundamente desmoralizado, o governo resolvia atender às ponderações do general Mariante, licenciando Pedro Dias de Campos e concedendo plenos poderes a esse general para reorganizar as tropas disponíveis e dar continuidade à perseguição à Coluna Prestes⁷⁷.

Com a rápida passagem dos rebeldes para Mato Grosso, o Estado-Maior legalista seria transferido novamente, agora para a cidade de Três Lagoas⁷⁸. Sob o comando geral de Mariante, preparava-se uma grande concentração das mais diversas forças —

que incluíam os jagunços de Franklin de Albuquerque e Horácio de Mattos, polícias estaduais e batalhões do Exército — no Estado de Mato Grosso. Tratava-se de impedir, a todo custo, a marcha da Coluna Prestes em direção a esse Estado.

Diante da superioridade das forças inimigas concentradas na região, o destacamento comandado por João Alberto receberia a incumbência de executar uma marcha no flanco esquerdo da Coluna — que, naquele momento, avançava pela planície goiana na direção leste-oeste. O objetivo da manobra planejada era ameaçar o Triângulo Mineiro para atrair as tropas governistas e desviá-las da fronteira de Mato Grosso com Goiás, onde o general Mariante pretendia estabelecer uma “linha intransponível”, nas palavras do general Nicolau Silva, comandante da Região Militar de Mato Grosso⁷⁹. Prestes refere-se a essa manobra diversionista realizada por João Alberto, dizendo o seguinte:

“O governo tinha muita força ali, no Triângulo Mineiro, e lá, em Campo Grande (Mato Grosso). De maneira que era necessário distrair a atenção do inimigo — porque nós pretendíamos ir para Mato Grosso —, para que eles fixassem aquela tropa no Triângulo Mineiro. Então, ameaçamos o Triângulo Mineiro. Quer dizer, a marcha do João Alberto foi para ameaçar o Triângulo Mineiro, para desviar a atenção... porque a tropa que tinha em Campo Grande, em Mato Grosso, já era suficiente para nos dar trabalho, porque a região aí tem muita estrada. Quando não é uma estrada propriamente dita de automóvel, é estrada carroçável, que os caminhões podem passar. (...) De maneira que isso aí foi com esse objetivo.”⁸⁰

Uma vez cumprida a missão que lhe havia sido confiada — não obstante as escaramuças que enfrentou com tropas inimigas —, João Alberto conduziu seu destacamento para Mato Grosso, indo juntar-se ao grosso da Coluna, em 22/10/1926⁸¹. A Coluna estava toda novamente reunida, tendo ultrapassado com êxito a “linha intransponível” dos legalistas, cujas sucessivas derrotas levavam a aprofundar as divergências em seu seio, provocando um enxurrada de acusações mútuas.

Com o ingresso da Coluna Prestes em Mato Grosso, teria início uma áspera troca de correspondência entre o presidente do Estado, o sr. Mário Corrêa, e os generais Mariante e Nicolau Silva; ambas as partes se acusavam mutuamente de incompetência e inoperância no combate aos rebeldes. Enquanto os dois generais culpavam o presidente do Estado pelo fato de as suas forças policiais não se empenharem na perseguição ao inimigo, aquele incriminava os generais Mariante e Nicolau de incúria na execução de suas tarefas, de transmitirem informações falsas tanto a ele como ao governo

Federal e, em particular, acusava o general Mariante de manter-se em Três Lagoas, a grande distância das operações militares em curso, "deixando em completo e criminoso abandono a região norte, leste e oeste de Mato Grosso"⁸².

Havia dois anos que o governo de Artur Bernardes movia uma perseguição implacável à Coluna Prestes, sem conseguir, entretanto, liquidá-la. Os generais bernardistas não podiam compreender que a Coluna se deslocasse e não ficasse à sua espera. Ou, pelo menos, que não marchasse ao seu encontro para atacar as trincheiras adversárias, previamente traçadas e preparadas para os combates por eles previstos de acordo com os planos de guerra do Estado-Maior do Exército. Planos que, em geral, nada tinham a ver com o que realmente estava se passando no cenário militar. Na realidade, a Coluna sempre "escapava" dos cercos inimigos, vencendo as "barreiras intransponíveis" que os generais da "legalidade" erguiam pelo seu caminho.

Não é de admirar, portanto, que o general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do governo Artur Bernardes, manifestasse uma grande perplexidade diante da tática empregada pelos "sediciosos", no relatório apresentado ao final de sua gestão ministerial, em outubro de 1926:

"Poucos, muito poucos são os Estados do Brasil que escaparam à ação dos rebeldes, nessa *fuga desesperada* que iniciaram após a queda de Catanduvas. (...)

"Saindo do Paraná, vindos do Rio Grande, penetraram em Mato Grosso e, daí internando-se em Goiás, foram ao Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas, voltando novamente à Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Goiás, onde *sempre escapando à ação das tropas legais, às quais não atacam nem oferecem resistência quando atacadas*, já se aproximavam da fronteira de Mato Grosso.

"Para combatê-los no norte da República, foi organizado um destacamento sob o comando do general-de-brigada João Gomes Ribeiro Filho, oficial inteligente, honesto e capaz. Mas *os rebeldes fugiram*, mais uma vez, ao contato das forças legais e vieram ter à Bahia, onde tropas sob o comando do general Álvaro Guilherme Mariante e do general Diógenes Monteiro Tourinho, ambos oficiais de incontestado valor, procuraram detê-los e destruí-los. *Escaparam mais uma vez e, tornando desnecessário o efetivo da tropa que havia sido posto sob o comando geral do general João Gomes*, foi feita nova organização do comando, dispensando-se os serviços dos generais João Gomes e Tourinho, recolhendo-se os elementos tornados sem aplicação, dando-se, por fim, o comando único ao general Álvaro Mariante que ainda continua na permanência da missão que lhe foi confiada.

"Aos espíritos pouco observadores, ou aos que, com má vontade, pretendem julgar os fatos relativos à ação das tropas legais, poderá

parecer estranho que sendo poucos os rebeldes não pudesse esse aparelhamento militar, em que entraram forças do Exército, polícias dos Estados e patriotas, aniquilá-los por completo. Mas é preciso pensar, preliminarmente, que *não se destroça uma tropa sem que com ela se tenha contato. E não há contato porque os rebeldes fogem.* (...)

“Os rebeldes, onde chegam, arrebanham a cavallhada, apossam-se dos automóveis e *correm desesperadamente*. Mais além, onde essa cavallhada se fatigou ou os automóveis se fizeram imprestáveis, novo abastecimento em carros e animais e *assim prosseguem numa carreira vertiginosa*: É a afirmativa de todos os generais em seus relatórios.

“Nossas tropas, as tropas legais, não podem e não devem ter procedimento idêntico. Temos leis que regem a nossa vida e ação de forças regulares. Daí os entraves que todos os comandantes de tropa têm experimentado no cumprimento de seus deveres. (...)

“Não se procure, pois, fazer de *uma correria desenfreada*, qual a dos rebeldes, uma página de glórias militares.”⁸³

Concluindo seu relatório, o ministro da Guerra afirmava:

“Não pôde haver combate por falta de combatentes inimigos.”⁸⁴

O general Setembrino de Carvalho expressava, de forma clara e inquestionável, o total despreparo do comando legalista para enfrentar a tática guerrilheira empregada pela Coluna Prestes, sua fidelidade absoluta e dogmática aos preceitos da “guerra de posição”, transmitidos pelos oficiais da Missão Militar Francesa, e a sua clamorosa incompetência no combate aos rebeldes.

O fracasso do combate governista aos “sediciosos” não seria, contudo, apenas de responsabilidade das tropas do Exército, mas também das polícias militares, convocadas para persegui-los. Participaram da mobilização governista contra a Coluna Prestes contingentes numerosos das forças públicas de pelo menos 17 Estados da União, enumerados no relatório citado do ministro da Guerra: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará⁸⁵.

Na realidade, as polícias militares estaduais e os “batalhões patrióticos” constituíram o grosso dos efetivos mobilizados pelo governo para combater a Coluna Prestes. Essa fora a maneira encontrada de contornar a simpatia que, sabidamente, existia nas fileiras do Exército em relação aos rebeldes. Não se deve, contudo, exagerar as reais proporções dessa simpatia, que atingia de preferência a baixa oficialidade militar, enquanto a alta hierarquia se posicionava contra a indisciplina dos tenentes e capitães e desejava seu esmagamento, ainda que nem sempre estivesse disposta a enfrentar os incômodos e os percalços de uma guerra, tanto

mais em regiões desabitadas e inóspitas. A baixa oficialidade limitava-se, via de regra, a cumprir as ordens superiores, ou seja, empenhar-se em esmagar o inimigo.

É falso, pois, afirmar, como fazem alguns autores, que a Coluna teria conseguido escapar à perseguição governista porque a atitude da oficialidade do Exército, diante dos rebeldes, teria sido de "deixar passar", de alimentar um sentimento de tolerância, de não se empenhar seriamente na sua perseguição e combate⁸⁶. É o próprio Moreira Lima quem, ao escrever o diário da Marcha, rebate semelhante patranha:

"Espalhou-se que o Exército não nos combatia.

"Essa notícia não passou de pura lenda. O que bombardeou São Paulo e fez a campanha do Paraná não deixou de ser bernardesco.

"Cumpriu sempre as ordens que recebeu de seus chefes.

"Nunca enfrentamos nenhuma força do Exército sem que travássemos combate com a mesma.

"O que se conta em contrário, isto é, que o Exército evitava atacarnos, não passa de pura fantasia."⁸⁷

Diante do fracasso governista no combate à Coluna Prestes, ela poderia continuar marchando pelo país, tirando partido da sua grande arma — a mobilidade extrema, que a tática da "guerra de movimento" lhe conferia. Mas Prestes compreendera que havia chegado a hora de mudar de tática. Para isso, contribuíra de maneira decisiva a nova visão que ele adquirira do Brasil durante a Marcha da Coluna, ao deparar-se com a terrível miséria em que vegetava a maior parte da população do país. É esclarecedor ouvir o próprio Prestes:

"Já estávamos em outubro de 1926. O Washington Luís já tinha sido eleito. Eu já estava convencido de que nós estávamos diante de um problema social muito grave. Como é que um país tão rico, e o povo vivia naquela miséria? E que nós tínhamos que estudar esse problema para encontrar a solução, saber qual era a solução. Essa era a minha opinião. Mas os outros... (os outros comandantes da Coluna)... não se preocupavam com isso, em geral os outros não se preocupavam. E eu achei que, como o Washington Luís ia tomar posse no dia 15 de novembro, nós deveríamos procurar entendimento com o governo, para uma anistia. Resolvemos, então, mandar emissários ao Isidoro Dias Lopes, que estava em Paso de los Libres, na Argentina. Organizamos um pequeno pelotão, comandado pelo Emygdio Miranda. E o destacamento do Siqueira Campos foi encarregado de acompanhar esse pelotão até a estrada de ferro "Nordeste". E depois o pelotão iria sozinho até a fronteira com o Paraguai, para levar os nossos emissários, que eram o Moreira Lima, o bacharel, e o Djalma Dutra."⁸⁸

Prestes esclarece ainda sua posição naquele momento:

“Eu já estava convencido de que a substituição pura do Bernardes não ia resolver nenhum problema. Nós estávamos diante de um problema social profundo, mas não conhecíamos as causas dessa miséria. Porque um país como o nosso, e o povo vivia num estado de miséria tão grande?

“Por outro lado, com a guerra civil, quem mais sofria era o próprio povo. Porque o próprio camponês, de quem nós tirávamos um cavalo, ficava desarmado, porque era o animal que ele tinha para todo o trabalho, para o transporte da mercadoria e tudo. Além disso, o inimigo, que vinha atrás, cometia desatinos. De maneira que contribuir para terminar com a guerra civil, eu achava que já era um dever, já que nós víamos que não era com a substituição do Bernardes — que era o nosso objetivo — que íamos resolver esse problema.”⁸⁹

Com a posse do novo presidente da República, Prestes pensava que seria possível obter não só uma anistia para todos os oficiais e soldados, como negociar também a questão do voto secreto e da Lei de Imprensa, que mantinha o país sob um regime de rigorosa censura⁹⁰. Mas, quando os emissários da Coluna chegaram a Paso de los Libres, já estava marcado um levante tenentista, no Rio Grande do Sul, para 15/11, o qual contava com a concordância do general Isidoro⁹¹. Fechavam-se, assim, as portas para qualquer negociação com o novo governo. Fracassara a missão de Lourenço Moreira Lima e Djalma Soares Dutra⁹².

Enquanto os dois emissários da Coluna rumavam para o Paraguai, os rebeldes avançavam para Noroeste, em direção ao vale do rio das Garças, onde ficara combinado encontrar o destacamento Siqueira Campos, quando esse regressasse, após cumprir a missão de acompanhar o piquete que fazia a cobertura dos dois emissários e ameaçar a cidade de Campo Grande, sede da Região Militar de Mato Grosso. Com a manobra, visava-se não só distrair a atenção das forças inimigas que operavam na região, como provocar o afrouxamento da pressão que sofria o grosso da Coluna⁹³.

Siqueira Campos, como sempre, cumpriu com brilhantismo a missão que lhe havia sido confiada, mas não conseguiu se reunir novamente à Coluna. Em cinco meses, realizou uma marcha espetacular de nove mil quilômetros, que, por si mesma, valeria as glórias de uma grande epopéia. De início, traçou uma vastíssima circunferência em torno de Cuiabá, avançando depois para Goiás e chegando, mais tarde, até o Triângulo Mineiro, de onde rumou para a vila de Bela Vista, na República do Paraguai. O destacamento de Siqueira estava bem montado, nesse momento, desenvolvendo assim marchas de “uma rapidez assombrosa”, segundo Moreira Lima⁹⁴.

Tanto os 80 homens que marchavam junto com Siqueira, quanto o grosso da Coluna, em suas marchas e contramarchas por Mato Grosso e Goiás, foram, nesses últimos meses de 1926 e início de 1927, permanentemente acossados pelas forças inimigas, entre as quais se destacavam as tropas de Franklin de Albuquerque e Horácio de Mattos, assim como elementos da polícia de Mato Grosso e do Exército. Todos, agora, perseguiam a Coluna a cavalo, pois o governo entendera que, para acompanhar os rebeldes, era necessário montar as suas tropas, dando-lhes maior mobilidade e capacidade de manobra, o que as tornava mais perigosas. Era mais um motivo para que Prestes considerasse que havia chegado a hora de emigrar⁹⁵.

Tendo desencontrado de Siqueira Campos, o grosso da Coluna tentara aproximar-se da antiga capital de Goiás, pois tivera a informação de que nessa região estaria manobrando uma grande força revolucionária; o que levava o Estado-Maior dos rebeldes a pensar que talvez se tratasse do destacamento de Siqueira⁹⁶. Mas e notícia era falsa⁹⁷. Diante disso, os rebeldes resolveram retroceder novamente para Mato Grosso.

Nos últimos dias de novembro de 1926, sempre perseguidos pelo adversário, Prestes e seus soldados rumavam para o noroeste de Cuiabá, onde deveriam se reencontrar com os emissários que haviam partido para a Argentina. Afastavam-se, assim, dos centros mais povoados, evitando combates inúteis e proporcionando um relativo descanso à tropa da Coluna⁹⁸.

A 24/12/1926, teria lugar um combate violento, nas proximidades da Colônia Sangradouro, onde havia um colégio de padres salesianos. O relato de Prestes sobre esses acontecimentos, além de inédito, destaca-se pelo grande interesse dos detalhes que são narrados, assim como pela clareza com que se delineia o comportamento dos rebeldes frente ao inimigo, num momento de luta feroz:

“Em Sangradouro, eu vi coisas incríveis, porque os índios viviam em cabanas horríveis e os frades em casas de alvenaria, com todo o conforto. E o índio era obrigado a trabalhar de manhã à noite, de enxada! De maneira que os bororos (...) eram quatro mil índios (...) e, no fim de poucos anos, estavam reduzidos a 400. Porque o índio não está habituado ao trabalho sedentário.

“Quando saímos da Colônia Sangradouro, marchando em direção à Cuiabá — o Sangradouro é um riacho —, apareceu tropa do governo, do outro lado desse riacho. Mas foi uma tropa, dessas tropas que eles organizavam na última hora. Parece que eram civis, elementos esparsos da polícia, etc., porque ela debandou logo, rapidamente. Bastou a nossa metralhadora funcionar... Tomamos posição... É, tomamos posição... Eles tinham uma metralhadora também. Então, demos uma primeira rajada. Logo eles começaram a

vacilar e, daqui a pouco, o pessoal começou a debandar. Principalmente, quando eu joguei o esquadrão de cavalaria — o pessoal nosso estava bem montado — pelo flanco esquerdo, para ameaçar o flanco esquerdo. Não era para atacar, mas ameaçar somente. Mas eles retiraram. Começaram a correr. Então, o nosso pessoal atravessou a ponte — tinha uma ponte nesse Sangradouro — e saiu atrás deles. Alguns bem montados. Ai eu compreendi que ia haver uma matança. O pessoal nosso estava indignado, e na guerra é uma desgraça... Os soldados, os jovens então, criam um espírito de vingança, sanguínário. De maneira que eu estava montado num cavalo branco muito vistoso e toquei a galope! Toquei a galope, para ver se evitava a mortandade. E evitci, consegui evitar. Mas um dos soldados deles... — porque era um lugar mais ou menos agreste, com árvores isoladas, campina, com árvores isoladas, e havia um bosque à direita —, algum dos soldados deles, que se ocultou no bosque, e de lá viu meu cavalo branco, atirou no cavalo, e o cavalo foi atingido. Ai, eu tive que saltar do cavalo. Por pouco eu não fui atingido. Bateu no copo da minha espada, porque eu tinha uma espada; me lembro, bateu no copo da espada, mas saltou. Eu me salvei, não cheguei a ser ferido. O cavalo foi ferido e eu tive que mudar de cavalo. E fizemos uns 40 prisioneiros. Eles não sabiam o que fazer, coitados... Eram matutos mesmo... "Quando chegamos perto de Cuiabá — logo dois dias depois já estávamos perto de Cuiabá —, eu, para desmoralizar a tropa que eles tinham em Cuiabá, soltei os 40, para eles irem para lá, para dizerem como é que eles tinham sido tratados. (...) Porque nós não pretendíamos entrar em Cuiabá. E dai não tivemos mais combate, a não ser depois que atravessamos as cabeceiras do Paraguai, do Rio Paraguai."⁹⁹

A Coluna transpôs o Rio Paraguai, em 8/1/1927, um pouco abaixo da Estação Telegráfica de Diamantino, da linha Cuiabá-Santo Antônio do Madeira. Um pouco adiante teve início a travessia da imensa região dos pantanais, que se estendem até a Bólvia¹⁰⁰. Lourenço Moreira Lima retrata a dramaticidade dessa travessia impressionante:

"Foi a marcha mais difícil que a Coluna fez durante toda a campanha e somente se lhe pode comparar a que fizemos na margem do S. Francisco quando regressamos de Minas, tendo sido esta, porém, muito mais fácil e menos dolorosa do que aquela.

"Os animais desapareciam dia a dia. Muitos soldados viajavam montados em bois, que passaram a ser utilizados na condução das cargas e das padiolas.

"Dentro de pouco tempo, porém, a Coluna estava a pé e sem recursos, alimentando-se de palmitos e dos poucos bois que lhe restavam para as montadas, sem ter sequer um pouco de sal para temperar a carne.

"Essa marcha era feita muitas vezes com água pelos peitos e em certas ocasiões a nado, quando se deparava com algum corixo.

"Descansava-se trepando nas árvores... Quase todos estavam descalços e mais ou menos nus.

"Quando a Coluna chegou à Bolívia, vi muitos companheiros embrulhados em trapos de cobertores, que mal lhes cobriam as vergonhas, e inúmeros vestidos com vagos farrapos que tinham sido calças ou ceroulas.

"Os acampamentos eram estabelecidos nos cabeços que não tinham sido atingidos pelas águas e onde com dificuldade se conseguia acender as fogueiras.

"Durante as noites, milhões e milhões de pernilongos perseguiram os homens e bestas, não permitindo que dormissem tranquilamente."¹⁰¹

Como sempre, a Coluna venceria mais essa etapa, sobrepondo-se a todas as dificuldades, que, por vezes, pareciam intransponíveis. Os comandantes, com o seu exemplo de coragem e abnegação, infundiam ânimo aos soldados, que os seguiam com uma fidelidade a toda prova. Moreira Lima registrava:

"Nessa marcha, soldados e oficiais revelaram um alto grau de energia, esforçando-se por amparar os companheiros doentes, feridos e enfraquecidos, numa extraordinária demonstração de devotamento e camaradagem.

"Os oficiais superiores eram os primeiros a dar exemplo de desprendimento e de coragem em semelhante transe.

"Prestes, João Alberto, Cordeiro, Ary, Virgílio Santos, (...) todos eles corresponderam à confiança que os seus comandados tinham nas suas pessoas, e palmilharam a pé essa terribilíssima região, enfrentando com estoicismo os sofrimentos que atingiam a todos e reanimando com as suas atitudes os companheiros cujas energias se haviam esgotado.

"Miguel Costa não se furtou a esses trabalhos, robustecendo a admiração que todos lhe tributavam."¹⁰²

A Coluna travou seu último combate às margens do Rio Jauru, perto da fronteira com a Bolívia, a 28/1. Os rebeldes foram atacados pela tropa de Franklin de Albuquerque, reforçada pela polícia mato-grossense, que se viu obrigada a retirar inteiramente batida, deixando 30 mortos no campo e sofrendo perseguição até uns dez quilômetros de distância¹⁰³. Prestes recorda esse episódio em que, junto com Cordeiro de Farias, se dispôs a enfrentar uma situação de vida ou morte:

"A tropa de Franklin de Albuquerque chegou a nos atacar, mas nós contra-atacamos. Porque eles pensavam que nós, antes de chegar à Bolívia, ainda fôssemos obrigados a debandar, ingressássemos na Bolívia desmoralizados. De maneira que eu, aí, com o Cor-

deiro de Farias, que era um destacamento que estava na retaguarda, organizamos uma linha de frente, e eu e o Cordeiro fomos para a linha de frente. Eu disse: — Nós temos que morrer, mas não tem importância... E contra-atacamos. E eles foram derrotados e retiraram bastante para trás. E esse foi o último combate.”¹⁰⁴

Finalmente, a 3/2/1927, a Coluna Prestes entrava na Bolívia. Como diria Lourenço Moreira Lima, “não vencemos, mas não fomos vencidos”¹⁰⁵. Durante dois anos e três meses, 18 generais a serviço do governo Artur Bernardes¹⁰⁶ — contando com a colaboração das polícias militares estaduais e dos chefes cangaceiros do Nordeste — perseguiram os rebeldes, sem terem conseguido derrotá-los.

Alguns dias antes de ingressar na Bolívia, Prestes reuniu os soldados para explicar-lhes as razões por que iam emigrar: embora a Coluna não tivesse sido desbaratada, nem derrotada, não havia sentido em continuar causando tantos sacrifícios às populações das regiões por onde os rebeldes passavam, pois um novo presidente já assumira o poder, tendo chegado a hora, portanto, de buscar outros caminhos para dar prosseguimento à luta¹⁰⁷.

Era impressionante e significativo aquele espetáculo: 600 e poucos homens — o que restara da Coluna —, em andrajos, feridos e enfraquecidos, mas vitoriosos, a ouvir do seu comandante as razões por que as armas seriam ensarilhadas. Apesar de todas as dificuldades, os revolucionários chegavam à Bolívia com o moral elevado, conscientes de que haviam cumprido o seu dever, sem nada receber em troca. Os comandantes e soldados da Coluna iam para o exílio num estado de absoluta pobreza, enquanto os generais e “coronéis” da “legalidade” tinham enchido os bolsos às custas do erário público, que lhes oferecera verbas generosas para liquidar os movimentos sediciosos¹⁰⁸.

A Coluna não fugira; partira organizada para a Bolívia, tendo repellido todas as investidas inimigas até os últimos dias do seu périplo pelo Brasil. O fato seria reconhecido, já naquela época, por quem procurou encará-lo objetivamente. Assim, o sr. Rafael Correia de Oliveira, enviado especial de *O Jornal* a Mato Grosso e Bolívia, escrevia ainda de Campo Grande, poucos dias após o ingresso dos rebeldes em território boliviano:

“A Coluna Prestes não foi de maneira nenhuma batida pelos jagunços baianos do sr. Franklin.”

E acrescentava o jornalista:

“Pelo que acabo de saber aqui, foi enviada para o Rio muita patra-nha, no intuito de impressionar o governo federal, como ‘serviços prestados à legalidade’. Prestes passou à Bolívia porque entendeu

soado o instante de pacificação, e nunca porque os jagunços, em contato rápido com a sua retaguarda, jamais lhe houvessem molestado. E isto é o que me informam oficiais do Exército e outras pessoas aqui, acima de qualquer eiva de suspeição."¹⁰⁹

Já na Bolívia, Rafael Correia de Oliveira remetia nova matéria para *O Jornal*, em que escrevia:

"A Coluna internou-se na Bolívia obedecendo tão-somente a motivos de ordem política. Nem as forças regulares, sob o comando do general Mariante, nem os jagunços, conseguiram dar a solução militar, que o governo transacto e atual, esperavam para a revolução."¹¹⁰

Enquanto isso, a nota oficial da Secretaria do Palácio da Presidência da República transmitia à opinião pública uma versão falsificada dos acontecimentos, em que os rebeldes eram dados como derrotados e expulsos do território nacional pelas forças da "legalidade":

"Os grupos de Franklin de Albuquerque, de Ludovico e de Horácio de Mattos, sob a direção do general Mariante, em perseguição tenaz, obrigaram os rebeldes sob o comando de L. C. Prestes e Miguel Costa a evacuarem o território brasileiro, por encontrarem Cuiabá defendida por tropas do Exército, policia mato-grossense e patriotas e São Luiz de Cáceres guarnecido por forças da Marinha Nacional."¹¹¹



Prestes e integrantes da Coluna, junto com o jornalista Rafael Correia de Oliveira (4º em pé, da direita para a esquerda), enviado de *O Jornal* e o primeiro a entrevistá-lo na Bolívia. Gaíba (Bolívia), fevereiro de 1927.

Um dia após o seu ingresso na Bolívia, o comando da Coluna depunha armas voluntariamente e assinava uma ata conjunta com as autoridades daquele país¹¹². Feito o inventário, os rebeldes entregaram às autoridades bolivianas 90 fuzis Mauser, quatro metralhadoras pesadas, das quais uma inutilizada, e dois fuzis-metralhadoras, quase todos descalibrados, além de oito mil tiros. A Coluna, praticamente desarmada, contando com apenas 620 homens, havia vencido todos os embates com as forças governistas¹¹³.

Uma vez no exílio, Prestes trataria de arranjar trabalho para que os soldados da Coluna pudessem sobreviver e, pouco a pouco, irem regressando ao Brasil. A situação era de penúria geral. Finalmente, a companhia inglesa de colonização "Bolivian's Concession Limited" daria emprego aos ex-combatentes da Coluna. Prestes ficaria durante um ano, na longínqua vila de Gaiba, organizando o trabalho dos seus soldados e a sua volta à Pátria. Somente quando o destino da maioria dos rebeldes exilados na Bolívia ficou resolvido, Prestes decidiu partir para a Argentina. A batalha do exílio boliviano havia sido mais uma etapa da epopéia da Coluna Prestes¹¹⁴ (ver foto).

“.....
Homens de ferro
curvos cansados.

Os pés afundam
no atoleiro
caminho de visgo,
o derradeiro.
.....
Coluna, quem
quem te venceu?

Ninguém ó filha
do povo meu.”

Jacinta Passos, *A Coluna*.

NOTAS

- 1 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 276-277, 280.
- 2 - LCP, fita 5, p. 19.
- 3 - Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul.
- 4 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 284.
- 5 - Id., *ibid.*, pp. 279 e 282.
- 6 - LCP, fita D(2), p. 29-30; também fita 5, p. 34.
- 7 - A respeito de Horácio de Mattos, cf. CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Mattos*. São Paulo, s. e., 1961; MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis*; a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- 8 - A respeito do "coronelismo", cf. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- 9 - Cf. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934)*; a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 182-186.
- 10 - *O Sertão*, Lençóis (BA), nº 3, 4/4/1926, p. 1. Também foram consultados os números de 9/5, 16/5 e 4/7 de 1926.
- 11 - Cf. LINS, Wilson. *O Médio São Francisco*; uma sociedade de pastores e guerreiros. 2ª ed. Salvador (Bahia), Livraria Progresso Ed., 1960.
- MACEDO, Nertan. *Abílio Wolney, um Coronel da Serra Geral*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Renes; Brasília, INL, 1980.
- Discurso do senador Moniz Sodré (Bahia), no Senado, sessão de 25/5/1926. *Anais do Senado*, 1926, v. 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, pp. 370-380.
- Discurso do deputado Francisco Rocha (Bahia), na Câmara dos Deputados, sessão de 25/6/1926. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1926, v. II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, pp. 443-462.
- Telegrama do general João Gomes ao presidente Artur Bernardes, Bahia, 29/4/1926. AAB, microfilme 20/B17.
- Mensagem do governador do Estado da Bahia, dr. Francisco Marques de Glóris Calmon, à Assembléia Geral Legislativa, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 7/4/1927, p. 241.
- Correspondência diversa de Horácio de Mattos. Documentos cedidos à autora pelo jornalista Domingos Meirelles.
- 12 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 301.
- 13 - Id., *ibid.*, p. 302.
- 14 - Cf. PANG, Eul-Soo. Op. cit., pp. 186-188.
- 15 - Id., *ibid.*, p. 187.
- 16 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 293.
- 17 - Ordem do dia do ministro da Guerra dando a composição e missão das forças colocadas debaixo das ordens do general Mariante, 18/2/1926. Apud Grupo de Destacamentos Mariante. Extrato dos principais documentos relativos às operações do "GRUPO" no Estado da "Bahia", nos meses de fevereiro e março (de 1926). Original, datilografado, 24 pp., pp. 1-2. AAB, microfilme 20/B17.

Relatório Sobre as Operações do Grupo de Destacamentos Mariante no Interior do Brasil (Contra as forças "rebeldes" ao mando de Prestes e Miguel Costa), fevereiro de 1926/março de 1927. Original, datilografado, 35 pp. Arquivo do Ministério do Exército, Rio de Janeiro.

18 - Mensagem do governador do Estado da Bahia, dr. Francisco Marques de Góis Calmon, à Assembléia Geral Legislativa. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 7/4/1927.

Grupo de Destacamentos Mariante. Extrato dos principais documentos relativos às operações do "GRUPO" no Estado da "Bahia", nos meses de fevereiro e março (de 1926). Original, datilografado, 24 pp. AAB, microfilme 20/B17.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Rio de Janeiro, Livraria Editorial Coelho Branco, 1955, pp. 33-43.

19 - LCP, fita 5, p. 37.

20 - Grupo de Destacamentos Mariante. Extrato dos principais documentos relativos às operações do "GRUPO" no Estado da "Bahia", nos meses de fevereiro e março (de 1926). Original, datilografado, 24 pp. AAB, microfilme 20/B17.

21 - Cf. Mensagem do governador do Estado da Bahia, dr. Francisco Marques de Góis Calmon, à Assembléia Geral Legislativa. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 7/4/1927, pp. 226/235.

22 - Telegrama do general João Gomes ao dr. Góis Calmon, governador da Bahia, Capital Federal, 26/5/1926. Apud Mensagem do governador do Estado da Bahia, dr. Francisco Marques de Góis Calmon, à Assembléia Geral Legislativa, Op. cit., p. 242.

23 - Cf. Carta que o sr. general Mariante dirigiu a S. Ex. Sr. Marechal Setembrino de Carvalho, Pirapora, 19/5/1926. Original, datilografado, 20 pp. Ver no *Anexo* nº 40.

24 - Id., *ibid.*

25 - Id., *ibid.*

26 - Id., *ibid.*

27 - Id., *ibid.*

28 - Id., *ibid.*

29 - Id., *ibid.*

Cf. outras cartas e informes do general Mariante. AAB, microfilmes 17/B14, 20/B17, 05/B-3.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Op. cit., pp. 33-43.

30 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 311-313.

LCP, fita 6, p.8.

31 - LINS DE BARROS, João Alberto. Op. cit., p. 148.

32 - COUTINHO, Lourival. Op. cit., pp. 36-37.

33 - Id., *ibid.*, p. 37.

34 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 297.

35 - Id., *ibid.*, p. 298.

36 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 300-301.

LCP, fita D(2), pp. 49-50.

Prestes diverge de Lourenço Moreira Lima, pois este afirma que o tenente Leopoldo Ribeiro Júnior servira em Minas do Rio das Contas.

37 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 304.

LCP, fita 5, p. 39.

38 - LCP, fita 5, p. 40.

- 39 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 306.
LCP, fita 6, p. 2-3.
- 40 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 306-307.
FERREIRA, S. Dias (e Sady Valle Machado). *A Marcha da Coluna Prestes*. Op. cit., pp. 191-192 e 183.
- 41 - LCP, fita 6, p. 3.
- 42 - LCP, fita 6, pp. 3-6.
- 43 - LCP, fita 6, pp. 6-7; também fita J(A), pp. 28-30; fita E(A), pp. 1-14.
- 44 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 309.
- 45 - COUTINHO, Lourival. Op. cit., p. 38.
LCP, fita E(B), pp. 10-11.
- 46 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 312-315.
PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.
- 47 - LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., p. 139.
Ver também MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 342-344.
- 48 - LCP, fita 8, pp. 2-3.
- 49 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 349.
- 50 - LCP, fita 8, pp. 3-4.
- 51 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 350-351.
- 52 - LCP, fita 8, p. 6.
- 53 - A respeito da Marcha da Coluna, de Minas Gerais a Pernambuco, ver MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 356-371.
Cf. também telegramas diversos, in AAB, microfilme O5/B-3.
- 54 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 370.
- 55 - Id., *ibid.*, p. 383.
- 56 - Id., *ibid.*, p. 393. Sobre a travessia dos Estados de Pernambuco, Piauí e Bahia, ver MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 370-396.
- 57 - Id., *ibid.*, p. 409.
- 58 - LCP, fita E(B), pp. 30-31.
- 59 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 409-411.
Entrevista de José Honório Granja, *Diário da Bahia*, 28/9/1926. Apud Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 14/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 14/10/1926, p. 3986.
LANDUCCI, Ítalo. Op. cit., pp. 142-145.
COUTINHO, Lourival. Op. cit., p. 41.
- 60 - LCP, fita F(B), p. 40.
- 61 - COUTINHO, Lourival., Op. cit., pp. 38-39.
Cf. também telegramas do general Mariante ao general Setembrino de Carvalho, agosto de 1926, in AAB, microfilme 04(B-2).
- 62 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 413.
- 63 - Id., *ibid.*, pp. 413-415.
- 64 - LCP, fita 6, pp. 13-15.
- 65 - LCP, fita 6, pp. 15-16.
- 66 - LCP, fita 6, p. 17; também fita E(B), pp. 40-52.
- 67 - LCP, fita F(B), pp. 53-54.
- 68 - Ordem do dia do coronel Pedro Dias de Campos. Boletim nº 195 da Força Pública do Estado de São Paulo. Publicado em *O Combate*, São Paulo, 23/9/1926, p. 3.

Cf. Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/9/1926. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1926, v. IX. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, pp. 197-198.

69 - Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/9/1926. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1926, v. IX. Op. cit., p. 198.

70 - Cf. Discurso do deputado Azevedo Lima, na Câmara dos Deputados, sessão de 18/9/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 18/9/1926, p. 3149.

Cf. Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 31/10/1926, pp. 4919-4921.

Cf. *A Capital*, Bahia, 10/11/1926, p. 1.

71 - Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 31/10/1926, p. 4921.

72 - Comunicado do general Mariante, para ser transmitido pelo dr. Rocha ao presidente Artur Bernardes, 3/10/1926. Original, datilografado, 2 pp. AAB, microfilme O4(B-2).

73 - Comunicado do general Mariante, de Ipameri, 13/10/1926. Original, datilografado, 3 pp. AAB, microfilme O4(B-2).

74 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 432.

Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 14/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 14/10/1926, p. 3983.

Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 31/10/1926, p. 4920. *O Combate*, São Paulo, 6/10/1926, p. 1; 21/1/1927.

75 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 432.

Comunicado do general Mariante, de Ipameri, 13/10/1926. Original, datilografado, 3 pp. AAB, microfilme O4(B-2).

Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 14/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 14/10/1926, p. 3984.

Discurso do deputado João Batista Lusardo, na Câmara dos Deputados, sessão de 28/10/1926. *Diário do Congresso Nacional*, 31/10/1926, p. 4920.

76 - Cf. Comunicado do general Mariante, de Ipameri, 13/10/1926. Original, datilografado. 3 pp. AAB, microfilme O4(B-2).

77 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 432 e 436.

COUTINHO, Lourival. Op. cit., pp. 41-42.

78 - COUTINHO, Lourival. Op. cit., p. 42.

79 - Mensagem do presidente do Estado de Mato Grosso, dr. Mário Correa, à Assembleia Legislativa, lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Cuiabá, 13/5/1927, p. 96.

80 - LCP, fita F(A), pp. 11-12.

Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 428, 436-444.

81 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 443.

82 - Mensagem do presidente do Estado de Mato Grosso, dr. Mário Correa, à Assembleia Legislativa, lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, Cuiabá, 13/5/1927, p. 91.

Cf. ainda, nesta mesma Mensagem, pp. 77-114.

83 - Relatório apresentado ao presidente da República dos EEUU do Brasil pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro de Estado da Guerra, em outubro de 1926. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 7-10. Grifos nossos.

84 - Id., *ibid.*, p. 10.

- 85 - Id., *ibid.*, p. 10.
- 86 - Cf. DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*; rebeldes errantes. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 76-79. (Tudo é história, 103.)
- MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*, São Paulo, Difel, 1977, p. 94.
- 87 - MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 371.
- 88 - LCP, fita 5, pp. 19-20.
Cf. também MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 444-452.
- 89 - LCP, fita E(A), pp. 14-15.
- 90 - LCP, fita E(A), p. 16.
- 91 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 470-471.
- 92 - Cabe assinalar que, durante o governo Washington Luís, houve várias tentativas de conseguir uma anistia, sempre recusada pelo governo. Isso fica confirmado pela consulta à imprensa da época.
- 93 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 445.
- 94 - Id., *ibid.*, p. 458. Ver ainda sobre a marcha de Siqueira Campos, MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 455-465.
- 95 - LCP, fita F(A), pp. 31-33.
- 96 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 482.
- 97 - LCP, fita F(A), pp. 30-31.
MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 484.
- 98 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 486.
- 99 - LCP, fita 6, pp. 20-23; também fita F(A), pp. 33-41.
Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 488-489.
- 100 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 492-493.
- 101 - Id., *ibid.*, p. 493.
- 102 - Id., *ibid.*, pp. 493-494.
Também LCP, fita 6, pp. 23-24.
- 103 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 495-496.
- 104 - LCP, fita F(A), pp. 43-44; também fita 6, p. 24.
- 105 - MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 500.
- 106 - Cf. nota nº 2 da *Introdução* à Parte II deste trabalho.
- 107 - LCP, fita F(A), p. 45.
- 108 - LINS DE BARROS, João Alberto. *Op. cit.*, pp. 186-187.
LCP, fita 6, p. 37.
- 109 - *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23/2/1927, p. 1.
- 110 - *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11/3/1927, p. 4.
- 111 - *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11/2/1927, p. 1.
- 112 - Cf. o texto da ata lavrada ao chegar na Bolívia, in MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 498-499.
- 113 - MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 499.
- 114 - Sobre o exílio na Bolívia, cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 501-523. LCP, fita 7, pp. 28-52; fita 8, pp. 6-14; fita F(A), pp. 47-49; fita F(B), pp. 3-4 e 23-40; fita G(A), pp. 1-10.

Capítulo VIII

A Coluna Prestes — Um Exército com características populares

Quando se pensa no tenentismo, imagina-se um movimento da jovem oficialidade do Exército, jamais se cogitando a participação dos “de baixo”, ou seja, dos soldados que se levantaram em diversas unidades militares sob o comando dos chamados “tenentes”, assim como dos civis que, de uma forma ou de outra, a eles aderiram¹.

Se uma das causas mais importantes, para semelhante atitude, reside na tradicional subestimação da participação das massas populares, ou seja, dos homens simples do povo, nos processos históricos, no caso em apreço deve-se considerar também que a maior parte dos levantes tenentistas, devido ao seu caráter efêmero, não teve tempo de se consolidar, nem de produzir algum tipo de movimento ou organização que contasse com certa estabilidade, em que a atuação dos “de baixo” pudesse se revelar com maior intensidade.

Com exceção da Coluna Prestes, o único movimento que perdeu por alguns meses foi a coluna paulista, formada pelas tropas que se haviam revoltado em São Paulo, a 5/7/1924. Tendo retirado da capital do Estado, os rebeldes paulistas marcharam até a região do oeste do Paraná, onde se estabeleceram, resistindo ao assédio governista durante cerca de sete meses, até se incorporarem à coluna gaúcha, em abril de 1925.

Se a maioria dos levantes tenentistas não passou de golpes de mão, rapidamente desbaratados pelo governo, em que, conseqüentemente, a participação dos “de baixo” seria fugaz, no caso tanto da coluna gaúcha, como da paulista, teve lugar o surgimento de organizações militares, cuja durabilidade lhes conferiu características específicas, passíveis de serem examinadas e comparadas entre si.

Embora não se tenha conhecimento de nenhuma pesquisa sobre a composição e o funcionamento interno da coluna paulista², as informações disponíveis dão conta de que os rebeldes comandados por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa mantiveram-se fiéis aos regulamentos, normas e preceitos em vigor nas Forças Armadas daquele período, acatando os ensinamentos da "guerra de posição", trazidos para o Brasil pela Missão Militar Francesa³. Dessa forma, tudo indica que as tropas rebeldes sediadas no oeste paranaense estavam organizadas e funcionavam de maneira semelhante ao modelo adotado pelo Exército regular.

No que diz respeito à coluna gaúcha, embora também tenha sido um episódio do tenentismo, apresentou características próprias, que a distinguiram de forma radical da sua congênere paulista. Em primeiro lugar, há que assinalar a duração da Marcha — dois anos e três meses —, permitindo à Coluna Prestes organizar-se de maneira estável, transformando seus participantes num corpo estruturado e com feição própria.

Em segundo lugar, a Coluna Prestes, embora estivesse organizada como um exército — onde a disciplina militar e o comando único e centralizado eram fundamentais —, ao adotar uma tática inovadora como a "guerra de movimento" idealizada por Luiz Carlos Prestes, transformou-se numa organização guerrilheira, em que os soldados teriam participação ativa, desenvolvendo grande iniciativa. O soldado da Coluna Prestes deixaria de ser um mero cumpridor de ordens superiores — como é norma nos exércitos regulares —, para transformar-se em um combatente consciente de que estava lutando por um ideal de liberdade e justiça para o povo brasileiro, ainda que tais conceitos fossem vagos e confusos nas mentes daqueles homens humildes e rudes.

Em terceiro lugar, a própria estrutura organizacional da Coluna Prestes — assim como o seu funcionamento interno⁴ — correspondia à necessidade de grande mobilidade e extrema rapidez que os rebeldes deveriam possuir para driblar a superioridade do inimigo e poder sobreviver em condições terrivelmente adversas.

A originalidade da Coluna Prestes reside no fato de ter sido um exército guerrilheiro, no qual a grande iniciativa e participação dos seus combatentes eram incentivadas e organizadas por um comando formado por militares profissionais — oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo, entre os quais Luiz Carlos Prestes exercia um papel decisivo. Na história das lutas populares no Brasil, a Coluna Prestes constituiu uma forma inédita de organização: em todos os movimentos de rebeldia de que se tem notícia, jamais se soube de algum que fosse dirigido por militares profissionais.

Diante desse caráter original da Coluna Prestes, surge a indagação natural de quem eram os seus comandantes e os seus soldados. Como estudá-los? Como conhecê-los melhor? Voltamos, portanto, à questão, já levantada, de como elucidar a real participação dos “de baixo” num movimento do tipo da Marcha da Coluna⁵.

A resposta está estreitamente ligada à disponibilidade das fontes existentes e às suas características principais. Se, para uma investigação de tipo *qualitativo*, podemos contar com uma documentação bastante ampla e diversificada — em que se destacam o diário da Coluna escrito por Lourenço Moreira Lima, vários livros de memórias de participantes dos acontecimentos estudados e, em particular, os depoimentos prestados por Luiz Carlos Prestes e alguns outros comandantes e combatentes da Marcha —, o mesmo não se pode dizer quanto às fontes que nos possam permitir uma pesquisa de tipo *quantitativo*, fundamental, como se sabe, para qualquer estudo da participação dos “de baixo” nos processos históricos.

Nesse terreno, as dificuldades são enormes; justamente porque a Coluna nunca foi derrotada, os órgãos de repressão jamais conseguiram capturar número significativo de seus combatentes, nem, conseqüentemente, promover um inquérito policial ou militar que implicasse numa amostra representativa dos soldados que participaram da Marcha.

De qualquer forma, o diário da Coluna, de autoria de Lourenço Moreira Lima, no qual o autor se refere a um grande número de participantes da Marcha, fornecendo diversas informações sobre muitos deles e tecendo inúmeras considerações a respeito de suas idéias e comportamentos, abre a possibilidade de se tentar realizar uma apreciação quantitativa do conjunto dos soldados da Coluna.

Além dessa fonte, encontramos duas listagens de combatentes da Coluna nas páginas de *O Jornal* — o diário carioca de propriedade de Assis Chateaubriand —, que, durante o ano de 1927, mandara dois de seus correspondentes à Bolívia, para entrevistar os combatentes da Coluna no exílio e enviar reportagens sobre a Marcha, seus homens e seus feitos. Nas edições de 15/3 e 5/7/1927, estão reproduzidas, respectivamente, uma listagem dos combatentes que chegaram à Bolívia em fevereiro daquele ano e uma outra dos mortos e extraviados durante a Marcha, ambas fornecidas aos jornalistas Rafael Correia de Oliveira e Luiz Amaral pelo comando da Coluna⁶. Lamentavelmente, contudo, essas listagens estão incompletas; mesmo assim, constituem material valioso para a pesquisa realizada.

Nosso trabalho desenvolveu-se da seguinte maneira: procedemos à confecção de fichas com os nomes de todos os participan-

tes da Coluna que aparecem no livro de Moreira Lima pelo menos uma vez. Em cada uma dessas fichas, incluímos todas as informações disponíveis sobre cada um dos combatentes. Em alguns casos, quando existiam, recorremos a outras fontes — como as duas listagens publicadas em *O Jornal* — para completar as informações.

Obtivemos um total de 469 fichas — o que corresponde aproximadamente a um terço dos efetivos máximos da Coluna —, sendo que 40 dizem respeito a oficiais oriundos dos levantes de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, assim como a chefes civis que se revoltaram no último Estado, e que desertaram ou se desligaram da Coluna logo no início, antes da travessia do Rio Paraná ou nos dias que sucederam o ingresso dos rebeldes no Estado de Mato Grosso. Trata-se, portanto, de elementos que tiveram uma participação muito limitada na Marcha. Há também o caso de três oficiais mortos em combate ainda no território gaúcho: os tenentes Aníbal Benévolo, Mário Portela Fagundes e Carlos Abreu dos Santos Paiva, cuja participação na Marcha ficaria restrita aos primeiros dias da revolução.

Ao examinar as 426 fichas restantes, verificamos que, a partir de maio de 1925, quando a Coluna Prestes assume sua feição definitiva — com a incorporação dos rebeldes paulistas e após uma série de defecções ocorridas ainda no Paraná e posteriormente em Mato Grosso⁷ —, conservaram-se no seu comando apenas 12 oficiais, sendo dez tenentes e capitães do Exército e dois oficiais da Força Pública de São Paulo, além de dois ex-alunos da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, expulsos no levante de 5/7/1922. Com esses dados foram elaborados os quadros I e II (ver adiante).

Pelos dados apresentados, fica evidente que a participação dos “tenentes” — ou seja, dos jovens oficiais revolucionários — na Coluna Prestes foi extremamente reduzida, embora eles tenham constituído o seu principal núcleo de comando. É interessante assinalar que, dos 12 oficiais identificados, apenas um tinha patente superior a capitão — o major da Força Pública de São Paulo, comandante Miguel Costa. Além disso, todos esses oficiais cumpriram sua missão revolucionária até o final, não tendo havido entre eles desistências ou deserções, como ocorrera, em grande número, até a chegada da Coluna a Mato Grosso. Fato revelador de que, a partir desse momento, o comando rebelde estava consolidado, mantendo-se, no fundamental, inalterado até o final da Marcha. Apenas três dos oficiais citados não fizeram todo o périplo percorrido pela Coluna: Paulo Kruger da Cunha Cruz e Juarez Távora, presos no Nordeste, e José Athayde da Silva, portador de uma carta do comando rebelde ao deputado João Batista Lusardo.

Quadro I

Oficiais no comando da Coluna

Nome dos Oficiais	Posto antes de ingressar na Coluna	Posto máximo atingido na Coluna	Onde aderiu à Coluna	Até onde chegou na Marcha
1) Antônio de Siqueira Campos	1º tenente do Exército	Coronel-Comandante do 3º destacamento	RS	Até o final, emigrando pelo Paraguai
2) Aristides Correa Leal	1º tenente do Exército	Capitão - Corpo de Saúde	RS	Bolivia
3) Ary Salgado Freire	1º tenente do Exército	Major-fiscal do 4º dest.	RS	Bolivia
4) Djalma Soares Dutra	capitão do Exército	Coronel - Comandante do 4º destacamento	Paraná	Mato Grosso (na volta) Enviado em missão especial
5) João Alberto Lins de Barros	1º tenente do Exército	Coronel - Comandante do 2º destacamento	RS	Bolivia
6) José Athayde da Silva	1º tenente do Exército	1º tenente Chefe do Corpo de Saúde	Paraná	Guiás (na ida) Enviado em missão especial
7) Juarez do Nascimento Fernandes Távora	capitão do Exército	Coronel - Subchefe do Estado-Maior	Paraná	Preso em Teresina (Piaul)
8) Luiz Carlos Prestes	capitão do Exército	General - Chefe do Estado-Maior	RS	Bolivia
9) Miguel Costa	major-comandante da Força Pública de S.P.	General - Comandante da Coluna	Paraná	Bolivia
10) Osvaldo Cordeiro de Farias	tenente do Exército	Coronel - Comandante do 1º destacamento	RS	Bolivia
11) Paulo Kruger da Cunha Cruz	capitão do Exército	Coronel do Estado-Maior	Paraná	Preso no Maranhão
12) Virgílio Ribeiro dos Santos	tenente da Força Pública de S.P.	Major-fiscal do 1º destacamento	Paraná	Bolivia

Quadro II
Ex-alunos da Escola Militar do Realengo
no comando da Coluna

Nome	Posto máximo na Coluna	Atividade anterior	Onde aderiu à revolução	Até onde chegou na Marcha
1) André Trifino Correia	capitão-fiscal do 3º destac.	ex-aluno da Escola Militar	RS	Até o final, emigrando pelo Paraguai
2) Emygdio da Costa Miranda	capitão	ex-aluno da Escola Militar	SP	Mato Grosso (na volta) Enviado em missão especial

Tendo-se destacado, durante a Marcha da Coluna, pela sua bravura, dedicação à causa revolucionária e competência enquanto militares, a grande maioria desses oficiais foi promovida às mais altas patentes do exército rebelde, chegando a coronéis e generais comissionados, conforme consta dos boletins editados pelo comando da 1ª Divisão Revolucionária⁸.

Também participaram do comando da Coluna outros 14 elementos, na maioria civis, havendo um sargento e um soldado da Força Pública de São Paulo. O quadro III (ver adiante), que reúne os não-oficiais no comando da Coluna, revela que, com exceção de quatro, todos os demais chegaram até o fim da Marcha, internando-se com a Coluna na Bolívia ou no Paraguai. Vários foram promovidos ao posto de capitão das forças rebeldes pela sua atuação durante a Marcha. Em sua maioria, eram elementos que se haviam incorporado à revolução durante o levante de São Paulo. Torna-se evidente que, não obstante os militares terem comandado a Coluna, a participação civil em sua direção também foi importante, o que vem confirmar o seu caráter de exército guerrilheiro.

Uma vez identificado o comando da Coluna, passamos ao exame dos seus soldados. Das 469 fichas iniciais, tendo analisado à parte as 71 referentes aos comandantes (militares e civis), restaram 398 de soldados propriamente ditos, ou seja, de combatentes (homens e mulheres) que participaram da Marcha; dentre eles, muitos chegaram a ser promovidos a tenentes e capitães comissionados da Coluna Prestes. O exame cuidadoso dessas fichas leva-nos a concluir que é impossível realizar um estudo estatístico a partir dessa fonte, pois não se sabe em que medida os personagens citados por

Quadro III
Não-oficiais no comando da Coluna

Nome	Posto máximo na Coluna	Atividade anterior	Onde aderiu à revolução	Até onde chegou na Marcha
1) Alberto Costa	Capitão do Estado-Maior	Civil - construtor prático	SP	Emigrou pelo Paraguai
2) Atanagildo França	Tenente	Tabelião - Civil	Goiás	Bolívia
3) Benício dos Santos	Capitão	Fazendeiro no RS	RS	Morreu em Mato Grosso
4) Euclides Krebs	Capitão	Civil	RS	Bolívia
5) Hermínio Fernandes Amado	1º Tenente do Estado-Maior - Pelotão de Disciplina	Soldado da Força Pública de S.P.	SP	Bolívia
6) Ítalo Landucci	Capitão do Estado-Maior	Civil - funcionário de banco em S.P.	SP	Bolívia
7) Jorge Danton da Silva	Capitão	Sargento do Regimento de Cavalaria de S.P.	SP	Bolívia
8) Lourenço Moreira Lima	Capitão-Secretário da Coluna-E.M.	Civil - Advogado	SP	Bolívia
9) Manuel Alves Lira	Major-fiscal do 2º destac.	Civil - comandante de navio no rio Paraná	SP	Morto em combate na fronteira com a Bolívia
10) Mário Geri	Major do Estado-Maior	Civil	SP	Expulso por conspirar
11) Moraes	Capitão do 1º destac.	Civil
12) Morgado	Tenente do Estado-Maior	SP	Expulso por conspirar
13) Nicácio Fernandes da Costa	Tenente do Estado-Maior	Civil	RS	Bolívia
14) Sady Valle Machado	Tenente do Estado-Maior	Civil - comércio	RS	Bolívia

Moreira Lima são representativos do efetivo total da Coluna, nem há, aparentemente, nenhum critério para que o secretário da Coluna tivesse se referido a esses combatentes e não a outros. O mais provável é que constem das páginas do diário da Marcha aqueles que mais se destacaram por um ou outro motivo, ou despertaram a atenção de Moreira Lima.

Não se trata, pois, de uma amostragem estatisticamente representativa. Assim, por exemplo, aparece nas fichas um número considerável, de 66 combatentes, que pertenciam ao 3^o destacamento — enquanto o número de fichas dos outros três destacamentos fica sempre abaixo de 40; na verdade, se sabe que esse destacamento, comandado por Siqueira Campos, praticava uma seleção mais rigorosa de seus elementos e, portanto, contava com menos soldados que os demais (ver Tabela II) Como já foi assinalado, cada destacamento da Coluna incluía, em média, 300 a 400 homens⁹.

Não obstante as dificuldades apontadas na tentativa de efetuar uma análise quantitativa da composição da Coluna Prestes, é possível chegar-se a algumas conclusões a partir do estudo minucioso das fichas citadas. As informações obtidas a partir dessas fichas foram organizadas nas Tabelas I, II, III, IV e V. Além dessas, elaboramos as Tabelas VI e VII, utilizando os dados que encontramos na listagem mencionada, publicada em *O Jornal* de 15/3/1927 (ver adiante as referidas tabelas).

Tabela I
Posto na Coluna

Posto	Número de:
Soldados	143
Cabos	24
Sargentos	52
Anspeçadas	1
Tenentes	71
Capitães	29
Majores	6
Coronéis	3
Total da Amostra	<hr/> 329

Cabe assinalar que, nas Tabelas I, II, III, IV e V, os dados apresentados referem-se a diferentes amostras, que incluem quantidades variadas de combatentes da Coluna, dependendo das informações que aparecem nas fichas elaboradas a partir do livro de Moreira Lima. Assim, por exemplo, num total de 398 fichas (referentes aos combatentes da Coluna), dispomos de apenas 329 em que estão especificados os postos na Coluna desses combatentes (Tabela I). Da mesma forma, dispomos de apenas 179 fichas nas

Tabela II

Número de combatentes por destacamento da Coluna

Combatentes	Número de
1º Destacamento	35
2º Destacamento	38
3º Destacamento	66
4º Destacamento	40
Total da Amostra	179

Fonte: Livro de Lourenço Moreira Lima

Tabela III

Local onde os combatentes aderiram à Coluna

Local	Número de pessoas
São Paulo	43
Rio Grande do Sul	27
Maranhão	7
Piauí	4
Mato Grosso	3
Goiás	2
Pernambuco	1
Paraná	1
Total da Amostra	98

Fonte: Livro de Lourenço Moreira Lima

Tabela IV
Local onde os combatentes nasceram ou estavam radicados, quando aderiram à Coluna

Local	Número de pessoas
São Paulo	28
Rio Grande do Sul	37
Maranhão	8
Piauí	3
Pernambuco	2
Ceará	2
Minas Gerais	1
Bahia	4
Sergipe	1
Goiás	3
Paraná	1
Total da Amostra	90

Fonte: Livro de Lourenço Moreira Lima

quais aparece o número do destacamento a que pertencia cada combatente (Tabela II); de 98 fichas em que estão designados os locais em que os combatentes aderiram à Coluna (Tabela III) etc.

A Tabela I revela que a grande maioria dos combatentes da Coluna era constituída de soldados, cabos e sargentos, fato confirmado pela Tabela VI, elaborada com os dados provenientes da listagem publicada em *O Jornal* de 15/3/1927. Essa informação, aliada ao fato de a participação da jovem oficialidade militar nas hostes revolucionárias ter sido extremamente reduzida, mostra que a Coluna tinha uma composição eminentemente popular, ou seja, de gente simples do povo.

A afirmação é confirmada pelos dados da Tabela V, na qual se verifica que a maioria dos combatentes da Marcha era de militares de baixa patente, encontrando-se ainda elementos das mais variadas profissões, como farmacêuticos, enfermeiros, barbeiros, tipógrafos, advogados etc.

Os dados reunidos nas Tabelas III, IV e VII, referentes aos Estados da União onde os combatentes da Marcha se incorporaram à Coluna, vêm confirmar o que já era sabido a partir da consulta de todas as fontes disponíveis: a espinha dorsal do exército

Tabela V
Profissões dos combatentes da Coluna

Profissões	Número de pessoas
Militares de baixa patente	36
Farmacêuticos	2
Enfermeiros	4
Barbeiros	1
Políticos	3
Tipógrafos	1
Advogados	3
Comerciantes	1
Dentistas	1
Ferreiros	1
Empregados Comp. Telefônica	1
Fazendeiros	2
Padres	1
Camponeses	1
Garimpeiros	1
Total da Amostra	59

Fonte: Livro de Lourenço Moreira Lima

revolucionário era formada pelos soldados das unidades militares que se levantaram no Rio Grande do Sul e São Paulo e os combatentes civis comandados pelos chefes “maragatos” que aderiram à revolução naquele Estado¹⁰. Isso fica evidente na medida em que as tabelas citadas mostram a predominância de combatentes oriundos dos referidos Estados. Ao mesmo tempo, a Tabela VII esclarece que, ao chegar ao fim da Marcha, os elementos que se haviam incorporado à Coluna no Piauí tinham superado numericamente os paulistas, o que certamente se explica pela elevada mortandade ocorrida durante o périplo dos rebeldes pelo Brasil.

As Tabelas III, IV e VII confirmam ainda que o Piauí e o Maranhão foram os Estados onde a Coluna obteve um número mais expressivo de adesões, a ponto de, ao emigrar para a Bolívia, haver mais piauienses do que paulistas nas hostes revolucionárias.

Se tanto os soldados provenientes do Rio Grande do Sul como de São Paulo eram, na sua maioria, jovens trabalhadores de origem rural — sendo que na Força Pública de São Paulo, certamente,

Tabela VI

Posto na Coluna dos combatentes que chegaram à Bolívia

Posto	Número de
Soldados	348
Cabos	34
Sargentos	46
Tenentes	34
Capitães	16
Majores	3
Coronéis	1
Tenentes-coronéis	3
Generais	2
Total da Amostra	<hr/> 487

Fonte: *O Jornal*, 15/3/1927**Tabela VII**Local onde os combatentes que chegaram à Bolívia
aderiram à Coluna

Local	Número de pessoas
Rio Grande do Sul	227
São Paulo	71
Piauí	91
Maranhão	27
Goiás	19
Minas Gerais	11
Paraná	7
Pernambuco	1
Bahia	10
Paraíba	3
Ceará	8
Mato Grosso	1
Rio Grande do Norte	1
Total da Amostra	<hr/> 487

Fonte: *O Jornal*, 15/3/1927

haveria trabalhadores urbanos¹¹ —, os elementos que aderiram à Coluna nos Estados do Piauí e Maranhão, assim como em outras regiões do País, embora em número muito menor, pelas próprias características dessas regiões, também tinham suas raízes no campo. É evidente que, pela sua composição, a Coluna Prestes foi um exército com características populares, composto por gente humilde, de baixo nível de escolaridade, em que muitos eram analfabetos ou semi-analfabetos. O grosso dos combatentes rebeldes era de jovens, havendo, inclusive, alguns meninos de 12, 13 e 14 anos, para cujo heroísmo Moreira Lima chama repetidamente a atenção (ver foto adiante).

Para esses jovens combatentes, não seria difícil adaptar-se rapidamente às exigências da tática da “guerra de movimento”: em pouco tempo, a maioria deles aprendera a ser um soldado com *iniciativa e consciência* da sua responsabilidade e do seu papel ativo nas fileiras da Coluna. Dessa forma, a Coluna Prestes foi um exército com características populares não só — e nem tanto — devido à origem popular dos seus soldados, como principalmente graças ao fato de esses homens — sob a direção de Prestes e seus colaboradores mais próximos — terem-se transformado em combatentes de novo tipo, *engajados, ativos e participantes* da luta, de vida ou de morte, em que as hostes rebeldes estavam empenhadas.

As fichas elaboradas a partir do livro de Moreira Lima também revelam um alto grau de mortes em combate dos soldados da Coluna. Do contingente estudado de 426 homens e mulheres que fizeram a Marcha (398 soldados e 28 comandantes), pelo menos 109 morreram, ou seja, aproximadamente 1/4, além dos feridos e desaparecidos, também numerosos. Trata-se, sem dúvida, de um índice muito alto e que pode estar subestimando a realidade, pois existe a probabilidade de, entre os combatentes citados por Moreira Lima, não estarem incluídos todos aqueles que tombaram durante a Marcha.

Ao examinar as fichas baseadas nas informações contidas no diário de Moreira Lima, verificamos que a *bravura* é a característica que mais aparece junto aos nomes dos combatentes da Coluna citados pelo seu cronista. Assim, contamos 78 fichas em que essa qualificação é empregada, revelando que, certamente, foi o traço mais admirável dos soldados da Marcha. Os homens da Coluna Prestes — e também as mulheres —, conscientes do seu papel de soldados da liberdade, lutavam com grande despreendimento e dedicação, por uma causa que consideravam justa. E a sua admirável bravura decorria, certamente, dessa atitude consciente adquirida pelos soldados da Coluna durante a Marcha pelo Brasil.



"Jaguncinho", mascote da Coluna. Era de São Luís Gonzaga (RS) e tinha cerca de 12 anos de idade.

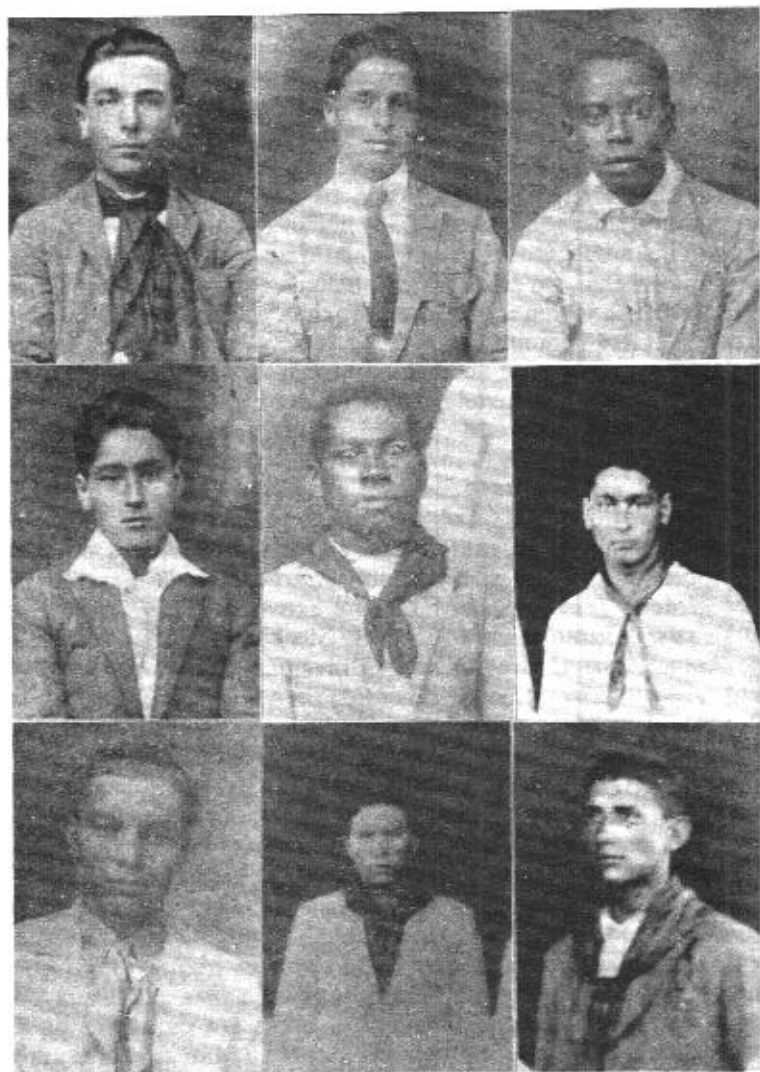
Na tentativa de obter mais informações sobre os combatentes da Coluna, recorremos às listas já mencionadas, publicadas em *O Jornal* de 15/3 e 15/7/1927. A partir da primeira delas, composta do pessoal que chegou à Bolívia — excluídos, portanto, os elementos do 3º destacamento, que acompanharam Siqueira Campos em seu périplo independente do grosso da Coluna e, posteriormente, na emigração para o Paraguai —, obtivemos 487 fichas de combatentes, sendo 141 pertencentes ao 1º destacamento, 166 ao 2º destacamento, 154 ao 4º destacamento e 26 lotados no Quartel-General.

Em seu livro, Lourenço Moreira Lima assinala, entretanto, que haviam chegado à Bolívia 620 homens¹². Sendo assim, a lista apresentada pelo jornalista Rafael Correia de Oliveira em *O Jornal* de 15/3/1927 está incompleta. Comparando as fichas elaboradas a partir dessa listagem com as feitas tendo como base o livro de Moreira Lima, verificamos que o secretário da Coluna refere-se a 67 combatentes que constam da lista publicada em *O Jornal* e mais 31, que também teriam chegado à Bolívia, mas não constam da última. Com isso, podemos afirmar que já dispomos de $487 + 31 = 518$ nomes (ou apelidos) de combatentes, incluindo cinco mulheres, que fizeram toda a Marcha até a Bolívia.

No que se refere ao 3º destacamento, comandado por Siqueira Campos, de acordo com carta que ele enviou a Prestes já no exílio¹³, apenas 80 dos seus homens o acompanharam em seu famoso *raid*, os demais tendo sido distribuídos pelos outros destacamentos da Coluna. Desses 80 combatentes, cerca de 40 morreram ou extraviaram-se, mas muitos outros aderiram pelo caminho, até a fronteira com o Paraguai, quando o 3º destacamento emigrou¹⁴. Cabe assinalar que, dos 66 combatentes do 3º destacamento citados por Moreira Lima, nenhum consta da lista de Rafael Correia de Oliveira. Podemos, pois, somá-los aos 518 que já havíamos apurado, perfazendo a cifra de 584 nomes (ou apelidos) de combatentes, incluindo tanto os que emigraram para a Bolívia como para o Paraguai, ou seja, 584 combatentes que chegaram ao final da Marcha da Coluna, o que se aproxima da cifra de 620 homens a que se refere Moreira Lima.

Por outro lado, se somarmos aos 487 nomes (ou apelidos) da lista de Rafael Correia de Oliveira os citados por Moreira Lima (398 soldados + 28 comandantes) menos os que aparecem em ambas as listagens — 67 pessoas —, obteremos um total de $487 + 359 = 846$ combatentes, o que significa mais da metade do contingente total da Coluna, calculado em cerca de 1500 pessoas. Podemos acrescentar ainda a esse contingente a cifra de 34 nomes — citados na lista publicada por Luiz Amaral em *O Jornal* de 5/7/1927 — de mortos e extraviados da Coluna, os quais não constam nem do livro de Moreira Lima, nem da lista de Rafael Correia de Oliveira. Obtivemos, assim, um total de $846 + 34 = 880$ nomes (e apelidos) de combatentes da Coluna Prestes, cifra bastante expressiva em relação ao seu efetivo total (ver adiante algumas fotos de combatentes da Coluna).

Lamentavelmente, as informações disponíveis sobre esses 880 elementos que pertenceram às fileiras da Coluna Prestes são extremamente díspares, não permitindo que se possa realizar um estudo estatístico, que viesse a introduzir modificações nas conclusões já apresentadas a partir das fichas provenientes da pesquisa realizada no livro de Moreira Lima. De qualquer forma, as duas listas nos trouxeram elementos que não só não desmentiram as conclusões anteriores, como as confirmaram. Assim, a lista publicada por Luiz Amaral, ainda que incompleta, apresenta os nomes de 83 combatentes mortos ou extraviados durante a Marcha; destes, apenas 34 não são citados por Moreira Lima, que se referira a 109 perdas. Constatamos, portanto, um total de $109 + 34 = 143$ mortos ou extraviados na Marcha, o que confirma uma alta percentagem de soldados que tombaram pelo caminho da Coluna, atingindo no mínimo 10% do seu efetivo total.



Soldados do 3º destacamento da Coluna Prestes, cujos nomes não foi possível apurar.

Devemos assinalar ainda que, ao buscar outras fontes que nos permitissem precisar os dados quantitativos acima apresentados, obtivemos informações adicionais sobre a participação feminina na Coluna, chegando a registrar o nome ou o apelido de 30 mulheres que comprovadamente fizeram a Marcha. Além das 15 citadas por Moreira Lima, encontramos mais seis no livro do ex-comandante da Coluna, capitão João Silva, dois no depoimento do ex-combatente Rubens Fortes, seis nos depoimentos tomados por nós no Rio Grande do Sul e um em reportagem publicada em *O Jornal*¹⁵. Se, ao todo, havia umas 50 mulheres nas fileiras da Coluna¹⁶, apenas umas dez chegaram à Bolívia, segundo Moreira Lima; cinco são por ele citadas: "Cara de Macaca", Chininha, a enfermeira Herminia, Joana e "A Onça"¹⁷.

As informações obtidas através do estudo das fichas e listas citadas, assim como do acesso a algumas outras fontes são precárias e insuficientes, mas constituem os únicos dados que nos permitem uma análise que, embora não sendo rigorosamente quantitativa, dela procure se aproximar. Tais elementos, combinados com outras informações colhidas nas demais fontes disponíveis, permitem que se esboce um quadro aproximado da composição da Coluna.

Podemos, assim, concluir que, embora a jovem oficialidade revolucionária — os chamados "tenentes" — tivesse desempenhado um papel decisivo na formação e direção da Coluna Prestes, sua participação nas fileiras rebeldes foi numericamente muito reduzida. A Coluna não se configurou, portanto, como uma força armada de elite.

Ao contrário: é evidente a origem marcadamente popular da esmagadora maioria dos seus combatentes. Fator que, combinado com a participação ativa de cada soldado rebelde na aplicação da tática da "guerra de movimento", contribuiu de maneira decisiva para que a Coluna Prestes viesse a ser um exército com características populares.

Dessa forma, se o tenentismo chegou a ser um movimento de caráter político e social¹⁸, a Coluna Prestes foi mais longe, ao adquirir a feição de um exército popular.

NOTAS

- 1 - Cf. item 4 do Capítulo II.
- 2 - Id., *ibid.*
- 3 - Cf. item 2 do Capítulo II e item 2 do Capítulo IV.
- 4 - Cf. os Capítulos III a VII.
- 5 - Essas questões foram levantadas no item 4 do Capítulo II.
- 6 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/3 e 5/7/1927.
- 7 - Cf. Capítulos IV e V.
- 8 - Cf. Boletins da 1ª Divisão Revolucionária. (Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.)
- 9 - Cf. item 1 do Capítulo V.
- 10 - Cf. Capítulos III e IV.
- 11 - Cf. item 4 do Capítulo II e item 2 do Capítulo III.
- 12 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, p. 499.
- 13 - Id., *ibid.*, p. 463.
- 14 - Id., *ibid.*
- 15 - Cf. SILVA, João (capitão), *Farrapos de Nossa História*; marcha da Coluna Prestes do Extremo Sul às cabeceiras do Rio Apa. São Nicolau (RS), s. c., 1959, p. 74.
- 16 - FORTES, Rubens, *Entrevistas*; 13/9/1983, Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- 17 - *O JORNAL*, Rio de Janeiro, 10/7/1927.
- 18 - Entrevistas colhidas pela autora no Rio Grande do Sul, durante os meses de outubro/novembro de 1987, com Hermogêneo Dias Messa, Severino Verri, Anacleto Antônio Souza e Valeriano Fabricio Nascimento.
- 19 - Cf. item 2 do Capítulo IV.
- 20 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. *Op. cit.*, pp. 130, 172, 509, 227, 506.
- 21 - Cf. item 4 do Capítulo II.

Conclusão

A Coluna Prestes, tendo adotado a tática da "guerra de movimento", não só garantiu a própria sobrevivência em condições que lhe eram extremamente desfavoráveis, como se transformou num exército com características populares, cuja Marcha pelo Brasil foi decisiva para que se mantivesse acesa a chama da revolução tenentista.

Sem a formação e a sobrevivência da Coluna Prestes, o tenentismo provavelmente teria soçobrado com a derrota dos rebeldes paulistas nas trincheiras de Catanduvas, em março de 1925. Foi a chegada ao oeste paranaense da coluna gaúcha, comandada por Luiz Carlos Prestes, que — ao incorporar os remanescentes das tropas paulistas às suas fileiras e impor a sua determinação de manter a luta armada a qualquer preço — garantiu a continuidade da revolução, assim como a permanência do movimento tenentista.

A própria sobrevivência da Coluna Prestes, em sua Marcha pelo Brasil afora, sem ser derrotada pelas tropas leais ao governo e realizando notáveis feitos militares, acabou sendo um fator decisivo para que, em diversos pontos do país, viessem a eclodir numerosos levantes tenentistas. Embora todas essas revoltas militares — que sempre contaram com a colaboração e a participação de civis — tivessem sido esmagadas, a Coluna Prestes contribuiu para que, durante vários anos, fosse mantido um clima revolucionário propício à germinação das condições que levaram à vitória da chamada "Revolução de 30".

A experiência e os conhecimentos da realidade brasileira — ao lado do prestígio — adquiridos durante a Marcha da Coluna, transformaram os seus principais comandantes nas lideranças mais destacadas do tenentismo, contribuindo para que viessem a desempenhar um papel de relevo na preparação e deflagração do movimento que levou à vitória da "Revolução de 30". Embora a maioria dos antigos chefes da Coluna — Miguel Costa, Juarez Távora, Antônio de Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias — jamais chegasse a ultrapassar os estreitos limites de classe do liberalismo tenentista, Luiz Carlos Prestes conseguiu ver mais longe, ao compreender que a solução dos problemas brasileiros passava por uma *revolução social*.

A Marcha da Coluna e o impacto causado em Prestes pelo contato com a miséria e o estado de abandono em que vegetava a maioria do povo brasileiro concorreram para que, já no exílio, ele aderisse ao comunismo, tornando-se, mais tarde, a sua principal liderança no país. Dessa forma, a Coluna Prestes gerara o líder mais destacado da revolução social no Brasil.

Por todas essas razões, afirmamos que a Coluna Prestes foi o episódio culminante do tenentismo.



Parte III

A COLUNA PRESTES:
SEU RELACIONAMENTO
COM AS POPULAÇÕES
RURAIIS E URBANAS E AS
FORÇAS POLÍTICAS DA
ÉPOCA. SUA INFLUÊNCIA
NA “REVOLUÇÃO DE 30”

Se a epopéia da Coluna Prestes foi um fator decisivo para que se mantivesse vivo o clima revolucionário que propiciou a conspiração tenentista e o próprio desencadeamento da "Revolução de 30", a vitória das forças políticas de oposição, aglutinadas em torno de Getúlio Vargas, só pôde ser alcançada na medida em que a Marcha dos revolucionários pelo Brasil conseguiu capitalizar a simpatia e a solidariedade de amplos setores populacionais para a causa dos "tenentes".

Que setores foram esses? Teriam sido urbanos ou rurais? Populares ou pertencentes às elites do país? Eis algumas das questões que surgem quando se pensa aquele período histórico. Para respondê-las, vamos tentar esclarecer de que forma se deu o relacionamento da Coluna Prestes tanto com as populações rurais, com as quais os revolucionários estabeleceram contato durante o seu périplo pelo Brasil, quanto com as populações urbanas e as forças políticas da época, cuja participação foi fundamental para a vitória do movimento de 30.

Capítulo IX

A Coluna e as populações rurais

Ao procurar esclarecer qual foi a relação estabelecida entre a Coluna Prestes e as populações nas regiões do interior do Brasil, por onde os rebeldes passaram, deparamo-nos com a necessidade de compreender a realidade dos anos 20 no país, ou melhor, as suas estruturas agrárias, pois as regiões percorridas eram eminentemente rurais.

Nesse sentido, o entendimento do processo de transição ao capitalismo no Brasil e das principais características desse novo modo de produção é, a nosso ver, o pressuposto fundamental para o estudo das estruturas agrárias na República Velha. Ao mesmo tempo, as transformações de ordem política — que tiveram na proclamação da República um marco importante — foram um fator relevante nesse processo de implantação definitiva do capitalismo no país, não devendo deixar de ser consideradas¹.

As estruturas agrárias: alguns aspectos

Entendemos que uma análise do campo no Brasil, que pretenda ser científica, deve partir de uma concepção teórica da estrutura sócio-econômica do país; e essa teoria, a nosso ver, é a teoria marxista do modo de produção. Confirmando esse ponto de vista, verificamos que as interpretações do problema agrário que não partem desses pressupostos teóricos são inevitavelmente levadas a privilegiar um ou outro aspecto da realidade, caindo em posturas absolutizadoras.

Somos de opinião que a única forma de avaliar corretamente o problema agrário é adotar o caminho da análise concreta das diversas formas de inserção, no modo de produção capitalista, das relações de produção preexistentes ou que foram sendo criadas pelo próprio capitalismo.

Não foi esse, contudo, o percurso trilhado pela maioria dos trabalhos existentes sobre o campo no Brasil. Tradicionalmente, duas correntes principais se defrontaram na análise do problema. De um lado, estavam os adeptos das concepções dualistas sobre a realidade brasileira, cujas teses mais importantes consistiam na afirmação de que no Brasil existiria uma espécie de feudalismo ou de "restos feudais" na agricultura, entretendo ou dificultando o processo de industrialização urbana. Nesse sentido, são conhecidas as obras de autores como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Wanderley Guilherme dos Santos, Ignácio Rangel etc.²

De outro lado, encontravam-se os defensores das teses "circulacionistas", cuja essência consistia na afirmação de que no Brasil, desde os tempos coloniais, as formas de produção teriam sido capitalistas, uma vez que o próprio sistema mercantil europeu também era considerado capitalista. Dentre os mais importantes, destacam-se, nessa corrente, autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e André Gunder Frank³, cuja crítica foi feita por Ciro Flamarion Cardoso⁴.

Posteriormente, avançando nas análises sobre a realidade brasileira, destacaram-se trabalhos como os de Antônio Barros de Castro e Francisco de Oliveira⁵, que, levando adiante e aprofundando as teses de Caio Prado Júnior, postularam a *funcionalidade* das relações de produção na agricultura para a própria acumulação do capital na indústria e na economia como um todo. Assim, é feita a crítica das teses que viam na agricultura um entrave ao desenvolvimento industrial. Como afirma A. Barros de Castro, "a agricultura, grosso modo, atendeu aos requisitos da industrialização, na forma e intensidade em que eles foram formulados"⁶. A debilidade dessa visão reside, entretanto, em sua matriz funcionalista, o que significa que as contradições do sistema capitalista são subestimadas.

Diante da deficiência dos modelos explicativos da realidade nacional que estiveram presentes nos trabalhos sobre o assunto durante algumas décadas e, principalmente, perante o fracasso das concepções dualistas em suas propostas para os graves problemas sociais do país — fracasso que se tornaria evidente quando do golpe de 1964 —, novas direções viriam a ser trilhadas pelos estudiosos e pesquisadores do problema agrário no Brasil.

Continuava-se, contudo, a ignorar a necessidade de partir da análise do modo de produção capitalista nas condições brasileiras. Nos anos 70, surgiu uma série de novos trabalhos sobre o assunto, em que é possível, mais uma vez, detectar uma bipolarização de posições, ambas identificadas pelo fato de, em maior ou menor grau, tentarem adaptar dogmaticamente à situação do Brasil esquemas interpretativos criados para outras realidades.

Uma primeira corrente poderia ser caracterizada como uma tentativa de aplicação das teses de Lênin referentes ao processo de diferenciação do camponês, ocorrido na Rússia com o desenvolvimento capitalista, expostas principalmente em sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*⁷. Ao esquecer que Lênin estava tratando de uma realidade concreta — o camponês russo do final do século XIX —, diversos autores foram levados a absolutizar algo que não passa de uma *tendência* do capitalismo: a proletarianização do camponês e do pequeno produtor em geral, na medida em que as relações capitalistas de produção ganham terreno⁸. Chega-se assim à afirmação de uma suposta homogeneização total do campo, no Brasil, pelas relações de tipo capitalista, como se verifica em alguns escritos de Octávio Ianni, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição d'Incao e Mello⁹. O corolário dessas posições acabaria sendo, certamente, a negação da necessidade de uma reforma agrária que leve à distribuição da terra no país.

A absolutização e conseqüente deformação do pensamento leninista não só acarretam, nos estudos citados, uma falsa interpretação da situação real do campo brasileiro, como contribuem para aumentar as fortes resistências existentes nos meios acadêmicos à obra de Lênin. Na verdade, esse autor, ao desenvolver a teoria marxista nas condições concretas da Rússia de seu tempo, mostrou apenas que a diferenciação do camponês é uma tendência do capitalismo, que, entretanto, pode sofrer outras influências que a modifiquem e a ela, inclusive, se contraponham. A nosso ver, esse é o caso do Brasil, onde o próprio avanço capitalista vem, muitas vezes, recriando diversos tipos de "campepinato", como veremos mais adiante.

A segunda corrente interpretativa é a que parte dos trabalhos de A. Chayanov e de suas concepções da "economia camponesa" como um "modo de produção camponês", cuja crítica foi feita por Pierre Vilar¹⁰. Na realidade, as teses de Chayanov e de seus seguidores representam uma tentativa de ignorar as contradições que se apresentam no modo de produção capitalista — no qual a "economia camponesa" está inserida, sendo que não se encontra, em absoluto, isolada ou num suposto "equilíbrio", mas em permanente intercâmbio com o meio exterior.

A absolutização da problemática interna de uma suposta "economia camponesa" exerceu grande influência em muitos autores que têm escrito sobre o problema agrário no Brasil, mesmo quando não se confessam declaradamente adeptos de Chayanov. A preocupação com o estudo das diversas formas da pequena produção existentes no Brasil, tomadas *isoladamente*, fora do contexto do modo de produção capitalista onde estão inseridas, tem sido uma constante em grande parte dos trabalhos referentes ao tema, revelando uma tendência também absolutizadora, embora de sinal contrário à primeira que destacamos, o que não invalida as importantes contribuições presentes em muitos desses trabalhos. Para citar apenas alguns autores, podemos nos referir a Maria Isaura Pereira de Queiroz, José de Souza Martins, Antônio Cândido de Mello e Souza, José Graziano da Silva e Margarida Maria Moura. Cabe assinalar que os professores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira realizaram uma excelente apresentação panorâmica de suas obras¹¹.

Esses autores chegaram a muitas conclusões importantes, entre as quais destacamos a própria constatação da pequena produção no Brasil, do seu caráter *subordinado* na economia capitalista, assim como da *recriação* de formas não-capitalistas de produzir. Continua posta, entretanto, a questão de realizar estudos concretos, específicos, que dêem conta das diferentes formas de produzir no campo brasileiro (e isso teria que ser examinado historicamente) vistas em sua inserção no modo de produção capitalista. Enquanto esse tipo de pesquisa não for feito, permanecerão de pé as visões absolutizadoras do tipo supostamente "leninista", "chayanovista" ou de algum outro modismo que venha a aparecer.

Diante das deficiências apontadas nos trabalhos existentes sobre o campo no Brasil, como poderíamos hoje interpretar as estruturas agrárias na República Velha? E, em ligação com isso, como definir a estrutura de classes desse período, quando a questão é praticamente ignorada pela bibliografia disponível? As poucas tentativas de análise de classes no Brasil mostram-se insuficientes e, principalmente, padecem das mesmas influências absolutizadoras acima referidas.

Para citar apenas um exemplo, recorremos ao que diz I. A. Costa Pinto em seu livro *Sociologia e Desenvolvimento*, marcado pela visão dualista da realidade brasileira, quando afirma a "coexistência de dois padrões de estratificação social — o tradicional e o novo", referindo-se ainda a "classes *residuais*, típicas da sociedade arcaica do passado, ao lado de classes *emergentes*, resultantes do desenvolvimento e partes integrantes da sociedade que está sendo construída no presente"¹².

A partir da bibliografia existente¹³, limitar-nos-emos a esboçar algumas conclusões — de caráter precário e provisório —, que nos poderão ser úteis na tentativa de compreender o relacionamento entre a Coluna Prestes e as populações rurais daquele período.

Como já foi destacado¹⁴, partimos do pressuposto de que, na última década do século passado, o modo de produção capitalista tornou-se dominante na estrutura sócio-econômica do país. No campo, entretanto, as transformações capitalistas se davam com maior lentidão, coexistindo com as estruturas agrárias anteriores, modificando-as, subordinando-as e contribuindo para a recriação de formas não-capitalistas de produção, necessárias para o próprio avanço do capitalismo em termos nacionais.

Cabe ressaltar ainda que as regiões agrárias no Brasil jamais seriam um espaço homogêneo. As diferenças sempre foram acentuadas, principalmente entre o Sudeste e o Nordeste. E isso deve ser obrigatoriamente considerado, quando se pretende entender as estruturas agrárias.

A implantação do capitalismo no Brasil ocorreu sem que o monopólio da propriedade privada da terra fosse abolido. Assim, a manutenção do latifúndio é uma das características mais permanentes da nossa estrutura agrária¹⁵, não obstante as transformações por que passou e tem passado, sobrevivendo até os dias de hoje. Entretanto, com o avanço do capitalismo, dois tipos principais de latifúndio se delinearão.

Por um lado, a grande fazenda capitalista, principalmente aquela que se dedicava à cafeicultura nas regiões do Oeste paulista. Com a abolição, essas fazendas foram a expressão clara do capitalismo na agricultura brasileira, apesar de as relações de produção em seu interior não poderem ainda ser caracterizadas como de assalariamento puro.

Nesse sentido, somos de opinião que José de Souza Martins, ao estudar a questão, não compreendeu que, sendo a fazenda de café um empreendimento capitalista, inserido na estrutura capitalista dominante, o *colonato* também era uma maneira capitalista de produzir, ainda que se tratasse de uma forma incompleta de assalariamento, de uma relação capitalista entrelaçada com relações de tipo não-capitalista, que, conforme tão bem assinala o autor, eram recriadas pelo próprio capitalismo¹⁶.

A nosso ver, Brasílio Sallum Júnior conseguiu analisar mais corretamente o *colonato* nas fazendas de café de São Paulo. Assim, definiu-o como “uma forma *específica* de exploração capitalista, marcada por sua articulação necessária com formas não-capitalistas de exploração do trabalho”¹⁷. Após analisar as relações de produção dentro da fazenda de café do Oeste paulista, o autor

chegou à conclusão de que “a relação empírica de fazendeiros e colonos ocultava duas relações de exploração: uma relação de exploração capitalista, na qual colonos e fazendeiros se determinavam como trabalhadores assalariados e capitalistas, e uma relação de exploração traduzida no arrendamento oculto da terra, em que os mesmos personagens singulares se determinavam como arrendatários e proprietários territoriais”¹⁸.

Por outro lado, em grande parte do Brasil era mantido o latifúndio, sem que as relações capitalistas de produção fossem introduzidas de imediato, com o fim da escravidão. Mesmo antes da Abolição, devido à escassez de mão-de-obra escrava, nessas propriedades vinham sendo adotadas diversas formas de trabalho compulsório, que foram conservadas no período republicano.

No Nordeste, por exemplo, existiam os “foreiros”, trabalhadores sem terra, que obtinham o direito de cultivar pequenas porções das grandes propriedades mediante pagamento de um aluguel, ou seja, de um *foro*, em mercadorias ou dias de trabalho. Os “foreiros” — que, dependendo da situação concreta, podiam ser classificados como arrendatários, parceiros, “moradores” — cultivavam a terra para sua própria sobrevivência e para pagar o *foro*, comercializando às vezes algum excedente¹⁹.

Ao lado dos “foreiros”, proliferaram, principalmente a partir da Abolição da escravidão, diversas formas de relações não-capitalistas, como o “cambão”, a “condição”, o “colonato” etc., “formas em que o trabalhador permanecia dependente da propriedade em que trabalhava e residia”, nas palavras de Manuel Correia de Andrade²⁰.

De maneira que, nesse segundo tipo de propriedade latifundiária, a escassez de capitais e a abundância de mão-de-obra desocupada e sem terras para trabalhar permitiram que se estabelecessem formas de produzir não-capitalistas, por vezes mescladas com algum tipo de assalariamento, mas inseridas na estrutura global capitalista, numa posição subordinada.

Ao mesmo tempo, permaneciam e se diversificavam variadas formas de pequena produção, fenômeno que já se fazia presente na Colônia. Assim, é possível identificar tanto a pequena produção capitalista, como é o caso do arroz no Rio Grande do Sul — em que a terra era arrendada às grandes propriedades pecuaristas para ser explorada de forma capitalista, com o emprego de mão-de-obra assalariada, em grande parte temporária²¹ — quanto a pequena produção com reduzido número de empregados assalariados, a pequena produção estritamente familiar e o caso dos posseiros, em geral localizados nas regiões de fronteira agrícola.

É importante ressaltar o papel dos posseiros que, não sendo proprietários das terras que iam ocupando, cumpriam o papel de desbravadores de novas regiões para o capital. Esse é, aliás, o esquema apresentado por José de Souza Martins ao referir-se à *frente de expansão*, ou seja, à ocupação da terra pelos posseiros, e à *frente pioneira*, que seria a expressão do avanço do capitalismo sobre essas mesmas terras, expulsando os posseiros, que faziam avançar a fronteira agrícola para mais adiante²².

Cabe destacar ainda que, na maioria dos casos, a pequena produção estava inserida no mercado, sendo muito raros os exemplos de isolamento total de algum proprietário ou posseiro, ou mesmo de algum parceiro ou "morador", o que confirmam — inclusive para períodos anteriores, que precederam a Abolição — trabalhos de pesquisa recentes, como os de Hebe Maria Mattos de Castro, Marly de Almeida Gomes Vianna e Paulo Afonso Zarth²³.

Devido à tendência natural à diferenciação da pequena produção no capitalismo, muitos pequenos produtores viam-se compelidos a vender a sua força de trabalho para algum empreendimento capitalista rural ou mesmo urbano. Dessa maneira, começavam a aparecer situações que, mais tarde, viriam a ser caracterizadas por Bernardo Sorj como de surgimento de um "trabalhador híbrido" — um semicamponês/semiproletário²⁴.

Durante a República Velha, verificava-se, no mundo rural, uma enorme diversidade de situações mistas ou intermediárias, difíceis de definir com precisão, a não ser através de estudos concretos e específicos que, por sua vez, estejam apoiados numa visão teórica geral do modo de produção capitalista no Brasil.

Não se pode deixar de observar também que, não obstante a já assinalada *permanência* do latifúndio no Brasil, o mesmo passava por um processo de constantes transformações. Não era, pois, algo estático e indiferenciado, como alguns analistas deixam transparecer em seus trabalhos. Essas transformações se davam no sentido do que freqüentemente se denomina de "modernização conservadora", isto é, de uma modernização capitalista, sem que o monopólio da propriedade privada da terra fosse liquidado e, conseqüentemente, sem que fossem resolvidos os graves problemas sociais que afetavam as populações rurais do país, entre os quais o mais importante foi sempre o da impossibilidade do acesso à terra²⁵.

Ao mesmo tempo, a expansão do capitalismo no campo era a causadora da tendência à expulsão dos pequenos proprietários, *colonos* e posseiros de suas terras, levando-os a uma crescente proletarianização. Como assinala José de Souza Martins, o camponês brasileiro é "desenraizado, é migrante, é itinerante", tendo sido

sempre um ser excluído, marginalizado²⁶. Esse mesmo autor mostra como, com a crise do café, no início do século, os fazendeiros paulistas passaram a limitar as áreas de subsistência dos seus colonos, fazendo com que muitos fossem expulsos das fazendas, tornando-se trabalhadores temporários, ou "volantes". Constituiu-se, assim, uma nova categoria de assalariados — os "apanhadores de café" — que desempenhavam um papel importante na fazenda durante a colheita, enquanto no restante do ano trabalhavam em suas roças exíguas, longe da fazenda que os havia expulsado²⁷.

As transformações por que passou o campo no Brasil até 1930 foram, contudo, limitadas. Nesse período, ainda era mais rentável para o capital a manutenção de formas de assalariamento incompleto, como foi o caso do *colonato* nas fazendas de café de São Paulo. A partir daquela data é que os colonos imigrantes são substituídos pelos nacionais e, somente na década de 1960, cedem lugar aos chamados "bóias-frias"²⁸.

Sobre a estrutura de classes no campo brasileiro, é muito difícil apresentar algo mais do que um simples esboço. Pensamos que algumas questões levantadas por Florestan Fernandes ainda em 1971 conservam sua validade e são um ponto de partida importante para qualquer estudo sério da problemática das classes sociais na América Latina. Ao comentar essas questões, Rodolfo Stavenhagen as resumiria da seguinte maneira: 1) a estrutura de classes latino-americana é um reflexo do capitalismo dependente; 2) a impossibilidade histórica de repetir a evolução do sistema de classes conhecido nos países adiantados; 3) a coexistência de diversos modos de produção nas formações sociais concretas da América Latina; 4) e a necessidade de enfrentar o problema da marginalidade.

A essas questões fundamentais R. Stavenhagen acrescentaria ainda a "conveniência de distinguir tanto conceitual como empiricamente o fenômeno da estratificação social do da estrutura e dinâmica de classes". Da mesma forma, o autor chama a atenção para a necessidade de, "ao plantarmos a existência de uma estrutura de classes", não só "admitirmos ao mesmo tempo a do conflito real ou potencial entre classes sociais", como levarmos em conta que "a realidade empírica nem sempre corresponde aos modelos teóricos que são empregados". Além disso, seria importante considerar "o papel do Estado como força política e econômica relativamente autônoma para intervir na regulamentação das relações entre as classes sociais", assim como outras questões, para cujo esclarecimento é fundamental levar em conta a especificidade de cada nação latino-americana²⁹.

Sem pretender, nos marcos deste trabalho, realizar um estudo aprofundado da problemática — o que, ademais, exigiria a realiza-

ção de pesquisas localizadas regionalmente — podemos apresentar algumas conclusões de caráter geral, apoiadas no exame da bibliografia existente sobre o assunto.

Em primeiro lugar, cabe dizer que entendemos as oligarquias agrárias como aqueles setores da classe dominante da época que não só eram os principais detentores da terra, como, muitas vezes, estendiam suas propriedades à indústria, comércio, setor bancário, ferrovias etc. Como já tivemos ocasião de destacar, nas condições brasileiras daquele período, nem sempre seria possível separar o oligarca da terra da burguesia industrial, comercial ou bancária. E isso é verdade, fundamentalmente, no caso da poderosa oligarquia paulista, cuja principal fonte de riqueza era o café³⁰.

Ao mesmo tempo, havia outras oligarquias estaduais ou mesmo regionais que não só eram menos poderosas, como menos diversificadas; seus interesses estavam voltados basicamente para o mercado interno. Existiam ainda, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste, oligarquias, cujo poder econômico se resumia à propriedade de imensas extensões de terras exploradas através de formas claramente não-capitalistas ou mesmo inexploradas.

No extremo oposto da estrutura de classes, encontramos os trabalhadores sem terra, cuja imensa maioria era constituída pelos mais variados tipos de parceiros, arrendatários, “forceiros”, “moradores” etc., submetidos a relações não-capitalistas de produção nos latifúndios, assim como os posseiros e os pequenos proprietários mais pobres (minifundiários), detentores, em geral, de minúsculas parcelas de terra. Muitos desses trabalhadores eram obrigados a algum tipo de assalariamento, em geral temporário, para garantir sua própria sobrevivência.

Ao lado desses, havia os proletários rurais, dentre os quais destacamos os colonos das fazendas de café de São Paulo, que, naquela época, em sua maioria, estavam submetidos a relações de trabalho de assalariamento incompleto. A tendência geral, entretanto, era a sua progressiva proletarização.

Entre os dois extremos apontados, é possível distinguir uma gama bastante diferenciada de pequenos proprietários, cuja maioria empregava apenas o trabalho familiar; uma pequena parte chegava a utilizar métodos capitalistas, maquinaria mais ou menos moderna e alguns empregados.

Existia ainda um setor bastante reduzido de arrendatários capitalistas, que exploravam a terra utilizando métodos modernos e mão-de-obra definitivamente assalariada. É o caso da cultura de arroz no Rio Grande do Sul, desde o início do século³¹.

Ao delinearmos a nossa visão da estrutura de classes no campo, durante a República Velha, não utilizamos a categoria *camponês*

porque a julgamos muito genérica e pouco precisa para definir as situações enumeradas, pois teríamos que englobar nesse conceito uma quantidade muito grande de trabalhadores sujeitos a relações de produção diferenciadas: os pequenos proprietários, os posseiros e provavelmente os trabalhadores sem terra submetidos a diferentes tipos de relações não-capitalistas de produção nos latifúndios.

Consideramos importante ressaltar — como uma das características essenciais do campo no Brasil na época estudada — o grande entrelaçamento de diferentes relações de produção, o que acarretava a existência de trabalhadores sujeitos tanto a formas de exploração do tipo capitalista, como não-capitalista, sendo que as últimas, às vezes, eram apenas resquícios do passado, mas, em muitos casos, constituíam novas formas “inventadas” pelo capital, na busca do lucro máximo. Surgia, assim, o tipo de trabalhador denominado por Bernardo Sorj, com tanta felicidade, de “trabalhador híbrido”³².

O que eram as populações rurais, a sua ideologia e a luta de classes no campo

Ao tratar do Brasil rural, é importante assinalar que os estudos mais recentes dedicados ao assunto têm revelado o quanto era falso e incompleto o esquema tradicionalmente consagrado, segundo o qual, desde a Colônia, a população rural teria sido constituída basicamente de senhores de escravos e escravos. Assim, quase não restaria espaço para uma população de homens livres e mais ou menos pobres na área rural brasileira³³.

Atualmente, os trabalhos de autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Shepard Forman e Hebe Maria Mattos de Castro³⁴ são reveladores, ao mostrar que, desde os primórdios da colonização portuguesa, existiu no Brasil uma população diversificada de homens livres, cuja importância para o abastecimento do mercado interno não deve ser subestimada.

Maria Isaura Pereira de Queiroz assinala que, durante o período colonial, “havia todo um conjunto de homens livres de várias espécies” tanto nas propriedades de tipo *plantation*, “cuja produção estava subordinada ao mercado exterior”, como nas fazendas de criação, “destinadas ao abastecimento de carne e de animais de tiro, cujo desenvolvimento esteve, durante períodos mais ou menos longos de tempo, ligado ao que se passava nas regiões de monocultura”. Essa autora esclarece ainda que havia também “os pequenos lavradores de agricultura de abastecimento, seja de subsistência, seja já comercializada”, distinguindo-se “os pequenos

proprietários independentes formando seus grupos de vizinhança (chamados bairros rurais em São Paulo), e os arrendatários e parceiros trabalhando em parcelas alugadas ou cedidas pelos proprietários"³⁵.

Se essa era a situação na época da escravidão, durante o período que se inicia com a Abolição e conseqüente libertação dos escravos, a população rural livre só poderia ter crescido, mesmo levando-se em conta o êxodo para as cidades. Sem dúvida, tratava-se de uma população que pesava pouco do ponto de vista da economia exportadora, mas que era importante para o abastecimento do mercado interno e formava um contingente numeroso, heterogêneo do ponto de vista econômico e social e de grande mobilidade. É lamentável que, até agora, os estudos dedicados a essa ampla e diversificada massa de homens livres, que sempre lutou com dificuldades para sobreviver no mundo rural brasileiro, ainda sejam escassos.

É possível, contudo, destacar algumas de suas principais características. Tratava-se de uma população pouco densa e, em geral, extremamente dispersa pela imensidão do território nacional. As relações de produção a que estavam submetidos seus diferentes e heterogêneos setores também eram muito variadas. Um dos principais problemas para esses homens livres continuava sendo o da dificuldade de acesso permanente à terra. Havia os posseiros e os pequenos proprietários, que dispunham, em maior ou menor medida, de um pequeno pedaço de terra, mas enfrentavam ameaças constantes de expulsão e de outros tipos de agressão por parte dos poderosos "coronéis".

Ao estudar os homens livres no mundo rural brasileiro, consideramos que, se por um lado, foi importante o esforço pioneiro desenvolvido por autores como Maria Sylvania de Carvalho Franco, que os englobou sob a denominação genérica de "homens livres pobres", ressaltando sua existência até então desprezada na historiografia e preocupando-se com sua caracterização, por outro lado, essa última padece de algumas deficiências, que podem levar a erros de interpretação.

Pensamos serem justas as restrições apresentadas por Hebe Maria Mattos de Castro à classificação dos "homens livres pobres" feita pela autora citada. Diz Hebe Maria M. de Castro:

"1) A análise em questão reúne, como 'homens livres e pobres', categorias sociais a nosso ver bastante diversas e nem sempre facilmente identificadas pela 'pobreza', como 'tropiciros', 'vendeiros' e 'sitiantes', ao lado de 'agregados' e 'camaradas'.

2) A 'dependência pessoal' em relação aos grandes proprietários é utilizada pela autora, mais que a 'pobreza', como elemento de

homogeneização dos homens livres analisados. Tal dependência possuía significados bastante diversos para cada categoria arrolada, e esta diferenciação parece-nos, pelo menos, tão importante quanto os traços de identidade ressaltados.³⁶

Dando prosseguimento à sua análise, Hebe Maria M. de Castro chega a mostrar, no exemplo da região fluminense de Capivary, na segunda metade do século XIX, que na categoria de homens livres incluíam-se desde sitiantes, que possuíam escravos e produziam para o mercado interno, estando integrados no mesmo grupo social dos fazendeiros escravocratas da região³⁷, até a pobreza rural propriamente dita. A respeito dessa “pobreza”, diz a autora:

“‘Pobres’, mas não ‘despossuídos’, pois, mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam prover sua subsistência com o resultado de suas lavouras — diferenciando-se, assim, fundamentalmente do escravo, que, antes de tudo, trabalhava a lavoura de outro. À escassez de terras respondiam com o deslocamento. A abundância de terras livres explica a expressividade de sua presença no município analisado.”³⁸

Podemos concluir que a diversidade de situações sociais em que se encontravam os homens livres no interior do país era a expressão necessária da complexidade e multiplicidade das relações de produção em vigor. Partindo do entendimento da estrutura sócio-econômica existente, compreende-se que, numa situação em que o monopólio da propriedade privada da terra era mantido a todo custo, o desenvolvimento capitalista em curso não fora capaz de romper com a dependência das diferentes categorias de homens livres frente aos latifundiários. Eram esses que detinham o controle de toda a vida econômica, social e política de cada localidade rural; a maior dependência e, portanto, a maior *violência* foi suportada pelas camadas mais desprivilegiadas dos homens livres, que certamente eram também as mais numerosas.

Hamilton de Mattos Monteiro escreveu a respeito observações interessantes:

“Com a economia estruturada à base do latifúndio e do trabalho escravo, foi-se formando, cada vez em maior número, uma ‘massa’ de homens pobres-livres que viviam miseravelmente e só eventualmente encontravam trabalho, assim mesmo em condições abaixo de suas necessidades: além disso, esses homens moravam ‘por favor’ nas terras dos grandes proprietários, numa situação instável, podendo a qualquer momento ser expulsos, perdendo as benfeitorias, inclusive a sua ‘roça’. Esta situação, convenhamos, era uma violência ao direito de vida desta parcela da população.”³⁹

O mesmo autor deu uma explicação convincente das origens da violência em nossa sociedade:

“A sociedade brasileira em geral e a nordestina em particular organizou-se de forma profundamente violenta. Uma violência que se caracterizou desde a fase colonial pela expropriação do indígena que aqui habitava, privando-o de suas terras e em muitos casos escravizando-o; pela privação da liberdade do negro e sua coação ao trabalho; pela apropriação da quase totalidade da terra por uma minoria, impedindo que uma camada de homens livres ou não, cada vez mais acrescida, se tornasse também proprietária. Estabeleceu-se uma formação social alicerçada no domínio de uma classe sobre outra. A violência nascia inerente à própria forma como se estruturou o nível econômico.”⁴⁰

Quando a Coluna Prestes percorreu vastas regiões do Brasil, a escravidão havia terminado há quase 40 anos, mas a imensa maioria dos “homens livres” vivia num regime de quase-escravidão, sujeitos ao domínio dos grandes proprietários de terras, os célebres potentados locais, chamados de “coronéis”. O “coronelismo”, tendo por base o império do latifúndio, continuava a ser o traço distintivo do Brasil rural nos anos 20⁴¹.

Embora o poder central, durante o período monárquico, tivesse desenvolvido esforços para coibir e limitar a força dos “coronéis” — donos absolutos da situação nos marcos de seus domínios —, com o advento da República e a consequente descentralização havida, tais senhores passaram a “reinar”, livres das peias que os coíbiam, impondo a sua “ordem” às populações do interior, pelo menos até 1930⁴².

Conforme demonstra Vitor Nunes Leal, o “coronelismo” é sobretudo “um *compromisso*, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a *decadente* influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. A estrutura agrária, baseada no latifúndio, que perdurara na República Velha, servia de “sustentação das manifestações do poder privado no interior do Brasil”⁴³.

O “coronelismo” refletia, em certa medida, o próprio avanço do capitalismo, um avanço que se dava sem destruir o monopólio da propriedade privada da terra. O capitalismo coexistia com o latifúndio, tirando proveito do desamparo das populações rurais, mantendo-as como uma enorme e vantajosa reserva de mão-de-obra barata e disponível. O “coronelismo” era um compromisso necessário entre as relações capitalistas que se desenvolviam e conquistavam terreno e o domínio dos senhores de terras — que, não obstante alguns abalos, continuava a manter-se, embora passando por transformações. Assim garantia-se o *status quo*.

A “política dos governadores” nada mais seria do que a institucionalização do “compromisso coronelístico”. Sua essência consistia, de um lado, no apoio incondicional de parte dos chefes locais

aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais e, “da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da fração local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais no lugar”⁴⁴. Dessa forma, o poder central garantia sua maioria no Congresso Nacional e os “coronéis” tinham assegurada não apenas a continuidade do seu poderio local, como também da estrutura agrária vigente e dos seus interesses a nível nacional através dos seus representantes no parlamento e do “compromisso” estabelecido com o Governo Federal.

As relações capitalistas de produção iam se desenvolvendo e ganhando terreno no país, mas o latifúndio perdurava, com suas trágicas conseqüências para o trabalhador rural. O grande drama das populações do campo no Brasil era — e continuaria a ser cada vez mais — a dificuldade de acesso à terra e, por conseguinte, a dependência quase absoluta do “coronel” e de seus prepostos.

A situação de extrema miséria e opressão avassaladora, de atraso e ignorância, de ausência de quaisquer direitos de cidadania, assim como as sucessivas derrotas sofridas por aqueles que tentaram revoltar-se contra a opressão que sofriam — haja vista as lutas ocorridas no Nordeste na segunda metade do século passado⁴⁵ —, levaram as massas rurais a um estado de ceticismo generalizado, de descrença na possibilidade real de mudanças em suas condições de vida e, conseqüentemente, de aparente apatia e conformismo, atitudes também alimentadas pelo misticismo e o atraso cultural e político reinantes no interior do Brasil. A desigualdade de recursos e de condições para enfrentar qualquer embate com os poderosos levava o homem simples do campo ao desânimo e à descrença em suas próprias forças ou, então, em momentos de grandes crises, a voltar-se para o banditismo — que nunca chegou a mobilizar grandes contingentes populacionais — e, em maior medida, para a revolta messiânica⁴⁶.

A violência inerente às próprias estruturas rurais e o conformismo das populações mais desfavorecidas diante da situação reinante no interior do país eram dois aspectos inseparáveis de uma mesma realidade, marcada por um profundo antagonismo de classes entre os grandes proprietários de terra e a esmagadora maioria dos homens do campo, dela privados ou com acesso a áreas extremamente insuficientes para o sustento de suas famílias. Diante da dificuldade de enfrentar a violência dos poderosos com a violência dos oprimidos, numa situação de grande penúria e de total ausência de qualquer tipo de possibilidade de organização ou mobilização para uma luta efetiva, a única alternativa viável para essas

populações rurais acabava sendo uma atitude de conformismo ou resistência passiva à adversidade.

A miséria e a fome, o atraso e a ignorância, o isolamento e a opressão das populações rurais no Brasil teriam que marcar profundamente seu universo ideológico. O homem do campo vivia num mundo totalmente distinto e alheio ao dos habitantes das grandes cidades. Era praticamente uma outra civilização, uma outra escala de valores morais e culturais, uma outra época.

Mesmo a religião das populações rurais era bastante diferente da religião oficial, cultivada pela Igreja Católica. Como é sabido, havia poucos padres pelo interior, o que contribuiu para o florescimento de uma religião de tipo popular, que freqüentemente entraria em conflito aberto com a religião oficial⁴⁷.

Como assinala Rui Facó, no nível em que se encontravam as populações rurais "a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de *fanatismo*"⁴⁸. Os casos mais conhecidos de Juazeiro do Padre Cicero e de Canudos de Antônio Conselheiro são exemplos representativos do misticismo do homem do campo e confirmam amplamente a tese da religião popular como ideologia das populações rurais no Brasil.

Em estudo recente sobre a guerra do Contestado, a professora Marli Auras dá uma explicação aceitável da religiosidade que impregna a ideologia do homem do interior nos acontecimentos pesquisados, afirmando:

"Incapaz de perceber⁴⁹ — numa perspectiva de totalidade — os mecanismos econômico-político-sociais que, em seu processo de dominação e complexificação, conferiam sentido ao estrangulamento de sua existência, o homem do interior não tem condições de conferir um cunho claramente político à sua luta e, desta forma, encaminhá-la pelas instâncias 'seculares' da República, uma vez que as relações sociais presentes não lhe são transparentes, a não ser de forma difusa, assistemática. É a praxis religiosa (...) a possibilidade concreta pela qual o rebelde de Serra-Acima poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor."⁵⁰

Mais adiante, ao concluir sua obra, a mesma autora acrescenta:

"A concepção do mundo construída pelos caboclos era saturada de religiosidade. Esta era a representação historicamente possível de ser por eles trabalhada. Analfabetos, isolados do restante do país, vivendo da obtenção apenas dos 'mínimos vitais', no interior de uma estrutura coronelista, inexistiam condições concretas que permitissem aos sertanejos o encaminhamento secular — e conseqüente politicamente — de sua rebeldia à marginalizadora ordem oficial vigente."⁵¹

É interessante assinalar que, para essas populações, uma série de conceitos gerados na civilização urbana, como 'Império', 'República', 'Igreja', adquiriram um sentido próprio, inteiramente distinto do original, e impregnado dos valores e conhecimentos que lhes eram familiares. Assim, tanto em Canudos como nos acontecimentos do Contestado⁵², o anseio pela volta do Império — identificado com os 'bons tempos' — em contraste com a República — que representava os 'maus tempos' — foi algo que marcou os ideais dos 'fanáticos'. Para os homens humildes do campo, a República estava associada a uma piora muito grande de suas condições de vida, à cobrança de impostos escorchantes, à crescente expulsão das terras que ocupavam, como se deu na zona do Contestado, na segunda década do século.

A Coluna Prestes, ao marchar pelo interior do país, deparou-se, muitas vezes, com populações que indagavam se pretendia a volta do Imperador, se era verdade que trazia consigo a princesa Isabel etc. Para muitos desses homens que viviam longe da civilização urbana, o Império deveria ser melhor que a República; tinham diversas explicações para isso — até mesmo que, na época do Imperador, os tecidos de algodão seriam mais baratos⁵³.

A ideologia do homem simples do campo era uma mescla de religião católica com crenças populares, muitas trazidas ainda de Portugal, como é o caso das lendas a respeito da volta de D. Sebastião e das histórias de Carlos Magno e os Doze Pares da França, e anseios e mitos criados pelo contato com a realidade onde viviam, alheia e distante do mundo urbano⁵⁴.

Se, de acordo com os estereótipos consagrados na historiografia tradicional, conflitos, violência, classes, luta de classes seriam questões inteiramente ausentes da vida rural brasileira, a realidade, entretanto, mostrava-se bem distinta.

Certamente, não se tem notícia de grandes lutas ou revoltas camponesas no Brasil⁵⁵. Aqui não tivemos uma revolução camponesa como no México, ou marcha de soldados camponeses, como a Grande Marcha de Mao Tse-Tung na China⁵⁶. Pode-se argumentar, inclusive, que as populações rurais brasileiras dificilmente seriam enquadradas nos moldes do que classicamente se entende por camponato. Os homens livres que sempre povoaram o nosso mundo rural tiveram uma história e um modo de inserção no processo produtivo muito diferente daqueles característicos dos camponatos conhecidos em diversos países. No máximo, a nosso ver, é possível afirmar que no Brasil houve — e/ou há — "camponeses" com características muito especiais, que precisariam ser definidas.

De qualquer maneira, é evidente que não tivemos a figura clássica do camponês profundamente ligado à terra, ao seu pedaço de chão, em geral herdado dos antepassados. A esmagadora maio-

ria dos homens livres em nosso mundo rural estava desprovida de terra; quando muito, tinha a posse, em geral temporária, de alguma área, da qual, mais tarde, seria expulsa, saindo em busca de novas regiões para recomeçar a vida.

Enquanto no México, ou na China, havia camponeses com raízes profundas na terra, com tradições e cultura a preservar e defender, no Brasil a situação era totalmente diversa. As nossas populações rurais foram marginais em relação à economia agroexportadora, baseada nas relações de produção escravistas, ocupando, como é sabido, uma posição central e decisiva na vida do país. Por isso mesmo, essas populações eram dispersas, divididas e desorganizadas. Como já foi apontado, os homens livres, na maioria das vezes, estavam desprovidos da terra e de todo e qualquer direito. Levavam, com frequência, um estilo de vida errante, mudando seguidamente de lugar em busca de novas áreas para prover sua subsistência, sem nenhuma garantia de posse das terras onde eventualmente se instalavam.

Para esses homens, não havia muito o que defender. Não possuíam a terra que tanto almejavam, nem um passado cultural ou tradições que estivessem ameaçadas. Raramente tinham uma identidade de grupo, algo tão sólido nas comunidades indígenas do México. Constituíam um universo disperso e desorganizado de homens errantes, esmagados e oprimidos pelos grandes proprietários de terras, apenas sonhando com um pedaço de terra para sustentar a família, mas sem a menor perspectiva de consegui-lo.

As populações rurais, no Brasil, viviam inteiramente à mercê da vontade dos "coronéis". O conflito de classes naturalmente estava presente, mas suas manifestações eram pouco visíveis. Tratava-se antes de um conflito latente, de uma violência contida pela força esmagadora dos poderosos donos de terras. Com frequência, essa violência explodia em disputas aparentemente de ordem pessoal, por motivos de menor importância. A luta de classes entre oprimidos e opressores dificilmente conseguia manifestar-se de forma aberta. O confronto seria por demais desigual. E o matuto brasileiro, por sua própria experiência, aprendera a ser prudente, a resistir passivamente, a esperar aparentemente conformado por dias melhores.

O conformismo era o caminho certo para o misticismo, a religiosidade. Alimentava-se a esperança no Messias, no Salvador que, um dia, traria uma vida melhor. Ou, então, em momentos de crise aguda, proliferavam as manifestações de banditismo, como ocorreu por todo o Brasil, e particularmente no Nordeste, desde a Colômbia até a primeira metade do século atual⁵⁷. Estudando suas causas, Hamilton de Mattos Monteiro destaca:

“A nosso ver ele resulta das condições de marginalidade social à qual é relegada uma parcela da sociedade; parcela essa que, desprovida de ‘canais’ por onde possa fazer suas reivindicações e sem mesmo ter consciência de que reivindicações pode fazer, vê parte de seus membros se insurgirem, podemos dizer, instintivamente, na forma de bandidos rurais que assim conseguem libertar-se das condições sub-humanas em que vivem.”⁵⁸

Como assinala E. Hobsbawm, “historicamente, caminham de mãos dadas o banditismo e o milenarismo”⁵⁹. Nas condições brasileiras, o banditismo rural — que ficou conhecido pela denominação de “cangaço”, encontrando uma maior amplitude principalmente no Nordeste, num período de crise, como a que atingiu a região no final do século passado e primeiras décadas deste século — e os movimentos de cunho messiânico, cujos exemplos mais conhecidos são Juazeiro, Canudos e Contestado⁶⁰, constituíram as duas formas principais em que se expressou o descontentamento das populações rurais, a sua revolta contra a situação de penúria a que haviam sido condenadas, o seu anseio permanente por um pedaço de terra para prover o sustento da família.

Tratava-se, certamente, de formas de protesto, ou mesmo de luta, inconscientes, mas que correspondiam ao universo ideológico dos homens pobres do campo no Brasil. O cangaço, principalmente, apresentava características de desforra e vingança pessoal, que, entretanto, não deixava de possuir causas e raízes sociais na própria realidade do latifúndio, do domínio “coronelístico”, da miséria e da desgraça reinantes no interior do país e, em particular, no Nordeste⁶¹.

Os movimentos messiânicos também constituíam uma forma de revolta inconsciente, impregnada de religiosidade e incapaz, portanto, de apresentar uma saída efetiva para a situação vivida pelos homens pobres do interior. Contudo, em alguns momentos, como em Canudos, ou nos acontecimentos do Contestado, tornou-se claro o confronto entre os oprimidos — privados da terra em que viviam e trabalhavam e esmagados por impostos exorbitantes — e os opressores, representados pelas forças militares a serviço do governo e dos latifundiários.

Mas o próprio caráter religioso desses movimentos messiânicos, seus anseios por uma volta ao passado, seu isolamento e ausência de um projeto para uma sociedade nova condicionavam sua falta de perspectiva, sua incapacidade de sobrevivência diante da repressão inimiga e selavam o seu destino: a derrota. Aqueles movimentos que tentaram resistir por mais tempo foram violentamente esmagados e desbaratados pelas classes dominantes do país. A his-

tória da resistência à opressão por parte das populações rurais do Brasil é uma história de derrotas trágicas, em que poucos conseguiram escapar à sanha sanguinária dos defensores da "civilização ocidental e cristã".

A Coluna diante das populações rurais

Os oficiais revoltosos que comandaram a Coluna Prestes eram homens formados nos grandes centros urbanos da época. Forçados a marchar pelo interior do Brasil, como única forma de sobreviver, quando perseguidos por forças legalistas numérica e militarmente muito superiores, os jovens militares foram surpreendidos por um quadro totalmente novo para eles: uma situação de fome e miséria das populações rurais, que para eles era desconhecida, de atraso cultural, de alheamento em relação ao Brasil urbano e ao resto do mundo.

Na verdade, a Coluna defrontou-se com um universo que lhe era estranho e desconhecido. Não havia nada de comum entre o mundo urbano dos "tenentes" e o mundo rural das populações interioranas.

A Coluna falava outro idioma, tinha outra ideologia, seus objetivos eram outros. Sua retórica liberal visava à moralização dos costumes políticos, o cumprimento da Constituição de 1891, algumas reformas políticas que não pusessem em questão a ordem estabelecida. Tratava-se de substituir os políticos corruptos por outros honestos, que saberiam regenerar o país.

Em nenhum momento, os "tenentes" que comandavam a Coluna pretenderam mobilizar as massas do campo para a luta, organizá-las ou conscientizá-las de alguma forma. A sua visão elitista impedia-os de ver nas massas, urbanas ou rurais, uma força capaz de influir nos acontecimentos políticos. Sua formação liberal não lhes permitia admitir que as massas populares pudessem ser os verdadeiros protagonistas da História. Já durante o levante de São Paulo, os revoltosos haviam recusado qualquer colaboração ou participação mais estreita e efetiva de parte dos setores operários⁶².

Em relação às populações rurais, a distância era ainda maior. Lourenço Moreira Lima, em seu diário da Coluna, expressaria claramente a descrença no homem do campo, em particular no sertanejo, visto como um ignorante, desprovido de espírito patriótico⁶³. O que poderia significar, entretanto, a "pátria" para o trabalhador rural, inteiramente submisso ao poder "coronelístico"?

Mesmo atravessando 13 Estados da União, passando por regiões das mais atrasadas do país, onde o domínio do latifúndio improdutivo e das formas não-capitalistas de exploração se fazia presente em toda sua crueza; mesmo tendo entrado em contato direto com as terríveis condições em que vegetavam os trabalhadores rurais, vítimas desse sistema latifundiário, a oficialidade da Coluna foi incapaz de perceber que o grande problema que afetava a imensa maioria dos "homens livres" de nosso mundo rural era o da impossibilidade de ter acesso a um pedaço de terra.

Para os "tenentes", não havia diferenças entre ricos e pobres do campo, entre fazendeiros ou "coronéis" e simples trabalhadores rurais sem terra. Os comandantes da Coluna ficaram perplexos e profundamente impressionados com a situação de espantosa miséria com que depararam no interior do Brasil, mas sua formação nas academias militares não lhes permitia esboçar uma explicação para tal estado de coisas nem, muito menos, formular uma proposta de saída para os graves problemas vividos pelas populações rurais do país.

Em sua Marcha pelo Brasil, a Coluna em momento algum chegou a perceber que, se levantasse a bandeira da reforma agrária, talvez pudesse arrastar alguns contingentes de homens do campo⁶⁴. O problema social decorrente do monopólio da terra inexistia para os "tenentes". Além disso, seu elitismo e uma visão militarista da luta pelo poder condicionavam seus métodos de ação: tinham a intenção de derrubar o presidente Bernardes apelando para um golpe militar, ou através de um levante militar. Em seu percurso pelo Brasil, jamais pretenderam desencadear uma revolução popular; buscavam, no máximo, soldados para o seu exército e apoio logístico para, talvez, mais tarde, quando as condições fossem propícias, marchar sobre o Rio de Janeiro⁶⁵. A revolução dos "tenentes" seria feita pelos militares revoltosos, jamais pelas massas.

Em contrapartida, o discurso liberal da Coluna nada dizia às populações oprimidas do interior, acostumadas ao voto de cabresto e à obediência cega ao poder do "coronel". "Representação e justiça" — o lema dos "tenentes" — nada queria dizer para o trabalhador rural, para o qual não existiam nem os direitos do cidadão, nem os preceitos constitucionais. A sua lei era a vontade imposta pelo "coronel" e garantida pelo governo. Além disso, a imagem negativa da Coluna, difundida pelas autoridades locais e federais, através de intensa propaganda, contribuía para afastar mais ainda as populações rurais dos revolucionários.

Estabelecera-se, pois, um abismo enorme entre a ideologia liberal dos "tenentes" e o "fanatismo" religioso ou misticismo das populações rurais daquela época. Os revoltosos não tinham

a menor condição de sensibilizar os trabalhadores do campo com o seu "discurso" moralizador e liberal, nem estavam empenhados em conquistá-los politicamente para a sua causa revolucionária. Pretendiam apenas arremeter soldados para reforçar as fileiras da Coluna, sem atribuir a esses homens um papel independente numa luta pelos seus interesses específicos e aspirações próprias.

Nessas condições — às quais se somavam a necessidade que as tropas rebeldes tinham de fazer requisições de mantimentos, munições e animais, assim como alguns excessos cometidos, inevitáveis em tais circunstâncias —, era natural que se espalhasse o pânico entre as populações rurais das localidades por onde a Coluna ia passando.

Havia, entretanto, o outro lado da questão: o comportamento respeitoso dos rebeldes em relação às populações do interior, assim como suas atitudes de fazer justiça pelas próprias mãos, queimando livros e listas de cobrança de impostos, libertando presos sem culpa formada que enchiam as cadeias e inutilizando os instrumentos de tortura que iam encontrando pelo caminho, viriam a despertar a simpatia e a solidariedade dos homens simples do campo.

Ao mesmo tempo, um outro fator que provocava simpatia dos explorados das regiões interioranas do país pelos revoltosos residia no fato de estes proclamarem que a sua luta se dirigia contra o governo e, na prática, estarem sempre na alça de mira das tropas governistas. Os trabalhadores do campo sabiam, por experiência própria, que a presença governamental significava impostos exorbitantes, repressão policial e serviço militar obrigatório⁶⁶. O homem simples do campo tinha aversão ao governo e simpatizava com quem estivesse contra ele. Graciliano Ramos registrava em seu romance *Vidas Secas*:

"Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura."⁶⁷

Havia, pois, um misto de admiração e medo, de simpatia e hostilidade em relação à Coluna por parte das populações rurais. Com o tempo, surgiria o culto, o mito popular, que viria a imortalizar em verso e em prosa os feitos da Coluna Prestes, principalmente no Nordeste, a zona mais conflitiva percorrida pelos revolucionários. Ainda hoje sobrevive na memória popular o culto dos legendários combatentes da Coluna, desmentindo afirmações de que ela teria sido repudiada pelas populações interioranas⁶⁸.

Na verdade, ainda agora, passados mais de 60 anos daqueles acontecimentos, pode-se encontrar pelo interior do Brasil os testemunhos vivos de que os rebeldes foram vistos com simpatia pelos homens humildes do campo e, principalmente, como uma espe-

rança de dias melhores, como uma promessa de algo melhor, que não sabiam definir bem o que deveria ser⁶⁹.

Ao recordar a passagem da Coluna pelo interior do Brasil, Graciliano Ramos descreveria magistralmente o impacto causado nos sertanejos pela Marcha dos revoltosos:

"...Já não era pouco essa rebeldia sem objetivo, numa terra de conformismo e usura, onde o funcionário se agarrava ao cargo como ostra, o comerciante e o industrial roíam sem pena o consumidor esbrugado, o operário se esfalfava à toa, o camponês agüentava todas as iniquidades, fatalista, sereno. Com certeza essa gente arregalava os olhos espantada — e nos de cima o espanto se mudava em ódio, nos de baixo começava a surgir uma indecisa *esperança*. Às portas das farmácias, nas vilas, discutia-se com entusiasmo o caso extraordinário. Meu tio Abílio, matuto rude, proprietário de caminhões no alto sertão de Pernambuco, estivera uns dias a serviço dos revoltosos, lá para as bandas de Mariana. Assistira a combates, caíra numa emboscada, fugira precipitadamente, levando alguns defuntos no carro. Abílio me havia falado com ardor na disciplina, na ordem, no espírito de justiça que observara no bando foragido. O depoimento desse sertanejo bronco valia mais, para mim, que as tiradas ordeiras da imprensa livre, naturalmente interessada em conservar privilégios, fontes de chantagem, e pouco disposta a esclarecimentos perigosos. Bom que alguns repórteres tivessem rodado nos carros do meu tio. Como isto não sucedera, pouco valiam as mofinas das gazetas. Aceitávamos, pois, as notícias orais, e estas começavam a envolver o guerrilheiro teimoso em *prestígio e lenda*."⁷⁰

Efetivamente, a lenda correria solta. Em Goiás, não faz muito tempo, encontrava-se em palhoças do interior a foto de Prestes ao lado da imagem da Santa, ambos iluminados por uma lamparina, sendo venerados⁷¹. No sertão cearense, o padre Geraldo Oliveira Lima, da diocese de Crateús, há pouco mais de dez anos, encontrou ainda vivas as recordações sobre a Coluna e chegou a registrar uma série de mitos e lendas a seu respeito. Tal sacerdote, empenhado em resgatar a memória da Coluna Prestes nos sertões do seu Estado natal, escreveu num dos *Cordéis* que editou:

"...Os revoltosos marchavam em direção ao Ceará. O tropel de seus animais, aliado à poeira levantada por centenas de cascos de cavalos em disparada, toldava, obscurecia, mistificava e, por que não dizer, bestificava a mente daquela gente que assistia escondida, à passagem rápida daqueles cavaleiros armados e barbudos, envolvidos naquela nuvem densa de poeira, causada pelos cascos de tantos cavalos em disparada... Criava-se e criou-se, em torno dos Revoltosos, bem entendido, entre as populações do interior, uma onda de grandeza e mistério... Aquelas levas e levas de cavaleiros, passando

em disparada, portando armas automáticas, lenço encarnado no pescoço, falavam um sotaque sulista, amedrontavam os destacamentos das pequenas cidades, deslocando-se com uma rapidez impressionante, tudo isto calava fortemente na alma camponesa. Todas essas coisas, somadas, impressionavam aquelas populações interiores as quais iam criando em torno dos Revoltosos um mito, e mistério. Espalhavam-se histórias fabulosas e mistificadas sobre a invencibilidade dos homens da Coluna: de sua resistência, rapidez e coragem. Em suma, havia qualquer ressaibo, ou resquício da história dos gladiadores, de Carlos Magno, histórias essas de cunho medieval, mas que chegavam até estas populações simples do interior, através de versinhos, emboladas e desafios que se prolongavam noites a fio na intimidade dos casarões de fazenda, perdidas nas cálidas noites enluaradas dos sertões nordestinos. E os sertanejos, que sonhavam e vibravam com essas histórias de cunho dantesco, chegadas até eles pela tradição oral, transferiram, por analogia, para os homens da Coluna todo esse potencial de mistério e grandeza... Os nomes dos comandantes da Coluna como Miguel Costa, Carlos Prestes, Juarez Távora, Siqueira Campos corriam mundo. Criava-se o mito em torno de alguns Revoltosos, mas somente nisto ficava. Nada de comprometimento, ou ligações estreitas com os revolucionários, em termos de Ceará. Até mesmo aqueles que simpatizavam com os Revoltosos mantinham-se cautelosos... conservavam-se distantes, indefinidos e não comprometidos.⁷²

Essas considerações feitas por um conhecedor das populações sertanejas refletem bem dois aspectos profundamente ligados do seu comportamento diante da Coluna Prestes: a simpatia e a admiração, levadas ao extremo, com a criação de mitos e lendas a seu respeito, e a atitude cautelosa e de evidente temor perante um movimento, cujas razões não compreendiam e que, conseqüentemente, não era capaz de as atrair ou empolgar.

O mesmo sacerdote, muito ligado às populações do sertão do Ceará, viria a descobrir em Inhamuns a sepultura de um revoltoso, cujo nome Evaristo foi guardado pela tradição oral. Sua sepultura é zelada até hoje por "mãos caridosas", conservando a "cruzinha de madeira carcomida com a data ilegível de '1926'. É só... De onde era Evaristo? Ninguém sabe. (...) Aquela discreta sepultura, eternamente anônima mas simpática a muita gente, que por intuição, ou índole, rejeita o despotismo"⁷³. Certamente, a memória de um revoltoso morto não seria preservada e cultuada durante tantos anos, se não estivesse associada a uma esperança de dias melhores, a um anseio de liberdade — ainda que vago —, ligado à Coluna e aos seus homens.

Em Mato Grosso, o jornalista Luis Amaral registrou os seguintes versinhos, que corriam no meio do povo, quando a Coluna passou em direção à Bolívia:

“Senhor Prestes é de ouro,
Seus soldados são de prata,
Legalista é de lata.

“Vem cá, Bernardes,
Não vou lá, não.
Está com medo
da bala do canhão.”⁷⁴

Novamente, verifica-se a simpatia popular por Prestes e a Coluna, contraposta ao repúdio aos legalistas e ao tirano Artur Bernardes.

Em seu livro *Prestes e a Revolução Social*, Abguar Bastos teve o mérito de apontar para o fato de a Coluna não ter sido compreendida pelas populações do interior do país, refletindo, na verdade, os anseios dos setores burgueses e pequeno-burgueses das cidades litorâneas⁷⁵. Vejamos suas palavras:

“Os povos ignorantes e aturdidos do sertão viam em Prestes o mistério da audácia, da vida, da grandeza e do atrevimento dos homens urbanos. Formavam sua lenda como os escravos e os servos formavam as lendas dos castelos.

“Nada mais épico, para a burguesia, do que esse Cavaleiro da Esperança, que desafiava exércitos, rompia um áspero território de oito milhões de quilômetros quadrados, atravessava, sem saber nadar, centenas de rios, transpunha vales e cordilheiras, rodeava mesopotâmias selvagens e florestas sombrias. Como era impressionante esse homem do rio do Inferno, do Capão da Onça, da estrada Cruel, ou do Brejo da Brasa...

“A lenda maravilhosa alimentada nas cidades, chocava-se, entretanto, com a lenda terrífica dos campos tecida em torno do Herói. “O folclore sertanejo não via o Cavaleiro Prestes com os mesmos olhos de encantamento feliz dos aedos das cidades. Via-o como o raio, a peste, a chama, o pecado. Mas isto não diminuía, ao contrário, aumentava o brilho do ciclo lendário do Herói, dava-lhe a força corruptora que tanto entusiasmava a burguesia.”⁷⁶

Para fundamentar suas asserções a respeito da visão do sertanejo sobre a Coluna e seus feitos, Abguar Bastos foi buscar trechos de trovas extraídas de *o ABC da Revolução*, de *A Moda da Revolução de Prestes* e de *Recortado da Revolução*⁷⁷, encontrados pelos estudiosos do folclore goiano. Seu exame evidencia, por um lado, a admiração popular pelos feitos da Coluna e dos seus comandantes mesclada com o temor e a cautela diante da incursão dos rebeldes e, de outro, a satisfação com as derrotas sofridas pelos legalistas, cujas tropelias são condenadas. O cantador dizia a respeito dos governistas:

"Em vez de garantir o Estado
Começa inspirar horror

Chora o pobre inocente
Sofrendo sem merecer

Vendo o perigo na frente
Caminham para morrer
Por causa de um presidente
Muitos paga sem dever."⁷⁸

Ao concluir suas observações, Abgvar Bastos destaca que "o povo do sertão não compreendia o verdadeiro sentido da Grande Marcha. Mas em torno da Coluna criava o fastígio* da invulnerabilidade, ao mesmo tempo que percebia a desmoralização das forças legais". Diz ainda o autor:

"A Coluna, como o dragão, era, para o povo dos rios e das selvas, instrumento de destruição e morte. Para as cidades era a libertação."⁷⁹

Fenômeno tipicamente urbano, o tenentismo não conseguiria jamais sensibilizar as populações do interior do Brasil. E se o homem do campo se manteve passivo diante da Coluna Prestes, a explicação para isso reside não numa passividade intrínseca ao sertanejo, mas na sua falta de motivação para participar de uma luta que não era a sua e que não lhe abria nenhuma perspectiva de solução dos graves problemas que enfrentava. Na verdade, quando motivados, os sertanejos lutaram com estoicismo e abnegação, como o fizeram nas revoltas ocorridas no Nordeste na segunda metade do século passado⁸⁰, nos movimentos de Canudos e Contestado, ou mesmo nos surtos de banditismo que assolaram principalmente o Nordeste por longos períodos.

Embora, de uma maneira geral, as populações rurais tivessem permanecido inertes frente aos rebeldes, no Piauí e no Maranhão houve um número considerável de adesões à Coluna Prestes. Como explicá-las? Nessas regiões, a nosso ver, existiu um conjunto de condições particulares, que podem justificar o entusiasmo revolucionário, a disposição de incorporar-ser à Marcha dos rebeldes.

Como assinala Maureli da Costa Santos Corrêa, socióloga que estudou a passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão, "onde as populações viviam num completo isolamento, sob a tutela dos coronéis", "em muitas das vilas e cidades por onde os revoltosos desenvolveram sua marcha, o apoio dos coronéis foi de fundamental importância para a adesão da população"⁸¹. Deve-se lembrar também que no Maranhão havia um importante movimento de oposição ao governo Bernardes⁸²; e a Coluna, ao não fazer ne-

* Possivelmente "fascínio"

nhuma distinção entre explorados e exploradores, pôde contar com a simpatia de setores da classe dominante que se alinhavam nas fileiras oposicionistas, o que, certamente, facilitou o apoio popular recebido pelos rebeldes no Estado.

Ao mesmo tempo, a Coluna atravessou regiões onde os conflitos já eram tradicionais, como aponta a autora⁸³. Num desses lugares, deu-se a incorporação aos revoltosos de Manuel Bernardino, o pequeno fazendeiro conhecido pela alcunha de "Lênin da Mata", que trouxe consigo todo um grupo de jovens a ele ligados. A adesão revelava o ansio de participar da luta, mas de uma luta que buscasse a solução do problema que mais os afetava: o acesso à terra. Tanto isso é verdade, que esse grupo só acompanhou a Coluna até o Ceará, onde desertou, regressando ao local de origem. Esses homens desejavam que os revolucionários os ajudassem a resolver os conflitos da sua região, não estando dispostos a marchar pelo Brasil, numa jornada que para eles não fazia sentido⁸⁴.

Naquele momento, o Nordeste vivia uma situação de grande aguçamento de todas as contradições sociais, atravessando uma séria crise, após ter passado por um período de sucessivas e avassaladoras secas. Como destaca Billy Jaynes Chandler, estudioso do cangaço nordestino, nas primeiras décadas deste século notava-se na região um estado de "desorganização social"⁸⁵, que certamente propiciou a propagação tanto do cangaço como do messianismo e do "fanatismo" religioso⁸⁶.

A situação de crise aguda, a nosso ver, viria favorecer as adesões à Coluna Prestes de muitos jovens dos estados do Maranhão e Piauí, cuja atitude diferiu do comportamento hostil ou contemplativo adotado pelas populações rurais de outros lugares por onde os revoltosos passaram. As observações feitas por B. J. Chandler sobre Lampião e seus jagunços parecem-nos adequadas à Coluna e ao papel que veio a desempenhar para aqueles jovens. Assinala o autor:

"... Uma maioria (...) se arriscava a seguir Lampião porque não tinha nada melhor a fazer. O sertão não oferecia aos rapazes senão o trabalho no campo, com uma pá e uma enxada, tal como acontecera com seus pais. A onda de migração dos sertões para cidades como Rio e São Paulo ainda não começara naquele tempo. Portanto, a falta de outras alternativas talvez tenha sido um fator influente na escolha da vida do cangaço. (...)

"Entrar para o cangaço era, para o filho de um morador ou de um pequeno fazendeiro pobre, quase tão natural e cheio de atrativos como entrar para uma universidade de direito ou medicina ou era para os filhos da elite de Recife ou Salvador, nas décadas de 1920 e 1930."⁸⁷

A passagem da Coluna significou, seguramente, o despontar de uma esperança para muitos jovens do interior, para os quais a única perspectiva de vida um pouco melhor era ingressar numa aventura. E a Coluna, para alguns, foi essa aventura.

Resta esclarecer as causas que teriam levado certos "coronéis" a combater ferozmente a Coluna, quando ela, conforme foi visto, não ameaçava seus interesses imediatos. Ao contrário, buscava o apoio tanto dos pobres como dos poderosos, tendo contado com a simpatia das dissidências oligárquicas em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul e o Maranhão.

Os "coronéis" que mais se destacaram na perseguição aos rebeldes foram os da Bahia — Horácio de Mattos, Franklin Lins de Albuquerque, Geraldo Rocha etc. —, os quais, desde a intervenção federal de 1920 no Estado e a assinatura dos tratados com o Governo Federal, haviam estabelecido um sistema de comunicações direto com a Presidência da República, em que o governador do Estado era ignorado. Conforme observa Eul-Soo Pang, estudioso do assunto, ocorrera uma substituição da "política dos governadores" pela "política dos presidentes"⁸⁸. Com isso, os "coronéis" se comprometiam a defender os interesses federais, em troca dos favores que lhes eram concedidos pelo presidente da República. Na ânsia de aniquilar os rebeldes, o Governo Federal acabaria apelando para os serviços desses "coronéis" e dos "batalhões patrióticos" organizados com o concurso dos seus jagunços.

Não é casual, portanto, que, após terem perseguido a Coluna até a fronteira com a Bolívia, os "coronéis" baianos viessem a exigir um lugar especial na política do seu Estado. Estavam, assim, cobrando a recompensa pelos serviços prestados ao Governo Federal⁸⁹.

NOTAS

1 - Ver a respeito o Capítulo I deste trabalho.

2 - Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1963.

RANGEL, Inácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.

3 - Cf. SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*; 1500-1820. 8ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina*. Buenos Aires, Ed. Signos, 1970.

4 - Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. As Concepções acerca do "Sistema Econômico Mundial" e do "Antigo Sistema Colonial"; a Preocupação obsessiva com a "Extração do Excedente". In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980. pp. 109-132.

5 - Cf. CASTRO, Antônio Barros de. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil". In: *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, v. 1, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, nº 2, São Paulo, Ed. CEBRAP, outubro de 1972; e *A Economia da Dependência Imperfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

6 - CASTRO, Antônio Barros de. Op. cit., p. 143.

7 - LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. (Edição em russo.)

8 - Cf. também KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Trad. de C. Iperóio. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1968.

9 - Cf. IANNI, Octávio. *A Classe Operária Vai ao Campo*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit.

MELLO, Maria da Conceição d'Incaol. *O "Bóia-fria": Acumulação e Miséria*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1975.

10 - Cf. VILAR, Pierre. "A Economia campestre?". In: *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. 4ª ed. Trad. de M. Dolores Folch. Barcelona, Ed. Crítica, 1982.

11 - Cf. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Camponato Brasileiro*; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976; *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*: ensaios. Rio de Janeiro, Livr. Técnicos e Científicos Ed.; São Paulo, Ed. USP, 1978.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. *Os Parceiros do Rio Bonito*; estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1977.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.) et alii. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1980.

MOURA, Margarida Maria. A questão da pequena produção. In: CASTRO, Anna Célia de et alii. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*; síntese das transformações. Brasília, BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira*; combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981, Capítulo I.

12 - COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e Desenvolvimento*; temas e problemas do nosso tempo. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, p. 248.

13 - Existe uma vasta bibliografia sobre o assunto; as obras que consideramos mais importantes estão citadas neste capítulo e na Bibliografia incluída no final deste trabalho.

14 - Ver item 1 do Capítulo I deste trabalho.

15 - Id., ibid.

16 - MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2ª ed. São Paulo, IECH - Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

17 - SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura*; Oeste Paulista, 1888-1930. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982, p. 10.

18 - Id., *ibid.*, p. 176.

19 - Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo, Livr. Ciências Humanas, 1979, pp. 21-22.

20 - Id., *ibid.*, p. 22.

21 - Cf. BESKOW, Paulo Roberto. Formas capitalistas de produção na agricultura brasileira. In: CASTRO, Anna Célia de et alii. Op. cit.

22 - Cf. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. Op. cit., pp. 45-49.

23 - Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande: 1840-1905*. Campina Grande, 1985. (Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II).

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho; 1850-1920*. Niterói, 1988. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)

24 - SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1980, p. 133.

25 - Para o caso da indústria açucareira de Pernambuco, ver EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

26 - MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 17 e 38-39.

27 - MARTINS, José de Souza. Del esclavo al asalariado en las haciendas de café, 1880-1914. La genesis del trabajador volante. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas (org.). *Población y Mano de Obra en América Latina*. Madrid, Alianza Ed., 1985, pp. 252-256.

28 - Cf. LOPES, Juarez Brandão. O colonato e a formação do proletariado rural em São Paulo, 1888-1976. Datilografado, cópia xerox, s. d.

29 - FERNANDES, Florestan. Problemas de conceptualización de las clases sociales en América Latina. In: ZENTENO, Raul Benitez (coord.). *Las Clases Sociales en América Latina*. México, Siglo XXI, 1973, pp. 191-276 e 277-285.

30 - A respeito, ver item do Capítulo I deste trabalho.

31 - Cf. BESKOW, Paulo Roberto. Op. cit.

32 - SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 133.

33 - Sobre o assunto, ver, por exemplo, o livro citado de CASTRO, Hebe Maria Mattos de, pp. 25-28.

34 - Cf. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Op. cit.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata* 2ª ed. São Paulo, Ática, 1976. (Ensaios 3.)

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua Participação no Brasil*. Trad. de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Op. cit.

35 - PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*: ensaios. Op. cit., pp. 23-24.

- 36 - CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Op. cit., p. 76.
- 37 - Id., *ibid.*, p. 72.
- 38 - Id., *ibid.*, p. 96.
- 39 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes; o Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília, Horizonte, 1980, pp. 20-21.
- 40 - Id., *ibid.*, p. 157.
- 41 - Sobre o "coronelismo", ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo. Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934); a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. FORMAN, Shepard. Op. cit. JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: Uma Política de Compromissos*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Tudo É História, 13.)
- 42 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Op. cit., p. 110.
- 43 - LEAL, Vitor Nunes. Op. cit., p. 20.
- 44 - Id., *ibid.*, p. 50.
- 45 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Op. cit.
- 46 - Sobre o fenômeno social do banditismo, ver:
HOBBSBAMM, E. J. *Bandidos*. 2ª ed. Trad. de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976; *Rebeldes Primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.
CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o Rei dos Cangaceiros*. Trad. de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- Sobre os movimentos messiânicos, ver:
PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- AMADO, Janaina. *Conflito Social no Brasil; a revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social; a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos; gênese e lutas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Trad. de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; *Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro*. *Revista de Ciências Sociais*, v. VI. n.º 1 e 2, Ceará, 1ª e 2ª semestres, 1975.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974; *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e Instituições.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cubocla*. Florianópolis, Ed. UFSC - Assembléia Legislativa; São Paulo, Cortez Ed. e Livr., 1984.
- 47 - Ver, em especial, as obras citadas de DELLA CAVA, Ralph; FACÓ, Rui; e FORMAN, Shepard (o último capítulo).
- 48 - FACÓ, Rui. Op. cit., p. 47
- 49 - "Não por 'fanatismo', 'aberração' ou 'loucura coletiva', mas pelo isolamento e pela indigência material e teórica concretamente vigentes".
(Nota da autora, Op. cit., p. 47).

- 50 - AURAS, Marli. Op. cit., p. 47.
- 51 - Id., *ibid.*, p. 169.
- 52 - Para o caso de Canudos, consultar:
CUNHA, Euclides da. *Os Seretões*; campanha de Canudos. 24ª ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1956.
FACÓ, Rui. Op. cit.
PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. Op. cit.
- Para o caso do Contestado, consultar:
QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. Op. cit.
PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. Op. cit.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Op. cit.
AURAS, Marli. Op. cit.
- 53 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit.
PRESTES, L. C. Informações concedidas à autora.
- 54 - Cf. MONTEIRO, Duglas Teixeira. Op. cit.
PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. Op. cit.
- 55 - Ainda que, em diferentes épocas, tenham ocorrido movimentos de maior ou menor envergadura, todos violentamente esmagados pela classe dominante.
- 56 - Cf. WOLF, Eric R. *Guerras Camponesas do Século XX*. Trad. de Iolanda Toledo. São Paulo, Global, 1984 (Temas, 3).
- 57 - Cf. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Op. cit., p. 69.
- 58 - Id., *ibid.*, p. 71.
- 59 - HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*. Op. cit., p. 22.
- 60 - Para o caso de Juazeiro, consultar as obras citadas de DELLA CAVA, Ralph; FACÓ, Rui; e MOREL, Edmar. *Padre Cícero — O Santo de Juazeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
Para os casos de Canudos e Contestado, ver a nota nº 52.
- 61 - Ver as obras de HOBBSAWM, E. J.; CHANDLER, B. J.; e FACÓ, Rui.
- 62 - Cf. DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*; história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946). Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, s. d.
- 63 - MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 181-182.
- 64 - Deve-se assinalar que, naquele período histórico, a reforma agrária ainda não era uma bandeira que fosse levantada por qualquer força política de expressão.
- 65 - Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita em Barracão (Paraná). Ver no *Anexo* nº 15.
- 66 - PRESTES, L. C. Informações fornecidas à autora.
- 67 - RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1955, p. 127.
- 68 - Cf., por exemplo, DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*; rebeldes errantes. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 88. (Tudo É História, 103.)
- 69 - Informações recolhidas pela autora durante entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul e no Piauí.
LIMA, Geraldo Oliveira (padre). *Cordéis*, nºs 1 a 15, Crateús (Ceará), 1975-1978; datilografados, cópia "xerox".

- BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946.
- CORRÊA, Maureli da Costa Santos. *A Marcha dos Revoltosos*; reconstrução histórico-sociológica da passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão. São Luis, IPES, 1983. (Datilografado, cópia "xerox".)
- 70 - RAMOS, Graçiliano. *Memórias do Cárcere*, v. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1976, pp. 79-80. Grifos nossos.
- 71 - Informações prestadas à autora por diversas pessoas que viajaram pelo interior de Goiás.
- 72 - LIMA, Geraldo Oliveira (padre). *Cordel nº 11*, "O grosso dos revoltosos invade o Ceará". Crateús, dezembro de 1975, datilografado, cópia "xerox", pp. 25-26.
- 73 - LIMA, Geraldo Oliveira (padre). *Cordel nº 12*, "Os três destacamentos da Coluna chegam a Arceirós". Crateús, fevereiro de 1976, datilografado, cópia "xerox", p. 27.
- 74 - AMARAL, Luis. Reportagem. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2/7/1927, p. 3.
- 75 - BASTOS, Abguar. Op. cit., p. 204.
- 76 - Id., *ibid.*, p. 207.
- 77 - Id., *ibid.*, pp. 207-211.
- 78 - Id., *ibid.*, p. 210.
- 79 - Id., *ibid.*, p. 211.
- 80 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Op. cit.
- 81 - CORRÊA, Maureli da Costa Santos. Op. cit., p. 104.
- 82 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 204-207, 579-581.
Ver também o item 1 do capítulo VI deste trabalho.
- 83 - CORRÊA, Maureli da Costa Santos. Op. cit., pp. 17-18.
- 84 - Id., *ibid.*, pp. 57 e 104.
MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 203.
- 85 - CHANDLER, Billy Jaynes. Op. cit., p. 26.
- 86 - Id., *ibid.*, p. 27.
- 87 - Id., *ibid.*, pp. 241-242.
- 88 - PANG, Eul-Soo. Op. cit., p. 167; ver também pp. 148-150, 152, 165 e 186.
- 89 - Id., *ibid.*, p. 188.

Capítulo X

A Coluna, as populações urbanas e as forças políticas da época. A utilização do prestígio de Prestes e da Coluna pelas oligarquias dissidentes na campanha da Aliança Liberal e na preparação da “Revolução de 30”

As bandeiras de luta levantadas pela Coluna Prestes durante a sua Marcha pelo país jamais chegaram a ultrapassar os limites dos ideais liberais pelos quais se batiam os “tenentes”, que conspiravam nas cidades e organizavam levantes militares contando, na maior parte das vezes, com uma participação civil que não seria desprezível¹. Na mensagem enviada pelo comando da Coluna aos revolucionários de Pernambuco, no início de 1926, quando os rebeldes ainda se encontravam no Piauí, eram reafirmados os ideais da revolução tenentista:

- a) Voltar ao regime liberal assegurado pela Constituição de 24 de Fevereiro;
- b) assegurar o ensino primário gratuito em todo o país e fomentar o ensino profissional;
- c) assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de idéias sociais e comunistas, bem como a organização de sociedades e partidos operários sem a indébita e vexatória intervenção policial;
- d) revogar a lei de imprensa;
- e) unificar a justiça, libertando-a da tutela dos governos estadual e federal, e colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal;
- f) unificar o regime eleitoral e estabelecer o voto secreto, assegurando a verdade eleitoral;
- g) unificar o fisco e reduzir os impostos;
- h) assegurar a máxima liberdade municipal;
- i) desmascarar e castigar os defraudadores do patrimônio do povo;
- j) acabar com a anomalia de um Tesouro público endividado e pobre, enquanto os políticos profissionais deixam o poder melhorados e prósperos;
- k) entrar num regime de rigorosa economia dos dinheiros públicos, a par de um eficiente auxílio a todas as forças econômicas do país.²

Dessa forma, a Coluna Prestes não se mostrou original no que diz respeito às propostas que defendia: seu programa coincidia inteiramente com o dos "tenentes" e das dissidências oligárquicas³.

Esse programa de caráter claramente liberal refletia o enraizamento dos "tenentes" no mundo urbano — e o seu distanciamento das populações rurais —, assim como suas estreitas ligações com as camadas médias urbanas. Tanto o tenentismo como um todo quanto a Coluna Prestes não poderiam, pois, estar isolados da sociedade urbana e dos setores civis que participavam da vida nacional e dos acontecimentos políticos em alguns dos mais importantes Estados da União. A Coluna, da mesma forma que o tenentismo, expressava os anseios de amplos setores populacionais descontentes com o domínio oligárquico de São Paulo e Minas Gerais, contando com o seu apoio e participação mais ou menos decisivos. Por isso mesmo, os rebeldes nunca ficaram isolados ou restritos a uma base exclusivamente militar.

No bojo da movimentação revolucionária então existente, a Coluna Prestes adquiriu uma importância especial — pela sua duração, invencibilidade e características originais que revelou —, transformando-se na expressão máxima do espírito de rebeldia que se espalhava pelo país, ao mesmo tempo que provocava um sentimento generalizado de admiração. Nas grandes cidades, apesar da censura à imprensa, as populações vibravam com cada feito da Coluna que se tornava conhecido. A Coluna estava longe, embrenhada pelo interior do Brasil, mas contava com a simpatia geral das populações urbanas. Jamais um movimento "subversivo" tivera semelhante índice de popularidade no país como a Coluna Prestes. Pouco a pouco, a figura de Prestes ia se tornando a do herói que traduzia os anseios e as esperanças das populações das cidades⁴.

A Coluna e os "tenentes" na vanguarda da revolução nacional

Com o insucesso do primeiro "5 de julho", verificara-se o arrefecimento da agitação revolucionária. Crescia, entretanto, a escalada de arbitrariedades praticadas pelo governo de Artur Bernardes, que tomara posse na Presidência da República a 15/11/1922, sob o regime de estado de sítio. Novamente medrava a insatisfação generalizada e intensificavam-se os contatos entre os elementos civis e militares que, em maior ou menor grau, voltavam a conspirar, visando agora a deposição do novo presidente⁵.

José Maria Bello relata que “conspirava-se abertamente, tanto nos meios políticos como nos militares”⁶. Já no primeiro semestre de 1923, têm início as articulações entre civis e militares. Nilo Peçanha — que continuava a contar com grande prestígio junto aos setores de oposição — e o general Isidoro Dias Lopes chegam a reunir-se e a traçar um plano de ação comum. Diferentemente do que acontecera em 1922, há a preocupação de que o movimento em preparação não venha a ter a aparência de um golpe militar e seja, por isso, dirigido pelas lideranças civis, entre as quais Nilo Peçanha é indiscutivelmente a maior⁷. Nas palavras do tenente Joaquim Nunes de Carvalho, um dos conspiradores de então, “a revolução feita, embora, pelas classes armadas, deveria ter cunho de uma reação nacional”⁸. A morte de Nilo Peçanha, no final de março de 1924, constituiria um sério tropeço para os intentos dos revolucionários, não impedindo, contudo, que a conspiração continuasse a se desenvolver.

Os anos de 1923-1924 seriam marcados pelos fluxos e refluxos de uma intensa movimentação revolucionária, em que nem mesmo o desaparecimento de Nilo Peçanha faria os conspiradores desistirem de seus propósitos “subversivos”. Juarez Távora assinalava que “ao iniciar-se o ano de 1924, era já intensa, no seio do Exército, a conspiração contra os desmandos do Executivo da República”⁹. E esclarecia que, se o Exército representava inegavelmente o núcleo da conspiração, “o meio civil ansiava por fortalecê-lo com a agregação poderosa de seus elementos”¹⁰.

Eclodia, assim, a revolta de 5/7/1924 na cidade de São Paulo. E, logo a seguir, eram deflagrados os levantes em Mato Grosso, Amazonas, Pará e Sergipe. Em todos eles, de forma mais ou menos acentuada, seria evidente a participação civil¹¹. Em Belém, por exemplo, a presença popular na revolta do 26º Batalhão de Caçadores, ocorrida a 26/7, era um fato inegável: segundo informações oriundas de fontes governistas do Estado do Pará, “grandes contingentes de estivadores, *chauffeurs*, motoristas e desordeiros” acompanharam a rebelião da tropa federal¹².

Apesar da repressão desencadeada contra todos esses movimentos e do seu desbaratamento mais ou menos rápido, o clima de conspiração perdurava e, finalmente, em outubro de 1924, teria início a revolução no Rio Grande do Sul¹³. Tratava-se, sem dúvida, do desdobramento dos acontecimentos de julho em São Paulo. Em grande medida, o levante gaúcho visava dar solidariedade aos revolucionários de São Paulo, que àquela altura já se haviam estabelecido na região do oeste paranaense, onde enfrentavam as tropas da “legalidade” sob o comando do general Rondon¹⁴.

No Rio Grande do Sul, a participação civil viria a adquirir uma importância crucial para os destinos da revolução. Nesse Estado, onde havia uma forte tradição de lutas interoligarquicas, fora criada, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, conhecido estancieiro pecuarista da zona da Campanha e eminente político da República Velha, a *Aliança Libertadora* — coligação de forças oposicionistas dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) chefiado por Borges de Medeiros —, a qual incluía tanto os antigos federalistas, como os republicanos democratas¹⁵.

A Aliança Libertadora tentara derrotar Borges de Medeiros nas eleições estaduais de novembro de 1922 e, não o tendo conseguido, apelara para a guerra civil no ano seguinte. Tratava-se de uma luta regional, dentro dos marcos estaduais, entre diferentes setores da oligarquia ligada à terra, num contexto de crise da pecuária de exportação. Mas a causa principal da guerra civil movida pelos libertadores (ou “maragatos”) contra os republicanos de Borges de Medeiros (ou “chimangos”) residia nos interesses políticos em choque, ou melhor, no descontentamento generalizado com o domínio absoluto do ditador Borges de Medeiros — que, em 1922, se “reelegera” pela quinta vez consecutiva.

No início da chamada Revolução de 1923, os libertadores alimentavam esperanças de obter a intervenção do Governo Federal em seu Estado, uma vez que Borges de Medeiros havia apoiado a “Reação Republicana” contra a candidatura presidencial de Artur Bernardes. As condições não eram, contudo, propícias para isso¹⁶, estando Bernardes mais interessado numa aliança com o ditador gaúcho do que com os seus adversários. Finalmente, em dezembro de 1923, com a participação direta do ministro da Guerra de Artur Bernardes, o general Setembrino de Carvalho, seria assinado o Pacto de Pedras Altas, consagrando a pacificação entre as partes em litígio. Borges de Medeiros era obrigado a fazer algumas concessões em seu poder absoluto sem, contudo, permitir a vitória total dos libertadores de Assis Brasil, que seriam preteridos em grande parte de suas aspirações¹⁷.

A paz alcançada em Pedras Altas mostrar-se-ia extremamente fugaz e precária; as forças militares à disposição de Borges de Medeiros continuavam a perseguição implacável dos elementos oposicionistas, cujos efetivos eram inferiores não só numericamente, como no que se refere ao armamento de que podiam dispor. Mais uma vez na História gaúcha, os degolamentos viriam a ser uma prática corriqueira empregada contra os adversários. Em telegrama enviado ao ministro Setembrino de Carvalho, o caudilho libertador Honório Leme, referindo-se ao Tratado de Pedras Altas, afirmava:

"...A paz tem sido o nosso maior martírio. Nenhuma das garantias que nos foram asseguradas naquele falso compromisso foi mantida. Inúmeras vezes reclamamos por vosso intermédio contra os crimes da ditadura rio-grandense. As prisões injustificadas e sem formalidades legais eram coisas vulgares. Aos assassinatos de companheiros nossos, o Governo Federal assistia indiferente, tomando providências telegráficas que tinham apenas o efeito de mera deferência para com a palavra empenhada. O êxodo de populações de ricas zonas e do Estado, prejudicando os mais elevados interesses da Nação, jamais mereceu a menor atenção do governo da República. "O Governo Federal disputava as graças da tirania e temia irritá-la."¹⁸

Adiante, no mesmo telegrama, Honório Leme mostrava que Bernardes, necessitando do apoio de Borges de Medeiros para esmagar a revolta de 5/7/1924 em São Paulo, "concedeu-lhe amplos poderes, dos quais se utilizou o ditador para tentar anular a oposição por meio da compressão e da violência"¹⁹.

Evidenciava-se a aliança entre o Governo Federal e o do Estado do Rio Grande do Sul, o que viria propiciar a aproximação crescente entre os libertadores — que continuavam combatendo Borges de Medeiros — e os "tenentes", que conspiravam contra Artur Bernardes. Segundo algumas informações disponíveis, o general Isidoro Dias Lopes, ainda durante o ano de 1923, teria ido ao Rio Grande do Sul manter conversações com os libertadores²⁰. Ao mesmo tempo, durante todo esse período, prosseguia nesse Estado a conspiração militar, ainda que intermitente, morosa e, no fundamental, subordinada aos interesses da luta oposicionista contra Borges de Medeiros²¹.

Embora de forma desorganizada e espontânea, ia se forjando, pouco a pouco, a futura unidade entre os "maragatos" e os "tenentes", a qual viria à luz com a eclosão do levante de outubro de 1924 no Rio Grande do Sul. Para os libertadores, o levante tenentista era uma oportunidade de somar forças na luta que travavam contra o presidente do seu Estado. Mas essa aliança não se daria de forma organizada e claramente definida.

Ao contrário: as vacilações seriam muitas, e o processo de aproximação entre "maragatos" e "tenentes" avançaria cheio de ziguezagues e vaivéns. Os libertadores, chefiados por Assis Brasil, temiam hostilizar Bernardes, esperançosos de ainda vir a obter o seu apoio na luta contra Borges de Medeiros; ao mesmo tempo, receavam possíveis radicalismos da juventude militar que conspirava.

Quando, em julho de 1924, arrebentava a revolta de São Paulo, Assis Brasil mantém-se calado e reticente, afirmando que iria aguardar os acontecimentos para tomar uma atitude²². No próprio 5/7, seis deputados — num total de sete — da bancada libertadora do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados votavam

a favor do pedido de decretação do estado de sítio, feito por Artur Bernardes, tendo sido de João Batista Lusardo o único voto dissidente²³. Ainda em outubro daquele ano, Assis Brasil declarava, em entrevista ao jornal da Aliança Libertadora, que nada tinha a ver com os revolucionários de São Paulo, mantendo-se fiel ao Governo Federal. Ademais, o caudilho libertador Honório Leme oferecera a sua colaboração para combater os revoltosos de São Paulo²⁴.

Apesar de tudo, a conspiração no Rio Grande do Sul avança e recbe um novo impulso com a notícia da revolta em São Paulo. Intensificam-se os contatos entre civis libertadores e oficiais do Exército que preparam o levante militar no Estado. Nesse sentido, é muito significativo o relato feito por João Batista Lusardo sobre os encontros ocorridos entre Assis Brasil e outros caudilhos "maragatos" (Honório Leme, Zeca Neto, Leonel Rocha, Júlio Barrios) com delegados das guarnições militares envolvidas na conspiração tenentista, reuniões que tiveram lugar a partir de agosto de 1924, algumas no rancho de Assis Brasil, localizado do lado uruguaio da fronteira com o Brasil. Já nessa ocasião o chefe libertador fora convidado pelos "tenentes" a assumir a "chefia civil" da revolução nacional²⁵, convite que mais tarde viria a aceitar de público, conforme era noticiado nas páginas de *A Federação*, em dezembro daquele ano²⁶.

Os libertadores iam, assim, sendo levados a participar da revolução nacional contra Bernardes, ainda que com certas relutâncias iniciais, uma vez que sua posição, enquanto elementos pertencentes à oligarquia, os tornava temerosos de recorrer à luta armada e aceitar uma aliança com setores não-oligárquicos, que poderiam, a seu ver, conduzir o movimento pelo caminho de um radicalismo exagerado e, segundo eles, desnecessário e perigoso. Certamente, Assis Brasil receava perder o controle da oposição gaúcha, que agora se levantava não apenas contra Borges de Medeiros, mas também contra Artur Bernardes e o seu governo.

Os acontecimentos, contudo, se precipitavam e, com a eclosão do levante militar no Rio Grande do Sul, o comprometimento dos "maragatos" com os "tenentes" viria a concretizar-se, forçando a sua participação conjunta na revolução²⁷. Ao mesmo tempo, os rebeldes paulistas — localizados nas barrancas do Paraná, havendo perdido a liderança civil de Nilo Peçanha — tratavam de proclamar Assis Brasil "chefe civil" da revolução²⁸, preocupados em sublinhar o caráter nacional da sua luta contra o presidente Artur Bernardes e, dessa forma, garantir o respaldo civil que julgavam indispensável. Tentavam, assim, mostrar perante a opinião pública que nenhum propósito militarista os movia²⁹.

Para os setores dissidentes da oligarquia gaúcha, cujos interesses se identificavam com a Aliança Libertadora de Assis Brasil, tornara-se uma necessidade a aliança com os "tenentes", tendo em vista os seus objetivos de alijar do poder a Borges de Medeiros e alcançar uma maior participação na condução dos destinos políticos e econômicos do seu Estado. Sua debilidade diante do poderio militar e político de Borges de Medeiros os forçava a buscar alianças e partir para a *nacionalização* de sua atividade política, ou seja, para uma movimentação política que levasse a mudanças a nível nacional. Como destaca Paulo Gilberto Vizenini, estudioso desse período da História do Rio Grande do Sul, "a trajetória das oposições liberais gaúchas na década de 1920 mostra que haviam compreendido que qualquer tentativa de concretizar seus interesses, a partir de recursos essencialmente estaduais, estava fadada ao fracasso. Tiveram que nacionalizar suas atividades políticas para conquistar um espaço satisfatório a nível estadual"³⁰.

Visando à luta por mudanças a nível nacional, capazes de permitir a ampliação do poder decisório dos setores oligárquicos dissidentes, Assis Brasil e seus correligionários lançavam mão do programa de demandas liberais que já vinha sendo adotado, em maior ou menor medida, desde 1922, pelas demais forças de oposição nacional a Artur Bernardes: as oligarquias dissidentes de outros Estados, os "tenentes" e diversos setores das camadas médias urbanas e da opinião pública do país.

No manifesto da *Aliança Libertadora* do Rio Grande do Sul, assinado por Assis Brasil e datado de abril de 1925, é expressa a intenção de realizar "a remodelação radical da República", proclamando-se que "a época da Revolução está de novo aberta para a nossa Pátria". Ao fazer o diagnóstico da situação reinante, esse documento destaca "a ausência de legítima representação e a ausência de justiça" como "os dois grandes males do Brasil" e "a causa profunda da moléstia constitucional que lhe tem feito viver vida miserável por tão longos anos"³¹.

Prosseguindo na análise da situação nacional, o manifesto dos libertadores apontava a solução que lhes parecia justa:

"Contra a ausência de representação, o estabelecimento do *voto secreto*, única forma de voto sério; e a inscrição obrigatória ou automática dos cidadãos capazes, ao atingirem a maioria política, meio de coibir a participação dos funcionários prevaricadores, que dificultam, quando não impossibilitam a inscrição dos adversários dos seus amos.

"Contra a falta de justiça — atribuição da legislação processual à magistratura federal; e efetivação do Poder Judiciário, baseada na

prerrogativa de nomear mediante rigoroso concurso, os juizes primários, promovê-los até os mais altos postos por antiguidade, fiscalizando a ação de todos, eliminando, por processo, os incapazes moral ou fisicamente.”³²

Era lançado, assim, o lema de “representação e justiça”, fórmula cunhada por Assis Brasil e que se tornaria a grande bandeira dos “tenentes” e de todo o movimento de oposição a Artur Bernardes e às forças oligárquicas comprometidas com a política do “café com leite”³³.

Ao mesmo tempo, evidenciava-se a preocupação em justificar a necessidade da guerra civil, argumentando que a revolução “não é forçosamente a guerra civil”, mas, no caso brasileiro, ela se tornara um imperativo resultante da “enfermidade visceral, da febre larvada que vem soturnamente trabalhando o organismo da República e que não deixará de se alastrar e de crescer em intensidade, enquanto não forem eliminados os venenos originários que a provocaram”³⁴.

Ressalvava-se ainda nesse documento:

“A revolução não é de civis nem de militares, é de todo o Brasil. Por isso mesmo será fácil manter a política seguida até agora pelos revolucionários — de reduzir ao mínimo a guerra civil, com os seus horrores imediatos e os seus rancores futuros, enquanto a elaboração revolucionária se infiltra e arraiga mais e mais nas camadas profundas da opinião.”³⁵

Os libertadores deixavam clara a sua posição de tentar sempre o caminho do entendimento político, optando pela guerra civil apenas em situações extremas, como lhes parecia ser a que as oposições viviam naquele momento. Da mesma forma, explicitava-se a aliança entre civis e militares e o repúdio a uma solução militarista:

“Quanto ao militarismo, os militares são os primeiros a não o desejarem. Mocidade culta e veteranos esclarecidos, todos sabem pela lição da história e, também por experiência doméstica, que não há meio mais seguro de destruir o Exército, do que entregar-lhe o governo.”³⁶

Adiante, no mesmo manifesto, declarava-se que os revolucionários entrincheirados em Iguaçú já haviam instituído uma “direção suprema encabeçada por civil” e manifestado suas “preocupações e desígnios exclusivamente cívicos”³⁷.

Finalmente, Assis Brasil encerrava o manifesto da Aliança Libertadora reafirmando a necessidade da revolução, entendida como “a reforma diretamente efetuada pela nação sem respeito a formalidades legais preexistentes”, uma vez que a reforma era inevitável, mas “a falsa política impediu-a e a impede ainda de ser realizada pelos meios legais em vigor; ela se fará pela revolução”³⁸.

Dessa maneira, setores oligárquicos, que ansiavam por mudanças no sistema político vigente, como era o caso dos libertadores do Rio Grande do Sul, ao perceberem o *espírito revolucionário* que empolgava a opinião pública nacional e amplas camadas das populações urbanas, tratavam de capitalizar o sentimento oposicionista e de revolta contra o domínio oligárquico de São Paulo e Minas Gerais, adotando um discurso liberal pontilhado de radicalismo, como aquele utilizado nos manifestos de Assis Brasil e nos pronunciamentos de outros próceres da oposição civil — os deputados João Batista Lusardo, Leopoldino de Oliveira, Azevedo Lima, Adolfo Bergamini etc.

A moderação era, contudo, uma das características mais marcantes das dissidências oligárquicas, cuja chefia passara às mãos de Assis Brasil. Se, por um lado, esses setores menos aquinhoados da classe dominante estavam dispostos a aliar-se com os “tenentes” para conquistar o poder, por outro lado, temiam o seu radicalismo e só concordavam com o recurso às armas em casos extremos. No Rio Grande do Sul, a própria situação criada com a assinatura do Pacto de Pedras Altas viria a propiciar a continuidade da guerra civil, que se prolongara durante dez meses em 1923.

Os “maragatos”, liderados por chefes como Honório Leme, Júlio Barrios, Leonel Rocha, Zeca Neto e outros caudilhos famosos, tiveram um papel importante na deflagração do levante de outubro de 1924 e na formação da Coluna Prestes. Embora tivessem sido, em sua maioria, derrotados e desbaratados pelas tropas legalistas, que os obrigaram a emigrar para a Argentina e o Uruguai, alguns deles permaneceram na revolução, havendo se incorporado definitivamente às fileiras da Coluna e acompanhado Prestes em seu périplo pelo Brasil. E, como já foi destacado, a experiência guerrilheira dos gaúchos foi de grande importância na “guerra de movimento” adotada pela Coluna Prestes³⁹.

Posteriormente, quando a Coluna já havia deixado o território do Rio Grande do Sul, dirigindo-se para o Norte, os caudilhos libertadores chegaram a emprender novas invasões do seu Estado, durante os anos de 1925 e 1926.⁴⁰ Não obstante terem sido sempre desbaratados — apesar do apoio recebido, principalmente quando da invasão de novembro de 1926, de parte dos elementos tenentistas chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes, que se encontrava exilado na Argentina e no Paraguai —, os “maragatos” de Assis Brasil foram responsáveis pela manutenção do espírito de rebeldia em seu Estado natal, durante o período em que a Coluna Prestes marchava pelo Brasil afora.

A bandeira da revolução libertadora continuava a tremular no solo gaúcho, identificada com as invasões e revoltas dos “maraga-

tos" e, em particular, com o nome de Assis Brasil. Desde o Uruguai, esse prócer emprestava o seu prestígio aos revolucionários que, de uma forma ou de outra, conspiravam e agiam em diferentes pontos do território nacional. Enquanto Prestes e seus soldados realizavam a Marcha da Coluna, Assis Brasil continuaria sendo o "chefe civil da revolução nacional", acatado e respeitado não só pelos "tenentes", que o haviam escolhido para o posto, como por todas as forças de oposição à tirania de Artur Bernardes.

Nessa fase do processo revolucionário, a liderança do movimento pertencia, contudo, aos "tenentes" e, em especial, a Prestes. Esse, à frente da sua Coluna, marchava pelo país, despertando a admiração e o entusiasmo das populações urbanas, ávidas por qualquer informação que lhes chegasse — através do crivo da censura severa então em vigor — a respeito da epopéia dos rebeldes, que combatiam contra forças governistas muito superiores sem serem derrotados, mantendo viva a chama da revolução nacional contra o governo despótico de Artur Bernardes.

Enquanto isso, a bancada dos libertadores gaúchos da Câmara Federal, após as vacilações iniciais já apontadas⁴¹, atuava como porta-voz da Aliança Libertadora e do seu chefe Assis Brasil⁴². Entre os sete representantes que integravam a bancada, um se destacaria pelo seu revolucionarismo inabalável, pelas suas posições corajosas em defesa dos militares rebelados contra a tirania, por ter assumido o papel declarado de porta-voz da Coluna Prestes no Congresso Nacional e na imprensa da capital da República. Era o deputado por Uruguaiana (RS), João Batista Lusardo⁴³. Pelas suas posições, Lusardo mostrar-se-ia muito mais combativo do que os seus pares no parlamento nacional, chegando, inclusive, a viajar até Foz do Iguaçu para entender-se pessoalmente com o general Isidoro e os revolucionários de São Paulo, em fevereiro de 1925 (ver foto adiante).

Nessa ocasião, em carta dirigida a Prestes, o general Isidoro informava:

"Está aqui o dr. Lusardo que nos afirma estar constituído um forte partido político contra o Bernardes, de norte a sul do Brasil, mas (não perca isso de vista) escudado nas nossas forças revolucionárias. Ninguém no Brasil (diz Lusardo, autorizado por Lauro Sodré, Barbosa Lima etc) tem prestígio e autoridade moral, a não ser que faça causa comum com a revolução. (...) No Rio de Janeiro, temos grande comitê revolucionário secreto que não descansa um dia, embora as prisões, devassas etc. Descobre-se uma tentativa, prendem-se mais alguns, mas no dia seguinte recomeça o trabalho de conspiração. (...) Diz Lusardo que no Brasil, hoje, só um nome se impõe — Assis Brasil — mas isto devido a ser solidário conosco!..."⁴⁴



Os revolucionários da Divisão "São Paulo" recebem a visita do deputado João Batista Lusardo, em Foz do Iguaçu (PR), fevereiro de 1925. Da esquerda para a direita: (2º) tenente João Cabanas, (5º) major Paulo Kruger da Cunha Cruz, (7º) deputado Lusardo, (8º) capitão João Rodrigues Jesus, (9º) general Isidoro Dias Lopes, (10º) capitão Nunes Pereira, (11º) capitão Juarez Távora.

Fonte: CPDoc/FGV.

Embora mantendo sua fidelidade ao chefe Assis Brasil, o deputado Lusardo assumiria posições mais radicais do que ele e viria a identificar-se plenamente com os revolucionários em armas, ou seja, com os "tenentes", que lideravam a revolução nacional naquele momento. Quanto a Assis Brasil, fora praticamente forçado a solidarizar-se com a revolução, preferindo, entretanto, manter-se, sempre que possível, dentro dos marcos da moderação e das saídas conciliatórias.

De julho de 1924 a novembro de 1926, Lusardo pronunciou mais de 60 discursos, em sua maioria denunciando o governo Bernardes, defendendo os revolucionários e divulgando os feitos da Coluna Prestes⁴⁵. É o próprio Lusardo quem recordaria, anos mais tarde:

"Eu era deputado federal. Praticamente levei ano e meio ocupando a tribuna, para dar notícias da caminhada que empolgava o povo. Como porta-voz da marcha da Coluna Prestes, eu mostrava ao Brasil o que faziam seus filhos sonhando um amanhã melhor."⁴⁶

Dizia ainda o caudilho libertador, rememorando a sua atividade de divulgação da Marcha dos rebeldes pelo Brasil afora:

“Nós tínhamos nos Correios companheiros revolucionários que recebiam na calada da noite despachos de estações longínquas, na Bahia, no Piauí, no Ceará, dando notícias da marcha da Coluna Prestes através do Brasil — combates na margem do Araguaia, combate da prisão de Juárez, combate de Piancó etc. Diariamente eu passava pela estação central de telégrafos, me encontrava por ali, cumprimentava a rapaziada, queria saber das novidades. E, sem que ninguém visse, me passavam os despachos recebidos por um deles, às duas ou três da madrugada. Dai a pouco, Batista Lusardo entrava na Câmara: ‘Senhor Presidente, peço a palavra!’ Eu ia para a tribuna e descascava o que havia sucedido na véspera e na antevéspera — os combates, as baixas —, antecipando os próprios dados oficiais. Todo mundo ficava espantado com aquilo: Como recebia as notícias? Eu escondia o jogo... Acabava de ler, apanhava as notas do meu discurso, dirigia-me à Censura, na própria Câmara, passava a limpo, tirava cópia e pedia que o secretário da Mesa visasse com o indispensável ‘publique-se’. A partir dali, o governo perdia o controle e, na manhã seguinte, em *O Globo*, saía tudo direitinho...”⁴⁷

Dessa forma, o deputado Batista Lusardo conseguia driblar o rigoroso sistema de censura à imprensa, que vigorou durante todo o governo Bernardes. Seus discursos, publicados em *O Globo*, mas também em outros jornais de grande circulação no país, eram a principal — e muitas vezes a única — fonte de informações fidedignas sobre a Coluna Prestes, seus feitos e os sucessivos reveses que as tropas legalistas iam sofrendo em sua perseguição aos rebeldes. Lusardo foi, em grande medida, o responsável pela criação de uma opinião pública favorável aos revolucionários, a qual, pouco a pouco, ia crescendo, principalmente nas grandes cidades⁴⁸.

A vibrante atuação do deputado libertador na tribuna parlamentar era acompanhada com grande interesse por todos aqueles que simpatizavam com a causa tenentista e contribuía decisivamente para manter vivo o entusiasmo revolucionário das populações urbanas que sonhavam com o fim da tirania “bernardesca”. Quando a imprensa oficial anunciava o desbaratamento total da Coluna ou, até mesmo, a morte de Luiz Carlos Prestes⁴⁹, Lusardo subia à tribuna e pronunciava um de seus muitos discursos, denunciando as invencionices governistas e narrando a verdade sobre a Marcha dos rebeldes. Mesmo quando havia exageros, imprecisões ou erros nas informações transmitidas, as palavras de Lusardo eram importantes: ajudavam a esclarecer a opinião pública nacional e contribuía para a articulação de novos levantes e o revigoreamento das forças de oposição ao Governo Federal.

Junto com Lusardo, atuavam na Câmara Federal alguns deputados opositores como Azevedo Lima, Adolfo Bergamini e Barbosa Lima, enquanto, no Senado, se pronunciavam contra

Artur Bernardes uns poucos senadores: Moniz Sodré, Antônio Moniz, Soares dos Santos etc. Eram vozes isoladas no Congresso Nacional, mas repercutiam na opinião pública, denunciando as arbitrariedades cometidas pela polícia "bernardesca" e, algumas vezes, tomando a defesa dos "movimentos sediciosos".

Entrementes, Maurício de Lacerda — o grande tribuno que tanto havia agitado o plenário da Câmara Federal alguns anos antes — era mantido preso nas masmorras da tirania. Seu nome continuava a ser uma bandeira de luta para as forças políticas oposicionistas, principalmente na Capital da República. Ainda na prisão, em março de 1926, Maurício de Lacerda seria eleito intendente municipal⁵⁰, só tendo sido solto com a posse de Washington Luís na Presidência da República, no final daquele ano⁵¹, quando assumiu a sua cadeira no Conselho Municipal⁵².

A atuação oposicionista de Lusardo e de alguns outros deputados não se limitaria, contudo, ao parlamento; participavam também da atividade conspirativa então em curso, principalmente na Capital da República. Os deputados pelo Rio de Janeiro Azevedo Lima e Adolfo Bergamini estiveram implicados na tentativa de levante na Armada, dirigida pelo comandante Protógenes Guimarães, em outubro de 1924⁵³, e João Batista Lusardo, por sua vez, participou tanto dessa conspiração como da que preparou o levante do 3º RI, em maio de 1925, quando foi morto o tenente Jansen de Melo⁵⁴. Nessa ocasião, os três deputados oposicionistas mencionados ficaram presos durante toda uma noite, mas no dia seguinte já estavam novamente na tribuna da Câmara denunciando as arbitrariedades policiais a que haviam sido submetidos⁵⁵.

Desde a eclosão do segundo "5 de julho", passara a ser editado, na cidade do Rio de Janeiro, um jornal clandestino, com o objetivo de divulgar as informações sobre os revolucionários, que os órgãos legais da imprensa oposicionista — como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e *O Combate* em São Paulo — eram impedidos de publicar devido à rigorosa censura então em vigor⁵⁶. Tratava-se de *O 5 de Julho*, um pequeno semanário, cujo lema era "A vitória da revolução é a nossa lei suprema". Sua distribuição era feita de mão em mão, sendo o órgão revolucionário dirigido por um grupo de jornalistas e sustentado pelas contribuições financeiras de numerosos voluntários. O jornalzinho tinha apenas quatro páginas e era composto, impresso e redigido por Antônio Bernardo Canellas, ex-dirigente do PCB, contando com a colaboração de jornalistas como os irmãos Pedro e Paulo Mota Lima⁵⁷. Impressiona o fato de o jornal ter sobrevivido à perseguição policial que lhe era intensamente movida, sendo editado durante todo o período que durou a Marcha da Coluna. Após o término da

Coluna, o jornalzinho continuou a sair, e seus redatores passaram a publicar anualmente um número comemorativo à data de 5 de julho (ver foto adiante).

A publicação de *O 5 de Julho* revela de forma cabal a participação civil no tenentismo, uma vez que eram elementos civis, embora ligados aos militares — tanto intelectuais como gente humilde e trabalhadora —, que publicavam, distribuíam e liam o jornalzinho clandestino dos revolucionários. Seu prestígio era enorme, segundo todos os depoimentos conhecidos; e cada número seu era disputado com ardor pelos simpatizantes da causa dos “tenentes” e da revolução nacional. Em suas páginas é possível encontrar documentos importantes dos revolucionários, assim como matérias em defesa dos ideais liberais dos “tenentes” e de esclarecimento da sua atuação em diferentes pontos do país. Como não poderia deixar de ser, os ataques aos governos de Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís eram virulentos e constantes, denunciando suas arbitrariedades e crimes cometidos contra a oposição.

O 5 de Julho foi um elemento importante na articulação dos conspiradores civis e militares, particularmente no Rio de Janeiro. Graças a esse pequeno jornal, cuja distribuição era gratuita entre os simpatizantes da causa revolucionária, assim como à atividade conjugada dos políticos oposicionistas, que atuavam através da tribuna parlamentar e da imprensa legal, e dos conspiradores militares e civis que se reuniam em diferentes pontos da Capital, o clima revolucionário seria mantido, provocando repetidas tentativas de levantes, todos rapidamente debelados pelo governo, uma vez que pecavam pela desorganização, pela espontaneidade e pela conseqüente falta de vigilância na atividade conspirativa. Apesar disso, a chama da revolução continuava acesa, ao menos no Rio de Janeiro. Setores ponderáveis de sua população, particularmente as camadas médias urbanas, mantinham-se atentos à movimentação dos rebeldes e vibravam com cada vitória alcançada pela Coluna Prestes sobre as tropas da “legalidade”.

Enquanto na capital da República e, em menor medida, em algumas outras cidades do país, durante os anos de 1924, 1925 e 1926, perdurava esse estado de espírito revolucionário, sujeito a fluxos e refluxos, a Coluna Prestes realizava sua Marcha pelo Brasil, tendo se transformado no ponto alto da saga dos “tenentes”, no episódio culminante da movimentação revolucionária que sacudia a nação, no principal referencial da luta contra a tirania para todos aqueles que, nas grandes cidades, sonhavam com a derrubada de Artur Bernardes.

Em seu longo périplo pelo Brasil, a Coluna Prestes buscava o caminho dos entendimentos e das alianças com as forças políticas

05 DE JULHO

JORNAL DE ACORDO COM A LIBERDADE E CONTRA A LEI DE IMPRENSA

ANNO II
N. 18

A VICTORIA DA REVOLUÇÃO
E A NOSSA LEI SUPREMA

Distribuição
gratuita

Um anno de luctas, um seculo de experiencia

Faz hoje um anno que nas ruas da industrialmente mais adiantada cidade do Brazil (fato vale por um symbolo) teve inicio a Grande Revolução brasileira. O que se passou naquelle dia e nos meses seguintes, até hoje, são apenas episodios d'essa Grande Revolução, cuja duração, extensão e alcance só elle não pôde avaliar de prévio.

O primeiro episodio terminou com a retirada de São Paulo — e muito mal para a Revolução porque não se soube da occupação, durante 38 dias, d'uma cidade de oitocentas mil almas e industrialmente pauperizada, tirar as vantagens que o pauperismo industrial, de que soffrem invariavelmente os trabalhadores, pôde offerecer ao desenvolvimento de acção revolucionaria.

O segundo episodio foi mais longo e mais heroico e mais emocionante porque varias vezes, desde a subida pelo ramal de Tibagy até a e scida do rio Paraná, houve bom d'aqueles insulterios respeito á sorte do Exercito Libertador. Felizmente, ajudado pela inopia do commando legalista; conduzido por capitães sudazes; favorecido pelas condições naturaes e pelo heroísmo obscuro de alguns milhares de soldados que com um idealismo e uma fé de acção dignos da grande missão historica que porventura lhes creube, entraram no da Revolução os seus proprios d'atraso, pôde o Exercito Libertador chegar intacto e sufficientemente equipados á magnificas posições de Guahy — Cotanduva — Foz de Iguaçu.

O terceiro episodio da campanha militar deste anno foi a retirada do Paraná, effeito d'uma coincidência deploravel que fez com que a columna geroalista, durante largo tempo cuidadosamente preparada, justamente no momento em que, após não menos cuidadosa preparação, ia o Exercito Libertador passar-se para Mato Grosso, em cujo territorio, no territorio paraguayno, estavam já as suas forças de elite, e cuja falta, durante e após o tratado de Cotanduva, quasi se transformou essa retirada em d'espero, total e immediato.

Quanto, ainda houvera nas fronteiras do Sul importantes episodios, mas o centro d' gravidade da campanha deslocou-se para o lado dos guerrilheiros de Prestes, Niguel Costa, Siqueira Campos e outros, que a estas horas devem estar executando o plano de generalização da insurreição armada, com transportar a lucta para lugares diversos do Brazil, dando manchaes á manifestação de elementos até aqui inactivos.

Está a se a gravior em que a Grande Revolução brasileira transpõe o limiar do seu anno II, em pressões d'alma devotadas aos outros. Revolucionarios d'aquella legalidade, perguntar a nós não se os ai nos temos comportado mesmamente com os esforços, o sacrificio e a bravura dos nossos irmãos d'alma legalidade — aquellos que pelearão em d'atraso, total e immediato e diante de

milhões de prisioneiros terminam o estado de sitio mais as miserias merces que d'elle decorrem. Temos sido digna d'esses heróis? Todos correspondido ás esperanças que em nosso adjuvatorio, do fundo das trincheiras do Paraná, depositaram os soldados da Revolução, sacrificando-se numa batalha desigual afim de sustentar-se até surgir o esperado pronunciamento do restante da Nação?

Ah! triste, muito triste, é responder que não! Que não temos sabido auxiliar nossos irmãos do Sul, utilizando intelligentemente os elementos insurreccionaes que se impozições e as artilhas, de Norte a Sul deste país.

Para se ter, e a insurreição aos Estados do Centro e do Norte, foi preciso que um pugilão de bandeirantes atravessasse á força o Paraguai, comprasse em épica cavalgada todo o Estado de Mato Grosso, surgisse em Goyaz e de lá tomasse o destino dos centros vitais da raça, onde levantarão as legiões que foram precisas para realizar a Revolução!

Justiça deve ser feita á dedicação perlinax e especial coragem de um punhado de jovens officiaes do Exercito e da Armada mais outros tantos civis que em São Paulo, na Capital da Republica, em Pernambuco e alhures têm procurado fazer o que nas suas forças caber pôde. Todavia, d'agora em com esta dedicação e essa coragem, muitas energias têm sido despendidas á conta d'um duro tributo que esses Revolucionarios têm pago á rotina dos pronunciamentos do velho estado.

Para conduzir a bom fim uma Revolução é mister alguma coisa mais que os cursos das Academias militares ou de letras; mais necessario que esses cursos academicos é o conhecimento da historia da Revolução e da psychologia das massas populares.

Mas tal é a força passiva, a reactiva dinamica desta Revolução; mais os seus atos d' resistência e as suas propriedades de exp-não, que todos os erros, contrastes e desastres não lhe d'isturbar a marcha, sobre permitir que ganhassem experiencia os seus pioneiros. E que experiencia! elles valem por um seculo de luctas e de luctas que durante um seculo nos faltarão.

O povo brasileiro houvera a Independência, a Carta Constitucional, a Abolição e a Republica por dom d' principios e renuncias de monarchas vellitorios. Nada conseguiu ainda por si mesmo — e eis porque o bernardismo o encontrou inoperante e fraco, incapaz de reagir de prompto ao assalto bernardesco contra as conquistas, mesmo theoricas, do seu progresso social. Ao presente, com tomar a Revolução uma amplidão de suco e nella participarem forças de todas as classes sociais, o povo brasileiro irá tomar nas proprias mãos, alentar, criar, o fructo das suas aspirações — a nova Republica, a sua Republica, cuja bandeira foi desfraldada em São Paulo, faz hoje um anno, pelo marechal Izidoro Dias Lopes. A victoria do Exercito Libertador contra as milicias oligarchicas não será o resultado mais agreste e presumbido d'essa grande obra, como na Grande Revolução franceza a tomada de Bastilha. Saad-mos a aurores destes grandiosos tumores e os paladinos d'esta sobre casa!

R
88

Foto do jornal clandestino *O 5 de Julho*, publicado no Rio de Janeiro a partir de 1924. Fazia a defesa e a propaganda dos revolucionários.

locais, que de alguma forma estivessem em oposição ao Governo Federal e se dispusessem a somar esforços na luta contra Bernardes. Após se ter aliado com os libertadores gaúchos, muitos dos quais seguiram nas fileiras rebeldes, Prestes entra em contato com o caudilho da zona do Contestado (SC), Fidêncio de Melo, que se havia comprometido com o general Isidoro a colaborar com a revolução. Entretanto, o compromisso não seria cumprido pelo caudilho, que abandonou seus aliados em pleno campo de batalha, emigrando para a Argentina⁵⁸.

Meses depois, quando a Coluna já se encontrava em Goiás, receberia a adesão do fazendeiro da região de Barretos (SP), Filogônio de Carvalho, que, em julho de 1925, chefiara uma revolta de solidariedade aos revolucionários, barbaramente esmagada pelas forças da "legalidade". A tropa desse caudilho foi fuzilada pelos "bernardescos", que aprisionaram mais de 100 revoltosos. Filogônio conseguiu alcançar a Coluna sozinho, tendo escapado incólume da perseguição dos legalistas⁵⁹. Era mais uma adesão civil à campanha revolucionária.

Ao passar pelos Estados do Norte e Nordeste, a Coluna Prestes procurou estabelecer contatos com as forças oposicionistas locais que combatiam o poder das oligarquias dominantes e participavam, de uma forma ou de outra, da intensa atividade conspirativa desenvolvida pelos "tenentes" nos quartéis da região⁶⁰. Embora todas as rebeliões que foram programadas — em Fortaleza, na Paraíba, em Recife, em Aracaju — tivessem sido abortadas em seu nascedouro ou violentamente esmagadas, revelavam, contudo, a grande repercussão alcançada pela Coluna Prestes nas capitais nordestinas, assim como a participação *conjunta* de militares e civis na movimentação geral, que sacudia o país, contra o governo Bernardes.

As oligarquias dissidentes assumem a liderança do processo político que levou à "Revolução de 30"

Ainda que os inúmeros levantes tenentistas e a Marcha da Coluna Prestes contribuíssem para que o espírito revolucionário se mantivesse vivo, principalmente nas grandes cidades, nada indicava que o monopólio político do poder estatal pelas oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais houvesse sofrido qualquer abalo. O governo de Artur Bernardes conservava o controle da situação do país, esmagando a ferro e fogo todas as tentativas de contestação ao seu poder ditatorial. Apenas a Coluna prosseguia invicta em sua caminhada, sem lograr, entretanto, seu objetivo estratégico — a derrubada de Bernardes.

Permanência, contudo, a situação de crise em que se debatia a República Velha⁶¹. Os graves problemas que afetavam tanto a sua estrutura sócio-econômica, como o sistema político de dominação, não eram enfrentados, o que levava ao seu crescente agravamento. Perduravam, portanto, as causas profundas que haviam provocado o advento do tenentismo e, de uma maneira geral, a movimentação oposicionista que, desde o início dos anos 20, vinha sacudindo a Nação, apesar dos altos e baixos por que passara. Crescia, assim, o descontentamento generalizado com o domínio absoluto da política do "café com leite".

A insatisfação com a situação reinante no país atingia, cada vez mais, não só o operariado e as camadas médias urbanas, diretamente sacrificados com o permanente aumento do custo de vida⁶², como também setores da classe dominante, das próprias oligarquias agrárias, descontentes com diferentes aspectos da política do Governo Federal. Enquanto, no Rio Grande do Sul, os libertadores expressavam interesses contrariados de grupos oligárquicos ligados principalmente à pecuária gaúcha e inconformados com o domínio indivisível do PRR de Borges de Medeiros⁶³, em São Paulo, surgia o Partido Democrático, fundado em fevereiro de 1926, representando os interesses de grupos oligárquicos dissidentes do PRP e que, diante do crescente aguçamento das contradições de classe, consideravam necessário recorrer a uma proposta reformista, rejeitando, assim, a política dominante de enfrentar a agitação social como caso de polícia⁶⁴. Tratava-se de "mudar para conservar"; em outras palavras, o objetivo principal do PD consistia "na manutenção da ordem burguesa vigente, na defesa da propriedade privada, na crítica aos meios considerados ilegais, na crença na paz social pela harmonização dos interesses opostos"⁶⁵.

Analisando o surgimento do PD, a pesquisadora Maria Ligia Coelho Prado assinala:

"O Partido Democrático nasceu no próprio bojo do movimento social, pressionado pelo avanço das reivindicações operárias e pequeno-burguesas, da formação de um partido com diretrizes radicais, o Partido Comunista, em 1922, e do impacto da luta armada empreendida pelos jovens tenentes rebeldes. Surgiu como uma tentativa de organização político-partidária legal, reformista e pacifista, como outra via possível para fazer frente à situação de crise político-social."⁶⁶

Prosseguindo em sua análise, a autora mostra, apoiada em farta documentação primária, que o Partido Democrático "não representava uma determinada fração da classe dominante paulista"; ao contrário, "do ponto de vista dos interesses econômicos não havia distinção básica efetiva entre o Partido Democrático e o Partido

Republicano Paulista. (...) No partido, coexistiam interesses agrários, comerciais e financeiros, ocorrendo o mesmo com o partido da situação"⁶⁷. O que efetivamente distinguia o PD era a proposta de "um projeto alternativo de dominação social", ou seja, "a perspectiva de que, em certas circunstâncias, conceder — dentro de limites precisos — era mais eficaz que reprimir"⁶⁸.

O programa *liberal* do PD coincidia com o que vinha sendo defendido pelas oligarquias dissidentes de outros Estados, como os libertadores gaúchos ou a oposição maranhense, pelos "tenentes" e as camadas médias urbanas, durante toda a década de 20⁶⁹. Essa coincidência de propósitos — determinada basicamente pela insatisfação generalizada com o sistema de dominação sustentado pelas oligarquias de São Paulo e Minas — contribuía para que, com o declínio do movimento tenentista e, em especial, com o internamento da Coluna Prestes na Bolívia, no início de 1927, os setores oligárquicos dissidentes tentassem rearticular-se a nível nacional. Com isso, buscavam não só a unificação de suas forças, visando "abrir" o leque dos grupos dominantes no poder central, como também assumir a liderança do processo político nacional — voltado contra as oligarquias dominantes e seus partidos, o PRP e o PRM —, até então encabeçado pelos "tenentes".

O ano de 1927 iniciava-se num clima de certa liberalização, resultante de algumas medidas tomadas após a posse de Washington Luís na Presidência da República, "acompanhada de uma euforia geral, em que governantes e governados parecem querer esquecer o passado"⁷⁰. Ainda em novembro de 1926, um grande número de presos políticos é posto em liberdade, incluindo Maurício de Lacerda, e alguns revolucionários foragidos se apresentam; entre janeiro e fevereiro de 1927, são os prisioneiros que sobreviveram aos horrores do campo de concentração, criado às margens do Oiapoque, que regressam ao Rio de Janeiro e são libertados. A partir de 1^o/1, é atenuada a censura à imprensa e são soltos os jornalistas condenados pela Lei de Imprensa. O estado de sítio é suspenso a 31/12/1926, sendo mantido apenas nos Estados onde perduravam perturbações da ordem, até março de 1927, quando é extinto totalmente⁷¹.

As medidas iniciais do novo governo estavam, no entanto, muito aquém das expectativas das forças oposicionistas e da opinião pública nacional, cujos anseios, naquele momento, resumiam-se, antes de tudo, na conquista da *anistia*. Essa palavra-de-ordem crescia por todo o país e repercutia intensamente na imprensa e no Congresso Nacional, onde vários projetos seriam apresentados, visando a aprovar essa medida. Washington Luís mantinha-se, entretanto, irredutível. A anistia só seria decretada com a sua deposição e a vitória da "Revolução de 30"⁷².

Entretantes, prosseguiram os processos contra os revolucionários e as medidas repressoras contra o movimento operário e a liberdade de opinião. Em agosto, é aprovada pelo Congresso Nacional a *Lei Celerada*, que reforçou a Lei de Imprensa anterior, ilegalizando de novo o PCB, que desde janeiro atuava na legalidade⁷³. Nas palavras de Edgar Carone, "Washington Luis realiza um jogo entre a concessão de algumas medidas liberais e uma repressão sistemática, provocando, afinal, um descontentamento cada vez maior"⁷⁴.

Ao mesmo tempo, o internamento da Coluna Prestes na Bolívia e a suspensão da censura à imprensa permitiriam que a opinião pública nacional viesse a tomar conhecimento do que efetivamente fora a epopéia da Marcha realizada por Prestes e seus soldados através do Brasil. O interesse e a curiosidade eram enormes, estimulados pela repressão durante os anos de rigorosa censura e total arbítrio; agora dava-se uma explosão jornalística — reportagens e mais reportagens, entrevistas e mais entrevistas eram estampadas nas páginas dos principais jornais tanto da oposição como da própria situação⁷⁵, provocando uma nova onda de entusiasmo revolucionário nas populações das grandes cidades. Principalmente *O Jornal* (RJ) de Assis Chateaubriand, desempenharia um papel importante na divulgação dos feitos da Coluna, da vida dos exilados na Bolívia e nos países platinos e das opiniões dos revolucionários e, em particular, de Luiz Carlos Prestes⁷⁶.

A vibração das camadas médias urbanas pela figura de Prestes não teria limites. Surgia e consolidava-se a imagem do "Cavaleiro da Esperança", cujo "gênio" era glorificado em incontáveis editoriais, artigos e reportagens publicados nos jornais daquele período⁷⁷. Prestes virava mito: sua figura passava a ser a encarnação de todas as esperanças das populações urbanas, ansiosas por mudanças que não sabiam definir quais deveriam ser, mas confiantes de que o "Cavaleiro da Esperança", que havia vencido 18 generais de Artur Bernardes e conduzido seus soldados pelo Brasil afora sem ser derrotado, que, para muitos, era maior que Aníbal ou Bolívar, também saberia conduzir o país pelo caminho de sua libertação e prosperidade.

No nível político em que se encontravam as camadas médias urbanas da época, inteiramente dependentes, do ponto de vista ideológico, da classe dominante, o único caminho de luta que se vislumbrava era o da espera de um grande homem que fosse capaz de mudar o Brasil. Não se cogitava de organização ou mobilização popular, atividades das quais se ocupavam apenas os comunistas e anarco-sindicalistas no meio operário, grupos de expressão reduzida no âmbito nacional.

Prestes tornar-se-ia o grande homem, o Salvador, que viria a empolgar as populações urbanas, incluindo setores da classe operária, que admiravam os rebeldes por terem pegado em armas para combater o governo despótico de Artur Bernardes. A descrença nos políticos profissionais e nas suas promessas contribuía para que o prestígio de Prestes e de alguns outros chefes rebeldes se tornasse ainda maior. As populações das grandes cidades vibravam com o mito do "Cavaleiro da Esperança", à espera do líder que haveria de voltar do exílio para salvar o Brasil dos maus políticos, que tinham traído os ideais republicanos e seus compromissos com o povo.

Diante desse novo quadro político, que se ia configurando a partir de 1927, as forças políticas de oposição ao Governo Federal compreenderam que havia chegado o momento de articular-se a nível nacional, tirando proveito do espaço político aberto pelos levantes tenentistas e a Marcha da Coluna Prestes — que, embora tivessem sacudido o país, não haviam logrado golpear o monopólio do poder concentrado nas mãos das oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais. Ao lado disso, o imenso prestígio da Coluna e, principalmente, de Luiz Carlos Prestes, permitia transformar o seu nome numa bandeira capaz de empolgar a opinião pública nacional e atraí-la para os desígnios dos grupos oligárquicos dissidentes, cujos objetivos consistiam em alcançar mudanças no sistema político de dominação que viessem a favorecer-los e, em especial, impedir que o descontentamento popular pudesse ameaçar os interesses e privilégios globais da classe dominante. Tratava-se de reformar a República para conservá-la. Se até então predominara a "opção militar", chegara a hora da "opção política" para as oposições oligárquicas⁷⁸.

Ainda em abril de 1927, têm início os entendimentos entre Assis Brasil e o Partido Democrático de São Paulo, visando a uma futura articulação do partido com a Aliança Libertadora⁷⁹. Em julho do mesmo ano, Assis Brasil, Batista Lusardo e Plínio Casado — todos libertadores gaúchos — acompanham as caravanas do Partido Democrático pelo interior do estado de São Paulo⁸⁰. Em agosto, reúne-se pela primeira vez o Partido Democrático Nacional, com a participação de representantes da Aliança Libertadora (Assis Brasil e Batista Lusardo), do Partido Democrático de São Paulo (Paulo Prado e Paulo Nogueira Filho) e do Partido Democrático do Distrito Federal (Otávio da Rocha Miranda e Castro Maia), o último fundado em maio daquele ano. Comparecem também a esse encontro Adolfo Bergamini e Maurício de Lacerda, ambos elementos independentes, que hipotecam solidariedade ao PDN sem, contudo, ingressar em seus quadros⁸¹.

Entretanto, eram criados outros núcleos do Partido Democrático em diversos Estados, como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Pernambuco, todos com repercussão limitada e curta duração⁸². A partir de julho, começara a editar-se o *Diário Nacional*, órgão do PD de São Paulo, que desempenharia um papel importante na propaganda dos ideais “democráticos”⁸³. Em Pernambuco, seria publicado, a partir de abril do mesmo ano, o jornal *Diário da Manhã*, de propriedade do rico usineiro Carlos de Lima Cavalcanti, e que, igualmente, seria o órgão central do PD naquele Estado⁸⁴. Coroando a intensa atividade dos diferentes núcleos “democráticos”, o PDN é finalmente constituído como partido nacional, em setembro de 1927, permanecendo, entretanto, os núcleos regionais autônomos e independentes⁸⁵.

O programa e os princípios defendidos pela nova agremiação eram os mesmos de todas as forças oposicionistas e resumiam-se no lema lançado dois anos antes por Assis Brasil — “representação e justiça”⁸⁶. Ainda em março de 1927, o “chefe civil da revolução” havia declarado a *O Jornal* que a revolução devia contentar-se com uma *pacificação* “em que fique substancialmente encaminhada a elaboração de seu ideal, que se resume na fórmula: representação e justiça”⁸⁷.

Dessa maneira, com o término da Coluna Prestes, as forças políticas de oposição, lideradas por Assis Brasil, apressavam-se em adotar a “opção política”, propondo uma pacificação, ou seja, um acordo com os setores oligárquicos dominantes; acordo em que as oposições pretendiam impor algumas de suas reivindicações, aproveitando-se para tanto do respaldo da opinião pública nacional, profundamente comovida e mobilizada pelo prestígio de Prestes e da Coluna. Tratava-se de garantir os interesses das oligarquias dissidentes, abrindo-lhes espaço para uma maior participação no poder central, sem permitir, contudo, que as aspirações populares e as reivindicações dos trabalhadores pudessem ser conquistadas e, muito menos, que os “radicalismos” viessem a ser vitoriosos.

Para esses grupos oligárquicos de oposição, a luta armada já havia cumprido o seu papel, permitindo-lhes agora partir para um entendimento, uma “pacificação” pela cúpula, desprezando, como sempre o fizeram as classes dominantes no Brasil, as aspirações populares. Passara o tempo dos “radicalismos” tenentistas; soara a hora dos entendimentos políticos; chegara o momento das oligarquias dissidentes assumirem a liderança do processo político que questionava o domínio da aliança do “café com leite”.

Com a criação do PDN, Assis Brasil — seu presidente — aproveitava a oportunidade para consolidar a unidade das oposições gaúchas, até então congregadas na Aliança Libertadora, na verdade apenas uma frente oposicionista. No Congresso de Bagé (RS), realizado em janeiro de 1928, a Aliança Libertadora é transformada em Partido Libertador, que se integra imediatamente ao PDN, preservando, entretanto, a sua autonomia no âmbito regional⁸⁸.

Uma vez atingida essa ampla articulação das oposições a nível regional, sob a liderança do “chefe civil” da revolução, a próxima etapa consistia em buscar apoio em diferentes Estados da União, principalmente no Nordeste, onde o estado de espírito revolucionário havia alcançado grandes proporções. Eram, assim, organizadas as caravanas “democráticas”, que percorreram o país e, em particular, o Norte e o Nordeste, despertando grande entusiasmo junto às populações urbanas das capitais. A imprensa da época deu ampla cobertura dessa mobilização “democrática”, em que o nome e o prestígio de Prestes e da Coluna foram insistentemente usados para angariar adesões e adeptos⁸⁹. O jornal do PD de Pernambuco, *Diário da Manhã*, escrevia na primeira página, referindo-se à caravana dos democráticos, em sua passagem por Natal (RN), em agosto de 1928: “O nome de Carlos Prestes tem sido a bandeira desfraldada pelo povo nestes dias”⁹⁰.

Efetivamente, a oposição civil à política dominante, em sua luta pela reforma das instituições republicanas, lançava mão de dois instrumentos principais: 1^o) o programa de demandas liberais que já vinha sendo a bandeira do tenentismo e de todas as forças de oposição do país, resumido no lema “representação e justiça” e na palavra-de-ordem de *anistia*; e 2^o) o prestígio conquistado junto à opinião pública e às massas urbanas por Luiz Carlos Prestes. Prestígio insuflado de forma crescente pelos próprios líderes do PDN, através da imprensa, dos seus representantes no Congresso Nacional e de toda sua atividade política junto a diferentes setores das populações urbanas.

A oposição civil articulava-se a nível nacional, visando alcançar as reformas que almejava através da *pacificação* nacional e do *voto*. Todos os seus esforços voltavam-se para as disputas eleitorais. A luta armada era abandonada; e Assis Brasil chegava a afirmar na Câmara dos Deputados que a revolução já havia triunfado⁹¹.

Os “tenentes”, entretanto, ainda sonhavam com a sua revolução e, em especial, com a *anistia*, que lhes permitiria atuar livremente no país. A recusa de Washington Luís em concedê-la exacerbava os ânimos dos antigos revolucionários e os levava a continuar conspirando tanto no exterior como dentro do Brasil⁹². Eram

as mesmas conspiratas de sempre, marcadas pela espontaneidade e pela falta de coordenação. Antônio de Siqueira Campos, um dos chefes tenentistas mais radicais e dedicados à causa revolucionária, deslocara-se para a capital paulista, onde, num apartamento, dirigia um pequeno grupo de correligionários que fabricavam bombas de dinamite para a revolução que haveria de estourar, entregando-as, entretanto, à guarda de elementos da direção do PD paulista⁹³, os novos aliados dos "tenentes".

Prestes — que chegara a Buenos Aires em abril de 1928 — permanecia no exílio e era aclamado "chefe militar" da revolução pelos "tenentes"⁹⁴. Embora aceitasse essa chefia e se mantivesse solidário com seus antigos camaradas, sua posição, desde o início do exílio, ainda na Bolívia, seria mais radical. Enquanto o programa dos "tenentes" continuava sendo o mesmo dos liberais⁹⁵, Prestes escrevia, em maio de 1927:

"O que (...) todos nós sentimos, depois de mais de 30 meses de luta, percorrendo o Brasil em quase todos os sentidos, é que a revolução, referimo-nos à guerra civil, resolverá o problema nacional. A revolução venceria pacificamente se fossem possíveis na nossa atual organização política *modificações profundas*. Mas quem as fará? Justamente os detentores da atual situação? Não é crível nem possível. Seria a mesma coisa que pretender modificar o andamento de uma máquina sem a intervenção de uma força nova — absurdo mecânico, como no primeiro caso. Seria pretender o absurdo político. Seria o suicídio da politicagem, coisa pouco provável, tratando-se de gente que vive especialmente para o estômago. O que todos nós sentimos é que Epitácio foi pior que Wenceslau, Bernardes foi pior que Epitácio, Washington será pior que Bernardes, e o sucessor de Washington será pior.

"Estando, pois, disso convencido, é dever de todos apressar o advento da terceira revolução, ou melhor, da terceira fase da atividade militar."⁹⁶

Constata-se que, enquanto a maioria dos "tenentes" continuava fiel ao programa liberal adotado pelos políticos de oposição, Prestes já mostrava preocupação com a necessidade de "modificações profundas" na "organização política". Certamente, ainda é um palavreado vago e impreciso, mas que refletia o fato de o "chefe militar" dos "tenentes" estar no início de um caminho que, mais tarde, o levaria ao marxismo-leninismo, cujo estudo começara na Bolívia.

Em novembro de 1928, seu linguajar já era diferente. Afirmava Prestes em entrevista concedida a um jornalista do *Diário Popular* de São Paulo:

“Nós, militares, já demos o que tínhamos de dar. Já abrimos o caminho e apontamos o rumo dos sublevamentos regeneradores. Hoje, compete ao povo concluir essa obra e livrar-se do organismo parasitário implantado no Brasil pela política das oligarquias. Essa revolução de *natureza popular* é fatal e bem que não possamos fixar-lhe data, ela terá que defluir naturalmente de uma situação todos os dias agravada pelos erros políticos, pela desorientação econômica, pelas aventuras monetárias, pela abertura de vida das classes proletárias.”⁹⁷

É evidente que, embora Prestes continuasse sendo o chefe dos “tenentes”, suas posições ideológicas e políticas evoluíam no sentido do abandono do programa liberal de “representação e justiça” e da adoção da perspectiva de uma revolução de tipo popular.

Enquanto, no Brasil, os políticos das oposições oligárquicas tratavam de consolidar suas posições através da intensificação da campanha pelo voto secreto e pela anistia, utilizando-se do nome de Prestes e do prestígio dos “tenentes”, o “Cavaleiro da Esperança” distanciava-se, cada vez mais, não só dos liberais como dos próprios “tenentes”.

Estes continuavam a conspirar, a estabelecer contatos nos quartéis, mantendo-se, contudo, fiéis ao mesmo programa liberal das oligarquias dissidentes. Os meios podiam ser distintos: os políticos agiam através da atuação política e, em particular, através do processo eleitoral, enquanto os “tenentes” pretendiam organizar um novo levante militar; mas os objetivos políticos eram os mesmos⁹⁸.

Maurício de Lacerda, que assumira uma posição de distanciamento em relação aos “democráticos” e se intitulava porta-voz dos “tenentes” e soldado de Prestes⁹⁹, viria a desempenhar o papel de uma espécie de elo que fazia a ligação entre os políticos liberais e a corrente tenentista. O famoso tribuno dizia-se revolucionário e, tanto nas caravanas “democráticas”, como em seus discursos no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, fazia profissões de fé radicais, que empolgavam as massas populares, principalmente quando se referia a Prestes e à Coluna. Esforçava-se, contudo, por ocultar da opinião pública, astutamente, as mudanças que se iam dando no pensamento do “Cavaleiro da Esperança”, que ele dizia representar¹⁰⁰. Mais tarde, procuraria justificar sua posição, afirmando que, naquele período, teria sido necessário concretizar a aliança dos revolucionários com os liberais, tendo em vista conquistar a opinião pública para a revolução, que viria depois¹⁰¹. Dessa maneira, Maurício de Lacerda contribuiu para criar uma imagem distorcida dos acontecimentos: a suposta existência de duas correntes aliadas, mas independentes, no bojo do movimento oposicionista que se desenvolvia no país — a dos

“democráticos” e a dos “revolucionários de julho”; visão que acabaria sendo adotada por alguns autores atuais que se ocuparam daquele período¹⁰².

Na realidade, o que ocorria era um processo — cheio de ambivalências e vaivéns — de adesão, por parte dos “tenentes”, às posições dos “democráticos”, ou seja, das oligarquias dissidentes. Prestes ficaria cada vez mais isolado politicamente, enquanto seus antigos companheiros aproximavam-se, juntamente com Maurício de Lacerda, da corrente “democrática”. Certamente, no decorrer dos anos de 1927-1929, enquanto as divergências entre Prestes e os “tenentes” se acentuavam, os últimos não deixavam, contudo, de lutar para reconquistá-lo, procurando ocultar da opinião pública a cisão que se aprofundava com a evolução de Prestes para as posições comunistas.

Nesse interim, teriam lugar a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do estado do Rio Grande do Sul e a inauguração de uma nova política do PRR em relação às oposições gaúchas. Ocorria, naquele Estado, um fenômeno inusitado: a aproximação entre os libertadores de Assis Brasil e o governo estadual, pertencente ao PRR e chefiado por Vargas. Era o início do caminho que levaria à formação da Frente Única Gaúcha de apoio à candidatura do último à sucessão de Washington Luís¹⁰³.

Como é sabido, a atitude de Washington Luís de preterir a candidatura do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada à sucessão presidencial de 1930, em favor da candidatura do paulista Júlio Prestes, seria causadora da cisão que viria a ocorrer entre os Partidos Republicanos de Minas Gerais e São Paulo, que representavam respectivamente os interesses das oligarquias mineira e paulista. Ficava, assim, desfeita a aliança do “café com leite”. Como consequência dessa ruptura, era lançada pelos mineiros a candidatura de Getúlio Vargas e organizada a *Aliança Liberal*, com a finalidade de dar sustentação ao candidato opositorista.

Fundada em junho de 1929, a Aliança Liberal era formada pelos PRs de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, contando com a participação da oposição liberal (Partido Libertador, Partido Democrático e Partido Democrático Nacional) e de alguns políticos independentes. Seu programa era basicamente o mesmo que já vinha sendo agitado pelas forças de oposição ao Governo Federal, incluindo apenas algumas ligeiras referências ao problema social, com o intuito evidente de atrair as camadas populares¹⁰⁴.

Diante desse fato político novo, em que se uniam os antigos políticos situacionistas — Artur Bernardes, Epitácio Pessoa, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Borges de Medeiros etc — e as forças de oposição que os combateram durante vários anos, lidera-

das pelo "chefe civil" da revolução e presidente do PDN, Joaquim Francisco de Assis Brasil, os "tenentes" teriam que se definir. Surgia para eles o seguinte dilema: dar mais um passo no caminho da adesão e do reboquismo em relação à classe dominante ou buscar uma outra via. E, nesse caso, qual seria a via?

Um mês após a criação da Aliança Liberal, Carlos de Lima Cavalcanti, diretor do *Diário da Manhã*, órgão dos "democráticos" de Pernambuco, enviava um telegrama a Prestes, solicitando o apoio dos "tenentes" à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Prestes recorda que, além dele, estavam em Buenos Aires, nessa ocasião, Siqueira Campos, Juarez Távora e Djalma Dutra. Vejamos seu depoimento:

"Eu e o Siqueira tomamos posição imediatamente contrária. Não podíamos apoiar um homem que era da ditadura, daquela oligarquia que tinha nos perseguido, que sempre tinha sido reacionário. Mas o Juarez era a favor e o Dutra vacilou. Ficamos em maioria. Então, com o apoio do Dutra, passamos um telegrama ao Carlos Cavalcanti, dizendo que absolutamente não apoiávamos a candidatura de um elemento que era da oligarquia inimiga, que sempre foi inimigo da revolução. Um telegrama violento e *tranchant*." 105

Eis o texto desse telegrama:

"Respondendo seu telegrama pedimos declarar aos amigos do Brasil, por intermédio do *Diário da Manhã*, que continuamos intransigentemente fiéis aos ideais da Revolução, desinteressando-nos portanto das competições das oligarquias bem como de alianças incompatíveis com as aspirações revolucionárias e ultrajantes à memória dos companheiros sacrificados na luta. Conquanto convencidos da ineficiência das campanhas eleitorais no atual ambiente político não podemos aconselhar aos amigos se desinteressem da sucessão. Cabe, no momento, aos verdadeiros revolucionários agitar a opinião em torno de nossos ideais e princípios independentes das situações dominantes. Esta é realmente a única maneira de fortalecer os sentimentos da renovação nacional." 106

Enquanto Prestes repudiava com firmeza qualquer adesão à Aliança Liberal, num primeiro momento apoiado ainda por Siqueira Campos, a maioria dos "tenentes" ia sendo atraída pela candidatura de Vargas e aderindo à sua campanha. A conspiração tendia a declinar e as esperanças voltavam-se para o pleito de março de 1930.

Pela sua própria condição de representantes de setores intermediários da sociedade, os "tenentes" não podiam compreender ou aceitar o caminho proposto por Prestes de adoção de um programa de inspiração comunista, voltado para a solução dos problemas sociais de forma revolucionária. Além disso, sendo ideologica-

mente caudatários da classe dominante, não poderiam, portanto, formular um programa independente. Só lhes restava a via da adesão aos liberais e, naquele momento, eram forçados a enfrentar um paradoxo: aliar-se com os representantes das oligarquias que haviam combatido de armas na mão durante vários anos¹⁰⁷.

De parte de alguns "tenentes", as vacilações seriam muitas. Era o caso de Siqueira Campos, que aspirava honestamente a derubar as oligarquias, mas não tinha uma compreensão teórica de como fazê-lo. A tendência geral era, contudo, de adesão à campanha liberal, em que os políticos astutamente continuavam a utilizar o nome de Prestes e o prestígio dos "tenentes" e da Coluna para conquistar a simpatia e o voto das massas urbanas. Os discursos mais aplaudidos eram aqueles em que o nome de Prestes aparecia, e a imprensa da época dá um claro testemunho dessa afirmação¹⁰⁸.

A Aliança Liberal empolgou as populações urbanas do país, valendo-se para isso da glória conquistada pelos "tenentes" e, em especial, pela Coluna Prestes. Poucos sabiam — até pelas dificuldades de comunicação da época — que Prestes era contrário ao apoio dos revolucionários à candidatura de Getúlio Vargas.

Ao mesmo tempo, o próprio Prestes vacilava em romper com os seus antigos companheiros de luta. Ainda tinha a esperança, ou a ilusão, de convencê-los da justeza de suas posições. Quando dois emissários do PCB, Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum, chegam a Buenos Aires para propor-lhe que aceitasse o lançamento da sua candidatura à Presidência da República pela legenda daquele partido, apoiando-se num programa baseado nas reivindicações sociais dos trabalhadores e comprometido com a reforma agrária e a luta antiimperialista, Prestes lhes dá a seguinte resposta:

"Com o programa eu concordo — quer dizer, eu estava de acordo com o programa —, mas não posso assumir esse compromisso, nem aceitar essa candidatura, porque ainda tenho compromisso com os 'tenentes'. Eu teria que explicar aos 'tenentes' primeiro, reunir-me com eles, entregar o posto que eles me deram de chefe militar da revolução, porque eu não posso mais continuar nesse posto, porque eu sou contra isso aqui, porque eles já estavam se aproximando do Getúlio."

Enquanto Prestes agia com prudência, os antigos camaradas tentavam pressioná-lo, tendo em vista conseguir seu apoio à candidatura de Vargas, assim como convencê-lo de ir a Porto Alegre conversar com esse político, na esperança de que, assim, o "Cavaleiro da Esperança" acabaria sendo conquistado para os objetivos da Aliança Liberal. Sua adesão era vista como fundamental tanto pelos liberais como pelos "tenentes", uma vez que o seu nome era

a grande bandeira que continuava a empolgar as massas urbanas durante os comícios eleitorais da Aliança. Nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, "para conquistar aplausos e provocar delírio no auditório, era indispensável aos oradores hastear a fâmula da revolução"¹¹⁰. E Paulo Duarte escrevia:

"Nesse tempo, era o Sr. Luiz Carlos Prestes o nome de maior prestígio em todos os Estados nortistas. A um orador infeliz, bastava a citação do nome do ex-cavaleiro da esperança, para arrebatá-lo à assistência."¹¹¹

No Rio de Janeiro, Silo Meirelles e Cordeiro de Farias eram, na prática, o centro coordenador dos "tenentes" que conspiravam dentro do país. Significativamente, o quartel-general da conspiração era a casa de saúde de um médico *civil*, o Dr. Pedro Ernesto Batista, aliado fiel dos militares rebeldes e participante ativo de toda a movimentação revolucionária que se desenvolvia na Capital da República. Silo Meirelles e Cordeiro de Farias mantinham contato permanente com Prestes, exilado em Buenos Aires, e com Maurício de Lacerda, intendente municipal no Distrito Federal, que falava em nome dos "tenentes" e de Prestes¹¹².

Os acontecimentos políticos precipitavam-se, exigindo definições. Prestes relata:

"Nesse momento, eu continuava estudando e compreendi que os 'tenentes' estavam todos ao lado do Getúlio. E eu, accitando a linha do Partido Comunista do Brasil, de que se tratava de uma luta inter-imperialista, entre o imperialismo inglês e o imperialismo americano; que o Getúlio tinha o apoio dos americanos, que queriam aproveitar a situação difícil do capitalismo, que se agravou particularmente em outubro, com a crise de 29, quando estalou a crise de outubro de 29. Resolvi ir falar com o Getúlio, com o objetivo de pretender desmascará-lo. Para mostrar aos 'tenentes' que ele não queria fazer nenhuma revolução. Foi com esse objetivo que eu fui visitar o Getúlio. Mas eu não confiava absolutamente nem em Getúlio, nem em Osvaldo Aranha, nem em ninguém. O Osvaldo Aranha era o Secretário do Interior do Getúlio.

"De maneira que fui com o Emygdio Miranda, entrei clandestinamente no Rio Grande do Sul. Não tinha nem passaporte, não tinha nenhum documento, mas entrei. (...) Fui para Porto Alegre, fui para um hotel e mandei avisar, então, ao João Alberto que eu já estava lá. O Aranha ficou indignado — porque era Secretário do Interior — em não saber que eu já tinha chegado lá, já estava lá em Porto Alegre. E marcaram uma reunião à meia-noite, no Palácio Piratini. Foram o Siqueira Campos e o Osvaldo Aranha que foram comigo. O João Alberto não foi. Isso em setembro de 29.

"Quanto ao que eu disse ao Getúlio, eu disse, desde logo, do início: — Eu estou aqui, porque os meus companheiros me dizem que

o Sr. quer fazer uma revolução. (...) A sua candidatura eu não apóio, nem jamais apoiarei, porque se o Sr. for eleito, dentro desse regime, vai fazer a mesma coisa que todos os outros, não vai modificar coisa alguma. — Foi a posição que eu tomei. E expus ao Getúlio o que era que eu chamava de revolução. E, na verdade, eu era sectário, terrivelmente sectário! Tinha lido *O Estado e a Revolução* de Lênin, tinha lido já algumas coisas de Lênin, de Marx era *O Capital* etc. Eu, então, expus o que lia nos jornais do Partido: a revolução agrária e antiimperialista. Foi o que eu expus ao Getúlio. O Getúlio ouviu pacientemente aquele catatau; falei, esperando que ele tomasse uma posição contra, que ele se manifestasse contra. (...) “Eu disse, então, que, para fazer isso, precisávamos de conspirar, de ter recursos para poder viajar ao Brasil e que eu precisava, estando no estrangeiro, de dinheiro, em quantidade suficiente, para comprar armamento para colocar onde eu quisesse. Coloquei todo o programa abertamente assim. Então, seria uma importância grande, alguns milhões, alguns milhares de contos de réis. Ai o Getúlio prometeu tudo. Logo que eu acabei, ele disse: — O Sr. — fez a frase —, o Sr. tem a eloquência da convicção! — (...) E prometeu tudo. Tudo seria satisfeito. Ele mandaria recursos para Buenos Aires.”¹¹³

Enquanto Prestes desenvolvia esforços para desmascarar Getúlio Vargas perante os seus antigos companheiros, tentando ganhá-los para suas posições comunistas, eles iam aderindo a Getúlio e aceitando, cada vez mais, seus ditames. A liderança de todo o movimento, legal e extralegal, passara para as mãos do candidato à Presidência da República e dos principais próceres da Aliança Liberal. Alguns “tenentes” iam sendo virtualmente “comprados” por Vargas. Prestes recorda:

“O João Alberto já estava realmente submetido a ele... (Getúlio Vargas)..., completamente; tinham-lhe dado um apartamento, um automóvel... Ele gostava muito de música; então, tinha boa vitrola e discos, uma coleção grande de discos, estava completamente submetido. Compraram com dinheiro. A palavra verdadeira é essa: estava comprado. E os outros, pelo Brasil afora, já estavam todos getulistas. (...)”

“O João Alberto estava satisfeito com o apoio que eles estavam dando. Estavam dando 50 contos para um, 20 contos para outro, para ir para o interior do Brasil para conspirar.”¹¹⁴

Prestes, contudo, estava decepcionado com o fato de não ter conseguido desmascarar Vargas, conforme pretendia. Ao mesmo tempo, ficara encarregado de encontrar uma pessoa que pudesse receber o dinheiro prometido por Getúlio. Afinal, conseguira um banqueiro em Montevidéu, pessoa de toda confiança. Mas o dinheiro não chegava...¹¹⁵

A campanha da Aliança Liberal, entretanto, ia empolgando o país, galvanizando grandes contingentes das populações urbanas. No início de outubro, Maurício de Lacerda, que continuava a intitular-se "soldado de Prestes", pronunciava um discurso no Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro em que dizia abertamente que passara a apoiar a candidatura de Getúlio Vargas "com o apoio de Prestes", o que seria amplamente divulgado pela imprensa¹¹⁶.

Ao sabê-lo, Prestes manda um telegrama a Cordeiro de Farias e Silo Meirelles, solicitando-lhes que desmentissem Maurício de Lacerda de maneira categórica. Alguns dias depois, chegava a Buenos Aires a resposta dos dois líderes tenentistas ao seu "chefe militar". Prestes relembra aquela troca de correspondência:

"Mandaram-me uma resposta telegráfica. Era toda de justificativa do Maurício: que o Maurício era um companheiro muito bom, que eu não devia fazer isso com ele, que isso ia prejudicar toda a campanha. Enfim, era toda uma desculpa do Maurício de Lacerda. (...) No dia 22 de novembro, eu bati à máquina uma carta, que é uma lauda só, sem espaço; mandei para o Cordeiro de Farias e o Silo Meirelles; em que eu mostrava que eles já estavam com o Getúlio e que eu não concordava com o Getúlio mesmo, era contra e que já estávamos divididos. Já dizia que entre nós existia uma cisão."¹¹⁷

Nessa carta, Prestes era muito claro e explícito quanto à sua posição diante da Aliança Liberal:

"Não sei em que pé estão os entendimentos com a Aliança Liberal, nem sei o que de prático tenhamos conseguido. Sinto somente que se não tomamos uma medida enérgica, desautorizando as explorações do Maurício (...); se não rompemos clara e positivamente com os tais *liberais*; se não aproveitamos o momento político e econômico para radicalizarmos o nosso programa, seremos ridiculamente envolvidos pelos bernardes e epitácios, sacrificando por um problemático auxílio material a grande força moral de que dispúnhamos, fruto do sacrifício de numerosos companheiros. Dia a dia aumenta em mim a convicção de que os tais *liberais* desejam tudo menos a revolução e que, portanto, transferirão todos os dias qualquer auxílio prometido, até que possam fazer um acordo ou conchavo mais ou menos vantajoso."¹¹⁸

A história dessa carta de Prestes é muito curiosa, pois, mais tarde, quando ele lançou o seu manifesto de maio de 1930¹¹⁹, rompendo definitivamente com os "tenentes" e aderindo ao comunismo, os seus antigos companheiros alegaram que a posição do seu "chefe militar" fora uma surpresa, tentando, assim, justificar perante a opinião pública o fato de terem ocultado o pensamento real de Prestes durante tantos meses. Mas a Censura havia tirado

cópia dessa carta — que fora remetida pelo correio — e, em 2/6/1930, *A Noite* do Rio de Janeiro publicava seu *fac-simile* em primeira página, desmentindo as declarações dos “tenentes”¹²⁰.

Apesar de tudo, Prestes ainda alimentava esperanças de ganhar ao menos alguns dos seus ex-companheiros para suas posições políticas. Seu raciocínio era o seguinte:

“Ou o Getúlio se desmascarava (...) e eles aceitavam... Eu ainda tive a ilusão de ganhar alguns ‘tenentes’ para a minha posição revolucionária. Essa é que era a minha ilusão nessa época, nesse período. (...) Naquela hora, não ganhei ninguém, não ficou ninguém.”¹²¹

Com o intuito de fazer mais uma tentativa de desmascarar Vargas, Prestes decide procurá-lo novamente, em janeiro de 1930. Eis seu relato:

“Eu resolvi ir de novo a Porto Alegre. Eu ainda tive a ilusão de novamente ir procurar o Getúlio, para ver se o desmascarava. Porque não chegou um tostão. (...)”

“O Getúlio me recebeu de novo. Ai se desmanchou em desculpas... as dificuldades financeiras, não tinha recursos, as dificuldades eram imensas, mas que, agora, ele ia receber, porque o Antônio Carlos ia mandar quatro mil contos de réis e, então, ai, ele poderia mandar. Promessas, não é? Tive que ouvir as promessas do Getúlio e fiquei, também, sem poder desmascará-lo, porque era uma enguia, porque ele cedia tudo, não se desmascarava, não permitia que se desmascarasse. Que estava disposto a apoiar, continuava apoiando. Eu fui violento, principalmente conversando com o Aranha¹²², na presença do João Alberto. (...) Eu usei uma linguagem violenta contra a posição do Getúlio de não ter mandado coisa nenhuma e que ele estava ganhando tempo.

“Ao nos despedirmos, Getúlio me disse: — O Sr. já leu a minha plataforma? — No dia 2 de janeiro, ele tinha lido a plataforma dele, no Castelo¹²³. Se você lê a plataforma, há trechos sobre a reforma agrária, entrevistas minhas, quer dizer, ele botou de propósito. Quase que palavras minhas estão lá na plataforma do Getúlio, sobre a reforma agrária — fazer a reforma agrária, entregar a terra aos camponeses. Tudo isso, que eu tinha dito em entrevistas diversas, ele tinha recortado. Então, ele perguntou se eu tinha lido. Eu disse: — Sim, li. — Então, agora, que o Sr. já leu, de certa forma, era a oportunidade de o Sr. apoiar a minha candidatura. — Porque ele queria... Se havia uma pessoa que não queria luta armada era o Getúlio. Ele queria utilizar a bandeira da revolução e o meu nome no movimento de 30, para ganhar a eleição de 1º de março. Ele não queria perder. E podia ganhar a eleição, o descontentamento era muito grande.

“Ai, eu tive que dizer a ele: — Eu lamento, presidente (...), eu lamento que tenhamos falado duas horas e eu não me tenha feito entender. A sua candidatura não me interessa, eu não estou aqui por causa da sua candidatura. — Ele disse: — Ah, que coisa, mas que coisa...”¹²⁴

Era evidente que Vargas procurava ganhar tempo e alimentar uma situação de aparente apoio de Prestes à sua candidatura à Presidência da República sem, contudo, comprometer-se com os intuítos radicais daquele que continuava sendo o “chefe militar” da revolução dos “tenentes”. Enquanto isso, Prestes tentava, mas não conseguia desmascarar Getúlio.

Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, a conspiração recebe novo alento, apesar de todas as manobras e recuos havidos nos meses que transcorreram até a eclosão do movimento armado de outubro¹²⁵. Prestes percebe que a luta armada começara a ser preparada sob a direção do próprio candidato derrotado — Getúlio Vargas¹²⁶. Sua atitude seria de indignação:

“Isso é um crime! Como é que eu vou deixar, vou permitir que utilizem o meu nome para fazerem uma luta armada em que o povo vai morrer, vai haver derramamento de sangue, para não mudar coisa nenhuma, para substituir uma oligarquia por outra! — Isso era o meu raciocínio. — Eu tenho que tomar uma posição; não pode mais continuar essa situação. Foi aí que... (surtiu) ... a minha idéia de fazer um manifesto rompendo, publicamente, porque já não era mais viável continuar conivente com essa posição.”¹²⁷

A indignação de Prestes torna-se ainda maior quando ele fica sabendo que Miguel Costa, que também se encontrava em Buenos Aires, não só aceitara o convite para ir a Porto Alegre conversar com Vargas, como lá chegando recebera homenagens públicas dos chefes da Aliança Liberal, deixando-se fotografar ao seu lado:

“Eu fiquei com uma raiva do Getúlio, um ódio, porque eu recebi os jornais do Rio Grande e vi que era a utilização do nome da Coluna e, através do Miguel, do meu próprio nome também, para o movimento que eles estavam preparando.

“Aí, eu esperei o Miguel. No dia em que o Miguel chegou, nos sentamos, ele fez um relatório. O relatório dele era todo otimista. Depois que ele acabou, eu disse: — Está bem! Agora, aqui, nesta hora, neste momento, nós não temos mais nada que ver um com o outro, nem com vocês todos que estão com o Getúlio. Está rompida... a minha posição é completamente diferente. — Ele ficou tonto. Foi nessa reunião com o Miguel, depois que ele voltou de lá... eu percebi que ele se passara completamente...”¹²⁸

Afinal, Prestes decidira romper definitivamente com os “tenentes”. Durante os meses de março/abril ele redigiria o Manifesto, que veio à luz nos últimos dias de maio daquele ano. Antes, porém, de torná-lo público, queria dar uma satisfação formal aos seus antigos camaradas:

“Falava-se abertamente de conspirata, de luta armada. E eu queria romper ... tornar público... Mas não queria fazer isso sem primeiro

entregar o posto que tinham me dado de 'chefe militar da revolução' aos 'tenentes'. Então, chamci-os a Buenos Aires." 129

Compareceram à reunião, convocada por Prestes, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra. Juárez Távora e Cordeiro de Farias não puderam atender ao convite que lhes havia sido feito. Quando Prestes terminou de ler o seu Manifesto, todos mostraram-se perplexos. Prestes recorda:

"O único que teve coragem de falar alguma coisa foi o João Alberto (...) Ele disse: — O que você diz aí, tudo isso é verdade, mas agora chegou a nossa hora e eu não nasci para apóstolo! — Era isso. O Siqueira ficou também calado, mas pediu para conversar comigo. Foi o único que pediu para conversar. E realmente conversamos. Eu trabalhava durante o dia (...) Então, à noite, nos reuníamos. Depois do jantar, sentávamos assim em frente, um ao outro, na mesma mesa. O Siqueira querendo convencer-me de que eu devia participar do movimento e eu a querer convencê-lo de que ele não devia participar. Mas não houve meio. Levamos uma semana, dez dias... Eu devo ter perdido, assim, alguns quilos, porque era uma discussão com um amigo, e eu admirava muito o Siqueira. E ele, também, não podia admitir a luta continuar sem mim." 130

Prosseguindo seu relato, Prestes conta os detalhes do seu diálogo com Siqueira Campos, quando lhe perguntava:

"Mas como é que tu vais marchar, vais participar de um movimento com Bernardes, Epirácio, Borges de Medeiros... com toda essa cambada? — E Siqueira respondia: — São os primeiros que eu fuzilo. — Prestes retrucava: — Tu é que estás equivocado. Eles é que vão te fuzilar, porque qual é a força que tu tens? Estão todos eles do lado do Getúlio! (...) Eles é que vão te fuzilar, se você quiser continuar a fazer alguma coisa mesmo. Porque eles vão fazer a política da oligarquia gaúcha aqui e a política deles, o que eles quiserem." 131

Prestes recorda que não houve meio de convencer seu grande amigo Siqueira Campos:

"No fim, ele me pediu: — Me dá 15 dias. Não publica esse manifesto — pediu só 15 dias —, não publica esse manifesto senão daqui a 15 dias. (...) Porque ele achava que era o caminho para dar o primeiro passo e que podíamos levar a revolução adiante. Ele absolutamente não aceitava as teses que eu aceitava. Eu tinha dado livros até para ele ler, mas ele não punha um livro na mão, não lia. O Siqueira era um homem muito talentoso, mas do ponto de vista ideológico ele era um anarquista. (...) O patriotismo dele não era o patriotismo verde-amarelo, era o patriotismo da indignação pela miséria e o atraso de nosso povo. Ele dizia: — Sabe? Isso precisa ser arrasado! — Eu dizia: — Mas como é que vamos... — Ah, isso

depois a gente vê, com o que é que vai substituir! Depois a gente vê! — O essencial era arrasar isso tudo. Precisa arrasar tudo isso. Quer dizer, era um anarquista nesse sentido.”¹³²

Prestes resolve atender ao pedido e adia por 15 dias o lançamento do seu Manifesto. João Alberto avisa imediatamente a Osvaldo Aranha que, dessa vez, Prestes romperia mesmo com seus antigos aliados. Entrementes, fora depositado um cheque de 100 mil pesos argentinos, enviado por Getúlio Vargas, num banco de Buenos Aires. Tratava-se do dinheiro prometido em setembro de 1929, que agora era entregue com o intuito evidente de evitar o rompimento do “Cavaleiro da Esperança” com a Aliança Liberal¹³³. Mais tarde, Prestes decidiria doar esse dinheiro aos representantes da Internacional Comunista em Montevideú com o objetivo de utilizá-lo na “verdadeira revolução”, a revolução que seria dirigida pelo Partido Comunista¹³⁴.

Em abril de 1930, as forças oligárquicas agrupadas na Aliança Liberal, sob a chefia de Vargas, jogavam uma última cartada na tentativa de manter Luiz Carlos Prestes comprometido com os seus objetivos políticos, entregando-lhe parte do dinheiro que lhe havia sido prometido para a preparação da revolução. Mas Prestes havia decidido romper de qualquer maneira. Os seus companheiros estavam todos com Getúlio, até mesmo Siqueira Campos, que morreria tragicamente alguns dias depois num desastre de aviação, quando regressava ao Brasil.

O célebre Manifesto de maio de 1930, assinado por Luiz Carlos Prestes e tornado público no Brasil no dia 29 daquele mês¹³⁵, teria o efeito de uma verdadeira bomba¹³⁶. Ruíram as esperanças das oligarquias dissidentes de manter o mito do “Cavaleiro da Esperança” a serviço dos seus designios. Prestes, até ali, fora o grande mito, alimentado e cultivado pelos setores de oposição da classe dominante, em busca de um líder que empolgasse as populações urbanas e as pudesse conduzir pelo caminho que interessava a esses setores, o caminho de reformar para conservar ou, segundo a fórmula de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, fazer a revolução antes que o povo a faça.

Até o lançamento do seu Manifesto, Prestes era um símbolo para as forças oposicionistas. O *Correio da Manhã* escrevia em editorial de março de 1930, poucos dias após as eleições presidenciais:

“Luiz Carlos Prestes é um símbolo. Depois da lenda que se formou em torno dele, e que nele encarnou as qualidades da mocidade do Forte e de todos os seus companheiros, ele é talvez, a incorporação da única esperança de uma reação capaz de levar o Brasil a dias melhores.”¹³⁷

A adesão ao comunismo transformava Prestes num renegado para os setores oligárquicos que contavam com a sua liderança. Para a classe dominante, era a perda de um instrumento valioso na luta pelos seus objetivos políticos. Para setores ponderáveis das populações urbanas era o abandono, o sentimento de orfanidade. A maioria das pessoas não podia compreender por que Prestes abrisse mão da possibilidade de ser o chefe militar da revolução que se aproximava, por que não aproveitara a oportunidade, que lhe era oferecida, para chegar ao poder e pôr em prática um programa de medidas populares.

Até hoje o gesto de Prestes é criticado e mal compreendido. Maria Cecília Spina Forjaz escreve a respeito:

“Teriam sido outros os rumos e o sentido da revolução de 1930, se Prestes tivesse participado dela liderando o tenentismo.

“Talvez contando com a sua liderança carismática e sua imensa penetração popular, o movimento tivesse conseguido impor seu projeto para a sociedade. Nesse caso, 30 poderia ter sido uma revolução das camadas médias e não a revolução oligárquica que foi.”¹³⁸

Na verdade, o tenentismo não possuía a independência que muitos lhe atribuem. Foi um movimento ideologicamente caudatário da classe dominante — o que se explica pelas suas próprias raízes sociais —, que se mostrou incapaz de evoluir para uma postura autônoma de liderança efetiva dos interesses populares. Num momento de aguçamento das contradições sociais, como foi a conjuntura do final da década de 1920, extremamente agravada pela crise internacional de outubro de 29, os “tenentes” foram absorvidos pelas oligarquias dissidentes e habilmente por elas utilizados, sendo mantidos numa posição subordinada em relação aos líderes da Aliança Liberal. E uma das provas mais cabais dessa afirmativa reside no fato de Getúlio Vargas, ao organizar o movimento armado de outubro de 30, ter nomeado para dirigi-lo e coordená-lo o civil Osvaldo Aranha — elemento pertencente ao PRR, que combatera os “tenentes” em 1924 — e o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante de uma unidade de infantaria no Rio Grande do Sul e que também fora figura importante na perseguição aos rebeldes de São Paulo e à Coluna Prestes¹³⁹. Os “tenentes”, mesmo os mais conhecidos e fiéis a Vargas, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Djalma Soares Dutra, Osvaldo Cordeiro de Farias etc., receberiam missões destacadas, mas ficariam subordinados ao comando de Góis Monteiro e do próprio Vargas.

Na hipótese de que Prestes tivesse aceitado participar do movimento de 30, teria tido que abdicar de suas posições e tornar-se um instrumento a serviço das oligarquias dissidentes que — com

a ajuda de um grupo de generais, com altos postos de comando, da guarnição do Rio de Janeiro — derrubaram Washington Luís, da mesma forma que o fizeram seus antigos companheiros. As camadas médias urbanas e os setores populares nas grandes cidades — e ainda menos no interior do país — não contavam com uma organização, nem uma direção política que possuísse força para impor suas reivindicações numa hipotética coligação com os setores oligárquicos de oposição, da qual Prestes viesse a participar¹⁴⁰. Caso ele tomasse parte na “Revolução de 30” e tentasse mudar seu rumo, ficaria isolado, sem respaldo sequer dos “tenentes”, e teria que acabar capitulando diante da classe dominante.

Em 1930, como em outras ocasiões da história do Brasil, a tragédia dos movimentos populares residiu no fato de que a sua debilidade e desorganização lhes impediram de trilhar um caminho independente, tornando-se joguetes nas mãos das classes dominantes, que os souberam usar com maestria para alcançar seus objetivos particulares. Luiz Carlos Prestes — para não se transformar em mais um juguete nas mãos das oligarquias dissidentes — teve que ficar só, rompendo até mesmo com seus companheiros mais próximos.

A vitória de Getúlio Vargas em outubro de 1930 resultaria não tanto da participação dos “tenentes” no movimento armado que derrubou Washington Luís — participação secundária no conjunto das forças comandadas por Góis Monteiro —, mas de um complexo de circunstâncias históricas, entre as quais os levantes tenentistas ocorridos durante toda a década e, em particular, a Coluna Prestes, que desempenharam um papel decisivo para abalar os alicerces da República Velha.

A Coluna Prestes e os movimentos dos “tenentes” sacudiram o país e empolgaram as populações urbanas, o que foi usado com habilidade pelas oligarquias dissidentes, ansiosas por mudanças no sistema político dominante, que lhes permitissem aumentar seu poder decisório na vida nacional. Com a vitória da chamada “Revolução de 30”, o objetivo seria alcançado.

NOTAS

1 - A respeito, ver item 3 do Capítulo II.

2 - “Mensagem aos Revolucionários de Pernambuco”. *O 5 de Julho*, nº 54. Ver no *Anexo* nº 13.

3 - A respeito, ver item 3 do Capítulo II.

- 4 - Cf. BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino 1946, capítulo V.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista; o Partido Democrático e a Revolução de 1930*. 2ª ed. V. 1. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1965, p. 145.
- 5 - Ver os Capítulos I e II.
- 6 - BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954); síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira*. 7ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 254.
- 7 - Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha — II — (evolução política) (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1977, p. 382.
- LACERDA, Maurício de. *Entre Duas Revoluções*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1927, p. 158.
- 8 - NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil; (1924-1925)*. Apontamentos para a história. 3ª ed., s. I., s. e., 1931, p. 51.
- Cf. também TÁVORA, Juarez. *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 1. São Paulo, "O Combate", 1927, pp. 68, 105, 131.
- 9 - TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 68.
- 10 - Id., ibid., p. 105.
- 11 - Cf. CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 387-389.
- 12 - Discurso do senador Dionísio Bentes (Pará), no Senado Federal, sessão de 7/8/1924. *Anais do Senado*, 1924, v. 4. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, pp. 103-109.
- Telegrama do presidente do Estado do Pará, Sr. Souza Castro, a Arthur Bernardes, agosto de 1924, in A.A.B., microfilme O8/B6.
- 13 - Ver o Capítulo III.
- 14 - Ver no Anexo nº 10 o Manifesto de Santo Ângelo.
Ver Capítulo III.
- 15 - Cf. LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Trad. de Adalberto Marson. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, pp. 217 e seguintes.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os Liberais e a Crise da República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Tudo É História, 67.)
- CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 375-378 e 389-391.
- 16 - A respeito, cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., pp. 219-224.
- Na verdade, Borges de Medeiros contava com 12 mil homens em armas entre a Brigada Militar e os "corpos provisórios", enquanto Artur Bernardes não podia estar certo do apoio das unidades do Exército sediadas no Estado do Rio Grande do Sul. (Cf. LOVE, J. L. Op. cit., p. 220).
- 17 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit.
- CARONE, Edgar. Op. cit.
- TÁVORA, Juarez. Op. cit., pp. 57-62.
- 18 - Telegrama de Honório Leme ao general Setembrino de Carvalho, novembro de 1924. Apud Discurso do deputado Artur Caetano (RS), na Câmara dos Deputados, sessão de 23/12/1924. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1924, v. 18. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924, pp. 343-345.
- 19 - Id., ibid.
- 20 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., p. 225.
- 21 - A respeito ver o Capítulo III, item 1, deste trabalho.

- 22 - Carta de J. F. de Assis Brasil. *A Federação*, Porto Alegre, 16/7/1924.
- 23 - Cf. CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o Último Caudilho*, 2ª ed. v. 1. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 249-250.
- 24 - BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. Entrevista. *Correio da Serra*, Santa Maria (RS), 24/10/1924. Cf. também *Correio da Serra*, Santa Maria (RS), julho-dezembro de 1924, janeiro de 1925.
- 25 - Cf. LUSARDO, João Batista. Reportagens. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1926. Apud CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o Último Caudilho*. Op. cit. v. 1., pp. 259-284.
- 26 - *A Federação*, Porto Alegre, 23/12/1924.
Cf. também Carta do Marechal Isidoro a Luiz Carlos Prestes, Apóstoles, 23/12/1924. Apud MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 529-534.
- 27 - Ver o Capítulo III.
- 28 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., p. 227.
- 29 - Cf. Carta do Marechal Isidoro a Luiz Carlos Prestes, Apóstoles, 23/12/1924. Apud MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., pp. 529-534.
- 30 - VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., p. 40.
- 31 - BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao País*. (Manifesto). Montevidéu, 12/4/1925. Apud *Discurso do senador Soares dos Santos (RS)*, no Senado Federal, sessão de 8/5/1925. *Anais do Senado*, 1925, vol. 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929, pp. 245-253.
- 32 - Id., *ibid.*
- 33 - A respeito, ver o item 3 do Capítulo II.
- 34 - BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao País*. (Manifesto). Montevidéu, 12/4/1925. Op. cit.
- 35 - Id., *ibid.*
- 36 - Id., *ibid.*
- 37 - Id., *ibid.*
- 38 - Id., *ibid.*
- 39 - Ver o Capítulo III.
- 40 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/10/1925, p. 1j; 20/11/1926, p. 1; 21/11/1926; 4/1/1927, p. 5; 5/1/1927; 16/1/1927; 21/1/1927; 22/1/1927; 26/1/1927; 27/1/1927; 28/1/1927.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20/11/1926.
CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 399-400.
- 41 - Cf. CARNEIRO, Glauco. Op. cit., pp. 249-250.
- 42 - Cf. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924 e 1926.
Diário do Congresso Nacional, 1925 e 1926.
- 43 - Cf. CARNEIRO, Glauco. Op. cit., pp. 241-243 e 250.
- 44 - Carta do Marechal Isidoro a Luiz Carlos Prestes, Foz do Iguaçu, 22/2/1925. Apud MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 537.
- 45 - Cf. CARNEIRO, Glauco. Op. cit., p. 295.
Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924 e 1926.
Diário do Congresso Nacional, 1925 e 1926.
- 46 - CARNEIRO, Glauco. Op. cit., p. 255.
- 47 - Id., *ibid.*, p. 259.
- 48 - Cf., por exemplo, DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe*. Petrópolis, Vozes, 1974, p. 166.

- 49 - Os comunicados oficiais do governo a respeito dos rebeldes eram publicados em jornais como o *Jornal do Comércio*, *O País*, *A Noite* do Rio de Janeiro e *A Federação* de Porto Alegre (RS).
- 50 - Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3/3/1926.
- 51 - Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/11/1926.
- 52 - Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/12/1926.
- 53 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17/4/1925, p. 6.
- 54 - Cf. CARNEIRO, Glauco. Op. cit., pp. 284-289.
- 55 - Id., ibid.
- 56 - Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, julho de 1924 a dezembro de 1926. *O Combate*, São Paulo, julho de 1924 a dezembro de 1926.
- 57 - *O 5 de Julho*, 1924, 1925, 1926, 1927.
NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *O Terceiro 5 de Julho*. Rio de Janeiro, s. e., 1952, p. 160.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 5/1/1927; 11/11/1930; 16/11/1930.
- 58 - A respeito ver o item I do Capítulo IV.
- 59 - Cf. MOREIRA LIMA, Lourenço. Op. cit., p. 168.
CARONE, Edgar. Op. cit., p. 395.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11/1/1927 e 11/2/1927.
- 60 - Ver o Capítulo VI.
- 61 - Ver o Capítulo I.
- 62 - Cf. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p. 26.
- 63 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., Capítulo 10.
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit.
- 64 - Sobre o Partido Democrático, ver PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada*; (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo, Ática, 1986. (Ensaio, 115).
Trata-se de trabalho recente, com uma análise fundamentada do PD, que esclarece pontos obscuros de trabalhos anteriores.
- 65 - Id., ibid., p. 94.
- 66 - Id., ibid., p. 96.
- 67 - Id., ibid., p. 152.
- 68 - Id., ibid., p. 174.
- 69 - Id., ibid., pp. 10-11.
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., pp. 42-46.
FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis, 1978, pp. 37-39.
- 70 - CARONE, Edgar. Op. cit., p. 402.
- 71 - Id., ibid., pp. 403-404.
Cf. também os jornais *Correio da Manhã* e *O Jornal* daquele período.
- 72 - CARONE, Edgar. Op. cit., p. 405.
Cf. também os jornais *Correio da Manhã* e *O Jornal*, do Rio de Janeiro, e *Diário Nacional*, de São Paulo, do referido período.
- 73 - CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 405-406.
Cf. também *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Diário Nacional* do referido período.
- 74 - CARONE, Edgar. Op. cit., p. 406.

- 75 - Cf. a imprensa da época: *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Jornal do Comércio*, *A Noite*, *A Esquerda*, *O Globo*, do Rio de Janeiro; *Diário Nacional*, *O Combate*, de São Paulo; *Diário da Manhã*, de Recife etc.
- 76 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1927.
- 77 - Ver a nota 75.
- 78 - VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., p. 50.
- 79 - BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. Entrevista. Mello (Uruguaí). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6/4/1927.
- 80 - Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., p. 78.
Diário Nacional, São Paulo, 14/7 e 31/7/1927.
- 81 - Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., pp. 76 e 78.
- 82 - Id., ibid., p. 77.
- 83 - Cf. *Diário Nacional*, São Paulo, 14/7/1927 a 31/12/1929.
- 84 - Cf. *Diário da Manhã*, Recife, 16/4/1927 a 31/12/1929.
- 85 - Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., p. 79.
- 86 - Id., ibid., pp. 79-80.
Discurso de J. F. de Assis Brasil na Câmara dos Deputados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24/9/1927.
Entrevista de J. F. de Assis Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/10/1927, p. 1.
Discurso de J. F. de Assis Brasil na Câmara dos Deputados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4/10/1927.
- 87 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6/3/1927, p. 1.
- 88 - Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., pp. 79-80.
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., p. 51.
FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., p. 52.
- 89 - Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., p. 80.
FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., pp. 52-53.
LACERDA, Maurício de. *Segunda República*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Editora Freitas Bastos, 1931, pp. 69-94.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, novembro/1927 e junho-setembro de 1928.
O Jornal, Rio de Janeiro, junho-agosto de 1928.
Diário Nacional, São Paulo, julho-setembro de 1927 e março-dezembro de 1928.
Diário da Manhã, Recife, julho-setembro de 1928.
- 90 - *Diário da Manhã*, Recife, 3/8/1928, p.1.
- 91 - Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3/6/1927.
- 92 - LCP, fita 8, pp. 25-26.
- 93 - LCP, fita 8, p. 37.
- 94 - LCP, fita 8, pp. 35-36.
LACERDA, Maurício de. *Segunda República*, Op. cit., pp. 55-56.
- 95 - LCP, fita 8, pp. 37-38.
- 96 - Carta de Luiz Carlos Prestes a Rafael Correia de Oliveira, Gaiba (Bolívia), 25/5/1927. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/2/1929, p. 1. Grifos nossos.
- 97 - PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/11/1928, p. 3. Grifos nossos.
- 98 - Discordamos de Maria Cecília Spina Forjaz, quando a autora vê duas revoluções: a dos "tenentes" e a dos liberais, com programas supostamente distintos. (Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., pp. 61-62.)

- 99 - Cf., por exemplo, *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 9/8/1928, p. 6.
- 100 - Cf. a imprensa daquele período, ou seja, do ano de 1928: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro; *Diário Nacional*, São Paulo etc.
- 101 - LACERDA, Maurício de. *Segunda República*. Op. cit., Capítulo 10.
- 102 - Cf. LACERDA, Maurício de. *Segunda República*. Op. cit., pp. 71-72.
FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., pp. 61-63.
- 103 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., Capítulo 10.
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., pp. 55-57.
- 104 - A bibliografia sobre a Aliança Liberal é vasta. Cf., por exemplo:
CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 413-423.
LOVE, Joseph L. Op. cit., Capítulo 10.
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Op. cit., pp. 57-69.
- 105 - LCP, fita 8, pp. 38 e 41.
- 106 - Cf. COSTA FILHO, Miguel. *Os Farsantes da Revolução*. Rio de Janeiro, s. e., 1931, pp. 29-30.
- 107 - Cf. SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro — 1930*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983, p. 92.
- 108 - Cf. Os jornais acima citados daquele período, ou seja, dos anos 1929-1930.
- 109 - LCP, fita 8, pp. 42-43.
- 110 - SOBRINHO, Barbosa Lima. Op. cit., p. 92.
- 111 - Id., *ibid.*, p. 92.
- 112 - LCP, fita 8, pp. 42-43.
- 113 - LCP, fita 8, pp. 44-46.
- Cabe assinalar que Juarez Távora dá uma versão totalmente diferente desses entendimentos — dos quais ele não participou — entre Prestes e Getúlio Vargas, sendo que essa versão serviu de base para alguns estudiosos da época, como é o caso de M. C. Spina Forjaz. (Cf. TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas — Memórias*. v. 1. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, pp. 272-273; e FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., pp. 77-79.)
- 114 - LCP, fita 8, pp. 46-47 e 49.
- 115 - LCP, fita 8, pp. 48-49 e 53.
- 116 - LCP, fita 8, pp. 49-50.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3/10/1929.
O Jornal, Rio de Janeiro, 3/10/1929.
- 117 - LCP, fita 8, p. 50.
- 118 - *A Noite*, Rio de Janeiro, 2/6/1930, p. 1.
- 119 - Ver no Anexo nº 41 o Manifesto de Maio de 1930 de Luiz Carlos Prestes.
- 120 - *A Noite*, Rio de Janeiro, 2/6/1930, p. 1.
- 121 - LCP, fita 8, p. 52.
- 122 - Trata-se de Osvaldo Aranha.
- 123 - Essa plataforma foi lida por Getúlio Vargas em comício realizado na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, a 2/1/1930. (Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3/1/1930).
- 124 - LCP, fita 8, pp. 53-55.
- 125 - A bibliografia sobre esse período histórico é vasta. Cf., por exemplo: LOVE, Joseph L. Op. cit., Capítulo 10. CARONE, Edgar. Op. cit. SOBRINHO, Barbosa Lima. Op. cit.

126 - LCP, fita 8, p. 55.

127 - LCP, fita 8, p. 56.

128 - LCP, fita 8, pp. 56-57.

129 - LCP, fita 8, p. 58.

130 - LCP, fita 8, pp. 58-59.

131 - LCP, fita 8, p. 59.

132 - LCP, fita 8, pp. 59-60.

133 - LCP, fita 8, pp. 60-61.

PRESTES, L. C. Informações prestadas à autora.

134 - LCP, fita 8, pp. 62-63.

135 - Cf. *Diário da Noite*, São Paulo, 2ª ed., 29/5/1930. Apud BASTOS, Abgvar. Op. cit., pp. 225-229.

136 - Cf. os jornais acima citados daqueles dias.

137 - *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/3/1930, p. 4.

138 - FORJAZ, Maria Cecília Spina. Op. cit., p. 88.

139 - Cf. LOVE, Joseph L. Op. cit., pp. 254-255.

CARONE, Edgar. Op. cit., pp. 433-434.

140 - O movimento operário e o PCB eram muito débeis e não tinham condições de influir decisivamente nos acontecimentos. Além disso, o PCB via Luiz Carlos Prestes com desconfiança e reservas devido à sua origem pequeno-burguesa e ao seu grande prestígio popular naquele momento.

Conclusão

Uma vez que as conclusões a que chegamos foram sendo apresentadas no decorrer deste trabalho, consideramos dispensável repeti-las. Limitar-nos-emos a destacar alguns pontos que julgamos fundamentais, resultantes do estudo que empreendemos da República Velha e do tenentismo, assim como da pesquisa da Coluna Prestes.

Com a proclamação da República, ocorreram importantes mudanças superestruturais — entre as quais se destaca o estabelecimento da federação —, que correspondiam à ascensão ao poder dos setores da classe dominante ligados à produção cafeeira (a *burguesia cafeeira* ou *oligarquia do café*). Essas mudanças no sistema sócio-político decorreram das transformações que vinham se dando na base econômica, com a transição do escravismo colonial ao capitalismo.

Devido ao tipo de desenvolvimento capitalista — que teve lugar nas três primeiras décadas republicanas —, marcado por uma série de características particulares, que por nós foram examinadas, o sistema de dominação estabelecido com o advento da República havia se esgotado no final dos anos 10 do século XX. Desencadeava-se, assim, a crise desse sistema, que seria agravada e acelerada pela conjuntura internacional decorrente da I Guerra Mundial.

O tenentismo veio a ser fruto da crise da República Velha, representando, nas condições da década de 20, a revolta possível contra o domínio oligárquico.

Quanto à Coluna Prestes — o episódio culminante do tenentismo —, pela sua duração, invencibilidade e repercussão no país, não só refletiu a necessidade objetiva de mudanças superestruturais, decorrente das próprias transformações ocorridas com o de-

seenvolvimento capitalista em curso, como contribuiu decisivamente para abalar os alicerces da República Velha e para o estabelecimento de novas formas de dominação. Isso viria a acontecer, em outubro de 1930, com a vitória das forças oposicionistas aglutinadas em torno de Getúlio Vargas.

O tenentismo, não obstante sua feição militar, não foi um movimento militarista — ou seja, que visaria apenas objetivos da corporação militar —, mas adquiriu características de movimento político e social, de proporções nacionais, que empolgou amplos setores oligárquicos dissidentes, grandes contingentes das camadas médias urbanas e, inclusive, da classe operária das cidades, assim como da opinião pública, através da imprensa oposicionista e do Congresso Nacional. Já no que diz respeito à Coluna Prestes, devido às suas peculiaridades — embora também fosse um movimento político e social —, transformou-se numa organização militar com características populares, o que a distinguiu essencialmente dos demais movimentos tenentistas.

A Coluna Prestes, pela sua importância enquanto movimento militar, político, social e, em certa medida, popular, exerceu uma influência decisiva para que se formasse uma ampla frente — ainda que bastante desestruturada — das forças de oposição, capaz de levar ao colapso a República Velha, o que, afinal, viria a acontecer com a vitória da chamada “Revolução de 30”.

ANEXOS



Anexo nº 1

Manifesto dos rebeldes de São Paulo, publicado na imprensa de São Paulo, em 10/7/1924

CONCIDADÃOS!

Antes de mais nada, é preciso fazer notar que esta Revolução não é um movimento isolado, que se tivesse podido levar a efeito somente nesta circunscrição da República.

É um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, a sua ação tem um característico nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente, há muitos meses, deveria irromper simultaneamente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso.

Circunstâncias imprevistas, porém, determinaram a sua irrupção sem o caráter de simultaneidade desejado, o que está certo, não prejudicará a segurança das convicções e a eficácia da ação das demais unidades do movimento revolucionário.

Sendo, como é, esse ato histórico, de caráter nacional, visa mudar completamente a situação do governo da República e dos Estados onde isso for necessário à execução do programa revolucionário.

Quanto ao governo da República é preciso, fazer notar, desde logo, que o Exército Nacional não pode e não pôde nunca aceitar o governo do Sr. Artur Bernardes, no que diz peculiarmente respeito à sua pessoa. Não obstante fatos conhecidos, permanecem de pé as gravíssimas ofensas por ele dirigidas ao Exército.

Entretanto, não visa a Revolução a pessoa do atual Presidente, o que lhe diminuiria o caráter elevado em que se inspirou e com o qual se apresenta ao povo brasileiro. Ela traz, como um dos seus objetivos, A SUBSTITUIÇÃO DO ATUAL GOVERNO DA REPÚBLICA, por entenderem os seus chefes e orientadores que esse governo não está à altura dos destinos do país e que, por fatos, cuja citação é desnecessária, por mui notórios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes últimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica, na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente.

O Exército não tem ambições e não quer postos. Age abnegadamente por altruísmo brasileiro e, fundamentalmente patriótico, e, nesse sentido, os chefes do movimento revolucionário querem dar o exemplo que empreste autoridade à sua crítica aos republicanos, que até agora ocupam os altos postos da administração do país que, com raras exceções, não souberam servi-lo nos seus interesses gerais.

O EXÉRCITO QUER A PÁTRIA COMO A DEIXOU O IMPÉRIO, COM OS MESMOS PRINCÍPIOS DE INTEGRIDADE MORAL, CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA, PROBIIDADE ADMINISTRATIVA E ALTO DESCORTINO POLÍTICO.

O Brasil está reduzido a verdadeiras satrápias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, o servilismo contumaz, que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social.

O povo ficou reduzido a uma verdadeira situação de impotência, asfixiado em sua vontade pela ação compressora dos que detêm as posições políticas e administrativas. Dispondo de material bélico moderno, contra o qual os cidadãos inermes nada podem fazer, os dominadores têm-lhe coartado a manifestação da vontade, pelas urnas, órgão legítimo pelo qual a soberania popular se exerce nas democracias.

Quando se proclamou a República, o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e por consequência assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares, o compromisso de fazê-la cumprir.

Só essa circunstância bastava para justificar o gesto deste momento, da classe militar, que, além do mais, não pode ficar alheia à vida da Nação, à sua ordem interna e prestígio externo.

Os governos que temos tido têm assumido um caráter de chegar a envolver-se em acontecimentos políticos internacionais, como sejam atitudes bélicas inconvenientes, movidos por interesses de armamentistas inconscientes.

Um exemplo desses fatos dá o próprio atual governo da República, que tem feito considerável pressão sobre o povo, caracterizando-se por atos de vingança pessoal, inspirados em ódio político.

Haja vista, também, o gesto impensado, recente, de além de não ter poupado o país o vexame de uma vistoria estrangeira, ainda se ter dado publicidade, por iniciativa governamental, de um documento da missão inglesa, em que até se incluíam graves insinuações sobre a probidade brasileira. Não satisfeito com os fatos lamentáveis, o governo quis documentá-los perante o mundo, por uma peça oficial.

Desejávamos, para reafirmar e confirmar os nossos propósitos liberais e abnegação a que aludimos no começo desta exposição, que, com os demais departamentos da República, São Paulo tenha um governo de paulistas de valor e de caráter, de homens arraigados às suas nobres tradições, capazes de ser, aqui, uma unidade eficiente do programa geral de moralização nacional.

Os chefes do movimento revolucionário já deram providências nesse sentido, tendo feito um convite ao Sr. conselheiro Antônio Prado.

Caso esse paulista não possa assumir o encargo dos que confiam nos seus merecimentos, outro nome há de ser encontrado capaz de atender às exigências do momento.

Temos empenho em declarar que a população encontrará da parte dos revolucionários todos os esforços para a sua segurança e garantia, assim como para a aplicação de quaisquer princípios de justiça.

Nesse sentido, afirmamos, com toda a segurança, que nenhuma responsabilidade ou conivência tivemos em saques, depredações ou incêndios verificados e levamos a nossa tolerância ao extremo de poupar o máximo de vidas e de prejuízos materiais para a cidade.

Deixamos de tomar algumas posições da Luz, pela presença de famílias ou de estabelecimentos religiosos nas vizinhanças. Estamos continuando as nossas providências no sentido de evitar a prática de atos dessa natureza e assim prosseguiremos até o completo restabelecimento da ordem.

O povo poderá circular livremente pela cidade e retomar suas ocupações habituais e as mesmas só serão interrompidas se os nossos adversários, como afirmam, volverem a atacar as posições que ocupamos.

São Paulo tornou-se o centro desse movimento, sendo nosso programa estendê-lo a todo o Brasil, com a ordem e o patriotismo já mencionados.

A imprensa, qualquer que seja o seu credo, terá de nossa parte uma garantia completa de manifestação de pensamento, estando os revolucionários dispostos a estudar e atender a todas as reclamações que, por seu intermédio, tragam o cunho da sinceridade, de patriotismo. Estamos também dispostos a receber todo e qualquer cidadão que precise das nossas providências no sentido das suas necessidades e aspirações.

Esse movimento revolucionário é um gesto de indignação e patriotismo. O atual governo da República não tem o apoio da Nação, nem daqueles a quem, em última análise, cabe a defesa de sua honra.

Não é o governo do povo brasileiro e nem tem o apoio do Exército, porque o Exército é composto daqueles que assinaram o manifesto do Clube Militar e dos que, por eles, se achavam representados nesse ato.

Se as nossas idéias concretizam o sentir do povo, esperemos que ele se manifeste pelo seu apoio à nossa obra.

Estamos dispostos a levá-la por diante e, se formos vencidos, com a nossa derrota, sucumbirão os ideais do país.

Levamos ao conhecimento do público que os prefeitos de todas as cidades do Estado, inclusive o da Capital, serão mantidos em suas investidas.

Fonte: NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil*, (1924-1925) — Aposentamentos para a história. 3ª ed., s. l., s. e., 1931, pp. 138-141.

Anexo nº 2

*Manifesto dos rebeldes de São Paulo,
publicado na imprensa de São Paulo, em 17/7/1924*

CONCIDADÃOS!

Quando na segunda metade do século passado o governo do Brasil singrara pela senda do despotismo, do dismantelo administrativo, do repúdio à opinião nacional, da injustiça, da opressão e vilipêndio às classes armadas, estas, de armas nas mãos, substituíram, em nome do povo, o

anacrônico sistema monárquico pela forma republicana, na esperança de melhores dias para a Pátria, que aspirava e tinha direito a evoluir como as demais nações do globo.

Estabelecido o novo sistema, muito se não fizeram esperar os erros, as imprevidências governamentais que criaram essa situação deplorável a que chegamos: a obliteração dos caracteres políticos e a descrença popular pelos benefícios do regime adotado em 89.

As queixas surgem de todos os ângulos do país e o descaso aos protestos populares põe em risco a sorte da República.

As condições de lutas que se apresentam periodicamente tomam aspecto cada vez mais alarmante em referência a certos elementos de confiança que traem, de um momento para outro, as esperanças, as tradições, para se nivelarem aos interesses políticos ou pessoais mais subalternos, em vez de se baterem pelos interesses gerais.

Por outro lado, já não são os partidos regulares que pleiteiam as suas idéias no terreno constitucional. São os processos corruptores e hostis à liberdade e ao progresso, manipulados pelos governantes, que prevalecem.

A este desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a desordem administrativa e as perturbações econômicas que ameaçam devorar o futuro, depois de haverem arruinado o presente.

A inobservância da lei básica, a perversão dos costumes políticos e as usurpações governamentais romperam o equilíbrio dos três poderes, cujos princípios de harmonia e independência estão hoje em dia desvirtuados pelo regime de compressão e de violências, de ódios e de vindetas que anulam o Legislativo, que pervertem o Judiciário dando às leis e ao Direito o cunho das preferências e paixões do Executivo, que, fiado nos preceitos constitucionais que colocam sob as suas ordens os aparelhos da força, deles se têm utilizado para desenvolver numa progressão assustadora a sua ascendência sobre os demais órgãos do poder, desrespeitando sentença para intervir à mão armada na vida autônoma dos Estados; mobilizando tropas para subordiná-las às suas preferências partidárias; abalando o crédito do país e ateando, em suma, o rastilho da guerra civil; usando, finalmente, das suas forças de polícia para ameaçar o eleitorado livre com o intuito manifesto de fazer prevalecer os seus candidatos às altas posições da política.

Um a um foram sendo vencidos todos os freios que a Constituição estabeleceu a essa ação invasora do Executivo, e, por fim, o último deles, o da opinião pública expressa na crítica ampla e livre da imprensa sobre os atos do governo, foi arrebatado ao povo por uma lei iníqua e inconstitucional que estabeleceu na República o delito de opinião, como se não dimanasse da própria essência do regime essa prerrogativa da ampla liberdade do pensamento.

Conseqüentemente violada está a Constituição, uma vez desaparecidas as garantias do povo, que nela repousam; desprestigiado o Poder Judiciário, donde emanam as sentenças pela interpretação das leis; tolhido o Legislativo, cuja formação depende das preferências discricionárias do Executivo.

É este, portanto, o momento em que as forças armadas desempenham um alto e sagrado dever: O de patrocinar os direitos do povo, tomando das armas **PARA RESTABELECER O IMPÉRIO DAS LEIS, O DECORO DA JUSTIÇA**, limitando a autoridade do Executivo dentro de uma órbita compatível com o regime **REPUBLICANO**.

Nada pretendem os revolucionários para si, senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporcionar-lhe os meios de reivindicar os seus direitos, substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais, e menos acessível aos abusos apontados, sem substituir a forma **REPUBLICANA**.

Os revolucionários

Fonte: NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil; (1924-1925)* — Aparentamentos para a história. 3ª ed., s. l., s. e., 1931, pp. 141-143.

Anexo nº 3

Mensagem aos cariocas e fluminenses dos rebeldes de São Paulo, datada de 20/7/1924

Os revolucionários de São Paulo, num gesto de veneração e simpatia pelo povo carioca e fluminense, enviam a esses dignos patriotas um emissor, portador de suas saudações e de seus ideais.

A 5 do corrente foi iniciado pelos corpos do exército e da polícia aquartelados no Estado de São Paulo um movimento revolucionário **TENDENTE A CORRIGIR OS ERROS DOS MAUS GOVERNOS, A ELEVAR OS CRÉDITOS MORAIS E MATERIAIS DA NAÇÃO BRASILEIRA E A DEFENDER OS INTERESSES E OS DIREITOS DO POVO**.

Esse movimento vem conquistando dia a dia a simpatia de todo o povo paulista que vibra em apoteoses de manifestações patrióticas; já domina as posições táticas e estratégicas, comerciais e industriais mais importantes, tais como a Capital, a cidade de Campinas, Jundiaí, Ribeirão Preto, etc., etc., e tem as esperanças da vitória robustecidas nos elevados intuítos patrióticos que o justificam.

O seu ponto de vista político, entre outros, visa o seguinte:

1º — **RESTABELECER A FORMA DE GOVERNO REPUBLICANO FEDERATIVA**;

2º — As atuais fronteiras dos Estados em tudo que disser respeito aos interesses regionais, com a possível diminuição de número de unidades da Federação a fim de torná-las mais equilibradas;

3º — A separação da Igreja e do Estado, firmando o princípio da liberdade religiosa e a defesa da maioria católica nos seus direitos constitucionais contra as intolerâncias da irreligiosidade;

4º — Atribuição da Justiça de conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos;

5º — A proibição dos impostos interestaduais;

6º — Tudo o que se refere à declaração dos direitos dos brasileiros, não se admitindo modificação alguma senão ampliativa;

7º — Proibição da reeleição do presidente da República, dos presidentes e governadores dos Estados. Do mesmo modo proibida a reeleição dos deputados federais, estaduais e senadores, salvo se alcançarem sufrágio de dois terços do eleitorado comparecente;

8º — Decretar o voto secreto;

9º — A obrigatoriedade do ensino primário e profissional.

Sustentam esse movimento e esses ideais, reforçados diariamente por centenas de voluntários e patriotas da melhor sociedade paulista, as seguintes unidades:

VIVA A REPÚBLICA!

São Paulo, 20 de julho de 1924

Os revolucionários

Fonte: NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil: (1924-1925)* — Aparentamentos para a história. 3ª ed., s. i., s. e., 1931, pp. 143-144.

Anexo nº 4

Manifesto dos rebeldes de São Paulo, publicado nos jornais de São Paulo, de 24/7/1924

Para esclarecimento da opinião pública brasileira, o chefe das forças revolucionárias, em aditamento às declarações já publicadas pela imprensa, acrescenta o seguinte: — o fim da revolução sendo a reforma radical dos MÉTODOS pouco nobres, usados na política e administração pública, pelos sucessivos governos, os meios a empregar para conseguir este ideal; não serão os preconizados nos palavreados de todas as plataformas presidenciais; mas sim, métodos e processos, que, transformando radicalmente as PRAXES até agora seguidas, permitam aos melhores elementos da nossa nacionalidade ocuparem, na administração do país, o lugar que lhes compete.

Assim, triunfante a Revolução, o governo provisório convocará uma constituinte que virá discutir e regulamentar os seguintes princípios, que são o anelo de todo bom brasileiro:

1º) Voto secreto e censo alto;

2º) Justiça gratuita e reforma radical no sistema de nomeação e recru-

tamento dos magistrados, adotando-se o meio que os torne em absoluto independentes dos processos de suborno empregados pelo Executivo. Como medida complementar, redução ao mínimo de nossa máquina burocrática, e das atribuições do Executivo, de forma que ao governo não fique o meio da corrupção da nossa magistratura, que, já não dependendo do Executivo para a sua carreira, dependeria, entretanto, pela necessidade de colocar seus filhos e genros nos diferentes departamentos da pública administração ou empresas de administração oficial. E para podermos ter os melhores elementos na nossa magistratura, pagá-la de forma tal que os nossos juriconsultos, que encontram nas suas bancas de advogados uma régia remuneração, não perdessem com a sua troca por uma toga de magistrado;

3º) A reforma não dos programas, mas sim dos métodos da instrução pública, a que melhor chamaremos de "educação" pública; abolindo o atual conceito que tem como meta do nosso ensino primário o aprendizado de leitura e escrita e substituindo-o pela noção de que à escola primária compete, pelo ensino objetivo, a formação do caráter e da mentalidade do jovem brasileiro. Acabando assim de vez com esse malfadado ensino livresco que tem gerado, entre nós, essa classe, inútil e improdutivo pela verbiagem, que o nosso povo denomina de bacharelesca.

Segundo o sentir dos chefes revolucionários, é no princípio da gratuidade da justiça e na integridade e independência moral dos magistrados que assentam as bases de uma verdadeira democracia. Pois a única igualdade que pode e deve existir é a igualdade perante a Lei e a possibilidade para todos os cidadãos de, provada a sua capacidade e sejam quais forem as suas origens, galgarem os postos que ambicionam.

Sem uma forma de processo singela, sem custas nem selo; sem a possibilidade de cada um defender em juízo, por uma forma ditada pelo simples bom senso, sem praxes tabeliões, o seu próprio direito, não existirá em realidade a igualdade perante a Lei. Pois os menos favorecidos da fortuna nunca poderão arcar com as despesas do mais pequeno processo.

Nutrem os chefes revolucionários a certeza de que estes ideais merecerão o apoio de todos os homens de bem.

Fonte: NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil; (1924-1925)* — Aposentamentos para a história. 3ª ed., s. l., s. c., 1931, pp. 144-145.

Anexo nº 5

Manifesto do general Isidoro Dias Lopes, justificativo da retirada da Capital paulista

Aos paulistas.

A gratidão que devemos à população do Estado de São Paulo obrigamos a descobrir as baterias. Nosso objetivo fundamental era e é uma Revo-

lução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isso era necessário um fato empolgante, qual o da ocupação da Capital Paulista. Além disso, uma cidade como esta, que será dentro em breve a Capital Federal, seria o principal ponto, o núcleo ao redor do qual se agregariam os companheiros de diversos pontos, a fim de formarmos o exército revolucionário. Tudo isso está feito e nós vamos continuar o movimento libertador do Brasil, tal qual o fizeram os libertadores da América do Sul e Central.

A semente está plantada e já antevemos, pelo espírito revolucionário latente dos municípios, que conseguimos matar o marasmo político que avassalou o Brasil.

Nossa conduta como conquistadores, deixando de constituir governo Estadual e Provisório Federal, demonstra à evidência que não queríamos São Paulo como objetivo final. Essa, era apenas uma etapa, o meio de impressionar a nação, despertando e fazendo vibrar o sentimento de liberdade. Assim abandonaremos, com saudades, São Paulo e continuamos nossa missão já agora completamente conhecida, perlustrando todos os pontos do Brasil, onde seja necessário, com os intentos MANIFESTADOS NA NOSSA PROCLAMAÇÃO. E não haverá o bombardeio da cidade.

Pela REPÚBLICA — REPUBLICANIZADA —
todos os nossos esforços.

Fonte: NUNES DE CARVALHO, Joaquim, *A Revolução no Brasil*; (1924-1925) — Aparentamentos para a história. 3ª ed., s. l., s. e., 1931, pp. 145-146.

Anexo nº 6

Rascunho da Constituição elaborado pelos rebeldes de São Paulo e encontrado no arquivo do general Isidoro Dias Lopes, após a retirada de suas tropas da Capital paulista (julho de 1924)

1) o movimento revolucionário visa a implantação, no Brasil, do regime republicano democrático, a moralização da administração e da justiça, a difusão do ensino e o saneamento das finanças nacionais.

2) A direção suprema do país será confiada, provisoriamente, a uma "Ditadura" cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos sejam alfabetizados.

Parágrafo 1 — Uma vez conseguida essa percentagem, será convocada a "Constituinte", que resolverá definitivamente sobre os destinos do país.

Parágrafo 2 — Na vigência da "Ditadura" será mantida a Constituição atual, revogando-se, entretanto, os artigos:

Parágrafo 3 — Em qualquer hipótese, serão mantidos, em toda a sua plenitude, os direitos dos cidadãos.

Parágrafo 4 — Os compromissos contraídos pelos governos anteriores, nos países estrangeiros, serão fielmente respeitados.

Parágrafo 5 — Será decretada a “Lei Marcial” em todos os teatros de operações das forças revolucionárias.

3) O governo revolucionário criará escolas em número suficiente, de modo a atingir, no menor prazo possível, a alfabetização do povo brasileiro.

4) Composição do governo revolucionário:

a) — Governo Federal.

1) — O Executivo será exercido por uma junta de dois membros militares e um civil. Suas funções serão idênticas às dos atuais Presidentes da República.

11) — O Legislativo será exercido por um Conselho Nacional, composto de três membros para cada Ministério. Será dissolvido o Congresso Nacional.

III) — O Judiciário será exercido pelo Supremo Tribunal Federal, organizado sobre novas bases.

b) — Governos estaduais:

Parágrafo 2 do art. 2) — As Constituições estaduais serão mantidas no tocante à organização dos Municípios. Ulteriormente serão uniformizadas pela Constituição Federal.

I) — Executivo — será exercido por um presidente nomeado pela “Ditadura”, a quem prestará contas diretamente. Nomeará e demitirá livremente seus secretários.

II) — Legislativo — será exercido por um “Conselho Estadual” de tantas vezes três membros, quantas forem as secretarias.

III) — O Judiciário — ficará inteiramente a cargo do Governo Federal.

5) A “Constituinte” compor-se-á de um membro por cada 50.000 eleitores.

Parágrafo 1 — O sufrágio será direto, obrigatório e secreto.

Parágrafo 2 — Deverão ter representantes na “Constituinte” as seguintes classes: a) agricultores; b) criadores; c) industriais; d) comerciantes; e) proletários; f) magistrados; g) professores; h) força pública (exército, marinha e policia); i) classes intelectuais (bacharéis, médicos, engenheiros, etc.); j) jornalistas.

Fonte: COSTA, Cyro e GOES, Eurico de. *Sob a Metralha...* (Histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924) São Paulo, Cia. Gráfica — Ed. Monteiro Lobato, 1924, pp. 383-385.

Anexo nº 7

Proclamação dos militares rebelados em Aracaju (Sergipe), em 14/7/1924

AO ALTIVO POVO SERGIPANO!

Não desconhece o valoroso povo de Sergipe a situação de desrespeito e menosprezo aos direitos alheios implantada pelos que nestes últimos

seis anos vêm governando a República Brasileira; não desconhece também o digno povo sergipano as humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo à classe militar, esta classe que, numa hora feliz e majestosa, implantou em nossa cara Pátria o governo republicano, o governo da liberdade, o governo do povo, para o povo, e pelo povo, princípios estes esquecidos e relegados pelos que se têm assenhorado das posições políticas e administrativas do país. Há bem dois anos, uma centena de brasileiros militares, orientada e sequiosa de bem servir à Pátria, levantou-se contra os processos anti-republicanos do governo do sr. Epitácio Pessoa, cidadão que, apesar de Ministro do mais alto Tribunal da Nação, se mostrou o mais feroz inimigo dos direitos e da liberdade dos seus governados.

O seu sucessor, ao contrário do que se devia esperar, não quis se afastar dos moldes violentos e prejudiciais de governar daquele que o levava ao posto de Chefe do Estado. Até se excedeu no praticar dos atos de mais férrea tirania. Como não mais possível fosse suportar tantos ultrajes aos direitos do povo, o Exército Nacional, por intermédio de um número considerável de seus representantes, se levantou novamente, e desta vez nas plagas do Ipiranga, justamente nas terras em que se verificou o grito patriótico de *Independência ou Morte*.

Ora, a guarnição militar de Sergipe não podia de forma alguma ficar indiferente e calada em momento tão sombrio e difícil para a Pátria, resolvendo então os que abaixo se assinam, acompanhar os seus camaradas que no Sul se batem pela grandeza e verdadeira prática do regime Republicano.

E tal movimento de solidariedade e de patriotismo constitui em depor as autoridades que em Sergipe se correspondem com o governo central da República, constituindo-nos, doravante, em junta governativa militar para todos os efeitos, até que com a vitória final, assumamos as rédeas do poder o verdadeiro escolhido do povo. Enquanto isso não se verificar, os que compõem a referida junta saberão respeitar todos os direitos dos seus concidadãos, nada tendo a temer o glorioso povo sergipano. A nossa vitória será a vitória de Sergipe e dos seus filhos, e por conseguinte do Brasil e dos Brasileiros.

Aracaju-SE, 14 de julho de 1924.

Capitão Eurípedes Esteves de Lima
 1º Tenente Augusto Maynard Gomes
 1º Tenente João Scarino de Melo
 2º Tenente Manuel Messias de Mendonça

Anexo nº 8

*Proclamação dos militares rebelados
em Aracaju (Sergipe), em 26/7/1924*

Aos Camaradas do Norte.

Já é do domínio público a decisão extremamente patriótica e cívica tomada pelo 28º Batalhão de Caçadores, correndo em auxílio dos seus irmãos que nos campos paulistas defendem a honra e os brios da Pátria brasileira; também é do conhecimento de todos os sacrifícios desprendidos por esses milhares de patrícios militares, arriscando a vida e desprezando o sossego e bem-estar da família, tudo em prol do reerguimento moral e material do Brasil.

Doloroso será pois, para os que pertencem ao 28º Batalhão, combater os seus camaradas que foram mandados do Norte ou Sul do país para impedir-lhes a continuação de sua obra nobilitante e engrandecedora, em Sergipe, onde apesar da alteração sofrida no governo, continua a reinar a mais completa paz, garantidos todos os direitos dos seus patrícios.

Como se verá da proclamação lançada ao povo e como já foi dito linhas acima o nosso gesto não tem absolutamente ligações com a política local cujo chefe se encontra detido em nosso quartel, cercado de todas as garantias e tratado com distinção de que se fizer merecedor. Justo é que apelemos também para os sentimentos de patriotismo e camaradagem dos colegas do Norte, esperando que não negarão o seu apoio valioso nesta cruzada de civismo em que grande parte do Exército Nacional se acha empenhada, com o único propósito de bem servir o Brasil.

E esse apoio, estamos certos, não nos será negado porque assim o exigem as altas virtudes patrióticas dos nossos camaradas e o exemplo já dado pelas tropas do sul enviadas contra os nossos bravos irmãos de São Paulo e que com eles confraternizaram.

Convencidos estamos de que os políticos que neste momento infelicitam a Pátria não encontrarão no Exército o instrumento para a efetivação de suas ambições e da própria desmoralização de nossa classe. Terão então de recorrer como medida salvatória aos bandos armados de celerosos, denominados com o pomposo título de Batalhões patrióticos, pagos pelos cofres públicos e armados com os fuzis que outrora engrandeceram e elevaram a República. Vêm, portanto, os nossos camaradas que razão nos sobra para contarmos com a sua solidariedade à causa santa da salvação da Pátria, e prontos nos achamos para todos receber de braços abertos, na certeza de que não nos vieram combater e sim engrossar as nossas fileiras, trabalhando em comum. Venham pois.

Aracaju-SE, 26 de julho de 1924.

Capitão Eurípedes Esteves de Lima
1º Tenente Augusto Maynard Gomes
1º Tenente João Scarino de Melo
2º Tenente Manuel Messias de Mendonça

Anexo nº 9

*Proclamação dos militares rebeldes
em Manaus (Amazonas), em 24/7/1924*

CONCIDADÃOS!

Não é possível suportar por maior tempo esse aviltamento e essa desonra que os chamados poderes constituídos da República vêm semeando maquiavelicamente, em todos os recantos do território nacional.

A República Brasileira, penosamente construída sobre os escombros de um regime contra-indicado às justas aspirações nacionais de liberdade, de igualdade e de fraternidade, subverteu-se e degradou-se dia por dia, até ao ponto de ser transformada em uma forma desconhecida de Governo, em cujo lábaro apenas se inscreve a negação sistemática daqueles justos anelos que sempre traduziram os sonhos de bem-estar e de progresso do povo brasileiro!

Na política, regredimos — vergonhosamente, ao regime das donatárias...

Cada indivíduo, conduzido à suprema gestão do país pelo intermédio de concordatas políticas passivas, em que o predomínio do direito do voto nada mais representa do que um juguete ignóbil manejado, desprezivelmente, pelos nossos dirigentes como se nós brasileiros fôssemos ainda aquelas multidões de escravos integrados, desumanamente, à população brasileira, como verdadeiras turbas de escorralhas da Nação — retalha e doa, a quem lhe parece, os elementos constitutivos da Federação Brasileira!

Na economia, estacionamos — tão desastrosamente, que vivemos a mendigar a còdea simbólica de pão em um território tão fértil que, sobre possuir plainos deslimitados, propícios a toda sorte de culturas, ainda se entumece em montes e montanhas lavradas que, como se fossem gigantescos seios túrgidos de volúpia genesiaca, apenas anseiam pelo rocio do beijo luxurioso e procriador!

Nas finanças, nada mais temos feito do que iludir, miseravelmente, a boa-fé do Povo Brasileiro, atestando mensagens e relatórios, e pareceres parlamentares com intermináveis parcelas de algarismos que nada mais representam do que símbolos aritméticos — inexpressivos e falsíssimos!

Na administração pública subvertemo-nos até ao ponto de procurar, caprichosamente, aqueles indivíduos que mais se recomendam pela sua ignorância, pelo seu despudor, pela sua desonestidade, e pela sua subserviência para investi-los no exercício dos cargos públicos de maior responsabilidade!

E a República Brasileira, depois de 35 anos de existência, ignora o que seja o regime democrático, vive maltrapilha e faminta sem haver conseguido, ao menos, utilizar-se da moeda salutar num país cujo pauperismo degradante é um doloroso contraste aos recursos inexauríveis que representam os seus mananciais múltiplos de ouro!

E tudo porque — desde há 35 anos, nada mais têm feito os nossos pseudo-governantes do que mentir, e mentir sempre e despudoradamente à Nação. — E a última sucessão governamental do país, — erigida sobre um pantanal de ignomínias, de cobardia e de aviltamento, lançou, afinal, a Nação Brasileira na mais desmedida das desonras: — a desonra da Nação que é riquíssima mas mendiga; que é soberana mas suplica, e que é independente mas vive — eterno fâmullo passivo de misteriosos poderes discricionários, a curvar-se em inoportunos devotamentos que irritam e depreciam, mais e mais, a honra e a dignidade de seus filhos!

Nós militares da Marinha e do Exército brasileiros, não poderíamos permanecer, por maior tempo, surdos a esses angustiosos apelos de proteção e benemerência, que, pelo intermédio de seus sofrimentos e amargores, os nossos cidadãos nos faziam.

O Estado de São Paulo, que sempre foi o padrão administrativo do país, lançou na terra arroteada pelos anelos de patriotismo dos seus heróicos filhos, a semente bendita que há de germinar, finalmente, esse gigantesco carvalho, cujas ramas esmeraldinas e inquebrantáveis serão a umbela protetora da nossa Liberdade!

Empunhando armas para depor um governo, que é, tão-somente, um simples reflexo — descolorido e passivo, do chefe do poder central, nós desejamos tão-somente, prestar o nosso apoio — material e moral, à causa sacrossanta da reivindicação da liberdade!

Não somos um troço de combatedores sem rumo certo, ou sem ideal seguro; representamos uma legião de legítimos mandatários do povo que se lança, arduosamente, à peleja, para emancipar esse mesmo povo dos pesados grilhões que tanto o têm aviltado e pejado de desonras!

Podem assim viver tranqüilos os nossos concidadãos, como tranqüilos podem viver os estrangeiros que aqui nos prestam o concurso do seu trabalho, e a cooperação de seus capitais. — Não somos sacerdotes do mal; somos os bandeirantes do bem-estar público, do progresso e da liberdade nacionais!

Não tolheremos o curso livre da vida operosa e útil dos que produzem e vivem dos seus empreendimentos dignos e dos seus labores honestos. A lavoura, o comércio, a indústria, as classes liberais, o povo, enfim, pode prosseguir, confiante e tranqüillo, nos seus afazeres de cada dia, sob a proteção das armas que empunhamos.

O nosso objetivo é, exclusivamente, o cooperar nessa gigantesca e sacrossanta cruzada de beneficiamento para o país e de liberdade para o seu povo!

A situação, particularmente indecorosa a que chegou a administração pública deste Estado, não necessita de ser evidenciada: — nas ruas, nas praças, nas esquinas, nos cafés, e em outras casas de comércio e até nos lupanares se comenta a facilidade e o despudor com que os principetes, ou os fâmulos da situação saqueavam as indefesas vítimas credoras do erário público!

Indivíduos que apenas recebem, oficialmente, vencimentos reduzidos, ostentam, em público, os seus expoentes de fartura e de riqueza! Espancasse a treva dos lares pobres, mas honrados, com o reflexo de luz das viatu-

ras de luxo, como se tripudia sobre os amargores e a desfortuna dos necessitados, com o negociar-lhes os proventos, que deveriam ter recebido por dezenas de anos de trabalho ininterrupto e honrado, sob uma porcentagem humilhadora e criminoso!

O que se quer tão-somente é enriquecer de qualquer forma e dentro do menor tempo possível, para — depois de atestadas as bolsas com o ouro maculado pelo azinhavre da miséria, ir gozar, de longe, as vantagens do saque oficial, sob o pretexto de reintegrar saúdes abaladas...

E enquanto a tropilha velhaca saqueava e desonrava, os homens de bem e os cidadãos valorosos — que os há aqui, em grande número, suportam o guante dos reininhos republicanos, relegados a um ostracismo penoso!

Empunhamos armas para combater — até o extermínio, esses tirantes ignorantes e cobardes!

A luta foi apenas iniciada.

Somos hoje — os cidadãos brasileiros arregimentados no 27^o B.C. e nas naves da Flotilha, os detentores do poder público do Estado do Amazonas. É o nosso propósito elevá-lo à altura das aspirações sadias dos nossos compatriotas. É justo assim, que destes esperemos a coadjuvação necessária; e os nossos reservistas que bem sabem quanto devem de benefícios — assim físicos como mentais e morais que lhes prestou a caserna brasileira, não podendo tardar em regimentar-se em nossas fileiras. Convocamo-los, por isso, com esse entusiasmo de cidadãos e soldados da República que nos levou — às forças do Exército e às da Marinha, aqui estacionadas, a oferecerem os seus ardores patrióticos, o sacrificio do seu sangue e até mesmo o de suas vidas, em supremo holocausto à regeneração dos nossos costumes políticos e ao engrandecimento e à pujança redentora do nosso majestoso e querido Brasil!

(Seguem-se 27 assinaturas de capitães e tenentes do Exército e da Marinha.)

Fonte: *Jornal do Povo*, Manaus, 24/7/1924. Apud CUNHA, Temistocles. *No País das Amazonas: a revolta de 23 de julho*. Bahia, Livraria Catalina, 1925, pp. 16-21.

Anexo nº 10

Manifesto dos militares rebelados em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924

POVO DE SANTO ÂNGELO.

É chegada a hora solene de contribuímos com o nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional.

Há 4 meses a fio que os heróis de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados.

Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo da sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao Povo laborioso que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.

Todos desejam a vitória completa dos revolucionários, porque eles querem o Brasil forte e unido, porque eles querem pôr em liberdade os heróicos oficiais da revolta de 5 de Julho de 1922, presos porque num ato de patriotismo, quiseram derrubar o governo Epitácio, o que esvaziou criminosamente o nosso tesouro, e porque quiseram evitar a subida do Governo Bernardes, que tem reinado à custa do generoso sangue brasileiro.

Todos sabem hoje, apesar da censura da Imprensa e do Telégrafo, apesar das mentiras oficiais espalhadas por toda a parte, que os revolucionários têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos.

Todos sabem que eles se retiraram para dar um descanso à tropa, que eles dispõem de toda a artilharia de São Paulo, ainda intacta, que dispõem de 20 milhões de tiros e de 5 mil fuzis novos e que ainda não entraram em ação, que eles estão senhores da parte sul de Mato Grosso, a mais rica, de grande parte do Paraná, perfeitamente aparelhados e que agora voltam novamente à luta, mais fortes do que nunca.

Todos sabem hoje que o Governo organizou sucessivamente 8 colunas para batê-los e que foi forçado a desorganizá-las novamente porque as tropas do Exército se negavam a combatê-los e os demais, que os combateram, foram dizimados como aconteceu com o Batalhão da Marinha e com a nossa Brigada Militar. E agora, depois da entrada em ação da coluna Rondon, é o próprio governo quem confessa não ser mais possível dominar a revolução no Brasil, porque a vitória dela é já uma aspiração Nacional.

E o Povo Gaúcho, altaneiro e altivo, de grandes tradições a zelar, sempre o pioneiro de grandes causas nacionais, levanta-se hoje como um só homem e brada: *Já é tempo de estancar o sangue brasileiro, já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de restabelecer a harmonia na família Brasileira, já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas ombro a ombro, para restabelecermos a situação financeira do Brasil, para recobrar o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram e podermos, assim, evitar que, em 1927, o Governo Inglês venha tomar conta das nossas alfândegas e das nossas ricas colônias** para cobrar a dívida do Brasil.

* *Colônias*: trata-se das comunidades de colonos — imigrantes alemães, italianos, poloneses etc., que viviam e trabalhavam no Rio Grande do Sul.

Hoje, 29 de Outubro por ordem do general Isidoro Dias Lopes, levantam-se todas as tropas do Exército das guarnições de Santo Ângelo, São Luís, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Santana, Alegrete, Dom Pedrito, Jaguarão e Bagé; hoje irmanados pela mesma causa e pelos mesmos ideais levantam-se as forças revolucionárias gaúchas de Palmeira, de Nova Wütemberg, Ijuí, Santo Ângelo, São Nicolau, São Luís, São Borja, Santiago e de toda a fronteira até Pelotas e, hoje entram no nosso Estado os chefes revolucionários Honório Lemos e Zeca Neto, tudo de acordo com o grande plano já organizado.

E, desta mescla, desta comunhão do Exército e Povo, com nacionais e estrangeiros, resultará a rápida terminação da luta armada no Brasil, para honra e glória dos nossos ideais e dos nossos foros de povo civilizado e altivo.

De acordo com o plano geral, as tropas de Santo Ângelo talvez pouco demorem aqui, mas durante este tempo, a ordem, o respeito à propriedade e à família serão mantidos rigorosamente e, para isso, o governo revolucionário provisório conta com o auxílio da própria população.

Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem pois estar todos calmos que nada acontecerá de anormal.

São convocados todos os reservistas do Exército a se apresentarem ao quartel do 1º Batalhão Ferroviário, e fica aberto o voluntariado.

Todos os possuidores de automóveis, carroças e cavalos deverão imediatamente pô-los à disposição do 1º Batalhão Ferroviário e serão em todos os seus direitos respeitados.

Todas as requisições serão documentadas e assinadas sob a responsabilidade do Ministério da Guerra.

Pelo Governo Revolucionário do Brasil

CAP. LUIZ CARLOS PRESTES.

Fonte: Panfleto original distribuído em Santo Ângelo (RS).

Anexo nº 11

*Manifesto dos militares rebelados
em São Borja (RS), distribuído em 29/10/1924*

A REVOLUÇÃO

Aos rio-grandenses.

Nas lindes acidentadas do Paraná alguns milhares de compatriotas vão selando com o seu sangue o protesto levantado estoicamente contra a tirania dos governos que infelicitam nossa Pátria!

A nação inteira sabe que se batem leal e desinteressadamente pela integridade de um nome, pelo decoro da sua política e quiçá pela estabilidade do seu futuro!

Por isso, há quase 4 meses a alma brasileira volta-se ansiosa para aquele punhado de lutadores que resumem na grandeza do próprio sacrifício as suas melhores esperanças de ventura e de liberdade!

E de balde os algozes da República têm tentado esmagá-los com os seus mercenários, ou desmerecê-los com os seus embustes perante a consciência nacional!

A revolução não quis e não quer subverter as Instituições, mas sim, simplificá-las, unificá-las e moralizá-las.

É seu princípio máximo salvar a Constituição, modificando-lhe alguns pontos secundários para que os políticos profissionais não a corrompam e desmoralizem nos seus próprios fundamentos.

A revolução considera imprescindível:

- a) — reformar o artigo 6º da Constituição de forma a impedir os constantes assaltos feitos brutalmente à autonomia dos Estados;
- b) — unificar a justiça libertando-a das tutelas dos governos estaduais e federal, colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal, organizado em novas bases;
- c) — unificar o ensino, submetendo-o de forma absoluta à direção do Conselho Superior de Ensino;
- d) — unificar o regime eleitoral;
- e) — unificar o fisco, atualmente dividido entre a União, Estados e Municípios;
- f) — estabelecer a obrigatoriedade do ensino e fomentar o ensino profissional;
- g) — estabelecer o voto secreto e obrigatório;
- h) — extirpar de vez a megalomania dos gastos progressivamente redobrados, a que não pode acudir a nossa vitalidade econômica;
- i) — desmascarar e castigar os defraudadores do patrimônio do povo;
- j) — acabar enfim com a anomalia de um Tesouro público endividado e pobre, enquanto os políticos profissionais deixam o poder melhorados e prósperos;
- k) — cumprir e fazer cumprir com sinceridade e energia todas as leis votadas no País.

São estes, em traços largos, os princípios que orientam a Revolução.

São eles a extrema aspiração que agita neste momento, em todos os recantos do País, a alma nacional e é pela sua conquista que o Brasil inteiro atrai ao coração dos verdadeiros patriotas um apelo ardente e desesperado.

RIO-GRANDENSES!

O grito de angústia, que o povo brasileiro apenas pode esboçar sob o tacão brutal da tirania que o oprime, não podia morrer por isso no seio generoso da terra clássica dos lutadores da liberdade. Na vasta esteira ondulada das coxilhas, onde tantas pugnas memoráveis se têm travado pelos ideais superiores da democracia, armaram-se hoje os primeiros cavaleiros andantes da cruzada patriótica, cuja bandeira se desfraldou a 5 de Julho no coração generoso de São Paulo, e com certeza, é animada por este sopro vivificante, que parte irresistível da terra legendária dos pam-

pas, que a nação inteira há de arrojarse à luta que a libertará da tirania e a salvará dos vilipêndios!
As armas e avante!

(Assinados) Generais Isidoro Dias Lopes, Honório Lemos, João Francisco, Zeca Neto, Olinto Mesquita, Felipe Portinho, Bernardo Padilha, Leonel Rocha e Miguel Costa.

Fonte: Panfleto original. AAB., microfilme 33/B30.

Anexo nº 12

*Proclamação dos militares rebelados em São Luís Gonzaga (RS),
distribuída em 29/10/1924*

AO POVO DE SÃO LUÍS

O Exército hoje irmanado com o povo vem reivindicar os seus direitos procurando a liberdade, essa Águia altaneira que livremente corta o espaço imenso do firmamento como um luminoso (derramado pela superfície dos nossos 8.500.000 quilômetros quadrados) cujo vestígio é precioso, mesmo pela força, já que as leis ruem como velhos edifícios, deixar bem vivo para que as gerações futuras tenham confiança no futuro desta grande Pátria, que hoje por culpa dos maus governos corruptos e sem escrúpulo declina a passos gigantescos para a ruína.

Diz o Governo na voz dos jornais que vivem debaixo da censura que se acha firme e pronto para repelir todo e qualquer movimento revolucionário, entretanto isso, bem vedes, não é exato: aqui se acha o Exército, a nação em armas e o povo armado unido àquele, para atestar quanto é mentirosa aquela afirmação e quanto é vã e pouco duradoura ou mesmo hipotética a liberdade tão propalada por esse mesmo governo.

As perseguições vergonhosas, a má política, a má orientação do governo em todos os sentidos é que traz este punhado de jovens do Exército Nacional em delírio, abraçado aos seus irmãos civis, à revolução, que hoje, meus senhores, é popular!

Popular, porque está na alma mesma do povo. O Brasil inteiro ansiava por este movimento, com a mesma sofreguidão do escravo que procura quebrar as algemas que o aviltam.

E não se diga que há exagero nesta afirmativa. Neste instante soleníssimo por que atravessa a nossa querida Pátria, um rastilho de fogo se propaga com uma violência sem limites por todos os campos e coxilhas onde vibre um coração de patriota.

Todos os corpos da guarnição federal do Rio Grande estão revoltados. Honório, Zeca Neto, à frente de numerosas forças aguerridas, acabam

de invadir o Estado por Quaraí e Pedras Altas. Inúmeros chefes revolucionários, tais como Aarão Reis e Leonel Rocha, acham-se a postos, animados do mais acendrado amor cívico.

E para cúmulo de castigo do borgismo vermelho e para o governo despótico da República, governo cujos dias estão, aliás, contados, o Exmo. Sr. General Isidoro Dias Lopes acaba de destroçar completamente as forças do general Rondon.

É preciso que o povo brasileiro se compenetre dos seus direitos e que proteste solenemente contra os abusos dos governos que julgam, quando empossados do poder, ser a nação sua propriedade particular!

É preciso acabar de uma vez para sempre a implantação do regime feudal, principalmente no nosso Estado em que o governo, o sr. Borges de Medeiros, é um grande senhor feudal medieval. Governa há mais de vinte e cinco anos como se não existisse no Estado um outro homem capaz de substituí-lo.

A nossa forma de governo é uma República Federativa, é uma República, isto é, é o governo do povo pelo povo!

Avante Gaúchos! Pela Pátria! Pela Liberdade!

Em 29/10/1924

JOÃO PEDRO GAY — 1º Tenente Cmt.

Fonte: Panfleto original.

Anexo nº 13

Mensagem aos revolucionários de Pernambuco, enviada do Piauí, em janeiro de 1926

Autorizados pelos srs. marechal Isidoro Dias Lopes e dr. Assis Brasil, chefes militar e civil da Revolução brasileira, dirigimo-nos aos chefes revolucionários de Pernambuco, para lhes dizer que chegou o momento de pegar em armas, desfraldando nesse Estado a bandeira vermelha da Revolução Nacional.

Não há tempo a perder. Deveis, logo que aí chegar o nosso emissário, o 1º Tenente do Estado-Maior desta Divisão, sr. Josias Carneiro Leão, tomar as indispensáveis medidas e, sem demora, iniciar o movimento revolucionário de acordo com as instruções abaixo:

I — O movimento deve ser iniciado em Recife, de acordo com as instruções verbais dadas ao nosso emissário.

II — O chefe militar do movimento fica, desde logo, considerado no posto de coronel e autorizado a organizar as forças, graduando, promovendo, comissionando, em nome do marechal Isidoro Dias Lopes, sempre que julgar necessário.

III — Se se der a queda do atual governo do Estado, deve imediatamente ser organizado um Governo Provisório. Para chefe desse Governo deve ser escolhida pessoa de reconhecido critério e honestidade. A maneira de agir deste Governo fica naturalmente subordinada às necessidades militares da Revolução, e portanto à orientação do chefe militar.

IV — Desde o início da Revolução, fica suspensa a cobrança de todo e qualquer imposto, até a organização do Governo Nacional.

V — O atual governador do Estado, comandante da Região e outras autoridades devem ser conservadas presas durante o tempo que for necessário, a critério do chefe al.

VI — Devem ser requisitados os saldos existentes em todos os Bancos, Agências bancárias e diversas casas comerciais (comparáveis a bancos) tanto nacionais como estrangeiros. A respeito dos Bancos estrangeiros, talvez seja possível ordenar-lhes que recolham os respectivos saldos ao Banco do Brasil.

VII — Devem ser apreendidos os saldos existentes no Tesouro do Estado e repartições arrecadoras federais, estaduais e municipais, inclusive Correios e Telégrafos.

VIII — Sendo impossível manter a posse de Recife, devem as forças revolucionárias deslocar-se para o interior do Estado, destruindo o mais possível a estrada de ferro (pontes, viadutos, túneis, etc.), as linhas telegráficas, bem como as pontes das estradas de automóvel, depois da retirada de todos os automóveis da cidade, transportando, se possível para Triunfo gasolina, óleo, etc., na maior quantidade possível.

IX — Na eventualidade de uma retirada, podem, ao critério do chefe militar, ser pagos os vencimentos dos oficiais por 6 meses, calculados na base dos vencimentos do Exército para iguais postos.

X — Caso seja possível levantar importância superior a dez mil contos, podem, desde o início do movimento, ser pagos os soldados, à razão de cinco mil réis por dia.

XI — Tanto quanto possível devem ser substituídos todos os governos municipais obedientes à orientação política do atual Governo do Estado, aproveitando para isso os elementos oposicionistas.

XII — Desde que seja levantada quantia superior a vinte milhões de contos, as necessidades da Revolução devem ser todas satisfeitas por compras a pagamento imediato. Em caso contrário devem ser feitas as requisições indispensáveis, exclusivamente por pessoas autorizadas pelo chefe militar.

XIII — Iniciado o movimento, devem imediatamente ser procurados os elementos revolucionários dos Estados vizinhos, ordenando-lhes, em nome dos chefes da Revolução Nacional, a levantarem os respectivos elementos.

XIV — Ao ser iniciado o movimento deve ser dirigido ao povo do Nordeste um manifesto, tranquilizando, dando-lhe todas as garantias e explicando os motivos da Revolução e ideais que ela defende, os quais são:

MOTIVOS

- a) Desordem financeira e econômica;
- b) impostos excessivos;

- c) desonestidade administrativa;
- d) falta de justiça;
- e) mentira do voto;
- f) restrições à liberdade de imprensa;
- g) perseguições políticas;
- h) desrespeito à autonomia dos Estados;
- i) falta de legislação social e abandono em que vivem os deserdados da fortuna;
- j) reforma constitucional durante o estado de sitio.

IDEAIS

- a) Voltar ao regime liberal assegurado pela Constituição de 24 de Fevereiro;
- b) assegurar o ensino primário gratuito em todo o país e fomentar o ensino profissional;
- c) assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de idéias sociais e comunistas, bem como a organização de sociedades e partidos operários sem a indébita e vexatória intervenção policial;
- d) revogar a lei de imprensa;
- e) unificar a justiça, libertando-a da tutela dos governos estadual e federal, e colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal;
- f) unificar o regime eleitoral e estabelecer o voto secreto, assegurando a verdade eleitoral;
- g) unificar o fisco e reduzir os impostos;
- h) assegurar a máxima liberdade municipal;
- i) desmascarar e castigar os defraudadores do patrimônio do povo;
- j) acabar com a anomalia de um Tesouro público endividado e pobre, enquanto os políticos profissionais deixam o poder melhorados e prósperos;
- k) entrar num regime de rigorosa economia dos dinheiros públicos, a par de um eficiente auxílio a todas as forças económicas do país.

No mesmo manifesto convém lembrar que a Nação não poderá, de ora avante, responsabilizar-se por empréstimos que venham a ser contraídos pelo governo federal, o qual não representa mais a opinião nacional.

Esse manifesto, que pode ser feito em nome do marechal Isidoro Dias Lopes e dr. Assis Brasil, pode conter, além das assinaturas dos destinatários desta carta, as dos seus signatários.

XV — Os elementos revolucionários do Nordeste precisam concorrer para as primeiras despesas da Revolução com todas as importâncias em dinheiro de que disponham, lançando mão até do próprio crédito. O nosso emissário, sr. Josias Leão, é portador da importância de dez contos de réis, quantia de que pôde dispor a caixa da 1.^a Divisão, atualmente operando nos Estados do Maranhão e Piauí.

Certos de que, como Revolucionários convictos que sois, sabereis cumprir, em bem da causa santa da libertação do nosso povo, as determinações acima, felicitamo-vos por vosso ardor patriótico e coragem cívica, fazendo votos para que, no mais breve tempo, tenhamos ao lado dos nos-

sos heróicos soldados os bravos filhos do Leão do Norte, aliás já aqui representado pela bravura indômita de João Alberto Lins de Barros.

General Miguel Costa,
Coronel Luiz Carlos Prestes.

Fonte: *O 5 de Julho*, nº 54.

Anexo nº 14

*Manifesto dos revolucionários da Paraíba, apreendido
pela policia na madrugada de 5/2/1926*

AO POVO PARAIBANO.

Por ordem do marechal Isidoro Dias Lopes, generalissimo do exército revolucionário da República e de acordo com o manifesto da Junta de São Paulo, publicado em 5 de Julho de 1924, desfaldamos a bandeira revolucionária nas terras paraibanas, berço de Almeida Barreto e Maciel Pinheiro, cõscios de que o nosso gesto será heroicamente correspondido.

Não nos move a ambição de mando nem nos seduzem as posições lucrativas; temos em mira, somente, a libertação de nossa cara pátria, o prestígio da lei e do direito suprimidos pela tirania bernardesca; o acatamento à Constituição eclipsada pelas nuvens densas dessa noite tenebrosa que envolve o Brasil; o esmagamento completo da politica profissional, que reduziu o povo brasileiro à condição de escravo.

Argumentamos com fatos. De há muito que pesa sobre a nossa nacionalidade a desgraça de uma politicalha baixa e cruel de mãos dadas com a ladroeira mais ignóbil de que há memória nos anais administrativos do país. O roubo de duzentos mil contos mascarado com a "Revista do Supremo Tribunal" é uma prova evidente da desmoralização do regime e da decomposição moral dos homens que nos governam.

Tentou-se abater as classes armadas para se afastar a última resistência à politica de lama e sangue seguida pelo sinistro Bernardes, mas o exército e a armada, pelos seus mais lídimos representantes, preferem morrer no campo de honra, a baixar a cerviz, a cair aos pés dos seus algozes, a entoar o "Ave César" aos liberticidas, aos assassinos da pátria.

Povo Paraibano! Aqui estamos em obediência às ordens do general Miguel Costa e cel. Carlos Prestes, chefes do grande exército do Norte, cujo heroísmo e esplêndidas vitórias não vos são desconhecidos. Tranquilizai-vos: Só queremos a vossa paz e a vossa felicidade.

Não somos bandoleiros, somos combatentes leais e desinteressados de uma causa santa, de uma causa que resume as mais ardentes esperanças da nossa nacionalidade.

Povo Paraibano! Contamos com o vosso decidido apoio ao movimento libertador que iniciamos neste Estado, e esperamos que as nossas determinações militares impostas pela guerra, sejam aceitas com simpatia.

Os vossos lares, as vossas famílias, os vossos haveres, serão respeitados religiosamente pelos soldados da Revolução.

O invencível Exército Libertador aproxima-se das fronteiras da gloriosa terra paraibana. Preparemo-nos para abrir caminho à sua marcha triunfal.

Viva o povo paraibano!

Viva o marechal Isidoro Lopes!

Viva o dr. Assis Brasil!

Viva a Revolução Brasileira!

Paraíba, 5 de Fevereiro de 1926.

General Miguel Costa

Coronel Carlos Prestes

1º Tenente Aristóteles Sousa Dantas,

Instrutor da Escola Militar

1º Tenente L. Seroa da Mota,

da Escola de Aviação do Exército.

Fonte: Panfleto original. Apud JOFFILY, José. *Revolta e Revolução*; cinquenta anos depois. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 75.

Anexo nº 15

Carta de L. C. Prestes ao general Isidoro Dias Lopes, escrita de Barracão (Paraná), em fevereiro de 1925

Exmo. Sr. marechal Isidoro.

Saudações.

É portador destas linhas o nosso brilhante e esforçado companheiro capitão Tales Marcondes que vos poderá de viva voz informar sobre o que se passou ultimamente em Barracão e proximidades com a chegada quase simultânea da minha coluna e elementos daí trazidos pelo coronel Fidêncio Melo.

Torna-se porém necessário que vos relate sumariamente o que fiz depois da minha carta de 25 de dezembro, a fim de que possais julgar da situação da força que venho comandando e do que poderá ainda fazer.

Conforme vos disse na referida carta, abandonamos no dia 27 de dezembro a cidade de São Luís com cerca de 1.500 homens mal armados e municionados; a 29 atravessamos o Ijuizinho; a 30 combatemos no arroio da Conceição, destroçando o inimigo; a 1º de janeiro, atravessamos o rio Ijuí e marchamos rumo Palmeira. A 3, quando iniciamos a marcha para o rincão da Guarita (Pay) encontramos uma coluna inimiga com a qual

sustentamos 8 horas de fogo, a fim de podermos com toda a coluna mudar de direção e seguir para o rincão dos Campos Novos. A 5, atacamos o povoado de Campos Novos, fugindo o inimigo para os matos e a 7 entrávamos resolutamente na picada que conduz à Colônia Militar do Alto Uruguai.

Atravessando sempre terríveis picadas, com grande falta de recursos e, perdendo quase toda a cavalhada, atravessamos os rios Turvo, Guarita e Pardo, vindo até a foz do rio das Antas. Neste ponto atravessamos o Uruguai e depois de mais de 30 léguas de picadas chegamos a 7 a Barracão, onde já encontramos elementos da força que trazida pelo coronel Fidêncio passara pelo Barracão a 5. Obtida está a nossa ligação e vitoriosa a nossa persistência.

Infelizmente, não pude aqui chegar com os 1.500 homens com que saí de São Luís. Alguns chefes retiraram-se, levando consigo, criminosamente, homens, armas e munição. Na Colônia Militar para mais de 200 homens desanimaram, após 9 léguas de picada, e igualmente abandonaram a coluna, passando para a Argentina.

Tivemos que lutar mais com a fraqueza e desânimo de certos companheiros do que com o próprio inimigo, pois este, com a rapidez dos nossos movimentos, ficou impossibilitado de fazer a mais insignificante das perseguições.

Enfim, apoiado no valor, dedicação e abnegação de quatro amigos e companheiros, somos aqui chegados. São eles Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias e Portela Fagundes. Estamos com 800 homens, dos quais menos de 500 armados e, tendo ao todo cerca de 10 mil tiros; possuímos 10 fuzis-metralhadoras.

As forças inimigas que se encontram em Santo Antônio, Barracão e Campo Erê, retiraram-se precipitadamente na direção de Clevelândia e Palmas e os cento e tantos homens, que daí vieram, já se encontravam ontem a 7 léguas além de Campo Erê.

Conversei com o coronel Fidêncio e resolvi enviar 250 homens, a fim de atacarem Clevelândia e, se possível, Palmas. Ao mesmo tempo, pretendo iniciar, quanto antes, com 200 homens, uma marcha para o norte, a fim de ameaçar Colônia Mallet.

Infelizmente não poderão ser estes movimentos de grande envergadura, devido à quase completa falta de munição com que lutamos. Mesmo assim poderemos, pelo menos, ameaçar o inimigo por estas duas direções. Se tomarmos Palmas, poderemos resistir durante algum tempo nas alturas de Horizonte, ameaçando constantemente a estrada de ferro. Se assim não for, poderemos procurar posições defensivas na serra da Fatura. De qualquer maneira, é sempre possível a marcha de um destacamento para Colônia Mallet.

Quanto ao coronel Fidêncio, ainda não conseguiu reunir os elementos que disse possuir, o que me parece só poderá fazer, se tomarmos Clevelândia e Palmas.

Assim exposta em traços gerais a situação dos elementos revolucionários nesta região, julgo urgentes e imprescindíveis as seguintes providências:

1) Remessa com a máxima rapidez de 100 mil tiros e logo depois de 400 armas para a minha coluna. Se possível, devem ser enviadas algumas armas automáticas. Para isso é necessário que sejam tomadas as necessárias providências, para que a munição e o armamento sejam quanto antes colocados na foz do Floriano, bem como facilitada com a confecção de canoas e balsas a passagem do Iguacu. Por aqui estão sendo tomadas todas as providências para que sigam com a maior urgência os cargueiros necessários ao transporte do material. Os homens que acompanham as tropas de cargueiros, seguem para ai desarmados e podem trazer uma arma cada um.

2) Necessito ainda que me sejam enviados os mapas e cartas que por ai existem e referentes aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Peço os mapas completos destes Estados.

3) Para que a minha ação aqui se torne eficiente preciso estar perfeitamente informado das posições ocupadas pelo inimigo e constantemente informado de seus movimentos.

4) Procurarei ativar o mais possível a remessa do gado ai necessário, devendo dentro de poucos dias daqui partir 100 reses.

Desta forma, dentro de pouco tempo poderei ter a minha Brigada em condições de prestar à Revolução os serviços que desde organizada desejou prestar.

Infelizmente a falta de armamento e munições impossibilitou-a de agir, conquanto conte com elementos de alto valor, estando os soldados acostumados a avançar contra o inimigo quase desarmados.

Os 800 homens que consegui até aqui trazer provaram em mais de 100 léguas de marcha do que são capazes e convenceram-se de que a persistência é uma das melhores armas do revolucionário.

Desde já peço a necessária licença a V. Exa. para que, armado, possa movimentar-me.

A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra do movimento. Para nós revolucionários o movimento é a vitória.

A guerra de reserva é a que mais convém ao governo que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastante analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras.

Com menos de 1.000 homens armados e, tendo para mais de 4.000 cavalos, consegui passar, em pleno campo, por entre mais de 10.000 homens do governo. Nunca foi possível determinar qual a minha verdadeira direção de marcha e impraticável se tornou a perseguição.

Com a minha coluna armada e municada sem exagero julgo não ser otimismo afirmar a V. Exa. que conseguirei marchar para o Norte e dentro pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais.

Se a Divisão São Paulo igualmente movimentar-se e marcharmos em ligação estratégica e, talvez, em algumas circunstâncias, mesmo tática, impossível será ao governo obstar a nossa marcha. Marchando engrossaremos a Coluna e absolutamente não lutaremos com a falta de recursos de um revolucionário sitiado, mesmo quando em zona de fronteira.

Nas linhas acima digo com a franqueza do gaúcho o que sentimos, não eu, mas nós os oficiais do exército que juntos dirigimos este punhado de rio-grandenses.

Espero, porém, de vosso esclarecido espírito e reconhecida prática de comando as necessárias ordens a fim de poder o mais eficazmente auxiliar a Revolução, cuja vitória final parece não mais ser duvidosa. Já está por demais longa, mas parece já ter conseguido dizer a V. Exa. o que desejava e julgava necessário em benefício da santa causa que defendemos.

O que posso ainda afirmar a V. Exa. é que os 800 homens que tenho a fortuna de comandar querem lutar e morrer pela causa que defendem, certos de que sem a nossa vitória perdemos o Brasil.

Com as mais vivas saudações aos brilhantes companheiros do Iguazu, subscrevo-me de V. Exa.

Amigo e subordinado

(a) Luiz Carlos Prestes.

Fonte: MOREIRA LIMA, Laureço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 107-111.

Anexo nº 16

*COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acantonamento em Santa Helena, Estado do Paraná, 14/4/1925*

BOLETIM nº 1

Para conhecimento desta Divisão e devida execução, publico o seguinte:

Queda de Catanduvás

Com a concentração de um efetivo esmagador pelo número e emprego de quase todos os engenhos de guerra conhecidos, os asseclas do bernardismo, na data de 29 do mês findo, conseguiram seccionar as forças da "Divisão S. Paulo", atacando fortemente os elementos da 2ª Brigada e outras tropas que heroicamente defendiam Catanduvás.

Os elementos que nos restavam procuraram por todos os meios restabelecer a unidade da Divisão, mas, apesar de todos os esforços empregados, os nossos companheiros de Catanduvás, por absoluta impossibilidade de receberem recursos em munição, alimento e reforço, foram, mau grado o heroísmo com que se portaram, completamente vencidos pelo inimigo. Conseguiram escapar muito poucos desses abnegados revolucionários, contando-se entre eles o comandante daquela Brigada, sr. tenente-coronel Newton Estillac Leal, seu chefe de E. M. sr. capitão Felinto Müller, sr. capitão Filogônio Antônio Teodoro com parte de sua companhia, sr. 1º tenente Deusdedit Loyola com parte de sua cavalaria e outros cujos nomes serão oportunamente publicados.

Ligação com a Coluna do Rio G. do Sul

Providencialmente a coluna do Rio Grande do Sul, comandada pelo valoroso coronel Luiz Carlos Prestes, em operações na região do Contestado, pôde, apesar da marcha penosa que fez através de uma picada de cerca de duzentas léguas, combatendo contra duas colunas de mais de quatro mil homens, unir-se à D.S.P. com todos os seus elementos, em perfeita ordem.

Passagem de Comando

O sr. general Bernardo de Araújo Padilha, que, com muita inteligência, zelo e dedicação, vem comandando a D.S.P. pediu exoneração do comando da Divisão. O seu pedido causou mágoa a todos os seus comandados, pois, todos conheciam as qualidades incontestes do sr. general Padilha, razão por que houve toda insistência para que o seu pedido fosse retirado. Apesar de tal insistência, esse dedicado comandante conseguiu exonerar-se, continuando, porém, como revolucionário ardoroso, que nos animará com a sua presença e nos inspirará com o seu exemplo.

Considerando-se o efetivo das tropas revolucionárias, não só, em relação à desorganização conseqüente da queda de Catanduvas, e pela chegada da coluna do sr. coronel Luiz Carlos Prestes, e, em vista da exoneração do sr. general Padilha, o chefe supremo das Forças Revolucionárias, sr. marechal Isidoro Dias Lopes, convidou-me para comandar as forças restantes da D.S.P., às quais o sr. coronel Prestes adicionaria a sua valorosa coluna. Não me animei a aceitar tão honroso convite, para o qual me faltam as qualidades do sr. general Padilha, o que pode ser menos sensível em outros, pois que os há mais competentes do que eu. Entretanto, em vista da ordem que recebi do nosso chefe supremo, ordem que muito me honra, e, sensibilizado pela gentileza do gesto do sr. coronel Luiz Carlos Prestes, assumi, a 10 do corrente o comando das Forças Revolucionárias que presentemente operam no Estado do Paraná. Esforçarme-ei por cumprir satisfatoriamente as obrigações que me incumbem e tenho esperança que o exemplo do bravo general Padilha, a cooperação do intrépido coronel Prestes e a fé ardente de todos os revolucionários muito concorrerão para o satisfatório desempenho do cargo com que me honraram.

Reorganização da Divisão

As forças revolucionárias em operações no Estado do Paraná, terão a seguinte organização: Dois Destacamentos, um Regimento de Cavalaria Divisionária e uma Bateria Mista de Artilharia.

1º) Destacamento Rio Grande

Comandante — sr. coronel Luiz Carlos Prestes

Tropa:

- 1º Batalhão Ferroviário
- 2º Regimento de Cavalaria
- 3º Regimento de Cavalaria
- 1 Esquadrão Independente

- 2º) Destacamento São Paulo
Comandante — sr. tenente-coronel Juarez Fernandes Távora

Tropa:

- 1º Batalhão de Caçadores
- 2º Batalhão de Caçadores
- 3º Batalhão de Caçadores
- 1 Companhia de Metralhadoras Pesadas

3º) O R.C.D. será constituído de 3 esquadrões e 3 pelotões.

4º) A Bateria Mista de Artilharia será constituída de 4 peças de A.M. e uma peça de Montanha.

Observações — todos os oficiais, inferiores e praças excedentes da Bateria Mista de Artilharia serão incorporados ao Regimento de Cavalaria Divisionária.

Nomeação

Nomeio encarregado da organização do Regimento de Cavalaria Divisionária e da Bateria Mista de Artilharia o sr. capitão Mário Barbosa.

Promoções

Para os Destacamentos e Corpos, agora organizados, e em consequência da capacidade de comando, bravura e inteligência, promovo, em nome do sr. marechal Isidoro Dias Lopes, comandante supremo das Forças Revolucionárias, os seguintes oficiais: a tenente-coronel, os srs. majors Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e João Cabanas; a major, os srs. capitães Felinto Müller, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Virgílio Ribeiro dos Santos e Manoel Alves Lira; a capitão, os srs. 1ºs tenentes Ary Salgado Freire, Filogônio Antônio Teodoro, Deocleciano Garcia Pantoja, Mário Augusto de Oliveira, Francisco Augusto Ribeiro, Jorge Danton, Manoel Mendes de Moraes, Deusdedit Loyola e Anísio Cardoso de Miranda; a 1º tenente, os srs. 2ºs tenentes Lafaiete Guimarães Modesto e José Domingos Torres.

.
MIGUEL COSTA

Gal. Cmte.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 540-544.

Anexo nº 17

*COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acantonamento em Santa Helena, Estado do Paraná, 19/4/1925*

BOLETIM nº 5

Para conhecimento dessa Divisão e devida execução, publico o seguinte:
Exclusão de Oficial:

Seja excluído do estado efetivo das forças revolucionárias o capitão Felinto Müller por haver covardemente se passado para o território argentino, deixando abandonada a localidade de Foz do Iguazu, que se achava sob a sua guarda, resultando que as praças que compunham a mencionada guarda o imitaram neste gesto indigno, levando armas e munições pertencentes à Revolução. Oxalá que esse oficial futuramente se justifique perante seus companheiros, que ainda lutam em defesa da República, dessa acusação que pesa na sua consciência de filho dessa grande pátria.

GENERAL MIGUEL COSTA

Comte. da 1ª Divisão Revolucionária.

Fonte: Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

Anexo nº 18

*COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acantonamento em Porto Mendes, Estado do Paraná, 26/4/1925*

BOLETIM nº 7

Para conhecimento dessa Divisão e devida execução, publico o seguinte:
Resolução extrema e transcrição de documento

Considerando, que a nossa marcha em direção a Guaira, mesmo que resultasse vitoriosa, poucas ou nenhuma probabilidade nos deixaria de apoderarmo-nos das embarcações ancoradas naquele Porto; considerando que, sem tais embarcações, o transporte das nossas forças para a margem mato-grossense seria difícil, senão inexecutável, devido à resistência que a força governista nos oporia na margem direita do Paraná;

considerando que, qualquer tentativa de penetração para leste, sul ou norte do Estado do Paraná exigiria sacrifício, talvez, total e por isso, inútil, das nossas forças, dada a natureza dos efetivos que, em tais pontos, tem concentrado o governo;

considerando que, nenhuma outra saída existe para nosso internamento em território pátrio, em condições de prosseguirmos na luta que sustentamos, desde há meses, pela causa das liberdades brasileiras, senão a faixa de território paraguaio que margina o "Alto Paraná"; considerando, finalmente, que a salvação da República e a supressão da tirania que a oprime, constituem um ideal digno de todos os sacrifícios, ainda mesmo daqueles mais angustiosos e excepcionais, — este Comando, de acordo com o seu Estado-Maior e oficiais que comandam a tropa, resolveu entrar no território estrangeiro armado e prosseguir, com toda a energia e decisão, por aí, a sua marcha em direção ao Estado de Mato Grosso.

Nenhum intuito de hostilidade impele, nesta hora soleníssima, os defensores da liberdade brasileira, contra os seus irmãos da vizinha República Paraguuaia.

Somente o dever terrível, mas inapelável, de salvar a sua Pátria do vilipêndio de uma tirania os atira a este gesto certamente grave, mas perdoável, porque equivale a um ideal de liberdade que ultrapassa as fronteiras de um povo, para ser patrimônio de todas as nações.

Abaixo transcrevo o documento escrito, que vai ser entregue à autoridade militar paraguaia, destacada no vizinho Porto Adela:

"SR. COMANDANTE:

Forçados por circunstâncias excepcionais e inapeláveis, entramos 'armados' em território de vossa Pátria.

Não nos move nesse passo extremo a que nos atiram as vicissitudes de uma luta leal, mas intransigente, pela salvação das liberdades brasileiras, nenhuma idéia de violência contra os nossos irmãos da República do Paraguai.

Queremos apenas evitar, a todo transe, a renovação de um espetáculo, cuja brutalidade, certamente, vos revoltaria.

Há poucos meses, tropas 'governistas' brasileiras invadiram o território da República Oriental do Uruguai, para degolar, fria e cruelmente, vinte soldados e oficiais, que, vencidos em luta desigual e heróica, buscavam abrigo, desarmados, à sombra da soberania daquele povo!

E nada nos garante, nesta contingência, que esses singulares 'defensores' da civilização de nossa Pátria, desistam de repetir, em vosso país, o gesto vil de barbaria, com que, já uma vez, afrontaram os sentimentos de humanidade dos nossos vizinhos do Uruguai.

Não descemos por isso, desarmados, o rio Paraná, ao longo do qual, em toda costa brasileira, estacionam tropas governistas, cujo escrupulo não trepidamos em igualar à inconsciência feroz daqueles monstros que, em pleno dia do século XX e além de uma fronteira estranha tripudiaram sobre os cadáveres mutilados de seus irmãos!

Rogamo-vos, pois, que transmitais aos legítimos representantes do povo paraguaio, a expressão sincera do nosso respeito e os certifiquéis de que praticamos simplesmente um ato de legítima defesa.

Comprometemo-nos, explicitamente, a respeitar as vossas leis e a ajudar-vos, se tanto for mister, a defender a integridade de vossa soberania.

Declaramos, outrossim, que, praticando esse ato de defesa extrema, fizêmo-lo à revelia de nossos chefes dr. Assis Brasil e marechal Isidoro Dias Lopes — com quem nenhuma ligação pudemos ter no momento crítico de sua decisão.

Assumimos, assim, a inteira e exclusiva responsabilidade dele, certos de que a maioria do povo brasileiro — vosso amigo leal e desinteressado —, vos pedirá escusas para aqueles que tudo têm sacrificado pelo ideal sacrossanto da sua liberdade e vós — satisfazendo a petição de quase trinta milhões de oprimidos — sabereis ser justos, sendo generosos.

Acantonamento em Porto Mendes, 26 de abril de 1925.

(aa.) General Miguel Costa, coronel Luiz Carlos Prestes, tenentes-coronéis Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, João Cabanas; majores Coriolano de Almeida Júnior, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Virgílio R. dos Santos; capitães Djalma Soares Dutra, Henrique Ricardo Hall, Ary Salgado Freire, Lourenço Moreira Lima, Emygdio da Costa Miranda."

Fonte: Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

Anexo nº 19

*COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acantonamento em Porto Adela, Paraguai, 27/4/1925*

BOLETIM nº 8

Para conhecimento dessa Divisão e devida execução, publico o seguinte:
Exclusão de oficial por deserção

Seja excluído das Forças da divisão, o tenente-coronel João Cabanas, que desertou de nossas fileiras, quando fazíamos o escoamento de nossa tropa para Porto Adela. Esse oficial vinha ultimamente se tornando um elemento pernicioso no seio da tropa, fazendo constante propaganda de dissoluções, tendo por meio excuso e de má-fé, obtido deste Comando um salvo-conduto, a fim de tratar de sua saúde no estrangeiro.

GENERAL MIGUEL COSTA
Comte. da 1ª Divisão Revolucionária.

Fonte: Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

Anexo nº 20**COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acampada na Fazenda Cilada, Estado de Mato Grosso, 10/6/1925****BOLETIM nº 14**

Para conhecimento da Divisão e devida execução, publico o seguinte:

.....

Reorganização da Divisão Revolucionária

Por conveniência do serviço, é, nesta data, reorganizada a Divisão, que se comporá, até ulterior deliberação, de quatro Destacamentos, assim constituídos:

1º Destacamento: cmt. ten. cel. Osvaldo Cordeiro de Farias; fiscal, Virgílio R. dos Santos. Tropa: a) B.F.V.; b) elementos civis; c) Cia. cap. Mendes de Moraes; d) 3ª S.M.P. tenente Mendes.

2º Destacamento: cmt. ten. cel. João Alberto Lins de Barros; fiscal, major Manoel Lira. Tropa: a) 2º R.C.I.; b) elementos civis rio-grandenses; c) Cia. cap. Mário; d) 1ª S.M.P. tenente Souza.

3º Destacamento: cmt. ten. cel. Antônio de Siqueira Campos. Tropa: a) 3º R.C.I.; b) elementos civis; c) Cia. cap. Filó; d) Cia. cap. Modesto; e) 2ª S.M.P. tenente Waldemar.

4º Destacamento: cmt. Major Djalma Soares Dutra; fiscal, cap. Ary Freire. Tropa: a) esq. cap. Danton; b) elementos civis; c) S.M.P. tenente Máximo.

Quando as forças da Divisão houverem de operar separadamente se dividirão em duas brigadas, cada uma constituída de dois destacamentos.

.....

MIGUEL COSTA
General Cmt.

Fonte: Acervo Lourenço Morcira Lima, Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

Anexo nº 21

*COMANDO DA 1ª DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA,
Acantonamento em Riachão, Estado do Piauí, 20/1/1926*

BOLETIM nº 21

Para conhecimento da Divisão e devida execução, publico o seguinte:

Elogio às Tropas

Salvo imprevistos de menor importância, podemos dar como terminada, por enquanto, a fase de operações militares que se desenvolveram nos Estados do Maranhão e Piauí.

Dizer-vos o que foi essa epopéia, meus camaradas, que mais uma vez veio provar a bravura inigualável que pulsa em vosso sangue de brasileiros convencidos do ideal pelo qual a Pátria anseia, seria querer fazer-vos rever os feitos que praticastes, como verdadeiros leões, admirados, vós mesmos, da vossa coragem indômita, guiados, de certo, pela vontade onipotente do Criador.

Nada vos deteve o passo: o sibilar das balas, a vozeria infrene da peleja, a corrente caudalosa do Parnaíba, tão decantado pelos pseudo defensores da legalidade, como barreira intransponível, tudo, tudo isso somente serviu de incentivo para aqueles que, com fé em Deus, abandonaram seus bens e suas famílias para se atirarem a esta luta ingrata, mas necessária, cientes de seus direitos e deveres, a fim de que a Pátria, digna e livre, seja uma terra onde a liberdade não se transforme em um mito e sobre a qual impere, de fato, a vontade do povo pelo povo.

Guiados por Deus e pela convicção invencível da vitória da liberdade, animados pela ordem muda de — Avante! — dos companheiros que tombaram banhados em sangue, palmilhando em plena luta esses 360 quilômetros que separam Benedito Leite e Uruçuí de Flores e Teresina, fostes encucular nessa Capital aqueles que havia 18 meses vos convidavam para sair a campo raso, a fim de esmagar-vos. E ali, acorados atrás dos corpos indefesos de milhares de mulheres e crianças, esconderam-se dentro de uma linha de trincheiras, certos de que preferíamos desistir da tomada de Teresina, aliás de nenhuma importância para nós cujo objetivo principal é outro, a derramar o sangue inocente das nossas patrícias e dos filhos pequeninos que são as suas alegrias de hoje e as suas esperanças de amanhã.

Além da perda de vários companheiros, que tiveram a honra de tomar na luta pelo bem da Pátria, temos mais a lastimar a separação do nosso esforçado, inteligente, valente e querido subchefe do Estado-Maior, sr. coronel Juarez Távora que, como em várias outras ocasiões de combate, por um rasgo de inextinguível bravura, adiantou-se nas linhas avançadas, tendo sido feito prisioneiro e levado para Teresina.

O inimigo estava fixado na margem esquerda do Parnaíba (Flores, adjacências e estrada de ferro) pelos 1º e 3º Destacamentos, dirigidos, pessoalmente, pelo sr. coronel chefe do Estado-Maior; na margem direita pelos 2º e 4º Destacamentos, dirigidos, pessoalmente, pelo sr. coronel subchefe do Estado-Maior, e começava já o envolvimento que seria feito

pelo 2º Destacamento e outras forças sob o comando do ten. cel. João Alberto Lins de Barros, a fim de atravessar o Poti e atacar Teresina pelo Norte, quando tendo faltado o cel. Juarez Távora, houve necessidade de se tomarem outras providências.

Nessa ocasião, apresentou-se ao Q.G., em Natal, como parlamentar em nome das famílias de Teresina com consentimento do governador do Estado e do comandante da praça, o exmo. sr. d. Severino Vieira de Melo, bispo do Piauí, que era portador de uma carta do sr. coronel Távora. Nessa carta, o coronel Távora, expondo-nos os males que adviriam para a população daquela cidade, no caso de um assalto à mesma e o terror que lavrava no seio de sua população, já bastante martirizada pelas medidas inexplicáveis de severidade postas em prática pelas forças bernardescas, pedia-nos, em nome das famílias teresinenses que desistissemos do assalto que pretendíamos levar a efeito, declarando, com a maior nobreza, que preferia sacrificar a sua liberdade a ver derramada uma só gota de sangue dos habitantes da dita cidade, pedido esse que tinha por fim corroborar o que nos vinha fazer s. excia. d. Severino Vieira de Melo.

Nós que nos batemos pela liberdade não podíamos agir como Artur Bernardes e Carlos de Campos, que mandaram massacrar a população pacífica da cidade de São Paulo, em julho de 1924, e declararam cinicamente que não fazia mal destruir a segunda capital do Brasil. E assim, preferimos sustar o ataque à Teresina, para pouparmos, como disse, a vida de milhares de não-combatentes.

Atendendo, pois, ao pedido do nosso querido companheiro, sr. coronel Távora, fizemos ciente ao povo de Teresina, ao governador do Estado e ao comandante das tropas bernardescas que abandonaríamos o projetado assalto, propondo como compensação a libertação do citado oficial.

Ao fazermos essa declaração, tínhamos a certeza de que a nossa proposta não seria aceita, dada a ferocidade e desumanidade que caracterizam o espirito dos bernardistas, os quais, para manterem o tenebroso despotismo, que nos infelicitou, no poder que a Nação não lhe conferiu, empregam os meios mais indignos.

Além desses encontros, tivemos mais, pequenas escaramuças nas avançadas do 1º e 3º Destacamentos em Valença e Picos, com tropas sem importância pertencentes à policia pernambucana, as quais, por não merecerem atenção diante do nosso objetivo geral, deixamos desatendidas.

Adiante será publicado o Relatório daquelas operações, agora em organização pelo sr. cel. chefe do Estado-Maior.

Eis, em traços gerais, valentes e dedicados companheiros, o que se desenrolou no Maranhão e Piauí, e, não é senão cumprindo um minúsculo dever do muito que a Pátria vos deve, que em nome do Brasil, que anseia pela liberdade, e dos nossos chefes, os exmos.srs. marechal Isidoro Dias Lopes e dr. Assis Brasil, vos agradeço o bem que tendes praticado e vos louvo pela vossa dedicação e bravura.

Promoção ao posto de general-de-brigada

Tendo em vista a necessidade de futura organização das Forças Revolucionárias, e, considerando que o modo de sentir de nossos chefes, srs. marechal Isidoro Dias Lopes e dr. Assis Brasil, não pode ser senão o que me leva a proceder a promoção abaixo;

considerando mais que a sua bravura, inteligência, dedicação, abnegação, capacidade de comando, estoicismo e desinteresse pessoal, provocaram tão justamente a admiração deste Comando, da tropa, de seus companheiros e, sobretudo, da quase totalidade dos 35 milhões de almas que povoam o Brasil, o qual o considera com o posto de general e assim o trata;

considerando ainda, que o novo posto virá aumentar mais o prestígio que goza entre os que de coração amam a nossa causa, promove, em nome do sr. marechal Isidoro Dias Lopes, comandante em chefe das Forças Revolucionárias, ao posto de general-de-brigada, o sr. chefe do Estado-Maior desta Divisão, coronel Luiz Carlos Prestes.

(a) MIGUEL COSTA

Gal. Cmt.

Fonte: Acervo Lourenço Moreira Lima, Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

Anexo nº 22

Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mato Grosso, de 21/5/1925

Srs. major Miguel Costa, capitão Prestes e demais chefes dos Revolucionários em Mato Grosso.

Meus destemidos camaradas.

Apresento-lhes meus cumprimentos com o propósito de convidá-los a pôr termo à inglória luta pelas armas.

O destacamento onde sirvo está, só ele, com um efetivo equivalente ao total dos vossos combatentes.

Já vos rodeiam outros destacamentos e continua crescendo o efetivo das tropas fiéis ao governo, que de toda parte vêm chegando, inclusive do Rio Grande do Sul.

Se não for pois uma completa subversão da lógica dos fatos, não mais podeis pretender êxito para vossa causa.

Apelo pois para vosso patriotismo, que tem sido certamente o supremo móvel da vossa ação, a fim de ter afinal um termo esta luta ingrata, que já agora só pode, sem outro resultado, aumentar a desgraça do país e de seus filhos, cavar mais fundo a cisão e aumentar os ódios.

Ofereço de iniciativa exclusiva minha que será imediatamente posta em aplicação sob minha responsabilidade pessoal se aceitardes o seguinte:

1 — Todas as forças Revolucionárias de Mato Grosso entregam suas armas, munições, cavalos e todo o material de qualquer espécie que tenham em seu poder.

2 — Todos os oficiais e um décimo das praças a critério dos chefes revolucionários terão livre trânsito para passarem incontinenti a fronteira mais próxima.

3 — Pormenores a fixar entre um chefe representante dos revolucionários e um representante meu.

Vosso camarada

BERTOLDO KLINGER.

Major comandando um destacamento.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 144.

Anexo nº 23

Carta do major Bertoldo Klinger aos chefes da Coluna, em Mineiros (Goiás), de 29/6/1925

Srs. Chefes das Forças Revolucionárias em Goiás.

Meus camaradas.

Saudação.

Acho-me muito próximo de vós, dispondo de recurso de velocidade e de fogo, bem como de uma tropa excelente.

Esta tem sobretudo vontade decidida e grande superioridade moral. Não desejo empregar esses meios de força contra patricios sem tentar antes, mais uma vez, a cessação pacífica da luta pelas armas.

Porque não vos entregais à minha discrição confiantes de que tereis o máximo de concessões possíveis, militarmente? Certo a mudança da situação não me permite manter o escandaloso oferecimento de 21 de maio que desprezastes.

Para iniciar posso apenas oferecer-vos a todos sem exceção plena garantia de vida.

Espero da vossa cortesia que desta vez não fiquéis com o meu emissário, o meu carro de serviço e o meu *chauffeur*.

Rendei ao menos uma homenagem à sua coragem e intrepidez dele que não se arreceia de procurar-vos apesar do exemplo anterior. Saudação do camarada.

MAJOR BERTOLDO KLINGER

Chefe do E. M.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 554.

Anexo nº 24

*Carta de Miguel Costa a Klinger,
Invernada Zeca Lopes (Goiás), 30/6/1925*

Sr. Bertoldo Klinger.

A História julgará, amanhã, talvez, a sinceridade das propostas que nos tendes enviado.

Ex-companheiro de ideal revolucionário, vós não deveis procurar nunca injuriar com as vossas fraquezas a fé inquebrantável dos que não abjuraram as suas crenças.

Se quereis merecer daqueles que, justamente, vos julgam um traidor, algum sentimento de respeito não os incomodeis mais com as vossas cartas tão cheias de orgulho por comandardes valentes esbirros de Bernardes.

Estamos contentes com os nossos soldados. Também eles ainda não quiseram essas pomposas garantias que os vossos polícias de Minas lhes oferecem.

A maldição pelo sangue derramado cairá um dia sobre a consciência dos traidores.

MIGUEL COSTA

Comandante dos homens de brío.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 554-555.

Anexo nº 25

*Telegrama do marechal Setembrino de Carvalho
ao major Klinger, de 13/7/1925*

Considerei vossa sugestão, feita por intermédio do ten. cel. Figueiredo, sobre a oportunidade do governo mudar de política, a fim de restabelecer a harmonia nacional, mas julgo conveniente chamar a vossa atenção para o errado ponto de vista em que colocaes esta questão. Até aqui o governo tem procurado defender-se contra os revoltosos que, estes sim, querem esmagado e anulado com exigências de anistia com as armas na mão, a qual concedida longe de passar como ato de magnanimidade seria tida como vitória dos revoltosos extorquida à fraqueza dos poderes constituídos. Toda a ação do governo se tem exercido no sentido do restabelecimento da ordem, condição necessária à harmonia nacional, que para sua estabilidade e duração carece ser obtida pelo triunfo insofismável da auto-

ridade legal sobre os aventureiros, que promovem desordem, e vencidos por toda parte, sem nenhuma eficiência militar, não se resignam, não depõem as armas, como lhes indicam as boas normas seguidas pelos vencidos que lutam, no seu entender, por ideais elevados. Esquecem tudo isso para se transformarem pelo saque e depredações de toda ordem em demolidores dos bens públicos e privados. Eis por que qualquer ato de magnanimidade seria injustificável, prematuro, pernicioso à ordem, que deve ser restabelecida com todos os caracteres de estabilidade. A respeito de no momento atual reinar paz em todo o território nacional, exceção feita dessa região do ARAGUAIA, espezinhada por um bando desmoralizado, evitando contato com os nobres defensores da lei, vozes se levantam do outro lado de nossas fronteiras anunciando nova incursão. Benevolência, pois, na hora presente seria condenável, não somente pela manutenção dos poderes, mas com inteireza do prestígio necessário para corresponder honradamente ao mandato que a nação lhes conferiu. Além disso o meio de libertar o país da desordem não será por certo entregá-lo aos desordeiros. Recomendo refletir melhor sobre o assunto, que não pode ser julgado diferentemente por espíritos esclarecidos e patriotas como o vosso. A alta consideração que inspiraes pelo vosso culto espírito, patriotismo e compreensão iniludível dos deveres que incumbem aos militares, e o vosso passado de trabalhador infatigável pelo aperfeiçoamento do Exército me compeliram a dar-vos esta resposta. Saudações.

(a) Marechal Setembrino

Fonte: KLINGER, Bertoldo (general). *Narrativas Autobiográficas*, v. 4: 380 léguas de campanha em 3 meses. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1949, pp. 187-188.

Anexo nº 26

*Telegrama do major Klinger
ao marechal Setembrino de Carvalho, de 14/7/1925*

Marechal Setembrino, ministro da Guerra.
RIO. — De RIO VERDE, dia 14.

Vosso 461 recomendado, de ontem, recebi hoje meio-dia. Agradeço amáveis expressões V. Exa. definir concito lhe mereço do qual, como sabe, possuía durísimos motivos descerer. Já V. Exa. sabe meu feito reserva habitual que, levado a romper, não conhece limites franqueza, intuito máxima colaboração esclarecer chefes prepostos serviço comum. Hoje, primeiro exemplo dita franqueza, lembro teria gosto transmitir uma palavra governo briosa Força Mineira destacada MATO GROSSO pode ombrear unidades melhores do Exército e cumpriu seu dever forma inexcédível. Quanto assunto capital, permita preliminar: idéias, pontos

de vista, opiniões são todo sempre insubordináveis hierarquia, salvo castração moral e mental, ou cálculo, hipocrisia. Assim, é gracioso V. Exa. taxar meu ponto de vista seja errado e é indelicado convidar-me refletir melhor. Hoje comemora-se derrocada ficção da origem divina poder dos governantes, substituída pela outra ficção da emanção da soberania nacional. Entretanto atitude defendeis revela recalcitrante, atávica persistência sentir aproximado primeira ditas ficções, donde inexorável senho de majestade lesada. Respeitoso mantenho tudo quanto tenho manifestado correspondência telegráfica destes dias com tenente-coronel FIGUEIREDO e se governo não foi ciente originais rogo fazê-lo sem exceção. Peço vênias novas considerações nascidas telegrama V. Exa., ou melhor renovar mesmas considerações outro aspecto. Não corresponde superioridade inerente todo governo conceber revolucionários queiram esmagar, anular. Ainda aninhassem tal pretensão, cumpria não admitir hipótese. Insofismável vitória militar governo estabelece base bastante abordar decidido solução terreno político, sem nenhuma pieguice de magnanimidade ou benevolência, mas pura razão de Estado corajosamente atendida, com decorrente mudança tratamento magno problema. Dano prestígio governo, a que V. Exa. alude, força é reconhecer já está consumado e só pode agravar-se teimando processos já um ano inteiro não conduzem resultado nem nunca o poderão. Pergunto onde os nossos Napoleões, e se os houvesse história repetiria Napoleão não esmaga RÚSSIA. Paralelo é cabível pela vastidão território assolado e falta de meios ao pé da obra. Governo não pode ter medo que pareça que tem medo. Será tão ridículo como os revolucionários a porfiar em brandir como único argumento a força, quando a força necessária não existe. Governo venceu a revolução militarmente, mas a vitória real e definitiva, o esmagamento efetivo, só pode ser obtido por um ato radical corajoso de ampla volta à paz. Tem a palavra o estadista, o soldado já disse quanto podia. Desnecessário cortesia responder-me, saberei resposta pelos fatos *non verba*. Respeitosamente.

(a) Major KLINGER

Fonte: KLINGER, Bertoldo. (general). *Narrativas Autobiográficas*. v. 4: 380 léguas de campanha em 3 meses. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1949, pp. 188-189.

Anexo nº 27

Carta do comando da Coluna Prestes ao deputado João Batista Lusardo, de Posse (Goiás), setembro de 1925

Exmo. sr. dr. Batista Lusardo.

Respeitosos cumprimentos.

Escrevemos-lhe estas linhas de Posse, pequena vila goiana vizinha das fronteiras da Bahia.

Depois da última carta que lhe dirigimos — vai já para dois meses — apenas tivemos quatro encontros com as tropas do governo — verificou-se o primeiro a 24 de julho, nas cercanias da cidade de Anápolis (Goiás) então ocupada por forças policiais mineiras.

Começou o encontro às 11 horas entre as patrulhas da força ocupante e a vanguarda do 1º destacamento (tenente-coronel Cordeiro de Farias).

Dele participou mais tarde, uma flanco-guarda destacada pelo 2º destacamento (tenente-coronel João Alberto).

Os combates parciais prolongaram-se até às 14 horas, sendo as forças inimigas completamente desbaratadas.

No campo de combate, ficaram abandonados pelo adversário, 5 caminhões, automóveis para transporte de forças, 2 cunhetes de munição, um fuzil-metralhadora e vários fuzis Mauser.

O inimigo teve cinco mortos, deixando 2 prisioneiros.

O segundo encontro teve lugar a 28 de julho, próximo da ponte do rio Descoberto, e a 1 légua da cidade de S. Luzia.

Foi um mero encontro de patrulhas, entre a flanco-guarda direita do 2º destacamento e forças de polícia gaúcha.

Depois de alguns minutos de fogo, o inimigo abandonou o campo, deixando-nos parte do seu material de acampamento.

A 6 de agosto, a flanco-guarda direita do 3º destacamento (tenente-coronel Siqueira Campos) chocou-se com forças da polícia goiana, nas margens do rio Arraial Velho, perto da fazenda Brejinho. O encontro correu sem importância.

Logo que a Coluna acabou de escoar-se a flanco-guarda retirou-se sem ser hostilizada.

A 3 de agosto, o 2º destacamento que fora mandado em exploração às margens do rio São Francisco, entrou em território mineiro, próximo do povoamento de São João de Pinduca.

A 21 do mesmo mês, uma emboscada deixada por aquele destacamento na margem do citado rio, pouco abaixo da vila de São Romão, surpreendeu dois navios que conduziam um batalhão da polícia baiana, vindo de Pirapora.

Recebida inesperadamente pelo fogo de duas metralhadoras pesadas, essa força foi alvo de verdadeiro pânico, tendo sofrido consideráveis baixas, entre feridos e afogados.

Colhidas as informações indispensáveis, sobre as condições de travessia do rio São Francisco, a divisão prosseguiu a sua marcha rumo norte, em direção a Sitio da Abadia, Riachão e Posse.

Aqui entramos a 12 do corrente mês sem resistência. E com maior firmeza de ânimo e amor à causa que defendemos, vamos prossequindo a nossa marcha através de vários Estados do Brasil. Apesar das asperezas da campanha, força é confessar que ela se tem abrandado nos últimos tempos, graças à completa liberdade de ação que nos permitem as forças governistas. Estas, constituídas por pequenos destacamentos de várias polícias estaduais — sem coesão que as unifique num plano único — ou se imobilizam em torno das grandes cidades ou se dispersam em movimentos incertos, rumando para pontos que a mentalidade governista crige —

por palpites — em objetivos certos dos revolucionários. O certo, porém, é que a eficiência dos nossos adversários se torna cada vez menos sensível.

Dir-se-ia que suas forças adivinham sempre onde não estamos e para aí marcham...

Não é, pois, absurdo que prevejamos a possibilidade de prolongar indefinidamente a atividade da campanha.

Sem julgarmo-nos fortes, ousamos confessar que, por meio de exclusiva violência, será difícil ao governo submeter-nos.

Um ano inteiro de lutas já devia ter convencido disso o bom senso dos nossos adversários. Estes, entretanto, confessando-se convencidos do contrário, publicam na sua imprensa que somos nós a causa máxima das desordens generalizadas que infelicitam o país. Esquecem-se de que a reintegração do Brasil na finalidade de seus destinos depende menos dos que aqui jogam a liberdade e a vida por amor de um ideal — do que do próprio governo — de que uma simples penada facultaria, sem sangue e sem luta, a pacificação de todos os espíritos.

Chamam-nos de desvairados e impatriotas — talvez porque não abjuramos o ideal, em cuja defesa tantos companheiros queridos têm sacrificado a vida; porque, após a abjuração, não entregamos a nossa liberdade e também a nossa vida — incondicionalmente — ao despotismo absoluto dos que nenhuma honra têm feito ao cristianismo da cultura brasileira e às tradições de generosidade de nossa raça.

E, para provar que aqui não estamos por um simples capricho de desvairados — nem pelo ingrato prazer de derramar sangue patricio e enlutar lares de irmãos — nem movidos pelo interesse mesquinho de ambições pessoais — autorizamos V. Exa. a declarar ao país, da sua tribuna de legítimo representante do povo, que somos francos e sinceros partidários da paz, por que tanto ele anseia.

Nada pedimos para que ela seja estabelecida, que se não justifique como um preceito de liberdade.

Como limite mínimo de nossas aspirações liberais, incluímos a revogação da "lei de imprensa" e adoção do voto secreto.

Com tais medidas, uma natural anistia e imprescindível suspensão do estado de sítio, talvez seja possível ao governo trazer ao Brasil a paz e a tranquilidade de que tanto necessita.

Eis aí as bases em que se poderia apoiar uma paz grata para nós, honrosa para o governo e proveitosa para o país.

Sem mais, confessamo-nos sinceros amigos e admiradores de V. Exa.

(a) General MIGUEL COSTA,
Coronel Luiz Carlos Prestes e
Tenente-coronel Juarez Távora

Anexo nº 28

Carta do comando da Coluna Prestes ao deputado João Batista Lusardo, de Porto Nacional (Goiás), em 22/10/1925

Exmo. sr. dr. Batista Lusardo,

Respeitosos cumprimentos.

Escrevemos-lhe estas linhas de Porto Nacional — a capital do Norte de Goiás — pelo seu progresso e possibilidades econômicas resultantes de sua ótima situação à margem direita do rio Tocantins.

Após a nossa saída de Posse, de onde lhe escrevemos longa missiva, marchamos para o Norte, atingindo, a 20, São Domingos, a 27, Arraias, cuja população ao som de músicas e foguetes ovacionou as tropas Revolucionárias, ao entrarem na cidade.

Foi aí celebrada missa campal pelo pároco da Freguesia, sendo trocados, após, entusiásticos discursos.

A 28, a Divisão deslocou-se para Natividade, via Conceição, enquanto que uma força do 3º Destacamento do ten. cel. Siqueira Campos, era lançada, como flanco-guarda direita da Coluna, nas direções de Sta. Maria de Taguatinga e Duro.

Cumpria ainda a essa flanco-guarda destacar, em ocasião oportuna, um reconhecimento ofensivo sobre a fronteira baiana, a fim de fixar ou localizar as avançadas inimigas constituídas, de um lado, pela policia goiana, saída de Duro e, de outro, por forças federais vindas de Barreiros, na Bahia.

Ao amanhecer do dia 29, o tenente-coronel Siqueira Campos cortava as comunicações de Taguatinga com Conceição e Natividade, tendo, então, destacado sobre aquela primeira vila, um reconhecimento de 30 homens, com 2 F.M.

Às 15 horas desse mesmo dia, o citado destacamento chocou-se com força inimiga nas cercanias de Taguatinga, levando a cabo três ataques sucessivos, com o fim de fixá-la e reconhecê-la.

Tivemos nessas escaramuças um morto, um ferido e um extraviado.

A missão do reconhecimento foi, entretanto, rigorosamente executada: — o inimigo constituído por uma companhia da policia goiana, entrencheirou-se nas ruas e casas da vila, enquanto a flanco-guarda se deslocava calmamente para o noroeste e o grosso da Divisão ocupava, a 2 de outubro, sem resistência, a vila de Conceição.

A 7, a flanco-guarda reuniu-se ao grosso, na cidade de Natividade, onde, cinco dias mais tarde, a nossa retaguarda aprisionou um emissário governista com correspondência oficial para essa cidade e Porto Nacional.

Não nos furtamos à oportunidade de remeter-lhe alguns exemplares dessa correspondência, por que V. Exa. julgue, com base, a insensatez ou a perversidade desses singulares defensores das leis de nossa Pátria.

O governo, cujo desprestígio não encontra força para combater-nos, ou, se as angaria, as entrega ao comando de chefes nulos ou covardes,

insinua, deslealmente, ao povo — a esse mesmo povo de quem só se lembra para escorchar de impostos e vilipêndios com injustiças e vilências — que reaja de armas nas mãos, contra a tropa Revolucionária!

E pretende ensinar essa pobre gente tímida e bisonha, nas poucas linhas de um ofício, tudo o que o cérebro ilustrado de seus oficiais não pôde assimilar em alguns anos de estudo... e depois de 15 meses de campanha!...

Isso seria cômico ou irrisório, se não fosse, antes, dolorosamente trágico.

Mais de uma vez, o povo incauto e simples, acreditando na boa-fé dos comunicados oficiais, tem armado 20 ou 30 pais de família, com "rifles" e "espingardas" para destroçar o "grupinho" de "Salteadores" que o governo anuncia lhe andar roubando os bens materiais e violando a honra das famílias.

E fatais e tristes, surgem sempre as conseqüências dessa infâmia: — atacados de emboscada, os nossos soldados reagem, eliminando, a contragosto, alguns patricios, cujas esposas e filhas amargarão talvez, no desemparo, a miséria da viuvez e da orfandade, sem que os Poderes Públicos nunca mais deles se recordem...

Haverá, porém, um motivo de hediondo desabafo para os que brutalmente os sacrificaram: poderão gritar aos quadrantes do País que nós — os Revolucionários — assassinamos, covardemente, indefesos chefes de família!...

Mas a Justiça de Deus não deixará impune a fria perversidade dos que sacrificam a vida de inocentes à satisfação de seus ódios e caprichos!

Deixemos, porém, de lado esse apêndice sombrio anexado aos horrores da guerra civil pela deslealdade dos nossos adversários e concluamos esta modesta narração.

Deixando Natividade a 11, a Divisão ocupou, a 16, a cidade de Porto Nacional, de onde lhe escrevemos estas linhas. Nessa mesma data, uma patrulha nossa encontrou e destroçou um piquete de polícia goiana, saído de Pedro Afonso, com destino a Duro, tomando-lhe todos os cargueiros e parte do armamento, munição e roupas que consigo transportava.

Junto lhe remetemos a "guia" que foi apreendida bem como 2 cartas de particulares que atestam o "primoroso" comportamento desses policiais, em Pedro Afonso.

A nação ficará, assim, sabendo quem são os verdadeiros autores dos "saques" e "desrespeitos" aos lares, de que tanto têm falado os amigos do governo.

Antes de deixarmos Porto Nacional, recebeu o primeiro signatário desta carta uma longa missiva assinada pelo Rev. Sr. Frei José Audrin, superior do Convento de Santa Rosa, dessa cidade.

Do conteúdo de tal carta, bem como da resposta que lhe demos, enviamos-lhe cópia, para que possa V. Exa. acompanhar, com ciência própria, o germinar dessa generosa iniciativa, partida de um estrangeiro de nascimento, mas verdadeiro brasileiro de coração.

Remetemos-lhe, igualmente, uma cópia da carta que lhe dirigimos de Posse e que ignoramos se lhe terá chegado às mãos.

Sem mais, accite V. Exa., os protestos de nossa grande estima e sincera admiração.

(a) General MIGUEL COSTA
Coronel Luiz Carlos Prestes
Coronel Juarez Távora

Porto Nacional, 22/10/1925.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 569-572.

Anexo nº 29

Carta do comando da Coluna Prestes a Frei José Audrin, Natividade (Goiás), outubro de 1925

Exmo. e Revmo. Frei José Audrin,
Superior do Convento Dominicano em Porto Nacional.

Respeitosos cumprimentos.

Na ausência do sr. bispo de Porto Nacional, dirigimo-vos estas linhas, onde se contém um apelo em favor das famílias cuja direção espiritual vos está confiada.

Podeis crer, Sr. que não somos, como por aí se tem dito, uma horda de malfeitores, de cujo contato devem fugir as famílias. Defendemos um ideal por que, mercê de Deus, têm sabido morrer alguns moços cuja vida vale por um exemplo, e nos tem guiado, nesta longa luta de quinze meses, uma diretriz bem mais nobre do que propalam os nossos adversários.

Sentimo-nos por isso felizes em poder declarar-vos que a inviolabilidade da casa de que sois Superior, bem como a do Colégio das Irmãs Dominicanas, e quaisquer outros estabelecimentos de ensino religioso ou leigo, será sagrada para as tropas da Revolução.

Se portanto tivermos de passar pela vossa cidade, aguardai tranqüilo a nossa chegada, certo de que os nossos corações de brasileiros e a nossa honra de oficiais zelarão com devotamento pela tranqüilidade daqueles que nenhuma culpa têm dos dissídios que ora convulsionam a nossa Pátria.

Suplicamos, outrossim, que secundeis a ação do sr. Intendente Municipal, no sentido de impedir que a população da cidade abandone os seus lares. É extremamente dolorosa a situação dessas famílias refugiadas às vezes nos matos, sem conforto e sem garantias de espécie alguma.

Lembrai-lhes, Sr., que o lar é a melhor garantia para as pessoas e propriedades. O chefe de família, em sua casa, é um defensor valiosíssimo. É portanto indispensável que ele nos ajude a evitar algum abuso que contra a sua propriedade algum mau soldado tente cometer.

Fazei, Sr., a caridade de aconselhar ao povo não abandonar seus lares ou esconder fora deles objetos da sua propriedade. Era este o apelo que, por vosso intermédio, queríamos dirigir ao povo de Porto Nacional e suas cercanias.

Sem mais, subscrevemo-nos vossos admiradores reconhecidos.

General Miguel Costa
Cel. Luiz Carlos Prestes
Tte. Cel. Juarez Távora

Fonte: AUDRIN, José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro, Agir, 1946, pp. 251-252.

Anexo nº 30

Proclamação em Porto Nacional (Goiás) do comando da Coluna Prestes, 19/10/1925

Concidadãos:

Depois de 15 meses de luta encarniçada — marcados, dia a dia, por todas as angústias que ensombram o cenário triste de uma guerra civil —, temos hoje, ao chegar ao coração do Brasil, às margens do portentoso Tocantins, o feliz ensejo de, mais uma vez, reafirmar à nossa Pátria que a Cruzada patriótica, iniciada aos 5 de julho, na Capital gloriosa de São Paulo e engrossada, mais tarde, pelos bravos filhos da terra gaúcha, ainda não expirou e nem expirará, esmagada pelas baionetas da tirania.

Apesar dessa longa peregrinação de sacrifícios, anima-nos ainda, a mesma fé inabalável dos primeiros dias de jornada, alicerçada na certeza de que a maioria do povo brasileiro, comungando conosco os ideais da Revolução, anseia por que o Brasil se reintegre nos princípios liberais, consagrados pela nossa Constituição — hoje espezinhada por um sindicato de políticos sem escrúpulos, que se apoderaram dos destinos do País, para malbaratar a sua fortuna, ensangüentar o seu território e vilipendiar o melhor de suas tradições.

E o povo pode ficar certo de que os soldados Revolucionários não enrolarão a bandeira da Liberdade enquanto se não modificar esse ambiente de despotismo e intolerância que asfixia, num delírio de opressão, os melhores anseios da consciência nacional!

Povo Brasileiro:

Bem sabemos que o País sofre e, mais do que o País, sofre o povo com o cortejo de violências que fatalmente acompanha a guerra.

É mister, porém, que, a todo transe, se reintegre o Brasil na finalidade de seus destinos — ainda que novos mártires tenham de juntar o seu sangue ao dos que já souberam dar a vida pela liberdade de sua Pátria.

Recuar, neste momento, seria abjurar o ideal por que tantos companheiros queridos fizeram um supremo sacrifício e após essa abjuração, entregar, talvez, a vida e a liberdade de todos ao despotismo absoluto dos que nenhuma honra têm feito ao cristianismo da cultura brasileira e às tradições de generosidade de nossa raça.

Ninguém veja, entretanto, nisso, um desejo de fazer a guerra por um capricho de intransigência ou de ambição.

Pelo contrário, queremos a paz e não é senão por ela que, há mais de 15 meses, nos batemos.

Queremos, porém, uma paz sem opróbios, cimentada na justiça — que seja, em suma, capaz de restituir ao país a tranqüilidade de que tanto necessita.

Repelimos, sim, a paz sombria e trágica que encobre o vilipêndio das senzalas. A esta — se a fatalidade do destino não-la tiver de apresentar, como um último trago de fel a server —, preferiremos, sem indecisões, à suprema angústia do esmagamento.

Porto Nacional, 19 de outubro de 1925.

General Miguel Costa
Coronel Luiz Carlos Prestes
Coronel Juarez Távora.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes* (Marchas e Combates). 3ª ed. São Paulo, Alfa Ômega, 1979, pp. 572-573.

Anexo nº 31

Carta do padre José Audrin dirigida ao general Miguel Costa, Porto Nacional (Goiás), 21/10/1925

Ilmo. senhor general Miguel Costa:

Os poucos dias decorridos depois que V. Exa. e seus distintos auxiliares do Estado Maior se dignaram aceitar uma humilde hospedagem em nosso convento de Santa Rosa de Porto Nacional, foram suficientes para patentear-nos, além do seu fino cavalheirismo, a bondade de seu coração e a sinceridade de suas aspirações patrióticas.

Somos e permaneceremos depois deste rápido contato seus admiradores sinceros e, ao mesmo tempo, amigos compadecidos e dedicados.

Primeiro, porque acreditamos em homens que o vil interesse não guia e que sabem imolar tudo pela defesa e obtenção dum ideal; segundo, porque verificamos em sua jornada, adivinhamos um sem-número de sacrifícios íntimos que há quinze meses suportam estoicamente para alcançar um fim almejado.

Nada mais precisamos acrescentar, sr. general, para obter de V. Exa., a licença de apresentar algumas observações e formular alguns desejos.

Antes de tudo, seja-nos lícito cumprir um dever.

A passagem da coluna revolucionária através dos nossos sertões e por nossa cidade, tem sido um lamentável desastre que ficará, por alguns anos, irreparável. Em poucos dias, nosso povo, na maioria pobre, viu-se reduzido à quase completa miséria.

Isto é sobretudo deplorável porque este humilde povo nenhuma culpa teve nos acontecimentos passados, ignorando até em sua quase totalidade, os acontecimentos de 1924, em São Paulo e Rio Grande do Sul; se é grato dever para nós reconhecermos a elevada disciplina que tem reinado na Coluna, quanto ao respeito aos lares e ao cuidado extremo do Estado-Maior e comandos de corpos em prevenir e castigar severamente qualquer ofensa à moralidade e ao sossego do povo — se acreditamos que os danos materiais sofridos pela população em gado e animais longe de serem motivados pelo instinto de roubo, são apenas uma imposição vexatória mas fatal das duras necessidades da guerra, sentimo-nos, não obstante, forçados a deplorar tais prejuízos e levar contra eles, perante V. Exa., o nosso protesto.

A generosidade de seu coração, sr. general, facilmente compreenderá que o nosso silêncio seria uma falta grave às obrigações do nosso sagrado mister apostólico, e não poderá V. Exa. ofender-se quando nos ouvir repetir as palavras dos primeiros apóstolos: "*Non possumus non loqui!*" ("não podemos não falar!").

Cumprindo este dever, sr. general, volvemos novamente os olhos para V. Exa. e seus dignos companheiros. Mais uma vez parte-se de dor o nosso coração ao ver essa plêiade de jovens e distintos brasileiros metidos nessa luta insana, entranhados em nossos remotos sertões, separados há tantos meses de seus pais, mães, esposas e filhos, perseguidos pelo governo e ignorando quando raiará para todos a aurora da paz. E o mesmo sentimento de caridade cristã que nos tem obrigado a lamentar as misérias do nosso povo, excita-nos em procurar um meio de contribuir para a conclusão de tantas angústias.

Por isso, sr. general, perguntamos a V. Exa. se não haverá um meio de tentarmos, perante as altas autoridades da República, um entendimento entre o governo e os revolucionários. Embora desconhecidos no Brasil, embora privados de meios de comunicações, não poderíamos procurar alguns intermediários capazes de iniciar, ao menos, uma troca de idéias?

Se V. Exa. achar que este nosso propósito não é inoportuno, nem exagerado, peço-lhe o obséquio de indicar-me qual deveria ser nossa atitude, quais as minhas palavras, quais enfim as condições que julga ousadas para entrar num entendimento com o governo da República.

Dirigindo-lhe estas linhas, sr. general, não só ditadas pelos sentimentos de caridade cristã, mas também pelo amor que tributo à sua Pátria, espero que V. Exa. como bom brasileiro e cristão as receberá com agrado e reconhecerá a sinceridade do seu criado at. ded.

Padre José M. A. Audrin

Porto Nacional, 21 de outubro de 1925.

Anexo nº 32

*Carta do comando da Coluna Prestes a Frei Audrin,
Porto Nacional (Goiás), 22/10/1925*

Exmo. Rev. sr. frei José Audrin.

D.D. Superior do convento de Sta. Rosa, em Porto Nacional.

Revmo. sr.

Respeitosos cumprimentos.

Acusamos, desvanecidos, o recebimento de sua prezada carta, datada de 21 do mês corrente.

Penhorados, agradecemos-lhe a gentileza das palavras com que se dignou de cumular-nos.

E, como bons brasileiros, rendemos-lhe sincero preito de admiração pelo nobre interesse que tem demonstrado em prol da pacificação de nossa Pátria.

Não ignoramos nenhuma das vicissitudes deploráveis que constituem o séquito sombrio da guerra civil.

Bem medimos a penúria em que fica a debater-se a população menos abastada das regiões sertanejas por onde transitamos.

Concordamos com V. Revmo. em que o povo — esse humilde povo que tantas vezes tem sido alvo das mesmas injustiças e violências que nos atiraram aos braços da revolta —, por cujo bem nos batemos, é, neste duro embate de paixões, a vítima mais sacrificada.

Aceitamos, por isso, de bom grado, o protesto que, em favor dele nos dirige V. Revmo., como ressalva de seus sagrados misteres apostólicos.

Afiançamos-lhe, entretanto, que só temos retirado ao patrimônio do povo aquilo que é indispensável à satisfação das necessidades imprescindíveis da tropa.

E se não indenizamos ao particular os prejuízos que lhe causamos é porque — ao contrário do que a má-fé de alguns tem propalado — transitamos na Revolução tão pobres como quando para ela entramos.

De qualquer forma, porém, temos assegurado, indistintamente, a amigos e adversários, por meio de um documento idôneo, o recurso de reaver, mais tarde, pelos trâmites legais, a importância total dos bens de que houverem sido despojados.

Bem sentimos a angústia dos que sofrem a privação dos haveres materiais, sorvidos pela voragem insaciável das necessidades de um exército.

Lamentamo-los como se devem lamentar os que, já no fim da vida têm de recomeçar, talvez, as provações da luta, para legar à família o pão sagrado da subsistência. Isso é humano e é justo.

Há, entretanto, no fundo desse quadro alguma coisa mais dolorosa ou mais trágica. Há o sacrifício mudo e, por isso mesmo, quase ignorado, dessa numerosa legião de peregrinos que, dando a vida pela liberdade, mal pode, às vezes, desafogar a saudade do lar abandonado há 15 meses.

Há a angústia dos que tombam mortos, longe da família, e desaparecem, anônimos, no tumulto agitado das refregas. Há, enfim, espalhados pelos recantos do Brasil, alguns milhares de lares desamparados, onde corações confrangidos sofrem o suplício indefinido da incerteza ou do desespero.

E através dessa cortina de luto e de dores, de pranto e de misérias, que ensombra o viver outrora feliz do povo brasileiro, enxergamos, com infinita tristeza a retrogradação material e moral de nossa Pátria.

Não é oportuno discutir, aqui, sobre quem cairá, mais tarde, a responsabilidade formidável desta catástrofe. O país inteiro conhece, entretanto, a gravidade das circunstâncias que nos impeliram ao sacrifício dessa jornada cruenta e dolorosa. E a consciência nos diz que, palmilhando essa longa encosta de calvário nunca faltamos à palavra ou abjuramos a fé de batalhadores sinceros de um ideal de justiça e liberdade.

As palavras de paz com que V. Revmo. encerra os últimos tópicos de sua carta nem são exageradas, nem inoportunas. A maioria do povo brasileiro, saturada de desilusões e de amarguras, almeja ardentemente por essa aurora de reconciliação que lhe restitua a alegria e a tranqüilidade.

Por isso, dizendo a V. Revmo., com a franqueza de convencidos, que aceitamos, contentes, os seus bons ofícios — porque ninguém, mais do que nós, deseja ver acabado esse ceifar ingrato de vidas preciosas de irmãos e de amigos que o egoísmo dos homens, atizado pela fatalidade do Destino, atirou em campos opostos, para ensopar de sangue uma mesma Pátria boa e generosa.

Não sabemos nem queremos ditar a V. Revmo. esta ou aquela atitude, em se tratando de assunto tão delicado.

Agradecemos, sinceramente, a sua generosa interferência e deixamos aos impulsos de sua caridade cristã a escolha das melhores palavras com que se há de dirigir, através de outros intermediários, ao governo da República.

Julgamos, como os nossos chefes, marechal Isidoro Lopes e dr. Assis Brasil, que o melhor e mais fácil meio de tranqüilizar o país será um entendimento leal e desapaixonado entre o governo e a Revolução.

Por isso, nenhuma condição impomos para iniciá-lo.

Sem mais, confessamo-nos gratos pela deferência com que nos distinguiu e sinceros admiradores de V. Revmo. pelo sadio patriotismo e caridade cristã com que se tem interessado pelo bem de nossa Pátria.

Porto Nacional, 22/10/1925

General Miguel Costa
Coronel Luiz Carlos Prestes
Coronel Juarez Távora

Anexo nº 33

Ofício entregue pelos representantes do Partido Republicano Maranhense ao comando da Coluna Prestes, Carolina, 8/11/1925

AO COMANDO GERAL DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

Os membros do Partido Republicano Maranhense, representados pelos signatários da presente missiva, sabendo aproximar-se da heróica terra de Elias de Barros forças do Exército Libertador, dirigem-se ao Comando Geral das mesmas, saudando-o em nome do bom povo desta cidade que, de coração genuflexo, aguarda a vinda dos bravos defensores da República sã e moralizada.

Apesar dos boatos alarmantes espalhados, aguarda-os a boa terra carolinense, na maioria da sua população livre, de braços abertos sem nenhuma tentativa de resistência, confiante e esperançosa na própria redenção da Pátria Brasileira.

À disposição das tropas revolucionárias, para facilitar a passagem do rio Manuel Alves, segue um barco tripulado por pessoas adestradas nesse serviço.

Aproveitando a oportunidade apresentamos, em nome dos nossos amigos, protestos de respeito e simpatia aos valentes defensores dos postergados direitos do povo Brasileiro.

Carolina, 8 de novembro de 1925.

(a) Diógenes Gonçalves, Sandoval Aires Maranhão,
Benjamin Carvalho

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 205-206.

Anexo nº 34

Carta de Juarez Távora ao desembargador Dioclides Mourão, Carolina, 21/11/1925

Exmo. sr. Desembargador Dioclides Mourão

Respeitosos cumprimentos.

É portador desta carta o sr. Manoel Moreira. Vai ele substituindo o nosso Embaixador Especial ten. cel. Paulo Cunha Cruz, infelizmente preso em Grajaú.

Remeto-vos, junto, uma cópia da carta que vos levava aquele nosso emissário.

Mesmo sem consultar o Comando da Divisão, atualmente em Balsas, resolvo, diante do lamentável desastre ocorrido, dirigir-vos algumas ponderações que o momento aconselha.

Entrando no Maranhão a 11 do corrente, marchamos firmes na direção do Nordeste, visando a região do médio Paraíba, pois que, de acordo com Manoel Bernardino na Mata e Euclides Maranhão em Barra da Corda, podeis auxiliar consideravelmente a Revolução, criando sérios focos de reação locais, capazes de atrapalhar a marcha de forças governistas. A destruição da via férrea S. Luís-Caxias é importantíssima.

Caso as tropas levantadas não se possam manter nos lugares onde iniciaram o movimento, deverão procurar ligação com a Divisão Miguel Costa que estará sempre pronta a ajudá-las e acolhê-las.

Sem mais, confesso-me vosso sincero amigo e admirador.

Cel. Juarez Távora

Carolina, 21/11/1925.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 579-580.

Anexo nº 35

*Carta de Juarez Távora ao dr. Tarquinio Lopes Filho,
Carolina, 21/11/1925*

Exmo. sr. dr. Tarquinio Lopes Filho.

Respeitosos cumprimentos.

É portador destas linhas o sr. Manoel Moreira, distinto amigo nosso de quem me valho para substituir o ten. cel. Paulo Cunha Cruz, que foi preso em Grajaú.

Junto vos remeto cópia da carta que vos levava o nosso Embaixador Especial, fazendo votos para que ela ainda vos chegue em tempo útil.

Longe do Q. G. da Divisão, ora estacionada em Balsas, tomo a iniciativa de lembrar-vos que, antes de tudo, convém agirdeis de forma a impedir que vos prendam.

Invadimos o Maranhão a 11 do corrente e pretendemos avançar na direção geral do Nordeste, buscando a região do médio Paraíba.

Penso que podeis, de acordo com o desembargador Dioclides Mourão e cel. Euclides Maranhão, prestar ótimos serviços à causa revolucionária, fomentando um levante de civis nas regiões de Codó, Barra da Corda e Mata, visando o retardamento da marcha de tropas para o centro do Estado.

É importantíssima a interrupção do tráfego ferroviário entre S. Luís e Teresina.

Se não for possível uma resistência eficaz nessas regiões deverão as forças levantadas unir-se às forças da Divisão.

De qualquer forma, marcharemos resolutos ao encontro daqueles que levantam, contra o despotismo, o gládio vingador da liberdade.
Sem mais, confesso-me vosso sincero amigo e admirador.

Cel. Juarez Távora

Carolina, 21/11/1925

P.S. — O portador vos explanará verbalmente certas minúcias de que não nos convém tratar aqui.

Távora.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 580-581.

Anexo nº 36

*Carta de Juarez Távora a Luiz Carlos Prestes,
Teresina (Piauí), 1ª/1/1926*

Prestes.

Aqui estou, desde ontem pela manhã, como prisioneiro. Recebendo logo após a minha chegada uma honrosa visita de sua Excia. o sr. Bispo do Piauí, D. Severino Viera de Melo, abordou-se, em palestra, a idéia de um entendimento para evitar, se possível, o transe amargo que ameaça a população indefesa de Teresina.

Contrariando, embora, o meu interesse pessoal, naturalmente propenso a anelar por uma tentativa de libertação, eu prefiro abdicar dessa satisfação em benefício do povo deste recanto do meu país.

Ademais, de acordo com as informações colhidas em quatro reconhecimentos ofensivos, levados a efeito sobre os entrincheiramentos da cidade e cujo resumo lhe remeti anteontem, a conquista de Teresina custaria vidas preciosas à Revolução e ao Brasil, e cujas perdas bastariam por si sós, para sombrear os louros da vitória, porventura alcançados.

Nessas condições, eu penso que, de acordo com o general Miguel e os comandantes dos destacamentos, você faria um ato de generosidade — talvez proveitoso à causa que ambos defendemos — desistindo do ataque à cidade, caso o haja decidido diante das informações que anteriormente lhe remeti.

De qualquer forma, valeria a pena suspender o assalto à capital até um novo entendimento com o comandante das forças que a defendem, coronel Gustavo Bentemüller. Este, embora sem competência para estabelecer um armistício, manter-se-ia em suas posições até receber uma resposta sua a esta carta.

Creio que nenhum mal resultará para o governo, ou para a Revolução desse leal entendimento. Por isso, preso e impossibilitado de emprestar

ao nosso país o auxílio de combatente no campo da luta que me tem apontado a consciência, procuro, na tristeza da minha impotência de prisioneiro, prestar-lhe o serviço pequeno, mas sincero, da minha palavra franca, mas desautorizada.

Entrego ao seu patriotismo e dos nossos queridos companheiros o deferimento desta petição, sem poder adiantar qualquer coisa sobre as consequências que ela poderá ter.

Sem outro motivo, sou seu companheiro de todos os tranSES.

Juarez Távora

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 229-230.

Anexo nº 37

Carta de Luiz Carlos Prestes a Juarez Távora, acantonamento na Vila Natal (Piauí), 4/1/1926

Meu caro Távora.

Só ontem, à noite, recebi a tua carta de 1º do corrente, da qual foi portador sua Excia. o sr. Bispo D. Severino Vieira de Melo.

É a tua carta mais uma prova de que colocas o bem-estar do povo e a tranqüilidade das famílias acima de teus interesses, continuando a dedicar, mesmo preso, todas as tuas energias e toda a tua inteligência à felicidade da nossa Pátria.

Sabes perfeitamente que a nossa campanha tem sido encaminhada de maneira a poupar o mais possível a vida dos nossos patricios, limitando-nos a combater, quando as necessidades da vitória nos impõem esse meio de ação.

Assim, tendo consultado o general Miguel e os comandantes de destacamento a respeito do teu pedido, resolvemos suspender o ataque à Teresina, até que tenhas outro entendimento com o comandante dessa praça, coronel Gustavo Bentemüller, desde que ele se mantenha, como prometeu, dentro de suas posições atuais e não procure perturbar a tranqüilidade das regiões que estamos dominando no Estado, regiões essas que, como sabes, abrangem quase a totalidade do seu território.

Percebemos que com esta nossa primeira concessão os nossos adversários ficarão, dia a dia, mais fortes; mas, tudo sacrificamos pela tranqüilidade da família teresinense, certo de que igualmente por esta tranqüilidade, o governo não se oporá à tua liberdade e volta ao nosso meio.

Poderá assim ser satisfeito o pedido da população indefesa de Teresina, feito por teu intermédio e pelo zelo apostólico de sua Excia. o sr.

Bispo D. Severino Vieira de Melo, que esteve pessoalmente em nosso acantonamento.

Luiz Carlos Prestes

Acantonamento na vila Natal, 4 de janeiro de 1926

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes* (Marchas e Combates). 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 234-235.

Anexo nº 38

Carta do padre Cícero Romão Batista a Luiz Carlos Prestes e seus companheiros de luta, 20/2/1926

Ao capitão Luiz Carlos Prestes e seus
companheiros de luta.

Caros patricios.

Venho vos convidar à rendição. Faço-o, firmado na convicção de que presto serviço à Pátria, por cuja grandeza também devem palpitar os vossos corações de patriotas. Acredito que já não nutris esperanças na vitória da causa pela qual, há tanto tempo, pelejais, com excepcional bravura. É tempo, portanto, de retrocederdes no árduo caminho por que seguís e que agora, tudo está a indicar, vos vai conduzindo a inevitável abismo. Isto, sinceramente, enche-me a alma de sacerdote católico e brasileiro de intraduzíveis apreensões, dominando-a de indefinível tristeza. Reflexo do meu grande amor ao Brasil, esta tristeza, assevero-vos firmemente, é uma resultante dos conhecimentos que tenho dos inauditos sacrifícios que estais impondo à Nação, entre os quais incluo, com notável relevo, o vosso próprio sacrifício e dos muitos companheiros que são vossos aliados, na expectativa de resultados, hoje provavelmente impossíveis.

Confrange-me o coração e atormenta-me incessantemente o espírito esse inominável espetáculo de estar observando brasileiros contra brasileiros, numa luta fratricida e exterminadora que tanto nos prejudica vitais interesses no interior, quanto nos humilha e deprime perante o estrangeiro. Acresce que para uma nação jovem e despovoada como é a nossa, as atividades constantes de cada cidadão representam um valor inestimável ao impulsionamento do seu progresso. De modo que, para se fazer obra de impatriotismo, basta não contribuir para a realização dessas atividades, ou para o desvio de sua aplicação construtora. É o que estais fazendo, involuntariamente, talvez.

Assim sendo, é claro que se outros vultosos males não acarretassem ao País a campanha que contra ele sustentais, bastaria atentardes nesta importante razão, para vos demoverdes dos propósitos de luta em que persistis.

Entretanto, deveis refletir ainda na viuvez e na orfandade que, com penalizadora abundância, se espalham por toda parte; na fome e na miséria que acompanham os vossos passos, cobrindo-vos de maldições dos vossos patrícios, que não sabem compreender os motivos da vossa tormentosa derrota através do nosso grandioso *hinterland*. É, pois, em nome desses motivos superiores e porque conheço o valor pessoal de muitos dos moços que dirigem esta malfadada revolução, que ousou vos convidar e a todos os vossos companheiros a depordes as armas. Prometo-vos, em retribuição à atenção que derdes a este meu convite, todas as garantias legais e bem assim me comprometo a ser advogado das vossas pessoas perante os poderes constitucionais da República, em cuja patriótica complacência muito confio e deveis confiar também.

Deus queira inspirar a vossa ansiedade e confiança.

Deus e o amor da Pátria sejam vossos orientadores, neste momento decisivo de vossa sorte, cujos horizontes me parecem toldados de sombrias nuvens. Outrossim, é meu principal desejo vos salvar da ruína moral em que, insensivelmente, estais embrenhando com os feios atos e desregramentos conseqüentes da revolução e que, certamente, vos conduzirão a uma inevitável ruína material. Lembrai-vos de que sois moços educados, valentes soldados do Brasil, impulsionados neste vosso corajoso tentame por um ideal, irrefletido embora, e que, entretanto, estais passando perante a maioria dos vossos compatriotas, por celerados comuns, já se vos tendo comparado, na imprensa das capitais, aos mais perigosos facinorosos do Nordeste. Isso é profundamente entristecedor. Deixai, portanto, a luta e voltai à paz, paz que será abençoada por Deus, bendita pela Pátria e aclamada pelos vossos concidadãos e, pois, só nos poderá conduzir à felicidade. Deus e a Pátria assim o querem, e eu espero que assim o fareis. Com toda a atenção subscrevo-me, vosso patrício muito grato.

(a) Padre Cícero Romão Batista

Fonte: MOREL, Edmar. *Padre Cícero — o Santo de Juazeiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, pp. 106-108.

Anexo nº 39

Ordem de Operações para a passagem do São Francisco, Soares, Estado de Pernambuco, 24/2/1926

Soares, 24-2-26. — Às 17,50

Sr. General Miguel.

Junto o *croquis* da região.

Pelas informações colhidas, não há inimigo em Jatobá, nem Tacaratu. Julgo que o melhor a fazer é o seguinte:

- 1) O Siqueira e o Cordeiro marcharão já para Brejinho procurando ocupar, ainda hoje, Jatobá.
- 2) O Dutra, a Enfermaria e o Q.G. acamparão, hoje, em Lagoa Velha, para onde também poderá ir o João Alberto.
- 3) A retaguarda pode ficar em Pilãozinho de onde sairá pela madrugada de amanhã, mas ali deixando até as 12 hs. uma patrulha bem montada.
- 4) O Dutra deve marchar amanhã às 4 hs. para Jatobá.
- 5) O Q.G., a Enfermaria e o João Alberto podem sair amanhã, às 5 hs., para Jatobá.

Procuraremos, ainda hoje, fazer o seguinte:

- 1) Ocupar Jatobá, guardando as direções de Pedras (Estrada de ferro), Tacaratu e Floresta.
- 2) Cordeiro progredir na direção de Pedras, de maneira a guardá-la, passando rio abaixo de Jatobá.
- 3) Siqueira progredir na direção de Floresta, guardando-a e procurando atravessar o rio abaixo de Jatobá.
- 4) Dutra chegar em Jatobá amanhã, bem cedo, de maneira a atravessar imediatamente o rio, marchando sobre Santo Antônio da Glória (na Bahia).
- 5) João Alberto cobrir a retaguarda durante o dia de amanhã, em Brejinho, atravessando o rio desde Jatobá até Várzea Redonda.

Julgamos não haver resistência em Jatobá. Se houver, é muito fácil despontá-la, atravessando o rio acima.

Peço entregar os *croquis* juntos ao João Alberto e Dutra, bem assim comunicar-lhes o que acima fica escrito.

Do
PRESTES.

N.B. — Em Jatobá e proximidades há muitas canoas.

Fonte: MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 593-594.

Anexo nº 40

Carta que o sr. general Mariante dirigiu a S. Excia. sr. Marechal Setembrino de Carvalho, Pirapora, 19/5/1926

Exmo. sr. marechal Setembrino de Carvalho.

Permita V. Excia. que eu lhe venha prender alguns momentos de numerosas e graves preocupações — do mesmo modo que também perco esse tempo destinado às que atualmente me absorvem — para tratar de assunto por muitos títulos desagradável e pouco relevante, mas que, sobre ele, não podia nem devia silenciar.

V. Excia. não ignora que profundos dissídios, mau grado meu, se criaram entre o general João Gomes e eu, por motivo da conduta geral das operações contra os rebeldes, no Estado da Bahia.

Se, mais tarde, ainda for provocado, apresentarei a documentação irretorquível dos fatos, para a conveniente crítica; — mas só o farei a contragosto, pois minha intenção foi e é conservar jacente o passado, por ser ele irremediável.

O desenrolar dos acontecimentos está mostrando que eu tinha razão. Quisera que fosse ao contrário; mas o general João Gomes deve estar sentindo, a esta hora, o peso da evidência, se é que não pretende negá-la, sob o império das paixões humanas invencíveis.

Quando, por vczes, tive que dissentir de S. Excia., o fiz dentro das normas e princípios regulamentares, sem quebra do acatamento devido à sua autoridade de chefe e com o respeito pessoal que ele me merecia. Fello, assim, sem ferir a boa educação e os preceitos disciplinares, apesar da forte convicção que me animava para lhe proclamar pontos de vista opostos à sua orientação.

Quando, em dadas circunstâncias, o subordinado reconhece que o seu chefe — induzido a erros por falsas informações ou pela apreciação inexacta da situação, lhe prescreve uma missão inexecuível ou o orienta mal — compete-lhe o dever indiscutível de não só ponderar ao seu superior, como também tomar a iniciativa da execução da missão recebida, não como lhe fora primitivamente indicada, mas, sim, de acordo com o que impõe a situação real, a fim de poder melhor realizar a intenção do comando.

E esta questão doutrinária, tão debatida, constantemente vem saltando à tona, no transcurso da campanha intestina em que estamos vivendo, de características todas excepcionais, mas fértil em exemplos daquela natureza.

Quantas vczes um simples e atrasado comandante de grupos de denominados "patriotas" me adverte de que seguiu direção contrária à que eu lhe marcara, baseado em informação que assinalava a presença de rebeldes em determinado ponto — e ele, em caminho, verificando a inexactidão da noticia, resolve adotar outro rumo mais seguro! Por fatos análogos, não me ressinto nem me considero desprestigiado, ofendido ou diminuído na minha autoridade. Ao contrário: aprovo a decisão inteligente do subordinado, satisfeito com o espirito de iniciativa útil por ele revelado, ao invés de condená-lo por invasão de atribuições tidas por outrem como promanando de essência dogmática, rígidas e intangíveis, o que é incompatível com os princípios vencedores e com o gênero de luta travada.

X X X

O general João Gomes, inexplicavelmente, não pôde ocultar o grande agastamento que lhe trouxe a minha presença na Bahia. Tanto mais é de estranhar sua attitude hostil, sabendo-se que anteriormente ele próprio — com quem sempre mantive as mais cordiais relações — demonstrou desejos, ao partir para o Maranhão, para que eu, então coronel, fosse exercer um comando importante nas forças colocadas sob suas ordens.

Ele, que depois me acusou perante V. Excia. do crime de desobediência — principiou desobedecendo flagrantemente às instruções de V. Excia., contidas no telegrama de 18 de Fevereiro — as quais me conferiam uma missão especial (que V. Excia. até hoje não modificou) e, em consequência, dando-me o comando de forças que V. Excia. julgava necessárias ao desempenho daquela missão.

Aconteceu que, antes de eu chegar a Juazeiro, o general João Gomes tirou parte dessas forças (as melhores e mais à mão) de debaixo do meu comando, substituindo-as por unidades exaustas, que ainda penavam através dos sertões do Piauí e Ceará — isto quando os rebeldes penetravam no N. E. Baiano. E, pouco depois, afetava, como zona de ação normal do meu G. Dests., a parte O. de Pernambuco até os confins do Piauí! Em termos serenos e sinceros, expus, ao general João Gomes, a verdadeira situação da tropa de que dispunha para uma ação imediata, sugerindo-lhe modificações na instrução inicial que ele acabava de dar a mim e ao general Tourinho, pois me parecia lógico que os elementos que iam desembocar ao Sul do São Francisco, para operar numa mesma zona, ficassem debaixo das ordens de um chefe único, que coordenasse os movimentos de todos eles, durante a perseguição que se devia começar. O general João Gomes respondeu-me com indisfarçável azedume, jogando-me até ironias pelo telégrafo, e, daí por diante, jamais se dignou atender qualquer sugestão minha, chegando mesmo ao extremo de me tratar desatenciosamente. Assim é que tendo ido visitar o general Tourinho, em Bonfim, já nas vésperas de minha partida de Juazeiro, não quis ir ter um entendimento pessoal comigo, apenas distante 4 horas de viagem, no momento em que eu ia subir o São Francisco, podendo ser vantajosa a conferência entre nós, pois S. Excia. teria oportunidade de verificar, *de visu*, tudo quanto eu lhe comunicara.

Depois, seguiu para o Rio, a fim de propor seu novo plano de operações e nem sequer, por delicadeza, me avisou disso, ficando eu em Torrinhã a me avir como podia com os rebeldes, na ignorância do que tencionava fazer o general João Gomes.

E não se reduziram a essas as desatenções que recebi; seria fastidioso enumerá-las todas, entre elas algumas bem agressivas. Ainda no Rio, mandou que um oficial do seu E. M. fosse ao telégrafo se entender comigo. Recusei aceder ao que noutra ocasião praticaria com toda naturalidade, mas agora se tornaria vexatório.

Entretando, V. Excia. bem sabe que não pedi para assumir o comando de forças contra os rebeldes; não garanti a ninguém que os liquidaria; não fiz promessas de espécie alguma.

Ficarei no posto que me confiou o governo até quando este quiser e pelo único interesse de corresponder a essa confiança e trabalhar para que termine, sem maior demora, a luta que tantos males tem causado à Nação Brasileira, destruindo-nos um grande patrimônio material e moral.

Creio que completo a dupla dúzia de generais que têm combatido os rebeldes e, justamente, sou daqueles que não aspiram vanglórias e não julgam que suas decisões são impecáveis, atribuindo a outrem o fracasso parcial que sempre tem coroado as operações.

Enquanto pensar que posso ser útil aos interesses nacionais, agirei resolutamente, com a vontade inflexível de quebrar a vontade do adversário, a qual, a despeito de tudo, ainda não foi dominada.

X X X

O general João Gomes havia concebido uma complicada e bellissima manobra, de grande envergadura, que daria por terra com os últimos rebeldes (já considerados no seu E.M. bastante desmoralizados e sem valor combativo) no sentinão baiano.

Consistia a referida manobra em empregar sobre a extensa linha Cabrobó — Juazeiro — Bonfim — Alagoinhas, as minhas forças e as do general Tourinho, a fim de *barrar a passagem* à minúscula e volante coluna rebelde, que seria acossada de perto por enxame de pequenos destacamentos ligeiros, às ordens diretas do gen. João Gomes. Os rebeldes seriam, assim, atirados nos pontos precisos onde assentassem os moirões da linha de barragem ou seriam impedidos de atravessar as largas malhas da rede por ela formada, até que os velozes destacamentos os apanhassem e destruíssem.

Como idéia, é admissível que, em se tratando de Exércitos colossais, se possa estabelecê-los em frente contínua, que exceda de 400 quilômetros de extensão, a fim de interceptá-la; mas, em face do nosso aparelhamento militar defeituoso e das condições da campanha atual — é apenas Munckausiano e ridículo se pensar nisso.

Para combater os rebeldes, não se tem que escolher muitas e sucessivas combinações táticas.

De certo tempo para cá, a situação geral tem sido continuamente idêntica, a cada passo, variável apenas o terreno transposto, cuja influência é pouco sensível, porque ele é sempre igualmente difícil.

De um lado, o núcleo rebelde conduzido por Prestes, continuamente itinerante, procura livrar-se de toda pressão que contra ele possam exercer as tropas legais, varando o interior do país, de onde retira todos os recursos abundantes para viver e flagelando-o por meio da pilhagem sistemática e cruel. É impossível se prever o eixo dos seus deslocamentos caracterizados pela erraticidade, para interpor entre o bando por ele conduzido e os seus perseguidores — o vazio e a desolação.

Se, há um ano atrás, alguém dissesse ao capitão Prestes que ele iria percorrer as terras por onde tem andado, certamente ele se mostraria incrédulo, porque estaria longe de imaginar que as contingências da luta o obrigariam a seguir o roteiro que trilhou.

Prestes scnte-se forçosamente perdido; mas, voluntarioso, tem tirado o maior partido possível da aplicação de um princípio enunciado há mais de um século: "*A arte da guerra não consiste senão em ganhar tempo, quando se está em inferioridade de forças.*" Sua questão toda é *durar* — *durar* de qualquer modo, até um limite imprevisito, sem objetivo determinado que não seja a permanência no estado de revolta, fugindo e devastando com a resolução delirante, a mais anti-humana que se pode conceber. Sua gente o obedece e segue o destino que ele traça: uns, pelo domínio de sua ascendência crescente; outros, pelo terror das repressões

sumárias e homicidas; muitos, pela solidariedade no crime, a toda hora multiplicado pelos instintos sanguinários e de rapina, desenvolvidos largamente pela ambição de aventureiros e corsários desalmados; todos, buscando a própria salvação física, vendendo cara a perda da vida, da liberdade e das posições sociais antevistas como sanção aos delitos por eles praticados. Essa gente tornou-se aguerrida e endurecida na luta, adaptando-se às contingências mesológicas e à vida nômade e semibárbara que arrasta — vida quase bestial, afrouxados que são nela todos os freios da moral.

O chefe real dessa gente, Prestes, não quer ou não pode mais sofrer o instinto de destruição que a inflama — tirando disso partido para mantê-la em estado de coesão, capaz de realizar seus projetos, consumando a correria alucinada e sem fim através dos sertões brasileiros, talados desabridamente. Ele aproveita e explora habilmente, além do estado de desespero de seus cúmplices, toda impotência que nos advém do passado: a vastidão semideserta e pobre do nosso território, a falta de comunicações, a miséria, o embuste, a falsidade, o ódio, a traição, a nossa mentalidade doentia e tudo o mais que a tradição e os costumes nos têm legado das nossas lutas internas — dessemelhantes de qualquer campanha havida em países civilizados —, e adotou o sistema do *bandoleirismo* que nos é inato, deslocando-se por toda parte com extrema mobilidade, para se subtrair dos golpes contra eles preparados e que não são desferidos.

De outro lado, as forças que o governo tem lançado em expedição punitiva contra os rebeldes, estão abaixo do papel que lhes é exigido. Sem considerar causas mais profundas da falta de inclinação guerreira do nosso povo, que é atávica e regionalmente desordeiro, mas destituído, no fundo, de qualquer pendor ou qualidade para se constituir em organizações militares sólidas e, também, as grandes dificuldades de ordem material que se deparam a cada passo, no decurso das operações — há outros fatores preponderantes, que não se tem podido eliminar e, assim, evitar as delongas: o mau estado da tropa — sem ardor, sem espírito ofensivo e de sacrifício, enquadrada por chefes, oficiais e sargentos — uns, mediocres e pusilânimes, outros, ineptos e incapazes, alguns, revoltosos disfarçados — e seu deficiente aparelhamento e atraso na instrução, etc.

Resulta o seguinte contraste: a tropa rebelde obedece ardentemente pela necessidade de obedecer, para a salvação comum; a tropa legal, obrigada a obedecer, desobedece friamente pela resistência passiva e usando de todo artifício escuso, difícil de se comprovar, mas simulando obedecer. Mais precisamente: esta obedece por palavras, por promessas, por todos os meios aparentes; desobedece pelos atos incontrolláveis com que burla o cumprimento exato das ordens recebidas. Ela, passivamente, não se quer arriscar, senão em último caso, às perdas necessárias de vida; aquela arrisca tudo, procurando não se arriscar a ser batida totalmente.

Eis o dilema de que é possível sair somente por meio de uma orientação prática e firme muito bem servida por uma vontade férrea e por todos os recursos ocasionais de que se puder lançar mão, pondo de parte toda e qualquer veiedade teórica, que não traduz resultado, e certos preconceitos — frutos da rotina em nós arraigada secularmente.

Pensar em resolver dispositivos como para uma guerra regular não tem cabimento e torna todo esforço em inutilidade. Não possuímos unidades em condições materiais e morais de eficiência para executar o gênero de operações que aprendemos nos regulamentos. Faltando o instrumento material e necessário, resta o meio de supri-lo pelos de emergência — e isto não importa absolutamente em renegar os princípios teóricos: ao contrário, cai-se na verdadeira aplicação deles em vez de se aferrar simplesmente a *clichés* e *schemas* condenáveis. É libertar-se das fantasias da imaginação, para encarar exclusivamente a realidade das coisas. É, sobretudo, não alimentar ilusões prejudiciais e perigosas, e escolher aquilo que pode dar o rendimento desejado. É ser psicólogo...

As ordens bem redigidas, as manobras empolgantes — podem impressionar espectadores. São, porém, de consequências inócuas para a exterminação do núcleo ambulante de rebeldes, porque os executantes não as compreendem e aqueles adquirirão maiores facilidades para se desviarem e desembaraçarem, enquanto estes ficam enovelados nas missões irrealizáveis no tempo e no espaço.

Os rebeldes não esperam e não subordinam suas operações fugaces à realização dos dispositivos marcados por decisões, que além de se basearem em dados furtivos, contraditórios e até mesmo absurdos e inarmônicos, não podem ter execução instantânea.

Se se estabelecer, *a priori*, uma unidade do Exército em determinado ponto, para defendê-lo, ela resistirá a um ataque frouxamente conduzido, como sucede de ordinário; isto é, ela enterra-se no terreno e atira desordenadamente, mesmo depois que os rebeldes — às mais das vezes simples patrulhas encarregadas de mascarar a passagem do grosso — deixam de fazer fogo e se afastam. Mas, se se lançar a mesma unidade ao encontro dos rebeldes, a fim de atacá-los, jamais ela os encontraria: começam as dificuldades logo na partida e se agravam à medida que ela avança para perto do adversário e, afinal, quando consegue chegar ao termo de sua primeira jornada de marcha, essa unidade grita com notável e uniforme hipertensão nervosa, que se está quebrando aos pedaços e... que os rebeldes desapareceram no horizonte vastíssimo dos chapadões ou nas selvas.

Tão ou mais viciadas, tardas, sem impulso e desagregáveis como as do Exército — são as unidades das diversas polícias estaduais. Todas, porém, têm algum verniz de disciplina e de boa conduta, que os “patriotas” — ainda de valor militar mais medíocre, não possuem em absoluto, constituídos em regra por aventureiros e acaudilhados que o mercenarismo *profiteur* alista entre os parasitas e desclassificados sociais. Longe dos rebeldes, tudo está pronto, preparado, arrogante, oferecido: tudo é fácil e nada falta. Perto dos rebeldes... o reverso do quadro muda completamente essa feição singular.

Os meios repressivos a empregar contra a contumácia e a inércia de todos os moldes, são fatalmente falhos, não podendo o comando superior estar presente em toda parte para aplicá-los quando necessários, e, mesmo se se apurar muito, as medidas corretivas teriam de ser desfechadas em massa, atingindo a quase totalidade que seria dispensável por imprestabilidade.

Diante de tal quadro, é forçoso reconhecer quanto é penoso e crivado de espinhos o exercício da função do comando de tropas cuja organização existe apenas no papel, nos uniformes, na vida coletiva e em outras poucas aparências. E há ainda em conexão outras dificuldades a vencer, provindas dos entraves de nossa engrenagem administrativa, de nossa organização política, das tendências e hábitos nacionais — não raro trazendo os maiores incômodos, contrariedades e aumento de trabalho, exigindo muito tato e flexibilidade de espírito, para atender a tantas questões ao mesmo tempo.

Está-se, por tudo isso, diante de um *impasse*, de um problema insolúvel?

Não. Do contrário, seria afirmar e confessar a falência nacional. A crise perdurante é removível dentro de prazo relativamente curto e, do ponto de vista operativo, depende apenas da aplicação mais racional dos meios disponíveis mesmo daqueles defeituosos com que se está jogando.

É o que tenho pretendido fazer a custa de todo sacrifício. Não se tendo podido organizar metodicamente o instrumento de forças capaz de ser impellido, quando suficientemente preparado e nas condições mais favoráveis — ao encontro dos rebeldes, o remédio é improvisá-lo com os elementos existentes, desprezando aqueles que não sirvam para mais nada.

De que se trata?

Apanhar os rebeldes e não mais os largar (fracionados ou não), até reduzi-los por completo em sua atividade, isto é, torná-los impotentes de qualquer maneira.

Como, praticamente, realizar esse objetivo, com meios pouco eficientes e atendendo às demais circunstâncias que os têm tornado invulneráveis pelo dinamismo que imprimem às suas operações?

De um modo simples: Caçá-los.

(A arte da guerra é uma arte simples e só de execução).

1º) — Para apanhá-los, recusando eles o contato, é preciso marchar tanto ou mais do que eles.

Conclusão: — inútil lançar tropas a pé ao encalço deles que estão montados e fazem a remonta por onde andam. As tropas legais devem fazer o mesmo. Esperar que cheguem cavalos de outros pontos, é perder tempo e ficar desmontado, porque os animais transportados por via férrea chegam tardiamente e em estado de não dar rendimento.

Em consequência: arrebanhar como os rebeldes.

2º) — Estes marcham bem cobertos por elementos ligeiros de segurança, que executam as requisições — e praticam demonstrações diante das forças legais, para lhes atrair a atenção e permitir a fuga e passagem do grosso por outros pontos.

Marcham dia e noite, quando acossados de perto; estão mal municionados e só excepcionalmente se subdividem em quatro ou três pequenos destacamentos de cerca de 200 homens.

Atacados por grupos de até 100 homens resolutos eles abandonam o campo de ação.

Deslocam-se por onde podem.

Conclusão: Não se podendo prever *a priori* as direções que vão seguir, nas suas contínuas marchas e contra-marchas, o único meio é caçá-los com grupos de 100 a 300 homens — (e na falta de destacamentos homogêneos) encaminhados no maior número possível de direções e em todos os sentidos, partindo de pontos mais favoráveis e próximos da zona onde estiverem os rebeldes — com a missão geral de atacá-los de qualquer modo procurando alcançar o grosso e não mais o largar.

Para esse fim, esses grupos de caça devem ser bem móveis, aliviados de viaturas e de tudo mais que os faça pesados; munição distribuída aos homens; viver da exploração dos recursos locais, caminhar dia e noite, se preciso; deixar para trás tudo que entorpeça o movimento.

3º) — Sendo completamente falha a procura de informações — base de toda decisão acertada — pela falta de idoneidade dos meios empregados e pelas transmissões morosas, concorrentemente devem-se tomar outras precauções para a garantia de certos pontos importantes, vigilância em determinadas zonas, etc., isto, porém, com caráter *secundário*, pois o *essencial* é a caça — a parte ativa e resolutiva da questão.

É assim que tenho agido — não elaborando planos de operações complexas com manobras de grande estilo, destinadas a cair no vácuo e dormir registradas no papel — a fim de levar a efeito uma luta que não tem similar moderno e se aproxima antes do tipo semimedieval, com a diferença que os homens d'armas conduzem nos áridos sertões fuzis Mauser e algumas armas automáticas.

Empreguei na constituição dos grupos de caça os sertanejos baianos, sob a direção dos chefes locais, por serem esses homens mais afeitos a essa espécie de luta do que as tropas regulares. A princípio, habituada somente às emboscadas e *tocaias* — essa gente semifeudal — ficou desconcertada com a rapidez dos movimentos dos rebeldes e seus processos de ação, reciosa mesmo de enfrentá-los em inferioridade numérica. Mas, depois, ela passou a caminhar tanto quanto eles, perdeu o medo de enfrentá-los, sabendo que estão desprovidos de munições e, por toda parte onde eles apareceram em Minas, sentiram a presença dos grupos de caça que os fustigaram com freqüência desusada.

X X X

Consta-me que o general João Gomes havia elaborado novo plano de operações e, em virtude dele, todas as tropas deviam embarcar na Bahia com destino a Minas, Goiás e São Paulo. Sem contar que se não fossem os grupos improvisados, os rebeldes teriam percorrido livremente a Bahia e Minas — agora que retornaram sensivelmente na rota anterior, é o caso de se perguntar como se acudiria de novo a Bahia, se aquele plano estivesse em curso de execução? Tudo isto mostra que não é possível fazer previsões, mesmo longinquas, os rebeldes podendo ir para qualquer parte, arbitrariamente, se isto lhes convier e for permitido. E insisto: a única maneira de acabar com eles, é agarrá-los e, se V. Excia. me permite a comparação, trata-se de uma *caçada à raposa*, na qual o canino do mato e os caninos domésticos caçadores daqueles — são bandos de homens arma-

dos, porque não há sistema de operação análoga nem mesmo que se queira, com boa vontade, considerar os rebeldes executando um *raid* de raio de ação indefinido e as tropas legais em perseguição de *longo curso*.

X X X

Reitero a V. Excia. os meus protestos de grande respeito, consideração e estima.

(a) General Mariante

Fonte: Documento original, datilografado, 20 p. AAB, microfilme 17/B14.

Anexo nº 41

Manifesto de maio de 1930 de Luiz Carlos Prestes

Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas.

Despidas de quaisquer veleidades retóricas, foram elas escritas com o objetivo principal de esclarecer e precisar a minha opinião a respeito do momento revolucionário brasileiro, e mostrar a necessidade de uma completa modificação na orientação política que temos seguido, a fim de podermos alcançar a vitória almejada.

A última campanha política acaba de encerrar-se. Mais uma farsa eleitoral, metódica e cuidadosamente preparada pelos politiquieiros, foi levada a efeito com o concurso ingênuo de muitos e de grande número de sonhadores ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços.

Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam, e aos quais os politiquieiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação.

Fazendo tais afirmações, não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores.

É bem verdade que, em parte por omissão e em parte por indecisão, fomos também cúmplices da grande mistificação. Silenciamos, enquanto os liberais de todos os matizes e categorias, dos da primeira aos da última

hora, abusaram sempre do nome da revolução e particularmente do dos seus chefes. Houve quem afirmasse, de uma tribuna pública, apoiar politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. Não foi desmentido. A caravana política do Norte do País, para melhor aproveitar do profundo espírito revolucionário dos mais sofrendores dos nossos irmãos, os nordestinos, fez toda a sua propaganda em torno da revolução e, no entanto, era um dos seus membros de destaque o atual diretor da "Federação", órgão que traduz e melhor interpreta os pensamentos dos reacionários do sul.

Apesar de toda essa demagogia revolucionária e de dizerem os liberais propugnarem pela revogação das últimas leis de opressão, não houve, dentro da Aliança Liberal, quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o País, durante a última campanha eleitoral, e no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi iniciada a mais violenta perseguição aos trabalhadores em luta por suas próprias reivindicações. São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta.

A tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio moral da revolução, sempre crentes no milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque e que, desta luta entre os dois interesses, pudesse talvez surgir a terceira corrente, aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido, sacrificado e oprimido por meia dúzia de senhores, que, proprietários da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda.

De qualquer forma, o erro foi cometido e é dele que nos devemos penitenciar publicamente, procurando, com toda a clareza e sem receios de qualquer ordem, qual o verdadeiro caminho a seguir para levar para diante a bandeira revolucionária, que hoje — mais do que nunca — precisamos sustentar. Sirva-nos para alguma coisa a experiência adquirida e dediquemo-nos, com coragem, convicção e real espírito de sacrifício, à luta pelas verdadeiras reivindicações da massa oprimida.

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

Não nos enganemos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras, das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades.

Contra as duas vigas-mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes — a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas as duas cau-

sas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.

O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semi-escravidão e semi-servidão.

O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que ai temos: opressão política e exploração impositiva.

Toda a ação governamental, política e administrativa, gira em torno dos interesses de tais senhores que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal regime decorrem quase todos os nossos males. Querer remediá-los pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional.

É irrisório falar em liberdade eleitoral, quando não há independência econômica, como de educação popular, quando se quer explorar o povo. Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova Iorque.

Todas as nossas fontes de renda dependem do capitalismo inglês ou americano, em cujo poder estão também os mais importantes serviços públicos, os transportes e as indústrias em geral. Os próprios latifúndios vão passando, aos poucos, para as mãos do capitalismo estrangeiro.

A cles já pertencem as nossas grandes reservas de minério de ferro do Estado de Minas Gerais, extensas porções territoriais do Amazonas e do Pará, onde talvez estejam os nossos depósitos petrolíferos.

Todas as rendas nacionais estão oneradas pelos empréstimos estrangeiros.

Dessa dependência financeira decorre naturalmente um regime de exploração semifeudal, em que se desenvolve toda a nossa economia.

Os capitais estrangeiros investidos na nossa produção provocam um crescimento monstruoso em nossa vida econômica, tendente exclusivamente à exploração das riquezas naturais, das fontes de matérias-primas, reservado o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nas metrópoles imperialistas.

A atividade desse capital só pode, portanto, ser prejudicial ao País. Dessa forma, todo o esforço nacional, todo o nosso trabalho é canalizado para o exterior.

Por outro lado, a luta evidente pelo predomínio econômico entre os dois imperialismos, que nos subjagam e colonizam, prepara, com o auxílio do nosso governo "nacionalista" e "patriota", o esfacelamento da nação.

A verdadeira luta pela independência nacional deve, portanto, realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo e só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores.

As possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis.

A crise econômica que atravessamos, apesar dos anunciados saldos orçamentários e da proclamada estabilidade monetária, é incontestável. Os impostos aumentam, elevam-se os preços dos artigos de primeira necessidade e baixam os salários. A única solução encontrada pelos governos, dentro das contradições do regime em que se debatem, são os empréstimos externos com uma maior exploração da nossa massa trabalhadora e

conseqüente agravação da opressão política. A situação internacional é, por outra parte, de grandes dificuldades para os capitalismos que nos dominam, a braços com os mais sérios problemas internos, como o da desocupação de grandes massas trabalhadoras e as insurreições nacionalistas de suas colônias.

Além disso, o Brasil, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade de seu solo, pela sua extensão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, está em condições vantajosíssimas para vencer, com relativa rapidez, nesta luta pela sua verdadeira e real emancipação.

Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos — única que julgamos útil aos interesses nacionais — o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho, proteção ao trabalho das mulheres e crianças, seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença, direito de greve, de reunião e de organização.

Só um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa.

A vitória da revolução, em tal momento, mais depende da segurança com que orientarmos a luta, do que das resistências que nos possam ser opostas pelos dominadores atuais, em franca desorganização e ineptamente dirigidos.

Proclamemos, portanto, a revolução agrária e antiimperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população.

Lutemos pela completa libertação dos trabalhadores agrícolas de todas as formas de exploração feudais e coloniais, pela confiscação, nacionalização e divisão das terras, pela entrega da terra gratuitamente aos que trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo, pela confiscação e nacionalização das empresas nacionalistas [sic] de latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos e anulação das dívidas externas.

Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores das cidades e das fazendas, em completo entendimento com os movimentos revolucionários antiimperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias.

Assim, venceremos.

a) Luiz Carlos Prestes

Buenos Aires, maio de 1930.

Anexo nº 42



Mapa da Marcha da Coluna Prestes pelo Brasil, feito pelo general Miguel Costa.

Fonte: LANDUCCI, Italo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes.*







Reencontro de Prestes com ex-combatentes da Coluna

Santo Ângelo, RS, 28/10/1984

Por ocasião do 60º aniversário do levante do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, RS (que deu origem à Coluna Invicta), Prestes foi homenageado por um grupo de ex-combatentes, que o receberam em formatura militar, batendo continência ao “seu general”. Após passar em revista a pequena “tropa” formada, profundamente comovido, Prestes, “condecorou” cada ex-combatente com um lenço vermelho — o símbolo dos “maragatos” gaúchos e dos rebeldes da Coluna. Realizava-se, assim, o sonho daqueles homens: o reencontro, carregado de emoção, com o seu comandante, o épico Cavaleiro da Esperança.

Na foto, da esquerda para a direita: Aparício Gonçalves de Mello, Nelson Machado, Quintino Antônio de Aguiar, Santo Izolan, Manuel José da Silva, Avelino Pedroso de Lima e Hermogêneo Dias Messa. Ao fundo, o então diretor da Fundação Missioneira de Ensino Superior (Fundames), professor Clóvis Apolo Mitri, e o advogado e assessor de Prestes, dr. Accácio Salvador Caldeira.



REFERÊNCIAS
DOCUMENTAIS
E BIBLIOGRÁFICAS



*Referências Documentais***I. Fontes Primárias****I.1 — Oraís**

Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna. (Gravadas em fita magnética e transcritas para o papel.) Rio de Janeiro, 1981-1983.

Entrevistas recolhidas (gravadas ou anotadas) pela autora — e em alguns casos por outros pesquisadores — no Rio Grande do Sul:

A) Com ex-combatentes da Coluna Prestes ou seus familiares, quando se trata de pessoas já falecidas ou muito enfermas.

a) Entrevistas recolhidas pela autora com:

- | | | |
|---|--|--------------|
| 1) Acelino Pereira de Souza | - São Luís Gonzaga | - 30/10/1987 |
| 2) Alcides Cavaleiro do Amaral
(com seu filho) | - Santo Ângelo | - 21/10/1987 |
| 3) Anacleto Antônio Souza | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
| 4) Antenor Medeiros Pinto | - São Luís Gonzaga | - 10/11/1987 |
| 5) Aparício Batista | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
| 6) Aparício Soares dos Santos | - Santo Ângelo | - 22/10/1987 |
| 7) Artur Pereira | - Rincão dos Anjos
(Munic. S. Ângelo) | - 23/10/1987 |
| 8) Atanagildo Rodrigues da Silva | - Santo Ângelo | - 05/11/1987 |
| 9) Avelino Pedrosa de Lima | - Santo Ângelo | - 21/10/1987 |
| 10) Família Amaral (Armando
Amaral) | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
| 11) Fidelis Nunes Pereira (filha) | - São Luís Gonzaga | - 30/10/1987 |
| 12) Gaspar Pereira do Nascimento
(sobrinho) | - São Luís Gonzaga | - 30/10/1987 |
| 13) Hermogêneo Dias Messa | - Santo Ângelo | - 20/10/1987 |
| 14) José Alves Machado (esposa) | - Santo Ângelo | - 03/11/1987 |
| 15) Luís Vieira Fagundes | - Erechim | - 09/11/1987 |
| 16) Manuel Arnaldo Brandão | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
| 17) Manuel José da Silva (viúva) | - Entre-Ijuís (Munic.
de S. Ângelo) | - 02/11/1987 |
| 18) Santo Giovanni Isolan | - Porto Alegre | - 12/11/1987 |
| 19) Serapião ou "João do Mato" | - Cel. Bicaco (Munic.
Tte. Portela) | - 26/10/1987 |
| 20) Severino Verri | - Santo Ângelo | - 21/10/1987 |

b) Entrevistas ou informações recolhidas por outros pesquisadores com:

- | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------|
| 1) Aparício Gonçalves de Mello | - Santo Ângelo
(Fundames) | - 19/10/1984 |
| 2) Fidêncio Pinto da Silva | - Santo Ângelo
(Fundames) | - s.d. |

- | | | |
|-------------------------------|---------------------------|--------------|
| 3) Jovino Alves Venês | - Ijuí (Fidenc) | - 20/06/1973 |
| 4) Nelson de Souza Machado | - Santo Ângelo (Fundames) | - out./1984 |
| 5) Quintino Antônio de Aguiar | - Santo Ângelo (Fundames) | - 23/10/1984 |
- B) Com moradores das regiões por onde a Coluna Prestes passou e que testemunharam aqueles acontecimentos.
- a) Entrevistas recolhidas pela autora com:
- | | | |
|---|--------------------|--------------|
| 1) Domingos Lima | - Ramada | - 24/10/1987 |
| 2) João Barbosa Prates e Leontina Teixeira Prates | - Ramada | - 24/10/1987 |
| 3) Alberto Baggio | - Ijuí | - 25/10/1987 |
| 4) Ervino Herman | - Ijuí | - 26/10/1987 |
| 5) Mariano Boss | - Ijuí | - 26/10/1987 |
| 6) Odil Martins | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
| 7) Adilles Pereira de Araújo Viana | - Santo Ângelo | - 03/11/1987 |
| 8) Anna Schrach (filha) | - Santo Ângelo | - 06/11/1987 |
| 9) Alexandre de Paula Dornellas (filho) | - Santo Ângelo | - 06/11/1987 |
- b) Entrevista recolhida por outros pesquisadores com:
- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|--------------|
| 1) Cândido e Catarina Galeazzi | - Santo Ângelo (Fundames) | - 25/05/1984 |
|--------------------------------|---------------------------|--------------|
- C) Com elementos que participaram das forças que combateram a Coluna Prestes.
- a) Entrevistas recolhidas pela autora com:
- | | | |
|-------------------------------------|--------------------|--------------|
| 1) João Malaquias da Costa Sobrinho | - Ijuí | - 25/10/1987 |
| 2) Altivo Lopes (filho) | - São Luís Gonzaga | - 29/10/1987 |
- b) Entrevista recolhida por outros pesquisadores com:
- | | | |
|----------------------------|-----------------|--------------|
| 1) Henrique Pereira Cabral | - Ijuí (Fidenc) | - 05/10/1984 |
|----------------------------|-----------------|--------------|
- D) Com historiadores ou estudiosos da história das regiões por onde a Coluna Prestes passou:
- | | | |
|------------------------------------|--------------------|--------------|
| 1) Valciano Fabrício do Nascimento | - São Luís Gonzaga | - 28/10/1987 |
| 2) Pedro Marques dos Santos | - São Luís Gonzaga | - 18/10/1987 |
| 3) José Gomes | - São Luís Gonzaga | - 28/10/1987 |
| 4) Danilo Lazzarotto | - Ijuí | - out./1987 |
| 5) Fernando O. M. O'Donnell | - Porto Alegre | - nov./1987 |
- Entrevistas recolhidas pela autora no Piauí, com moradores das regiões desse Estado por onde a Coluna Prestes passou e que testemunharam aqueles acontecimentos. Julho de 1987.
- Em Oeiras: — Assocro Cesar Rego;
 — Luís Guanabara;
 — Possidônio Nunes de Queiroz;
 — Raimundo Sá;

— Lilásia Ferrez;

— João da Mata Barbosa Nunes

Em Floriano: — Alderico Guimarães.

Em Timon: — Domingos Rego.

Entrevistas gravadas e transcritas pertencentes ao acervo do CPDoc/FGV:

- 1) FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Depoimento*; 1976-1980. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- 2) FORTES, Rubens. *Entrevista*; 13/9/1983. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).
- 3) LEAL, Aristides Correia. *Depoimento*; 1975-7. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1979. 161 p. dat.
- 4) MACHADO, Sady Valle. *Texto* preparado para o CPDoc; dezembro/1982. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral. (Datilografado).
- 5) MELLO, Nelson de. *Depoimento*; 1978-9, Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral, 1983. (Datilografado).
- 6) MIRANDA, Emygdio da Costa. *Entrevista*; 18/1/1977. Rio de Janeiro, FGV/CPDoc — História Oral. (Datilografado).

I.2. — *Manuscritas*

Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.

- A) *Acervo Artur Bernardes*, microfilmado e depositado neste Arquivo, sob guarda dos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Marco Aurélio Garcia.
 - a) Correspondência relativa às articulações entre os políticos civis e os conspiradores militares, período 1921-22.
 - b) Documentação referente ao levante militar de 5 de julho de 1924 em São Paulo e a outros levantes tenentistas, incluindo telegramas, volantes, jornais, etc.
 - c) Telegramas e correspondência de autoridades civis e militares, dirigidos ao presidente Artur Bernardes, ao Ministro da Guerra e a outros chefes militares do Governo sobre a perseguição movida à Coluna Prestes pelas tropas governistas em diferentes pontos do Brasil.
 - d) Documentação referente às dissensões surgidas entre alguns dos comandantes militares a serviço do Governo, durante a perseguição movida à Coluna Prestes: major Bertoldo Klinger e general Panta-leão Teles, generais João Gomes e Álvaro Mariante, coronel Pedro Dias de Campos e general Mariante, etc.
 - e) Documentação do Ministério das Relações Exteriores relativa às atividades do Governo brasileiro junto aos governos da Argentina, Uruguai e Paraguai no sentido de perseguir, dificultar e combater a conspiração tenentista.
 - f) Telegramas e cartas de "coronéis" nordestinos — Franklin de Albuquerque, Horácio de Matos, Geraldo Rocha, Abílio Woney, etc. — dando conta de suas atividades dirigidas contra a Coluna Prestes.

- g) Documentação referente à participação do padre Cicero e do deputado Floro Bartolomeu no combate governista contra a Coluna Prestes.
- h) Documentação policial referente às conspirações tenentistas nas principais cidades do País. Informes policiais sobre o acompanhamento das atividades de políticos e deputados como Batista Lusardo, Adolfo Bergamini, Azevedo Lima, etc. Informes policiais sobre o movimento operário e a vida nas fábricas.
- i) Documentos diversos da época, como volantes e jornais clandestinos, como é o caso de números de *O 5 de Julho*. Exemplares de *O Uruguai*, órgão da revolução de 1924 em S. Borja (RS), e *O Libertador*, nº 7, órgão da Coluna Prestes. Exemplares esparsos de jornais do interior do País, dando notícias sobre a Coluna Prestes.

B) *Acervo Lourenço Moreira Lima*

- a) Coleção quase completa dos Boletins da 1ª Divisão Revolucionária (Coluna Prestes).
- b) Grande quantidade de bilhetes trocados entre os comandantes da Coluna Prestes.
- c) Correspondência pertencente ao comando da Coluna Prestes.
- d) Mapa original pertencente ao comando da Coluna Prestes.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDoc/FGV, Rio de Janeiro.

A) *Arquivos*

- Lindolfo Collor.
- Osvaldo Aranha.
- Pedro Ernesto Batista.

B) *Coleções*

- Emygdio da Costa Miranda.
- Ítalo Landucci.
- João Francisco Pereira de Souza.
- Rosalina Coelho Lisboa.
- Sady Valle Machado.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

A) Arquivo particular Góis Monteiro.

GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. (Capitão de Estado-Maior). "O Destacamento 'Mariante' no Paraná Ocidental (reminiscências)". Rio de Janeiro, junho de 1925. (Documento datilografado, 96 folhas) A.N., C.x 51/4.

Arquivo Histórico do Ministério do Exército, Rio de Janeiro.

A) Documentação referente à Coluna Prestes e sua perseguição pelas fontes governistas.

- a) Relatório sobre as Operações do Grupo de Destacamentos Mariante no Interior do Brasil (Contra as forças "rebeldes" ao

mando de Prestes e Miguel Costa), fevereiro de 1926/março de 1927. Original, datilografado, 35 p.

- b) BARROS FALCÃO. "A Revolução de 1924" (A Guerrilha) s. l., s. d. Original datilografado, 184 p.

Biblioteca do Ministério do Exército, Rio de Janeiro.

- A) Documentação referente à Coluna Prestes e sua perseguição pelas forças governistas.

- a) Diário de Marchas e Operações das *Forças de Operações* durante a Campanha nos Estados de Paraná e Santa Catarina de 28/9/1924 a 12/6/1925. Original, datilografado, 165 p.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- A) Relatório apresentado ao sr. Coronel Claudino Nunes Pereira, Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-coronel Emilio Lúcio Esteves, 1925. Original, datilografado, 114 pp.

Arquivo particular da sra. Maria Célia Leutchuk, Três Passos (RS).

- A) MESQUITA, Pedro Sales de Oliveira (capitão). *Diário*. Cópia datilografada do original.

Bilhetes originais trocados entre os comandantes da Coluna Prestes. (Doações feitas à autora por particulares, em especial pelo dr. Aloyzio Neiva Filho, que recebera diversos desses bilhetes de David Teixeira, pessoa, ao que parece, da confiança de Lourenço Moreira Lima.)

Documentos diversos recolhidos pela autora junto a particulares.

1.3. — Impressas

O *diário* da Coluna Prestes, escrito por seu secretário:

- MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes* (Marchas e Combates). 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

Livros de relatos e de memórias de ex-participantes da Coluna Prestes e dos movimentos tenentistas:

- 1) CABANAS, João. *A Coluna da Morte sob o Comando do Tenente Cabanas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, s. c., s. d.
- 2) CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de (org.). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- 3) FERREIRA, S. Dias (e Sady Valle Machado). *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas. Livr. Globo, 1928.
- 4) LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1952.
- 5) LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um Revolucionário*. 1ª Parte: A Marcha da Coluna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.

- 6) NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *A Revolução no Brasil; (1924-1925)* — Apontamentos para a História. 3ª ed., s. 1., s. e., 1931.
- 7) OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *1924 — a Revolução de Isidoro*. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1956.
- 8) SILVA, João (capitão). *Farrapos de nossa História; marcha da Coluna Prestes do Extremo Sul às cabeceiras do Rio Apa*. São Nicolau (RS), s. e., 1959.
- 9) TÁVORA, Juarez. *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. v. 1., São Paulo, "O Combate", 1927; v. 3. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e C., 1928.
 ——. *O combate da Ramada. A Esquerda*, Rio de Janeiro, 3/1/1928, Apud AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes; o Cavaleiro da Esperança*. São Paulo, Livr. Martins Ed., 1945, pp. 109, 356-359.
 ——. *Uma Vida e Muitas Lutas — Memórias*. v. 1, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973; v. 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974; v. 3. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

Livros de memórias e relatos de militares que combateram a Coluna Prestes e outros movimentos tenentistas:

- 1) ANDRADE, Paulo René (coronel). *Três Revoluções; a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais, a antiga Força Pública nos movimentos revolucionários de 1924, 1930 e 1932*. v. 1. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1976; v. 2. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1978.
- 2) ASSIS, Anatólio Alves de (major). *No Tempo das Revoluções*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975.
- 3) COSTA, João Nepomuceno da (general). *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o Levante Sedicioso de São Paulo*. São Paulo, s. e., 1924.
- 4) COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Rio de Janeiro, Livr. Ed. Coelho Branco, 1955.
- 5) FONTOURA, Orestes Carneiro da (coronel). *O combate da Ramada*. In: RETAMOZO, José Hilário (coord.). *Seis Combates e uma Invasão*. Porto Alegre, Presença, 1987, pp. 44-59.
- 6) KLINGER, Bertoldo (general). *Narrativas Autobiográficas*. v. 3.: *Tempo quente de major*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1948; v. 4: *380 léguas de campanha em 3 meses*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949.
 ——. *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil; na primeira metade do século*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1958.
- 7) NORONHA, Abílio de. *Narrando a Verdade; contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo, s. e., 1924.
 ——. *O Resto da Verdade; contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo, Empr. Ed. Rochéa, 1925.

- 8) VIVEIROS, Esther de. *Rondon Conta sua Vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

Documentação impressa oficial:

- 1) *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, 1923, 1924, 1926, 1927, 1928.
- 2) *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926.
- 3) *Diário do Congresso Nacional*, 1925 e 1926.
- 4) DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Mensagens presidenciais. Presidência Artur Bernardes, 1923-1926. 5º volume. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1926.
- 5) Mensagens de presidentes de Estados.
 - Mensagem do governador do estado da Bahia, dr. Francisco Marques de Góis Calmon, à Assembléia Geral Legislativa. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 7 de abril de 1927.
 - Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, dr. Mário Correa à Assembléia Legislativa, lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Cuiabá, 13/5/1927.
 - Mensagem do presidente do estado do Paraná, dr. Caetano Munhoz da Rocha, apresentada ao Congresso Legislativo, a 1º de fevereiro de 1925.
 - Mensagem do governador do estado de Pernambuco, dr. Sérgio Loreto, apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1926.
 - Relatórios dos presidentes do Rio Grande do Sul. Relatório de 22 de setembro de 1925.
 - Mensagem do presidente do estado do Sergipe, dr. Maurício Graccho Cardoso, apresentada à Assembléia Legislativa, a 7 de julho de 1925. Aracaju, Imprensa Oficial.
- 6) Relatórios do Ministério da Guerra.
 - Relatório apresentado ao Presidente da República dos EEUU do Brasil pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro de Estado da Guerra, em novembro de 1925. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1925.
 - Relatório apresentado ao Presidente da República dos EEUU do Brasil pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro de Estado da Guerra, em outubro de 1926. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1926.
- 7) Outros documentos oficiais.
 - Relatório da Brigada Militar ao presidente Borges de Medeiros (1º de junho de 1924 a 31 de maio de 1925). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
 - Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santo Ângelo em sessão ordinária de 29/12/1924, pelo intendente, cidadão Carlos Krueel. Museu Municipal de Santo Ângelo (RS).

— Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Santo Ângelo em sessão ordinária de 3/11/1925, pelo intendente, dr. Carlos Kruel. Museu Municipal de Santo Ângelo (RS).

— Relatório da Prefeitura Municipal de Ijuí, exercício de 1924. Santo Ângelo, Fundames.

Recenseamento do Brasil. Realizado em 1^o de setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística.

8) Revistas.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1922, 1923, 1924, 1925 e 1926.

9) Jornais.

Rio de Janeiro:

— *Correio da Manhã*, 1921 a 1930.

— *O Jornal*, 1924 a 1927.

— *Jornal do Comércio*, 1924 a 1927.

— *O Imparcial*, 1921 e 1922.

— *O País*, outubro/dezembro de 1924.

— *O Globo*, julho de 1925 a fevereiro de 1927.

— *A Noite*, julho de 1924 a junho de 1927; maio/junho de 1930.

— *A Esquerda*, números esparsos de 1928.

— *A Nação*, 18/1/1927.

— *O 5 de Julho*, números esparsos de 1924, 1925, 1926, 1927.

São Paulo:

— *O Combate*, julho de 1924 a julho de 1927.

— *Diário Nacional*, julho de 1927 a junho de 1930.

— *A Plebe*, números esparsos de 1924.

— *O Libertador*, Assis e Porto Epitácio, n^{os} 1 a 7, agosto de 1924.

Rio Grande do Sul:

— *A Federação*, Porto Alegre, junho de 1924 a junho de 1925.

— *Correio do Povo*, Porto Alegre, setembro de 1924 a janeiro de 1925.

— *Correio da Serra*, Santa Maria, julho de 1924 a janeiro de 1925.

— *Jornal de Itaqui*, Itaqui, novembro/dezembro de 1924.

— *Correio Serrano*, Ijuí, outubro de 1924 a janeiro de 1925.

— *O Libertador*, São Luis Gonzaga, n^{os} 1 a 6, novembro/dezembro de 1924.

— *O Uruguai*, São Borja, 4/11/1924. (AAB, microfilme 33/B30.)

— *A Liberdade*, 20/5/1925. (AAB, microfilme 33/B30.)

Santa Catarina:

— *O Estado*, Florianópolis, março de 1924 a maio de 1925.

Goiás:

— *O Libertador*, Porto Nacional, n^o 7, outubro de 1925. (AAB, microfilme 33/B30.)

Maranhão:

- *A Pacotilha*, São Luís, 1925 e janeiro de 1926.
- *Folha do Povo*, São Luís, 26/10/1925. (AAB, microfilme 33/B30.)
- *A Mocidade*, Carolina, 7/11/1925 e 28/11/1925.
- *O Libertador*, Carolina, nº 8, novembro de 1925.

Piauí:

- *O Piauí*, Teresina, julho de 1925 a junho de 1926.
- *O Libertador*, Floriano, nº 9, dezembro de 1925.

Ceará:

- *O Ceará*, Fortaleza, janeiro/junho de 1926.
- *Diário do Ceará*, Fortaleza, janeiro/junho de 1926.
- *O Nordeste*, Fortaleza, números esparsos de fevereiro de 1926. (AAB, microfilme 33/B30.)

Paraíba:

- *O Norte*, Paraíba, números esparsos de fevereiro de 1926. (AAB, microfilme 33/B30.)

Pernambuco:

- *Jornal do Recife*, Recife, janeiro/fevereiro de 1926.
- *Jornal do Comércio*, Recife, 31/7/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)
- *Diário da Manhã*, Recife, abril de 1927 a dezembro de 1929.
- *Diário do Estado*, Recife, 14/3/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)

Bahia:

- *A Capital*, Salvador, setembro a dezembro de 1926.
- *O Combate*, Salvador, julho a setembro de 1927.
- *Diário de Notícias*, Salvador, janeiro/agosto de 1926.
- *O Sertão*, Lençóis, números esparsos de abril, maio e julho de 1926.
- *Diário da Bahia*, Salvador, 10/6/1926 e 23/6/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)
- *O Imparcial*, Salvador, 31/7/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)
- *O Paladino*, Patrocínio do Coité, 4/4/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)
- *Correio do Bonfim*, Cidade do Bonfim, 21/3/1926. (AAB, microfilme 33/B30.)

Mato Grosso:

- *Tribuna*, Corumbá, números esparsos de 1925, 1927, 1928 e 1929.
- *Correio do Sul*, Campo Grande, números esparsos de 1925.
- *Gazeta do Comércio*, Três Lagoas, 23/1/1927.
- *O Fifó*, Cuiabá, 25/1/1925.

Pará:

- *O Imparcial*, Belém, 12/3/1926 e 13/3/1926.

II. Fotos

Coleção da família da autora, doações feitas por particulares à autora, cópias do acervo existente no CPDoc/FGV.

Referências Bibliográficas

- 1 - ALENCAR ARARIPE, Tristão de (general). *Tasso Fragoso; um pouco de história do nosso exército*. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1960.
- 2 - ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo; (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- 3 - AMADO, Janaina. *Conflito Social no Brasil; a revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.
- 4 - AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes; o Cavaleiro da Esperança*. São Paulo, Livraria Martins Ed., 1945.
- 5 - ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- 6 - _____. *1930: A Atualidade da Revolução*. São Paulo, Moderna, 1980.
- 7 - _____. *A Terra e o Homem no Nordeste; contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1986.
- 8 - ARANHA, Graça. *A Viagem Maravilhosa*. Rio de Janeiro, Livr. Garnier, 1929.
- 9 - ASSADOURIAN, Carlos Sempat et alii. *Modos de Produção en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973. (Cuadernos de Pasado y Presente, 40.)
- 10 - ASSIS, Dilermando Cândido de. *Das Barrancas do Alto-Paraná*. Rio de Janeiro, s. e., 1926.
- 11 - AUDRIN, José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- 12 - AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla*. Florianópolis, Ed. UFSC — Assembléia Legislativa; São Paulo, Cortez Ed. e Livr., 1984.
- 13 - AURELIANO, Liana Maria. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 14 - BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1973.
- 15 - BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário; memórias*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- 16 - BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República; de 1889 a 1930*. 4ª ed. t. 2. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.
- 17 - BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946.
- 18 - BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Brasília, 1983. (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em História Política do Brasil apresentada no IH — Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília.)
- 19 - BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos Estudos em Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo, Pionira, 1973.

- 20 - BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira*. 7ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- 21 - BERTAUX, Daniel (org.). *Biography and Society; the life history approach with social science*. USA (California), SAGE Publications, 1981.
- 22 - BEUREN, Jacó. *O Tenente Portela na Marcha da Coluna Revolucionária*. Porto Alegre, Gráfica Ed. A Nação S.A., 1969.
- 23 - BOUVIER, Jean-Claude (org.). *Tradition Oral et Identité Culturelle; problèmes et méthodes*. Paris. Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique, 1980.
- 24 - CABRAL, Aparício Brasil. *Reminiscências de Minha Vida*. Porto Alegre, Aejora, 1986.
- 25 - *Cadernos de Debate*, nº 1 — História do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1976.
- 26 - CAGGIANI, Ivo. *João Francisco — a Hiena do Cati*. Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1988.
- 27 - CAMARGO, Aspásia. *Como Fazer uma Entrevista?* (Datilografado). Programa de História Oral, FINEP/CPDoc.
- 28 - _____. *História Oral e História*. (Conferência realizada no 1º seminário brasileiro de arquivos municipais, 2 a 6 de agosto de 1976, datilografado). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.
- 29 - CAMPTELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 4ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- 30 - CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.
- 31 - CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista "A Defesa Nacional" e o Serviço Militar Obrigatório*. Niterói, 1985. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)
- 32 - CARDOSO, Ciro Flamarión S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 33 - _____. *Introducción al Trabajo de la Investigación Histórica; conocimiento, método e história*. 2ª ed. Barcelona, Ed. Crítica, 1982.
- 34 - _____. Houve feudalismo no Brasil? In: PINSKY, Jaime (org.). *Modo de Produção Feudal*. 2ª ed. São Paulo, Global, 1982.
- 35 - CARDOSO, Ciro Flamarión S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *El Concepto de Clases Sociales; bases para una discusión*. Madrid, Ed. Ayuso, 1976.
- 36 - _____. *Os Métodos da História; introdução aos problemas, métodos e técnicas de história demográfica, econômica e social*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- 37 - _____. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

- 38 - CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 39 - _____. Dos governos militares a Prudente — Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975. t. 3: O Brasil Republicano; v. 1: Estrutura de poder e economia.
- 40 - CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*; contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 41 - CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965. 2 volumes.
- 42 - _____. *O Revolucionário Siqueira Campos*. Rio de Janeiro, Record, 1966. 2 volumes.
- 43 - _____. *Lusardo, o Último Caudilho*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. 2 volumes.
- 44 - CARONE, Edgar. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1975.
- 45 - _____. *O Tenentismo*; acontecimentos — personagens — programas. São Paulo, Difel, 1975.
- 46 - _____. *A República Velha — I — (instituições e classes sociais) (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo, Difel, 1978.
- 47 - _____. *A República Velha — II — (evolução política) (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1977.
- 48 - _____. *A Primeira República*; (1889-1930). Texto e Contexto. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1976.
- 49 - _____. *O Pensamento Industrial no Brasil*; (1880-1945). São Paulo, Difel, 1977.
- 50 - _____. *O PCB*; (1922-1943). v. 1. São Paulo, Difel, 1982.
- 51 - _____. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo, Ática, 1989. (Fundamentos, 40.)
- 52 - CARR, E. H. *Que é História?* 2ª ed. Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 53 - CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro, SMG Imprensa do Exército, 1961 e 1962. 2 volumes.
- 54 - CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias*; dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro, s. c., 1950.
- 55 - CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO BORIS (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.
- 56 - _____. *Os Bestializados*; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia de Letras, 1987.
- 57 - CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*; política e poder (1889-1926). São Paulo, Brasiliense, 1987.
- 58 - CASTELO BRANCO, Aducto (tenente). *Prestes e Lampião*, São Paulo, Ferraz, 1926.

- 59 - . *Catanduvás*. São Paulo, Ferraz, 1927.
- 60 - CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a História da Revolução no Piauí*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975. Capítulos 18 e 19.
- 61 - CASTRO, Anna Célia et alii. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*; síntese das transformações. Brasília, Binagri, 1979.
- 62 - CASTRO, Antônio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. São Paulo, Forensc, 1969. 2 volumes.
- 63 - CASTRO, F. Pires de (desembargador) e NAPOLEÃO, Martins (professor). *Os Rebeldes no Piauí*; (subsídios e documentos para a História). Teresina, Tipografia de "O Piauí", 1926.
- 64 - CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- 65 - CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução Destruiu*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- 66 - CASTRO CARVALHO, Euclides. *Revolução de 1924*. Rio Grande do Sul, Ed. E. Carvalho — Prata, 1924.
- 67 - CHACÓN, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*; discurso e práxis dos seus programas. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- 68 - CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. São Paulo, s. e., 1961.
- 69 - CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo Brasiliense, 1986.
- 70 - CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o Rei dos Cangaceiros*. Trad. de Sarita Linhares de Barsted. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 71 - CHEVALIER, Carlos. *Os 18 do Forte*. Rio de Janeiro, s.e., 1930.
- 72 - COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade*; o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
- 73 - COELHO LISBOA, Rosalina. ... *A Seara de Caim*; romance da revolução brasileira. 5ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- 74 - CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- 75 - _____. O tenentismo na década de 1920. *Anais de História*, Assis, nº 8, 1976, pp. 135-165.
- 76 - CORRÊA, Mauréli da Costa Santos. *A Marcha dos Revoltosos*; reconstituição histórico-sociológica da passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão. São Luís, IPES, 1983. (Datilografado, cópia "xerox".)
- 77 - COSTA, Cyro e GOES, Eurico de. *Sob a Metralha...* (Histórico da revolta em São Paulo, de 5 de Julho de 1924). São Paulo, Cia. Gráfico-Ed. Monteiro Lobato, 1924.
- 78 - COSTA FILHO, Miguel. *Os Farsantes da Revolução*. Rio de Janeiro, s.e., 1931.

- 79 - COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e Desenvolvimento*; temas e problemas do nosso tempo. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- 80 - CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- 81 - CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*; campanha de Canudos. 24ª ed. Rio de Janeiro Livraria Francisco Alves, 1956.
- 82 - CUNHA, Flores da. *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro, s. e., s. d.
- 83 - CUNHA, Hygino. *Os Revolucionários do Sul através dos Sertões Nordestinos do Brasil*. Teresina, Oficinas de "O Piauí", 1926.
- 84 - CUNHA, Temistocles. *No País das Amazonas*; a revolta de 23 de julho. Bahia, Livraria Catalina, 1925.
- 85 - DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- 86 - _____. *A Revolução de 1930 em Sergipe*; dos tenentes aos coronéis. São Paulo, Ed. Cortez; Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1983.
- 87 - DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*; 1880-1945. 2ª ed. São Paulo, Difel, s. d.
- 88 - DECCA, Edgar Salvador de. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- 89 - _____. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é História, 51.)
- 90 - DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Trad. de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 91 - _____. Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. VI, nº 1 e 2, Ceará, 1º e 2º semestres, 1975.
- 92 - DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*, 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- 93 - DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*; 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 94 - O'DONNELL, Fernando O. M. *Notícias dos Combates de Capão do Mandiju e Estância dos Figueiredos*. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985.
- 95 - O'DONNELL, Guilherme et alii. *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 96 - DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*; rebeldes errantes. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Tudo é história, 103.)
- 97 - _____. *O Movimento Tenentista*; intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- 98 - DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*; 1900-1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- 99 - EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança*; a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- 100 - FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*; gênese e lutas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

- 101 - FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*; formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. da USP, 1975. 2 volumes.
- 102 - FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*; historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- 103 - _____. *Pequenos Ensaios de História da República*; (1889-1945). São Paulo, CEBRAP, 1972.
- 104 - _____. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 3: O Brasil Republicano. v. 1: Estrutura de poder e economia. São Paulo, Difel, 1975; v. 2: Sociedade e instituições. São Paulo, Difel, 1977; v. 3: Sociedade e política. São Paulo, Difel, 1981; v. 4: Economia e cultura. São Paulo, Difel, 1984.
- 105 - _____. "Expansão do café e política cafeeira". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975. t. 3: O Brasil Republicano; v. 1: Estrutura de poder e economia.
- 106 - FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- 107 - _____. Problemas de conceptualização de las clases sociales en América Latina. In: ZENTENO, Raúl Benítez (coord.). *Las Clases Sociales en América Latina*. México, Siglo XXI, 1973, pp. 191-276 e 277-285.
- 108 - FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973.
- 109 - _____. A Força Pública no Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.
- 110 - _____. *Os Militares como Categoria Social*. São Paulo, Ed. Global, 1979.
- 111 - FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *A Coluna Prestes e a Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1980.
- 112 - FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito Regional e Crise Política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.
- 113 - FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e Caudilhos*. 3ª ed. Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1986.
- 114 - FIGUEIREDO, Antônio dos Santos. *1924: Episódios da Revolução de São Paulo*. Porto, Ed. do Porto, 1924.
- 115 - FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 116 - _____. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Ed. Polis, 1978.
- 117 - _____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1989.
- 118 - FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua Participação no Brasil*. Trad. de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- 119 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- 120 - FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1976. (Ensaio, 3.)
- 121 - FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro de 1930*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- 122 - FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Ed. Signos, 1970.
- 123 - FRITSCH, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, IPEA, v. 10, dezembro/1980, nº 3, pp. 713-774.
- 124 - _____. *Aspects of Brazilian Economic Policy under the First Republic (1889-1930)*. Cambridge, Darwin College, 1983. (Dissertation submitted to the University of Cambridge in partial fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy.)
- 125 - FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
- 126 - GAMA, A. B. *Coluna Prestes; dois anos de revolução*. Salvador (Bahia), s. c., 1927.
- 127 - GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. *The Brazilian Army in 1925; a contemporary opinion*. With an introduction by Peter Seaborn Smith. (Department of History St. Jeromes College University of Waterloo.) Miami (Florida), Florida International University, 1981. Published by the Latin American and Caribbean Center of FIU.
- 128 - _____. (general). *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s. d.
- 129 - GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978. (Ensaio, 29.)
- 130 - GUARITA, Marco Antônio Reis. A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. *XIV Encontro da ANPEC*, 1986, pp. 188-196.
- 131 - GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- 132 - GUSMÃO DE SAMPAIO TORRES, Rosa Maria. *O Tenentismo e a Estrutura de Classes*. (Monografia de bacharelato, Departamento de História da PUC/RJ, junho de 1980.)
- 133 - HAHNER, June Edith. *Relações entre Civis e Militares no Brasil; (1889-1898)*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- 134 - HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-cabeça; idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 135 - HOBSBAWM, E. J. *Bandidos*. 2ª ed. Trad. de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
- 136 - _____. *Rebeldes Primitivos; estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed. Trad. de Waltesir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 137 - HOBSBAWM, E. J. e RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Trad. de Marco Antônio Villca Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

- 138 - IANNI, Octávio. *A Classe Operária Vai ao Campo*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1976.
- 139 - JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- 140 - JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma Política de Compromissos*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Tudo é história, 13.)
- 141 - _____. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 142 - JOFFILY, José. *Revolta e Revolução: 50 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 143 - JOUTARD, Philippe. *Essas Vocês que nos Llegan del Pasado*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- 144 - KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Trad. de C. Iperoig. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1968.
- 145 - KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la História Económica*. 3ª ed. Trad. de Melitón Bustamante. Barcelona, Ed. Península, 1977.
- 146 - LACERDA, Eulício Farias de. *O Dia em que a Coluna Passou*; novela. Rio de Janeiro, Catedra; Natal, Fundação José Augusto, 1982.
- 147 - LACERDA, Maurício de. *História de uma Covardia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- 148 - _____. *Entre Duas Revoluções*. Rio de Janeiro, Livraria Ed. Leite Ribeiro, 1927.
- 149 - _____. *Segunda República*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Ed. Freitas Bastos, 1931.
- 150 - LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.
- 151 - LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 152 - LAZZAROTTO, Danilo. *Alto da União e sua História*. Ijuí (RS), Livraria Unijuí Editora; Museu Antropológico "Diretor Pestana", 1986. (Cadernos do Museu, 14.)
- 153 - LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- 154 - LEÃO, Antônio Carneiro. *A Sociedade Rural, seus Problemas e Sua Educação*. Rio de Janeiro, Ed. "A Noite", s. d.
- 155 - LEFEBVRE, Georges. *O Gra. de Medo de 1789*. Trad. de Carlos Eduardo de Castro Leal. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 156 - LENIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. (Edição em russo).
- 157 - LESSA, Renato. *A Invenção Republicana; Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo, Ed. Vértice; Rio de Janeiro, Ed. IUPERJ, 1988.

- 158 - LEVY, Maria Bárbara. As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais na cidade do Rio de Janeiro no início do século. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo, Departamento de História do Patrimônio Histórico, 19 a 23 de outubro de 1986, pp. 27-40.
- 159 - *Life Stories/Récits de vie*. Essex, Department of Sociology, University of Essex (Engled); Paris, Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, 1985, 1986, nºs 1, 2.
- 160 - LIMA, Geraldo Oliveira (padre). *Cordéis*, nºs 1 a 15, Crateús (Ceará), 1975-1978; datilografados, cópia "xerox".
- 161 - LIMA FIGUEIREDO, Eurico de (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Trad. de J. A. Drummond. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 162 - LINHARES, Herminio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- 163 - LINHARES, Maria Yedda Leite. Vargas: a tomada do poder. *Tempo Brasileiro*, nº 8, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, fevereiro de 1966.
- 164 - LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília, Binagri, 1979.
- 165 - ——. *História da Agricultura Brasileira; combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 166 - LINS, Wilson. *O Médio São Francisco; uma sociedade de pastores e guerreiros*. 2ª ed. Salvador (Bahia), Livraria Progresso Ed., 1960.
- 167 - LISANTI, Luis. O movimento revolucionário de 1924 a 1927: um apelo à revolta e um testemunho. *Anais de História*, Assis, nº 4, 1972, pp. 77-100.
- 168 - LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel, 1967.
- 169 - ——. *Do Latifúndio à Empresa; unidade e diversidade do capitalismo no campo*. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Caderno CEBRAP, 26.)
- 170 - ——. O colonato e a formação do proletariado rural em São Paulo, 1888-1976. Datilografado, cópia "xerox". s. d.
- 171 - LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- 172 - LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Trad. de Adalberto Marson. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.
- 173 - ——. O poder dos Estados. Análise regional. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975. t. 3: O Brasil Republicano; v. 1: Estrutura de poder e economia.
- 174 - LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- 175 - MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*. Trad. de Flora Machman. São Paulo, Difel, 1977.

- 176 - MACEDO, Nertan. *Abílio Wolney, um Coronel da Serra Geral*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Renes; Brasília, INL, 1980.
- 177 - MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Depoimento prestado ao CPDoc/FGV coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo Vasconcelos e Paulo César Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- 178 - MALTA, Octávio. *Os Tenentes na Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- 179 - MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Trad. de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 180 - MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
- 181 - _____. *O Cativo da Terra*. 2ª ed. São Paulo, LECH-Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.
- 182 - _____. *Expropriação e Violência; a questão política no campo*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1982.
- 183 - _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 184 - _____. *Del esclavo al asalariado en las haciendas de café, 1880-1914. La genesis del trabajador volante*. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas (org.). *Población Y Mano de Obra en América Latina*. Madrid, Alianza Ed., 1985, pp. 252-256.
- 185 - MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, XIII, nº 1, 1983, pp. 181-209.
- 186 - MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. v. 6. São Paulo, Ed. Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- 187 - MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A Economia Política do Café com Leite: 1900-1930*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- 188 - MARX, Karl. *Miséria de la Filosofía*. Buenos Aires, Ed. Signos, 1970.
- 189 - _____. *O Capital*. v. 1. (edição em russo).
- 190 - _____. "Las luchas de clases em Francia de 1848 a 1850". In: *Obras Escogidas*. v. 1. Moscú, Ed. Progreso, 1975.
- 191 - _____. "El dieciocho brumário de Luis Bonaparte". In: *Obras Escogidas*. v. 1. Moscú, Ed. Progreso, 1975.
- 192 - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*; e outros escritos. (Primeira Parte.) Trad. por Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- 193 - _____. *Manifiesto del Partido Comunista*. In: *Obras Escogidas*. v. 1. Moscú, Ed. Progreso, 1975.
- 194 - McCANN, Frank D. *A Nação Armada*; ensaios sobre a história do exército brasileiro. Trad. de Sívio Rolim. Recife, Guararapes, 1982.
- 195 - MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil*; 1930-1945. Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1978.

- 196 - MELLO, Maria Conceição d'Incao e. *O "Bóia-fria": Acumulação e Miséria*, 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1975.
- 197 - MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. *Os Parceiros do Rio Bonito*; estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1977.
- 198 - MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*; opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- 199 - MENEGHELLO, Ludovico. *Eu Sou Artur Arão*. Porto Alegre, Ed. Garatuja, 1976.
- 200 - MERCADANTE, Paulo, *A Consciência Conservadora no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- 201 - MEYER, Eugenia Y BONFIL, Alicia Olivera de. La história oral. Origen, metodologia, desarrollo y perspectivas. In: *Sobretiro de História Mexicana*, v. XXI, n° 2, El Colegio de México.
- 202 - MONTEIRO, Anna Maria Ferreira da Costa. *Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895*; uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil. Niterói, 1985. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)
- 203 - MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século*; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974.
- 204 - ———. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições.
- 205 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes*; o Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília, Horizonte, 1980.
- 206 - ———. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Tudo é história, 10.)
- 207 - ———. *Brasil República*. São Paulo, Ática, 1986. (Princípios, 66.)
- 208 - MONTEIRO DOS SANTOS, Eloina. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. São Paulo, 1982. (Monografia de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo.)
- 209 - MORAES, Walfrido. *Jaguços e Heróis*; a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- 210 - MOREL, Edmar. *Padre Cícero — o Santo de Juazeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 211 - ———. *A Marcha da Liberdade*; a vida do repórter da Coluna Prestes. Petrópolis, Vozes, 1987.
- 212 - NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo*; Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 213 - NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*; o Partido Democrático e a Revolução de 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1965. 2 volumes.

- 214 - NUNES DE CARVALHO, Joaquim. *O Terceiro 5 de Julho*. Rio de Janeiro, s. e., 1952.
- 215 - OLÍMPIO, Matias. *A Incursão dos Rebeldes no Piauí*; (subsídios e documentos para a História). Teresina, Tipografia de "O Piauí", 1926.
- 216 - OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, nº 2, São Paulo, Ed. CEBRAP, outubro de 1972.
- 217 - —. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- 218 - OTACÍLIO, Anselmo. *Padre Cicero*; mito e realidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 219 - OTAVIANO, Manuel. *A Coluna Prestes na Paraíba*; os mártires de Piancó. 2ª ed. João Pessoa, Ed. Acauã, 1979.
- 220 - PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934)*; a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- 221 - PARANAGUÁ, Correntino. *Terra de um Paladino*. Teresina, s. e., 1980.
- 222 - PASSOS, Artur. *Nas Ribas da Gurguéia*. Teresina, COMEPI, 1973.
- 223 - PASSOS, Jacinta, *A Coluna*; poema em 15 cantos. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Fº, 1957.
- 224 - PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- 225 - PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- 226 - PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 227 - —. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 228 - —. *O Campesinato Brasileiro*; ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 229 - —. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*; ensaios. Rio de Janeiro, Livr. Técnicos e Científicos Ed.; São Paulo, Ed. USP, 1978.
- 230 - PEREIRA SOARES, Mozart. *Santo Antônio da Palmeira*; apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do Primeiro Centenário de sua Emancipação Política. Bels, 1974.
- 231 - PERES COSTA, Wilma. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. *Cadernos IFCH UNICAMP*. Campinas, Unicamp, nº 16, janeiro de 1985.
- 232 - PINHEIRO FILHO, Celso e PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*; história da Polícia Militar do Piauí. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975, Capítulo 32.
- 233 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*; dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- 234 - _____. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano, v. 2: Sociedade e instituições.
- 235 - PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Democracia Ilustrada; (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986. (Ensaio, 115.)
- 236 - PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1953.
- 237 - _____. *História Econômica do Brasil*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- 238 - _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- 239 - _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- 240 - PRESTES, Luiz Carlos. A luta dos camponeses no Brasil. *La Correspondance Internationale*, nºs 34-35, 1934, pp. 639-640.
- 241 - PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL (Catálogo de Depoimentos). Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1981.
- 242 - QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social; a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 243 - QUEIROZ, Possidônio. Lembrando a "Coluna Prestes" no Piauí. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras (PI)*, 1985, nº 07, pp. 61-66.
- 244 - QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República; jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 245 - RAMOS, Guerreiro. *Crise do Poder no Brasil; problemas da Revolução Nacional brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- 246 - RANGEL, Inácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.
- 247 - REGO, Raimundo de Moura. *As Mamoranas Estão Florindo; romance*. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985.
- 248 - A REVOLUÇÃO DE 30: Textos e Documentos. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. 2 volumes.
- 249 - REVERBEL, Carlos (org.). *Diário de Cecília de Assis Brasil; período 1916-1928*, Porto Alegre, L&PM, 1983.
- 250 - REYS, Plínio. *A Sedição Militar de Mato Grosso em 1922; notas de um repórter*. São Paulo, Piratininga, 1922.
- 251 - ROCHA, Pedro (capitão). *Revoluções Estéreis (1922-1952)*. São Paulo, s. e., 1952.
- 252 - RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos; história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre. s. d.
- 253 - RODRIGUES, F. Contreiras. *A Questão Social e o Partido Democrático Nacional*. Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1928.
- 254 - RODRIGUES, José et alii (coronel). *Prestes; estudos e depoimentos*. s. l., s. e., 1947.

- 255 - ROMEO, Carlos. *Sur les Classes Sociales em Amérique Latine*. Paris, F. Maspero, 1969.
- 256 - RUDÉ, George. *Protesto Popular y Revolución em el Siglo XVIII*. Barcelona, Ariel, 1978.
- 257 - _____. *Ideologia e Protesto Popular*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 258 - SAES, Dêcio Azevedo Marques de. *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Campinas, Cadernos de IFCH da UNICAMP, 1973, n.º 1.
- 259 - _____. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1889-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 260 - SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. 1850-1930*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- 261 - SALLUM JÚNIOR, Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura; Oeste-Paulista, 1888-1930*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.
- 262 - SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Camponato; a "funcionalidade" da pequena produção mercantil*. São Paulo, Ed. Polis, 1980.
- 263 - SANTA ROSA, Virginio. *O Sentido do Tenentismo*. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. 3.ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 264 - SANTOS, Pedro Marques dos. *São Luiz — Sua História e Sua Gente; 1687-1987, s. l., s. e., s. d., pp. 510-519*. (Série Missões — Vol V.)
- 265 - SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1963.
- 266 - SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1971. t. 2: O Brasil Monárquico; v. 4: Dispersão e unidade.
- 267 - SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975.
- 268 - SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina; mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Tudo é história, 89.)
- 269 - *Literatura como Missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 270 - SILVA, Hélio. *1889: A República Não Esperou o Amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 271 - _____. *1922: Sangue na Areia de Copacabana*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. (O ciclo de Vargas), v. 1).
- 272 - _____. *1926: A Grande Marcha*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. (O ciclo de Vargas, v. 2.)
- 273 - _____. *1930: A Revolução Traída*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. (O ciclo de Vargas, v. 3).
- 274 - SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 275 - SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional e Ed. da USP, 1973.

- 276 - _____. *História Econômica do Brasil; 1500-1820*. 8ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- 277 - SOBOUL, Albert. *Histoire de la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1976, 2 volumes.
- 278 - SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres; sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 279 - _____. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro — 1930*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983.
- 280 - SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 281 - _____. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 282 - _____. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 283 - _____. *A Coluna Prestes; análise e depoimentos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 284 - _____. *O Tenentismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- 285 - SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- 286 - SPINDEL, Cheyva R. *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 287 - STAVENHAGEN, Rodolfo. *Les Classes Sociales dans les Sociétés Agraires*. Paris. Ed. Anthropos, 1969.
- 288 - STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil — 1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 289 - STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política; as mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. de Ítalo Tronca, Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1975.
- 290 - SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira; origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 291 - TALMA, João de. *Da Fornalha de Nabucodonossor; correspondência de um revolucionário*. Buenos Aires, s. e., 1926.
- 292 - THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Critica, 1984.
- 293 - _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. de Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 volumes.
- 294 - THOMPSON, Paul. *The voice of the Past: Oral History*. Oxford, Oxford University Press, 1978.
- 295 - TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1933.
- 296 - TREVISAN, Leonardo. *O que Todo Cidadão Precisa Saber sobre o Pensamento Militar Brasileiro*. São Paulo, Ed. Global, 1985.
- 297 - TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30; a dominação oculta*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 42.)
- 298 - VANSINA, Jan. *Oral Tradition; a study in historical methodology*. Harmond-sword, Penguin Books, 1973.
- 299 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande: 1840-1905*. Cam-

- pina Grande, 1985. (Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II).
- 300 - VERSIANI, Flávio Rabelo e MENDONÇA DE BARROS, José Roberto (org.). *Formação Econômica do Brasil; a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1978.
- 301 - VILAR, Pierre. *Cataluña en la España Moderna*. Barcelona, Ed. Crítica, 1978.
- 302 - _____. História marxista, história em construção. In: I.E. GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. 2ª ed. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- 303 - _____. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Trad. de E. Nogueira e C. Jardim. Lisboa, Ed. Presença, 1982.
- 304 - _____. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. 4ª ed. Trad. de M. Dolores Folch. Barcelona, Ed. Crítica, 1982.
- 305 - VILLELA, Anibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira; 1889-1945*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- 306 - VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República; momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda., 1979.
- 307 - VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *O Rio Grande do Sul e a Política Nacional; da Frente Oposicionista gaúcha de 1922 à Revolução de 1930*. Porto Alegre, BRDE/Academia Brasileira de História, 1982.
- 308 - _____. *Os Liberais e a Crise da República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Tudo é história, 67.)
- 309 - WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 310 - WITTER, José Sebastião. *O Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo, Brasiliense, 1987. (Tudo é história, 115.)
- 311 - WOLF, Eric R. *Guerras Camponesas do Século XX*. Trad. de Iolanda Toledo. São Paulo, Global, 1984. (Temas, 3.)
- 312 - ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929); na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global, 1985.
- 313 - ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho; 1850-1920*. Niterói, 1988. (Dissertação de Mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.)

Lista de Fotos

- 1 — Foto de um panfleto original do Manifesto de Santo Ângelo, distribuído na cidade por ocasião do levante do 1º BF, em 29/10/1924. 125
- 2 — Capitão Luiz Carlos Prestes levanta o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo. 126
- 3 — Tenente Mário Portela Fagundes, junto com Prestes, levantou o 1º B.F. de Santo Ângelo. 126
- 4 — A oficialidade do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, abril ou maio de 1924. 127
- 5 — As tropas rebeldes do 1º Batalhão Ferroviário, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes, retiram de Santo Ângelo. 128
- 6 — O tenente Aníbal Benévolo, junto com o dr. Dinarte Dornelles, o tenente Oscar Valderato e Octávio Miranda, na Intendência Municipal de São Borja, após o levante na cidade. Outubro de 1924. 129
- 7 — Osvaldo Aranha e seu estado-maior à frente das forças legalistas — os “provisórios” —, durante a defesa de Itaqui, quando do seu ataque pelas forças revolucionárias gaúchas. Itaqui (RS), entre 4 e 12/11/1924. 130
- 8 — Tenente Antônio de Siqueira Campos, herói dos “18 do Forte” do 5/7/1922 e comandante do 3º destacamento da Coluna Prestes. 134
- 9 — Tenente João Alberto Lins de Barros, comandante do 2º destacamento da Coluna Prestes. 134

- 10 — Tenente Osvaldo Cordeiro de Farias, comandante do 1º destacamento da Coluna Prestes. 135
- 11 — O “fogão” do “coronel” Favorino Pinto em plena sesteadade. 135
- 12 — Foto da primeira página do nº 1 de *O Libertador*, publicado em São Luís Gonzaga em novembro/dezembro de 1924. 143
- 13 — Luiz Carlos Prestes, seguido do sargento Tomaz, chega à localidade de Benjamim Constant (Paraná), em 11/4/1925. 167
- 14 — Encontro das colunas gaúcha e paulista. Benjamim Constant (Paraná), 11/4/1925. 167
- 15 — O general Isidoro Dias Lopes, chefe militar da revolução e comandante das tropas paulistas no Oeste do Paraná. 168
- 16 — Major Miguel Costa, responsável pelo levante da Força Pública de S. P. e comandante da Coluna Prestes. 168
- 17 — Capitão Juarez Távora, comandante da brigada “São Paulo” e depois subchefe do Estado-Maior da Coluna Prestes. 169
- 18 — Oficiais da Divisão São Paulo, em Foz do Iguaçu (PR). Final de 1924/início de 1925. 169
- 19 — Foto de bilhete de Prestes a João Alberto. 192
- 20 — Foto de bilhete de João Alberto a Prestes. 193
- 21 — Foto de bilhete de Siqueira Campos a Prestes. 194
- 22 — Capitão Djalma Soares Dutra, comandante do 4º destacamento da Coluna Prestes. 196
- 23 — Bacharel Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes. 196
- 24 — O major Paulo Kruger da Cunha Cruz e o capitão Ítalo Landucci, comandantes da Coluna Prestes. 197
- 25 — Tenente Hermínio Fernandes Amado, comandante do pelotão de disciplina da Coluna Prestes. 197
- 26 — O comando da Coluna Prestes, em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925. 199
- 27 — A Coluna Prestes em Rio Bonito (hoje Caiapônia), Goiás, 5/7/1925. 209
- 28 — Passagem do destacamento Cordeiro de Farias por Rio Bonito (hoje Caiapônia), Goiás, 5/7/1925. 209
- 29 — O comando da Coluna Prestes com Frei José Audrin (ao centro), em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925. 218

- 30 — O dr. Pinheiro Machado, do comando da Coluna, ao libertar um condenado durante a permanência dos rebeldes em Porto Nacional (Goiás), outubro de 1925. 218
- 31 — Foto do jornal *A Mocidade*, de Carolina (Maranhão), de 7/11/1925, noticiando a chegada da Coluna Prestes. 226
- 32 — Foto do jornal *A Mocidade*, de Carolina (Maranhão), de 28/11/1925, noticiando a estada da Coluna Prestes na cidade. 227
- 33 — Oficiais da Coluna Prestes com os frades capuchinhos de Carolina (Maranhão), novembro de 1925. 229
- 34 — Juárez Távora discursando em Carolina (Maranhão), 19/11/1925. 229
- 35 — Foto de *O Libertador*, nº 9, de 25/12/1925, jornal da Coluna Prestes. Edição rodada em Floriano (Piauí). 234
- 36 — Foto do tenente Cleto Campello, morto quando liderava um levante perto de Recife, no início de 1926. 240
- 37 — Foto do Manifesto Revolucionário distribuído na Paraíba, no início de 1926. 241
- 38 — Prestes e integrantes da Coluna, junto com o jornalista Rafael Correia de Oliveira (4º em pé, da direita para a esquerda), enviado de *O Jornal* e o primeiro a entrevistá-lo na Bolívia. Gaíba (Bolívia), fevereiro de 1927. 290
- 39 — “Jaguncinho”, mascote da Coluna. Era de São Luís Gonzaga (RS) e tinha cerca de 12 anos de idade. 310
- 40 — Soldados do 3º destacamento da Coluna Prestes, cujos nomes não foi possível apurar. 312
- 41 — Os revolucionários da Divisão “São Paulo” recebem a visita do deputado João Batista Lusardo, em Foz do Iguaçu (PR), fevereiro de 1925. 361
- 42 — Foto do jornal clandestino *O 5 de Julho*, publicado no Rio de Janeiro a partir de 1924. 365
- 43 — Reencontro de Prestes com ex-combatentes da Coluna. Santo Ângelo (RS), 28/10/1984. 467
- 44 — Foto da autora com o pai, durante a defesa da sua tese de doutorado sobre a Coluna Prestes. Auditório do IFCH da UFF, Niterói (RJ), 29/11/1989. 501

Lista de Mapas

1 — A região conflagrada pelos levantes tenentistas no Rio Grande do Sul.	120
2 — O rompimento do “cerco de S. Luis” pela Coluna Prestes, dezembro de 1924.	145
3 — Mapa das regiões de Santa Catarina e Paraná que a Coluna Prestes atravessou.	162
4 — A travessia de Mato Grosso pela Coluna Prestes.	186
5 — Esquema da campanha movida contra a Coluna Prestes pelo Destacamento do Sul de Mato Grosso.	203
6 — Esquema da campanha movida contra a Coluna Prestes pelo Destacamento do Centro sob o comando do major Klinger. .	205
7 — A travessia de Goiás pela Coluna Prestes.	215
8 — A Coluna Prestes no Maranhão e Piauí.	230
9 — A Coluna Prestes através dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.	243
10 — A travessia de Pernambuco pela Coluna Prestes.	250
11 — A travessia da Bahia e norte de Minas Gerais pela Coluna Prestes (ida e volta). A manobra do “laço húngaro”.	261
12 — Mapa da Marcha da Coluna Prestes pelo Brasil, feito pelo general Miguel Costa (Anexo nº 42).	464





Sobre a autora

Filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benario Prestes, teve vida atribulada, sendo forçada a passar longos períodos no exílio, devido às perseguições políticas de que foi vítima no Brasil. Apesar disso pôde concluir seus estudos universitários, tendo obtido os títulos de Doutora em Economia pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou (URSS) e de Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu tese sobre a Coluna Prestes, ora publicada sob forma de livro.

Atualmente leciona História Moderna e Contemporânea no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e dá prosseguimento a suas pesquisas sobre a República Velha no Brasil.

Na foto, a autora com o pai durante a defesa de sua tese de doutorado sobre a Coluna Prestes, em 29/11/1989, no auditório do IFCH da UFF, em Niterói.



Extremo Oeste

Sérgio Buarque de Holanda

176 pp., 14 x 21 cm

Neste livro inédito, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, falecido em 1982, narra a ocupação do oeste de São Paulo e de Mato Grosso pelo colonizador europeu. Com estilo literário, relata o dia-a-dia desses homens e o que encontraram no Novo Mundo.



PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (1889-1926)

José Ênio Casalecchi - 328 pp. - 14 x 21 cm

Os políticos, a organização interna e o ideário do Partido Republicano Paulista, uma agremiação política que dominou a vida paulista desde a Proclamação da República até a Revolução de 30, elegendo todos os governadores do período, além de quatro presidentes da República: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luís.



MONÇÕES

Sérgio Buarque de Holanda

14 x 21 cm - 328 pp.

Seguindo o caminho de outras obras de Sérgio Buarque, *Monções*, publicada pela primeira vez em 1945, tornou-se um clássico.

Aqui, ele analisa as expedições (monções) que percorriam os rios de São Paulo e Mato Grosso para a captura de índios, procura de ouro e formação de novos arraiais. Esta edição vem acrescida de dois capítulos inéditos reescritos pelo autor pouco antes de sua morte, em 1982, e a descrição que faz da conquista do oeste brasileiro, retomada mais tarde em *O Extremo Oeste*, é considerada impecável e brilhante.



CAFEICULTURA *Homens, mulheres e capital (1850-1980)*



Verena Stolcke · 416 pp
São 130 anos de cafeicultura, 10 anos de pesquisa e 416 páginas: um rigoroso estudo antropológico da trajetória do café paulista, de 1850 a 1980. Uma verdadeira saga marcada pelo poder e fortuna dos fazendeiros e pela resistência dos trabalhadores.

O PTB e o trabalhismo

De Maria Victoria Benevides
176 pp.

Estudo inédito e brilhante sobre o PTB paulista — representante do trabalhismo getulista — do período que vai de 1945 a 1965. A leitura desta obra torna nítida a permanência do fisiologismo crônico e da fragilidade ideológica do PTB de São Paulo através do tempo, suas características até os dias de hoje.



O Anti-Semitismo na Era Vargas

Maria Luiza Tucci Carneiro, 592 pp.,
14 x 21 cm, ilustrado



«O anti-semitismo da ditadura getulista é minuciosamente estudado e comprovado pelo trabalho da professora Tucci através da mais efetiva — e cruel — das ferramentas de trabalho do historiador: o documento. Valendo-se de trechos de discursos e cartas, ela passeia de Vargas a Francisco Campos, passando por Tristão de Athayde e Afonso Arinos, e recompõe as diversas facetas da ideologia racista que morava no porão da ditadura.» (Revista Veja).

Termino meu texto com duas citações:

"Prestes entrou vivo no Panteon da História. Ele pertence a toda a Humanidade." Romain Rolland.

E o poema de L. Cavalcanti, de 1952, publicado no mesmo ano na revista de cultura de Porto Alegre, "Horizonte":

"Há homens
com força de semente:
o mesmo impulso
a mesma explosão fecunda.

Hoje, perseguido,
em algum lugar do Brasil,
Prestes é mais que nunca
uma semente.

Uma semente não pode
senão trabalhar. Uma semente
nunca está perdida. Basta
que toque a terra."

CARLOS SCLIAR / 1990

Distribuição nacional
CASA DO LIVRO

Tel. 67-1024 - 67-3024 - Fax 826-8708

Telex (011) 33271 - DBLM

Não encontrando este ou qualquer outro livro
em sua livraria, peça pelo Reembolso Postal.
Caixa Postal 30644



Qual o significado histórico da Coluna Prestes? Qual o alcance da luta de seus protagonistas contra o governo do então presidente Artur Bernardes e o regime oligárquico característico do período republicano anterior a 1930? Como definir a ideologia que os movia e o programa de modernização do país, que defenderam com destemor poucas vezes visto em nossa história? Valendo-se de uma quantidade respeitável de documentos e relatos, dentre os quais destaca-se o de Luiz Carlos Prestes, seu pai, a professora Anita Leocadia Prestes discute neste livro questões que têm preocupado os estudiosos do final da República Velha. Um trabalho minucioso, com fotos e mapas inéditos, acompanhando os episódios que marcaram os anos de caminhada e as batalhas da lendária Coluna Prestes.

2.^a
edição

brasiliense
B

secretaria
de estado
da cultura.

ISBN: 85-11-13104-3